

coleção | POLÍTICA
EXTERNA
BRASILEIRA

OSWALDO ARANHA
Um estadista brasileiro

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Aloysio Nunes Ferreira
Secretário-Geral Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor Ministro Paulo Roberto de Almeida

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor Embaixador Gelson Fonseca Junior

*Conselho Editorial da
Fundação Alexandre de Gusmão*

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Membros Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães e Silva
Embaixador Gelson Fonseca Junior
Embaixador José Estanislau do Amaral Souza
Embaixador Eduardo Paes Saboia
Ministro Paulo Roberto de Almeida
Ministro Paulo Elias Martins de Moraes
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor José Flávio Sombra Saraiva
Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA
ROGÉRIO DE SOUZA FARIAS
(ORGANIZADORES)

OSWALDO ARANHA
Um estadista brasileiro

VOLUME I



Brasília - 2017

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

André Luiz Ventura Ferreira
Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão

Preparação de originais e revisão técnica (Ipri/Funag):

Marco Antônio Soares de Souza Maia
Márcia Costa Ferreira
Patrícia Nogueira Teodoro
Rafael Pavão
Renata Nunes Duarte

Projeto Gráfico:

Yanderson Rodrigues

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Capa: Retrato a óleo de Oswaldo Aranha (1941), por Candido Portinari, por especial obséquio de Oswaldo Sergio Corrêa da Costa.

Impresso no Brasil 2017

O86 Oswaldo Aranha : um estadista brasileiro / Sérgio Eduardo Moreira Lima, Paulo Roberto de Almeida e Rogério de Souza Farias (organizadores). - Brasília : FUNAG, 2017.

2 v. - (Coleção política externa brasileira)

ISBN 978-85-7631-696-1 (v.1)

1. Diplomacia - Brasil. 2. Política externa - Brasil. 3. Aranha, Oswaldo Euclides de Souza, 1894-1960. 4. História diplomática - Brasil. I. Moreira Lima, Sérgio Eduardo. II. Almeida, Paulo Roberto de. III. Farias, Rogério de Souza. IV. Série.

CDD 327.81

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.
Bibliotecária responsável: Kathryn Cardim Araujo, CRB-1/2952.

Depois do Barão do Rio Branco, Oswaldo Aranha foi o maior chanceler brasileiro da República.

Rubens Ricupero, 2017.

O Brasil, para mim, foi sempre tudo e o todo.

Oswaldo Aranha, 1953.



APRESENTAÇÃO

Apenas 26 anos separam o final da gestão de Rio Branco no Itamaraty (1912) do início da de Oswaldo Aranha (1938), mas é como se os dois tivessem vivido em mundos diferentes, quase opostos. O Barão teve a sorte de morrer no crepúsculo da *Belle Époque*, dois anos antes da Grande Guerra, que inaugura o “breve século XX”. A sina de Aranha foi enfrentar os dilaceramentos das décadas de 1930 e 1940: revolução, grande depressão, ascensão do fascismo e do comunismo, ditadura do Estado Novo, Segunda Guerra Mundial.

Rio Branco serviu presidentes que lhe deixaram mão livre, pouco ou nada intervindo na condução da diplomacia. Aranha teve de lidar com a interferência e às vezes aberto boicote de Getúlio Vargas e da *clique* fascistoide e oportunista que partilhava os instintos antidemocráticos e antiliberais do ditador.

Foi quase milagre que tivesse conseguido fazer o governo escolher os valores defendidos pelas democracias ocidentais na

guerra contra nazistas e fascistas. Sobretudo a Oswaldo Aranha deve o Brasil ter evitado o desastroso erro estratégico da Argentina. Deve, mais que isso, haver posicionado o país a tornar-se o latino-americano que mais ganhou em poder e prestígio em decorrência da ativa participação, no lado certo, na Segunda Guerra.

Rio Branco percebeu o surgimento na América de uma nova potência mundial, os Estados Unidos. Transferiu para Washington o eixo da diplomacia e construiu com os americanos relação pragmática de interesse mútuo. Aranha intuiu que os EUA emergiriam como a superpotência dominante do conflito que destruiria a ordem internacional. Da “aliança não escrita” herdada fez uma aliança política, militar e econômica que ajudou o Brasil a inaugurar quatro décadas de crescimento médio anual de 7%, multiplicando por 15 o produto e por 5 a renda per capita.

Mais que o Barão, Oswaldo Aranha foi uma vocação completa de estadista, também na dimensão da política interna e econômica. Poderia ter dado expressão ao ideal frustrado da revolução de 1930: regenerar a democracia política liberal, ancorando-a em economia de fundamentos sólidos e em estado de bem-estar social. Nas duas vezes que chegou perto da presidência, Vargas, que jamais tolerou perder o controle pessoal do poder, afastou-o do caminho. Na primeira, o ditador acabou derrubado pelos militares. Na segunda, matou-se. O país perdeu a chance de ser governado por alguém capaz talvez de reconciliar o liberalismo da democracia representativa com a consciência social da integração das massas trabalhadoras.

Mesmo assim, Oswaldo Aranha dominou a política exterior dos meados do século XX como Rio Branco o fizera na sua primeira década. Depois do Barão, ninguém mais alcançou, dentro e fora do país, o prestígio e a influência de Aranha, nenhum outro dirigiu a diplomacia com tanto acerto em tempos perigosos e de escolhas difíceis.

Ambos estiveram associados a muitos dos valores que distinguem a identidade internacional do Brasil: fidelidade ao Direito,

à liberdade, amor à paz, vocação global, aspiração a desempenhar papel construtivo de moderação e equilíbrio no aperfeiçoamento de ordem internacional democrática e participativa.

Rubens Ricupero
9 de setembro de 2017



SUMÁRIO

VOLUME 1

Prefácio

Cronologia

Introdução geral

Oswaldo Aranha: the evolution of his strategic vision

Parte I: Diplomacia hemisférica (1934-1939)

Parte II: O chanceler no conflito global (1939-1945)

Parte III: Multilateralismo e pós-guerra (1947-1958)

VOLUME 2

Parte IV: O estadista econômico

Parte V: O estadista político

Frases de Oswaldo Aranha

Referências bibliográficas

Sobre os autores



ÍNDICE GERAL

VOLUME 1

Prefácio. Oswaldo Aranha: diplomata e estadista	19
Sérgio E. Moreira Lima	
Cronologia	29
Introdução geral	37
Rogério de Souza Farias	
Oswaldo Aranha: the evolution of his strategic vision	57
Stanley Hilton	
PARTE I: Diplomacia hemisférica (1934-1939)	
Introdução	89
Rogério de Souza Farias	
O homem da virtù. Oswaldo Aranha em Washington (1934-1937)	101
Carlos Leopoldo G. de Oliveira	

Textos de Oswaldo Aranha

<i>Entre a Europa e a América (1934)</i>	121
<i>A chegada nos Estados Unidos (1934)</i>	127
<i>Um elogio à civilização americana (1936)</i>	131
<i>Limite, fronteira e paz (1937)</i>	135
<i>Retorno da Embaixada em Washington (1937)</i>	155
<i>Posse no Ministério das Relações Exteriores (1938)</i>	157
<i>Paz para a América: assinatura da paz do Chaco (1938)</i>	163
<i>A vulnerabilidade das Américas (1939)</i>	167
<i>Pan-americanismo (1939)</i>	173
<i>Retorno da Missão aos Estados Unidos (1939)</i>	177
<i>Avaliação da Missão Aranha (1939)</i>	183
<i>Reassumindo Itamaraty (1939)</i>	191

PARTE II: O chanceler no conflito global (1939-1945)

Introdução 197

Paulo Roberto de Almeida

Oswaldo Aranha e os refugiados judeus 235

Fábio Koifman

Textos de Oswaldo Aranha

<i>Fronteiras e limites: a política do Brasil (1939)</i>	259
<i>A preparação para a guerra (1939)</i>	279
<i>Conferência sobre a história diplomática brasileira (1940)</i>	283

<i>Reunião de consulta dos chanceleres americanos (1942)</i>	297
<i>O papel do Itamaraty na política do Brasil (1942)</i>	303
<i>O torpedeamento de navios brasileiros (1942)</i>	307
<i>O Brasil e a comunidade britânica (1942)</i>	311
<i>A carta a Vargas: planejando o pós-guerra (1943)</i>	321
<i>A América no cenário internacional (1943)</i>	329
<i>Um ano da entrada do Brasil na guerra (1943)</i>	333
<i>A Sociedade dos Amigos da América (1945)</i>	337
<i>Comício das quatro liberdades (1945)</i>	347
<i>Liga da Defesa Nacional (1945)</i>	363

PARTE III: Multilateralismo e pós-guerra (1947-1958)

Introdução	373
-------------------------	------------

Rogério de Souza Farias

Textos de Oswaldo Aranha

<i>A conception of world order (1947)</i>	391
<i>Homenagem nas Nações Unidas (1947)</i>	399
<i>A profile of Brazil (1947)</i>	401
<i>Sessão Especial da ONU: Partilha da Palestina (1947)</i>	407
<i>Abertura da II Assembleia Geral da ONU (1947)</i>	411
<i>A new order through the United Nations (1947)</i>	419
<i>A crise da consciência universal (1948)</i>	429
<i>Regional systems and the future of UN (1948)</i>	439

<i>A ONU e a nova ordem mundial (1948)</i>	447
<i>Entre a paz e a guerra (1949)</i>	455
<i>Formatura no Instituto Rio Branco (1950)</i>	477
<i>O Brasil e o pós-guerra (1950)</i>	491
<i>Estados Unidos e Brasil na Guerra Fria (1953)</i>	503
<i>A última missão na ONU (1957)</i>	515
<i>Um balanço da Assembleia Geral da ONU (1957)</i>	521
<i>Dez anos nas Nações Unidas (1957)</i>	525
<i>Reatamento das relações com a União Soviética (1958)</i>	533
<i>Discurso na ESG: o bloco soviético (1958)</i>	545

VOLUME 2

PARTE IV: O estadista econômico

Introdução..... 569

Paulo Roberto de Almeida

Textos de Oswaldo Aranha

<i>Renegociação da dívida externa (1934)</i>	601
<i>Nacionalismo econômico na Constituinte (1934)</i>	627
<i>Comparando as economias do Brasil e dos Estados Unidos (1936)</i>	633
<i>Soluções nacionais para os problemas de cada país (1937)</i>	643
<i>Tratado de integração econômica Brasil-Argentina (1941)</i>	647
<i>The rise of interdependence (1947)</i>	655

<i>De volta ao Ministério da Fazenda (1953)</i>	661
<i>A situação financeira e econômica do país (1953)</i>	671
<i>O parlamento e as finanças (1953)</i>	689
<i>Os fundamentos do Plano Aranha (1953)</i>	701
<i>O problema da dívida brasileira (1954)</i>	725
<i>O café e o Brasil (1954)</i>	735

PARTE V: O estadista político

Introdução	745
-------------------------	------------

Paulo Roberto de Almeida

Textos de Oswaldo Aranha

<i>A Revolução (1930)</i>	761
<i>Despedida do Ministério da Justiça (1931)</i>	765
<i>Roosevelt: o único estadista mundial (1945)</i>	785
<i>A relevância de Rui Barbosa (1945)</i>	817
<i>Democracia, Estado Novo e relações internacionais (1945)</i>	819
<i>Os governos e o povo (1947)</i>	825
<i>Discurso no túmulo de Vargas (1954)</i>	837
<i>Compreendendo o suicídio de Vargas (1954)</i>	847
<i>A despedida do estadista (1959)</i>	857

Frases de Oswaldo Aranha	873
---------------------------------------	------------

Referências bibliográficas	879
---	------------

Sobre os autores	911
-------------------------------	------------



PREFÁCIO
OSWALDO ARANHA:
DIPLOMATA E ESTADISTA

Confiemos em nós mesmos para sermos dignos de nossos dias. A luta de ideias, o embate das reivindicações econômicas, o conflito dos regimes políticos, a batalha do Oriente e do Ocidente, enfim, a nova ordem, com ou sem guerra, não nos devem atemorizar e menos arrefecer em nós, brasileiros, a devoção democrática, o amor à paz e a confiança no gênio criador da humanidade, simbolizada na Organização das Nações Unidas (Aranha: 1949a)

A união da vontade das nações não se alcança pela subordinação e sim através de um processo de persuasão e de evolução política (...) A união das nações da América é uma resultante histórica dessa consciência. Todos estamos convencidos da necessidade dessa união porque sabemos que os povos desunidos são reduzidos à escravidão (Aranha: 1942c)

Nada se faz sem a herança e sem a esperança, sem o peso do passado e sem o pensamento no futuro. E isso é verdadeiro para os homens como para os povos. O equilíbrio desses fatores da evolução humana traz o progresso e o bem-estar das nações (Aranha: 1940c)

Os princípios e valores que marcaram a formação de Oswaldo Aranha desde suas origens numa família tradicional no interior do Rio Grande do Sul, o espírito da fronteira, em região crítica à consolidação do espaço brasileiro, os estudos no Colégio Militar, na Faculdade de Direito e o precoce envolvimento em questões ligadas à defesa da novel República e do federalismo explicam a gênese de um dos maiores estadistas brasileiros. A diferença, em relação a outros políticos, é que ele se destacou também na diplomacia, como embaixador em Washington e como chanceler, em período crítico para a definição da identidade nacional e desafiador para a política internacional no século XX.

A grande estratégia do barão do Rio Branco não teria sido levada às suas consequências lógicas sem a política concebida, mais tarde, por Oswaldo Aranha, que resultou, efetivamente, numa aliança formal com os EUA, inspirada em concepção não unilateral do pan-americanismo e precursora dos ideais da futura aliança atlântica. O êxito dessa política foi marcado pela participação do Brasil na vitória das Nações Aliadas na Segunda Guerra e na construção da ordem internacional como membro fundador das instituições de Bretton Woods e da Organização das Nações Unidas. No entanto, a expectativa, talvez irrealista, gerada por esses feitos históricos acabaria frustrada, apesar do seu reconhecimento por Franklin Delano Roosevelt, presidente dos EUA, como aspiração legítima, no caso de um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mais tarde, o mesmo desapontamento aconteceria no tocante à solidariedade

hemisférica na promoção do desenvolvimento regional latino-americano, com a relutância dos EUA diante da proposta da Operação Pan-Americana (OPA) de Juscelino Kubistchek. Na verdade, as demandas da Guerra Fria eclipsaram os interesses do Brasil e o papel que poderia ter desempenhado no estabelecimento de uma parceria nas Américas correspondente ao Plano Marshall. A negligência benigna americana nessa questão acabaria por suscitar a inflexão provocada no início dos anos 60 pela Política Externa Independente.

A aliança com os EUA e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial terão contribuído para o equacionamento de uma fase crucial daquele conflito numa dimensão talvez maior do que a elas em geral se atribui¹. Além da coerência com os princípios consagrados na gestão de Rio Branco, a opção feita pelo Brasil – que muito se deve à inteligência e à autoridade de Oswaldo Aranha, à sua influência sobre Getúlio Vargas e à proximidade com Roosevelt – ajudaria a consolidar a posição do país num mundo marcado por nacionalismos extremados, que testavam os limites entre um ordenamento internacional resultante do autoritarismo e do poder das armas e outro baseado em concepções liberais fundadas no primado do direito. Essa decisão histórica tornou o Brasil partícipe da disputa geopolítica mais importante de sua trajetória nacional e de momento decisivo para a civilização ocidental e para toda a humanidade.

No exercício do planejamento militar, a logística no Atlântico Sul, sua projeção no norte da África, e a disponibilidade de matérias

1 Transcrevo trecho da apresentação do livro *The Brazilian-American Alliance 1937-1945*, do historiador americano Frank McCann, publicado em 1974, pela Princeton University Press: "(...) from 1938 through 1940 American diplomats and military planners were preoccupied with the possibility that Brazil might ally herself with Nazi Germany. Such an alliance would have made fortress America vulnerable and closed the South Atlantic to Allied shipping. Fortunately for America, Brazil eventually joined the Allies and American engineers turned Northeast Brazil into a vast springboard for supplies for the war fronts (...)".

-primas para o esforço de guerra permitiram aos Aliados estratégia e mobilidade inconcebíveis se tivesse sido outra a opção feita pelo Brasil. Ademais, nas condições prevaletentes no país, revelou-se expressivo o esforço da Força Expedicionária Brasileira que lutou na Itália, onde as populações locais, ao fim do conflito, fizeram doação de espaços para preservar a memória dos combatentes brasileiros, que ali tombaram. O Brasil foi o único país latino-americano que participou das duas guerras mundiais, sendo que, na última, mais de mil brasileiros dela foram vítimas. Como chanceler, Oswaldo Aranha contribuiu de forma efetiva para essa definição de rumos, que iria promover nossos valores e dar a medida da disposição de defendê-los no plano internacional.

Explica-se, assim, o encontro de Franklin Roosevelt com Getúlio Vargas, em Natal, em 1943, para o qual Aranha tanto contribuiu, ainda que não tenha dele participado pessoalmente. Compreende-se, da mesma forma, a defesa que o presidente norte-americano faria, em seguida ao final da guerra, da participação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Essa ideia, no entanto, sucumbiu diante das reservas manifestadas, por diferentes razões, pela União Soviética e pelo Reino Unido. Nesses episódios marcantes da história da diplomacia brasileira, é possível identificar com clareza o pensamento de Oswaldo Aranha, sua dimensão ética e moral, a visão histórica e sua compreensão da importância estratégica das relações internacionais e o respeito que infundia em seus interlocutores, entre eles o próprio Roosevelt. Não se tratava apenas de um pragmático, mas de um idealista, liberal e nacionalista, empenhado no desenvolvimento do Brasil, que ajudou tanto Vargas quanto, já na fase final de sua vida, Juscelino Kubistchek, na Operação Pan-Americana.

Não bastasse tudo isso, foi ele também presidente da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1947, quando desempenhou papel crucial nos entendimentos que levaram à

resolução que estabeleceu a partilha do mandato britânico da Palestina em dois futuros estados: um judaico e outro árabe. Graças a essa decisão da ONU foi possível a criação do Estado de Israel. Desde então, a personalidade de Aranha é associada a esse fato histórico e seu nome aparece em logradouros públicos em várias partes daquele país. O pequeno museu no *Kibutz* de Bror Chail (conhecido como o *kibutz* dos brasileiros), próximo à faixa de Gaza, guarda o martelo utilizado por Oswaldo Aranha na presidência da Assembleia Geral, doado por sua família. Essa mesma resolução foi responsável também pela definição das fronteiras originais do que seria um estado palestino.

Dentre os estudiosos da obra de Oswaldo Aranha (1894-1960) destacam-se o diplomata João Hermes Pereira de Araújo, o historiador americano Frank D. McCann, a socióloga Aspásia Camargo e o professor e ex-ministro Mario Henrique Simonsen. Creio, no entanto, que o grande biógrafo do personagem, político, diplomata e estadista é o brasilianista Stanley Hilton. Em seu livro *Oswaldo Aranha, uma biografia* (1994), Hilton dá a dimensão de sua pesquisa. Recorda seu fascínio, em 1966, diante da “riquíssima [sic] coleção de documentos” (Araújo: 1996, ix) que constituíam o arquivo particular de Aranha e da história do homem que, em 20 anos, foi de intendente em Alegrete, no Rio Grande do Sul, a presidente da Assembleia das Nações Unidas, em Nova York. Nas palavras do próprio Hilton, “quem não ficaria fascinado e curioso com esse percurso, em princípio tão improvável?” Por isso mesmo, ele foi convidado a abrir o volume com um depoimento original sobre a trajetória do grande estadista.

Por suas características intelectuais e físicas, por sua coragem política e pela projeção pública que alcançou no Brasil e no mundo do pós-guerra, Oswaldo Aranha tornou-se a imagem paradigmática do diplomata brasileiro. Como político, embaixador e chanceler de Vargas, foi um dos principais responsáveis pela aproximação entre

Getúlio e Roosevelt, bem como pela participação do Brasil junto aos Aliados na Segunda Guerra. Concorreu ele, igualmente, para o reconhecimento do mérito do Brasil e do seu papel construtivo como potência emergente no aperfeiçoamento de uma ordem internacional baseada nos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

Esses fatos históricos dão a medida da importância de Aranha e da necessidade de aprofundar o estudo e o debate sobre esse grande diplomata e estadista brasileiro. Ao tomar posse no Itamaraty como ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha enalteceu as tradições da chancelaria, ao declarar que a diplomacia brasileira é a escola da paz, a organização dos métodos de solução de conflitos, a política da conciliação, a prática da boa vizinhança, a igualdade dos povos, a proteção dos fracos, a defesa da justiça internacional, no intuito de promover os valores mais importantes da civilização baseado no primado do direito.

Em 2013, a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) organizou e editou *Pensamento Diplomático Brasileiro, Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*, em três volumes (Pimentel: 2013). Trata-se de coletânea de ensaios de diplomatas, historiadores e professores de Relações Internacionais que refletiram sobre personagens e ideias fundadoras do pensamento que o Brasil desenvolveu perante a comunidade das nações. Nessa pesquisa, destaca-se, entre outros heróis nacionais e estadistas, como Alexandre de Gusmão, José Bonifácio, Rio Branco, Rui Barbosa, o vulto de Oswaldo Aranha. O conhecimento da biografia do grande diplomata, a exemplo dos demais personagens que figuram naquele trabalho sobre o pensamento brasileiro, demonstra a importância de preservar a memória daqueles que ajudaram a definir e desenvolver os princípios em que se baseiam a política externa e as relações internacionais do país e contribuíram para consolidar um pensamento próprio que distingue o Brasil e sua diplomacia.

Este volume representa, em alguma medida, um desdobramento dessa trajetória editorial mais ampla de resgate dos fundamentos da política externa brasileira, sendo, ademais, complemento fortuito do livro *Oswaldo Aranha – Uma Fotobiografia* (2017), de autoria de Pedro Corrêa do Lago. A palavra e a imagem do grande estadista finalmente reúnem-se para recuperar a memória de um dos indivíduos mais devotados à nação brasileira no século XX.

Em 1994, como resultado da Comissão do Centenário de Oswaldo Aranha, a Funag já havia publicado um volume com vinte e cinco discursos e conferências (Aranha: 1994w). O trabalho de editoração para a realização desta obra iniciou-se com o reconhecimento dos avanços desse esforço anterior, ao mesmo tempo em que identificou importantes lacunas, que deveriam ser enriquecidas com uma visão mais global sobre a ação política, diplomática e econômica da vida de Oswaldo Aranha. Ademais, era necessário apresentar textos conceituais que sistematizassem seu pensamento e suas crenças, além de notas de rodapé que oferecessem ao leitor a devida contextualização de personagens e fatos ainda obscuros.

O esforço de pesquisa abrangeu quatro tipos distintos de fontes: aquelas publicadas no volume de 1994, as de jornais e revistas da época, a documentação do Itamaraty e, por fim, o acervo da família. No total, foram localizadas quase duas centenas de documentos, sob a forma de cartas, discursos, conferências, entrevistas, depoimentos, prefácios e artigos. Oswaldo Aranha não foi um memorialista, e não deixou reflexões próprias sobre a sua ação política, ao longo de mais de três décadas de intensa atuação nos âmbitos estadual e nacional, bem como nos foros regionais e internacionais nos quais foi chamado a exercer seus talentos. Mas ele foi um talentoso orador, prolífico produtor de discursos, intenso participante de seminários e conferências e um notável missivista,

redigindo, do próprio punho, incontáveis cartas (sobretudo a Getúlio Vargas), em todas e quaisquer circunstâncias.

Os organizadores da obra, analisando a diversidade de fontes, decidiram trabalhar com cinco pilares. O primeiro compreende o período que Aranha esteve na chefia da embaixada do Brasil em Washington até o momento imediatamente anterior à conflagração da Segunda Guerra Mundial, quando já ocupava o cargo de ministro das Relações Exteriores. O segundo trata da ação durante o conflito, apresentando também seus esforços pela democratização, quando não mais atuava no governo. O terceiro apresenta sua ação multilateral e intelectual no pós-guerra. Observamos, aqui, tanto seu otimismo com a criação da ONU para a resolução dos problemas mundiais como sua preocupação com o universalismo da política externa brasileira no contexto da Guerra Fria. O quarto pilar é uma inédita seleção de pronunciamentos de Oswaldo Aranha como estadista econômico, em corte transversal, que compreende o período iniciado com sua participação na Assembleia Nacional Constituinte, em 1934, até sua gestão no Ministério da Fazenda entre 1953 e 1954. Por fim, há o pilar devotado a Oswaldo Aranha como estadista político, com uma seleção de discursos históricos da sua trajetória nas lides domésticas – da batalha contra o governo de Washington Luís, em outubro de 1930, ao suicídio de Vargas e um de seus últimos pronunciamentos públicos, na cerimônia comemorativa do dia de Tiradentes em Ouro Preto, Minas Gerais, em 21 de abril de 1959.

Os discursos foram selecionados segundo os cinco pilares de maneira a oferecer ao leitor o quadro mais amplo possível das ideias e da ação de Oswaldo Aranha. Além de textos introdutórios de contextualização de Paulo Roberto de Almeida e Rogério Farias, o volume conta com relevantes contribuições de Stanley Hilton, Fábio Koifman e Carlos Leopoldo de Oliveira. Esses textos organizam a literatura existente e avançam em tópicos que

abrangem a sistematização do pensamento de Aranha (Hilton), sua ação no tópico da imigração judaica (Koifman) e seu relacionamento com o presidente americano Franklin Delano Roosevelt (Oliveira).

Antes de concluir a apresentação desta coletânea de textos de Oswaldo Aranha, uma palavra especial de reconhecimento é devida ao historiador Rogério de Souza Farias, gestor público trabalhando atualmente no Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, pela exaustiva dedicação e competente *expertise* demonstradas na transcrição, correção e revisão de dezenas de originais coletados nos mais diferentes formatos, o que exigiu um intenso trabalho de preparação de novos originais, que passam doravante a existir em versões agora suscetíveis de serem integradas e disponibilizadas em bases de dados documentais sobre o pensamento e a ação de Oswaldo Aranha, a começar pelos próprios fundos digitais da Funag.

Todo o processo de pesquisa, transcrição, seleção, organização e editoração contou com o ativo apoio da equipe do IPRI, particularmente de Bárbara Graça Schuina da Silva, Danilo de Castro Barbriere, Kamilla Sousa Coelho, Márcia Costa Ferreira, Marco Antonio Maia, Maria Luiza Rodrigues dos Anjos, Patricia Nogueira Teodoro, Rafael de Souza Pavão, Renata Nunes Duarte, Rogério de Souza Farias, Sabrina Dutra da Silva e Valeria Figueiredo Ramos. A equipe da Assessoria Técnica Editorial, coordenada por Eliane Miranda Paiva, atuou diligentemente para a conclusão dos volumes.

Esta obra não teria sido possível sem o apoio, em todas as fases do projeto de publicação dos volumes, dos descendentes de Oswaldo Aranha, em particular os irmãos Pedro e Luiz Aranha Corrêa do Lago. Os dois ofereceram, ao longo do processo, vasta bibliografia de fontes inéditas, além de responderem, com prontidão e de maneira detalhada, às dúvidas da equipe. Os agradecimentos são também dirigidos ao embaixador Rubens Antônio Barbosa e sua

esposa Maria Ignez Corrêa da Costa Barbosa, neta de Oswaldo Aranha, pelo engajamento neste projeto.

Oswaldo Aranha foi único em vários aspectos. Nenhum outro embaixador do Brasil nos EUA (1934 a 1937) terá logrado tamanho prestígio e acesso às mais altas autoridades norte-americanas em circunstâncias que tanto afetaram os destinos nacionais, inclusive no desenvolvimento industrial do país. Como chanceler, de 1938 a 1944, sua gestão contribuiu para orientar a posição internacional do Brasil “no rumo certo num momento crucial da História” (Araújo: 1996). Foi também o único brasileiro a ser eleito para ocupar a presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas. Seus biógrafos (Hilton: 1994) o consideram o maior estadista do Brasil desde o barão do Rio Branco. Seu exemplo de homem público e diplomata é inspirador. Espero que este livro possa tornar mais conhecido o legado desse extraordinário personagem da história do Brasil e de sua diplomacia, bem como os valores que ajudou a consagrar.

Sérgio Eduardo Moreira Lima

CRONOLOGIA

- 15/02/1894 – Nasce Oswaldo Euclides de Souza Aranha em Alegrete, Rio Grande do Sul.
- 21/12/1907 – Requerimento de Euclides Aranha, ao marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, para inscrever seu filho no Colégio Militar.
- 05/10/1910 – Oswaldo Aranha discursa, no Colégio Militar, sobre a proclamação da República em Portugal.
- 12/04/1912 – Presta prova oral para a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.
- 24/01/1914 – Partida para a Europa. Visitaria França, Itália e Suíça.
- 04/04/1914 – Agradecimento de Oswaldo Aranha ao seu sogro, André Gudolle, pelo noivado com Delminda Benvinda Gudolle (Vindinha).
- 14/09/1914 – Chegada ao Rio de Janeiro.

- 20/06/1915 – Participa do funeral de Aníbal Teófilo, assassinado por Gilberto Amado.
- 06/09/1915 – Discursa em comício estudantil no largo São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro.
- 02/09/1915 – Eleito para fazer parte da comissão de estudantes brasileiros de direito que iriam ao Uruguai.
- 30/03/1916 – Escolhido para orador da turma da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.
- 29/07/1916 – Discursa na Galeria Cruzeiro na recepção ao senador Rui Barbosa, que retornara da Argentina.
- 12/06/1917 – Casamento com Delminda Gudolle. Residência em Uruguaiana.
- 02/08/1921 – Discursa em evento promovido pelo Comitê Pró Nilo-Seabra em Bagé.
- 19/04/1923 – Criação do 5o Corpo Provisório da Brigada do Oeste, comandado por Oswaldo Aranha.
- 1924 – Nomeado por Borges de Medeiros para subchefia da polícia da região da fronteira, que tinha por sede Alegrete.
- 1924 – Professor de Direito Internacional da Faculdade de Direito de Porto Alegre.
- 01/03/1925 – Posse como intendente (prefeito) de Alegrete.
- 25/11/1926 – Atua com as forças legalistas em batalha no Rio Grande do Sul. Ferido no calcanhar.
- 15/12/1926 – Eleito deputado estadual pelo PRR.
- 24/02/1927 – Eleições para deputado federal. Eleito pelo 2º distrito, conjuntamente com Flores da Cunha e João Batista Lusardo.
- 24/05/1927 – Chegada da família Aranha no Rio de Janeiro, após viagem via Montevideú.

- 25/01/1928 – Nomeado secretário dos Negócios Interiores e Exteriores do Rio Grande do Sul.
- 01/08/1929 – Criação da Frente Única Gaúcha.
- 05/08/1929 – Início da campanha da Aliança Liberal, lançando a candidatura de Getúlio Vargas.
- 02/01/1930 – Comício na Esplanada do Castelo. Getúlio Vargas lê sua plataforma de governo.
- 01/03/1930 – Eleições presidenciais. Borges de Medeiros aceita derrota eleitoral em 19 do mesmo mês.
- 25/03/1930 – Reunião entre Batista Lusardo, Oswaldo Aranha, Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Maurício Cardoso, Lindolfo Collor e outros. Toma corpo o planejamento para uma insurgência.
- 22/05/1930 – Júlio Prestes reconhecido presidente pelo Congresso Nacional.
- 27/06/1930 – Oswaldo Aranha renuncia a seu cargo no governo gaúcho.
- 26/07/1930 – Morte de João Pessoa na Paraíba.
- 29/09/1930 – Bilhete de Oswaldo Aranha no qual comunica a data do levante (3 de outubro), apresentada como “decisão última e irrevogável”.
- 03/10/1930 – Lidera a tomada do Quartel General da 3ª Região Militar de Porto Alegre com três irmãos. Assume interinamente a Presidência do Rio Grande do Sul.
- 28/10/1930 – Chega ao Rio de Janeiro. Reúne-se com grupo tenentista.
- 12/1930 – Assume o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
- 09/11/1931 – Criação da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Oswaldo Aranha

utilizaria os estudos de tal instância no difícil processo de renegociação da dívida externa.

- 16/11/1931 – Exonera-se da pasta da Justiça e assume o Ministério da Fazenda.
- 29/11/1931 – Comissão da Queima do Café apresenta plano para incinerar o excesso de café retido nos armazéns reguladores.
- 09/11/1932 – Instalada a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da constituição. Oswaldo Aranha participa dos trabalhos ao lado de Afrânio de Mello Franco, José Américo, Francisco Campos, Góes Monteiro, Pontes de Miranda e outros.
- 10/11/1933 – Primeira reunião preparatória da Assembleia Constituinte. No dia 13, Oswaldo Aranha é escolhido líder da maioria.
- 24/07/1934 – Exonera-se da pasta da Fazenda.
- 18/08/1934 – Embarca no navio Augustus rumo à Itália, onde tenta se reunir com Mussolini, a pedido de Vargas e do Itamaraty.
- 13/09/1934 – Chegada a Nova York.
- 02/10/1934 – Apresentação de credenciais como embaixador do Brasil nos Estados Unidos na Casa Branca.
- 02/02/1935 – Assinado tratado de comércio com o governo americano.
- 13/11/1936 – Parte de Miami para o Brasil.
- 27/11/1936 – Faz parte da comitiva que recebe Roosevelt no Rio de Janeiro.
- 01/12/1936 – Delegado à Conferência Interamericana da Paz em Buenos Aires.
- 17/04/1937 – Retornou a Washington.

- 08/10/1937 – Getúlio Vargas redige carta informando sobre a necessidade de uma “reação”, indicando a decretação do Estado Novo. Aranha critica decisão.
- 23/12/1937 – Chegada ao Rio de Janeiro.
- 15/03/1938 – Posse no cargo de ministro das Relações Exteriores.
- 14/10/1938 – Reforma do Itamaraty pelo Decreto-Lei nº 791.
- 06/01/1939 – Recebe telefonema de Sumner Welles indicando a necessidade de consultas de alto nível em Washington entre os dois países. Aranha parte para os Estados Unidos em 29 do mesmo mês.
- 23/03/1939 – Chegada no Brasil. Sucesso da Missão Aranha reconhecido pela recepção no Rio de Janeiro.
- 19/01/1940 – Chegada a Buenos Aires. Conversas bilaterais com políticos argentinos. Assinatura de tratado comercial em 23 do mesmo mês.
- 21/11/1940 – Navio Siqueira Campos é interceptado pela marinha inglesa e levado para Gibraltar. Elevam-se as tensões bilaterais.
- 22/11/1941 – Aranha assina tratados de intercâmbio comercial com a Argentina em Buenos Aires.
- 07/12/1941 – Ataque japonês a Pearl Harbor.
- 15/01/1942 – Preside a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. Discute-se possibilidade de rompimento do Eixo.
- 28/01/1942 – Aranha declara, na última sessão da III Reunião de Consulta, o rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com os países do Eixo.

- 03/03/1942 – Assinatura dos acordos de Washington, de empréstimo e arrendamento de materiais de guerra para o Brasil, pela Missão Souza Costa.
- 18/08/1942 – Divulgação, na imprensa, do afundamento de navios brasileiros gera passetas. Aranha é celebrado em discurso na sacada do Itamaraty.
- 21/08/1942 – Após pressão de Aranha em reuniões ministeriais, o Brasil reconhece a existência de um estado de guerra com a Alemanha e a Itália.
- 28/01/1943 – Encontro de Roosevelt com Vargas em Natal. Oswaldo Aranha não participa, mas oferece orientação a Vargas.
- 09/08/1943 – Criação da Força Expedicionária Brasileira, após esforços de Oswaldo Aranha. Um de seus filhos junta-se aos pracinhas e luta na Itália.
- 23/08/1944 – Deixa o Ministério das Relações Exteriores após o incidente da Sociedade dos Amigos da América. Volta a atuar como advogado.
- 21/01/1947 – Oswaldo Aranha anuncia que assumirá a delegação do Brasil junto às Nações Unidas, após o súbito falecimento de Pedro Leão Velloso. A nomeação oficial sai em 3 de fevereiro.
- 12/02/1947 – Primeiro discurso na ONU.
- 16/09/1947 – Abertura da II Assembleia Geral da ONU.
- 29/11/1947 – Votação da resolução sobre a partilha da Palestina na ONU.
- Final de 1947 – Nome de Oswaldo Aranha é mencionado para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz.
- 13/01/1950 – Discurso de paraninfo na formatura do Instituto Rio Branco.

- 18/06/1953 – Assume o Ministério da Fazenda.
- 09/10/1953 – Promulgada a Instrução n° 70 pela SUMOC, instituindo um sistema de taxas múltiplas de câmbio e permitindo a extinção do controle seletivo de importação.
- 08/06/1954 – Acumula o Ministério da Agricultura, após a exoneração de João Cleofas de Oliveira.
- 26/08/1954 – Discurso em São Borja, no enterro de Getúlio Vargas.
- 1957 – Lidera a delegação do Brasil na XII Assembleia Geral das Nações Unidas.
- 17/12/1957 – Declaração à France Press, em Nova York, salientando necessidade de reatamento diplomático com a União Soviética causa controvérsia no Brasil.
- 27/01/1960 – Falece no Rio de Janeiro.



INTRODUÇÃO GERAL

Rogério de Souza Farias

Oswaldo Aranha foi um dos maiores estadistas brasileiros. Liderou a Revolução de 1930, ocupou a chefia de três ministérios (Justiça, Fazenda e Relações Exteriores), além da embaixada brasileira em Washington. Por pelo menos seis vezes foi cogitada seriamente a sua candidatura à Presidência da República. Do início de sua ação política, ainda como estudante, em 1910, até sua morte, em 1960, é possível traçar a evolução da história política nacional, em suas dimensões doméstica e internacional. Em toda essa trajetória, Oswaldo Aranha foi orador profícuo. Tal fato foi registrado pelos seus contemporâneos e por especialistas. Na edição de 1958 do clássico volume de melhores discursos da história, Lewis Copeland e Lawrence W. Lamm adicionaram o proferido pelo brasileiro no encerramento da II Sessão da Assembleia Geral da ONU (1947), ocasião em que não só liderou a delegação brasileira como presidiu os trabalhos. Entrara, assim, no seleto grupo, ladeado por grandes figuras históricas – de Péricles, Sócrates e Cícero, na antiguidade, a Winston Churchill, Franklin Delano Roosevelt e Martin Luther King Jr., no mundo contemporâneo. Foi o único brasileiro a entrar no volume (Copeland, Lamm *et al.*: 1973, 621-3).

Em 29 de novembro de 2017, serão celebrados setenta anos do histórico discurso. Considerando a efeméride, a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e seu Instituto de Pesquisa de

Relações Internacionais (Ipri) oferecem uma seleção de seus pronunciamentos, conferências, depoimentos, entrevistas e artigos.

O momento é oportuno para tal iniciativa. O Brasil passa por instabilidades e crises não tão distintas daquelas atravessadas por Aranha e sua geração. É relevante, nesse ambiente, recuperar as ideias e a ação de um homem de estado defensor da prevalência das ideias sobre os interesses, do inefável otimismo sobre a grandeza brasileira (Aranha: 1994m).

Decisões editoriais

A Funag já homenageara Oswaldo Aranha com a publicação de um volume de discursos e conferências por ocasião do centenário de seu nascimento em 1994. Foram selecionados, na ocasião, vinte e cinco pronunciamentos, apresentados em sequência cronológica e antecedidos por um prefácio, redigido pelo embaixador Gelson Fonseca Júnior, então presidente da Funag, pelo discurso de Celso Amorim, então ministro das Relações Exteriores, além de breve biografia. A análise desse material indicou que sete dos vinte cinco documentos eram de 1939 – seis pronunciados entre fevereiro e junho; outros cinco, do crucial ano de 1947, quando Aranha chefiou a delegação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) e presidiu os trabalhos da II Assembleia Geral da organização. Três anos durante a Segunda Guerra Mundial, quando exerceu atividades estratégicas à frente da diplomacia brasileira, não foram abrangidos por qualquer material. Havia espaço, portanto, para reapreciar sua vida pública em uma nova seleção.

Ao preparar o novo volume, os editores planejaram, primeiramente, extrair o minério primário para depois lapidar a ganga bruta, tirando o que não luziria mais, para finalmente poder apresentar um texto limpo, significativo e representativo de seu pensamento e ação, inclusive no importante tópico da inserção

econômica internacional do país, tópico não examinado no volume de 1994.

Convém detalhar tal processo. A primeira decisão foi a de abranger temas de economia e política internacional, privilegiando a projeção do Brasil no hemisfério e no multilateralismo. A segunda foi o exaustivo levantamento de pronunciamentos, discursos, entrevistas e conferências que abrangessem o período de sua posse no Ministério da Justiça até a sua morte, em 1960. Esse esforço resultou na reunião de mais de cento e cinquenta novos documentos, muitos deles inéditos para o leitor contemporâneo.

A documentação veio de várias fontes. A primeira foi o volume de 1994, confrontando-os ocasionalmente com outras versões. As outras vieram de periódicos publicados no Rio de Janeiro, em especial o *Correio da Manhã*, além da documentação do próprio Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Os pronunciamentos de debates parlamentares foram retirados dos Anais do Congresso Nacional. O apoio da família Aranha Corrêa do Lago foi crucial na complementação desse material, oferecendo não só manuscritos raros como sua respectiva contextualização. Os editores são especialmente gratos pelos esforços do professor Luiz Aranha Corrêa do Lago. No caso da existência de duas ou mais versões, optou-se pela referência à fonte de mais fácil acesso, geralmente às publicadas em periódicos.

A terceira etapa foi realizar uma escolha representativa dos grandes temas nos quais Oswaldo Aranha atuou, utilizando para tanto as biografias e os manuais de política externa brasileira mais referenciados, além da bibliografia de história econômica. A quarta foi manter um padrão cronológico dividido em fases que correspondem, grosso modo, à sua evolução profissional; optou-se, contudo, por agregar todos os pronunciamentos relacionados a temas econômicos em uma parte separada. Observou-se a

necessidade de redigir introduções para cada parte, como forma de contextualizar o leitor no material selecionado, ressaltando como o conjunto encaixa-se na sua trajetória intelectual. Em decorrência de muitas referências não familiares, os editores redigiram notas de rodapé explicativas para orientar o leitor contemporâneo, apresentando também bibliografia primária e secundária relevante para aprofundamento. Todo esse esforço foi conduzido pela equipe do Ipri.

Assim como a excelente fotobiografia editada por Pedro Corrêa do Lago (Lago: 2017), cujo estudo foi muito útil em todo o processo, optamos pela criação do que pode ser considerado como um título jornalístico para cada texto, representando a ideia central, mas, ao mesmo tempo, preservando, nos subtítulos, a denominação original da fonte, com local e data, quando cabível. O objetivo dessa decisão editorial foi focar a atenção do leitor e permitir uma leitura casual e segmentada.

Esses recortes metodológicos apresentam certas arbitrariedades. Uma delas foi a decisão de não incluir uma seleção sistemática de sua correspondência ativa na coletânea. Tais documentos, em especial os direcionados a Getúlio Vargas, constituem, talvez, a troca epistolar mais importante da política brasileira no século XX. São instrumentos relevantes para contextualizar os pronunciamentos públicos. Sua exclusão, com algumas exceções, decorreu da necessidade de manter a organicidade do volume.

Tentou-se intervir o menos possível na transcrição dos originais. Mesmo assim, algumas modificações foram necessárias. Primeiro, a adaptação da ortografia ao padrão atual. Assim, “Ruy Barbosa” foi grafado como “Rui Barbosa”; “cousas”, como “coisas” – a não ser que a referência esteja no título de alguma publicação. Segundo, a transformação dos sublinhados em itálicos. Por fim, foi conduzida a edição dos textos, retirando-lhes alguns vocativos e

os trechos não pertinentes do ponto de vista editorial da obra ou ilegíveis. Essas lacunas sempre foram indicadas pelo símbolo (...).

Outra decisão foi a de apresentar alguns discursos de natureza doméstica – como o pronunciado no Comício das Quatro Liberdades, em 1945, e aquele que talvez seja o mais lembrado, pronunciado no enterro de Getúlio Vargas, em São Borja, em 1954. Eles foram consolidados na última parte do volume, dedicado a Oswaldo Aranha como estadista nacional. O leitor poderá identificar, nesses casos, associação direta com os princípios defendidos por Aranha em seus esforços diplomáticos. As fronteiras que dividiam o interno e o externo, desse modo, não cingiam a universalidade de suas crenças na democracia, na capacidade humana de empatia ao próximo e na necessidade de uma estrutura econômica equitativa para alcançar a paz e a prosperidade. No momento da euforia e da tristeza, sua preocupação gravitava sempre para o “futuro de nossa pátria”, de maneira a “integrar o Brasil em si mesmo”, no espírito de o país caminhar para tomar seu lugar “entre as maiores nações do mundo”, como falou, de forma comovente, ao lado da lápide de Vargas, em 26 de agosto de 1954.

A retórica da liderança: o discurso na formação política de Oswaldo Aranha

O discurso é exercício fundamental e cotidiano do homem público, geralmente voltado para o convencimento. Aranha exerceu tal poder com maestria. Ele parecia seguir a observação de Dean Acheson, de que “[the] task of a public officer seeking to explain and gain support for a major policy is not that of the writer of a doctoral thesis” (Acheson: 1969, 375). Essa foi, de forma geral, a filosofia do político brasileiro em sua carreira pública e esteve intimamente associada à sua crença na democracia. O mecanismo fundamental de tal ação era a manifestação pública. Nesses ambientes, a oratória era fundamental.

Desde o Império, como indica Andrew J. Kirkendall, a oratória era habilidade apreciada na constituição do corpo estudantil brasileiro (“oratory linked the skills valued in extracurricular student life with the abilities necessary for public lives in provincial or national legislatures or, if all else failed, in the courtroom”). Seguiu-se à máxima de que a liderança estava vinculada à habilidade na sustentação oral (Kirkendall: 2002, 50 e 4). Na República Velha, a alocução pública continuou a ser um mecanismo de sinalização social (Borges: 2011, 74). Era por intermédio dela que se forjava a liderança dentro de movimentos políticos.

O discurso era o meio de propagação de ideias e de posicionamentos políticos. Como grande parte da população era analfabeta, ele alcançava, portanto, amplo público. Sua transcrição em jornais e a conseqüente leitura em outros ambientes ajudava a sua propagação, assim como, a partir da década de 1920, o uso do rádio.

O marco fundamental da expansão do discurso político na República Velha foi a campanha civilista de 1910, que mobilizou a sociedade a favor de Rui Barbosa, combatendo a candidatura do militar Hermes da Fonseca ao cargo de presidente da República (Felizardo: 1980, 96). Foi nesse ambiente político que Oswaldo Aranha se formou.

Em novembro de 1912, tornou-se sócio honorário da Sociedade Literária do Colégio Militar. No ano seguinte, era já ativo participante do Centro de Estudantes da Faculdade do Rio de Janeiro. Em 10 de novembro de 1913, há o registro de um discurso seu exaltando “as vantagens do contrato integral sobre os regimes da indissolubilidade e do divórcio e vínculo”. Esse tipo de oração técnica logo deu lugar a pronunciamentos de cunho político. A maioria estava longe de atrair público significativo. Isso pode ser observado em julho de 1915, no Largo de São Francisco, quando, na posição de representante das “escolas superiores”, atuou em

esvaziado comício contra a diplomação de Hermes da Fonseca ao Senado Federal (O Paiz: 1915; Hilton: 1994, 8).

Na sua formatura, em 1916, foi escolhido como orador da turma. A comemoração deu-se em setembro, quando um grupo de amigos lhe ofereceu um jantar no famoso restaurante Assírio. O repórter anotou que sua oração, “um lindo improvisado”, foi proferida em tom “cheio de emoção e sinceridade”. No mesmo ano, foi um dos que discursaram na cerimônia de recepção de Rui Barbosa no Rio de Janeiro, quando o eminente baiano retornara de Buenos Aires, onde proferira histórica oração sobre o dever dos países neutros. Importante ressaltar a atuação de Aranha na Liga da Defesa Nacional nesse momento, algo que lembraria quase trinta anos depois, em pronunciamento na própria Liga (Aranha: 1994i; Lago: 2017, 48; O Paiz: 1916a; O Paiz: 1916b). Ele retornou ao Rio Grande do Sul em janeiro do ano seguinte, onde deu continuidade à sua formação como homem público (Lago: 1996, 65-384).

Oswaldo Aranha fez da palavra seu instrumento de batalha política, sua ferramenta para modernizar o Brasil e sua trincheira de defesa contra os totalitarismos de esquerda e de direita. A firmeza de princípios e a habilidade na articulação política deram substância aos seus dons de oratória. A população e as lideranças políticas e sociais naturalmente gravitavam para sua presença, especialmente nos momentos críticos – o que lhe rendeu velados ciúmes por parte de Getúlio Vargas, seu amigo e a quem devotava fidelidade, atenção e respeito nunca reciprocados de forma equivalente.

Isso é possível observar, por exemplo, em 18 de agosto de 1943, após notícias do afundamento de mais embarcações brasileiras por submarinos alemães. De acordo com um jornalista que acompanhou o cotidiano do Rio de Janeiro no dia, o povo viveu “um dos seus momentos supremos de exaltação patriótica”. Os populares aglomeraram-se na Galeria Cruzeiro e a multidão espalhou-se pela

Avenida Rio Branco, aclamando o nome de Oswaldo Aranha. Desde as 15:00 da tarde, uma “massa popular se comprimia em frente ao Palácio Itamaraty”, onde exigiram o pronunciamento do ministro das Relações Exteriores. Da sacada do primeiro andar, Aranha discursaria uma hora depois, interrompido a todo tempo por “palmas delirantes” (Correio da Manhã: 1942). O crescimento de seu prestígio faria uma sombra no Palácio do Catete, o que levaria a um pretexto para forçá-lo a se afastar do cargo em 1944.

Os discursos de Oswaldo Aranha apresentam um homem culto e cosmopolita, um leitor voraz que absorve e reestrutura o pensamento, antigo e moderno, para compreender o mundo. Sua biblioteca, tanto na residência na Ladeira do Ascurra, em Cosme Velho, como, posteriormente, na rua Campo Belo, nas Laranjeiras, estaria sempre atualizada com os últimos volumes publicados em Londres, Paris e Nova York, sem contar com os clássicos da literatura ocidental. O discurso em homenagem a Roosevelt, proferido em Recife, em 1945, tinha quinze citações em suas 9.293 palavras – de Goethe a Bergson, de Nietzsche a Emerson, de Carlyle a Lincoln, de Terêncio ao apóstolo Paulo. Importante notar que esse amplo conhecimento não diminuía sua humildade. Repetidamente reconhecia que sua audiência tinha mais conhecimentos sobre o assunto a palestrar, mesmo quando esse não era o caso; apresentava trabalhos bem preparados como “leitura enfadonha de ideias mal alinhadas” (ver Aranha: 1958a).

Entre suas maiores admirações e inspirações estava um brasileiro: Rui Barbosa, considerado por ele como um “imenso e insondável oceano humano” (Aranha: 1950). A influência de Rui não estava só no seu estilo de tribuno sofisticado e na ocasional retórica floreada. Aranha celebrou as “tradições de imparcialidade histórica e cultura jurídica” do Brasil, enriquecidas pelo grande tribuno baiano, algo que credenciava o país a desempenhar papel de relevo na administração da ordem internacional (Aranha: 1947e).

Ao leitor deste volume não escapará, contudo, a avaliação de que Aranha era homem de seu tempo, inclusive em sua linguagem. Nesse último aspecto, cabe salientar sua crença de que todos povos cumpriam um ciclo que passava pela independência, pela igualdade e pela democracia (ver, por exemplo, Aranha: 1957c). Isso pode ser visto, por exemplo, como concebia os termos “raça”, “povo” e “civilização”. Ele utilizava tais termos como sinônimos de sociedade, do ponto de vista cultural e político. Era por essa via, por exemplo, que celebrava a “obra civilizadora no trópico”, em retórica celebratória semelhante à utilizada pela sua geração, admiradora de Gilberto Freyre e outros intelectuais com ideias semelhantes. O que o diferenciou foi a forma como aproximou o pan-americanismo dessa crença. A América, “o continente da paz”, nesse contexto, era um farol para a humanidade. Como afirmou em 1947: “We Brazilians envisage just one solution for the world: its Americanization” (Aranha: 1947d; Aranha: 1994p). O termo “civilização” também é comumente utilizado, em seu discurso, como sinônimo de desenvolvimento. Assim, na conferência realizada na Faculdade de Direito de Porto Alegre, indicou que uma nação será “mais civilizada” de acordo com a adaptação de seu espaço à política mundial – uma situação diferente da anterior, quando os avanços dependiam somente da situação doméstica (Aranha: 1949b).

Aranha tinha talentos naturais na formulação do discurso político. Não se deve olvidar, contudo, que era estudante aplicado. Na sua trajetória profissional, recorrentemente estudava a oratória dos grandes tribunos. Essa dedicação pode ser observada no seu exame do discurso inaugural da administração do presidente americano Franklin Delano Roosevelt:

A sua oração inaugural é uma das peças mais notáveis dos anais oratórios. A sua eloquência não era tribúncia, feita

de arrebatamentos e conclamações, capazes de dominar, pela retórica e pelos arroubos, as massas e as assembleias.

A sua voz era suave demais para esses arremetimentos e a sua consciência, provada na dor, serena demais para o jogo político da exacerbação das paixões populares. Ele era um orador familiar, cheio de emoção, cioso do fundo e da forma, para quem a palavra era uma ideia, a oração quase uma prece, pois terminava sempre numa invocação a Deus.

Não quero com isso dizer que não haja ele, por vezes, elevado a voz aos tons mais altos e nobres da eloquência humana. Mas o traço dominante da sua oratória é o apostolar. Ele não fazia discursos, predicava com a dialética iluminada dos convencidos e reformadores.

Creio, mesmo, que criou uma “forma rooseveltiana” de falar, que irá para a história como uma das mais belas e nobres conquistas da sensibilidade e do pensamento político de nossos dias.

A sua predicação foi constante e cada vez mais inspirada, porque a vigilância do destino do seu povo ele a exerceu como um catequista na obra missionária de conversões.

Ele usou a linguagem de um reformador que prega, defende e exalta a sua doutrina com a lógica da verdade adquirida, do pensamento puro, das ideias humanizadas pelos sentimentos (Aranha: 1945e).

Alguns textos, principalmente os do período em que ocupava posições formais no governo, foram claramente formulados por assessores por inteiro ou em trechos relevantes. Não é difícil a identificação destes. Mesmo a leitura de textos proferidos décadas atrás não deixam de indicar características centrais de Oswaldo Aranha: sua erudição, sua facilidade em compor apresentações, sua altivez, seu domínio escorreito da língua, sua afabilidade na crítica, seu idealismo e seu otimismo. O improvisado não significou

orações desestruturadas, ideias desconexas. Não relia e corrigia exaustivamente seus rascunhos. Tal transparência demonstra como foram arriscadas – e certas – suas avaliações sobre a evolução da política internacional: da decadência do comunismo à ascensão da China, do avanço da democracia à confiança na capacidade brasileira de enfrentar com denodo seus problemas internos e externos.

PENSAMENTO INTERNACIONAL DE OSWALDO ARANHA

Muitos poderiam julgar Aranha como pouco talhado para atividades diplomáticas. Assis Chateaubriand, por exemplo, definiu-o, em 1944, como “o sangue borbulhante do espanhol, o estouvamento do guerrilheiro da luta civil, a capa do espadachim, o estilo nervoso, indomável do homem do continente sul” (Chateaubriand: 1944). Virgílio de Mello Franco, seu grande aliado político, acreditava que seu colega era “mais guerreiro que apóstolo” (*apud* Lago: 2017, 100). Era homem de batalhas e não de conciliábulos.

A crença na incompatibilidade, contudo, seria apressada. Aranha apreciava a ordem jurídica, pré-requisito relevante da atividade diplomática, tendo lecionado direito internacional em Porto Alegre em 1924. No cruento choque entre chimangos e maragatos da década de 1920, a despeito de militar nas hostes de Borges de Medeiros, manteve diálogo franco e aberto com seus adversários. Era firme e bravo nos embates, mas cordial e magnânimo nas vitórias. Sabia reconhecer os valores do campo oposto, ainda que mantivesse a deferência junto à sua formação familiar e ao seu grupo político. Mesmo sendo a “estrela da revolução”, demonstrou ter espírito moderado, conciliador e circunspecto na construção da ordem nacional.

Havia, ainda, outro fator a ajudá-lo no exercício diplomático: seu idealismo e até uma visão romântica da realidade. Essa foi a percepção de vários contemporâneos. Gilberto Freyre, após a morte de Aranha, afirmou: “nunca deixou de todo de ser o brasileiro um tanto romântico dos seus dias de jovem e dos seus sonhos, talvez difusos, de revolucionário” (Freyre: 1961). O gaúcho aproximava-se, desse modo, mais do liberalismo americano do que da *realpolitik* europeia. Como o presidente americano Woodrow Wilson, desejava nada menos do que uma revolução na forma como se operava a política internacional; tal sentimento chegou ao seu auge em 1947, durante suas atividades junto à ONU. Aranha acreditava aproximar-se “uma humanidade com a qual sonharam os utopistas” (Aranha: 1994f). Seu otimismo não era retórica vazia de coquetéis e encontros diplomáticos; foi característica que lhe seguiu até o fim da vida. Em um de seus últimos discursos, disse: “Direis, agora,(...) que ouvistes um velho e impenitente sonhador. Eu vos direi que o sono, sem sonho, é a morte, a vida uma noite sem o dia e o mundo uma luta sem fé e sem paz” (Aranha: 1958a). Esse idealismo, assim como outras características, merece ser estudado para compreender a seleção de discursos, entrevistas e conferências apresentada nesta obra e, mais importante, para compreender o impacto na atividade diplomática brasileira do período.

O primeiro ponto a examinar é que, no imediato pós-guerra, muitos analistas propunham um divórcio material e analítico entre o plano doméstico e a política internacional. No primeiro, viver-se-ia sob uma ordem soberana conduzida por um estado com o monopólio do uso legítimo da força; no segundo, a anarquia do sistema internacional imperaria. O intrigante de Oswaldo Aranha é sua crença na inviabilidade de se divorciar os dois domínios. Na ligação entre esses dois planos está sua crença na íntima interconexão entre o poder de agência do indivíduo, o papel transformador das ideias e a força dos regimes democráticos.

Ter adotado tal conjunto de valores, considerando o ambiente predominantemente determinista e autoritário do período que vai da República Velha até o Estado Novo, é intrigante. Uma razão talvez decorra das teorias em voga chocarem-se com o seu inveterado otimismo, tornarem irrelevante a capacidade de agência do cidadão e decretarem a decadência do regime democrático. De qualquer forma, há grande consistência em seus pronunciamentos sobre a capacidade do indivíduo de superar seu meio e fortalecer a democracia ao longo de sua carreira pública. Em 1945, por exemplo, afirmou: “É falsa a concepção fatalista que faz do ser humano uma resultante exclusiva de fatores naturais e biológicos” (Aranha: 1945e). Ele tinha fé na capacidade de agência humana, daí sua preocupação com a “resignação fatalista” que parecia ser uma “fraqueza do homem contemporâneo” (Aranha: 1994t). Mesmo nas profundezas do Estado Novo, não teve menoscabo em defender a centralidade do indivíduo e da opinião pública na conformação da ação estatal (Aranha: 1994j; Aranha: 1994j; Aranha: 1994e).

Seu pensamento político, porém, não era o de simples liberal. Isso pode ser observado na forma como concebia o indivíduo nos destinos da sociedade. A despeito de a liberdade e o individualismo serem aspectos essenciais da ordem americana que tanto apreciava, Aranha tinha certas restrições sobre a forma como os filósofos políticos liberais de seu tempo defendiam o segundo aspecto. Para ele, a celebração incontestada do indivíduo poderia descambar para uma excessiva adoração do “grande homem”, algo trágico para uma comunidade política. Em 1945, por exemplo, apreciou o tema ao indicar que gostava dos que cumpriam “o seu próprio destino” e não daqueles “que se acreditam predestinados”, que arrastavam multidões para quase subverter “a civilização com a loucura e a crueldade de suas ideias e ambições” (Aranha: 1945e).

Oswaldo Aranha acreditava no poder revolucionário das ideias. No imediato pós-guerra, julgou que, além da reestruturação

material de um mundo destruído por um conflito sem precedentes, era necessária uma reestruturação moral da humanidade – “a luta que se segue às guerras é de caráter espiritual”, disse na abertura da II Assembleia Geral da ONU (Aranha: 1994f; Aranha: 1994n). Somente sob a égide de um novo código de conduta a humanidade poderia sobreviver ao pós-guerra. Esses valores, em sua opinião, deveriam ser aqueles propalados pela experiência democrática americana, no plano doméstico e pelo pacifismo jurisdicista pan-americano, no plano regional.

O seu idealismo também pode ser observado na sua confiança sobre o futuro do Brasil e da humanidade. Em seu pronunciamento de agradecimento ao receber o título de doutor *honoris causa* da Universidade do Rio Grande do Sul, esse otimismo ficou claro quando disse: “um futuro melhor, mais humano, igual e feliz, para todas as criaturas, parece aproximar-se das gerações que nos irão suceder” (Aranha: 1949b). Essa sua confiança decorria da forma como definia o ser humano e a sociedade e da confiança no poder revolucionário da tecnologia de resolver os grandes problemas da humanidade.

Como será apreciado nas introduções setoriais, sua crença na democracia era inabalável. Sua profissão de fé iniciara com seus primeiros passos na vida pública e sedimentara já no primeiro cargo que ocupou, de intendente em Alegrete, quando celebrou a “nivelção democrática dos direitos” (Aranha: 1925). Mesmo o Estado Novo não conseguiu abalar seus princípios de que uma vida democrática e liberal era fato central na experiência política brasileira. Em março de 1938, por exemplo, escreveu para seu amigo Sumner Welles:

O povo brasileiro continua a ser absolutamente o mesmo, mantendo inalteradas a sua vida e tradições democráticas e liberais. A democracia não é um governo, uma lei ou uma constituição: é uma prática. Esta é a razão pela qual existem

no mundo monarquias consideradas democráticas e liberais e repúblicas que são verdadeiras autocracias. As formas de governo são, por vezes, e nas mais das vezes, meras aparências, ou, mesmo, necessidades momentâneas, que em nada modificam o sentimento, o espírito, a tendência e a vida dos povos.

O Brasil foi sempre democrático, quer no Império, quer na República, porque o seu povo, desde a Independência, não compreendeu nem poderá compreender outra forma de viver (Aranha: 1938b).

Esse seu idealismo não o levou a ser nefelibata, pairando no mundo das nuvens e abraçando expectativas irreais. Aranha sabia que o mundo era abundante em “ambição egoísta e conflitos irreconciliáveis” (Aranha: 1994n). Mas confiava na capacidade dos indivíduos de transcenderem essa armadilha e das instituições, nas quais estavam inseridos, de amparar o diálogo da cooperação.

A criação da ONU, em 1945, fortaleceria seus princípios. Ele não teve menoscabo em afirmar, da tribuna da organização, ser “a democracia (...) um imperativo da civilização e da cultura”. Ele acreditou ser aquele ambiente uma escola e um aprendizado de prática democrática, um parlamento do mundo, no qual regras de procedimento e ritos processuais permitiam dirimir conflitos e criar uma era de paz e prosperidade. Essa crença decorria da percepção de que não era mais possível, após a sua criação, “na sociedade das nações, como na dos indivíduos, o predomínio exclusivo de um sobre todos os demais”. Para ele, a nova “realidade mundial” restringia “cada dia mais a faculdade e a possibilidade de fazer e até de aceitar a guerra” (Aranha: 1949b). Isso refletia até nas responsabilidades da diplomacia profissional, pois, na sua opinião, a missão daqueles que representavam o bloco ocidental deveriam ter como tarefa central a defesa da democracia (Aranha: 1950).

A vitória sobre os países totalitários, a criação da ONU e a redemocratização levaram-no a acreditar que, no imediato pós-guerra, o momentum da aliança ocidental, especialmente a composição de forças para vencer o totalitarismo, poderia ser suficiente para conter a expansão soviética – era a “força invencível da recuperação democrática dos povos” (Aranha: 1994t). Deve-se salientar, contudo, que não acreditava na imposição desses valores à força. Cada país tinha uma caminhada própria e não cabia a nenhum ente, inclusive as Nações Unidas, forçar soluções. Para ele, era inaceitável a intervenção na soberania alheia, mesmo que fosse com o propósito bem intencionado de promover a democracia, afinal, “o regime político de cada povo é, em última análise, o resultado de sua própria cultura moral” (Aranha: 1994e). Essa era uma sinalização de que acreditava no poder do exemplo e não da força na expansão do liberalismo democrático.

Outro aspecto da oratória de Aranha associado ao idealismo e à defesa da democracia foi a admiração dos Estados Unidos como nação, especialmente após 1934, algo que progressivamente destoaria da opinião geral, principalmente no núcleo político doméstico ao qual estava associado. Se, em 1943, estar ao lado de Washington significava a defesa da liberdade diante dos países totalitários, na década de 1950, essa posição e até a admiração aberta dos americanos era criticada por amplos setores da opinião pública no mínimo como ingenuidade. Convém observar, porém, que Aranha nunca abraçou acriticamente a política externa americana, havendo nuances que devem ser exploradas.

Na década de 1930, durante sua gestão como embaixador em Washington, adotara certa celebração retórica e sentimental das duas sociedades e suas relações bilaterais. Aranha argumentou que Brasil e Estados Unidos herdaram a aliança de suas respectivas ex-metrópoles (Aranha: 1994p). A despeito desse legado, em sua opinião, as relações entre os dois países sempre foram difíceis.

A cooperação era “obra de um sacrifício recíproco de interesses próprios para colimar objetivos comuns” (Aranha: 1994a).

Sua otimista visão das Américas foi transformada para um julgamento de vulnerabilidade diante de um mundo cada vez mais complexo, além de certa decepção com a política externa americana, em especial o abandono da política da boa vizinhança. Ainda que tenha definido a aliança como “uma fatalidade irrecusável”, argumentou que não deveriam os brasileiros ficar “resignados a um destino que não pudemos ou não queremos escolher” (Aranha: 1958b). Ele adicionava que as “tradicionais e excelentes relações” do Brasil com os Estados Unidos não deveriam anular o “nosso direito de iniciativa e a nossa capacidade de discernimento na orientação da nossa conduta entre as nações” (Aranha: 1958c).

Após 1954, quando não mais ocuparia cargos na administração pública federal, Oswaldo Aranha teve mais liberdade para estudar a política internacional e a política externa brasileira. Sua argúcia analítica é evidente nos pronunciamentos desse último período, sendo impressionante seus acertos. Sua boa percepção não o trairia. Em um mesmo discurso, proferido em 1958, vaticinaria a vitória do Ocidente na Guerra Fria, a ascensão da China como potência mundial, e algo muito semelhante ao que hoje denominamos de internet.

O fim da Guerra Fria, o primeiro ponto acima, era algo que previra em 1948. Na ocasião, considerou que o conflito seria transformado vagarosamente em uma “paz fria”. Seria “obra vagarosa, paciente, tenaz e eficaz, da persuasão sobre a força”. Uma das fontes de tal percepção era sua identificação do trabalho russo como “de pouco rendimento e deficiente a organização econômica do país”. Mais importante para a derrocada soviética, contudo, estava a “oposição comunista à natureza humana” (Aranha: 1994m). Isso levou Aranha a afirmar, que, “mais dia menos dia”, o império russo

acabaria (Aranha: 1949b). Ele reforçaria tal afirmação logo após o lançamento do satélite Sputnik, em 1958, prevendo a abertura do sistema soviético e a vitória do ocidente na Guerra Fria – fenômeno, julgado como decorrente da “força invencível dos povos democráticos” (Aranha: 1958a).

No segundo tópico, Aranha indicou que a incorporação de Pequim à ONU significaria “uma nova era para a política internacional”. Ele acreditava que o país teria grande papel no futuro da política internacional. Por fim, estava o que ele denominou de “máquina fantástica da nova inteligência”, um “cérebro eletrônico”, produto de “todos os elementos e recursos de informação” que descortinaria “os horizontes”. Para os que hoje vivem no mundo *pervasivo* da internet, a descrição é surpreendente. Para Aranha, o mundo viveria “à luz de um sol sinistro, criado pelo engenho humano, que faz ver sem se deixar ver”; se antes violavam-se fronteiras, chegava a era de avanços sobre “as consciências e as ideias”. Tal descrição assemelha-se à hodierna realidade, onde a intimidade padece de proteção no mundo virtual. Essa interpretação nasceu da forma como concebia a informação como elemento central na condução da política internacional. Seriam os serviços de inteligência e não exércitos em marcha que definiriam o resultado dos conflitos futuros. Daí a importância que dava ao que hoje se denomina de “indústrias culturais” (Aranha: 1958b).

Em pelo menos um caso, suas palavras tiveram efeito direto sobre o resultado previsto, ainda que não estivesse mais vivo para presenciar: o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética em 1961. Esse foi um tema que abraçou no segundo semestre de 1957 e que teria formatação mais completa no artigo que publicou na *Revista Brasileira de Política Internacional*, em 1958. A argumentação que desenvolveu teria implicações gerais para a política externa brasileira nos próximos quinze anos. Para Aranha,

[o] reconhecimento da existência de um governo estrangeiro é, e não pode deixar de ser, mera questão de fato. Ele de nenhum modo importa em aprovação quer aos processos que levaram esse governo ao poder, quer à sua filosofia política ou às suas inovações no direito interno. (...)

Temos que pensar em termos de comércio regular e contínuo com todos os países do mundo, inclusive os soviéticos, a fim de comprarmos em melhores condições, não importa onde, e de vendermos o mais que pudermos, a quem pagar melhor preço. Não devemos limitar-nos a pensar apenas em sair de dificuldades atuais, vendendo uma parcela do café que temos armazenado. Devemos programar para o futuro, pensando numa política de diversificação de nossas exportações que, a longo termo, nos leve à venda dos produtos manufaturados (Aranha: 1958c).

O argumento demonstra, primeiramente, seu sofisticado conhecimento da tradição diplomática brasileira e da disciplina de direito internacional público. Um segundo aspecto a ser relevado é como ele adianta conceitos que se tornariam centrais na política externa brasileira, em especial a noção de universalismo e diversificação de exportações. Por fim, deve-se notar seu foco mais econômico, principalmente no tema da composição da pauta exportadora do país.

Não pode se dizer que Oswaldo Aranha acertou todas as suas opiniões sobre o futuro. Sua grande admiração à ONU levou-o a cogitar que o processo de descolonização seria conduzido pela organização, provavelmente em processo semelhante ao que comandara sobre a questão do mandato da Palestina; também não acreditou na continuidade da expansão soviética na periferia (Aranha: 1958a). Havia, também, certo afastamento com relação à nova geração. Ele aprendeu a ver o Brasil como uma potência em ascensão, não gostando de se associar a blocos que não fossem o das democracias ocidentais.

Não me filiei jamais aos que querem apresentar o Brasil como um pedinte, um necessitado, quase esmolér. Não acreditei nunca nas vantagens da subserviência diplomática nem nas invocações sentimentais para a obtenção de outras vantagens, além das que considerei justas e devidas ao Brasil. Nunca me apresentei como enviado de um país “subdesenvolvido”, mas do um povo consciente de seus direitos e deveres (Aranha: 1958a).

Oswaldo Aranha acreditava que a sociedade brasileira deveria ter papel proeminente na política internacional. Era, assim, extremamente crítico não só à associação à periferia como à possibilidade de o país ficar “à margem das decisões mundiais, espectador pacífico e pacifista dos acontecimentos internacionais” (Aranha: 1994l). Isso decorria, em sua opinião, tanto das características da formação histórica brasileira como da capacidade de seus estadistas e diplomatas. Por isso exortou uma jovem turma formada no Instituto Rio Branco, em 1950, a ter um papel “mundial” (Aranha: 1950). Em sua visão, logo após a Segunda Guerra Mundial,

o Brasil, de mero colaborador na ordem diplomática, política e jurídica do mundo será, agora, chamado, na paz ou na guerra, a intervir e a desempenhar uma ação efetiva na ordem mundial. Toda vez que esta ordem vier a ser ameaçada, terá o Brasil de exercer, em todos os campos das atividades mundiais, uma intervenção direta e responsável (Aranha: 1994l).

A globalização dos interesses brasileiros em sua política externa e a defesa da proeminência do país na construção ordem internacional seriam, assim, contribuições centrais para seus sucessores. Essas concepções, assim como a defesa do multilateralismo e da democracia, constituíram o legado duradouro do pensamento diplomático de Oswaldo Aranha, algo que persiste até os dias de hoje (Almeida e Araújo: 2013).

OSWALDO ARANHA: THE EVOLUTION OF HIS STRATEGIC VISION

Stanley Hilton

On the afternoon of October 3, 1930, a tall, handsome politician, thirty-six years of age and father of four children, voluntarily and for reasons of personal honor, undertook an extremely dangerous mission: he led a group of armed men, that included three of his brothers, in an attack on the headquarters of the federal garrison in Porto Alegre. That young man was Oswaldo Aranha and his courageous act was the signal for a general uprising in the state of Rio Grande do Sul against corrupt, oligarchic rule in Brazil. Aranha had organized that “Revolution of 1930”, which quickly spread to other states, and was its guiding spirit: during the ensuing fighting, he served as a combination minister of war and chief of staff. Later that month the Revolution succeeded in toppling the autocratic president in Rio de Janeiro and installing Getúlio Vargas, governor of Rio Grande do Sul, in the presidency. Four years later almost to the day, with Brazil once again under constitutional rule and Vargas as elected president, Aranha assumed a new role in national life: on October 2, 1934, he called at the White House to present to Franklin D. Roosevelt his credentials as Brazil’s new ambassador to the United States. Three instructive years in Washington, where he became the most popular Latin American envoy and a favorite at the White

House, came to an abrupt end in November 1937. With support of army leaders, Vargas closed the political system, suspending the Constitution of 1934, cancelling elections, and announcing the establishment of the Estado Novo, a seemingly fascistic personal dictatorship. Feeling personally betrayed by Vargas, Aranha relinquished his post in Washington and returned to Brazil. The chief executive had acted for reasons of domestic politics in setting up the Estado Novo, but the international outcry, especially in the United States, was sharp. While consolidating his regime along semi-totalitarian lines, he needed to allay international suspicions about his intentions by putting someone in charge of Itamaraty who not only had the requisite intellectual ability and understanding of international affairs, but also the credentials of a liberal-democrat. One man in particular possessed all of that and something else – the full confidence of the Roosevelt government. Thus it was that Oswaldo Aranha in March 1938 became foreign minister of Brazil. During the ensuing catastrophic global conflict his firm, tactful, prudent hand helped Brazil meet with enviable success the monumental problems created by the war. He left office in August 1944 as victim of internal political intrigue, but also as the symbol within the regime of a widespread desire for political liberty in Brazil and a diplomat of exceptional prestige in the world of diplomacy. Proof of that came three years later, in September 1947, when he was elected president of the United Nations General Assembly, a crowning achievement for a remarkable career.

The trajectory of Oswaldo Aranha's public career suggests the evolution of his strategic vision from its essentially regional focus to an internationalist, or global, outlook. Born in Alegrete in 1894, his world was his family and Rio Grande do Sul. He was not unaware of, or unconcerned about, problems and conditions in other parts of the country. After all, he attended the Colégio Militar and Faculdade de Direito in Rio de Janeiro, where he was

involved in student politics. He even visited Europe on the eve of the Great War, attending for a brief time lectures in Paris at the Sorbonne and other institutions. He spoke foreign languages: Spanish was a second language to him and he studied French in school and took lessons during his stay in Paris. Later, whenever he would meet Roosevelt, the two men would speak French with one another. All of this was undoubtedly a broadening influence, but Aranha's thoughts were primarily on Rio Grande do Sul and it was there that he returned after law school to set up his practice, marry, and raise a family. He became passionately involved in state politics, leading men into battle and suffering bullet wounds during the civil wars there, taking office as the elected mayor of Alegrete in 1925, and then in rapid succession serving as a state and then federal congressman. He relinquished his position in the Chamber of Deputies after only a few months, however, to accept in 1928 an appointment back home of much greater interest to him – that of Secretary of the Interior in the new state government of Getúlio Vargas in Porto Alegre. And in that post he labored successfully to promote inter-party unity in Rio Grande do Sul as a means of strengthening the viability of Vargas's presidential candidacy and realizing his own dream: to have a *gaúcho* occupy Catete Palace. Vargas was the candidate of the Liberal Alliance in the elections of 1930, the result was considered fraudulent, and Aranha had no hesitation in organizing an armed rebellion to impose a Vargas presidency on Brazil.

In the aftermath of the Revolution, Aranha became a *national* figure. Arguably the best known and most popular of the that movement's top men, he was certainly the most prestigious within the highest echelon of the conspirators who knew that he was the real architect of the rebellion and that Vargas had been hesitant, reluctant, and at times even obstructionist in the preparatory phase. A French correspondent who arrived in Rio de Janeiro on

October 3, 1930, sent a dispatch to his newspaper in Paris in mid-month commenting on key names associated with the uprising. “There is also and above all Oswaldo Aranha, almost unknown yesterday, [but] famous today to the point that his name served as the rallying signal”. Vargas himself, in a letter written during the Revolution, acknowledged that Aranha was “o melhor servidor da grande causa”. With the triumph of the revolt and his move to Rio de Janeiro to join Vargas’s cabinet, Aranha quickly became known to the public from one end of the country to the other, a fact that did not entirely please the dictator, according to General Pedro de Góes Monteiro, a member of the revolutionary inner circle, who more than once heard Vargas comment somewhat resentfully on his junior associate’s popularity (Waleffe: 1930; Vargas: 1930; Pedro de Góes Monteiro, quoted in Coutinho: 1956, 159).

Aranha’s official activities during the period of Vargas’s temporary dictatorship, the Provisional Government (1930-1934), further educated him about problems and conditions throughout Brazil. It was *national* experience and he had to think in *national* terms. His previous administrative duties had been restricted to Rio Grande do Sul, but now the portfolios he now held, that of Justice for a year and then that of Finance for two years, involved him in discussions, negotiations, and correspondence with political, business, and military officers from various parts of the country, led to mediatory efforts in state political crises, and necessitated continual interaction with the press in the capital. He opened his office door in the Ministry of Justice weekly to the public to listen to grievances, which further sensitized him to the needs and conditions of the Brazilians outside the framework of power. Communist subversion loomed as an increasing problem and Aranha’s office maintained steady contact with state and local authorities, exchanging information and discussing counter-measures. Once installed in the Ministry of Finance, he became

involved in studies and discussions of all aspects of the country's economy, from industrial and agricultural production to foreign trade, interacted systematically with other ministries regarding budget requests, and negotiated a funding loan with American, British, and French creditors to ease foreign debt payments. The three-month civil war that erupted in July 1932, when the state of São Paulo revolted against the Vargas regime, saw Aranha involved *ex officio* in emergency arms purchases and arranging special credits for state governments to pay for troop mobilization. He personally visited the main zone of combat in the Paraíba Valley on several occasions and maintained steady correspondence with key federal commanders and state authorities. Following the conflict, another special responsibility arrived at his desk: membership on a committee created by Vargas to write a draft of a new constitution to be submitted to a constituent assembly.

In view of the all-encompassing range of his activities and the wealth of experience he had acquired since October 1930, it is little wonder that Aranha's strategic horizon had broadened considerably. He had never been a hidebound provincial or regionalist and his love for his native state had not weakened a strong sense of patriotism. Indeed, he believed that by advancing the interests of Rio Grande do Sul and making it a model of political unity, he was, in a sense, serving a broader cause. But during the period 1930-1934 he unquestionably had gained a deeper understanding of Brazil as a whole and grown to appreciate more than ever the need to subordinate state or regional loyalties to national requirements. He also understood better Brazil's general economic and military vulnerability. All of this served him in good stead as he began his mission in 1934.

The assignment to Washington took Aranha to a new sphere of strategic focus. His perspective had progressed from a regional one to a national one and now he would develop a *hemispheric*

one, concentrating on issues relating to Brazil's relations with the United States and position *vis-à-vis* Spanish America. His post, the Washington embassy, was Brazil's most important diplomatic mission. In the country's "traditional" foreign policy strategy, as figuratively carved in stone by the Baron of Rio Branco at the turn of the century, the United States was the centerpiece. The fundamental objective of that strategy was to cultivate a "special relationship" with the United States, which seemed feasible because of the Brazilian thesis of "natural allies" – the idea that the two countries were unique within the inter-American community because of territorial extent, complementary economies, national languages that distinguished them from Spanish-speaking neighbors, and a history of conflict with those neighbors. In ideal terms, the special relationship would be one in which Washington provided preferential aid to Brazil in all spheres – economic, diplomatic, and military – thus recognizing the legitimacy of Brazil's aspiration to leadership of South America; in return Rio de Janeiro, understanding the Spanish-American countries better than the Anglo-Americans, would serve as an intermediary between those two sides, particularly in multilateral discussions. There was a national security component to that formula: Brazil had no territorial ambitions and wanted peaceful relations with its neighbors, but national leaders felt compelled to improve defensive capabilities in order to deter historic rival Argentina.

Washington, however, did not share that concept of a special relationship or Brazil's commitment to it. Because of their country's largely self-sufficient economy, which provided the bedrock for a tradition of isolationism, American leaders were not given to thinking strategically. Regarding Latin America, they tended to look upon the region as a unit, demonstrating little appreciation for its diversity and complexity, and ignoring divergent national interests within the region. Consequently, the State Department

paid homage to the special relationship only on an *ad hoc* basis when it suited American interests. And the mid-1930s not only brought new impediments to a mutual understanding regarding the special relationship, but strengthened old ones. The Good Neighbor Policy itself, announced in 1933 and regarded as Roosevelt's landmark achievement in hemispheric relations, actually militated against the notion of preferential treatment of any Latin American country by making the State Department and White House sensitive even to hints of discriminatory treatment. Moreover, congressional investigation of American entry into World War I resulted in widespread public opposition to the sale or transfer of military hardware to foreign countries. The decade also saw an even greater determination on the part of the United States to avoid involvement in any armed conflict abroad, no matter what countries battled each other. As the regime of Adolf Hitler in Europe launched a military build-up in violation of the Versailles Treaty and Benito Mussolini made obvious preparations to launch an invasion of Ethiopia, the United States sought refuge in myopic isolationism, enacting while Aranha was in Washington a series of so-called Neutrality Laws that prohibited loans, credits, and the sale of arms to any belligerent power.

The ambassador fully understood the crucial importance of the American market for Brazil – it was the country's major outlet for coffee and its overall leading trade partner – but in the turbulent atmosphere of the mid-1930s, with totalitarian or semi-totalitarian states in Europe and Asia determined to alter the international balance of power, national security in a military sense gained increasing salience in the calculations of Aranha and authorities in Rio de Janeiro. He had felt at first hand the rising temperature of European politics during a brief stay there on his way to Washington in 1934 and the effect had been unsettling. “Os governos estão num jogo incrível de combinações secretas,

de prevenções de toda espécie e de exacerbada preparação para o choque”, he commented in a letter to Vargas. “As indústrias bélicas estão em uma atividade sem precedentes”. The general situation in the Old World led to an ominous conclusion: “A Europa é uma arma engatilhada, que não se pode descarregar sem atirar” (Aranha: 1934b). As the decade wore on, that perception of growing instability and the possibility of a new world war gained a sharper profile in the calculations of all Brazilian observers.

Aranha’s task, despite the formidable constraints, was thus to channel Washington’s policy toward Brazil as much as possible in the direction of a meaningful conception of a special relationship. To understand the American mindset better, he set out to study the language, society, and institutions of the United States. His English was rudimentary when he arrived, so one of the first things he did was contract a private tutor. Developing a working knowledge of the language was an arduous process, as he discovered, but within a few months he was accepting invitations to address groups of various kinds. Shedding his strong accent, however, proved an elusive goal. English, he told Vargas on one occasion, “é uma língua infernal e realmente muito difícil, sobretudo a pronúncia” (Aranha: 1936g). While improving his language skills, the ambassador attentively studied American society, relaying his impressions in official reports to Itamaraty and in long private letters to Vargas, Góes Monteiro, and other friends in which he commented on various facets of American life, from public conduct, the status of women, and economic conditions to the role of the press, public opinion, and naturally politics. Extensive travel reinforced what he saw and learned in Washington. He visited Chicago, toured the mid-Atlantic states, and, as an avid fan of horse-racing, could not fail to visit Kentucky to see the famous Derby. But the great adventure he undertook was a trip by automobile to the West coast with a member of his

staff in the summer of 1935. The itinerary included the northern tier of states and on the return lap they visited the southwestern part of the country, a journey that took forty-five days and covered over 14,000 kilometers.

The insights Aranha gained into American life and institutions proved useful in discussions with the State Department, where his personal charm, lively intelligence, and sense of humor made him the most popular diplomat from Latin America in Washington. He was able to establish a particularly effective working relationship with Under-Secretary of State Sumner Welles, who managed Latin American affairs. Aranha also developed unusual rapport with Roosevelt. The president found him delightful and Aranha in private was unrestrained in his praise of the president. At a Gridiron Club banquet in April 1936, Roosevelt had Aranha seated next to him and the two conversed in French during the proceedings. The ambassador followed the presidential campaign that year with keen interest; attending both party conventions, but secretly hoping for FDR's reelection. "A nossa conveniência é uma só: a vitória de Roosevelt (...)," he told Vargas. When the ambassador returned to the United States after a trip home the following year, Roosevelt received him with a warmth that surprised an assistant of Aranha's who accompanied him. "Meu amigo! Bem-vindo à casa!" the president exclaimed, opening his arms wide on seeing the ambassador (Aranha: 1936j; Penteado: 1956).

Inter-American issues dominated Aranha's diplomatic activity in Washington. Indeed, the prominence of Latin America in Roosevelt's foreign policy contributed to the exceptional position that the ambassador enjoyed in Washington, but that did not make the challenge of changing American thinking about a special relationship any easier. Protecting the market for Brazilian exports proved relatively simple. One of FDR's pet projects was a new Reciprocal Trade agreements program and he was particularly

interested in lining up support for it in Latin America. Brazil became the first nation to negotiate such an agreement and a delighted Aranha looked on as FDR signed it in a ceremony at the White House in February 1935. There was also close cooperation between the Embassy and the State Department on contentious multilateral Pan-American issues, such as the successful effort that year to end the bloody Chaco conflict between Bolivia and Paraguay. Inter-American solidarity was a means of protection for Latin American countries and Aranha sought every opportunity to strengthen the Pan-American movement. In the case of the Chaco, when the idea of turning it over to the League of Nations, Aranha was adamantly opposed. Brazilians considered the League, from which Rio de Janeiro had withdrawn in 1926, essentially a European organization and Aranha insisted on American solutions for American problems, which was a means of bolstering a sense of unity. Roosevelt, increasingly concerned about the war clouds gathering over Europe, hoped that the Western Hemisphere could provide Europe with a moral example of how to resolve problems with armed conflict, so he was particularly pleased with Brazil's support in helping to negotiate a truce in South America and he invited Aranha to the White House in May to express his personal gratitude.

Thinking more broadly, FDR came up with the idea of a special Inter-American conference to create mechanisms for maintaining peace in the Hemisphere. Before proceeding, he wanted Brazil's opinion and in July he again summoned Aranha to discuss the matter and ask that Vargas be consulted. That was the origin of the Inter-American Conference for the Maintenance of Peace, held in Buenos Aires in December 1936, following the American presidential election. His reelection secured, FDR sailed in triumphant to South America to help inaugurate the Conference. News that he would make a brief stop at Rio de Janeiro to meet

with Vargas touched off joyous enthusiasm in Brazil. Vargas decreed a national holiday for the day of FDR's arrival, Aranha flew down in advance to help prepare the reception, which included a special radio broadcast to the Brazilian people in which he called FDR "o maior e o melhor dos americanos" (Aranha: 1936m).

The visit, abbreviated though it was, seemed to cement the unique cordiality that had characterized the two countries' bilateral relations since Aranha's appointment as ambassador and set the stage for close cooperation between their delegations at Buenos Aires. After being present at the opening of the proceedings in the Argentine capital, Roosevelt embarked for home, leaving the various delegations to debate a proposal embodying his idea for compulsory inter-American consultation in case of a threat to peace in the Hemisphere. Aranha was a member of the Brazilian delegation and was outspoken in his endorsement of the proposed resolution. At one committee meeting he provoked applause from his Spanish-American colleagues by thumping his chest and bringing his fist down hard on the table as he exclaimed that with or without a formal resolution, Brazil would consider any "injury" to an American nation an "unfriendly act" toward Brazil itself (Chicago Daily Tribune: 1936, 22). The stumbling block to unanimity was Argentina, which had always resisted the notion of inter-American solidarity under United States leadership. The head of its delegation, foreign minister Carlos Saavedra Lamas, flatly refused to endorse *compulsory* consultation. To avoid an open rupture, Secretary of State Cordell Hull, in the name of the American contingent, managed to persuade Lamas to accept a watered-down version of the resolution that made consultation voluntary.

The one bright spot in the episode of Roosevelt's special peace conference seemed to be the opportunity it provided for Brazil to demonstrate solidarity with the United States in contrast

with the attitude of archrival Argentina. “Esta gente chegou à convicção de que só há um *ponto firme* para a sua política [latino-americana]: o Brasil”, Aranha confidently remarked in a letter to Vargas (Aranha: 1936i). But the ambassador’s implicit hope that the American government would change its attitude regarding a special relationship was misplaced. In the increasingly important area of arms transfers, his experience with the Americans was disheartening. The Brazilian army and navy, possessing scarce and antiquated armaments, were desperate to acquire *materiel*. Thus Vargas at the outset of Aranha’s mission had asked him to investigate the possibility of obtaining warships. The State Department had responded favorably, studies and negotiations ensued, and in January 1936 the embassy reached agreement with the Department for the purchase of ten cruisers. But the worsening European situation and strong objections from Buenos Aires, which raised in the eyes of the State Department the specter of a blemish on the façade of hemispheric unity, led it to inform Aranha in May 1936 that the government could not cede the cruisers. In fairness to Roosevelt and Welles, they apparently felt some remorse because a few weeks later the Under-Secretary, speaking for the president, informed Aranha that it might be possible for Brazil to lease six destroyers. Events, however, followed a familiar course: Argentina learned of the proposed transaction in August 1937 and managed to block it.

Aranha’s time in Washington had been instructive. There were positive achievements – the new trade treaty, greater confidence in Brazil on the part of American authorities, the reputation he himself let behind as a steady friend of the United States and firm defender of inter-American peace and solidarity, the personal esteem in which he was held by Franklin Roosevelt and by Sumner Welles at the State Department being of particular importance. And then there were the lessons learned. Chief among them was

an understanding that, in normal circumstances, the United States would not support, in any preferential way, Brazil's aspirations, non-threatening as those aspirations were. Washington's view of Latin America was a distorted one and American policy-makers simply had no real understanding of, or sensitivity to, Brazil's security concerns in South America. Aranha now understood clearly that building the special relationship would require patience and that something dramatic would have to occur to shake Washington from its complacency and make it realize that a stronger Brazil would benefit not only to the United States but the cause of South American peace and stability.

In March 1938 Aranha became minister of foreign affairs. His responsibilities would be broad-ranging, adding a new dimension to his calculations. He had progressed through state, national, and hemispheric levels of strategic focus and now would be operating at basically a Euro-American level. His primary concerns would remain Brazil's position within the inter-American system, but he would have to deal with problems arising from the impact of a second world war on the Western Hemisphere. An ominous augury of what lay ahead for him and for Brazil was the fact that only three days before he assumed his new duties, German troops marched into Austria, making that country Adolf Hitler's first territorial conquest. The eventual war would bring difficult times and myriad challenges, but through it all Brazil benefited from a cohesive, well-defined, integrated and constant national strategy. The priority remained a special relationship with the United States; a related component of that strategy was containment of an increasingly restless Argentina through the systematic use of diplomatic cordiality, the rhetoric of fraternity, and commerce to allay her misgivings and demonstrate the benefits of a peaceful relationship.

The war brought one great advantage to Brazil: it opened the door, for the first time, to a special relationship with the United States along the lines of Brazil's conception of what that term meant. The key to that door was the perceived German military threat to South America. At the beginning of 1939, months before the war started, American leaders, starting with Roosevelt himself, began worrying about a possible German incursion into the Western Hemisphere. The striking point, they concluded, would be Brazil's northeastern hump. The concern of Roosevelt and his military planners was so great that he had the State Department invite Aranha to Washington, where the president, in private talks at the White House in February, spoke gravely of the German threat to the Hemisphere. Weeks later General George Marshall travelled to Brazil to inspect personally Brazil's military defenses and to visit areas of German settlement in southern Brazil. The revised secret United States war plan drafted in mid-year placed northeastern Brazil within the American defense perimeter, which meant that an attack on that region would be considered an attack on the United States itself, requiring the deployment of an American expeditionary force to Brazil. Obtaining Rio de Janeiro's permission to establish bases in the Northeast became a national defense priority for Washington.

Brazil now had the bargaining chip it had always lacked. Everything flowed from the conviction of the Roosevelt government that Brazil, and by extension the Hemisphere, faced a potential military danger. Disregarding the delays, setbacks, conflicting opinions, the ups-and-down of the process of forging the wartime special relationship, the fact is that became a reality. During the period 1940-1945 the United States extended to Brazil *preferential* military assistance that, compared to that granted to other Latin American countries, was massive; *preferential* economic aid, financing and technical support for the Volta Redonda steel

project being the symbol; and *preferential* political and diplomatic endorsement, FDR's meeting with Vargas at Natal in January 1943 a striking example. Especially important was the fact that the United States equipped and transported to Italy the Brazilian Expeditionary Force, which was, from Washington's standpoint, more a political than a military undertaking. In fact, British authorities opposed the FEB and acquiesced in its deployment only after the State Department made clear it wanted Brazilian troops on the Italian battlefield as a means of bolstering Brazil's prestige and influence in post-war councils.

Aranha played an active role in negotiating American assistance, as well as in providing Washington with the benefits it derived from the alliance – among other things permission to set up air bases in the Northeast, which proved valuable in ferrying planes and other equipment to Allied forces in North Africa; the use of Brazilian ports for naval patrols; and preferential purchasing agreements for critical raw materials. Most importantly, Itamaraty under Aranha's guidance, served as Washington's intermediary with Spanish America. At every Pan-American gathering during the war, the State Department knew that it could count on Brazilian assistance. Looking back on the unfolding of events, the American ambassador, Jefferson Caffery, remarked in February 1943 on the role Aranha had played. "Not only has he been a consistent advocate of our cause", Caffery reminded the State Department, "but on many occasions he has been standard bearer for us all over the Americas, and he has fought and won many a battle for us". Cordell Hull, in his post-war memoirs, also remarked that Aranha had never lost an opportunity to support the Allied cause (Caffery: 1943; Hull: 1948, 1423).

The most dramatic of the battles mentioned by Caffery occurred after the Japanese attack on the American fleet at Pearl Harbor on December 7, 1941, an act of aggression that drew

the United States into the war. Following a cabinet meeting hastily convened by Vargas the next day to discuss the event and its implications, Aranha took the initiative of issuing a call for an emergency assembly of hemispheric foreign ministers: subsequently, in Caffery's presence, he called in various Spanish-American ambassadors and urged them to persuade their governments to stand with the United States. Agreement reached on convening a foreign ministers' conference, the State Department insisted that it be held in Rio de Janeiro precisely so that Aranha, as representative of the host nation, would automatically be its president. When Sumner Welles, as representative of the United States, arrived in mid-January on the eve of the session, he handed Aranha a private letter in an envelope bearing the embossed seal of the White House. Roosevelt had written to say how reassured he was to know that direction of the conference would be "nas mãos de um estadista que tem tão ampla e compreensiva visão do significado da solidariedade hemisférica". Emphasizing the need for quick action, the American leader pointed out that the security of the Hemisphere was at stake. "Desejo expressar-lhe pessoalmente", he said in closing, "minha profunda gratidão por tudo o que tem feito e por tudo o que está fazendo para tornar a solidariedade do Hemisfério uma realidade" (Roosevelt: 1942).

Aranha worked tirelessly to persuade Spanish-American representatives to vote for a resolution calling on governments still maintaining relations with Berlin, Rome, and Tokyo to sever them. In the face of adamant opposition from his Argentine and Chilean colleagues to any text that did not leave some room for maneuver, he had no choice but to accommodate them, but he diplomatically made his own feelings known. "Do not say that the United States was the victim of the aggression", he exclaimed during the crucial session of the Political Committee. "Não, meus amigos e meus colegas, agredida foi a América!" The final resolution

only recommended a break with the Axis. What the delegates did not know was that throughout the period of the Conference, Aranha was also waging a vigorous behind-the-scenes struggle to persuade Vargas to override the hesitancy of his military leaders. Eventually successful, he was able to announce at the close of the Conference on January 28 that Brazil that afternoon had broken relations with the Axis powers.

Aranha's conciliatory, friendly attitude toward his Argentine counterpart at the Conference was nothing unusual. Preventing conflict with Argentina was a primordial goal of Brazil's foreign policy. One way to achieve that was through deterrence, an option that American aid made more feasible. But misunderstandings could occur, misperceptions could lead to risk-taking, tensions could reach dangerous levels – and that is where diplomacy came in. Probably no diplomat in Brazilian history ever labored longer or more assiduously to promote an understanding with Argentina than did Aranha. He understood the skepticism and suspicions of his military colleagues and he shared their anxiety and frustration, but Brazil was not a militarily aggressive nation and sought no new territory in South America. What it wanted was harmony, cooperation, and peaceful development in the region. Thus when Aranha publicly used the language of fraternity and solidarity toward Argentina, he was completely sincere. His reaction in 1938 when the new president of Argentina sent word that he wanted friendly relations with Brazil was revealing. In a private note to Vargas commenting on those statements, he said: “Mas, Getúlio, por interesse e até por tradição, (...) tudo devemos fazer para transformá-las de delicadezas em realidades” (Aranha: 1938c).

From the outset of his tenure at Itamaraty, Aranha was convinced that trade, because of economic complementarity, could be a decisive instrument for achieving, if not an *entente*, then *détente* in the Southern Cone. “País essencialmente agrícola

e pastoral, a Argentina terá forçosamente de constituir um grande mercado para o nosso parque industrial”, he commented to Brazil’s ambassador in Washington late in 1938. “O problema das nossas boas relações com a Argentina só pode ser resolvido mediante essa interdependência de interesses que fará com que os dois países se completem melhor”. The war, by shutting off European suppliers, stimulated Argentine interest in the Brazilian market, creating a propitious opportunity for Aranha to implement his ideas, an effort that made him a pioneer in the movement toward the economic integration of the La Plata region. In January 1940 he traveled to Buenos Aires to sign a new trade treaty, declaring at a banquet in his honor that “a colaboração mais ampla e sem reservas, econômica, política e social, deve ser carne e sangue na vida e nas relações de nossos dois povos”. Reaching agreement to convene a meeting of trade specialists from the two countries later that year, Aranha explained his thinking in a letter to his Argentine counterpart that September. “Creio que chegou o momento de fazermos obra ampla e orgânica,” he pondered. “Não há reservas de nossa parte. Queremos examinar a hipótese de um acordo sem fronteiras e até sem alfândegas, como convém às nossas economias complementares” (Aranha: 1938d; Aranha: 1940b). Aranha was premature in his vision of customs union, but various bilateral agreements facilitated a dramatic expansion of trade and Brazil by 1943 was the major destination of Argentine exports.

The spurt in bilateral commerce encouraged Aranha to redouble his efforts to persuade Buenos Aires to abandon neutrality in the war. Argentina’s recalcitrance in that regard after the Rio Conference created a hemispheric problem that festered as time passed. When Chile, with friendly encouragement from Aranha, finally severed relations with the Axis in January 1943, Argentina found itself isolated. When a military faction under the influence of a clique of right-wing nationalists seized power in Buenos

Aires that June, the situation seemed to reach a critical point. At this juncture Aranha revealed his qualities of statesmanship. The State Department, outraged by Argentina's attitude, urged a delay in recognition of the new regime and moved toward economic sanctions in the hope of changing its stand on the war. Aranha disagreed completely with that attitude, judging further isolation of Buenos Aires to be counter-productive. With Vargas's blessing, he not only announced recognition, but issued a press note that amounted to a public rebuke of the State Department. "O governo argentino é legal (...)," he said. "Não nos cabe discutir os interesses, as ideias, as aspirações dos argentinos militares ou civis." And Argentina's foreign policy was something the Argentine people alone should decide, he added, concluding his note with an appeal to other hemispheric countries to show understanding and friendship for Argentina (Aranha: 1943b). When the State Department subsequently urged Itamaraty to restrict its trade with Argentina, Aranha flatly refused, marveling at how little elderly Secretary of State Cordell Hull seemed to understand Latin Americans. The Argentine problem persisted after Aranha's departure from the government – Buenos Aires did not sever diplomatic relations with Germany until 1945, when the war in Europe was drawing to a close – but his patient, astute handling of relations with Argentina from the beginning of the conflict had served not only Brazil's interests, but those of the inter-American community.

The European dimension of Aranha's responsibilities was restricted essentially to Brazil's most important commercial partners – Germany and Great Britain, the former also a source of valuable immigration, the latter a major historic provider of loans and investment capital. Powers such as Italy, France, Spain, and Portugal played but small roles in Brazilian affairs once the war began. Trade with those countries was negligible, France

was knocked out of the conflict and occupied by Germany for the duration in June 1940, and Italy was absorbed in fighting a losing war before becoming a battlefield itself in 1943. Navigating the diplomatic waters between Germany and Great Britain required caution after September 1939. When Aranha entered office, Nazi Germany enjoyed an unanticipated importance in Brazil's foreign relations: it became the major source of Brazilian imports in 1938. The boom in German-Brazilian trade resulted from Vargas's willingness to participate in Berlin's restrictive, bilateralist trade program, which was a way for Brazil to obtain badly needed armament for national defense by essentially bartering cotton and coffee for cannon. Because the army high-command had a vested interest in that trade, Aranha could not challenge it, although he considered it injurious to Brazil's standing in the United States and did not like the close association with Hitler's Germany. "Estou cada vez mais convencido de que devemos ter um cuidado especial com a Alemanha atual porque a expansão desse país é fatal e não a enxerga só quem não quer ver", he had written to Vargas two years earlier (Aranha: 1936h).

The British blockade set up after the outbreak of war ended German trade with Brazil. Another problem was that of Nazi activities in Brazil, but the Army and state police had that under control. Germany's brutal methods of waging war raised another issue in Aranha's mind. Much more idealistic than Vargas, he anguished over the moral implications of a possible German victory. As the Wehrmacht battered the Low Countries and France in 1940, attacking civilian populations as well as military targets, he made an impassioned but futile appeal to the dictator to take a public stand by condemning Hitlerian aggression. Vargas remained silent and from that point on used presidential diplomacy in dealing with the German embassy, rather than involve Aranha. The foreign minister's participation in Brazilian-German affairs

as the war evolved during 1940-41, the period of hemispheric neutrality, was three-fold: to study the war from a distance and reflect on the implications of German expansionism for Europe's future, something he did attentively; to cooperate, as much as local conditions and interests allowed him, in Washington's program of blacklisting German-owned firms in Latin America and eliminating Axis civilian airlines in Brazil; and to serve, within the government, as an outspoken critic of the Axis and thus a counterweight to those who seemed sympathetic or tolerant toward the totalitarian states.

Great Britain historically had been a major actor in Brazilian foreign policy, a source of investments and loans, as well as an important market. That country also embodied all the traditions of Western civilization and had served as a political model for Brazil. The sympathy of the vast majority of the Brazilian people lay on the Allied side and, after the fall of France in June 1940, Britain's year-long solitary and heroic stand against the Axis fueled their admiration. "The knowledge that we enjoyed the sympathy and support of Brazil was of the greatest value and encouragement to us in the difficult days when we still stood alone", Sir Antony Eden, the British Foreign Secretary, would later write. Aranha's position was clear, known to all, and he used his authority to remind people of what Britain represented. "Nenhuma nação contribuiu mais do que a Inglaterra para formação das ideias sobre as quais repousou o mundo moderno (...)", he declared in a speech in November 1940. "Hoje, a Grã-Bretanha e o seu Império lutam para defender essa mesma concepção de civilização e os interesses criados por essa organização mundial. Seja, porém, qual for a solução desse imenso conflito, os valores que defende a Grã-Bretanha, materiais, políticos e morais, não se perderão (...)". British blockade practices generated sharp friction during this time, especially when they prevented a final shipment of German arms to Brazil under

pre-war contracts, and military resentment toward London lingered. Aranha, more understanding of the British position and thinking of post-war relations, worked steadily to dissipate the ill-will. With Brazil's entry into the war in August 1942, the two countries became allies and could more easily develop plans for strengthening their economic ties after the war. Aranha's interest in British cooperation, according to London's ambassador in Rio de Janeiro, stemmed in large part from his desire to develop other sources of trade and investments in order to reduce somewhat Brazil's dependency on the United States market (Eden: 1944; Aranha: 1940e, 2; Charles: 1943).

The war proved to be an intellectual watershed for Aranha. He had entered Itamaraty driven by a concern for Brazil's position within the Western Hemisphere, which was logical given the fact that relations with the United States and Argentina would place the greatest demands on his time. But as he accompanied the evolution of the war through diplomatic reports and news accounts, the boundaries of his strategic contemplation edged outward. One can imagine him studying maps of the stages of the European conflict, visualizing the German conquest of Poland (1939), the brutal Soviet aggression against Finland (1939-40), the Wehrmacht's triumph over Western Europe (1940), Hitler's hurling the Luftwaffe at the British Isles, the Italians entering the conflict at Germany's side by attacking first France and then Albania and Greece, the Wehrmacht's invasion of the Balkans (1941) and then the extension of the war to North Africa, where only the British forces in Egypt stood between Germany and the Middle East. Aranha could assess the abrupt change in the whole strategic picture in June 1941 when Hitler launched a massive, three-pronged assault on the Soviet Union. German troops advanced to the outskirts of Moscow by the onset of winter and seemingly threatened to overwhelm the Soviet Union. While all

this was going on, Aranha could turn his attention to the Far East, where Japan was busy conquering Indo-China, the Dutch East Indies, Malaya, and continuing its years-long effort to subdue China. When the United States entered the conflict, it had to fight a war on two fronts – Europe and the Pacific—drawing attention of all observers to the global nature of the conflict. Scores of countries were at war with the Axis and there was talk of a creating a new world organization.

Aranha absorbed all of this and pondered its significance for Brazil. As he took stock of the country's situation and found grounds for optimism regarding its potential for major power status, he saw that Brazil, if it were to realize its destiny, had to elevate its strategic sights and could not afford to isolate itself from other nations – including the USSR. More than anything else, Aranha's interest in Brazil's position *vis-à-vis* the Soviet Union suggested that he had moved beyond the parameters of the Euro-Americanism that had guided his early activities as foreign minister and had arrived at a new and higher level of strategic interest, that of *internationalism*.

Brazil had no links to Moscow at this time. Rio de Janeiro had broken relations with the new Bolshevik regime in 1918 and there the situation remained. In the years that followed the Revolution in Russia, successive governments had firmly rejected any notion of a diplomatic rapprochement with Moscow and sporadic pressure for exploring bilateral trade possibilities produced insignificant results. There were structural impediments to commerce with the USSR, but fear of Soviet-sponsored subversion was the major barrier. With the onset of the Great Depression and a crisis in the coffee sector, which affected the economy in general, discussion again had taken place regarding a possible resumption of relations with Moscow and a probing of the Soviet market. As minister of Finance in 1933, Aranha was less concerned with ideology than with

economics and was interested in exploring trade opportunities. “Uma série de pequenos países vive nas fronteiras da Rússia e não têm medo do comunismo”, he told a reporter. “Nós é que vamos ter? Por quê?”, he declared, subsequently expressing himself in favor of restoring diplomatic ties with Moscow (Aranha: 1933a; Aranha: 1933b). The opposition, however, was too well entrenched and the Vargas government proceeded with an anti-Soviet strategy that became even more aggressive after the Moscow-supported uprising in 1935.

Stalin’s purge of his senior officer corps in the latter 1930s, which saw thousands of colonels and generals executed, and the poor showing of the Red Army in the war with Finland in late 1939 and early 1940, convinced observers everywhere, and especially in Berlin, that the USSR was a third-rate military power. Adolf Hitler thought so and famously did not prepare his invading forces in 1941 for winter combat: their progress in the early weeks of the war seemed to confirm the hollowness of Soviet defenses. But the Red Army, despite horrendous losses, did stop the Wehrmacht short of Moscow – with the crucial help of an early and severe winter. To the surprise of many, when spring came and Hitler launched a second thrust deep into the USSR aiming for conquest of the Caucasus oil fields, his offensive ground to halt, having failed to reach its major objective, and as 1942 drew to a close he found one of main armies encircled at Stalingrad.

Aranha was aware of all this and easily perceived the anomaly of Brazil’s situation: when it declared war on the Axis in August 1942 it automatically became an ally of the Soviet Union, yet it had no diplomatic relations with that country. The USSR was one of the so-called Big Three and if it succeeded in defeating Germany, as it might well do, its prestige and influence would be all the greater. Aranha thought it behooved the government to take that into account. Would a rapprochement bring any

particular internal threat? The security apparatus of the Estado Novo had crushed the organized Communist movement in Brazil, so a Soviet diplomatic presence would not seem to pose a risk – at least in Aranha’s eyes. Vargas apparently agreed and that is why the foreign minister, in November 1942, sent a note to the office of the Soviet news agency, TASS in which he first emphasized the profound differences between Brazil and the USSR in all aspects of national life and then said: “Mas, nesta hora, não podemos ocultar a simpatia e a admiração que nos merece uma nação agredida, um governo com decisão e um povo sobre cuja capacidade de resistência repousa a nossa preparação para sobreviver” (Aranha: 1942e; British Embassy (Rio): 1942).

In ensuing weeks, as the savage war of attrition at Stalingrad continued unabated, admiration for the heroism of the Red Army increased. Aranha, in January 1943, wrote a letter to Vargas containing his views on Brazil’s international situation. That document reflected the fact that his *Weltanschauung*, or worldview – as it contemplated Brazil – was now making space for the *Welt*. The most interesting thing about his letter to Aranha is not that he emphasized at length the priority that the United States should continue to occupy in Brazilian strategy, but his mentioning Portugal and its colonies, the British Empire, Africa – and above all, the USSR. The foreign minister’s reference to the Soviet Union was laconic; he simply pointed out that the Soviet Union was “defending the West”, which was accurate. The apparently unlimited capacity of the USSR to drain German resources *was* relieving pressure on allies in the West. The principal theater of war by far, in terms of men and materiel, lay in the Soviet Union. Aranha’s remark in the letter was brief, but reading between the lines, and in view of subsequent events, it is clear that a rapprochement with Moscow was firmly on his agenda (Aranha: 1943a). As he watched developments on the battlefield his determination grew. German

forces at Stalingrad surrendered early in February, a striking tribute to Soviet courage and stoicism. At Kursk that summer the Red Army inflicted a crushing defeat on German forces, forcing the Wehrmacht permanently on the defensive. The fact that several Spanish-American countries established diplomatic relations with Moscow in the first part of 1943 was an additional goad to Aranha's planning, and Stalin's abolition of the Comintern in May seemingly indicated an abandonment of plans for world revolution.

Opposition to the idea of a reconciliation with the Soviet Union nonetheless remained strong and caution was necessary, but Aranha and Vargas were working more openly in tandem by 1944. During a trip to São Paulo in February the foreign minister said in an interview that Brazil would reestablish relations at some point. The State Department offered good offices should Brazil want its assistance and Aranha had his staff prepare dossiers on the background of the country's relations with the USSR to inform policy. He wrote privately in March 1944 that normalization of those relations was simply a "questão de tempo e de oportunidade" (Aranha: 1944). The opportunity, however, would not be his to exploit. There is evidence to suggest that Vargas, perhaps prodded by military leaders, had grown to resent the prestige that Aranha enjoyed in Brazil and in the international community. Whatever the case, he allowed an incident to develop in August 1944 – the abrupt closing of a civic organization, of which Aranha was vice-president, by the police – that publicly embarrassed his foreign minister. When Vargas took no steps to remedy the situation, Aranha submitted his resignation.

The Aranha who now departed Itamaraty was different from the one who had entered it six years earlier. The world had changed and he had changed with it. Battle-scarred from many his jousts with foreign governments and domestic adversaries, he enjoyed a prestige surpassed, perhaps, only by that of the legendary Baron of

Rio Branco. His achievements had been remarkable. He had been instrumental in making the special relationship with the United States a reality for the first time; he had helped reduce tensions in South America, particularly in the Southern Cone, where his diplomacy had demonstrated to others what patience and fraternal sympathy could achieve; he had pioneered in thinking about economic integration in the La Plata area; even during the period of Hemispheric neutrality he had been a champion of the Allied cause and had worked assiduously to steer Brazilian policy in that direction. His perspective of international affairs now approached a global one, his thinking that of an internationalist – and that is why he regretted leaving behind the unfinished business of normalizing relations with Moscow. He was convinced that a broader interaction with other governments was necessary if Brazil were to make strides toward major power status. Vargas did go ahead and reestablish formal relations with the USSR months later, which subsequently aided Brazil's successful effort to gain a non-permanent seat on the Security Council of the new United Nations, but he was not there to claim credit for it, having been ousted from power by a military coup in October 1945.

The bipolarity of international power as a result of the war confirmed Aranha's perception of the importance of the Soviet Union and justified his interest in seeing Brazil on good terms with Moscow. What no one foresaw was the onset of the Cold War and the depth of the chasm between the two opposing sides. He would have an opportunity to witness the manifestations of Cold War antagonisms in an international forum when the next chapter in his public career opened at the United Nations (UN) in 1947. At the insistence of the government of General Eurico Dutra, he agreed to serve as Brazil's representative first on the Security Council, then he presided over a special session of the General Assembly to discuss the Palestinian question, and that was followed by his

historic tenure as president of the Second Session of the General Assembly late that year. His election to the presidency of the special session and of the regular session as well was a testament to his tact, impartiality, and firmness.

What is best known about Aranha's time in the UN is his role in the dramatic vote on the partition of Palestine, which would lead to the creation of the state of Israel, an historic moment that has overshadowed less well known episodes of his activities at the UN. But as a reflection of his internationalism, his involvement in Brazilian-Soviet issues remains instructive. At the UN, Aranha found himself in a maelstrom of conflicting interests. His interaction with Soviet delegates revealed the capacity of agents of the Stalin regime for intrigue and duplicity and on more than one occasion he had to call Soviet delegates to order. He suffered harsh criticism by the press in Moscow and was the target of personal verbal attacks from Soviet representatives. To the latter he responded firmly, but through it all he remained keenly aware that he was representing Brazil at the highest level of international organization and he strove to be fair and patient, placing himself above the verbal fray. He was determined to protect Brazil's prestige and he wanted to avoid anything that might blemish the credibility of UN. As the second regular session was starting in September, a British correspondent marveled at how impartial the "strongly pro-American" Aranha had been to that point and emphasized that "in six months at the United Nations, he has made no enemies". When presiding over the Security Council, which he did for the month when the rotating office fell to Brazil, Aranha had been "undeniably fair" to the Soviet representative, as he had been toward Arab delegates in debates on the Palestinian issue, the British writer noted. In private Aranha expressed his dismay and astonishment over the conduct of Soviet delegates. "Os agravos russos são violentos e a linguagem parece de Hitler",

he commented to an ambassador at Itamaraty that same month. “Pior, só a guerra”, he added in a letter to Foreign Minister Raul Fernandes a few days later (Aranha: 1947a; Aranha: 1947b; *The Observer* (London): 1947, 6).

Even so, Aranha decried the fact that the Dutra administration’s hard line toward the USSR led it, against Aranha’s advice, to outlaw the Partido Comunista Brasileiro in May and to sever diplomatic ties with Moscow in October. Not having been consulted about the decision to break relations and still in the presidency of the General Assembly, Aranha anguished over what the development signified for Brazil’s international projection. “Não é mais uma potência nas deliberações internacionais”, he lamented in a letter to a long-time friend. “Nossa opinião e nossa voz não terão mais a autoridade da isenção e da imparcialidade”. And he knew what lay in store. “Teremos que esperar, sentindo, em tudo e por toda a parte, ação russa criando-nos problemas e dificuldades” (Aranha: 1947c).

A revealing comment on Aranha’s character and dedication to Brazil’s international standing is the fact that he put the experience of 1947 behind him, ignoring the insults that been hurled at him by Soviet spokesman, and remained firmly convinced, from his internationalist perspective, that Brazil’s best interests required official relations with Moscow. Ten years after his first experience at the UN, he would find himself heading the delegation to the UN once more. And while in New York he wrote to President Juscelino Kubitschek urging him to normalize relations with the USSR. “Tentar ignorar a realidade é o erro dos erros na política internacional”, he said. “O mundo soviético não está somente na ONU, mas em toda parte, influenciando, por vezes, preponderantemente, até nas nossas decisões, do mundo ocidental e dos próprios Estados Unidos” (Aranha: [1957]).

The debate that raged in Brazil the following year over trade with the USSR and another diplomatic reconciliation saw elder statesman Aranha firmly on the side of normalization. He spoke to the press, wrote letters, and gave a lecture at the Escola Superior de Guerra calling for a full reconciliation with the USSR. In June 1958 he published a cogent article in Brazil's leading foreign policy journal, outlining the pros and cons of the question. It was the overall reason that he gave in favor of a rapprochement that made clear the influence of his internationalism on his sense of what Brazil required as an actor in the world arena. "A verdadeira razão por que devemos tratar com os russos é de política internacional no mais alto sentido e resulta pura e simplesmente da necessidade que tem o Brasil de participar das decisões mundiais, com a influência que lhe cabe exercer", he said. "De nenhum modo nos devemos excluir dessa participação, porque somos um país de enormes possibilidades, a que não pode deixar de caber um grande papel na comunhão mundial" (Aranha: 1958c, 26).

In the agitated political atmosphere of the late 1950s, when lesser men temporized, Oswaldo Aranha boldly and courageously continued to defend his position on the highly controversial issue of relations with the Soviet Union. He had advocated a full reconciliation for almost thirty years and he championed one now as more important than ever to Brazil's aspirations in the global community. He unfortunately did not live to see that reconciliation take place. When he died in January 1960, Brazil mourned the loss of a leader – but the world mourned the loss of a statesman.

PARTE I
DIPLOMACIA HEMISFÉRICA
(1934-1939)



INTRODUÇÃO

Rogério de Souza Farias

Essa parte compreende discursos e conferências do período em que Oswaldo Aranha esteve à frente da Embaixada do Brasil em Washington até 1939, quando passou a chefiar o Ministério das Relações Exteriores. Ele inicia com o ensaio de Carlos Leopoldo G. de Oliveira sobre a excepcional relação de confiança e de amizade entre Aranha e o presidente Roosevelt e a sociedade americana. Ele revela aspecto raro nas relações diplomáticas oficiais: a aproximação, e mesmo a simpatia, entre um chefe de Estado de uma grande potência e o representante de uma nação “periférica”, sem poder econômico ou militar próprio, inclusive numa conjuntura histórica (de 1934 a 1937) na qual o papel importante do Brasil no Atlântico Sul e no continente meridional do hemisfério, de modo geral, ainda não tinha sido evidenciado de forma tão cabal quanto nos anos 1941 a 1943. Trata-se, portanto, de um desmentido parcial, ou particular, ao conhecido argumento cínico, originalmente britânico, depois retomado no contexto americano por Foster Dulles, segundo o qual estados não possuem amizades permanentes, e sim interesses duradouros. A admiração de Roosevelt por Aranha, bem como sua pré-disposição e suas iniciativas pessoais em direção ao embaixador, depois chanceler brasileiro – ao convidá-lo, por exemplo, para uma conversa direta em Washington –, se não tivessem sido podadas pela atitude mesquinha de Vargas, poderiam ter eventualmente

garantido ao Brasil uma posição de ainda maior prestígio no contexto da ordem mundial que estava sendo construída nos anos finais da guerra e no imediato pós-guerra.

Carlos de Oliveira retrata a improvável amizade entre um dos homens mais poderosos do mundo, no contexto dos anos 1930, e o representante de uma nação importante no contexto hemisférico, mas ainda assim um ator menor no quadro geopolítico daquele momento. Aranha eclipsou, de certa forma, muitos embaixadores de países até mais importantes estrategicamente. Ele teve, ainda segundo Carlos de Oliveira, um excepcional nível de trânsito e de prestígio pessoal junto ao presidente Roosevelt, influência mantida até a morte do estadista norte-americano, em abril de 1945. Com efeito, “Aranha foi o embaixador estrangeiro mais recebido por Roosevelt em audiências oficiais na Casa Branca no triênio 1934-37 (dez oportunidades), em contexto internacional que primava pela ocorrência de miríade de crises que acabaram por levar à eclosão da Segunda Guerra Mundial”. Aranha, como demonstra Leopoldo, sabia como destravar junto ao presidente a burocracia do Departamento de Estado e de outras agências americanas em assuntos de interesse maior do Brasil. Em outros termos, independentemente da glória de também ter sido o grande condutor da política externa brasileira em um dos momentos mais cruciais da nação, a Segunda Guerra Mundial, apenas por sua ação em Washington, Aranha já ocuparia um lugar de destaque nos anais da diplomacia nacional, em especial na chefia da missão mais importante do serviço exterior do Brasil.

Convém recordar que ele quase não aceitou a nomeação diplomática em 1934. Em carta do final de julho, ele relatou a Vargas sua “amargura e desencanto” e recusou o cargo (Aranha: 1934c). O presidente, como faria diversas vezes nas próximas duas décadas, teve de usar de paciência e apelar para os elos de amizade

e o compromisso para a causa nacional para convencê-lo a aceitar o posto.

Pode-se dizer que Aranha não se arrependeu. O momento era de grave elevação das tensões armamentistas na Europa. Saindo de sua escala neste continente para Nova York, o novo embaixador alertava para o “estado potencial de guerra”. A crescente belicosidade dos regimes autoritários preocupou-o na violência contra as liberdades de seus próprios cidadãos, na expansão desmesurada do estado e na crise econômica decorrente da intervenção na sociedade. A Europa que conhecera quando jovem não mais existia. Sua conclusão era pessimista sobre o cenário do continente: “O homem é um instrumento servil dos governos, e não um artífice da cultura e da civilização”, lamentou a Vargas (Aranha: 1934b).

Talvez por conta dessa sua curta estadia tenha elevado o interesse na sua missão nos Estados Unidos. Tendo ficado três dias em Nova York, seu europeísmo foi rendido pelos superlativos de uma cidade onde tudo era “grandioso, colossal, inimaginável” (Aranha: 1934d). Sua admiração só fez crescer ao percorrer as cidades americanas, das maiores a menores. Outro fator a impactar suas crenças foi a cerimônia de apresentação de credenciais. Na ocasião, Aranha sensibilizara-se com o perfil de Roosevelt, anos depois julgado o maior homem que conhecera em sua vida (Aranha: 1945e).

A característica do novo embaixador era o desejo de tomar conhecimento, em primeira mão, de tudo que a sociedade americana poderia oferecer. Em agosto de 1935, por exemplo, escreveu de Salt Lake City para Getúlio Vargas, informando ter viajado de carro 3.200 milhas (Aranha: 1935a). Quando, em agosto de 1942, denominou, em discurso, na sacada Itamaraty, os Estados Unidos como “o nosso irmão maior”, sua afirmação partia de um conhecimento profundo do país (Aranha: 1942d).

O discurso de 26 de abril de 1936, transmitido via rádio para o Brasil, foi proferido em uma de suas viagens. A “civilização americana”, disse ele, chegou a um nível de “progresso cultural” que “atingiu um grau de perfeição sem par”. Assim como muitos políticos, intelectuais e acadêmicos, intrigava Oswaldo Aranha a razão do atraso relativo do Brasil se comparado com os Estados Unidos. Após conhecer profundamente o país, em especial suas instituições mais eminentes, ele chegou à conclusão de que o fator central era a educação. Para ele, o crescimento e a modernização brasileira passavam naturalmente pelo aprendizado, por “fazer obra similar”, especialmente na aproximação das empresas aos institutos de pesquisa acadêmicos. A educação também seria essencial, na sua opinião, para o funcionamento do regime democrático (Aranha: 1994u).

Seu interesse na política educacional decorria da associação desse tópico a outro tema de seu interesse: a democracia em um regime republicano. Para Aranha, a “obra educacional” ajudava capacitar a população para atuar nos debates cívicos da era e, mais importante, canalizar as “paixões mais violentas” dentro de um marco de respeito ao próximo em regras pré-determinadas (Aranha: 1925).

No esforço de apresentar o Brasil para a sociedade americana, Oswaldo Aranha tornou-se um professor de história, coligindo a literatura secundária e sistematizando de forma apresentar um resumo claro, conciso e interessante para seus ouvintes – algo provavelmente realizado com a assistência de assessores. A conferência proferida na Universidade de Bucknell, em 1937, é um exemplo desse exercício, que se repetirá no Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes, em dezembro de 1940. Nessas ocasiões, observa-se seu interesse com temas relacionados ao direito internacional, especialmente no tópico de limites e fronteiras. Ressurgira o professor, lembrando matérias de direito romano e seu

profundo conhecimento da história do Brasil e da literatura sobre o assunto, citando de Visconde do Rio Branco ao Lorde Curzon (Aranha: 1940d).

Como observamos, Aranha aceitara o posto de forma relutante. No primeiro semestre de 1936, Vargas demonstrou interesse em nomeá-lo direto para o topo da carreira diplomática, talvez para compensar o acordo comercial com a Alemanha. Aranha, em duas longas cartas, afirmou não desejar “exercer missões diplomáticas” e que aceitara a Embaixada em Washington por entender que sua saída do Brasil seria útil ao governo naquele momento. Não gostaria de migrar permanentemente para essa atividade – seria indesejável dar “a impressão de que *virei* homem da diplomacia”, afirmou. Ele, ademais, não tinha “temperamento para servir com o Itamaraty” (Aranha: 1936e; Aranha: 1936f; Roças: 1936).

Este último ponto deve ser comentado de forma mais precisa. São naturais as desavenças entre os representantes do país no estrangeiro e a Secretaria de Estado. Em um período da história mundial cheio de tensões, foi normal que isso se refletisse nas diferenças de percepção, nos choques de opinião e nas desinteligências naturais decorrentes do afastamento geográfico.

Pouco tempo após completar dois anos do posto, Aranha foi nomeado para participar da Conferência Interamericana para a Consolidação da Paz, realizada em Buenos Aires. A relevância do encontro pode ser identificada pelo perfil da delegação, com mais de vinte e um participantes – de Cyro de Feitas Valle a Hildebrando Accioly, de Rodrigues Alves a Lafayette de Carvalho e Silva, de Odette de Carvalho e Souza a Vasco Leitão da Cunha. Aranha partiu de Miami, em 13 de novembro de 1936, com destino ao Rio de Janeiro e, depois, Buenos Aires. Os trabalhos foram concluídos no final do mês de dezembro. Aranha aproveitou a sua presença na região e visitou Itaquí, Uruguaiana, Alegrete e Porto Alegre. Não foi

só familiar e sentimental. Durante seu périplo, Aranha reconheceu a tensão política que precedia a campanha presidencial, além da tentativa de setores da política do Rio Grande do Sul de romper com Vargas. Em entrevista ao jornal *A Razão*, reproduzida na edição de 26 de dezembro de 1936 do *Correio da Manhã*, ele afirmou que só entendia de política internacional, adicionando:

Em matéria de política interna, é meu dever respeitar e apoiar todos os governos legais dos demais países, principalmente o meu próprio. Isso não quer dizer que eu haja renunciado ao direito de votar e opinar. Pode ter a certeza, porém, de que o farei unicamente para favorecer as soluções harmônicas e patrióticas, capazes de resguardar nossos destinos democráticos (Aranha: 1936k).

A declaração é relevante por dois motivos. Primeiro, apresenta sua posição conciliadora a serviço da preservação da democracia, objetivo final de sua ação. Segundo, demonstra a sua tentativa de atuar na política doméstica. Assim, sua demora no retorno aos Estados Unidos decorreu de seu ativo trabalho na pacificação de ânimos, preparando uma sucessão presidencial. Ao chegar ao Rio de Janeiro, esteve com Vargas quase diariamente. Diante da continuidade de dissensões no Rio Grande do Sul entre a Frente Única e o Partido Liberal, retornou ao Rio Grande do Sul no final de janeiro e depois foi para São Paulo; em março, repetiu a viagem ao sul. Foi somente em 17 de abril de 1937 que Aranha finalmente chegou a Washington.

Sua permanência na capital americana, todavia, estava com os dias contados. A longa estada no Brasil indicou tensões elevadas que não conseguiam ser pactuadas pelo processo político vigente, sem contar a crescente hostilidade do aparelho estatal contra o processo eleitoral. Em maio de 1937, por exemplo, Aranha demonstrou indisposição com relação à crescente censura sobre correspondentes estrangeiros no Brasil (Aranha: 1937a).

A inviabilidade de sua permanência veio com o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Dois dias antes, Getúlio Vargas, em seu tradicional estilo, já havia alertado Aranha, em carta, de que a “marcha dos acontecimentos” levaria a “uma reação”, e que precisaria de seu representante para “dissipar quaisquer apreensões do governo americano quanto à segurança da nossa política de amizade com os Estados Unidos (Vargas: 1937). Com o golpe, seguindo as instruções presidenciais, Aranha atuou imediatamente para dissipar seus efeitos negativos, mas desde o primeiro momento indicou que não seria possível ficar à frente da Embaixada. Nem o governo americano nem seu povo iriam “acreditar nas [suas] informações e afirmações”; sua permanência seria “prejudicial aos interesses do Brasil”. Ele prontamente enviou telegrama expondo sua condenação ao “que se fez em nosso país e mais ainda o que se pretende fazer”. Democrata, sua resistência voltava-se principalmente para a Carta Constitucional promulgada. Mesmo nesse momento de rompimento, contudo, expôs sua “inalterável amizade [e] admiração pessoal” a Vargas (Aranha: 1937b; Aranha: 1937d).

Ele chegou ao Rio de Janeiro, de navio, em 23 de dezembro. Foi recebê-lo numeroso grupo e muitos já especulavam sobre sua nomeação para o cargo de ministro das Relações Exteriores. Ela só foi efetivada, contudo, em março. A razão de ter aceitado o convite estava no seu desejo de fortalecer a causa americana dentro do governo, contrabalanceando os apoiadores dos regimes totalitários europeus que desejavam maior afastamento brasileiro com relação ao governo americano.

A posse de Oswaldo Aranha foi realizada em 15 de março de 1938. A imprensa carioca retratou de forma efusiva os eventos do dia. O *Jornal do Commercio* indicou que a calçada do Palácio Monroe, onde assinou o termo de posse, “estava literalmente cheio de pessoas que foram cumprimentar o novo ministro das

Relações Exteriores”. Sobre a cerimônia de transmissão de cargo, no Itamaraty, o Correio da Manhã afirmou que o evento “consagrou ainda mais o prestígio” do novo ministro, que assistiu “imponente manifestação”.

Do ponto de vista desse estudo, o mais importante é que Aranha já exercia ocasionalmente, desde 1934, ainda que à distância, funções típicas da pasta de Relações Exteriores, comunicando-se diretamente com o presidente sobre assuntos fora de sua alçada oficial e respondendo a pedidos de comentários sobre temas gerais de política externa.

A preocupação com a organização burocrática do Itamaraty, em particular, datava de sua chegada a Washington, criticando a organização do posto e a administração da rede diplomática brasileira no exterior. Suas críticas à Secretaria de Estado seriam recorrentes – providências que não se tomavam, carência de informação e, principalmente, as indiscrições diante de temas sensíveis, este último um problema igualmente criticado por Vargas (Aranha: 1936a; Aranha: 1936c). Com o tempo, as críticas se elevaram, principalmente quando detectou certo interesse de Macedo Soares em ocupar a Presidência da República (Aranha: 1937c).

Essa experiência preparou-o para o cargo que assumiria. Seu discurso de posse, no entanto, iniciou com a humilde afirmação de que chegava não para substituir, mas para continuar, pois, no Itamaraty, “a coerência fez-se continuidade e esta tradição, inviolável”. Seguiu, desse modo, a modéstia do primeiro sucessor do barão do Rio Branco, Lauro Müller. Ele apresentou sua admiração pela tradição jurista e pacifista da diplomacia brasileira, algo que repetidamente repetiria nos próximos anos.

A atuação jurista brasileira foi igualmente celebrada em julho de 1938. Após três meses de intensa atividade, foi celebrado

o Tratado Definitivo de Paz, Amizade e Limites entre o Paraguai e a Bolívia, encerrando o maior conflito armado da América do Sul no Século 20. A contenda iniciara pela expectativa de que o território do Chaco fosse rico em petróleo; outro motivo foi o controle ao acesso ao Rio Paraguai na área. Iniciando em setembro de 1932, mais de trezentos mil homens lutaram em batalhas na região. Em junho de 1935, um cessar fogo foi decretado e, desde então, a diplomacia latino-americana atuou para aproximar os dois beligerantes em um acerto definitivo sobre as fronteiras e o alcance de um tratado de paz.

Em seu discurso de celebração do evento, Oswaldo Aranha indicou que, por oito anos e por intermédio de quatro chanceleres, o Brasil batalhou para aproximar os dois países. Para ele, “a política pacifista do Brasil não está nos homens nem nos governos, mas na vontade mesma do povo, constituindo uma herança, uma tradição, uma força, uma destinação que a ninguém é dado mudar”. Como bom chefe, Aranha deu especial crédito ao embaixador Rodrigues Alves, o representante brasileiro em Buenos Aires, e à excelente equipe do Itamaraty, que desempenhara “esforços titânicos” para “conciliar irmãos em armas”, “mediar entre interesses historicamente opostos”, “arbitrar reivindicações seculares” e “apaziguar paixões exacerbadas pela guerra” (Aranha: 1938e).

Se a sombra da guerra se dissipava na América do Sul, a situação da política internacional estava cada vez mais complicada. Aranha reconheceu essa complexa situação e, em janeiro de 1939, foi para os Estados Unidos para ajudar a resolver uma série de desafios bilaterais – em especial no tópico da cooperação econômica. No prestigiado Clube Nacional de Imprensa, em Washington, já vislumbrava o “caos de estéreis lutas fratricidas”. Nesse ambiente de pessimismo, onde o totalitarismo apresentava-se como inexorável vanguarda, sua voz apregoava o reforço da defesa da democracia, em especial a celebração das liberdades individuais,

um “ideal de sociedade composta de homens livres, procurando manter as condições que esta liberdade [possa] ser preservada e desenvolvida, não para o bem de alguns, mas para o bem de todos” (Aranha: 1994e).

A despeito de os resultados não terem aplicação imediata, a sua missão aos Estados Unidos foi coroada de êxitos, com a celebração de vários acordos que articularam um pacote de ajuda econômica denominado pelo ministro como *New Deal* internacional (Araújo: 1996, 200-2). Essa vitória empoderou o grupo que apoiava laços mais próximos com os Estados Unidos e aprofundou um tipo de relacionamento bilateral que perduraria até o fim da Segunda Guerra Mundial.

O fortalecimento de Oswaldo Aranha após a missão ficou demonstrado pela recepção que teve ao chegar no Rio de Janeiro. Uma comissão fora criada, com a liderança do ex-ministro Afrânio de Mello Franco, para prestar homenagens ao chanceler em sua chegada. Ainda em alto mar, Aranha tentara demover, sem sucesso, os organizadores da iniciativa. A competência negociadora do político gaúcho, contudo, tornara-se fato notório e apreciada por líderes sociais que, a despeito das mordanças do Estado Novo, desejavam render-lhe homenagem – do Sindicato dos Lojistas à Federação das Associações Comerciais do Brasil, de grupos escolares a operários.

Quando seu navio, o *Argentina*, atracou no porto, às nove da manhã, caiu uma chuva torrencial. Mesmo assim, da Praça Mauá até a estação do Touring, uma multidão aguardava a chegada do ministro. Antes mesmo de desembarcar, fora carregado pelo povo. Só com a força de um grupo de amigos conseguiu desvencilhar-se. A um admirador que perguntou sobre discursos, outro respondeu: “O momento não é de discurso: é de ação” (Correio da Manhã: 1939).

O discurso, todavia, não pode ser visto como ação dissociada da ação e Aranha não decepcionou ao subir ao palanque. Seu agradecimento à recepção foi uma oração essencialmente política, mas que não deixou de ser um relato das negociações e uma apreciação do momento complexo da política internacional. A intriga palaciana logo assinalou que suas palavras eram as de um candidato para assumir a Presidência da República. O número de presentes na praça atestava a Getúlio Vargas que seu ministro detinha legitimidade própria junto das mais variadas classes sociais.

A cerimônia de recepção a Oswaldo Aranha simbolizou um momento que não mais existiria após a década de 1960: a discussão, em praça pública, da política externa brasileira. Nessa situação, o ministro das Relações Exteriores prestava contas diretamente à população, sem intermediários, de sua atividade em missões no exterior, antes mesmo de fazê-lo à sua equipe e ao próprio presidente da república. Essa característica explica a crença de Oswaldo Aranha na distância entre regimes e práticas políticas. Com atestou em carta a Sumner Welles, em 1938, em trecho reproduzido na introdução deste volume, Aranha acreditava que, a despeito do Estado Novo, o povo mantinha “inalteradas a sua vida e tradições democráticas e liberais” (Aranha: 1938b). Naquele mar de cidadãos preocupados com os destinos do país, ele certamente estava correto em sua crença na vitalidade democrática do povo brasileiro.

Na mesma noite, falando a repórteres em sua residência, na Ladeira do Ascurra, Aranha apresentou exame mais detalhado de sua missão. Ele salientou o nível de atenção concedido à autoridades brasileiras em Washington. Ainda que as negociações fossem complexas e difíceis, Roosevelt e a cúpula do governo americano foram ativos na busca de soluções para os problemas brasileiros. Era março de 1939 e, nas grandes capitais mundiais, a tensão elevava-se.



O HOMEM DA VIRTÙ – OSWALDO ARANHA EM WASHINGTON (1934-1937)

Carlos Leopoldo G. de Oliveira

Mais do que nunca é necessário, neste momento, para ambas as nações, cada qual a maior e a mais populosa no respectivo continente, melhor se entenderem e cooperarem. E no embaixador Aranha tem o Brasil um estadista que plenamente compreende esta necessidade. Como embaixador em Washington aprendeu a conhecer e a querer os Estados Unidos da América, suas instituições e seu povo. Este apreço é plenamente retribuído. Por motivos pessoais, bem como por seu prestígio, terá o mais cordial acolhimento (Washington Daily News: 1939).

A American-Brazilian Association e a Sociedade Pan-Americana desejam, juntas, oferecer um banquete a Vossa Excelência. Só posso confirmar o que já disse em meu telegrama anterior a respeito dos comentários dos jornais sobre a visita. Usam para com vossa excelência, em todos os pontos do país, das palavras mais amáveis, insistindo-se em sua extrema popularidade, aqui (Guimarães: 1939).

Os excertos acima, relativos à missão especial do ministro das Relações Exteriores do Brasil aos Estados Unidos, em março de 1939, são reveladores do prestígio adquirido por Oswaldo Aranha como embaixador junto ao governo Roosevelt e à sociedade americana no período em que chefiou a representação brasileira

em Washington (de setembro de 1934 a dezembro de 1937). O legado de sua gestão foi tão relevante que acabou por influenciar, diretamente, para além do relacionamento bilateral, os rumos dos vínculos diplomáticos hemisféricos; e, de modo indireto, já por meio de sua ação como ministro do Exterior, o quadro de alianças e alinhamentos construídos ao longo da Segunda Guerra Mundial.

Não seria de todo descabido afirmar que, durante sua gestão em Washington, Aranha entendeu haver espaço crescente, até então pouco explorado pela diplomacia brasileira, para uma ação facilitadora do complexo relacionamento entre os Estados Unidos e os demais países latino-americanos. Levou essa lição para sua gestão como chanceler, ao longo da qual buscou contribuir para a formação de um esforço de concertação político-econômica pan-americana, no qual os EUA desempenhariam papel preeminente. Suas atuações durante a VIII Conferência Panamericana de Lima, em 1938, e a III Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores, em janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, constituíram os momentos culminantes de sua atuação no plano hemisférico.

O triênio em que o plenipotenciário gaúcho – recentemente saído da titularidade do Ministério da Fazenda e dos debates de plenário da Assembleia Constituinte de 1934 – exerceu a titularidade da representação diplomática em Washington constituiu a pedra fundamental da mutuamente benéfica parceria estratégica entre as duas maiores repúblicas do hemisfério, em especial no formato que ela adquiriu durante a guerra. Como este ensaio deseja demonstrar, a própria preservação da integridade territorial brasileira durante o grande conflito de 1939-1945 pode ser, em grande parte, atribuída ao excepcional nível de trânsito e de prestígio pessoal alcançados por Aranha, desde 1934, junto ao presidente Franklin Delano Roosevelt (FDR), influência mantida até a morte do estadista norte-americano, em abril de 1945.

Em um contexto internacional que primava pela ocorrência de miríade de crises que acabaram por levar à eclosão da guerra, Oswaldo Aranha foi o embaixador estrangeiro mais recebido pelo mandatário norte-americano em audiências oficiais na Casa Branca no triênio 1934-37, como sintetizado no quadro abaixo:

Franklin D. Roosevelt recebe Oswaldo Aranha na Casa Branca		
	Data	Motivo
1	2/10/1934	Apresentação de credenciais
2	28/1/1935	Apresentação do ministro da Fazenda, Arthur da Souza Costa
3	5/2/1935	Assinatura do acordo de comércio Brasil-EUA, com Souza Costa
4	26/5/1935	Apresentação do comandante do navio-escola “Almirante Saldanha”, capitão de mar e guerra Durval Teixeira
5	16/5/1936	Chá oferecido por FDR e Eleanor Roosevelt à primeira-dama Darcy Vargas e à filha Alzira, na presença de Aranha e suas duas filhas
6	14/9/1936	Apresentação do ministro da Viação, Marques dos Reis
7	12/11/1936	Reunião para tratar da visita oficial de FDR ao Brasil
8	21/4/1937	Acompanha o ex-chanceler Afrânio de Mello Franco em audiência
9	9/7/1937	Audiência dada ao ministro da Fazenda, Arthur da Souza Costa
10	20/7/1937	Despedida do ministro Souza Costa, ao cabo da missão nos EUA

Elaboração do autor, com base em telegramas, literatura secundária e o sítio eletrônico <www.fdrlibrary.marist.edu/daybyday/>. Acesso em: 18 set. 2017.

Tratava-se de conjuntura na qual o prolongamento dos efeitos da depressão iniciada em 1931, a expansão militar japonesa na Ásia, a ascensão do nazismo na Alemanha, o fortalecimento do regime stalinista na URSS, a guerra civil espanhola e a alegada decadência dos regimes democrático-liberais no Ocidente drenavam as

atenções dos tomadores de decisão em Washington. Ademais, cumpre recordar que, em paralelo, a própria economia norte-americana patinava na crise em preparação a seu período mais agudo (*depression within the depression*). Nesse contexto complexo, o emissário diplomático do governo Vargas logrou disseminar, nos estamentos do poder norte-americano, a visão de que o Brasil poderia ser um parceiro com o qual Washington poderia contar para o enfrentamento dos tempos difíceis que se avizinhavam. Com efeito, já em abril de 1936, durante o banquete do Gridiron Club, Roosevelt manifestara a Aranha sua crença de “que a Europa vai para a guerra devido à atitude da Rússia, arrastando seus satélites contra a Alemanha, cujo regime era, ainda, pior que o russo, sem finalidades humanas. Nesta ocasião, que poderá demorar mas que virá fatalmente, o reajuste das ambições dos povos vai fazer-se em todos os continentes” (Aranha: 1936d)

Cabe sublinhar, ainda, que Aranha patrocinou, entusiasmaticamente, a organização da visita de estado de FDR ao Brasil, em novembro de 1936, a primeira de um mandatário norte-americano, no exercício de suas funções, ao território brasileiro.

Nesse quadro, é forçoso reconhecer, não obstante – e em que pesem os dotes e a contribuição inequívoca da personalidade de Aranha como estadista e diplomata para a conformação desse estado de mútua boa vontade bilateral –, que diversos outros vetores, externos às qualidades pessoais do líder da Revolução de 1930, concorreram para imprimir efeito multiplicador à sua atuação pessoal como diplomata, a saber: a empatia pessoal entre os presidentes Vargas e Roosevelt, estabelecida durante o encontro bilateral no Rio de Janeiro em 1936; a importância e o peso específicos do Brasil, no período 1933-1945, no cenário das relações internacionais do governo Roosevelt, em especial com a adoção da Política de Boa Vizinhaça (*Good Neighbor Policy*), anunciada por FDR em seu discurso de posse (março de 1933);

a impossibilidade da mesma administração americana, dado o crítico cenário doméstico oriundo da depressão dos anos 1930, de gerar os necessários excedentes de poder para promover medidas de estabilização nos contextos geopolíticos do Extremo Oriente, da Europa e da América Latina.

Aranha chegou em setembro de 1934 a Washington e já buscou definir seu espaço. Foi recebido por Roosevelt em 2 de outubro daquele ano para a apresentação de suas credenciais. FDR não perdeu a ocasião, na breve conversa que então teve lugar, de pragmaticamente manifestar seu interesse na célere conclusão das negociações do tratado de reciprocidade comercial entre os dois países. Indiretamente, essa atitude de FDR reconhecia um dos principais temores de Washington à época: a de que o parceiro sul-americano viesse a ser atraído para a órbita de influência econômica alemã, por meio da assinatura de um acordo de comércio compensado (do tipo *barter* ou *countertrade*, com o uso de moeda escritural). Desde então, o “fantasma alemão” passou a ser usado, deliberadamente, por Aranha e por outros membros do governo brasileiro, como o ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa e o chefe do estado-maior Pedro Aurélio de Góes Monteiro, como estratégia de negociação e de obtenção de vantagens pelo Brasil junto aos EUA.

O promotor do *New Deal*, de seu lado, precisava apresentar sinais de êxito em sua nova política comercial, adotada em março de 1934 e consubstanciada no *Reciprocal Trade Agreements Act* (RTAA). Por esta norma legal, aprovada depois de complexas negociações com o Congresso, implementava-se um instrumento segundo o qual o Executivo norte-americano poderia negociar acordos bilaterais de comércio sem depender de prévia autorização legislativa e com poderes para alterar tarifas de importação. Na verdade, Roosevelt havia confiado em demasia, na matéria, na argumentação do secretário de Estado Cordell Hull – que acreditava

que o RTAA, baseado no princípio da nação mais favorecida e no uso do dólar como moeda comercial internacional – poderia vir a propiciar a assinatura de ampla gama de acordos comerciais em termos que favoreceriam os EUA. Segundo a avaliação ulterior de Roberto Campos, “Cordell Hull havia construído boa parte de sua carreira na pregação do livre-comércio multilateral. *Free and multilateral trade* era o seu lema” (Campos: 1994, 54).

Aranha cedo percebeu que poderia granjear as boas graças de Roosevelt e de Hull em tema que lhes era particularmente caro e, já em 8 de outubro de 1934, anunciava ao Itamaraty, por telegrama, estar enfrentando a dura resistência da equipe de negociadores comerciais estadunidenses no que tange a encontrar sinergias de texto que permitissem avançar na negociação do acordo comercial Brasil-EUA (Aranha: 1934g). Nessas tratativas, Aranha encontrou no presidente norte-americano um aliado importante para superar impasses nos níveis hierárquicos inferiores em temas que eram do interesse do Brasil.

O diplomata brasileiro logrou, na ocasião, fazer o presidente norte-americano vetar o prosseguimento de negociação de acordo de pagamentos compensados entre a Alemanha e o Eximbank norte-americano que, se exitoso, teria franqueado amplo acesso do algodão norte-americano ao mercado alemão, em detrimento do produto brasileiro. Roosevelt instruiu Cordell Hull a convocar Aranha ao Departamento de Estado, em um sábado (15/12/1934), para comunicar a sua (FDR) decisão de vetar “o negócio de algodão com a Alemanha (...) em atenção à atitude do Brasil para com os Estados Unidos em caso idêntico e, mais ainda, que decidiu que o tratado com o Brasil se faça pela forma por ele (Brasil) pleiteada, sem que o Brasil possa vir a sofrer no seu comércio com os demais países” (Aranha: 1934h).

Diante da complexidade das negociações e do interesse do ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, de viajar a Washington em missão especial para concluir as tratativas do acordo – se possível vinculando sua assinatura à concessão paralela de um empréstimo ao Brasil –, Aranha esforçou-se para convencer Cordell Hull a aceitar o modelo proposto pelo ministro brasileiro para a condução das negociações. Hull opôs resistência inicial à sugestão, argumentando que “este país (EUA) não costumava negociar tratados com missão especial habilitada a resolver todos os assuntos” se houvesse representante diplomático do mesmo país acreditado em Washington com poderes plenipotenciários para tal. Aranha não só fez ver a Hull que a vinda da missão especial não lhe criaria, pessoalmente, qualquer constrangimento protocolar como aproveitou a vinda de Souza Costa para levá-lo duas vezes à Casa Branca para audiências com o presidente Roosevelt: a primeira para sua apresentação (28 de janeiro de 1935) e a segunda para a assinatura do acordo comercial bilateral (02 de fevereiro do mesmo ano) (Aranha: 1935c).

Tudo isso se deu em um contexto no qual Aranha acreditava que a missão Souza Costa constituía-se num erro, pois apareceria aos americanos como uma desorientação da política financeira brasileira e enfraquecia a sua posição (Aranha) como negociador. Souza Costa, no entanto, foi extremamente hábil na ocasião, e tudo fez para evitar o comprometimento absoluto do Brasil, tão demandado pelos EUA, de repúdio à política do comércio compensado, posição que viria a se demonstrar muito acertada para os interesses brasileiros até a ruptura das relações diplomáticas com a Alemanha, em janeiro de 1942.

A celebração do acordo de comércio Brasil-EUA, em fevereiro de 1935, foi arvorada pelo governo e pela imprensa dos EUA como o começo de uma nova era para o comércio internacional. O próprio Aranha considerou o tratado “um importante acontecimento para

a economia mundial” (Hilton: 1994, 224). *US-Brazil Pact First Move to Set International Commerce in Motion*, alardeou o Washington Post em sua manchete de 10 de fevereiro. Franklyn Waltman, jornalista do mesmo periódico, assegurou: “nation’s policy of trade isolation will be modified”.

Aranha revelou, então, uma vertente de ação diplomática que se tornou característica de sua gestão em Washington e que também aproveitou em sua função de chanceler: a de destravador de problemas e de alterador de rotinas e de protocolos. Sabia, como poucos, mobilizar o próprio FDR para agir sobre os estamentos burocráticos dos departamentos de Estado, da Guerra, do Tesouro e do Comércio, e do Eximbank, no sentido da adoção de providências que favoreceriam os interesses brasileiros, muitas vezes em contraposição às posições adotadas pelas agências do governo norte-americano.

Exemplo disso ocorreu quando, já titular da pasta do Exterior, empreendeu a chamada “missão Aranha”, em março de 1939. Segundo desejo manifestado por Roosevelt, a apresentação das credenciais do novo embaixador brasileiro, Carlos Martins, foi feita pelo próprio Aranha. De acordo com o relato de Martins, “Roosevelt (...) salientou, desde logo, o excepcional da audiência, pois, pela primeira vez, declarou, era um embaixador apresentado pelo seu ministro das Relações Exteriores. Após a audiência o presidente nos reteve para almoço (nova exceção) dizendo textualmente: “O ministro Oswaldo Aranha e eu começamos um novo protocolo e uma nova era” (Souza: 1939b).

Aranha cedo percebeu que o modo de governar de Roosevelt poderia ser altamente benéfico para a consecução dos interesses diplomáticos brasileiros, em especial dados o poder de persuasão, o carisma pessoal, a matreirice e a *non-chalance* do político gaúcho. Décadas mais tarde, Roberto Campos descreveria, com precisão

e síntese, que a “técnica administrativa de Roosevelt era bizarra. Não procurava impor disciplina formal ao gabinete e parece que atribuía às controvérsias ministeriais uma certa função criadora. Mais que um gerente, parecia um juiz, arbitrando infundas lutas pelo poder entre departamentos” (Campos: 1994, 82).

A celebração do acordo comercial Brasil-EUA, já no quarto mês de sua gestão como embaixador – tema que era muito caro para a cúpula americana –, gerou espírito de boa vontade por parte de Roosevelt, de Hull e de Sumner Welles (então secretário de Estado adjunto para Assuntos Latino-americanos), e que só fez crescer com o tempo e lentamente se expandiu para outros setores do establishment. Aranha passou a ser personagem familiar ao arco de visão do presidente Roosevelt, mesmo em eventos fora da Casa Branca, o que lhe assegurou trânsito ainda maior junto ao mandatário americano.

Nesse sentido, Aranha desenvolveu maestria na arte de aproveitar toda e qualquer oportunidade de interação com as autoridades americanas para perscrutar a mente e a visão de mundo de seus interlocutores em áreas e domínios que extrapolavam o contexto temático original do encontro. Essa estratégia se demonstrou extraordinariamente frutífera para a sua projeção pessoal na sociedade americana, bem como para a instrução dos processos decisórios de Vargas e do Itamaraty em diversas ocasiões.

Como exemplo disso, ele se fez convidar para o banquete do tradicional Gridiron Club, já em abril de 1936, por ocasião de conagração semestral entre o presidente e os correspondentes dos meios de comunicação nacionais e estrangeiros na capital americana. “Vali-me de amizades para que fosse aberta a exceção”, disse Aranha. “Fiz questão de ir a este banquete porque ele era o inaugural da campanha presidencial. E, foi, como se diz aqui, uma grande coisa” (Aranha: 1936d). Nos banquetes desse clube,

segundo Hilton, o chefe do Executivo era submetido aos maiores deboches e às críticas mais maliciosas possíveis por parte dos jornalistas (Hilton: 1994, 203).

A despeito de sua condição de “intruso”, Aranha logrou obter precedência diplomática sobre os poucos embaixadores presentes e acabou por se sentar, à mesa, ao lado do presidente Roosevelt, “para inveja de 500 pessoas vindas de todo o país para este banquete”. Novamente segundo Hilton, “durante as cinco horas do programa, [Aranha] teve oportunidade de conversar com o líder americano, em francês para que vizinhos não entendessem, sobre diversas questões bilaterais e hemisféricas. Roosevelt, por exemplo, expressou sua aprovação ao programa anticomunista que Vargas vinha executando em função da intentona vermelha de novembro de 1935 e também abordou a situação europeia” (Hilton: 1994, 207-8).

Cumpramos ressaltar que boa parte do êxito da gestão Aranha em Washington decorreu de um aspecto importante: Aranha gostava do posto em que estava servindo, sentimento perceptível aos americanos, que o retribuía. Notório apreciador do modo de vida americano e das conquistas materiais e intelectuais da nação, sua admiração por tudo que era relacionado aos EUA chegava ao limite da fascinação.

Não creio que haja povo mais disciplinado nem mais feliz. O governo aqui não intervém na vida do país... nem em 15% da atividade geral! E aí [no Brasil], que tudo precisa ser obra do governo? (...) Aqui acham que com 15% há governo demais! O individualismo aqui fez milagres, porque assenta suas bases numa formação moral sã, solidária e fraternal (carta de Aranha a Góes Monteiro, 24/10/1934, apud Hilton: 1994, 206).

Aranha buscava engajar Getúlio e sua família na causa da aliança entre o Brasil e os EUA, tendo elaborado o projeto de

convidar Alzira e Darcy Vargas a viajarem aos EUA, iniciativa que se revelou bem-sucedida: “O embaixador Oswaldo Aranha estava no Rio de Janeiro, para tratar de assuntos relativos à sua missão em Washington (...) Entusiasmado com o progresso dos Estados Unidos, convidou-me [Alzira Vargas] de maneira curiosa e insistente para visitar aquele país. (...) Disse a papai: “Emprestame essa bugra de São Borja. Ela precisa se civilizar, conhecer outros ambientes” (Peixoto: 1963, 172).

Aranha parecia privilegiar o resultado final das obras e eventos que testemunhava, ignorando aspectos negativos do processo americano que haviam levado à conformação do resultado final objeto de sua palavra de admiração. Passou três anos nos Estados Unidos e, apesar de ter viajado extensamente pelo país, em pouquíssimas oportunidades se deteve sobre o quadro recessivo da economia e sobre testemunhos negativos derivados da depressão.

Após viajar de automóvel, em agosto de 1935, pelos estados de Wyoming, Montana, Idaho, Illinois, Utah, e Nevada, escreveu a Vargas: “Atravessei zonas industriais, agrícolas e pecuárias; cruzei grandes centros urbanos e desertos; vi terras paradisíacas e as chamadas ‘bad lands’, tudo isso povoado por uma gente industriosa e feliz. Nesse percurso não pude encontrar a célebre *depression*, nem uma só mão implorando uma esmola” (apud Hilton: 1994, 200). Após escrever a Vargas, visitou ainda Califórnia, Arizona, Novo México e Texas, em seu retorno a Washington.

Seus telegramas, ofícios e cartas transmitem uma visão positiva da realidade americana. Hilton opina que a ótica de Aranha era a de que os efeitos da crise econômica dos EUA “tinham sido exagerados no exterior”: “A situação americana, a despeito de todas as vozes em contrário, é sem dúvida de invejar. Foi isso que observamos entre todas as classes, das rurais às urbanas” (Hilton, 1994: 200).

Apesar de sua condição de frequentador dos círculos mais informados da sociedade americana, seus expedientes à Secretaria de Estado, ao longo de 1937, não permitem antever o desastre que o seguinte trouxe para a economia – a *depression within the depression* (quando os recursos para o *New Deal* escassearam e as cifras do desemprego norte-americano saltaram, em um ano, de 5 a 11 milhões de trabalhadores). Os telegramas de Washington não informam, por exemplo, que no período 1934-37 a dívida doméstica subiu de 25 para 45 bilhões de dólares, assumindo trajetória insustentável – que só seria equacionada ao final da guerra, com a internacionalização oficial da moeda norte-americana, uma decorrência direta da criação do padrão ouro-dólar na conferência de Bretton Woods (julho de 1944). Tampouco, de sua viagem aos alguns estados do sul (Texas e Novo México), são encontradas menções, em suas comunicações, à evidente desigualdade das condições de vida entre os *wasps*, americanos brancos e protestantes, e seus conterrâneos negros ou hispânicos.

O apreço de Aranha, em geral, pelo *American way of life* só era secundado pela incontida admiração que nutria pela figura de FDR. Em dezembro de 1934, no banquete invernal do Gridiron Club – o primeiro e único a que deveria ter assistido, uma vez que a tradição rezava que apenas embaixadores estrangeiros recém-chegados a Washington deveriam ser convidados para o evento –, Aranha ficou tão positivamente fascinado pela maneira com a qual FDR rebatia as críticas dos jornalistas a seu governo que escreveu imediatamente a Vargas:

Tinham transcorrido 4 horas de crítica, acusações e mesmo agressões ferozes. O New Deal estava em trapos (...) As últimas eleições foram objeto de críticas tremendas, apontando-se os lugares onde o governo comprou a vitória, etc. (...) Roosevelt respondeu às críticas e terminou dizendo: na capital não há votos, nem partidos, somos todos

americanos e iguais. Batidos nos estados, os republicanos são colaboradores em Washington. Podem e devem criticar, mas precisam e devem ajudar. (...) Ele (FDR) foi estupendo. Faz pena vê-lo de pé. Mas ele fala de pé, apoiado em uma cadeira apropriada. Sua energia excede os limites da nossa imaginação. É um Hércules de vontade. A sua paralisia inferior parece que revigorou seus órgãos superiores. (...) O esforço desse homem não cabe na nossa compreensão. Ele não caminha, não anda. É arrastado e arrasta consigo este país. Confesso-te a minha admiração por esse homem. A sua energia e seu esforço ao serviço do seu país são inexcedíveis (apud Hilton: 1994, 203).

Essa olhar benigno sobre a alma norte-americana explica sua decepção com os rumos do relacionamento bilateral no imediato pós-guerra. Talvez Aranha, e também Vargas – mas este último em menor medida, certamente –, tivessem atribuído caráter sistêmico e institucional às redes de apoio, no governo norte-americano, ao prolongamento e à preservação, no pós-45, do estado de “aliança estratégica” entre Brasil e Estados Unidos vigente durante a guerra, ignorando que muito do sustentáculo dessa relação especial residia na qualidade e na intensidade dos vínculos pessoais entre Aranha e Vargas, de um lado, e Roosevelt de outro. Com o agravamento da saúde deste último, a partir do segundo semestre de 1944, e sua ausência física, em abril de 1945, desapareceu o fator principal que impedia que, nas instâncias governamentais e econômicas do país, se visse o Brasil como um parceiro que estava agindo de forma muito independente e soberana.

A gestão de Aranha à frente da embaixada, no período 1934-37, foi instrumental como base da parceria estratégica desenhada pelos dois países no período 1940-45. Aranha logrou angariar a confiança dos principais tomadores de decisão do governo Roosevelt e desenvolver relações pessoais – ou, ao menos, inspirar empatia e simpatia – em vasto número deles. Tido por Washington

como o principal defensor, no seio da administração Vargas, da política de aproximação com os Estados Unidos, a atuação mais paradigmática de Aranha nesse sentido ocorreu por ocasião da III Conferência de Chanceleres no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, simultaneamente à sensível mudança na posição da delegação brasileira durante a própria conferência.

Dado o conhecimento da realidade americana adquirido *in loco* durante sua passagem como chefe da representação em Washington, Aranha tinha clara ciência da importância que os EUA atribuíam, nos planos logístico-militar e político, à cooperação brasileira em um conflito internacional de larga escala.

Não há indícios definitivos, porém, de que ele ou outros integrantes da cúpula do governo brasileiro estivessem plenamente conscientes de que a simples permanência do Brasil em uma condição de estrita neutralidade após o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, e a entrada dos EUA no conflito, *poderia vir a provocar ou ter provocado* a invasão da porção norte litorânea do território brasileiro por tropas norte-americanas, em execução ao plano Rubber, cujos preparativos foram autorizados por Roosevelt em 21 de dezembro de 1941, como primeira etapa de um projeto maior de plano básico conjunto para a ocupação do norte do Brasil. O objetivo do plano era o desembarque de tropas de fuzileiros navais americanos em diversos pontos do litoral entre o Amapá e a Bahia para garantir o acesso a portos e aeroportos brasileiros, vitais para o esforço de guerra aliado no sentido de prover a logística de abastecimento de armas e de tropas para as campanhas no norte da África, no Mediterrâneo, no Oriente Médio e, mesmo, na Ásia. A frota norte-americana no Atlântico daria a cobertura das operações de desembarque, bem como asseguraria o bombardeio das defesas costeiras brasileiras (Nara: 1942; Sixtant: 2017).

Com efeito, se no discurso de abertura dessa conferência, proferido por Vargas, o mandatário brasileiro pontificava com suas conhecidas frases de duplo sentido, de forma a deixar seus interlocutores em permanente dúvida – como no período: “É propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir que possam as suas terras e águas servir de ponte de apoio para o assalto a Nações irmãs (...)” (Vargas: 1942) –, Aranha, no discurso de encerramento, não ocultava a sua satisfação e o seu orgulho ao declarar:

A neutralidade do Brasil sempre foi exemplar, mas nossa solidariedade com a América é histórica e tradicional. As decisões da América sempre obrigaram o Brasil e, mais ainda, as agressões à América. (...) Essa é a razão pela qual, hoje [28/1/1942], às 18 horas, de ordem do Senhor presidente da República, os embaixadores do Brasil em Berlim e Tóquio e o encarregado de negócios em Roma passaram nota aos governos junto aos quais estão acreditados, comunicando que, em virtude das recomendações da III Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, o Brasil rompia suas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão (Aranha: 1942c).

O desenrolar da III Reunião foi um dos momentos mais importantes da diplomacia brasileira no século XX, em que o papel de Aranha, como estadista, atingiu o seu ápice, no tocante à defesa dos interesses do país. Com efeito, ele estava plenamente consciente de que não se tratava de mera ruptura de relações com os países do Eixo, e sim do envolvimento direto do Brasil em uma guerra que não era sua e que não desejara; era movido, porém, pela certeza de que o Brasil estaria do lado dos vencedores ao cabo do grande conflito.

Segundo relato de Jayme de Barros (1985) sobre aquele momento,

(...) era evidente viver o chanceler Oswaldo Aranha o momento culminante de sua presença à frente da chancelaria brasileira. Todos os dons excepcionais de sua inteligência, a irresistível simpatia que irradiava de sua personalidade, iriam entrar em jogo. O representante dos Estados Unidos, Sumner Welles, desanimou várias vezes ao verificar que o Chile se juntava à ação da chancelaria de Buenos Aires para tornar inexpressivo o documento a ser aprovado no Rio de Janeiro. Só Oswaldo Aranha não desanimava. As janelas de seu gabinete no Itamaraty, à noite, permaneciam iluminadas. Lá ele se recolhia ao sair das fatigantes reuniões no Palácio Tiradentes, ou da sala ao lado, para onde convocava com frequência os chefes das delegações. O trabalho que desenvolveu colocou todo o hemisfério, a despeito da reafirmação da neutralidade da Argentina, na sustentação dos princípios defendidos pelos aliados nos campos de batalha (Barros: 1985, 200-1).

A vitória do Brasil, e de Aranha, se revelou ainda mais completa quando se sabe que o resultado das intensíssimas e duríssimas negociações entre os EUA, a Argentina e o Chile, durante a III Reunião, foi considerado uma derrota por Cordell Hull, o qual, por telefonema internacional, desde Washington, ofendeu, aos gritos e improperios, o negociador-chefe norte-americano à conferência, Sumner Welles, por não ter logrado superar a posição de neutralidade adotada pelos dois países do Cone Sul quanto à ruptura de relações com o Eixo: “This is a surrender to Argentina”, teria sido uma das expressões mais leves usadas por Hull durante a chamada (Hull: 1948, 1149). O Brasil emergia, assim, do encontro histórico, como o grande aliado da causa norte-americana no hemisfério, sendo abortada a necessidade de execução do plano Rubber (cuja data de execução estava originalmente prevista para fins de fevereiro).

Graças à escolha acertada de Aranha pela aliança com os Estados Unidos o Brasil logrou manter íntegra sua conformação

territorial durante todo o grande conflito, sem a ocorrência de combates terrestres ou bombardeios aéreos em seu território durante a guerra. Prova de que o continente sul-americano poderia ter se transformado em campo de batalha foi a guerra submarina deslanchada pela Alemanha e, em menor escala, pela Itália nas águas do Atlântico Sul, responsável pelo afundamento de metade da frota mercante brasileira à época – isso em um contexto em que a comunicação entre boa parte do território nacional se fazia por meio da cabotagem, dada a inexistência de uma estrutura logística de transportes adequada à integração terrestre e aérea do território nacional.

Não se trata de especulação infundada. O planejamento de Aliados e do Eixo, de igual maneira, era o de que não seriam toleradas veleidades de neutralidade ou de abstenção, em um contexto de necessidades percebidas de expansão militar e geopolítica de qualquer um dos blocos em contenda. Tomem-se os casos do incidente Teleki na Hungria e das invasões da Iugoslávia (abril de 1941), do Iraque (guerra anglo-iraquiana, em maio de 1941) e do Irã (invasão anglo-soviética, em agosto-setembro de 1941) durante a Segunda Guerra Mundial. Há que se atestar inequivocamente: sem a plataforma de projeção sobre o Atlântico Sul, representada pela região que ia do litoral do Amapá à Bahia para o esforço militar e de transporte logístico da causa aliada; sem o estabelecimento, em Parnamirim, do mais ativo aeroporto militar durante toda a guerra e da maior base norte-americana individual fora do território estadunidense, com 15.000 militares; sem o vasto suprimento de matérias-primas brasileiras para o esforço de guerra aliado (minério de ferro, manganês, borracha, quartzo, minério de ferro etc.), o esforço de guerra norte-americano nas frentes mediterrânea, médio-oriental e asiática teria sido enormemente dificultado, com o consequente impacto no retardamento do lançamento de operações que acabaram por

levar ao término da guerra na Europa em maio de 1945 e, mesmo, no incumprimento de compromissos anglo-americanos com Stalin visando à abertura de novas frentes de guerra, no Mediterrâneo e na Mancha, que aliviassem a pressão da Alemanha sobre a URSS. Outra prova da obsessão norte-americana com o estabelecimento de um “trampolim do Atlântico” foi o conhecimento de geografia do nordeste brasileiro demonstrado pelo presidente Roosevelt em reunião com o embaixador Carlos Martins ainda antes da eclosão da guerra, em 1939, quando o mandatário norte-americano discorreu longamente sobre a ilha de Fernando de Noronha e sobre o cabo São Roque... (Souza: 1939a).

A atuação do governo brasileiro nos diversos episódios relacionados à guerra mundial permitiram ao país alcançar patamar ótimo de “maximização paretiana” da relação custo-benefício decorrente de seu envolvimento na conflagração. O Brasil foi um dos seletos integrantes do clube de países, ao lado de Suíça, da Suécia e de Portugal, que, sem as perdas humanas do porte das de contendores, saiu em melhores condições do conflito do que entrou, além de ser o único, nessa equipe, que tomou parte ativa na guerra como país combatente.

Nesse processo, ressalta o papel, muitas vezes solitário, de Oswaldo Aranha como defensor de uma sólida aliança com os EUA nos momentos críticos da vida nacional durante a guerra, como no episódio da exacerbação de setores do governo contra a Grã-Bretanha, em 1940, por conta do apresamento em Gibraltar do navio Siqueira Campos, que transportava armamento adquirido junto ao Reich. O incidente demandou contatos de alto nível entre Vargas e Roosevelt para que o presidente americano pressionasse Churchill a liberar o navio brasileiro, o que efetivamente ocorreu.

Aranha tinha logrado convencer os americanos, no período 1934-37, de que ele seria o interlocutor preferencial, no seio da

cúpula dirigente do Brasil, para o objetivo da construção de uma estreita relação cooperativa. Tal convencimento, naturalmente, produziu frutos, de vez que Washington passou a considerar Aranha sua melhor aposta para a presidência do Brasil, em caso de eventual necessidade de substituição de Vargas no comando do país sul-americano. Tal inteligência explica, por exemplo, os convites estendidos por Roosevelt a Aranha, em 1939 e em 1944, para que visitasse os EUA. Em entrevista à imprensa, em Washington, em 17 de janeiro de 1939, quando indagado por jornalistas sobre a possibilidade, em futuro próximo, de visitas à capital americana dos presidentes do Brasil e do México, Roosevelt respondeu que teria prazer em que tais projetos se materializassem, mas que, naquele momento, a única visita em cogitação era a de Oswaldo Aranha (Guimarães: 1939).

Maquiavel assegurava que o êxito da gestão do Príncipe decorreria da associação da *virtù* – ou seja, sua capacidade de agir adequadamente – com a *fortuna* – a ocasião fortuita de empreender a ação correta. No caso de Oswaldo Aranha, pode-se especular que o momento da *virtù* se deu durante sua gestão em Washington, quando soube desenvolver seu talento ao cooptar a simpatia de Roosevelt e da sua administração para as causas brasileiras. A *fortuna* veio de sua sabedoria, ao saber colher os frutos merecidos com a construção da aliança entre Brasil e EUA durante a guerra, que tantos resultados substantivos apresentou para o processo brasileiro de desenvolvimento econômico.



ENTRE A EUROPA E A AMÉRICA (1934)

Carta de Oswaldo Aranha para Getúlio Vargas sobre a situação da Europa e da Itália, a Bordo do navio “Rex”, 7 de setembro de 1934¹

Getúlio,

Vou tentar um esforço para ver se mando-te de Gibraltar, onde chegaremos dentro de 3 ou 4 horas, as minhas impressões da Europa, através da Itália².

A Europa está, meu caro, em estado *potencial* de guerra. Os exércitos e as esquadras não se defrontam mas ameaçam-se. O comércio está n’uma batalha sem tréguas. As moedas estão numa luta às cegas. Os governos estão num jogo incrível de combinações secretas, de prevenções de toda espécie e de exacerbada preparação para o choque. As indústrias bélicas estão em uma atividade sem precedentes. Os instintos estão arrepiados como o de feras ameaçadas ou agressivas.

Os povos pressentem o mau tempo. A tempestade desenha-se nos horizontes. Não é possível prever o dia em que se vai desencadear. Ninguém sabe como e de onde virá! Mas, creio, não há ninguém que não sinta a sua proximidade. A Europa está sob a

1 Aranha: 1934b. O manuscrito original encontra-se em CPDOC\GV c 1934.09.07.

2 Ele aportou em Gênova, e seguiu para Roma, onde tentou uma audiência com Mussolini. Aranha responsabilizou o ciúme do representante brasileiro na Itália, Alcebiabes Peçanha, por não ter conseguido a audiência. Após tal episódio, embarcou no navio Rex, em 5 de setembro, em Nápoles com destino a Nova York.

ação dos dois extremos – a guerra que passou e a que deverá vir – determinando o meio, que é o seu *presente*. Isto é do *nosso saudoso* A. Comte³!

A Europa é uma arma engatilhada, que não se pode descarregar sem atirar.

Tudo confirma minhas impressões da 1ª carta, escrita do Augustus⁴.

A Itália, esta, é a contraprova de que estamos na antevéspera de grandes acontecimentos. Procurei penetrar a sua vida. Infelizmente minha passagem foi muito rápida e não pude sentir de perto os seus homens.

Mas, o regime *fascista* é um autorretrato, em camisa preta, do bonapartismo⁵.

A Rússia, por sua vez, caiu no Termidor⁶. As demais nações, surgidas da geografia puritana do Wilson, são modelos do *telurismo político*⁷. A era é de graves perturbações. Não tenhas dúvidas. Prepara-te e ao Brasil para enfrentar essa reviravolta universal. Se não vier a guerra teremos uma paz sem justiça, sem humanidade, de miséria geral.

3 Aranha apresenta afirmações premonitórias, considerando a eclosão do conflito mundial em 1º de setembro de 1939. Ele faz referência, ao final do parágrafo, ao pensador Auguste Comte (1798-1857), expoente positivista com grande influência na elite política gaúcha na República Velha. Ver Acheson: 1969, 375.

4 Oswaldo Aranha partiu do Brasil a bordo do navio Augustus com destino à Itália, onde chegou no início de setembro de 1934, após passar por Gibraltar e Barcelona. Em carta a Getúlio Vargas, afirmou já sentir “intensas saudades do Brasil” (Aranha: 1934a).

5 Bonapartismo é uma referência a um regime autocrático, populista e centralizado, com grande preponderância militar.

6 Referência ao episódio ocorrido na Revolução Francesa em que Robespierre e outros radicais foram denunciados e executados, caracterizando o fim da fase mais radical da Revolução.

7 Woodrow Wilson (1856-1924), presidente americano que, durante a Primeira Guerra Mundial, proferiu um discurso no Congresso propondo quatorze pontos para o pós-guerra, entre eles a auto-determinação dos povos. Tal princípio foi implementado na Conferência de Paris (1919-1920), que reconheceu a emergência de vários Estados.

As autarquias, o armamentismo, as ditaduras conduzirão o mundo a uma grande convulsão. Todo regime político fundado, unicamente, sobre o interesse material de seu povo, sem espírito e sem princípios, traz a sua ruína pela miséria, pela guerra ou pela ignomínia. Esta é a história dos povos. E os regimes políticos da Europa, salvo o inglês e, em parte, o francês, assentam sobre seu nacionalismo materialista, espetacular, sem um sentido humano e universal. O Keyserling no seu último livro – que deves ler – *La Revolution Mondiale*, diz que o simples desacerto de um homem ou a morte de outro desses que empalmam, atualmente, as grandes nações trará a guerra⁸.

Não tenho dúvida em aceitar esta conclusão, que me parece fundada. Apenas divirjo dela quando acredita na *chance*, quando eu creio nas violetas...

Para mim esses regimes que aboliram as maiores conquistas humanas para entregarem a sorte do povo e dos povos a alguns homens terão, pelo crescendo da exacerbação dos instintos de conservação, que ir da ação no campo interno para o exterior. Não imaginas como fere o nosso espírito e o nosso coração este espetáculo. A Europa é uma presa da *barbárie* política e de uma verdadeira *tragédia* econômica. A vida subiu a um custo intolerável, as atividades, mesmo as espirituais, estão escravizadas ao estado, e este à obsessão da guerra econômica e da supremacia militar.

O homem é um instrumento servil dos governos, e não um artífice da cultura e da civilização. Luís XIV foi “café pequeno”, como dizem as nossas canções, e o velho Borges, neste ambiente,

8 Hermann von Keyserling (1880-1946) foi ensaísta popular no início do século XX associado ao darwinismo social. Ele visitou o Brasil em 1929, quando foi celebrado por Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Alceu Amoroso Lima. O livro *La révolution mondiale et la responsabilité de l'esprit* foi publicado em 1934 com prefácio de Paul Valéry (Keyserling e BéGuin: 1934). Sobre a recepção de seu pensamento no Brasil, ver Love: 1971, 27, 34-5.

seria cognominado, com justiça, “o anjo das liberdades”, com aplausos do Flores...⁹

A Europa está dominada por uma tropilha de grandes loucos que encerram em seus punhos de gigantes os maiores povos da terra e, o que é mais grave, a sorte do mundo!

A Itália, nação pobre, sem matérias primas para manter-se como grande potência, está reduzida a trabalhar dia e noite para o seu *governo* e este pela obsessão da supremacia mediterrânea e, agora, no centro europeu, dominando a Áustria e a Hungria, causa da Iugoslávia e dos Balcãs. Está dirigida por um homem que é uma síntese empolgante dos instintos itálicos, formados pela confluência da civilização romana, cristanizado e barbarizado, com a era atual. É um César *masqué* de Napoleão e *travesti* de Bismarck. Mas, não tenhas dúvidas, é um César, dos maiores! É um dominador de gênio, um construtor monumental, um organizador férreo, enfim, um homem de assombrar pela sua ação, pelas suas obras, pelas suas aventuras, pelas tempestades, internas e externas, que está causando com sua coragem e uma fé, que só deve ter se tem a alma dos vulcões¹⁰.

A Itália, Getúlio, está militarizada da cabeça aos pés. Essa gente tem o coração vestido de *camicia nera* e o seu horizonte cabe na mão do *Duce*. E creio que esteja satisfeita, porque a era que precede as grandes catástrofes, sempre foi de euforia para o homem, como para os povos.

O povo anda fardado, ou de uniforme, ou de camisa, ou com o distintivo do fâscio, do velho à mulher e ao *ballila*. E entrega ao

9 Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961) foi líder do Partido Republicano Rio-grandense e presidente do Rio Grande do Sul entre 1913 a 1928. Foi aliado e protetor de Vargas até a Revolução de 1930. O advogado e político José Antônio Flores da Cunha (1880-1959) foi um dos mais próximos amigos de Oswaldo Aranha, atuando na política carioca, gaúcha e nacional por mais de quatro décadas.

10 Nesse parágrafo, Aranha traça um perfil do ditador italiano Benito Mussolini (1883-1945).

governo no açúcar quatro vezes o seu valor, ao café dez vezes, na carne 20 vezes, sob forma de taxas, e, assim por diante, para manter essa esquadra no mar, outra no ar e na terra a nação mobilizada!

A situação italiana é a de um nacionalismo organizado, exaltado, enamorado do seu grande chefe, cobiçoso e disposto a expandir-se. Dizia-se que breve ocupariam a Abissínia, com o acordo francês e inglês!

O regime vai de um crescendo de organização civil e militar, de obras suntuosas, de grandes empreendimentos, gastando tudo que tem e sacando sobre o futuro!

Não pode parar um movimento destes. Deter-se seria a queda. Mas esses movimentos tem um limite, que não é dado ultrapassar. Então, tentará, o golpe exterior. É fatal e está para breve.

A nação está esgotada. Não é nem poderá ser uma nação capitalista. É um povo transformador, sem riquezas próprias. A dívida pública foi aumentada de 40 bilhões de liras. As caixas, em geral, entregaram seus recursos e reservas ao governo. Impostos não há mais para criar ou aumentar.

Não é possível parar as obras, deter a preparação militar, dar ao povo impressão de regresso. Seria o fim do regime. A mão que domina a Itália é grande, é forte, é criadora.

Abriu a este país grandes perspectivas, novos horizontes, aspirações de maiores grandezas. Mas a tentativa excedeu as possibilidades do povo e da nação.

O fim será o abismo, termo dos grandes sonhos que excedem a realidade e ultrapassam as possibilidades humanas.

Vou encerrar aqui esta estriada, por demais longa e cuja decifração vai ser-te difícil, dada a minha letra. Estamos com Gibraltar à vista. Vou por no correio esta carta. Hoje, Getúlio, é dia 7 de setembro. A nossa Constituição manda jurar ante a bandeira. Não nos é possível. Posso, porém, assegurar-te que, com Vindinha

e meninas, elevaremos os nossos corações pela pátria e pela felicidade tua e do teu governo¹¹.

Recebe um abraço amigo do Oswaldo.

Ps: Peço-te que leias a correspondência que mandei ao Macedo Soares¹² sobre a Itália.

11 Vindinha era o apelido de Delminda Benvida Gudolle (1894-1969), esposa de Oswaldo Aranha.

12 José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) foi o político paulista que esteve à frente do Itamaraty entre julho de 1934 e janeiro de 1937.

A CHEGADA NOS ESTADOS UNIDOS (1934)

Discursos distribuídos na cerimônia de entrega de credenciais de embaixador nos Estados Unidos, em Washington, 2 de outubro de 1934¹

OSWALDO ARANHA

É com grande honra e satisfação que no cumprimento dos planos de meu governo venho, por este ato, servir aqui à nobre política que manteve unidos os nossos dois povos, tanto mais quanto equivale a um compromisso de uma solidariedade que é hoje mais do que nunca integral, entre as nossas nações.

A amizade secular que foi mantida e sempre aumentada, jamais perturbada, entre os nossos dois povos, a identidade de nossas instituições políticas democráticas, nessa união na guerra como na paz, a comunhão sempre maior de nossos interesses materiais e políticos, a boa vontade que a obra de meu predecessor sempre procurou obter, imporão às nossas relações um selo de solidariedade, de tal forma que pouca coisa, ou quase nada, resta a fazer para a ação direta dos governos no sentido de seu fortalecimento, de maneira que minha nomeação pode ser um gesto feliz e minha missão fácil.

1 Aranha: 1934e.

A situação do mundo, reduzindo a cooperação prática entre os povos, criando um nacionalismo incompatível com as necessidades da comunhão universal, acordou no coração dos brasileiros um impulso da maior admiração pelo esforço da América do Norte e pelo seu governo, no sentido de medidas econômicas, sociais e políticas sólidas, realizadas pacificamente e com inteligência, capazes de proteger a civilização e a cultura mundiais do malefício dos grandes movimentos de retrocesso.

A incumbência especial que me deu o meu governo foi de transmitir-vos essas certezas bem assim como os votos do presidente Getúlio Vargas e do povo brasileiro pela felicidade de vossa excelência, juntamente com vosso nobre povo, para a grandeza crescente e a felicidade dos Estados Unidos da América.

FRANKLIN D. ROOSEVELT

Eu sabia do alto posto que ocupastes no governo de vosso país e, por esse motivo, sinto-me tanto mais satisfeito por sentir que meu país tem a honra de receber-vos em vossa atual situação.

Vossas alusões à longa, contínua e ininterrupta amizade entre os nossos dois povos, bem assim como a semelhança entre as nossas instituições políticas, à comunidade de nossos interesses políticos e materiais e a boa vontade que caracterizou a atitude de vossos predecessores para com este país foram-me sumamente agradáveis.

Em consequência dessa afortunada combinação de circunstâncias, as nossas relações, como vós tivestes a ocasião de declarar, foram assinaladas por uma solidariedade tão acentuada que, na verdade, resta muito pouco para o seu fortalecimento mediante a ação governamental.

Considero da mais alta importância as vossas observações a respeito do esforço de nosso governo no sentido de realizar e

promover medidas econômicas, sociais e políticas sólidas para o combate às forças de depressão e de desespero. Confio em que o governo do Brasil também continuará na vanguarda da luta que deve ser travada em todas as frentes para que seja devidamente protegida a preciosa herança da civilização e da cultura mundiais.

Asseguro-vos, senhor embaixador, que vossa excelência há de encontrar da parte de todas as autoridades deste governo o desejo mais sério e cooperar convosco no sentido do sucesso de vossa missão.

Solicito-vos que comuniquéis ao presidente Getúlio Vargas meus sinceros desejos de felicidade e de sucesso para a grandeza de vosso país e para a crescente prosperidade e felicidade do povo brasileiro.



UM ELOGIO À CIVILIZAÇÃO AMERICANA (1936)

Discurso sobre os Estados Unidos da América e o Brasil, transmitido por rádio para o Brasil, em 26 de abril de 1936¹

O rádio pode transmitir a palavra, mas não pode comunicar o sentimento. Nós desejamos apenas fazer sentir àqueles que nos ouvem neste momento nossa admiração pelos Estados Unidos e nossa saudade do Brasil mesmo agora quando nos sentimos mais perto de todos vós, através do microfone de Sckenet. Estamos chegando de Boston, de automóvel, após 7 horas de maravilhosa viagem através de regiões tão prósperas e ricas que me é difícil descrever. Aliás, não seria possível dizer em uma irradiação improvisada, da grandeza e da riqueza e da hospitalidade desse povo, menos ainda de como ele tem cercado de atenções a senhora do nosso ilustre presidente e a todos nós aqui presentes².

Para nós, como para todo o mundo, a civilização americana destaca-se das demais pelas suas características materiais e pela ausência de um sentido espiritual humano e superior. A verdade é que o progresso cultural desse país atingiu um grau de perfeição sem par, mas não é menos verdade que ele não caiu do céu, ao contrário, é o produto do esforço de um povo que adquiriu a

1 Aranha: 1994u.

2 A viagem a Boston foi realizada no contexto da visita de Darci Vargas, esposa de Getúlio, e seus filhos aos Estados Unidos. Sobre os comentários de Oswaldo Aranha ao episódio, ver Aranha: 1936b.

capacidade de criar, de produzir e de construir essa grandeza com suas próprias ideias, com suas próprias mãos.

E assim como toda a ação pressupõe uma ideia e todo o efeito uma causa, toda a civilização é necessariamente precedida de um estágio cultural que lhe dá os fundamentos e as finalidades. Para nós brasileiros, detentores de um território imenso, há possibilidades tão grandes como a desse país e nada deve interessar mais do que conhecer os fatores da grandeza sem igual dos Estados Unidos.

Nós herdamos a unidade do Brasil, política e territorial, e eles uma faixa de costa que tiveram que alargar e unir através de lutas ásperas e atroz. Nós tivemos o ouro, o feno, o algodão e as frutas antes deles, e fomos para o concerto universal uma potência naval bem mais considerável.

Compreender, pois, as razões da diferenciação do nosso processo civilizador, é a meu ver, o problema capital para nós.

Sem entrar em indagações profundas, que esta palestra, feita mais para matar saudades, não comportaria, eu quero dizer, resumindo nossas impressões de viagem que, para mim, a razão do progresso americano, da sua grandeza e do seu desenvolvimento, está em que teve esse país mais escolas do que nós. Mais e melhores.

Deixando atrás de nós após uma demorada visita à Universidade de Harvard, que começou há 300 anos com dois contos de réis e 80 livros, legados pelo padre que lhe deu o nome, e que possui hoje dois milhões de livros e um patrimônio de mais de dois milhões de contos, concluímos que foi, em verdade, a máquina humana que precedeu, propiciou e criou as máquinas que deram material e as instituições políticas e sociais que asseguram o surto dessa grandeza.

Estou falando da General Electric no Skenet, que é uma fábrica de proporções gigantescas, mas que para atingir essas proporções foi antes e ainda é hoje uma escola de trabalho, um laboratório

de investigações, uma casa de sábios, uma oficina de descobertas e invenções, a que o mundo deve muito do seu conforto atual.

A verdade é que a civilização americana é uma resultante de suas escolas e de suas universidades, da preparação física, intelectual, profissional e moral por elas realizadas nesse meio geográfico, dando aos filhos desse país de origens as mais diversas e de camadas as mais diferenciadas, um denominador comum físico, espiritual e cívico, que é o “American Civic”. Ao entrar na escola todas as criaturas são mais ou menos iguais, pelo menos igualmente capazes de adquirir um mínimo de conhecimentos e noções considerados básicos e essenciais. Esse mínimo de conhecimentos, que deve ser comum a todos os filhos de determinado país, é que dá o índice da civilização de cada povo, sua organização social e suas possibilidades atuais: tanto mais elevado é esse estágio educacional, tanto mais feliz é o povo, mais progressista é o país, mais democratas suas instituições.

As escolas aqui deram, nos períodos obscuros e incertos da formação americana, quando no seu território se acumulavam raças as mais diversas, religiões as mais antagônicas, interesses os mais irreconciliáveis e paixões as mais violentas, a essa gente, normas, noções, ideias e princípios, sem os quais essa civilização seria impossível. Graças a essa obra educacional que ensinou ao americano a viver, a ler, a trabalhar, a plantar, a produzir, a calcular, a organizar e, ao mesmo tempo, a respeitar o seu próximo como a si mesmo, a dar a cada um o que é seu e amar o seu país acima de todas as coisas, foi que o seu progresso pôde exceder ao dos demais povos em extensão, rapidez, riqueza e solidez.

Houve aqui uma preparação cultural que não se perdeu pelas estrelas nem se extraviou nos sonhos da fantasia. A iniciativa, a solidariedade, a filantropia, a liberdade, a cidadania, a organização, a técnica, a higiene, a ordem e tantas outras características desse

povo empreendedor, pacifista, hospitaleiro e simples, só a boa educação poderia ter dado, e só a má educação poderá tirar. Não nascem os indivíduos com esses atributos, e menos ainda os povos.

Nós, brasileiros, podemos e devemos fazer obra similar, porque temos na nossa terra e na nossa gente matéria-prima para uma obra maior e ainda melhor. E agora, quando o estrangeiro força as portas da nossa unidade política e da nossa sociedade cristã, para subverter nossas instituições e as bases mesmas da nossa vida, é que nos devemos voltar todos, sem preocupações outras, para a obra comum da educação dos brasileiros, por tal forma nossa que a ninguém seja dado sequer imaginar que o Brasil possa ser colônia de outro regime, e os brasileiros escravos de outro credo.

Nossa família é exemplar e, como ela, exemplares devem ser nossas escolas, ligadas uma e outras pelo mesmo sentimento de dever para com o Brasil, para que o nosso futuro seja sempre próspero e feliz.

A democracia por nós adaptada exige, mais que qualquer outra forma de governo, uma opinião pública sadia e esclarecida, uma vez que os poderes básicos de nossa sociedade política assentam no indivíduo e emanam do povo. Não pode haver democracia onde cada um e todos os cidadãos não tenham consciência plena de seus direitos e deveres, e capacidade para o exercício dele. O nosso dever é dar isso, apenas isso, aos brasileiros, para que eles façam do Brasil a sua própria imagem, como os americanos fizeram os Estados Unidos.

Estes são os nossos votos.

LIMITE, FRONTEIRA E PAZ (1937)

*Conferência proferida na Universidade de Bucknell,
Pensilvânia, em 8 de julho de 1937¹*

É motivo de grande prazer para mim – embora receie que meu escasso inglês possa impedir a vossa participação neste prazer – estar aqui na vossa universidade e falar-vos sobre um assunto que eu creio ser de interesse geral e jurídico para nós e para o nosso continente.

Proponho-me explicar-vos como, numa era de pirataria e conquista, sucedeu que nós brasileiros formássemos e completássemos um país tão vasto, com um território de 3.285.316 milhas quadradas, que cobre, mais ou menos, a metade da área da América do Sul, limitado por todas as outras repúblicas do continente, salvo o Chile, e pelas Guianas britânica, francesa e holandesa².

Com o fim de tornar mais clara a minha exposição, procurarei dividi-la nos grandes períodos da nossa história, isto é, o colonial, o imperial e o republicano, sob os aspectos que correspondem no título dessa Conferência “Limite, fronteira e paz”.

Sabeis que o Brasil foi descoberto em 1500 pelos portugueses, e que foi uma colônia durante um período de 322 anos e um Império durante 67 anos, até 1889, quando se tornou uma República. É

1 Aranha: 1994b.

2 O Brasil também não tem fronteira com o Equador.

a mais vasta divisão geográfica e política de todo o continente americano – maior do que os Estados Unidos e, também, mais vasto do que a Europa. É o mais populoso dos países latinos, com uma população maior do que a da França ou a da Itália, as quais são tidas como as nações latinas mais avançadas.

É matéria de conhecimento comum que, imediatamente após terem sido conhecidas na Europa as primeiras descobertas de Colombo, o papa Alexandre VI, em 1493, declarou em uma Bula que “todas as terras descobertas e a serem descobertas a oeste e ao sul de uma linha traçada, de polo a polo, a 100° Oeste e Sul das ilhas Açores, e que não estejam sob posse de nenhuma potência cristã, devem pertencer exclusivamente à Espanha”.

Essa linha de demarcação, inaceitável para a coroa portuguesa, foi modificada pelo tratado de Tordesilhas de 1494.

Porém, mais tarde, verificou-se ser impossível aplicar a linha de demarcação do século XV, mais teórica do que real, mais espiritual do que temporal, religiosa do que geográfica.

Como única solução para as dificuldades, as duas coroas, Portugal e Espanha, decidiram suspender suas contendas, e “concordaram em relegar ao espaçamento as exigências de rivalidade” surgidas da linha de demarcação e recomeçar tudo novamente, “declarando nulos e ocios a bula de Alexandre e o tratado de Tordesilhas e outros nele baseados”.

Surgiu então o tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha em 1750. Nesse documento, foi declarado que as partes contratantes “havia resolvido pôr fim às disputas passadas e futuras e desistir de todas as ações e direitos que poderiam haver tido em virtude de tratados, acordos ou atos anteriores e observar duas regras, das quais a principal era a de que os marcos mais conhecidos, tais como cabeceiras e cursos de rios e montanhas mais importantes deveriam ser adotados na definição de fronteiras

e, em segundo lugar, que *cada parte deveria ficar de posse daquilo que até então havia tido*, exceção feita de concessões mútuas tais como para fins de conveniência, de maneira a que as fronteiras deixassem de ser, tanto quanto possível, motivo de controvérsia”.

De conformidade com esses desígnios, uma linha, que se imaginou poder fornecer uma base para a demarcação de fronteiras, foi traçada entre a colônia espanhola e o Brasil, colônia de Portugal. Além disso, cada país, nas suas explicações e estabelecimentos, ultrapassara o que o outro julgava ser de sua esfera, de maneira que qualquer tentativa para traçar a linha era impossível.

Em consequência disso, pelo tratado de El Pardo, em 1761, Espanha e Portugal anularam o Tratado de Madri, e posteriormente, em 1777, concluíram o tratado de Santo Ildefonso, cognominado um “tratado preliminar com o fim de servir como base e alicerce ao tratado definitivo de limites” a ser traçado posteriormente pelas duas partes. Esse foi o esforço mais definitivo “para atingir o propósito de efetuar uma linha praticável e conveniente entre as duas Coroas”.

Entretanto, nunca foi cumprido. Em 28 de fevereiro de 1801, o rei da Espanha declarou guerra à rainha de Portugal, a seu reino e a seus domínios e, mais tarde, foram dadas instruções aos vice-reis e governadores espanhóis na América do Sul para iniciarem as hostilidades contra o Brasil.

O Tratado de Santo Ildefonso foi assim rompido pela guerra e, no tratado de paz, concluído em Badajoz, em 6 de junho de 1801, nenhuma medida foi tomada para o necessário restabelecimento ou para a restauração do *statu quo ante bellum*.

Iniciou-se nova era, depois da paz de Badajoz, que nenhum país europeu, nem mesmo a poderosa e célebre Santa Aliança pode inibir: a era da independência das colônias sul-americanas do jugo europeu.

O Brasil e seus vizinhos, nas suas controvérsias relativas a fronteiras, conservaram-se como sucessores de Portugal e de Espanha e, por ocasião de sua independência, tiveram que fazer frente ao fato de que as pátrias-mães não lhes legaram nenhum tratado pelo qual pudessem determinar seus limites.

Por ocasião do advento da independência, a América do Sul era indivisa e indivisível. O estado precário da ciência geográfica e a enorme área de território desconhecido ou inexplorado, agravados pelas rivalidades e ambições políticas de duas raças e duas Coroas, criaram uma árdua tarefa para novos países.

A era colonial foi uma época de descobertas, de expansão e de conquista de novas terras, com o intuito de aumentar duas soberanias: a portuguesa e a espanhola. Era caracterizada pela aventura, pela força, pela ambição, pelas invasões cruéis, pelas perseguições e pelas ocupações impiedosas.

A história desse tempo, como o fluxo da maré, era de uma guerra sem lei ou reta que anulava todos os tratados, todas as fronteiras reconhecíveis pelos novos países sul-americanos ou aceitáveis para eles.

Durante essa época, especialmente quando Portugal e Espanha estavam em guerra, os brasileiros, com suas “bandeiras”, fizeram grandes aquisições de território, ampliando assim as fronteiras dos estabelecimentos portugueses na América. Quando veio a independência, todos os tratados entre Espanha e Portugal tendo sido ab-rogados, o Brasil e seus vizinhos, nas suas tentativas de fixar seus limites e assentar suas fronteiras, não tinham nenhum direito convencional, regra jurídica ou princípio legal, para seguir ou obedecer.

Os novos países da América do Sul iniciaram a sua vida independente sem terem conhecimento da área precisa de suas fronteiras e, como escreveu Basset Moore, “assim era o entendimento

entre Espanha e Portugal, e sempre foi, desde então o entendimento entre seus sucessores”³.

Nessa situação continental, a colonização por Portugal e a expansão do Brasil, segundo um escritor argentino, *espalhou-se, como uma mancha de óleo em pergaminho, vagarosa, mas seguramente, através da permeabilidade do mapa continental, de tal maneira que, quando as colônias se separaram das pátrias-mães, o Brasil ocupava cerca de metade da América do Sul.*

Os brasileiros, durante a era colonial, exploraram o continente meridional inteiro, e, em pequenos grupos, as suas chamadas “bandeiras” penetraram até quase o Pacífico. As barreiras das florestas e dos pântanos tropicais, a tediosa travessia de nossas imensas campinas não detiveram esses valorosos pioneiros que alcançaram os próprios Andes na sua avançada. O que é fora de dúvida, entretanto, é que eles tinham a noção da proporção do quanto poderiam conservar. Abandonavam, voluntariamente, as terras que julgavam inconvenientes ou sem proveito manter, mas conservaram e defendiam as outras que formam o Brasil de hoje.

A era colonial foi a era de limites, mas a noção de limites naqueles dias não era a de hoje e devemos mostrar onde está a diferença.

A noção de limites é hoje objetiva e universal. Nós temos limites em tudo e para tudo. Não há ideia ou ato que não implique a consideração de limites. Mas é verdade também que nós sempre encontramos o limite onde nos é mais conveniente colocá-lo. A natureza, por si mesma, não tem limites e somos nós que estabelecemos o limite onde queremos ou onde necessitamos, mas

3 John Bassett Moore (1860-1947) foi um jurista americano. Atuou no Departamento de Estado entre 1885 e 1886, tornando-se professor da Universidade de Columbia em 1891. O Barão do Rio Branco utilizou seus serviços na questão do Acre e na questão de Palmas.

tal limite cria uma nova zona que novamente requer limitação, e assim por diante, ilimitadamente.

A noção de limite é em si mesma artificial, é uma convenção, uma criação da humanidade. Eis porque, quanto mais civilizados e cultos no tornamos, mais vamos adquirindo a noção exata do limite. Eis porque a lei é uma regra de limite e a vida limitada pelos direitos do próximo. E o que é verdadeiro para o indivíduo é verdadeiro para os povos.

Porém, deveis lembrar-vos de que a noção de limite é também dinâmica em si mesma, porque a vida não se detém e é um eterno ciclo de movimento e curiosidade.

Essas ideias gerais de noção de *limite* dão a psicologia de indivíduos e de povos.

Toda a atividade humana é uma corrente de esforços tendentes à criação de novos limites.

Geógrafos, historiadores e juristas têm reconhecimento que o limite na história, na geografia e no direito, tal como é conhecido hoje, é apenas a base para expansões de amanhã, porque a tendência natural de todos os grupos tem sido e é a de crescer e de ampliar seus territórios e horizontes.

Essa tendência resulta da natureza humana e da expressão do instinto dos povos.

Por essa razão, a concepção romana de *Limes* e *Fines* dominou todos nossos estabelecimentos na América, porque era baseada na natureza humana.

Para os romanos, o *Limes* era uma linha, um limite do qual se originava o *Fines* do Império, ou sua base de expansão política e territorial. Os limites eram, praticamente, linhas simbólicas por intermédio das quais as organizações administrativas e militares se preparavam para o *Fines*, ou a expansão, que era um movimento

organizado, um empreendimento racional, uma finalidade do povo romano e de seus governos.

A política de delimitação era para eles uma redução do poder de expansão e de domínio.

Ela era impraticável na era romana e também na era colonial na América.

O conselho de Pasquier a um dos reis da França: *Para bem delimitar vosso reino, é necessário primeiramente que fixeis limites razoáveis a vossas esperanças e desejos*, era um absurdo naqueles tempos. Portugal e Espanha não tinham limites na América, senão linhas pelas quais tentavam criar novas fronteiras na sua ambição natural de expansão no novo continente, pois o limite era uma linha restritiva, e suas fronteiras uma zona aberta. O limite era somente um termo geográfico, e a fronteira uma necessidade política.

A fronteira era um processo de competição entre duas jurisdições, entre duas influências, o contato de duas expansões, uma zona de um problema de domínio, uma região de debate, um fruto de conquista, e era organizada com novas conquistas em vista.

A fronteira era uma limitação e o limite uma delimitação. Uma era unilateral e a outra bilateral; o limite era um princípio de divisão e a fronteira era um princípio de expansão territorial e unidade política.

O interesse, tanto de Portugal como da Espanha, era o de manter suas fronteiras e não o de determinar os limites de suas colônias.

Nos períodos primitivos da história da sociedade humana, tais como os da Antiguidade ou da Idade Média, o limite tanto para o indivíduo como para os povos, correspondia à mera necessidade subjetiva ou a um padrão de vida íntima ou interior.

Era uma criação do espírito para a satisfação do espírito, urna convenção política ou religiosa para os povos, cuja utilidade era a criação de um símbolo de fé ou de domínio.

Nos tempos modernos, com a multiplicação dos povos, com o progresso político, jurídico e social, o limite corresponde a uma necessidade objetiva e universal. O limite é, hoje, o primeiro dever de estado, e a delimitação é a própria base de paz.

Ao período colonial seguiu-se o império do Brasil, que iniciou a demarcação prática de suas fronteiras com as novas repúblicas independentes do continente.

Desde o início de sua vida independente, o Brasil se esforçou no sentido de entrar em acordo com todos os seus vizinhos, em relação aos limites territoriais. Herdamos as rivalidades entre Espanha e Portugal, todas suas questões sobre fronteira, e recebemos um imenso território que estava praticamente sem limites estabelecidos. Éramos um Império, no meio de repúblicas, e éramos portugueses entre os espanhóis; nossa língua era diferente, diferentes os nossos hábitos, e estávamos sós no meio deles.

Os vice-reinos espanhóis tornaram-se independentes e suas confusas divisões administrativas, que tinham sido ditadas pela Espanha para caracterizar zonas mal conhecidas, geraram, mesmo entre países que haviam tido a mesma formação e origem, muitas dúvidas, discórdias e questões que infelizmente tiveram um trágico desfecho nas Guerras Cisplatinas, nas lutas entre o Chile e o Peru, entre a Bolívia e o Paraguai, e, ultimamente, no caso de Letícia, assim como em muitos outros casos⁴.

As questões com o Brasil foram, por conseguinte, muito mais graves, primeiramente porque a Espanha e Portugal nunca chegaram a um completo entendimento em relação aos limites entre

4 Citação aos conflitos da Guerra do Pacífico (1879-1884), da Guerra do Chaco (1932-1935) e da Guerra de Letícia (1932-1933).

suas colônias, especialmente entre seus territórios americanos; em segundo lugar, porque o Brasil, não estando sujeito à jurisdição espanhola, não podia considerar-se ou ser considerado obrigado pelos atos da soberania espanhola e em terceiro lugar, porque, por ocasião da proclamação de sua independência em 1822, o Brasil não podia aceitar os limites espanhóis de 1810.

Tendo sido proclamada a independência, qual seria, então, a regra para delimitação das novas nações americanas?

Não havia limites *in actu*, mas *in potentia*. Essas eram as divisões administrativas estabelecidas pela metrópole espanhola.

Essas divisões eram as únicas adotadas com o propósito de serem evitadas questões territoriais entre os novos países espanhóis.

O ponto de partida para a divisão de novos países foi a “posse teórica pela Espanha no ano de 1810”, quando se iniciou a era de emancipação. Isso era chamado o *uti possidetis* de 1810 o qual, nos congressos e mesmo nos tratados, foi daí por diante considerado o “princípio do direito americano”, relativamente às questões de território e de limite.

Um notável escritor colombiano afirmou:

O princípio que é universalmente aceito na América para demarcação de fronteiras é o uti possidetis juris de 1810, isto é, cada país reivindica a posse pelo direito de todo o território que, de acordo com as divisões políticas ditadas pela soberania ou fixadas pelo tratado vigente, constituiu uma colônia espanhola ou estrangeira até 1810, a data da Revolução. Esta base de demarcação é invulnerável, porque é a única justa e possível e não é suscetível de modificação, exceto em certos pontos, sobre os quais os países interessados poderão fazer concessões recíprocas com o fim de obterem fronteiras definidas que melhor se coadunem com seus legítimos interesses.

Esse “princípio americano”, baseado na *posse teórica pela Espanha no ano de 1810*, foi invocado pela primeira vez na Colômbia em 1819, antes da independência do Brasil, e foi estabelecido como base de demarcação pelo Congresso do Panamá em 1826 e reafirmado pelo de Lima em 1847.

O princípio, em si mesmo, era absurdo; primeiramente, porque a *posse teórica pela Espanha em 1810* não tinha controle geográfico; em segundo lugar, porque a posse teórica espanhola se opunha à *posse real* por Portugal.

Foi por esse motivo, como bem expõe o notável jurista argentino León Suárez, com uma imparcialidade digna de ser imitada, que

a questão se complicou, quando estavam prestes a ser resolvidos, não somente os limites entre as nações hispano-americanas, mas também entre estas e o Brasil, que é limitado por todos os países sul-americanos, com exceção do Chile.

O Brasil não se tinha sujeitado à Espanha, e não poderia, naturalmente, considerar-se dominado pelos atos de soberania ou pela jurisdição da Coroa espanhola, e nem mesmo por meio de convenções, princípios ou recomendações, que consultavam somente os interesses das novas Repúblicas hispano-americanas e que procuravam restabelecer as divisões administrativas entre vice-reinos e províncias da Espanha colonial.

Enquanto os espanhóis apoiavam as demarcações do tratado de Santo Ildefonso como base para a solução das questões de limites, os brasileiros, favorecidos pelas estipulações do tratado de Badajoz, sustentavam que, em questões territoriais, não se poderiam considerar limitados por nenhuma linha histórica, porquanto o tratado de paz de 1801 não somente deixara de restabelecer o tratado de Santo Ildefonso, *o statu quo ante bellum*,

mas pelo contrário, estabelecera expressa e indubitavelmente o *statu quo post bellum*, o qual não se podia determinar naquele momento, e sim quando as questões de limites entre o Brasil e cada um dos seus vizinhos tomassem forma concreta.

À tese do *uti possidetis juris* de 1810, artificial e destituída de base geográfica ou jurídica, o jovem Império do Brasil opôs a tese do simples *uti possidetis* do direito civil.

A proposta do Brasil, em clareza e propósitos pacíficos, desafia qualquer outra: o Brasil desejava aquilo que possuía, real e efetivamente, ao tempo da sua Independência, com ou sem títulos, quaisquer que fossem esses, e não aquilo que tinha direito de possuir. Era o princípio do *uti possidetis*: o reconhecimento da soberania do estado sobre o território por ele ocupado, até o limite real e efetivo dessa ocupação, no momento das conversações para a delimitação territorial.

A fórmula espanhola só poderia ser aplicada entre povos que se originassem de uma única soberania e que, mais tarde, se dividissem para formar nações independentes. Mesmo assim, tal aplicação desse conceito não tem sido fácil como o provam as disputas que, mesmo hoje em dia, têm lugar entre os países de origem espanhola, muitas das quais são praticamente sem solução.

O problema da demarcação de limites com o Brasil deveria ser, portanto, de solução extremamente difícil.

A realidade, porém, é diferente.

A capacidade revelada pelo povo brasileiro na descoberta, ocupação e conservação de tão imenso território, durante um período de conquistas, lutando contra espanhóis, franceses, holandeses e finalmente contra os próprios portugueses, não poderia deixar de criar, igualmente, um espírito nacional, uma consciência jurídica e um poder político. Criou também uma vocação internacional.

Os espanhóis e portugueses tinham idênticas condições geográficas e a mesma religião e, apesar de falarem idiomas diferentes, tinham também a mesma ambição política de expansão e domínio.

Como pode, portanto, ser explicado que, enquanto o Brasil mantinha sua unidade política e territorial no período de sua Independência, o domínio colonial espanhol, então dividido em quatro únicos Vice-reinados, viesse a ser desmembrado em dezenove repúblicas?

Isto foi devido a terem os brasileiros, apesar de assolados por conquistas e invasões, adquirido um espírito nacional, bem como ao fato de ter sua Independência resultado de um processo de amadurecimento, de resultados políticos e geográficos, na hora da libertação continental.

Esta virtude política que criou a unidade territorial e política do mais vasto país da América estava destinada a contribuir, como nós o demonstraremos, para os Anais Americanos, na hora da demarcação dos limites das novas nações do continente, com uma política de conciliação geral, de ordem continental e de paz geral no continente.

A história do gênio político que criou esta atmosfera, propícia à solução pacífica de rivalidades e contendas de mais de 100 anos, é a história da política internacional do Brasil.

Caracteriza-se pela forma por meio da qual o Brasil delimitou suas fronteiras com todos seus vizinhos, os quais eram não só os novos países espanhóis, mas também poderosas nações como a Holanda, a França e a Inglaterra.

A razão disso baseia-se no fato de que a fronteira é mais o fundamento da unidade nacional do que uma linha histórica.

Um limite, como já o demonstrei, era um termo geográfico, uma linha voluntariamente traçada; mas a fronteira foi sempre um ato de supremo domínio e não um fato geográfico.

Lord Curzon, no seu notável trabalho sobre fronteiras, escreveu:

É digno de nota o fato de que, conquanto fronteiras sejam o principal motivo da ansiedade de quase todos os ministérios de Estrangeiros do mundo civilizado, bem como a causa de 4/5 de todos os tratados ou convenções políticas do momento, não haja ainda, que eu saiba, um único trabalho ou estudo, em qualquer língua, que se dedique exclusivamente a este assunto. Isto é tanto mais digno de nota se considerarmos que a política de fronteiras é de importância prática primordial e tem efeito mais profundo em relação à paz, ou guerra entre nações, do que qualquer outro fator. Pode-se procurar com atenção nos catálogos das bibliotecas, pode-se buscar com afinco nos índices de famosos trabalhos históricos, pode-se estudar os trabalhos dos intelectuais e verificar-se-á que esta matéria é quase que completamente ignorada.

A fronteira era simples objeto de estudo dos geógrafos, os quais, justamente porque sempre existira uma geografia que se antecipava à história, foram os primeiros a fixar a ideia real de fronteira.

Ratzel, na sua Antropogeografia, chamou a fronteira de linha divisória do 3º grau, porque não era somente uma linha física, mas também uma manifestação de desígnios humanos, uma criação coletiva, um órgão do estado.

Não há dúvida de que fronteira não é a linha que divide os territórios de dois países, mas sim uma realização política, criando resultados políticos. É uma instituição de ordem pública incorporada aos princípios básicos de cada nação. É uma linha de contato entre duas raças, duas autoridades, duas políticas. Não é

propriamente uma linha, e sim uma zona que não está sujeita a regras topográficas, mas a um regime jurídico, a uma organização política, social e econômica, do direito público e internacional.

É necessário frisar que fronteira é uma zona territorial completa, que precede a delimitação e ultrapassa o limite, com o qual não deve ser confundida, porquanto resulta de regras internas e internacionais.

Do ponto de vista do direito público interno, a fronteira, representando a unidade e a coesão dos estados, assume o papel de uma instituição criada com a finalidade de defesa, disciplina e organização nacional.

É uma zona de serviço público distinta de outras zonas internas. A fronteira fiscal, marítima ou militar pode estar sujeita, por exemplo, a regras e leis especiais não aplicáveis ao resto do país.

Do ponto de vista internacional, é uma zona de contato, de relações, uma região de ligação entre dois países, um território misto, produto da união de duas zonas de influência diferentes ou de interesses de povos e governos.

Assim como o homem, que não pode viver sem corpo, o estado não pode existir sem território e, este último, sem fronteiras.

Marcel Sibefi, em seus estudos a respeito de fronteiras internacionais, disse: *São produtos da história e, seus resultados, felizes ou infelizes, são consequência de fatos e de tempo.*

Eu vos direi agora como o Brasil independente tentou realizar esta tarefa, transformando a ideia de *limite* da era colonial na ideia de *fronteira*, base de vizinhança, de cooperação e de paz.

O Império fez saber a todos que o Brasil estava pronto a negociar tratados de limites baseados no princípio geral do *uti possidetis* e que não tinha intenções de aumentar suas possessões territoriais em detrimento de outras fronteiras nacionais.

Em 1825, o Brasil declarou nulo e sem valor o ato do governo do estado de Mato Grosso que incorporara ao Brasil a província boliviana de Chiquitos acedendo à proposta que, nesse sentido, fora-lhe feita pelo governador da província, revoltado contra o governo boliviano, rejeitando assim a proposta do célebre Bolívar.

O decreto do Império declara:

o referido ato é, por este decreto, desaprovado e declarado nulo”, que era de “estranhar que ele (o governo do estado) houvesse avaliado tão mal os sentimentos do seu soberano a ponto de ousar admitir que o Imperador pudesse louvar, pela sua simples utilidade prática, aquilo que é contrário aos princípios do direito público, reconhecido por todas as nações civilizadas, quando é sabido de todos que o Imperador é invulneravelmente guiado pelos princípios mais sãos de justiça e política, procurando o bem-estar da nação que governa, sem violar jamais os direitos de outrem.

Para completar este aviso imperial, o governo ordenou, mais tarde, que a propriedade tomada pelas forças invasoras fosse restituída a seus legítimos donos, *visto que foi nossa a agressão.*

Esses fatos, e o decreto mencionado, são extremamente importantes, porque exprimem e acentuam a conduta internacional seguida pelo Brasil, sem interrupção, desde sua independência até o dia de hoje, na solução das suas questões de limites com outras nações.

A mensagem do visconde do Rio Branco ao governo paraguaio, em 1857, definindo a atitude do Brasil em relação a problemas territoriais, é um documento não menos importante:

Os limites do Brasil com as outras repúblicas americanas que com ele confinam não podem ser estabelecidos por tratados existentes entre Espanha e Portugal; exceto se ambas as partes contratantes desejam adotar tais tratados como base de demarcação de suas fronteiras. Os convênios pelos quais as coroas de Portugal e da Espanha tentaram

dividir terras ainda não descobertas conquistadas na América, e delimitar as possessões já estabelecidas no continente, nunca produziram os efeitos desejados. As dúvidas e incertezas decorrentes de tais estipulações, as inconveniências resultantes de uma ou outra parte, e, finalmente a guerra, tornaram inúteis, sucessivamente, tais acordos, e estabeleceram o direito de uti possidetis como sendo o único título e a única barreira contra a usurpação por parte de um ou de outro, assim como por parte de suas colônias na América do Sul.

[...]

O governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil, reconhecendo a falta de lei escrita para a demarcação de limites com os estados vizinhos adotou e propôs as únicas bases razoáveis e equitativas que podem ser invocadas:

O uti possidetis, sempre que este exista, e as estipulações de 1777, quando estas estiverem de acordo e não se oponham as possessões atuais de uma e outra parte contratante.

Estes princípios, em si próprios aceitáveis à razão e à justiça, têm sido estabelecidos no direito público universal. Se tivessem que ser refutados, o único princípio regulador da matéria seria a conveniência ou a força de cada nação.

De acordo com essas regras, vindas dos nossos primeiro e segundo imperadores ou dos estadistas do primeiro e do segundo período do nosso Império, solucionamos todas nossas questões de fronteiras com os onze países que nos rodeiam, tendo sido necessário apelar para a arbitragem somente nos casos com a França, Inglaterra e Argentina. Nossa atitude, quando falhava a negociação direta, era a de propor o estabelecimento de uma zona neutra, a qual seria cedida a uma das partes, por arbitragem. A questão da Guiana Francesa foi solucionada a nosso favor pelo decreto do presidente do Conselho Federal da Suíça, em 1900.

A questão inglesa foi decidida pelo rei da Itália, o qual dividiu ao meio a zona neutra, concedendo desta forma à Inglaterra uma zona maior do que a que ela até aí reclamara. Essa decisão foi considerada, por juristas internacionais, como tendo exorbitado os poderes de arbitragem, pois as funções de árbitro eram as de decidir a questão de fronteira de acordo com as reclamações das partes litigantes, enquanto ele resolveu, tentando seguir o exemplo de Salomão, dividiu o território entre os dois contendores. O Brasil, porém, fielmente se ateu à decisão, porque considerou mais vital a preservação do princípio da arbitragem do que a conservação do território disputado.

A contenda com a Argentina foi resolvida em nosso favor pelo presidente Grover Cleveland, à memória do qual, assim como à de outros grandes estadistas americanos, o povo brasileiro paga tributo de admiração⁵. Posso quase dizer que não há uma única cidade importante do Brasil onde não exista uma rua, avenida ou praça com o nome do presidente Cleveland. A Argentina, em relação a essa decisão, deu ao mundo um nobre exemplo de adesão ao princípio da arbitragem. Os limites do Brasil se estendem hoje sobre 9.700 milhas de fronteira marítima e 4.700 de fronteira terrestre. O Brasil não tem a mais simples questão territorial a ser solucionada, nem a mais simples disputa a ser confiada à decisão de tribunais internacionais. A fronteira, motivo perene de lutas e guerras, foi transformada pelo Brasil em fundamento sólido de boa vizinhança e de paz.

Não acredito que exista outro país, com fronteiras tão extensas confinadas com onze outros países, que tenha, tão pacífica e solidamente quanto o Brasil, delimitado seu território e sua soberania sob a égide do direito somente.

5 Grover Cleveland (1837-1908) presidiu os Estados Unidos de 1885 a 1889 e de 1893 a 1897. Foi o responsável por dar o laudo arbitral que deu ganho de causa ao Brasil na questão de Palmas, em 5 de fevereiro de 1895. Ver Rio Branco: 1942, 122-3.

O Brasil acredita na força do direito e na soberania da lei, e tanto sua política como sua unidade foram inspiradas e fundamentadas na prática desses princípios e dessas regras.

A República, proclamada em 1889, cristalizou esta tradição política quando estabeleceu, na Constituição, o princípio da arbitragem como sendo a única base para a solução dos conflitos internacionais, tornando-se, desse modo, possuidora da primeira Declaração de Direitos que adotou tal princípio:

Art. 34. O Congresso Nacional tem competência exclusiva para: [...]

§11 – Autorizar o governo a declarar a guerra, quando não couber recurso a arbitragem ou no caso de insucesso da mesma, e a fazer a paz...

Quando a Constituição foi reformada em 1934, este princípio foi ampliado ainda mais pela condenação das guerras de conquista:

Art – 4º – O Brasil só declarará guerra se não couber ou malogra-se o recurso do arbitramento; e não se empenhará jamais em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação.

Restava com o Brasil apenas, senhores, uma questão a ser resolvida. Quando o Brasil reconheceu, em 1828, a independência do Uruguai, estipulou-se que os limites deste último com o Brasil ficariam estabelecidos ao longo da margem uruguaia da Lagoa Mirim e ao longo das margens uruguaias dos rios Jaguarão e Quaraí. O Uruguai ficou, desta forma, privado da livre navegação da lagoa e desses rios limítrofes.

O Brasil é grande e poderoso em comparação a seus vizinhos espanhóis, e especialmente em relação ao Uruguai, país menor do que a maioria dos 21 estados do Brasil. Mas essa estipulação, restringindo a livre navegação da Lagoa e dos rios, o que acarretava

praticamente a perda de uma faixa de território ao longo da margem uruguaia, repugnava aos estadistas da República do Brasil.

Em 1913, por sua própria iniciativa, o Congresso do Brasil inspirado pelo Barão do Rio Branco, filho do visconde do Rio Branco que, em 1857, definira a política do Império, decidiu conceder ao Uruguai não somente o direito de livre navegação da Lagoa Mirim e dos rios acima mencionados, mas, e o que é mais importante, o condomínio da região, baseado em que *a fronteira é zona de interesse comum, de amizade e de vizinhança e não uma linha de exclusão de duas soberanias.*

Eu vos agradeço a indulgência que tivestes ao escutar-me e considerar-me-ei feliz se, ao findar esta conferência, tiver conseguido vos dar uma ideia das condições em que se processou a delimitação do Brasil, e que é uma síntese do espírito de conciliação e de fraternidade que domina o nosso continente, sob a inspiração de vossa grande democracia.



RETORNO DA EMBAIXADA EM WASHINGTON (1937)

*Palavras proferidas no deque do navio Western Prince,
Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1937¹*

A nova situação exigia que eu me viesse orientar, a fim de melhor defender, nos Estados Unidos, o nosso país².

A oportunidade que agora se me oferecia, com as férias do Natal, favoreceu esse imperativo.

A distância, por mais precisas que procurem ser as informações, em uma atmosfera turbilhonante como é a americana, não permite ver e compreender, com a indispensável clareza, as coisas do Brasil. Esta a razão principal de minha viagem: a necessidade de conhecer a verdade dos fatos e os planos e os propósitos do nosso governo, de modo a habilitar-me, suficientemente, para a definição e a defesa, na grande nação do norte do continente, das mutações da vida brasileira.

Estes últimos tempos, nos Estados Unidos, eu os devotei, dia e noite, à defesa, não do que se fez no Brasil, mas do Brasil

1 Aranha: 1937g.

2 Getúlio Vargas comentou com Oswaldo Aranha, por carta, no dia 8 de novembro de 1937, o encaminhamento da decretação do Estado Novo, ocorrida dois dias depois. Em 15 de novembro de 1937, Aranha informou o presidente sobre a melhora da opinião pública americana com relação aos acontecimentos políticos no Brasil. Indicou, contudo, que a situação lhe fora “imposta” e que não concordava, antes condenava, “o que se fez em nosso país”. Na mesma correspondência, entregou seu cargo, mas indicou sua “inalterável amizade [e] admiração pessoal” (Aranha: 1937b).

mesmo, envolvido, erroneamente, em comentários que careciam de desmentido ou retificação.

Nunca passei horas mais trabalhosas, motivo pelo qual, também, preferi a viagem por mar, que me permitiria o repouso reparador, ainda quando todas as preferências sejam pelas viagens aéreas. (...)

Meu desejo é servir o Brasil sem escolher lugares. Mas, para servir o Brasil, creio que não o preciso repetir, é necessário que eu esteja convencido de que efetivamente lhe estou sendo útil, até porque, na minha vida, sempre fui o juiz da utilidade da minha ação – prerrogativa pessoal, minha, de que nunca abri mão, delegando-a a estranhos³. (...)

Estou sinceramente convencido de que as relações do Brasil com os Estados Unidos só tenderão a crescer. As razões internacionais e até continentais dão o penhor dessa afirmação. É verdade que a opinião americana alarmou-se muitíssimo com os recentes acontecimentos políticos de nossa pátria. Mas não é menos exato que se está fazendo luz sobre a confusão dos primeiros dias e que há, na opinião norte-americana, uma simpática receptividade para tudo quanto possa favorecer o Brasil.

Está em nós, unicamente em nós mesmos, transformar essa má impressão e as possíveis suspeitas, naturais nestes casos, levando à opinião das nações amigas como os Estados Unidos a certeza de que o Brasil fará tudo, dentro da nova ordem de coisas, para conservar e desenvolver suas tradicionais relações de amizade e solidariedade com esses povos. (...)

3 Apesar de o objetivo do pronunciamento ser a indicação de que viajara para o Brasil com a intenção de receber instruções do governo, nessa frase há a indicação de que não apoiava incondicionalmente os rumos dos acontecimentos.

POSSE NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (1938)

*Discurso de posse no Itamaraty, Rio de Janeiro,
em 15 de março de 1938¹*

A minha vida pública é de ontem, contemporânea de todos vós. Sabem, assim, senhor ministro², quantos nos honram com sua presença a esta solenidade, que eu não o vim substituir, mas continuar, mesmo porque neste departamento da vida do nosso país, a coerência fez-se continuidade e esta tradição inviolável³.

Somos, vossa excelência por uma longa e brilhante carreira e eu pela minha missão em Washington, funcionários desta casa.

Foi uma grande honra para mim entrar após ter exercido as mais altas e responsáveis posições na vida política do meu país, há três anos, para o Itamaraty.

Considerarei sempre, como devem considerar todos os brasileiros, uma nobre missão a de vir trabalhar à sombra desta casa, viver as suas tradições e compartilhar as suas responsabilidades.

1 Aranha: 1994j.

2 Seu antecessor foi o diplomata de carreira Mário de Pimentel Brandão (1889-1956). Sobre sua posse ver Oliveira: 2017, 77-81; Araújo: 1996, 173-8.

3 O uso do termos "não o vim substituir, mas continuar" assemelha-se àqueles utilizados por Lauro Muller, o ministro que sucedeu o barão do Rio Branco na pasta.

Não tem o nosso país atalaia mais alta na sua história de benemerências, nem mais nobre lição de pacifismo, e de devoção à justiça de outro povo aos demais, do que aquela que se contém nos anais diplomáticos da formação do Brasil.

A diplomacia brasileira é a escola da paz, a organização da arbitragem, a política da harmonia, a prática da boa vizinhança, a igualdade dos povos, a proteção dos fracos, a defesa da justiça internacional, enfim, uma das glórias mais puras e altas da civilização jurídica universal.

A ela deve o nosso povo a parcela maior de suas grandezas, a configuração de suas fronteiras imensas, a conquista de sua unidade, a estrutura de sua soberania, a confiança dos demais povos, e, mais que tudo, o uso e gozo da paz em que temos vivido os brasileiros, mesmo em meio de lutas e de guerras.

Herança do Império desdobrada pela República, a nossa diplomacia é, hoje, uma instituição nacional, inviolável em sua coerência, sagrada em suas tradições, definida em seus fins, clara em seus meios, na qual podem e devem confiar todos os brasileiros como nela têm confiado e confiam os demais povos.

O povo brasileiro é um penhor de boa vontade, de conciliação, de harmonia e de paz.

A obra pacífica do Brasil, no continente e no mundo, não foi, nem é traçada por conveniências ou interesses.

É ideia é sentimento, é educação e é moral – é atitude tradicional do povo e do estado brasileiros.

Não houve nem haverá lugar entre nós, dada a nossa índole e formação, para outra política senão aquela – *suaviter in modo et fortiter in re* – que presidiu a nossa evolução e há de fortalecer e alargar a nossa grandeza.

Representando o nosso governo nos Estados Unidos da América do Norte, o maior centro de convergência das atenções e atividades universais, pude bem medir o respeito por essas nossas tradições e bem avaliar o prestígio da nossa conduta continental e internacional⁴.

É que, meus senhores, a política internacional do Brasil foi sempre uma expressão da opinião nacional do Brasil. É só na vontade do povo, na consulta a sua opinião e aspirações, que a paz encontra a sua segurança. Os governos e os homens nem sempre têm sido bons intérpretes dos seus povos. Neste erro tiveram suas origens todas as guerras.

É na subordinação dos governos aos seus povos que as nações devem procurar a boa inspiração para os seus destinos, e a solução para os problemas da comunhão universal.

Esta prática, sempre seguida pelo Brasil, foi a base na qual assentou a obra da paz realizada exemplarmente pela civilização brasileira no decurso da sua história e no concerto das nações.

Acreditou-se, num dado momento, que a economia, tornada substância da política, acabaria por inaugurar uma era de cooperação pacífica entre os povos, favorecida por interesses comuns.

Outras soluções foram sugeridas e até adotadas, desde as da força até as do isolamento, como sendo as melhores para manter e desenvolver os meios e instrumentos apropriados à solução pacífica dos problemas e conflitos universais.

A verdade, porém, é que ao termo de tão longos esforços e atormentadas experiências, chegamos todos quantos procuramos o bem-estar universal à conclusão de que a paz, a sua segurança e a sua manutenção, residem afinal na obediência dos governos

4 Oswaldo Aranha representou o Brasil em Washington de 17 de setembro de 1934 a 11 de dezembro de 1937.

à vontade popular e no respeito das nações à opinião dos seus próprios povos.

O Brasil, justamente porque conduziu sua política internacional consultando sempre a vontade, a aspiração e a opinião de seu povo, é um modelo de cooperação, de desambiguação e de paz no concerto das nações continentais e mundiais.

O governo atual, malgrado as falsas interpretações de quantos ignoram a sua origem e a sua razão de ser, fundou a sua política exterior nas fontes mesmas da tradição e da opinião do Brasil.

O eminente chefe da nação tem dado, na política internacional do seu governo, as demonstrações mais definitivas de sua fidelidade às nossas tradições diplomáticas, procurando alargá-las e consolidá-las pelo fortalecimento de uma política continental de boa vizinhança e de amizade com os demais povos.

Vossa excelência, senhor ministro, devotou-se por forma exemplar a esta política, cooperou sem reservas nesta obra, e serviu, com o realce de sua cultura, de sua experiência e de seu patriotismo, ao nobre guia que, afortunadamente, preside os destinos do Brasil.

Cabe-me, agora, ocupar o lugar de vossa excelência no Itamaraty e à vossa excelência caberá muito breve ocupar o meu lugar em Washington⁵.

O nosso revezamento nesses postos é, apenas, uma reafirmação da política a que ambos servimos e uma oportunidade a mais para estreitarmos a confiança e a amizade que, no exercício deles, uniu os nossos esforços comuns pelo Brasil.

Meus companheiros de trabalho, serei no Itamaraty um dos secretários do presidente da República, adstrito unicamente ao

5 Pimentel Brandão ficaria na chefia da embaixada em Washington de 21 de abril de 1938 a 3 de janeiro de 1939.

exercício desta função, executor de suas determinações, representante de sua autoridade e responsabilidade.

O êxito da minha gestão, em grande parte, dependerá de vós, da vossa cooperação, de vossa contração ao trabalho, de vosso devotamento aos interesses confiados pelo governo a cada um e a todos nós.

A responsabilidade de uma função pública mede-se pela consequência dos erros mais do que pelo benefício dos acertos.

A diplomacia, acima de qualquer outra ação governamental, envolve graves responsabilidades pessoais, uma vez que um só ato nosso, aqui ou no exterior, pode comprometer a honra, a integridade ou a paz do Brasil.

A nossa tarefa será cada dia mais delicada, porque a situação internacional se complica de hora a hora, exigindo de nós uma vigilância e uma atividade sem tréguas.

Devemos, pois, assumir estas responsabilidades, com a consciência de que na partilha dos sacrifícios impostos a todos os brasileiros, nos cabem os mais pesados e os mais sérios.

A desordem universal não pode passar às nossas fronteiras, nem sequer contaminar a vida do Brasil.

Seremos aqui, e em nossos postos⁶, distribuídos pelo mundo todo, os alertadores da nação brasileira, que, em meio da confusão geral, pela vontade de seu povo, pela decisão de seu chefe, pelo devotamento de suas classes civis e militares, quer continuar a engrandecer-se e a viver em paz, pela paz e para a paz.

6 De acordo com o Relatório de 1938, havia 34 postos diplomáticos e 77 postos consulares (Ministério das Relações Exteriores: 1943b, 429-30).



PAZ PARA A AMÉRICA: ASSINATURA DA PAZ DO CHACO (1938)

*Discurso proferido por ocasião da Assinatura da paz do Chaco.
Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1938¹*

Meus senhores,

A história não registra uma paz feita pela geração que assistiu a guerra e, menos ainda, pela que a fez.

Registra, apenas, o fim de hostilidades, o termo de lutas, a assinatura de tratados, episódios, por vezes tão contrários à realidade e à justiça que, ao invés de implantarem a paz, só vieram aprovar e multiplicar as causas mesmas das guerras.

A aflição contemporânea, sobremodo europeia, advém da paz importada, da paz ditada, da paz dos vencidos, da paz artificial – vitória da força, consagração da guerra.

A história não mostra uma só paz definitiva, porque a tendência dos povos tem sido legar à ação penosa do tempo, a liquidação e a correção dos erros, das imprevisões, das intransigências, dos ódios, das desgraças e das ruínas e seus conflitos.

A tarefa ultimada hoje, em Buenos Aires, não tem, pois, precedentes nos “anais” dos povos.

1 Aranha: 1938e.

A paz do Chaco foi obra definitiva de sabedoria política, de inspiração e de previsão dos mediadores de transigência e de abnegação dos contendores, enfim, do clima da América, de solidariedade da grande família americana.

O Itamaraty nesta hora de confiante alegria para todos os americanos comparece ante o juízo continental para dizer da orientação, da fidelidade com que serviu ao mandato do Brasil, aos anseios da América e à obra da paz.

A coerência, a pertinácia, a dedicação, a fé com que procurou sob a inspiração do chefe do governo, através de oito anos de esforços, durante os quais se sucederam na sua direção quatro chanceleres, mostram à América, ao mundo e a nós mesmos, que a política pacifista do Brasil não está nos homens nem nos governos, mas na vontade mesma do povo, constituindo uma herança, uma tradição, uma força e uma destinação que a ninguém é dado mudar.

O árbitro, a brutalidade, a violência e a guerra são inimigos do Brasil, que viveu e quer viver em paz, pela paz e para a paz.

A lei, a justiça, a arbitragem, a ordem material e moral, aspirações da consciência brasileira em mais de um século de independência, são as bases mesmas da família, da sociedade, da grandeza e da civilização do Brasil.

A paz do Chaco é a vitória desses princípios, a consagração dessas ideias, a reafirmação da confiança dos povos americanos no corpo e no espírito de sua formação, de suas instituições e de seus ideais democráticos.

É a lição de uma civilização continental que não quer se afundar na barbárie, mas salvar-se, nesta hora de subversão, pelo livre esforço criador do homem, pela associação de povos que têm vivido e crescido à sombra da mesma fé na razão, na liberdade, na justiça e na paz.

A ação dos nossos delegados, particularmente a do embaixador Rodrigues Alves², nessas negociações, a sábia orientação de meus antecessores, cuja palavra ouvimos com reconhecimento e cuja participação decisiva nos resultados alcançados todos conhecemos a elevação e sabedoria com que o chefe do governo coordenou e presidiu nossa atitude, o trabalho fecundo feito no Itamaraty por funcionários dignos da estima pública, foram *pars magna* para a trégua, a mediação, a arbitragem e, agora, a paz.

Nesses esforços titânicos de conciliar irmãos em armas, de mediar entre interesses historicamente opostos, de arbitrar reivindicações seculares e de apaziguar paixões exacerbadas pela guerra, nosso país, nossos agentes conduziram-se por tal forma no seio da conferência e por tal maneira junto aos contendores, que a paz do Chaco é não só a paz da América, mas também uma paz do Brasil.

Não reivindicamos para nós, hoje, nem mesmo uma parcela do bem que ajudamos a fazer, mas tão somente, a consciência de que, em Buenos Aires, fomos o Brasil que sempre fomos e havemos de ser, vizinho, amigo e irmão de todos os povos americanos e de todos quantos, fora deste continente, sejam como o Brasil pacifista e pacificador.

2 José de Paula Rodrigues Alves (1883-1944) nasceu em Guaraatinguetá e era filho do ex-presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1843-1919). Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1905, e entrou na carreira diplomática em novembro de 1906. Na data do discurso, era o representante brasileiro em Buenos Aires.



A VULNERABILIDADE DAS AMÉRICAS (1939)

*Discurso aos membros do Clube Nacional de Imprensa,
Washington, em 16 de fevereiro de 1939¹*

É para mim um privilégio dirigir-me aos membros do Clube Nacional de Imprensa, instituição dedicada ao livre intercâmbio de conceitos e ideias, a que as atuais circunstâncias do mundo conturbado emprestam o mais útil propósito, como baluarte do pensamento sem peias.

Uma grande ameaça pende sobre a humanidade civilizada, principalmente sobre a porção da mesma que ainda se apegava às tradições cristãs.

O antagonismo de raças e classes ameaça lançá-la no caos de estéreis lutas fratricidas.

Como restabelecer nos espíritos a noção da unidade espiritual?

Essa realização só é possível pelo preparo do homem para compreender que sobre o referido antagonismo, pelo qual uns enfrentam os outros sem que nenhum lado seja vencedor, porque ambos proclamam a sua absoluta suficiência, paira a razão com os seus princípios imutáveis, o sentimento de beleza, o sentimento da justiça, o sentimento da humanidade.

1 Aranha: 1994e.

O Clube Nacional de Imprensa bate-se por esses ideais e, por isso, merece o respeito e admiração de todos os cidadãos livres.

Todos os grandes princípios espirituais produzem remotas consequências.

Destarte, a afirmação ou negação da autonomia do indivíduo trazem consigo diferentes modos de conceber as relações do indivíduo para com o estado.

Por isso, o regime político de cada povo é, em última análise, o resultado de sua própria cultura moral.

O que nós chamamos democracia resulta nisso: negar à coletividade o direito de substituir o indivíduo em todas as matérias que dizem respeito à sua consciência e que no seu limiar expira o poder do estado.

Estas são as verdadeiras características do estado democrático. Se o estado democrático deixa ao indivíduo a responsabilidade plena pelas suas mais importantes decisões que dizem respeito a suas convicções morais, religiosas ou filosóficas, a escolha de sua profissão ou do seu cônjuge, não é porque o estado democrático julga esta liberdade útil para a comunidade, mas porque a livre manifestação da personalidade tem um valor intrínseco, comparado com o qual tudo o mais perde seu valor, porque tudo o mais depende da existência da livre personalidade.

O estado não é um fim em si: é uma criação do homem que se destina servi-lo e a ajudá-lo a salvaguardar os seus mais altos interesses. O estado deve cooperar a fim de aumentar o patrimônio cultural da nação e fazer com que ele possa ser transmitido cada vez mais às gerações futuras.

Porém, o servidor não pode substituir o amo, nem pode escravizá-lo ditando-lhe as suas crenças e as suas opiniões.

Deve ser dada a cada um a possibilidade de manifestar a sua personalidade, segundo a sua lei própria, ditada pela consciência.

A um ideal de sociedade composta de homens livres, procurando manter as condições em que esta liberdade pode ser preservada e desenvolvida, não para o bem de alguns, mas para o bem de todos – o que implicaria, aliás, uma profunda modificação na economia liberal – o sistema totalitário opôs a sua concepção de um estado supremo em si. Porém, se examinamos de perto esta concepção de estado deificado, o que encontraremos? Um grupo de indivíduos e um partido vitorioso; seja qual for a sua linguagem, estes indivíduos atribuem-se o direito de impor a sua vontade sobre os seus semelhantes.

Bolchevismo, fascismo e nazismo são apenas nomes diferentes para a mesma concepção materialista da vida que procura substituir Deus pelo estado erigido como aspiração suprema do indivíduo. Esta concepção não é nova, pois surge em todos os períodos de pressão da história da humanidade. Apareceu ultimamente na Europa e na Ásia, devido a condições de superpopulação existentes em alguns países, onde se esforçam por manter, uns contra os outros, um dado nível de conforto material. Enquanto não se encontrar uma solução para essas condições, esta concepção – gerada pela miséria e pelo ódio – continuará a exercer seus efeitos dissolventes sobre a civilização.

É importante que nós, da América, nos organizemos contra a invasão de ideologias que são contrárias às ideias básicas que foram trazidas para este continente e aqui germinaram. Devido à sua posição de meio-termo geográfico entre os dois extremos, a América está sujeita à influência tanto da Europa como da Ásia.

Mas como último continente descoberto, a América deveria permanecer fiel à sua predestinação que é a de ser o celeiro da humanidade no futuro. A América é o último produto da humanidade, seu desenvolvimento coincidiu com o grande

progresso social, de modo que é baseado sobre a generosidade como lei suprema para o indivíduo, assim como para a coletividade.

Mantenhamos inalteradas essas condições, mas, em assim fazendo, devemos conservar-nos alertas neste mundo cheio de perigos. Devemos permanecer unidos e agir.

Pouco importa o quanto as nossas concepções possam ser idealistas: nenhum bem nos virá delas se, pela ação, não as convertermos em realidade. A ação é a prova suprema do nosso destino, é o traço de união entre o pensamento e a realidade. Os ideais continentais e as aspirações da América ficaram, até pouco tempo, no domínio da teoria. O pan-americanismo tem sido apenas uma ideia, e só agora é que o procuramos transformar em realidade. O nosso continente dispõe de grandes recursos naturais, com amplas possibilidades latentes que não esperam senão o trabalho do homem para se tornarem a mais esplêndida realidade. Acaso a presente geração transferirá às gerações futuras a mobilização de toda essa riqueza potencial? Ou, pela ação comum e por um forte sentimento prático de esforço cooperativo, criaremos nesta parte do mundo uma civilização que será a continuação da cultura herdada da Europa, mas tornada mais ampla e mais humana, civilização que permitirá aos homens explorar todas as possibilidades que lhes oferece a natureza e, ainda, aspirar a mais altos ideais?

A tendência que observamos no mundo atual é para a formação de núcleos de maior amplitude do ponto de vista econômico e político. Quer na Europa, quer na Ásia, testemunhamos países que estão sendo integrados nessas unidades dominadas pelo mutismo nacional, que exploram todas as possibilidades de cooperação, a fim de chegarem a coligações ainda mais poderosas. Devemos acaso, na América, nos manter indiferentes diante do que acontece nos outros continentes, conservar os nossos países isolados sem cooperação, sem interdependência, nem desenvolvermos por um

esforço recíproco as enormes potencialidades que neles existem em estado quase embrionário?

Devemos compenetrar-nos de que estamos num mundo de forças que procuram subjugar-se umas às outras, e a América oferece terras vastas e férteis, ainda não exploradas e dispendo de abundantes recursos naturais que ultrapassam o poder de nossa imaginação para conceber. Por esse motivo está exposto a todas as formas de agressão por parte de potências não satisfeitas, compelidas para tanto pelas intoleráveis condições de superpopulação e superindustrialização.

O problema crucial das matérias-primas, tão agudamente sentido por alguns países europeus, repousa no fato de estar a Europa perdendo cada vez mais a sua posição intermediária com respeito à América. Desta forma, não podendo vender as suas manufaturas à América, alguns países europeus não podem importar deste continente as matérias-primas essenciais para as suas indústrias.

A situação em que se encontra a América presentemente é uma situação de vulnerabilidade que não pode deixar de aguçar o apetite que anda à solta pelo mundo, sendo não só necessário como essencial que nos unamos a fim de desenvolver todas as possibilidades de ação para fazer deste continente uma realidade vivida, capaz de defender sua integridade e suas fontes de inspiração. E isso está ainda por fazer.

Embora o Brasil represente a metade do continente sul-americano em área, população e recursos naturais, a participação dos Estados Unidos no desenvolvimento desta nação assume uma proporção insignificante quando comparada com a de outros países.

Como país novo, no sentido econômico da palavra, o Brasil precisa, a fim de atingir um rápido desenvolvimento das suas

riquezas naturais, da colaboração de um país industrializado, possuidor de uma tecnologia adiantada, e lastimo ser obrigado a dizê-lo, meus senhores: esta colaboração não nos foi oferecida no passado pelos estados.

A tarefa de equipar o Brasil economicamente foi empreendida por outros países. Eu digo isto, meus senhores, apenas para demonstrar que, malgrado todos os esforços para desenvolver o espírito de pan-americanismo, estamos ainda longe de atingirmos um pan-americanismo real e prático, o que significa a criação nesta parte do mundo de uma grande e poderosa comunidade de nações.

Somente desta maneira poderá a América realizar os seus destinos, criando uma humanidade nova e melhor, livre das algemas dos preconceitos legados pelo passado e cheia dos mais elevados ideais e das mais altas aspirações.

PAN-AMERICANISMO (1939)

Discurso aos membros da Sociedade Pan-americana e da Associação Brasil-Estados Unidos, Estados Unidos da América, em 3 de março de 1939¹

Gentlemen,

Nothing could please me more than to be here tonight among you, my friends of the *Pan American Society* and the *Brazilian-American Association*². I feel very much as if I were with my own family. You are all associated with Brazil through strong bonds of friendship, and, in honoring me, I acknowledge your intention to encourage and stimulate my efforts in uniting our two countries more intimately.

It is in this spirit that I thank you for all the kind words expressed to me this evening, and for the gold medal of the Pan American Society that your president has just bestowed upon me. I thank you from the bottom of my heart on my behalf and on behalf of my fellow countrymen.

Personal life tends to identify with the universal. This explains why the individual always aspires beyond himself to higher syntheses. In the infancy of mankind, the individual saw

1 Aranha: 1994d.

2 A Pan American Society foi criada em 1919 em Nova York para promover a integração das nações americanas.

only himself. In later years, he started to see the family that, once considered unique and all absorbing, was found to limit the horizon of man, who sought for a higher stage reaching the political life of the state, which is an assemblage of families. But this desire of man to embrace the universal did not stop there. It progressed further and found a broader aim in continental life.

This is the true explanation of Pan-Americanism. It is not an artificial creation or a conception of a few visionaries. Rather, it is the inmost tendency of the human will itself, which does not spot on the borders of the nation, but is impelled to broaden its horizon to include people of different origins and histories, linked together by the same ideals and marching toward the same destiny.

It is the very ideal of progress, which cannot be materialized without an intimate feeling of human betterment and solidarity. Whenever individuals and nations have lost that sentiment of solidarity and thought themselves isolated and independent, or acted as enemies, the result was decay and death, poverty and war.

Pan-Americanism is the outgrowth of the idea of solidarity. It was brought about by the desire of man to associate with his fellow beings living in different countries, under different climates and different conditions—but still human beings, attired by the same ideals and bound by common interests.

Certainly, Pan-Americanism is not the last synthesis within the vision of man, which can only be humanity itself considered as a single man who never dies. But, it is an important step toward larger goals.

This extension of the relations between people develops a new and richer sentiment of humanity that did not exist in the beginning of the ages, but becomes more important every day. It is that sentiment that makes us still believe in the advent of an international community based not only on material interests but

that which finds its reason in the sense of justice and in the sense of humanity, which are deep-rooted in the human heart.

No individual and no nation can retain to itself the abundance of its own life without the risk of losing it or making it sterile.

The relations between the United States and Brazil constitute an example of this striving of the human heart toward self-completion.

Despite the fact that very little has been done to develop the economic inter-dependence between the two countries, in the face of the vast possibilities existing in that direction, still our people aspire to a union of sentiments among themselves.

Every turning point in the history of our countries discloses that yearning. Every time, whether in the life of the continent or of the world at large, one of them has found itself in possession of an ideal or in distress, the other has spontaneously come pleading the right to partake in that ideal or offering help.

There is a circulation and an exchange of sentiment among our people that can be converted into a circulation and an exchange of lives.

This is the true basis of cooperation, which is not founded on a community of pleasures or on a passing association of interests, but on a noble impulse toward the highest human values.

It is under this inspiration that we have labored and shall always continue to devote our efforts in the future.

No safer basis could be found on which to build the structure of the true Pan-Americanism, which can only come into existence by the will of all people of this continent, intent on overcoming all opposition in order to create a better, richer life through joint action. Let us all strive toward that goal.



RETORNO DA MISSÃO AOS ESTADOS UNIDOS (1939)

Discurso em resposta à homenagem prestada pelo embaixador Afrânio de Mello Franco, por ocasião do retorno de Oswaldo Aranha de missão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, em 23 de março de 1939¹

Meus amigos,

Recebo esta homenagem com alegria porque sei que não a fazeis a mim, mas ao meu esforço e ao dos meus companheiros para bem servir ao Brasil nos Estados Unidos.

A política exterior do nosso país não se personifica, porque nela, na sua tradição e na sua orientação comungaram e comungam todos os brasileiros.

Tudo quanto fiz nos Estados Unidos foi procurar ser fiel e leal em minhas palavras, em meus atos e em minhas atitudes a esta política tradicional e as aspirações do Brasil.

A América, premida pela Europa e pela Ásia, começa a compreender a necessidade de iniciar uma ação que a resguarde, pela colaboração de todos os seus povos, das perturbações mundiais, criando novas seguranças e bases para a paz.

1 Aranha: 1994k. Em 6 de janeiro de 1939, Oswaldo Aranha recebeu ligação telefônica de Sumner Welles, subsecretário de Estado norte-americano, informando que o presidente Roosevelt solicitou a presença de Aranha em Washington para discutir a conturbada situação internacional. Três dias depois foi reunida a cúpula do governo, que foi informada sobre a visita. A embaixada americana no Rio de Janeiro entregou a agenda no dia 12 e, após vários estudos, a delegação brasileira embarcou rumo a Nova York em 29 de janeiro. A documentação da Missão Aranha está disponível em CPDOC/GV c 1939.01.09.

Uma era de realismo domina a consciência dos povos continentais.

As nações que não vivem na realidade, enganam-se e perdem-se como as criaturas que, falhas de senso comum, alimentam a vida de ilusões e esperanças.

O Brasil, desde 1930, faz um esforço admirável de objetivismo em procura da rota de sua segurança e de sua grandeza.

Os povos são dominados pela coragem ou pelo medo, como os homens.

A história mostra-nos que, quando a coragem domina o medo, os povos, pela fé e pela confiança, entram em eras de iniciativa, de progresso, de cooperação, de prosperidade e de paz.

Mas, quando o medo domina os espíritos, os povos isolam-se e afundam-se em crises, falhos de fé, temerosos de iniciativas, hesitantes em seus passos, arreçados de si mesmos e dos demais povos.

A obra humana e a vitória da coragem, de viver, de crer, de opinar, de trabalhar, de construir e de aperfeiçoar-se sem cessar.

A devoção ao bem, ao bom, ao belo e ao justo fez triunfar a crença, a arte, a ciência, a cultura e a civilização humana.

O Brasil está vivendo uma hora corajosa sob a chefia de um homem de coração sem máculas e sem medos.

O povo brasileiro compreendeu que precisa crescer de si mesmo, com decisão e até com sacrifício, porque de outra forma o Brasil continuaria a ser o rico do deserto: a esmolar dentro de sua própria grandeza.

Uma era de fé, de confiança, de união e de construção associou as nossas consciências numa cruzada de reerguimento nacional.

Foi isso, meus amigos, que eu afirmei nos Estados Unidos, ao seu governo, à sua imprensa, às suas associações políticas e culturais, no meu, no vosso, no nome do Brasil.

Mostrei o nosso país como ele foi e como os brasileiros de hoje decidiram que ele há de ser. Fui fiel ao passado, mas claramente deixei antever as perspectivas do futuro que queremos construir.

Falei como amigo, mas falei como homem, como ministro do Exterior do Brasil.

A minha palavra foi ouvida por toda a parte, porque o povo norte-americano ama a franqueza e a verdade e porque, como o nosso, sob a liderança de uma grande figura, compreendeu que a era atual não se compadece com os tímidos e os conformados e ainda porque, lá como aqui, há uma verdadeira resolução de boa vontade, de coragem e de energias conjugadas.

O Brasil não podia continuar a ser tido como uma promessa pela qual o mundo esperava sem confiar.

Era chegada a hora de afirmarmos que éramos um povo que se havia assenhoreado dos seus destinos; uma grande nação que resolvera tornar-se maior; uma força que queria cooperar com as demais forças americanas para que América não fosse uma África disfarçada, mas a terra eleita para a vida de povos livres, fortes, amigos, prósperos e pacíficos.

Estamos, todos os povos, ameaçados por uma era de imprevistos.

Afirmei que o Brasil tinha plena consciência de sua posição nesses acontecimentos e que, de nossa parte, acreditávamos hoje, como sempre, que a cooperação pan-americana, assentada sobre bases concretas, era, ainda, a forma mais segura e melhor de resguardarmos a civilização continental. Expus e defendi essa ideia na Casa Branca, no Senado, na Câmara, através da imprensa e do

rádio, em reuniões públicas e em debates nos centros políticos e culturais Americanos.

A sua aceitação consta dos entendimentos feitos nos Estados Unidos e dos testemunhos de simpatia e de aplauso que durante nossa estada, sem uma nota destacante, cercaram e perseguiram a autoridade do nosso governo e o nome do Brasil.

O governo, como o povo norte-americano, receberam-nos como irmãos e com eles nos entendemos como amigos.

Uma era de cooperação econômica, de associação de esforços, de mútua compreensão de interesses e de harmonia de objetivos, dando novas e mais sólidas bases ao pan-americanismo, foi selada pela amizade de nossos dois povos nos acordos de Washington.

Ela, na minha como na opinião norte-americana, abrirá possibilidades imensas para nós, para nosso progresso e enriquecimento, assim como para o de todos os povos continentais.

As Américas são complementares umas das outras, formando um todo econômico, político e cultural de povos iguais e independentes que, nelas e delas, podem viver e prosperar sem riscos e conflitos como uma grande família de nações felizes.

Esta foi sempre a política do Brasil, que nunca pregou o isolamento continental, mas a união e a associação dos povos americanos, para melhor servirem aos ideais e aos interesses universais.

Creio, meus amigos, ter prestado, em linhas gerais, as contas do honroso mandato que o governo me confiou e aos meus companheiros.

As vossas demonstrações, nesta hora, têm para nós uma significação sem par, às quais a palavra amiga e generosa de vosso grande intérprete, o doutor Afrânio de Mello Franco, dá um relevo que nunca poderíamos merecer nem bem agradecer.

À honra de trazer a mensagem de amizade de um grande povo e à alegria de rever nossa terra e nossa gente, quisestes juntar a generosidade desta acolhida, transformando, assim, as nossas emoções íntimas em tributo que fazemos, mais uma vez, de orgulho e de gratidão a todos vós, aos brasileiros e ao Brasil.



AVALIAÇÃO DA MISSÃO ARANHA (1939)

Discurso sobre sua missão nos Estados Unidos da América para jornalistas em sua residência, na Ladeira da Ascurra, Rio de Janeiro, em 23 de março de 1939¹

Fui aos Estados Unidos em virtude de um convite do presidente Roosevelt, dirigido ao presidente Getúlio Vargas. O convite excluía, por sua natureza, a prefixação de assuntos a discutir. Dizia, entretanto, que o presidente Roosevelt achava necessária essa entrevista, porque era uma tradição de nossos governos, em situações passadas similares, discutir diretamente os assuntos de interesse comum de nossos governos e povos.

O presidente Getúlio Vargas, após ouvir seus auxiliares civis e militares, deu-me suas instruções sobre o que deveria dizer ao seu colega e amigo presidente Roosevelt e, ao mesmo tempo, instruir-me sobre a maneira de sondar e aproveitar as possibilidades de cooperação entre nossos dois países.

Levei comigo os auxiliares mais capazes e devotados e com os que encontrei nos Estados Unidos, procurei dar desempenho cabal à missão que me foi confiada pelo meu presidente.

Durante este mês que permaneci nos Estados Unidos dediquei todo o meu tempo ao desempenho de minha missão. Não menos absorvidos pelo trabalho foram meus auxiliares, doutores João

1 Aranha: 1994v.

Carlos Muniz, Souza Dantas e Simões Lopes e o secretário Lima e Silva, porque todos, como eu, passaram pelos Estados Unidos sem tempo sequer para admirar os esplendores de Nova York ou os encantos de Washington. A chegada do embaixador Carlos Martins, cuja apresentação de credenciais constituiu uma solenidade sem precedentes, foi-me de grande cooperação, dada sua experiência e seu empenho em ajudar-me nas negociações com o melhor de seus esforços.

As palestras que tive com o presidente e com as altas autoridades americanas, as homenagens que recebemos, as demonstrações que a sociedade, a imprensa, as associações culturais fizeram à missão, constituem provas de uma amizade ao Brasil, e de uma confiança ao presidente Vargas e ao seu governo que, por vezes, encheramnos de orgulho e alegria. Nada pode satisfazer mais a um brasileiro do que assistir, durante um mês inteiro, a consagração de seu país, de seu chefe, de seu povo.

A nossa estada nos Estados Unidos foi uma verdadeira apoteose ao Brasil, feita pelo povo, pela sociedade, pela imprensa e pelo governo dos Estados Unidos.

Refiro este fato porque ele não foi obra minha, pessoal, ou de meus auxiliares, mas uma demonstração espontânea à nossa pátria, uma afirmação nessa oportunidade dos sentimentos americanos para com o Brasil e os brasileiros.

As negociações foram difíceis, porque os assuntos exigiam exame e estudo, e até revisão de normas e processos usuais na vida americana. As altas autoridades americanas cercaram-nos de atenções e deram-nos provas, as maiores, de sua boa vontade e de sua decisão de cooperar conosco. Fizemos em um mês tudo que era humanamente possível fazer.

A assistência do presidente Getúlio Vargas foi o grande estímulo para o êxito de nossa parte, como a do presidente Roosevelt

por parte dos Estados Unidos. São dois homens que sabem pensar, resolver e decidir. Anima-os o mesmo nobre espírito de cooperação e de confiança na amizade dos povos que têm o privilégio de suas chefias. Fui um simples instrumento nesses altos objetivos e tenho orgulho da parte que me coube, como aos meus auxiliares, na conclusão desses entendimentos.

Conseguimos restabelecer a margem para operações bancárias, extinta desde 1929, logo depois da grande crise. Para isso facilitou o “Export and Import Bank”² um crédito que é bastante longo: 19.200.000 dólares (dezenove milhões e duzentos mil dólares), para retomarmos a estrada das operações comerciais normais, e com uma taxa inferior à menor que já haja o Brasil obtido em operações anteriores de liquidação de “congelados”. Não houve comissão nem intermediários. É um crédito para o Banco do Brasil que, contrariamente a outros antes obtidos, não necessitará do aval do Tesouro Nacional.

A outra operação é de uma simplicidade sem par, e virá favorecer o rápido e já inadiável equipamento econômico do Brasil. Obrigou-se o “Export and Import Bank” a financiar as vendas americanas para o Brasil, ao governo ou às firmas brasileiras, até a importância de 50 milhões de dólares. Estas compras antes só eram possíveis mediante pagamento à vista. Poderão agora ser feitas com prazos de 1 a 5 anos e juros que nunca poderão exceder aos 5% ao ano. Não nos obrigamos a comprar, mas, quando comprarmos nos Estados Unidos, poderemos gozar dessas vantagens. Além dessas, a operação poderá e deverá trazer, pela lei da concorrência, ofertas similares ou melhores, de outros países.

Com essas facilidades de prazo e pagamento, poderá o nosso governo, nos Estados Unidos ou em outros países, realizar, em

2 O Export-Import Bank foi criado em fevereiro de 1934 pelo governo Americano para financiar e facilitar a exportação de bens e serviços americanos.

três anos, obras públicas pagáveis em dez e capazes de produzir, nesses sete anos restantes de prazo, a importância necessária ao seu pagamento. A margem de obras poderá assim desdobrar-se e o governo ficará com amplitude de crédito para a solução dos problemas básicos da economia nacional.

Estabelecemos ainda entendimentos para a cooperação agrícola. O “Export and Import Bank” já iniciou a abertura de crédito para importação de sementes oleaginosas, e seus diretores estão decididos a favorecer as importações nos Estados Unidos de produtos brasileiros. A borracha, as fibras, os óleos vegetais, as madeiras duras, certas frutas tropicais terão nos Estados Unidos um mercado sem limites. A industrialização dessas produções, a fim de exportá-las, é uma etapa de cooperação econômica que encontrará nos Estados Unidos capital e técnicos desejosos de se estabelecer no Brasil. Não menor é o campo de exportação de minérios. O manganês, o próprio minério de ferro, o níquel, o cromo e outros têm no mercado americano grandes possibilidades.

Tudo isso exige esforço conjugado, boa vontade e cooperação. As bases já estão lançadas, e a nós cabe propiciar, agora, a possibilidade para o que se nos oferece. Os Estados Unidos importam dois bilhões de dólares de matérias-primas. O Brasil pode, com a industrialização dessas suas produções, vender pelo menos um terço dessas matérias-primas, recebendo mais de quinhentos milhões de dólares anualmente, ou seja, cinco vezes o seu comércio atual com os Estados Unidos.

O comércio americano quer comprar no Brasil esses produtos, e pelo que nos foi dado discutir e acertar, está disposto a cooperar conosco para os tornar exportáveis nas condições e na escala necessárias.

O café e o cacau foram objeto de estudos, que darei a conhecer ao governo. Penso que certos cafés não poderão continuar a

competir com o nosso no mercado americano, havendo assim uma margem de mais de um milhão de sacas para os nossos cafés inferiores. Iniciei negociações nesse sentido com o senhor Wallace, secretário da Agricultura, e confio nos seus resultados. A minha impressão é de que devemos facilitar ainda mais nossas exportações de café, acabando com numerosos entraves que ainda existem no transporte do interior e nos portos de embarque. O resultado de nossa política cafeeira não deixa lugar a dúvidas, aumentou o consumo americano *per capita* e aumentaram as nossas exportações.

Quanto ao algodão, devo declarar, peremptoriamente, que são totalmente infundadas as notícias, que soube terem circulado no Brasil, segundo as quais nos seria pedida uma limitação de plantio ou de produção. Nada disso. Tudo pura fantasia. Nas conversas que tive com o senhor Wallace, apenas se tratou da hipótese de uma conferência dos países produtores, no interesse comum de todos, já tendo eu dado uma entrevista na qual esclareci amplamente esse aumento.

Também não passam de fantasia os absurdos rumores acerca de pretendidas limitações do comércio do Brasil com outras nações. Já disse que, pelos entendimentos, não nos obrigamos a comprar nos Estados Unidos, sendo óbvio que só poderemos fazê-lo quando as condições de suas vendas nos forem favoráveis. Neste ponto, como nos outros todos, conservamos naturalmente toda liberdade de ação. Nem sequer ouvimos, de parte das autoridades americanas, ponderações relativamente a esse assunto.

A criação do Banco Central é já uma necessidade aceita por todos³. O Banco Central existe esparso e descoordenado, quer no Banco do Brasil quer no Tesouro. Criar um órgão de coordenação

3 Seria somente em 1964 que seria criado o Banco Central do Brasil. De 1945 até esta data, a autoridade monetária responsável por preparar a criação de um banco central foi a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Sobre esse processo, ver Lago: 1965.

dessas funções é um imperativo do bom senso, para não invocar razões econômicas ou financeiras. A sua criação, porém, exige reservas e disponibilidades que temos em parte e outras que precisávamos obter em parte, e outra que precisávamos obter, para casos excepcionais, no exterior. Foi isso que pleiteamos, e que o presidente Roosevelt nos assegurou, na carta que o senhor Morgenthau⁴, secretário do Tesouro, me dirigiu em resposta à minha exposição do assunto: 40 toneladas de ouro, ou, aproximadamente, 50 milhões de dólares. O prazo e as condições dessa operação não me cabia a mim ajustar, mas ao governo e ao seu ilustre ministro da Fazenda. A nós, da missão, cabia apenas fazer o que fizemos: trazer a segurança do crédito necessário à criação do Banco Central.

Na vida dos povos, em princípio, não é possível só pedir, sem dar. Nada, porém, deu o Brasil em troca, porque nada precisava dar, nem nada lhe foi pedido pelo governo americano. É verdade que em minha carta referi que no plano econômico do governo se cogitava retomar, em julho, o pagamento da dívida em dólares, por conta da amortização e juros dos empréstimos. Meu propósito, ao fazer esta afirmação, foi tranquilizar os portadores de nossos títulos, mais de meio milhão de pessoas, cuja atitude durante nossa estada fora a mais simpática possível para com o Brasil, e mais, porque não pode haver um plano econômico baseado no não pagamento das dívidas. Declarei, porém, que a escala desses pagamentos e demais condições seriam discutidos pelo governo brasileiro diretamente com os portadores e não com os banqueiros, dependendo tudo, naturalmente, do aumento de nossas exportações e de nossos saldos.

Todos sabem que sou, em princípio, pelo pagamento das dívidas públicas, e creio que não há ninguém, além dos comunistas, que seja favorável ao repúdio de suas dívidas. Sempre, porém,

4 Henry Morgenthau (1891-1967) foi secretário do Tesouro americano de 1934 a 1945.

subordinei essa obrigação moral de pagar à capacidade material de fazê-lo. Fui, mesmo, o autor de um plano, aceito contra a expectativa geral, pelo qual pagamos em quatro anos 34 milhões de libras, recebendo quitação de 98 milhões de libras.

Tudo depende, pois, da possibilidade e da capacidade de pagar. O governo, quando suspendeu em 10 de novembro de 1937 o pagamento, o fez coagido, como muito bem disse o presidente Vargas, como expus ao Conselho dos Portadores de Títulos, porque não tínhamos com que pagar, uma vez que o saldo da balança comercial tinha desaparecido praticamente, com a baixa dos preços de nossas exportações.

A possibilidade surge com o reerguimento econômico do país. Não podemos relegar indefinidamente a consideração de um problema básico para nosso prestígio internacional. Devemos, pois, examinar com critério objetivo a retomada desses pagamentos, suas vantagens e benefícios, mesmo porque não há um só país, além da Rússia, praticamente, que não esteja mais ou menos pagando seus empréstimos.

Creio que os credores americanos, portadores de nossos títulos, compreendem nossas dificuldades, que expus com franqueza e sem reservas, e estão dispostos, conforme pude bem medir, a entrar conosco num entendimento, que será mais uma prova de cooperação do que verdadeiramente um pagamento ou uma exigência.

Ao governo cabe, agora, procurar a solução deste problema, negociando-a com os portadores, diretamente, e não com banqueiros e com governos.

Enfim, a cooperação prática entre o Brasil e os Estados Unidos, sob a égide de seus governos, iniciada em minha visita, tem perspectivas imensas. Não estabelecemos favores entre governos,

mas abrimos possibilidades para todos quantos queiram trabalhar e cooperar.

Cumpri a missão que me conferiu meu presidente e, sob a inspiração de suas instruções, fiz as combinações iniciais de uma *era sem precedentes, que promete prosperidade e assegura a paz*, como a classificou o presidente Roosevelt.

REASSUMINDO O ITAMARATY (1939)

*Discurso ao retomar a pasta das Relações Exteriores,
Rio de Janeiro, em 27 de março de 1939¹*

Senhor ministro, meus senhores,

Esta cerimônia, ainda quanto seja uma simples formalidade íntima do Itamaraty, tem uma grande significação.

Ela mostra que a continuidade e a coerência são as linhas mestras desta casa, da ação diplomática e da vida mesma de quantos se devotam ao serviço exterior do Brasil.

A fidelidade aos princípios básicos de nossa formação e evolução política foi e será existencial, na ordem interna do Itamaraty e na exterior do Brasil.

A defesa dessas normas no campo internacional e a sua conservação e aperfeiçoamento na vida diplomática e dos diplomatas brasileiros tornam-se cada dia mais necessárias.

As grandes crises econômicas e políticas universais vieram e virão da falta de continuidade e de coerência dos governos e da crescente infidelidade dos povos aos princípios e tradições que lançam, através dos tempos, os alicerces mesmos da solidariedade e do aperfeiçoamento humanos.

1 Aranha: 1994c.

O respeito ao passado, a devoção às ideias e o sentimento das tradições nunca transviaram os homens e sempre protegeram o destino dos povos.

A força moral do Brasil no continente, como no mundo, emana dessa política invariável de apego àquelas normas que traçaram as suas fronteiras geográficas e alargam todos os dias as de seu prestígio internacional.

Esta cerimônia demonstra como essa linha geral preside, igualmente, o exercício de nossas funções e o trato de uns com os outros no desempenho das atribuições que nos são confiadas no serviço exterior de nosso país.

E nada, meus amigos, eleva mais uma corporação do que a segurança de que cada um de seus membros, nas suas divergentes atividades, obedece à lei geral, à harmonia do todo, ao supremo interesse do país.

A impessoalidade é a primeira condição para bem servir e melhor contribuir para a obra comum que nos cumpre realizar nesta casa.

A minha viagem aos Estados Unidos veio demonstrar que, lá como aqui, estivemos juntos e solidários, porque, ainda quando distanciados pelas atividades, nunca estivemos ausentes, mas mais reunidos pelo dever e pelo ideal.

O nosso trabalho foi comum, e a conjugação de nossos esforços tão perfeita que, quando se for apreciar a obra por nós realizada nos Estados Unidos, o historiador não a poderá atribuir a mim ou aos meus auxiliares, mas ao Itamaraty, ao governo, ao presidente da República, enfim, ao Brasil, aos que o serviram e aos que o estão agora servindo sob a inspiração desses antepassados.

É esta a significação desta cerimônia: um funcionário substitui outro, sem que a função, no que tem de essencial, sofra a menor solução de continuidade, porque aqui, nesta casa e neste serviço, os

homens passam, maiores ou menores, como expressões efêmeras de uma devoção eterna, que as gerações de nossos diplomatas tem conservado, à defesa, à integridade, à grandeza e ao prestígio do Brasil.

Agradeço as generosas palavras do ministro Freitas Valle, porém, mais ainda, aos relevantes serviços por ele prestados e por todos vós ao governo, durante minha estada nos Estados Unidos, facilitando-me e aos meus companheiros o desempenho de uma missão que, graças à direção do presidente da República e assistência do Itamaraty, veio confirmar e ampliar a tradicional política de cooperação e de amizade de nossos dois povos, pela qual trabalharam, no Império e na República, sem exceção, todos quantos dirigiram os nossos grandes destinos políticos, nacionais e internacionais.



PARTE II
O CHANCELER NO CONFLITO GLOBAL
(1939-1945)



INTRODUÇÃO

Paulo Roberto de Almeida

*É uma lei de ferro da História que aqueles que serão envolvidos nos grandes movimentos que determinam o curso do seu próprio tempo sempre falham em reconhecê-los em seus estágios iniciais.
Stefan Zweig, *The world of yesterday* (Zweig: 1943)*

Os textos incluídos nesta seção estão cronologicamente compreendidos entre o início e o final da Segunda Guerra Mundial, distribuídos mais ou menos aleatoriamente entre novembro de 1939 e outubro de 1945, em função das oportunidades e das demandas de expressão pública por parte de Oswaldo Aranha. Elas se deram geralmente por ocasião de cerimônias de posse, de solenidades comemorativas, de pronunciamentos políticos em momentos graves da vida nacional em decorrência da guerra, ou em sua condição de principal auxiliar do presidente Vargas em temas da política exterior, como é o caso da sua carta a Vargas, em janeiro de 1943 preparatória ao encontro com o presidente Franklin Roosevelt em Natal, ao qual Aranha não compareceu, em virtude, justamente, do comportamento mais do que ambíguo do ditador do Estado Novo.

A parte mais relevante da transcrição de textos de Oswaldo Aranha cobre, obviamente, a questão do envolvimento brasileiro na guerra, tema tratado intensa e extensivamente na literatura da área, com destaque para Frank D. McCann, Jr. (1995), Gerson Moura (2013), Araújo (1996) e, especialmente, na grande biografia de Aranha por Stanley Hilton (1994); nesta biografia, cabe reler com atenção ao décimo capítulo, “Chanceler em tempo de guerra (1941-1944)”, que contém um relato circunstanciado das ações e tomadas de posição de Aranha durante esse dramático período da vida brasileira (p. 378-430). Um resumo histórico do período, acompanhado de excelente iconografia encontra-se no capítulo 6 – “O chanceler da vitória: ministro das Relações Exteriores (1938-1944)” – da fotobiografia de Pedro Corrêa do Lago (Lago: 2017, 191-270).

Seu irmão Luiz Aranha, em apresentação à fotobiografia, escreve que Aranha foi “o principal responsável pela entrada do Brasil do lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial” (in: Lago: 2017, 11), assim como já tinha sido, inegavelmente, o principal articulador da revolução liberal de 1930, sem cujo ativismo dificilmente a derrocada de Washington Luís, e de seu pupilo eleito, teria sido efetivada, em face das hesitações de Getúlio Vargas. Como ainda destaca o mesmo apresentador:

Nesse período ele foi o adversário mais decidido tanto do grupo pró-totalitário dentro do governo quanto dos países do Eixo, como dito pelo próprio líder nazista Joseph Goebbels. Trabalhou também no fortalecimento do Pan-americanismo e da defesa continental que envolveu a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o envio da FEB à Itália (in: Lago: 2017, 12).

No plano institucional, cabe destacar o acabamento por Aranha da reforma das carreiras do serviço exterior brasileiro, iniciadas por Afrânio de Mello Franco em 1931, consistindo no

estabelecimento de um quadro único dos servidores, até então divididos entre os diplomatas do exterior, os da Secretaria de Estado e os cônsules, uma carreira à parte. No plano político,

(...) o ponto alto de sua gestão é certamente o da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, ocorrida no Rio de Janeiro em 1942, logo após a entrada dos Estados Unidos na guerra contra o Eixo. Em seguida à chamada “Conferência dos Chanceleres”, o Brasil rompe relações com o Eixo, e nos meses seguintes Aranha tem um papel fundamental na decisão do Brasil de entrar na guerra, ao lado dos Aliados. (...)

Com a aproximação do fim da guerra, o prestígio de Aranha cresce a tal ponto que Getúlio Vargas cria um pretexto para forçá-lo a renunciar ao Ministério das Relações Exteriores, o que se dá em agosto de 1944 (Lago: 2017, 12).

Esta seção compreende, inicialmente, um ensaio sobre um aspecto importante de sua vida e atividades, mas que pode não ter recebido pronunciamentos seus, de modo explícito, como é o caso da questão dos refugiados judeus. Fabio Koifman, já autor de diversos outros trabalhos nos quais corrige certa visão historiográfica deformada sobre a atuação, o papel e as responsabilidades exatas do chanceler no que toca o tema dos refugiados judeus nos anos que antecederam e durante a Segunda Guerra Mundial, resume e sintetiza aqui o essencial do que expõem a documentação e os registros oficiais em relação a real atitude de Aranha ao tratar da questão, num assunto a respeito do qual ele não deixou textos completos. Mas as evidências, assim como outros expedientes tratando do problema, “falam” por ele.

Aliás, os próprios *Diários* de Vargas, em algumas passagens, confirmam sua contrariedade em relação a uma política restritiva que era ditada pelo Ministério da Justiça, comandada por seu

“inimigo fundamental”, Francisco Campos. Aranha mais de uma vez manifestou sua insatisfação com o fato de que não podia autorizar vistos sem ordem de Vargas. No livro resultante de sua tese de doutorado, *Imigrante Ideal* (2012), Koifman também já tinha dado amplas evidências da atitude de Aranha numa questão que colocava o Ministério das Relações Exteriores, e ele mesmo, em desprestígio em relação a um ponto importante desses anos: significava uma vitória do Ministério da Justiça nesse assunto. Este ensaio de Koifman, junto com outros trabalhos de especialistas na área – como Jeffrey Lesser (1995) por exemplo – e sobretudo as páginas dedicadas ao tema na fotobiografia de Pedro Corrêa do Lago (Lago: 2017, 216-21), sepultam, portanto, o debate enviesado sobre a questão.

Do ponto de vista documental, esta seção se abre pelo discurso de Aranha a propósito das comemorações do cinquentenário da República, em novembro de 1939, tratando da longa história da formação das fronteiras do Brasil, tema de um estudo publicado pouco tempo antes pelo ex-chanceler, e ex-ministro da Justiça, Macedo Soares. Nessa alocução, Aranha refere-se ao princípio do *uti possidetis*, ao tratar da questão dos limites entre o Brasil português e as repúblicas sul-americanas criadas após sua independência da coroa espanhola, mas considera imprópria a aplicação desse conceito na versão usada pela primeira vez pela Colômbia, em 1811, remetendo depois à defesa feita por Alexandre de Gusmão do *uti possidetis* de direito civil, quando da negociação do tratado de Madri, como aparece mais frequentemente na historiografia e na diplomacia brasileira. O texto foi provavelmente elaborado por assessores do Itamaraty, recheado aqui e ali por argumentos do próprio Aranha, como por exemplo o fato de afirmar que a política de conciliação política do Império do Brasil criou uma atmosfera que, “propicia à solução pacífica de rivalidades e contendas de mais de 100 anos, é a história da política internacional do Brasil.” Ele

ainda acrescenta, mais adiante: “A coerência foi sempre a grande força da nossa política internacional” (Aranha: 1939).

A partir desse ponto, os textos mais importantes compreendidos nesta seção referem-se à preparação para a guerra e o envolvimento do Brasil nos teatros atlântico e europeu do conflito global, a começar pelos argumentos premonitórios encaminhados por Aranha a Vargas, em 29 de junho de 1939, em exposição de motivos tratando dos preparativos do Itamaraty para a “situação mundial”, que para ele parecia evoluir desgraçadamente “no sentido de uma guerra próxima”. Aqui, retomando a transcrição da epígrafe ao início desta seção, uma comparação é possível entre as posturas intelectuais de Oswaldo Aranha e do escritor austríaco Stefan Zweig, que pouco adiante passaria a residir no Brasil, a propósito da grande catástrofe mundial.

A constatação feita por Stefan Zweig a propósito da ascensão de Hitler, e das ameaças de uma guerra futura, certamente não se aplica a Oswaldo Aranha, quem, desde 1934, ao partir da Itália para assumir a embaixada em Washington em setembro daquele ano, já previa, numa carta a Vargas, o itinerário inevitável dos fascismos europeus para a guerra, o que só ocorreria, de fato, cinco anos depois. Zweig estava, na verdade, se referindo às eleições na Alemanha, no início da década, que deram maioria relativa ao partido nazista, depois de um início tímido poucos anos antes. A aristocracia, a burguesia e as próprias organizações sindicais da Alemanha, sem mencionar a equivocada política do movimento comunista – que nesta fase ainda estava na errática tática de “classe contra classe” que Stalin comandou aos partidos da III Internacional, hostilizando mais os socialdemocratas do que os próprios fascistas – falharam terrivelmente em ver em Hitler o populista patológico que arrastaria todos, e a própria Alemanha, para a mais completa ruína, na insanidade do seu “Reich de mil anos”.

Stefan Zweig, da mesma forma como Oswaldo Aranha, conheceu as duas grandes conflagrações da primeira metade do século XX, catástrofes humanas que o impactaram profundamente como indivíduo, e que se refletiram em duas de suas últimas obras, aliás escritas pouquíssimo tempo antes que ele tomasse a decisão fatal de se suicidar, na companhia de sua segunda esposa, Lotte Altmann. Em suas memórias, *O Mundo de Ontem*, terminadas no Brasil e publicadas postumamente em 1942, ele traça um paralelo entre, de um lado, a recepção popular no início, em agosto de 1914, daquilo que se imaginava fosse um curto conflito – “estaremos de volta pelo Natal” – e que acabou se transformando na Grande Guerra, e, de outro lado, aquele registrado quando do novo conflito global, menos de uma geração após um inédito período de paz, nas quatro décadas da belle époque que se seguiram à brevíssima guerra franco-prussiana de 1871.

A geração atual, que acaba de ver com seus próprios olhos apenas o deslanchar da Segunda Guerra Mundial, pode estar imaginando: Por que nós não tivemos o mesmo sentimento? Por que as massas não se incendiaram do mesmo entusiasmo em 1939 como em 1914? Por que elas não obedeceram simplesmente à chamada às armas com grave determinação, silenciosamente, de maneira fatalista? Não era o mesmo que antes, não havia alguma coisa mais elevada e mais sagrada em causa na guerra sendo agora [1941] travada, que começou como uma guerra de ideias, e não apenas a propósito de fronteiras e colônias?

A resposta é simples – elas não sentiam o mesmo porque o mundo em 1939 não era infantilmente ingênuo e crédulo como em 1914. Naquele tempo anterior o povo ainda acreditava cegamente nas autoridades que os governavam; (...) Os homens comuns ainda sentiam grande respeito por aqueles nos altos postos, ministros do governo e diplomatas, e estavam seguros de sua clara percepção e honestidade. (...)

Em 1939, do outro lado, essa crença quase religiosa na honestidade, ou ao menos na habilidade de seu próprio governo tinha desaparecido em quase toda a Europa. (...)

E o que o povo, em seu conjunto, conhecia sobre a guerra em 1914, depois de quase meio século de paz? (...)

A guerra de 1939 tinha ideias intelectuais atrás de si – eram ideias de liberdade e a preservação de valores morais, e lutar por ideias fazem os homens se tornarem duros e determinados. Em contraste, a guerra de 1914 era ignorante dessas realidades; ela ainda servia uma ilusão, o sonho de um mundo melhor, um mundo que seria justo e pacífico. E apenas a ilusão, não o conhecimento, traz felicidade (Zweig: 2009, 247-50).

Na primeira ocasião, quando Zweig já tinha aderido totalmente ao pacifismo de Romain Rolland, Aranha estava finalizando seu curso de Direito no Rio de Janeiro: junto com seus colegas, ele acolheu de forma entusiástica Rui Barbosa, quando este desembarcou no cais do porto, vindo das comemorações do primeiro centenário da independência argentina, em julho de 1916; o jurista baiano foi triunfalmente acolhido pela massa de apoiadores de suas campanhas civilistas e antimilitaristas – desde a disputa contra o Marechal Hermes –, desta vez em razão da irretocável condenação que, em Buenos Aires, ele tinha feito a propósito do criminoso e inaceitável rompimento da neutralidade belga pelo Império alemão. Suas palavras, depois ecoadas por Aranha junto a Vargas ao ter o Reich nazista violado mais uma vez o princípio da neutralidade, invadindo e novamente subjugando a Bélgica, em 1940, foram explicitamente lembradas em sua formulação original de 1916:

Entre os que destroem a lei e os que a observam não há neutralidade admissível. Neutralidade não quer dizer impassibilidade; quer dizer imparcialidade; e não há

imparcialidade entre o direito e a injustiça. (...) O direito não se impõe somente com o peso dos exércitos. Também se impõe, e melhor, com a pressão dos povos (Barbosa: 1983).

Aranha soube conduzir o Brasil, contra a opinião e a vontade de políticos e militares favoráveis ao fascismo europeu, da neutralidade ambígua de Vargas à corajosa atitude de simpatia pelos Estados Unidos e de solidariedade hemisférica, e isto vários anos antes do início da guerra europeia e sua extensão mundial em 1941. Já em 1936, na conferência hemisférica de Buenos Aires, com a participação do próprio Roosevelt, ele manobrou ardorosamente pela unidade dos Estados americanos, ou seja, basicamente a Argentina e o Chile, simpáticos ao fascismo europeu, para que a declaração final pudesse consagrar uma atitude de conagraçamento em face da tempestade à vista.

Uma outra obra também refletiu as angústias de Zweig, depois do deslancar da nova catástrofe, em 1939, e foi concebida e escrita em Petrópolis entre setembro de 1941 e fevereiro de 1942 (pouco antes de seu suicídio em pleno Carnaval). Alberto Dines, seu grande biógrafo, relata que, em lugar de Balzac, Zweig preferiu caminhar para sua trajetória final com uma biografia de Montaigne, como se buscasse “um novo *alter ego* (...) porque neste novo surto de fanatismos significava a inviolabilidade da liberdade individual, cidadela que não pode capitular”. O conceito de cidadela, ou seja, o princípio inalienável da liberdade interior, foi retrocedido por Zweig de Goethe a Montaigne. Este último ensaio de Zweig, junto com o seu conto sobre *Uma Partida de Xadrez*, exala, ainda segundo Dines, seu “suspiro final como autor (...) um patético apelo contra a loucura coletiva” (2013, 11).

O próprio Zweig, ao começar o primeiro capítulo da biografia “Montaigne e a liberdade espiritual”, redige palavras que talvez pudessem ser aplicadas a Oswaldo Aranha, ao mencionar o “pensamento livre e imperturbável” do ensaísta francês do

Renascimento, como sendo de “uma geração, como a nossa, [que] foi lançada pelo destino em um alvoroço turbilhonante do mundo”. O texto introdutório de Dines destaca as palavras de Zweig, numa caracterização que poderia ser igualmente aplicada ao grande estadista brasileiro em circunstâncias parecidas, pois Aranha também renunciou a catástrofe se aproximando, aliás desde 1934, ao partir da Itália para seu posto de embaixador em Washington:

Somente quem precisa viver na própria alma abalada uma época que, com guerra, violência e ideologias tirânicas, ameaça a vida do indivíduo e, dentro de sua vida, a substância mais preciosa, a liberdade individual, pode saber quanta coragem, quanta retidão e determinação são necessárias para continuar fiel ao eu mais profundo nesses tempos manadas ensandecidas. Só ele pode saber que nada no mundo é mais difícil e problemático do que conservar imaculada a própria independência espiritual e moral em meio a uma catástrofe de massa (Zweig: 2013, 11).

Oswaldo Aranha, sem exhibir, *et pour cause*, o entranhado pacifismo de Stefan Zweig, tornou-se um inimigo declarado das guerras, e sobre elas escreveu e proclamou invectivas poderosas, desde o breve levante constitucionalista de São Paulo, em 1932, passando pela guerra civil espanhola, culminando em seus constantes alertas a Vargas, quando adensavam-se as nuvens negras do novo grande conflito, no último terço dessa década, aliás antecipados nessa sua famosa carta de setembro de 1934 ao, ainda então, presidente provisório, aproveitando uma ancoragem do Rex em Gibraltar, a caminho dos Estados Unidos. Oswaldo Aranha não era um escritor deliberado, mas dotado de vasta cultura adquirida nos livros, e armado de imagens similares às de Stefan Zweig, seria capaz de descrever seus sentimentos e reações em palavras tão vibrantes quanto as do escritor austríaco. Sua grande diferença era a de não se deixar abater em face dos enormes desafios ao Brasil, bastante frágil militarmente, embora provido de recursos

naturais estrategicamente relevantes para o abastecimento bélico, industrial e alimentar, como ele também lembrou a Vargas em sua outra famosa carta de janeiro de 1943, preparatória ao encontro em Natal, entre este e o presidente Roosevelt, do qual foi calculadamente e miseravelmente excluído pelo ditador do Estado Novo.

Na verdade, desde meados de 1939, Aranha se antecipa ao desfecho provável da guerra, em seu alerta a Vargas de junho desse ano:

O choque dos estados totalitários e de seus eventuais satélites contra as democracias pode ter desfecho em terra tanto pela vitória de um partido como de outro – e esse será o resultado final em caso de uma guerra de pequena duração. No caso, porém, mais provável, de hostilidades prolongadas, como aconteceu na Grande Guerra, a vitória estará com quem possuir o domínio dos mares. E, apesar das grandes dificuldades que se poderão armar no Mediterrâneo às democracias, estas, ao que parece, é que lograrão manter a supremacia naval definitiva.

Ele preconiza, então, a política de neutralidade para o Brasil, mas já prevendo o que aconteceria mais adiante:

Diante da conflagração que se desenha, o papel do Brasil é de manter estrita neutralidade e, com esse objetivo, já aqui se prepararam as respectivas regras, de que tenho a honra de remeter uma cópia em anexo a vossa excelência.

Mas a experiência mesma da Grande Guerra [1914-18] ensinou que é difícil permanecer neutro em face de uma conflagração que só tende a generalizar-se. Nessas condições, será preciso, em previsão do que está por suceder, ter desde já em mente a atitude do Brasil no dia em que for obrigado pelas circunstâncias a abandonar a neutralidade. Isto é tanto mais importante quanto se pode estar certo de que os beligerantes procurarão, como em

1914, arregimentar em favor de um e outro bando a opinião pública, vindo, assim, a dificultar a ação do governo e talvez até suas resoluções, no momento em que lhe couber tomar uma attitude (Publicado em Ministério das Relações Exteriores: 1944, 10-1).

Num breve intervalo de suas preocupações com as ameaças de envolvimento do Brasil na guerra europeia, no quadro das comemorações pelos dez anos da revolução de outubro de 1930, Aranha pronuncia, em dezembro de 1940, uma conferência sobre a história diplomática brasileira, na qual repete conceitos, todos eles elogiosos à política externa brasileira e ao Itamaraty, que já expressara quando de sua posse no cargo de chanceler, em março de 1938:

A diplomacia brasileira é a escola da paz, a organização da arbitragem, a política da harmonia, a prática da boa vizinhança, a igualdade dos povos, a proteção dos fracos, a defesa da justiça internacional, enfim, uma das glórias mais altas e puras da civilização jurídica universal. A ela deve o nosso povo a parcela maior de sua grandeza, a configuração de suas fronteiras imensas, a confiança dos demais povos, e, mais que tudo, o uso e gozo da paz em que temos vivido os brasileiros, mesmo nos períodos de confusão por que tem passado o mundo (Aranha: 1940d).

Aranha preocupa-se também, nessa conferência, em dar um novo significado ao pan-americanismo, retirando-o das “fórmulas vagas e unilaterais” dos dez anos precedentes, e colocando-o num patamar diferente, de “unidade espiritual e política” de todo o hemisfério, aqui demonstrando um otimismo talvez exagerado. Mas, reforçando seus esforços já feitos por ocasião de reuniões americanas em 1936 e 1938, ele reafirma sua crença na unidade das Américas, à diferença de 1914:

A outra guerra encontrou os povos americanos desentendidos, direi mesmo, separados.

Esta, qualquer que seja o seu desenlace, veio e virá encontrar a América unida e emancipada, disposta a buscar em si mesma, nos meios de que dispõe, e no próprio continente, a sua salvação.

Contraditoriamente, porém, a Argentina e o Chile teimaram em não compartilhar, durante certo tempo na vigência da Segunda Guerra Mundial, essa visão unificadora no que se refere ao “sentido americano” de “unidade continental”, que Aranha buscava defender a todo custo, mas sempre unindo essa sua visão à defesa da democracia, num contexto de “equilíbrio entre a liberdade e a autoridade”, pela óbvia constatação de que, no hemisfério conviviam democracias e ditaduras dos mais diversos tipos (como aliás era o caso do próprio Brasil). Nessa conferência, também aparece um recado direto, não dissimulado, aos regimes totalitários então existentes na Europa e na Ásia:

A consciência americana, que nunca aceitou a categoria do senhor e escravo, repudia igualmente a hegemonia de uma nação sobre as outras, pois todas têm o mesmo direito à existência, todas têm uma missão a desempenhar na ordem universal. A igualdade entre as soberanias, o não reconhecimento das conquistas feitas pela violência e a não intervenção de um estado nos negócios da esfera interna de outros são princípios que derivam naturalmente da mesma maneira de considerar a personalidade humana própria dos povos desse continente.

Os quatro textos seguintes, nesta seção, pertencem todos ao ano de 1942, havendo portanto certo “vácuo documental” relativo ao ano de 1941, que transcorreu ainda oficialmente sob o signo da neutralidade brasileira. A neutralidade não queria dizer, porém, passividade, pois esses foram intensos meses de construção da aliança com os Estados Unidos, no quadro das diversas iniciativas tomadas pela grande nação do hemisfério norte no sentido de responder à ofensiva dos países do Eixo contra os aliados dos EUA

na Europa ocidental, em especial a Grã-Bretanha, depois da queda da França em junho de 1940. Desde o início de sua gestão à frente do Itamaraty, em 1938, Aranha continuou a redobrar seus esforços em prol de uma estreita colaboração política e econômica, e de uma mais estreita cooperação financeira e militar, entre o Brasil e os Estados Unidos, ademais de impulsionar a aproximação cultural entre os dois países, de que são símbolos as visitas ao Brasil de Orson Welles e Walt Disney já nos anos de guerra. A fotobiografia de Pedro Corrêa do Lago apresenta uma abundante iconografia a esse respeito, com destaque para o “nascimento” do famoso personagem Zé Carioca (Lago: 2017, 233). A missão Aranha aos EUA no início de 1939, já evidenciada na primeira seção desta coletânea de textos, deve ser vista nesse contexto de intensas manobras diplomáticas entre as nações aliadas e as potências do Eixo em direção do Brasil, envolvendo, sobretudo e especialmente, os chefes militares, ainda no período anterior ao deslanchar da guerra.

Não era segredo para ninguém que os generais Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra (Exército), e Goes Monteiro, chefe do estado-maior, nutriam simpatias pelos fascismos europeus, e pareciam apostar na vitória das forças hitleristas, até essa fase plenamente vitoriosas em vários teatros do velho continente, e até na África do norte. Tendo sido Goes Monteiro convidado em 1939 para visitar a Itália e a Alemanha, o governo americano sugere imediatamente que o seu chefe do estado-maior, general George Marshall, realizasse uma visita ao Brasil, seguida de uma viagem de Goes Monteiro aos Estados Unidos (Moura: 2013, 72).

O envolvimento do hemisfério americano na guerra, a partir do ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, seguido imediatamente da declaração bélica por parte da Alemanha nazista, confirmará o extremo ativismo de Oswaldo Aranha em prol da unidade americana em face do imensos desafios então colocados

a um país pouco preparado, econômica ou militarmente, para atravessar um conflito que se afigura, então, como verdadeiramente mundial. Seu estado de espírito encontra-se plenamente refletido no discurso que pronunciou em 15 de janeiro de 1942, quando da abertura dos trabalhos da III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. Ele manifestava nessa ocasião a sua convicção, talvez otimista demais, de que, diante do “transe”, a decisão dos povos americanos seria a de “marchar para uma organização continental capaz de resguardar nossos destinos e até mesmo os universais” (Aranha: 1942a).

Seguiram-se meses de trabalho intensíssimo no sentido de passar do estado de neutralidade à preparação para uma possível participação na guerra, uma fase de transição que não está refletida no documento seguinte, senão indiretamente, ao operar-se uma transmissão de chefia na Secretaria de Estado, em junho desse ano – “Os chefes passam, mas o Itamaraty continuará a ser o nobre, o alto e o injustiçado patrono de tudo quanto é grande no Brasil” –, quando Aranha volta a proclamar os grandes princípios da diplomacia brasileira:

Desejo, em segundo lugar, afirmar, alto e bem claro, que, no Itamaraty, não se trabalhou nunca nem se trabalha pela guerra. Aqui só se trabalha pela paz. É preciso desconhecer o diplomata brasileiro para poder supor um momento sequer que ele seja capaz de arrastar o Brasil a qualquer luta que não lhe seja imposta, para a defesa da sua honra, do seu território ou do seu ideal. Aqui se trabalha pela paz, mas não se aceita a paz sem a dignidade. Sem guerra, o Itamaraty deu ao Brasil as suas fronteiras dilatadas e justas, como não conseguiu nenhum outro país. Se há diplomacia com ideias pacíficas é a brasileira. Isso afirmei, ao assumir a direção do Itamaraty, e o reafirmo agora, solenemente: o Itamaraty é a escola e a prática da paz. Continuarei a trabalhar dentro desses princípios, que manterão o Brasil na posição que lhe

impõem a sua tradição, a sua história e, poderei mesmo dizer, o seu futuro. Admitir que sejamos aqui contra este ou aquele país seria desconhecer e ofender o Itamaraty, porque o Itamaraty só é contrário ao que é contra o Brasil e só é a favor do que é a favor do Brasil.

O chanceler brasileiro não deixa de reafirmar, nessa ocasião, suas convicções plenamente democráticas:

O mundo está dividido em dois grupos de povos, em duas grandes correntes de ideias e de sensibilidade política. O primeiro desses grupos pretende a hegemonia baseado em ideias de superioridade de raça e do domínio da força. O outro grupo deseja que se respeite a ordem moral, jurídica e econômica tradicional, em que os progressos humanos se realizam por processos democráticos e pela voluntária cooperação dos povos. Quanto a nós, nascemos no último desses grupos, com ele nos fizemos, com ele norteamos nossos ideais e com ele traçamos nossas diretivas, que só podemos modificar por nossa própria vontade, fiéis à nossa geografia física e política americanas (Aranha: 1942b).

Quando do torpedeamento de mais dois navios brasileiros por submarinos alemães, em agosto de 1942, Aranha pronuncia um dos seus mais eloquentes discursos políticos, de improviso, da sacada do Palácio Itamaraty, na Rua Larga. Ele não deixa de reafirmar os propósitos pacíficos do Brasil e de seu povo: “Fomos sempre, em nossa história, os campeões dos ideais pacifistas e, no transe atual, como em outros transes da história do mundo, o nosso exemplo, a nossa pregação foi sempre para o bem e para a paz de todos os povos”. Mas antecipou os sentimentos gerais que animavam a vontade do país: “aqueles que puseram à prova o ânimo e a decisão dos brasileiros não de conhecer o sacrifício de que eles são capazes de fazer pelo Brasil.” E anuncia, em seguida, qual deveria ser a reação do Brasil, materializada logo adiante:

Agora, meus patrícios, não nos devemos mais iludir. A situação criada pela Alemanha e pelos seus aliados, praticando atos de beligerância, bárbaros e desumanos contra a nossa navegação pacífica e costeira, impõe uma reação à altura dos processos e dos métodos por eles empregados contra oficiais, soldados, mulheres, crianças e navios do Brasil.

Posso assegurar aos brasileiros que me ouvem, como a todos os brasileiros que, compelidos pela brutalidade da agressão, oporem uma reação que há de servir de exemplo para os povos agressores e bárbaros, que violentam a civilização e a vida dos povos pacíficos (Aranha: 1942d).

Nos meses seguintes, a neutralidade argentina em face da intensificação dos combates das nações aliadas contra as potências do Eixo contrastava nitidamente com o reforço da aliança militar Brasil-Estados Unidos, tema exaustivamente examinado na obra de Frank McCann. Aranha, então, passou a trabalhar intensamente em prol de uma ruptura diplomática entre a Argentina e a Alemanha, o que foi finalmente logrado, mas com muita ambiguidade, no início de 1944.

Em outro discurso, pronunciado em uma reunião com a comunidade britânica do Rio de Janeiro, em dezembro de 1943, ademais de jornalistas brasileiros que tinham visitado a Grã-Bretanha, a convite de suas autoridades, pouco tempo antes, Aranha refere-se, aparentemente pela primeira vez, ao primeiro ministro Winston Churchill, e aproveita para proclamar mais uma vez a decisão unânime do povo brasileiro em apoio ao objetivo principal da causa aliada, apresentado como um desafio fundamental aos dois povos: “vencer a esses que querem subverter a vida, suas concepções, o modo digno de viver, ou então desaparecer, para não nos tornarmos escravos!” (Aranha: 1994o).

Esta seção documental integra ainda, na sequência, não um pronunciamento público, mas uma carta privada, dirigida por Aranha a Vargas, em janeiro de 1943, que, pela sua relevância política e importância diplomática, merece uma atenção especial e uma longa apresentação, recolocando-a em seu contexto histórico e em sua dimensão essencial de planejamento econômico das políticas públicas que o estadista brasileiro entendia que o Brasil deveria seguir, no seguimento e finalização da guerra, mas sobretudo na construção da ordem mundial do pós-guerra.

Essa carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, datada de 25 de janeiro de 1943, constitui um dos mais importantes documentos da história diplomática do Brasil (Aranha: 1943a). No entanto, talvez por seu caráter de missiva “privada”, ela foi relativamente descurada pela literatura da era Vargas, merecendo, agora, uma releitura atenta, em sua totalidade, de forma a destacar as passagens mais importantes. Ela também oferece a oportunidade de se proceder a uma avaliação global acerca do pensamento estratégico de Aranha sobre o futuro do Brasil naquela conjuntura, ainda bastante incerta quanto aos caminhos da guerra e o planejamento da paz, no pós-guerra.

A carta revela, exatamente, o projeto de Aranha para o futuro do Brasil, focado num cuidadoso planejamento em prol da inserção internacional do Brasil no imediato seguimento da guerra e no pós-guerra. Essa inserção, ele a antevia como o resultado de um constante e extenuante processo de negociações com os Estados Unidos, para a viabilização da nova postura do país no cenário internacional, situação que para ele não poderia deixar de estar intimamente associada à visão do mundo e aos valores da democracia americana, que ele considerava como sendo igualmente os do Brasil, de forma integral e indivisível. Qual era o cenário então prevalecente?

Em janeiro de 1943, uma vez praticamente terminadas as operações aliadas no norte da África, no ano anterior, contra quaisquer ameaças vindas das forças do eixo nazifascista a partir daquela região em direção do hemisfério americano, o presidente Franklin Delano Roosevelt encontrou-se com o primeiro ministro britânico Winston Churchill em Casablanca, no Marrocos, para dar seguimento ao planejamento aliado de abrir novas frentes de combate no continente europeu, ainda a partir de sua vertente meridional, antes do esperado ataque setentrional via canal da Mancha. Como o apoio do Brasil, sob a forma de cessão de bases no nordeste, foi decisivo para os sucessos logrados na África, Roosevelt decidiu cumprir, em seu retorno aos EUA, uma etapa no “trampolim da vitória” que tinha sido estabelecido em Natal, no Rio Grande do Norte, para encontrar-se com Vargas. Ele vinha agradecer o apoio concedido pelo Brasil para o pleno êxito dessa virada relevante no curso de um conflito que, até aquele momento, tinha visto um predomínio quase total do poder de fogo das nações do Pacto de Aço.

Tão pronto o ministro Oswaldo Aranha soube dessa visita, começou a preparar uma espécie de memorando sobre o que considerava serem os pontos mais importantes de conversação entre os dois líderes, do ponto de vista dos interesses imediatos e de maior amplitude do Brasil, como nação firmemente ancorada nos propósitos de solidariedade hemisférica e de firme aliança com os Estados Unidos, pelos quais ele vinha lutando desde meados da década anterior. Aranha, aliás, via muito mais longe, ao elaborar suas notas num espírito mais abrangente do que voltadas a um simples encontro cordial para troca de informações, e sugeria que os dois presidentes se ocupassem não apenas de questões da conjuntura político-militar em conexão com o conflito em curso, mas também e principalmente da nova ordem a ser estabelecida no

pós-guerra, uma vez que, a essa altura, ele estava certo da vitória das nações aliadas.

Alijado, entretanto, do encontro entre os chefes de Estado, mais exatamente da própria possibilidade de viajar a Natal, por motivos que o maquiavelismo doentio de Vargas deve seguramente explicar, Aranha transformou seus pontos de discussão em uma carta pessoal ao ditador, às vésperas da viagem ao Rio Grande do Norte. Os próprios americanos sinalizaram a Oswaldo Aranha a frustração da missão americana com a sua não inclusão na delegação brasileira:

Houve desapontamento entre alguns de nós com os telegramas que noticiaram sua ausência quando do encontro entre Vargas e Roosevelt (Drew Pearson para Oswaldo Aranha, fevereiro de 1943; apud Lago: 2017, 256).

Aranha alimentava na carta a Vargas expectativas altamente promissoras para a manutenção da aliança bilateral que vinha sendo laboriosamente construída por ele, desde sua chegada a Washington, quase dez anos antes. Roosevelt, numa das conversas em Natal, confirmou a Vargas que esperava tê-lo ao seu lado na projetada conferência de paz, o que deixou o ditador especialmente satisfeito (McCann: 1995, 245). Vargas e Roosevelt, cabe precisar, se falavam diretamente em francês.

A preocupação de Vargas, em Natal, ao negociar armamentos e o envolvimento do Brasil na guerra, era a de assegurar a sua própria manutenção no poder, enquanto que a visão de Aranha era a de um estadista que queria fazer daquele encontro uma alavanca para a construção do Brasil do pós-guerra. Por isso mesmo, ele rejeitava a nascente visão – que se insinuava nos encontros das três principais potências aliadas – de um condomínio hegemônico sobre o mundo e sobre o funcionamento da futura organização das Nações Unidas: para ele, a base da política continental do Brasil era

uma relação de cooperação e de interdependência com os Estados Unidos para, a partir daí, criar as bases da futura projeção mundial do Brasil. Seu não comparecimento ao encontro de Natal pode ter assim sinalizado uma enorme perda de oportunidade de o Brasil consolidar uma posição de grande aliado dos Estados Unidos no hemisfério, inclusive com projeções na esfera global que poderiam ter garantido ao Brasil um papel mundial que ele ainda não estava em condições de aspirar em virtude de sua modesta capacidade no plano militar.

A ausência de Oswaldo Aranha no encontro entre os dois presidentes, em 28 de janeiro de 1943, em Natal, constitui um dos muitos exemplos da atitude mesquinha de Vargas em face da ascensão política de seu principal assessor em matéria de política internacional: o ditador pretendia reservar para si o controle exclusivo das relações externas do Brasil no mais importante dossiê diplomático em fase de desenvolvimento. Mas o não comparecimento do chanceler, sendo ele, de direito, interlocutor obrigatório de todos os parceiros externos numa fase decisiva da vida nacional se deu, de fato, em detrimento do Brasil, uma vez que introduzia lacunas num processo decisório que deveria contar com a perfeita identidade de visões e a convergência de ações de todos os responsáveis pela condução da participação do Brasil no conflito bélico. A ausência foi ainda mais chocante pelo fato de o presidente Roosevelt estar acompanhado de seu assessor especial Harry Hopkins e do embaixador americano no Brasil, Jefferson Caffery, presença diplomática que deveria ter, como contrapartida, a participação do chanceler brasileiro. Aranha, preventivamente, tinha mostrado a carta ao embaixador Caffery, que pôde então assessorar adequadamente o presidente Roosevelt.

Mas a carta não se destinava, apenas e tão somente, a definir mais precisamente a postura do Brasil em relação aos desenvolvimentos esperados no terreno militar, e sim fazia parte de

uma concepção estratégica de Aranha quanto ao papel do Brasil no mundo, e nisso ela constituía o fundamento básico de seu pensamento de estadista preocupado com o futuro do país. Quando, em 1938, Aranha aceitou a pasta do exterior mantinha uma nítida postura democrática contra a Carta de 1937, de inspiração totalitária. Timbrou, então, em dedicar-se exclusivamente à política externa e à diplomacia com o objetivo de impedir que as ideias prevalentes em influentes setores do Estado Novo se projetassem no campo internacional, traduzindo-se em apoio, ostensivo ou não, aos países do Eixo.

Uma questão, entretanto, atraía a atenção no plano interno: a Constituição, mesmo não estando formalmente em vigor, por não ter sido realizado o plebiscito nela previsto, fixava o mandato presidencial em seis anos; o de Vargas, portanto, terminaria em 10 de novembro de 1943. Aranha acreditava que Vargas seria reeleito e, assim, legitimado, teria mais autoridade para participar das negociações do pós-guerra. Outros afirmavam que a declaração de guerra de 1942 tinha suspenso o prazo do mandato presidencial, e que Vargas ainda teria, segundo essa interpretação, um ano e dois meses de mandato após o término do período de exceção. Isso não impediu que a agitação começasse, com pressão das ruas por eleições e declarações de personalidades a favor dos ideais democráticos. Aranha poderia cristalizar esse movimento e surgir como a figura política da transição para a democracia.

Caberia destacar, em especial, sua postura verdadeiramente democrática no plano político-institucional, herança, provavelmente, de seu período adolescente e juvenil, quando tinha se colocado ao lado de Rui Barbosa, na defesa das democracias ocidentais, que lutavam contra a autocracia imperial do Reich alemão, durante a Primeira Guerra. Suas desavenças com Vargas em torno da organização do Estado e sua adesão sem vacilações a uma Constituição aberta à alternância das urnas foram notórias e

repetidas, culminando com o episódio do afastamento da embaixada em Washington, por causa do golpe do Estado Novo, em novembro de 1937. Não obstante, poucos meses depois, consentiu em servir ao regime ditatorial, consciente de que, assim fazendo, reforçava o frágil polo democrático num governo integrando vários simpatizantes dos fascismos europeus, alguns até dispostos a alinhar os destinos do Brasil aos da Alemanha nazista.

A fórmula inicial da carta resume o essencial de sua postura quanto à política externa que o Brasil deveria adotar naquela conjuntura: “apoiar os Estados Unidos no mundo em troca de seu apoio na América do Sul”. A orientação que recomendou a Vargas era, como sublinhado na carta, a de seguir os EUA “na guerra, até a vitória das armas americanas e, na paz, até a vitória e [a] consolidação dos ideais americanos”. Não se tratava de uma disposição puramente ideológica, e sim de um cálculo basicamente utilitário, focando nos interesses imediatos e de mais longo prazo do Brasil.

Aranha instava Getúlio Vargas a buscar um entendimento com Roosevelt em torno das questões políticas mais importantes sobre as quais o Brasil tinha de tomar uma decisão; essas eram: a Carta do Atlântico, de agosto de 1941, na qual Roosevelt e Churchill haviam delineado as bases de um entendimento político global entre as “nações unidas”; o funcionamento dos “conselhos militares” e aqueles que haveriam de ocupar-se dos “problemas da paz”, no pós-guerra; e uma coordenação entre as missões diplomáticas dos dois países na França ocupada (em Vichy), nos países ibéricos, junto à Santa Sé e na vizinha Argentina.

Como salientou ainda Aranha, aos EUA caberão, no pós-guerra, a liderança da paz, e por isso o Brasil “deve formar ao lado dos Estados Unidos”, começando por aderir à Carta do Atlântico e à Declaração das Nações Unidas, e pleitear em seguida um lugar

nos conselhos militares e participar dos estudos para uma futura organização internacional. Assim, na sequência dos entendimentos mantidos no encontro de Natal, o embaixador em Washington, Carlos Martins, munido de plenos poderes, assinava, em nome do Brasil e na presença do secretário de Estado Cordell Hull, a Declaração das Nações Unidas. O Brasil se inseria, formalmente, no grupo das potências alinhadas contra o eixo nazifascista.

Ao indicar, logo ao início da carta, que a “política do *laissez faire* e *laissez aller* [sic] tem sido funesta na ordem interior e, mais ainda na exterior dos povos”, Aranha nada mais fazia senão refletir as ideologias intervencionistas então em voga, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos; dificilmente o Brasil, tradicionalmente, ou os EUA, do *New Deal* de Roosevelt, poderiam ser considerados países dominados pelo liberalismo econômico. De resto, nessa época, até mesmo economistas “austríacos”, como Joseph Schumpeter e Peter Drucker demonstravam sérias dúvidas sobre a capacidade de sobrevivência do capitalismo clássico, ao passo que um “neoclássico” como John Maynard Keynes se congratulava por ter operado uma inversão da “lei de Say” – que pretendia que a oferta cria a sua própria demanda –, ao propor a manutenção da demanda agregada via injeção de liquidez na economia, obviamente sob iniciativa e responsabilidade do Estado interventor nos mercados.

No plano hemisférico, para Aranha, o Brasil deveria confirmar sua adesão ao pan-americanismo, pois sem um perfeito entendimento com os EUA em torno desse princípio, “o Pan-americanismo não seria possível e os Estados Unidos não contariam nessa guerra com o apoio unânime dos povos continentais.” Aranha reconhecia que o Brasil era um país fraco, econômica e militarmente, mas não duvidava que, no futuro, “será inevitavelmente uma das grandes potências econômicas e políticas do mundo”. Nada justificava, portanto, o retraimento brasileiro, cabendo, então, o engajamento pleno no esforço de guerra, para

conseguir vantagens na paz: “Devemos ceder na guerra para ganhar na paz”, como resumiu num dos parágrafos.

Após a guerra, recomendava em seguida Aranha, a política econômica deveria ser de liberalização do comércio internacional, intensificação da cooperação americana no programa de industrialização e desenvolvimento, e de ampla liberdade de imigração e de transferência de capitais para o Brasil. Nesse início de 1943, Aranha não acreditava ser necessário enviar tropas para a frente de combate naquele momento, mas julgava que, mais tarde, talvez fosse do interesse do Brasil fazê-lo. De qualquer modo, o Brasil precisava preparar-se como se estivesse na iminência de entrar em combate, pois “esta preparação, por si mesma, sem que sejamos chamados à batalha, será contada como uma ou muitas vitórias na mesa da paz.”

Sintetizando seu pensamento, o chanceler brasileiro se referiu, finalmente, a objetivos que o Brasil devia perseguir, de um lado, no contexto internacional e, de outro, no campo próprio do seu desenvolvimento. Internacionalmente, Aranha desejava uma melhor posição para o Brasil, uma estreita colaboração com os EUA para estimular o desenvolvimento do pan-americanismo. No âmbito interno, sua preocupação era com o desenvolvimento do país, quer das suas Forças Armadas, quer da indústria pesada; a criação e o desenvolvimento das indústrias bélica, agrícola, extrativa, e de todas as demais necessárias ao progresso do país e à reconstrução mundial, dando lugar especial à exploração do petróleo e outros combustíveis.

Essa carta sintetiza, portanto, todo o pensamento de Aranha sobre a posição do Brasil nos cenários regional e internacional, naquele momento e no futuro, cabendo destacar, na prática, vários elementos que podem facilmente aproximar sua diplomacia daquela conduzida três décadas antes por Rio Branco. Como

síntese de seu pensamento, Aranha oferecia na carta, a título de conclusões, onze objetivos que o Brasil deveria buscar, no curso da guerra e no seu seguimento. Eles valem como um programa inteiro de governo, naquele momento, e poderiam, igualmente, servir a um duplo processo de modernização econômica e de inserção do Brasil no cenário internacional, que Aranha entendia que deveria ser empreendido como um projeto global de desenvolvimento do país. Em sua conformação básica, os objetivos alinhados sumariamente por Aranha no item XII de sua carta, também poderiam, *mutatis mutandis*, ter sido delineados por Rio Branco, o que justifica uma transcrição integral, para uma análise mais detalhada:

1. uma melhor posição na política mundial;
2. uma melhor posição na política com os países vizinhos;
3. uma mais confiante e íntima solidariedade com os Estados Unidos;
4. uma ascendência cada vez maior sobre Portugal e suas possessões;
5. criação de um poder marítimo;
6. criação de um poder aéreo;
7. criação de um parque industrial para as indústrias pesadas;
8. criação da indústria bélica;
9. criação de indústrias agrícolas, extrativas e de minérios leves complementares dos norte-americanos e necessários à reconstrução mundial;
10. extensão das vias férreas e rodovias para fins econômicos e estratégicos;
11. exploração de combustíveis essenciais.

Os pontos 1 a 4, obviamente, transcendem totalmente as preocupações com a condução da guerra nos teatros de operação e até a

capacitação militar do Brasil, e constituem claramente uma agenda para a inserção do Brasil no *inner sanctum* da política mundial, tendendo inclusive a assumir para o país alguma responsabilidade quanto à questão das colônias portuguesas na África. Os pontos 5 a 8, por sua vez, têm a ver com a sua visão otimista de que o Brasil de fato seria guindado à mesa dos grandes, e teria de se mostrar habilitado a assumir responsabilidades sobre a paz e a segurança em escala, senão planetária, pelo menos regional, numa espécie de “divisão de trabalho” informal com a grande potência do norte que já tinha frequentado as especulações de Rio Branco quatro décadas antes. Os pontos 9 a 11, finalmente, faziam parte desse planejamento do desenvolvimento nacional que Aranha, a exemplo do Monteiro Lobato adido comercial do Brasil em Nova York, fascinado pela pujança industrial dos Estados Unidos, nunca deixou de aspirar para o seu próprio país, previsivelmente a partir de um esforço de industrialização a ser impulsionado com capitais e tecnologias dos EUA.

Nesse mesmo mês de janeiro de 1943, um ano após o encontro dos chanceleres americanos no Rio de Janeiro, Oswaldo Aranha foi contemplado com um doutorado Honoris Causa pela universidade de Rochester, ao norte de Nova York. Impossibilitado de comparecer, ele transmitiu, por rádio, seu discurso de aceitação. Ele ali confirma sua profunda convicção na vocação hemisférica em aceitar povos de todas as raças e de todas as convicções, o que aliás coincidia com sua luta, discreta mas resoluta, em favor da aceitação de refugiados judeus no Brasil, objeto de três seções, no capítulo sobre o período da guerra, na fotobiografia de Pedro Corrêa do Lago (Lago: 2017, 216-21).

Standing midway between the extremes of the East and West, it has been the mission of America, under Providence, to contribute greatly to the solution of world problems.

The Americas are lands of hospitality, with their doors open to every man of every race. They are the mirror of our ideals. Our continent has always been a refuge for the persecuted and a hope for the needy (Aranha: 1994s).

Ele também reafirmou, nesse discurso, que a “independência das nações americanas deu ao mundo liberdade, igualdade, tolerância religiosa, democracia, bem-estar social e econômico e oportunidades iguais para as mulheres”, o que, com exceção do último item, eram qualidades propriamente americanas – especificamente dos EUA – que Tocqueville já havia destacado em seu célebre ensaio publicado em francês um século antes. Sem mencionar o autor francês nesse seu discurso de agradecimento, Aranha tinha pleno domínio do significado dessas características tocquevilleanas da democracia americana. Mais ainda, ele destacou que a postura das nações americanas no concerto das nações também tinha trazido ao mundo o uso da arbitragem, da conciliação e dos mecanismos de consulta como meios adequados para resolver disputas internacionais, devendo a salvaguarda desses princípios constituir para elas uma espécie de obrigação moral.

Um ano após a entrada do Brasil na guerra, em agosto de 1943, Aranha se dirige mais uma vez ao povo americano, em transmissão por rádio, para argumentar que, mesmo antes da declaração formal do estado de guerra, o Brasil já era solidário com os EUA: “O povo brasileiro sentiu-se agredido não somente na noite sinistra em que os submarinos torpedearam nossos navios, mas no dia em que primeiro se conspirou contra o direito dos povos livres.” Ele rememorou, então, o célebre discurso de Rui Barbosa em Buenos Aires, em plena Grande Guerra, quando o jurisconsulto e tribuno baiano, chefe da delegação às comemorações do primeiro centenário da independência argentina, em 1916, tinha declarado que, “entre o direito e o crime não pode haver neutralidade”.

Já para o final da guerra, com o crescimento da oposição ao Estado Novo em diferentes setores da sociedade civil e nos meios políticos, acentua-se em Aranha a luta pela democracia e pela superação da condição ditatorial da política brasileira. Como é conhecido, e encontra-se exaustivamente relatado na biografia de Aranha por Hilton (1994: 418-427), Vargas manobrou intensamente para torpedear a ação e a própria figura do chanceler, num momento em que este se encontrava negociando intensamente com seu colega americano a participação do Brasil nos arranjos que se faziam para construir a ordem internacional do pós-guerra.

Quando [o secretário de Estado, Cordell] Hull, em fins de maio [de 1944] informou [ao embaixador brasileiro em Washington, Carlos] Martins que os Quatro Grandes – Estados Unidos, Grã-Bretanha, URSS e China – pretendiam iniciar conversações sobre a criação de uma nova organização internacional e que depois consultariam os outros países aliados, Aranha ficou ultrajado, reivindicando sem sucesso um lugar para o Brasil nessas negociações. “Vossa Excelência não deve, nunca, ... perder a oportunidade de dizer que ao Brasil não interessa comparecer a reuniões diplomáticas para homologar decisões já tomadas pelas demais potências beligerantes”, disse em telegrama a Martins. (...) O embaixador mostrou o telegrama a Hull, provocando um debate dentro do Departamento de Estado sobre a necessidade de levar o Brasil mais em conta...

(...)

Aranha [em carta a Hull de meados de maio] aproveitou para... tecer considerações sobre a necessidade de os Estados Unidos e o Brasil continuarem sua cooperação íntima no pós-guerra e sua carta, seguida por sua forte queixa a respeito das negociações em torno da futura organização internacional, levou Hull a consultar Roosevelt sobre a conveniência de uma reunião de cúpula. Com o endosso de

FDR, o secretário de Estado, em 17 de julho, respondeu a Aranha convidando-o a ir a Washington para tratar de todas as questões pendentes (Hilton: 1994, 418-9).

Como relata em seguida Hilton, se tratava de uma oportunidade para “Aranha coroar seis anos de atividade intensa em prol da solidariedade e da causa aliada com nova missão em Washington”, com vistas a “preparar o terreno para a colaboração de pós-guerra”:

Altamente conveniente do ponto de vista do Brasil, tal missão também aumentaria enormemente o prestígio de Aranha – e, por conseguinte, seria altamente inconveniente para Getúlio Vargas (Hilton: 1994, 419-20).

Roosevelt, que vinha de uma longa convivência com o pensamento de Aranha, estava plenamente consciente de que ele encarnava, pessoalmente, e representava, no contexto da política brasileira, a melhor relação possível que os EUA poderiam desejar no continente sul-americano, e mesmo no plano mundial. Foi com esse objetivo que, na sua carta de 17 de julho, Hull escreveu a Aranha, convidando-o, em nome de Roosevelt, para vir a Washington em agosto desse ano. Na carta, o secretário de Estado diz que ele e o presidente aceitam “sem reservas” o conceito fundamental, expresso em 17 de maio por Aranha, no sentido de continuar a “cooperação extraordinariamente estreita e produtiva que caracterizou as nossas relações durante a guerra”. Prosseguia, convidando Aranha a visitar Washington por tempo suficiente para um novo entendimento:

Além de assuntos que dizem respeito particularmente ao Brasil e aos Estados Unidos, há outros de natureza hemisférica e ainda alguns do alcance mundial, que só podem ser discutidos na intimidade das palestras privadas. Creio merecerem especial atenção as suas sugestões relativas à situação e participação de potências como o Brasil, na organização da segurança do novo mundo no após-guerra,

bem como a respeito do sistema interamericano em face da referida organização. Não conheço outro meio de examinar essas questões, de que dependem nossa paz e bem-estar no futuro, a não ser as conversas diretas e particulares. (...) O presidente, que muito estimaria ter consigo longa palestra, poderá vê-lo em 17 de agosto, se o Senhor estiver em Washington nessa data (Araújo: 1996, 314, onde está transcrito o teor integral da carta).

O convite – indiscutivelmente um dos mais importantes jamais feitos na história das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos – prenunciava, provavelmente, ao final da guerra, uma evolução política favorável aos interesses americanos no Brasil, caso fossem realizadas eleições; esse, justamente, pode ter constituído o motivo que levou Vargas a vetar a aceitação do convite por Aranha. Hilton relata, com base em telegrama enviado a Washington pelo embaixador Caffery, que o ministro estava contrariado, e que fazia “várias semanas” que ele não via Vargas:

Certas atitudes de Vargas refletiam a intenção de manter Aranha em xeque, evitando que seu prestígio atingisse níveis ainda mais inconvenientes. “A interferência na ação diplomática da minha pasta foi se tornando cada vez mais agressiva e menos aceitável”, o chanceler meses depois confidenciaria a Góes Monteiro, que deixara o estado-maior por motivos de saúde. “O Itamaraty era por vezes excluído do Conselho [de Segurança Nacional] em assuntos de sua peculiar competência” (Hilton: 1994, 421).

Deve ter sido, portanto, muito a contragosto que Aranha se vê levado a responder a Hull, não por carta direta, mas por meio de um telegrama à Embaixada em Washington, expedido em 7 de agosto – ou seja, três dias antes do início da crise que levaria ao seu afastamento definitivo do Itamaraty, depois de tantos dissabores –, instruindo-a a transmitir a posição de Aranha e de Vargas quanto ao convite: “Não me é possível viajar neste momento, por motivos

independentes de minha vontade. Está o presidente examinando essa possibilidade para tempo a ser combinado...” (Araújo: 1996, 315).

Pouco depois, Vargas encontrou o motivo e orquestrou o cenário para livrar-se de Aranha, segundo o relato de Hilton:

A crise em agosto de 1944 começou quando Aranha foi reeleito para o cargo de vice-presidente da SAA [Sociedade dos Amigos da América] e o Correio da Manhã anunciou que tomaria posse dentro em breve. No dia 10, Aranha foi surpreendido em seu gabinete por um telefonema do... diretor do DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda], que avisou que a SAA fora fechada.

(...)

O próximo ato do drama – ou farsa – realizou-se no dia seguinte. Em cena obviamente orquestrada, Benjamin Vargas, elemento de ligação entre a polícia e o Catete e muito ligado ao General Dutra, sob cujo comando servira durante a revolução constitucionalista de 1932, levou Aranha para almoçar no... Automóvel Clube [em sala do qual a SAA tinha instalado sua sede social, e onde seria realizada a cerimônia de posse]. Era o dia do almoço semanal dos rotarianos e o restaurante estava movimentado. Durante a refeição chegou a polícia e, à estupefação geral, fechou o edifício, ordenando a evacuação geral (Hilton: 1994, 423-4).

Pouco depois, Aranha, ultrajado por Vargas nesse episódio, decide sua saída do Itamaraty. Washington recebeu a notícia com consternação, segundo Hilton:

Quando Hull soube da demissão, no mesmo dia enviou um apelo a Aranha para reconsiderar sua decisão. Analistas no Departamento de Estado viam “implicações inquietantes” na crise, já que Aranha “sempre foi o amigo mais fiel dos Estados Unidos e dos princípios democráticos” dentro

do Governo, enquanto Dutra tinha um passado suspeito (Hilton: 1994, 425).

O Brasil pode ter perdido, aí, a sua melhor chance de construir uma relação madura com o principal parceiro hemisférico e mundial, a partir da qual se poderia alavancar uma participação mais intensa nos foros negociadores que estavam discutindo e construindo os fundamentos da ordem internacional do pós-guerra. Ao ter eleito um presidente, no ano seguinte, que era visto com desconfiança em Washington e Londres, e mais ainda em Moscou, por suas posições no mínimo ambíguas até o início da guerra, em detrimento daquele que poderia ter representado uma perspectiva infinitamente mais cosmopolita para um país ainda atrasado no plano material, o Brasil viu fechar-se uma janela de oportunidade que não mais voltaria a repetir-se nos anos turbulentos da Guerra Fria e nos de sua própria instabilidade político-social.

Em janeiro de 1945, ainda sob censura da ditadura Vargas, numa entrevista que deveria ter sido transmitida pela Rádio Tupi, mas que acabou sendo proibida pelo DIP, Aranha deu explicações mais circunstanciadas sobre sua relação com o regime, desde a decisão política tomada em 1938, ao aceitar servir o Estado Novo como chanceler. A entrevista vetada acabou sendo transcrita no mês seguinte em *O Jornal* (24/2/1945):

Entrei para o Governo, em 1938, não para servir ao Estado Novo, mas decidido a evitar a repercussão de seus malefícios internos na situação internacional do Brasil. (...) A Constituição de 1937 repugnava, como fiz sentir, em muitas de suas inovações, quase todas traduzidas de constituições totalitárias europeias e asiáticas, as minhas convicções democráticas e a minha fidelidade aos compromissos e fins da Revolução de Outubro. (...) Nesse período, participando das reuniões governamentais e privando com o Chefe do Governo, não tive a menor parcela de responsabilidade na política interna do país, salvo de reserva quando ela

ameaçava comprometer a conduta da política exterior. Fui, única e exclusivamente, Ministro do Exterior, exercendo a minha função fechado na sala onde viveu e morreu o grande Rio Branco, o exemplo maior e melhor de como todo brasileiro tem o dever de servir ao seu país no Itamaraty, sem que isso importe no sacrifício de suas convicções políticas e pessoais. Não renunciei às minhas ideias e nem reneguei um só daqueles princípios que foram, são e serão parte inseparável de minha vida de devoção ao Brasil. Nessa função, defendi essas ideias e princípios e, graças à minha fidelidade a eles, evitei, com o concurso do povo, que o Brasil fosse arrastado ao erro e à derrota pelas tendências políticas consagradas pela Constituição de 1937. (...) O curso da guerra era ameaçador e a minha intransigência parecia comprometer a posição com os então vencedores. Eu mesmo tive dias de perplexidade e se não vacilei foi porque sempre acreditei que o homem não inventou ainda armas capazes de vencer as ideias. (...) As vitórias da força são efêmeras, ainda que espetaculares, ante a da decisão e de coragem de uma consciência e um coração bem formados (citado em Araújo: 1996, 176-8).

A referência feita por Aranha ao Barão do Rio Branco não é gratuita, sobretudo agregada à qualificação que fez sobre o dever de servir ao país, “sem que isso importe no sacrifício de convicções políticas e pessoais”, o que correspondia inteiramente à sua atitude durante o Estado Novo; foi um período no qual enfrentou inúmeros contratempos políticos e pessoais, em especial por parte do ministro da Guerra, Dutra, do ministro da Justiça, Francisco Campos, e do chefe da polícia, Filinto Muller, sempre buscando preservar sua margem de ação para melhor servir ao Brasil. Aranha se inspirou em Rio Branco, por exemplo, para tratar das difíceis relações com a Argentina. Gaúcho da fronteira, amante de Buenos Aires (onde tinha se tratado dos olhos quando ainda jovem), mas também profundo conhecedor das ameaças militares que sempre

concentraram a atenção dos militares brasileiros nas fronteiras do Sul, Aranha se esforçou durante toda a sua gestão diplomática para encontrar um *modus vivendi* que respeitasse as peculiaridades argentinas no contexto regional e internacional e que pudesse ser conciliado com os interesses brasileiros no plano hemisférico, em especial seu desejo de aprofundar a solidariedade americana em face das ameaças fascistas.

Não foi fácil, sobretudo porque tinha de conciliar as posturas unilaterais dos EUA com as suscetibilidades dos vizinhos regionais, várias vezes engajados em conflitos potenciais ou reais (como o Paraguai e a Bolívia em torno do Chaco, ou o Peru e Equador em disputas de fronteira, por exemplo). Nas conferências americanas que dirigiu, ou das quais participou, teve de recorrer a todo o seu tato diplomático para evitar que a Argentina adotasse uma postura isolada, que justamente poderia levá-la à ruptura da solidariedade pan-americana, ou que, na pior das hipóteses, além do neutralismo, à concretização de suas simpatias nazifascistas, como aliás desejado por vários oficiais de sua alta cúpula militar. Diferente de Rio Branco, porém, Aranha via na intensificação dos laços comerciais com a Argentina um dos cimentos possíveis para vínculos mais estreitos entre os dois países; em consequência, ele buscou, incessantemente, multiplicar acordos para expandir o comércio recíproco.

Ainda no decorrer de 1945, antes da derrocada do Estado Novo, Aranha continuou a imprimir sua forte personalidade ao movimento ascendente na sociedade em favor da redemocratização, a começar pela sua posse, finalmente, como vice-presidente da Sociedade dos Amigos da América, realizada em abril desse ano. Ele começou lembrando que a SAA tinha surgido “em dias obscuros e incertos, quando era fácil errar e difícil acertar”, numa época em que, “no mar ou no ar dominavam as máquinas totalitárias, destruindo fronteiras, soberanias e nações, ameaçando subverter

a civilização e implantar a nova ordem ariana do espaço vital.” Sem citar o nome do ditador, ele não deixou de fustigar os inimigos da SAA: ela “provocou, como era de esperar, uma campanha infame e ativa daqueles que dela temiam não só o testemunho, como a intransigência e a vigilância.” Seus membros foram apontados “como comunistas, como desordeiros, como judeus, como inimigos do Brasil”. Ainda:

Foi o que se fez: as nossas portas foram fechadas e, antes, já estavam para nós fechadas todas as portas da publicidade e da tribuna e até da reunião a portas fechadas.

Contudo, esqueceram-se de que, assim procedendo, abriam para nós as portas da justiça, da justiça reparadora para nós, da justiça condenatória para eles mesmos.

É certo, meus senhores, que, nesse tempo, a América se reunia no Rio de Janeiro para a defesa comum de seus mares, de suas costas, de nossas vidas e de nossas ideias.

Não havia, pois, mais lugar para as leis totalitárias, para as hesitações afrontosas ou para as opções antipatrióticas (Aranha: 1994i).

Aranha resume em seguida as razões da luta da SAA e volta a proclamar os ideais democráticos e os valores da “liberdade formada pelos direitos individuais” e da “igualdade perante a lei”, que o animavam:

Tenho consciência de haver, numa vigília sem tréguas, defendido os ideais democráticos dentro do governo, a ponto de levar o Brasil ao lado das Nações Unidas e nada mais aspiro, hoje, do que, fora do governo, dar o melhor de mim mesmo para que o Brasil não seja mais governado por um ou por alguns, mas por todos os brasileiros (Aranha: 1994i).

Em novo comício organizado pela SAA, em agosto de 1945, inspirado pelo slogan das quatro liberdades proposto por Roosevelt

– liberdade de expressão, religiosa, a de viver com um nível de vida adequado e a de se ver livre do medo –, Aranha volta a repisar os mesmos argumentos, já num contexto de vitória das Nações Aliadas: a SAA, afirmou ele, “foi fundada para combater o fascismo e o nazismo, sob todas as suas formas, e para favorecer a causa da união e da defesa dos povos americanos”. Nesse discurso, ele se declara abertamente a favor da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes a presidente da República, pois naquele momento Dutra havia deixado seu cargo de ministro da Guerra para preparar sua aspiração de suceder a Getúlio. Mas não deixa de fustigar, tampouco, o clima de intimidação e de arbítrio ainda reinante:

(...) as leis não nos asseguram, nenhuma das quatro liberdades rooseveltianas, patronas desse comício, consideradas essenciais ao mínimo de regalias à vida comum dos povos.

Estamos vivendo da caridade oficial num jogo incerto e perigoso de concessões e tolerâncias recíprocas. (...)

A liberdade de imprensa, por exemplo, de pouco pode valer quando os jornais ou foram confiscados, incorporados, comprados ou ameaçados. (...)

A liberdade de escrever, de irradiar e de publicar é, no Brasil de hoje, um trust governamental. (...)

A liberdade de locomoção, a de comunicação e a de propriedade são privilégios exclusivos do arbítrio governamental, que delas dispõe para gáudio de sua demagogia econômica e social. (...)

A lei eleitoral é uma burla, uma manipulação, a negação mesma da representação popular. (...) (Aranha: 1945b).

Aranha reconhecia não se ver como inimigo do ditador, mas dizia estar, “como estive dentro do governo, entre os adversários mais decididos e intransigentes de suas ideias políticas,

concretizadas nessa monstruosa Constituição de 1937, a mais totalitária das constituições em vigor no mundo renovado pela derrota do nipo-nazifascismo e pela vitória definitiva das democracias”.

Finalmente, em outubro desse ano, duas semanas antes da derrocada do ditador pelas Forças Armadas, Aranha toma posse como presidente da Comissão Executiva da Liga da Defesa Nacional, cuja criação, por Olavo Bilac, ele tinha assistido, em 1916. Ele lembra, então, do programa da entidade, escrito pelo próprio Bilac:

Estimular o patriotismo consciente e coesivo: propagar a instrução primária, profissional, militar, cívica; defender, com a disciplina, o trabalho; com a força, a paz; com a consciência, a liberdade; e, com culto dos homens, à dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir.

Foi nesse discurso, lembrando que tinha exercido “inúmeras funções públicas no país e no exterior”, que ele pronunciou uma das frases mais conhecidas de sua carreira política: “Nelas, como já disse, só procurei servir e nunca me servir do Brasil.” Aranha volta a afirmar sua confiança no poder das ideias, antes que na força das armas, e termina sua alocução citando textualmente o presidente Roosevelt, falecido seis meses antes:

Não nos salvamos pelas armas, que sempre brandimos com bravura, nem pelos governos, que sempre ajudamos com paciência e, por vezes, com nobres sacrifícios, mas pelas ideias, que animaram as armas e pela fé que não nos deixou desanimar, antes, refez a esperança e a confiança em nós mesmos para que o Brasil pudesse sobreviver a um mundo que se queria destruir e arruinar.

(...)

Lutaremos pelas permanentes aspirações de um mundo que procure viver na justiça, na prática de tolerância,

na ascendência da sabedoria; na virtude da verdadeira igualdade, no respeito à lei, e nas quatro liberdades e reconheça o primado do espírito e deixe que as nações vivam livremente a sua vocação e a sua vida (Aranha: 1945a).

Nas eleições do final do ano, Eduardo Gomes acabou derrotado pelo candidato governista, o desafeto de Aranha, ex-ministro da Guerra Eurico Dutra. Não é certo que, se o político gaúcho tivesse concorrido, pudesse ganhar do preferido de Vargas. De certa forma, faltou a Oswaldo Aranha ambição para lançar-se decisivamente na arena política, ele que tinha sido a “estrela da Revolução” e que ainda encarnava os melhores valores das classe médias urbanas em ascensão, que aspiravam por um tipo de liderança política diferente daquela a que elas estavam acostumadas, com os velhos oligarcas rurais, os novos oportunistas do trabalhismo ou os caudilhos existentes aqui e ali.

Mas, à sua maneira, ele também foi um líder carismático, tendo deixado sua marca profunda nas instituições nas quais trabalhou e que liderou, no setor público, assim como na própria história do país. O Brasil, provavelmente, teria se desenvolvido de outra maneira, se por acaso ele tivesse sido guindado a postos de ainda maior responsabilidade que os que ocupou ao longo de sua magnífica trajetória política, eventualmente no cargo de presidente. Independentemente disso, porém, Aranha certamente contribuiu para fazer do Brasil um país melhor do que era, em todas as áreas nas quais pode exercer sua competência política e excepcional honestidade intelectual.

OSWALDO ARANHA E OS REFUGIADOS JUDEUS

Fábio Koifman

Terra da hospitalidade, aberta a todas as raças e acessível a todos os homens, revérbero de todos os ideais, o nosso continente se tornou refúgio dos perseguidos, a esperança dos necessitados e a reserva dos demais povos (...). Nesse período aperfeiçoaram-se a nossa solidariedade, as nossas leis e as nossas instituições. (...) Queremos, apenas, a segurança e a paz que os demais povos sempre encontraram na hospitalidade farta das nossas terras e na proteção de nossas instituições (Aranha: 1942a).

Oswaldo Aranha pode ser considerado como um dos mais expressivos líderes políticos no Brasil do século XX. Carismático, esteve entre os mais influentes homens brasileiros entre as décadas de 1930 e 1960, quando faleceu. Ao longo da carreira, colecionou admiradores entre diferentes grupos políticos. Prestigiado entre os antigos integralistas, em pouco tempo transformou-se em representante maior da causa aliadófila (ou americanófila) no Brasil. Participou de governos nos quais as diferenças ideológicas nem sempre representaram diferenças pessoais, mas as diferenças pessoais e as disputas de poder muitas vezes seriam expostas como razões de Estado (Hilton: 1994).

Neste contexto político repleto de nuances, tanto em relação às convicções ideológicas quanto às ações políticas de cada um dos

homens de primeiro escalão de governo, especialmente ao longo da ditadura do Estado Novo (1937-1945), as relações pessoais e a atuação de Aranha durante o período estão no centro de um debate que ressurgiu eventualmente por ocasião das comemorações anuais relacionadas à Independência do Estado de Israel.

O ex-chanceler brasileiro tornou-se, para o movimento sionista brasileiro, uma espécie de personagem símbolo, eleito como elo de aproximação entre a comunidade judaica e a sociedade brasileira mais ampla, bem como o Estado. Por conta de sua importante e decisiva atuação na ONU, como presidente da Assembleia Geral, em 1947, quando da votação da partilha da Palestina, e conseqüentemente da criação e do reconhecimento do Estado de Israel. Em razão desse protagonismo, Aranha foi, por décadas, laureado e anualmente homenageado por diferentes instituições judaicas brasileiras, bem como pela comunidade brasileira em Israel.

Nos últimos trinta anos, historiadores que pesquisaram e publicaram a respeito da atuação do ministro durante o Estado Novo fizeram vir à tona uma série de documentos oficiais cujo conteúdo, aparentemente, põe em xeque o papel de benemérito do povo judeu que a ele vinha sendo atribuído, e que demandam algumas considerações. Começamos pelas razões que alçaram o personagem à condição de homenageado: a participação de Aranha na Assembleia Geral da ONU em 1947. É possível afirmar que o representante brasileiro realmente agiu de forma bastante positiva e decisiva em prol do projeto sionista que tinha como objetivo naquele momento a aprovação da partilha?

Na condição de representante do governo brasileiro é possível considerar que Aranha basicamente seguiu a política externa brasileira de acompanhar a posição norte-americana, o chamado “alinhamento automático” (Moura: 2012, 239). O pós-guerra foi

especialmente um momento de acentuada aproximação entre os dois países. A despeito desse aspecto, de acordo com o testemunho de Abba Eban (Eban: 1992, 115), que a época era o oficial de ligação entre a Agência Judaica e o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina, Aranha era considerado um aliado e estaria absolutamente convencido da ideia de existir um Estado judeu. É fato que a aprovação contou com os esforços de Aranha, sendo o mais explícito deles o adiamento da votação num momento crítico para a causa sionista. Ou seja, o Brasil supostamente se alinhava aos Estados Unidos votando “sim”, mas contou com o explícito empenho do representante brasileiro em conseguir a aprovação.

O historiador Nachman Falbel (Falbel: 2008, 436) chama atenção para a participação de um dos integrantes da delegação brasileira na ONU em 1947 que teria sido bastante ativo e fundamental na articulação de apoio pela aprovação da criação do Estado judeu: a do senador Álvaro Adolfo da Silveira. Protagonismo esse que teria sido, inclusive, reconhecido pelo próprio Aranha.

Em contraposição, a outra questão que tem vindo à tona é o papel que Aranha efetivamente exerceu dez anos antes de sua atuação frente à Assembleia da ONU, no sentido da implementação da política imigratória seletiva estabelecida pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, justamente nos anos em que os judeus europeus mais precisaram e buscaram desesperadamente um refúgio do nazismo. As mais significativas mudanças na política imigratória brasileira começaram a ocorrer quando da chegada de Vargas ao poder, em 1930.

As políticas imigratórias de cunho liberal fizeram com que o Brasil adotasse por longo tempo, entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, práticas de abertura e incentivo sem controle da imigração. Entre as principais preocupações dos dirigentes estava o de encher os espaços vazios do nosso

território e o “branqueamento” da população. O discurso racista frequentemente atribuía muito dos problemas brasileiros – miséria, doenças, analfabetismo, entre outros – ao que consideravam ser a “má formação racial” da população. A vinda de novos imigrantes, de preferência de origem europeia, que não fossem negros, passou a ser vista como solução.

Ao longo dos anos 1930, seja por suas próprias experiências ou por influências de ideias chegadas do exterior, setores importantes da sociedade participaram de intenso debate a respeito da imigração ou, mais precisamente, do tipo de imigrante que desejavam. O estrangeiro considerado ideal para encher os imensos vazios do território nacional e contribuir com a formação do povo brasileiro conforme o que consideravam ser desejável ou como diziam, potencialmente eugênico.

Não por acaso, ideias eugenistas – em suas diferentes formas e expressões – ganharam expressivo espaço nessa mesma época, quando os partidários do eugenismo, formularam propostas para a política imigratória. A eugenia foi criada pelo inglês Francis Galton no final do século XIX e desenvolvida especialmente nas grandes universidades norte-americanas nas primeiras décadas do século XX. Em essência, a eugenia era considerada na época uma ciência e se propunha a melhorar as “qualidades raciais” das futuras gerações física e mentalmente.

No Brasil, em razão das características da formação da população, os modelos europeus e norte-americanos da eugenia precisaram ser adaptados, tendo os eugenistas brasileiros encontrado, especialmente na política imigratória seletiva, a melhor forma de colocar em prática as suas propostas de aperfeiçoamento ao que se referiam como composição racial. O povo poderia ser “branqueado” e melhorado se imigrantes devidamente selecionados fossem aqui recebidos (Koifman: 2012, 67-129).

Ao longo do primeiro período de Vargas no poder (1930-1945), projetos dessa natureza e inspiração foram sendo implantados. O presidente considerava que a matriz étnica, cultural e religiosa dos brasileiros era a portuguesa. Diversos outros grupos de estrangeiros eram genericamente associados a problemas relacionados à ameaça de “desfiguração” e “desnaturamento” do povo brasileiro. Tal ameaça teria sido gerada em decorrência da política de livre imigração. O chamado “enquistamento” – denominação pejorativa associada às comunidades de imigrantes que preservavam de modo mais zeloso a cultura e o idioma de seus antepassados, como, por exemplo, algumas colônias japonesas, polonesas, alemãs, entre outras – das minorias nacionais ou étnicas seria parte da extensão desse mesmo problema. O que por muito tempo foi apontado como solução para povoar regiões remotas, passou também a ser mencionado como “problema imigratório do Brasil”, pois os chamados “quistos étnicos” passaram a ser vistos como uma ameaça à unidade nacional.

A Constituição de 1934 trouxe as primeiras ações mais restritivas à entrada de estrangeiros no país. A imigração japonesa foi tema de debates na Assembleia Constituinte e com o fim de restringi-la foi estabelecido o sistema de quotas. No período da implantação do Estado Novo, a partir de 1937, seja por questões internas ou externas, o assunto passou a ganhar uma dimensão maior. O governo ocupou-se especialmente da matéria e a agilidade na aplicação das decisões – decorrente do regime centralizado e ditatorial no qual a vontade do presidente não recebia qualquer tipo de contestação – promoveu profundas modificações na vida dos estrangeiros que viviam no Brasil e nas possibilidades dos que pretendiam imigrar para o país. O Estado Novo tratou de intervir impositivamente, buscando fazer as suas propostas de inserção nacional dos estrangeiros conforme seus projetos nacionalistas,

que incluíam uma política imigratória claramente seletiva e restricionista (Koifman: 2012, 157-282).

A livre entrada de portugueses, admitida pela necessidade de preservar a nacionalidade e a cultura brasileiras, e que tinha como pano de fundo o projeto político relacionado ao ideal do branqueamento, trouxe em si mesmo uma implícita e inexorável valoração dos seres humanos, e as consequentes contradições. Aos portugueses era atribuída boa capacidade de miscigenação. O Estado Novo não reconhecia em outras correntes imigratórias de europeus a mesma capacidade de “fusibilidade” que os portugueses. Os chamados “quistos étnicos” seriam evidência dessa premissa (Koifman: 2012, 85-129).

A vinda de novos imigrantes selecionados a partir de critérios eugênicos passou a ser vista como a solução para o que era apontado como um problema. Dentro dessa lógica, os novos imigrantes apontados como brancos poderiam casar-se com os brasileiros não brancos e dessa forma “melhorar” a composição étnica da população, dando assim continuidade ao projeto anterior de “branqueamento”, mas com algumas inovações. Foram incluídos como indesejáveis potenciais novos imigrantes identificados como não negros, até então “desejáveis”, mas que passaram a ser apontados como “inassimiláveis” e de difícil “fusibilidade”. Atribuindo de maneira preconceituosa características comportamentais apontadas como generalizadas a determinados grupos de pessoas, em especial, o condicionamento supostamente necessário de contrair casamentos endogâmicos. Tal associação de condicionamento de não casar-se com os brasileiros não brancos desqualificava como bons imigrantes os novos imigrantes judeus, a quem eram atribuídas de maneira estereotipada outros atributos negativos – tais como a propensão a viver nos grandes centros urbanos, serem portadores de “ideias dissolventes” (comunismo), parasitas ou especuladores econômicos, entre outros – embora as restrições inspiradas pela

eugenia também tenham influenciado a restrição de imigração em relação a outros povos, como, por exemplo, os japoneses, alvo das primeiras restrições de inspiração eugenista no Brasil a partir de 1934.

Tragicamente, esse período coincidiu com o tempo em que perseguições étnicas na Alemanha e nos países europeus que foram sucessivamente ficando sob controle direto dos nazistas produzissem um número expressivo de israelitas que fugiam das perseguições buscando refúgio. Os imigrantes e refugiados judeus eram considerados genericamente e de maneira preconceituosa pelos governantes como inassimiláveis e “infusíveis” e, portanto, não colaboradores em potencial para a política de “branqueamento”.

Em 7 de junho de 1937, cinco meses antes da decretação do Estado Novo, diante do aumento do número de refugiados judeus chegados, considerados de maneira generalizada, estereotipada e preconceituosa como indesejáveis por parte dos homens de Estado, o governo orientou o Itamaraty a emitir a primeira das circulares especificamente restritivas em relação à entrada e à permanência de judeus, a circular secreta nº 1.127 (Koifman: 2002, 106-12). O tema da atribuída inconveniência da imigração judaica também apareceu na 3ª Sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional realizada semanas depois, em agosto de 1937, no Palácio do Catete, sob presidência de Vargas, com a presença de todo o ministério e da cúpula de governo (Conselho Superior de Segurança Nacional: 1937).

Especialmente durante o Estado Novo, alguns ministros expressavam-se contrários à vinda de novos imigrantes judeus. O ministro da Justiça Francisco Campos, por exemplo, argumentava junto a Vargas “que o judeu é absolutamente inassimilável e mais do que qualquer outro povo concorre para o desnaturamento da população” e que da “massa de judeus podem sair bons cidadãos,

mas sai também com frequência a maior parte dos números de certas estatísticas criminais, especialmente ladrões ‘internacionais’, arrombadores, ‘caftens’, promotores de greves, chefes comunistas ou propagandistas de ideias ‘internacionalizantes’” (Koifman: 2012, 126). Próximo a essas convicções, nutrindo semelhantes pontos de vista, estava o também ministro Eurico Gaspar Dutra, entre outros membros da cúpula do governo (Koifman: 2002, 134-6 e Koifman: 2012, 178).

Além dos citados, é possível elaborar uma lista de nomes, alguns dos quais muito expressivos, daqueles que se engajaram no sentido de implementar um forte controle seletivo dos novos imigrantes, com bases étnicas. Os registros encontram-se na documentação oficial da época e não raro, também na imprensa. Estava Aranha entre os principais articuladores e defensores da política imigratória restricionista e seletiva?

Em 1934, Aranha, que não era oriundo dos quadros do Itamaraty, foi nomeado embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Portanto, sua participação na elaboração da política restricionista em relação aos imigrantes em geral ou especificamente judeus entre 1934 e 1938 foi nenhuma. Qual seria, então, seu efetivo envolvimento na implementação da política que passou a impedir o ingresso de imigrantes judeus? Em março de 1938, Aranha assumiu o Ministério das Relações Exteriores. Até abril de 1941 o assunto da autorização para concessão de vistos permanentes a estrangeiros esteve, teoricamente, em suas mãos. A partir de abril de 1941, essa decisão passou à esfera decisória do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), ali permanecendo até maio de 1945 (Koifman: 2012, 203-373).

Então, isso significa dizer que entre 1938 e o início de 1941 Aranha poderia conceder livremente as autorizações que desejasse, atendendo aos pedidos de imigração? Não exatamente. No mesmo

ano de 1938 dois importantes decretos-lei (406 e 3.010) foram promulgados pelo Estado. Em seu artigo segundo, o decreto-lei nº 406 estabelecia que o governo federal reservava-se “o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens” e assim o fez. Foi estabelecida uma série de exigências para a concessão de todo e qualquer visto para o Brasil. As novas normas excluía ou desqualificavam como potenciais visitantes ou imigrantes a maioria absoluta dos judeus perseguidos pelo nazismo. Essas exigências deveriam ser seguidas pelos serviços consulares brasileiros no estrangeiro – parte das circulares do Ministério das Relações Exteriores (MRE) orientavam no sentido da aplicação desses decretos – e o rígido controle de desembarque nos portos do país era exercido pelas autoridades policiais (subordinadas ao MJNI) e órgãos subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). O mencionado decreto-lei nº 3.010 era extenso e bastante detalhado quanto aos trâmites a serem necessariamente observados para que um visto pudesse ser concedido, em especial, os documentos e comprovantes essenciais para que o procedimento atendesse aos objetivos da legislação que restringia a entrada e a permanência de estrangeiros. As irregularidades eram minuciosamente relatadas, e diversos funcionários do MRE sofreram inquéritos administrativos entre os anos de 1939 a 1942 em razão de concederem vistos considerados irregulares (Koifman: 2002, 193 e 239-343).

Conforme Aranha respondeu, por exemplo, ao embaixador Souza Dantas que fizera uma solicitação de autorização para concessão de vistos em 21 de novembro de 1940:

Embora encare com simpatia a situação em que vossa excelência se acha em face das súplicas de pessoas perseguidas que desejam vir ao Brasil, vejo-me, entretanto, impossibilitado de anuir ao seu pedido no sentido de

suspender a aplicação, nesses casos, das disposições legais, pois, mesmo que quisesse desse modo facilitar a saída da França dessas pessoas, não as colocaria ao abrigo de dificuldades futuras quando aqui desejassem legalizar a sua permanência. Nossa legislação atual estabeleceu uma vigilância mais rigorosa em relação à entrada e permanência de estrangeiros no território nacional, obrigando-os a diversas formalidades, inclusive o registro. Entregue a sua execução a diversas autoridades, essa legislação forma um todo concatenado e exige exata observância de suas disposições a fim de que o sistema possa funcionar convenientemente, nem pode o visto ser concedido senão com o fim de dar ao seu portador entrada no Brasil. Rogo, portanto a Vossa Excelência cingir-se aos termos da lei, consultando esta Secretaria de Estado toda vez que precisar excepcionalmente isentar alguém de alguma das prescrições legais (Aranha: 1940f).

Quem, então, elaborava a política imigratória durante o Estado Novo? Em tese, o fórum especificamente designado para esses assuntos, era o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), criado pelo decreto-lei nº 406 de 1938 e subordinado à Presidência da República, no qual participavam representantes de todos os ministérios. Na prática, porém, o principal elaborador da política imigratória foi o próprio Getúlio Vargas. Um número significativo de pedidos de vistos – coletivos, familiares ou individuais – assim como a implementação de novas regras e legislação, acabaram sendo objeto de decisão do ditador, caso a caso, depois de consultar ou não os seus ministros. Vargas despachava de próprio punho a sua decisão. A rubrica e o despacho de Vargas hoje podem ser vistos na parte superior esquerda de um número muito expressivo de documentos (Koifman: 2012).

Foi Aranha o principal elaborador e defensor da política imigratória antijudaica – e antijaponesa, antinegra etc. – durante a sua permanência no ministério ao longo da ditadura do Estado

Novo? A documentação que até hoje foi localizada indica que outros membros do governo e o próprio Vargas não eram simpáticos à vinda de novos grupos de imigrantes judeus, e foram bem mais explícitos e atuantes no propósito de restringir totalmente a imigração israelita do que Aranha. Convém observar que, independentemente das opiniões do ministro a respeito da conveniência do governo em permitir a vinda de novos imigrantes judeus, ao longo dos cerca de três anos – março de 1938 a abril de 1941 – que o assunto das concessões de visto esteve diretamente subordinado a Aranha, um número significativo de judeus foram autorizados a entrar no Brasil de maneira legal e regular.

Aranha encontrou uma política de governo já pronta, estabelecida e vigorando quando assumiu o ministério em 1938. Essa política não era elaborada nem tampouco posta em prática pelo Itamaraty isoladamente. O ministério era parte de um Estado e o ministro parte de um governo profundamente personalista.

O ponto de vista de Aranha, conforme manifestou em 1938, era que o israelita não se identificava com outras “raças” e outros credos, “(...) Isolado, há ainda possibilidade de vir a ser assimilado pelo meio que o recebe, tal como aconteceu, em geral, no Brasil, até a presente época. Em massa, constituiria, porém, iniludível perigo para a homogeneidade futura do Brasil. (...)” (Aranha: 1938a). A despeito de tal opinião, dois anos depois relatou que

o Itamaraty começou a ser assediado por grande número de judeus, que solicitavam, por vezes, de modo patético a entrada de parentes e amigos. Frequentemente, o apelo era tão dramático ou os pedidos que apresentavam eram de tal ordem que o Itamaraty se via obrigado a abrir exceções. Esse estado de cousas perdurou até a minha vinda para o Itamaraty. Assumindo a direção desta Casa em 15 de março de 1938, verifiquei a forma tumultuosa (...) O regime de proibição radical a que se tinha querido chegar não podia ser mantido, como não foi desde o começo, pois, em muitos

casos, a recusa importaria de desumanidade ou não consultaria, em outros, a própria conveniência do país. Dei ordens, pois, para que se limitassem as concessões de vistos aos casos estritamente justos ou que se apresentavam sob a forma de solicitações vindas da Presidência da República, dos outros ministérios e dos governos de Estado (Aranha: 1940a, 2).

Considerando o contexto no qual estava inserido, a despeito de inclusive reproduzir expressões antissemitas comuns a sua época, Aranha era um dos poucos que ainda aceitavam e defenderam a vinda controlada e seletiva de judeus, outros ministros advogaram a completa e total restrição. Efetiva e objetivamente, como foi a prática do ministro no tema específico?

Ao assumir a pasta, Aranha encontrou em vigência a circular nº 1.127 de 1937 que restringia a emissão de vistos temporários e permanentes para todos os solicitantes judeus, deixando em aberto apenas os casos de solicitações que diziam respeito a “pessoas de notória expressão cultural, política ou social” (Koifman: 2002, 106-39). Aranha assinou uma nova circular, a de número 1.249 no dia 27 de setembro de 1938, com o argumento, logo no enunciado do texto, de que atendia à decisão do CIC. Importante registrar que o órgão, naquele momento, era presidido pelo diplomata João Carlos Muniz, pessoa muito próxima e de confiança do ministro. Pouco antes de assumir a presidência do CIC, Muniz servira como chefe de gabinete do próprio Aranha. Não por acaso, a primeira sessão do CIC ocorreu no Palácio do Itamaraty onde também funcionava o MRE e, na véspera da assinatura da referida circular, em 26 de setembro, o que nos faz presumir que o documento já encontrava-se redigido antes de ser levado a debate junto aos demais conselheiros do órgão para a formal aprovação (Brasil: 1938, 20).

As novas regras da circular readmitiram a concessão de vistos temporários para judeus, desde que comprovada a possibilidade de

regresso ao país de residência do solicitante. Do mesmo modo, mas com a prévia autorização do ministério, poderiam ser permitidas concessões de vistos, inclusive permanentes, para cientistas e artistas “de reconhecido valor internacional” e “técnicos”, assim como “capitalistas ou industriais” desde que transferissem para o país elevada soma de dinheiro por meio do Banco do Brasil, os chamados “vistos capitalistas” (Koifman: 2002, 106-36).

Entretanto, a mais significativa inovação da circular 1.249 foi a permissão para concessão de vistos para “cônjuge ou parentes consanguíneos, em linha direta até o segundo grau, do estrangeiro que esteja residindo legalmente em território nacional” que pleiteassem o visto até 31 de dezembro de 1938 (Koifman: 2002, 115-8).

A circular era um reflexo claro do pensamento de Oswaldo Aranha em relação à questão. Atender em um primeiro momento as solicitações de parentes próximos dos judeus que residiam no Brasil. Posteriormente, obedecidos os critérios seletivos que julgava adequados, outros judeus poderiam ser aceitos como imigrantes, desde que muito ricos ou que pudessem provar o seu valor técnico profissional.

A circular nº 1.249 certamente salvou da morte um número significativo de pessoas. O número de 4.601 judeus entrados no Brasil durante o ano de 1939 (Lesser: 1995, 104) teve relação direta com os 1.296 certificados de autorizações de visto concedidos por conta desta Circular (Ministério das Relações Exteriores: 1943b, 66). Uma outra parte deles efetivamente conseguiu se enquadrar nas exceções (capitalistas e técnicos) enunciadas pela Circular. Dos judeus que aqui chegaram em 1939, sob a vigência da circular nº 1.249, de acordo com o MRE, 368 eram capitalistas, e 289 técnicos. É conveniente esclarecer que, em ambos os casos, os vistos eram

extensivos às esposas e filhos, eventualmente, também a pais idosos (Ministério das Relações Exteriores: 1943a, 65-6).

O Itamaraty nesse período emitiu e enviou às representações consulares brasileiras na Europa, em especial na Alemanha, certificados autorizando a emissão de vistos para parentes, cônjuges ou consanguíneos, em linha direta até o segundo grau, de judeus que estavam residindo legalmente no Brasil. Essa verdadeira “Janela Aranha”, foi anunciada pouco mais de um mês antes da Noite dos Cristais, ocorrida em 9 de novembro de 1938 e atendeu a inúmeras famílias judias que, desesperadas, buscavam autorização para trazer filhos, netos, irmãos, pais e avós – muitos dos quais idosos – que ainda permaneciam na Alemanha e nos países já anexados por Hitler naquele momento, a Áustria e a Checoslováquia e que já estavam sofrendo com a implementação da legislação racial nazista. Os parentes que residiam no Brasil se dirigiram ao MRE e comprovaram o parentesco e a situação regular no país e, dessa maneira, os certificados foram em seguida emitidos (Koifman: 2002, 115-20).

Em tese, esses pedidos deveriam ser dirigidos pelos interessados aqui no Brasil até o dia 31 de dezembro de 1938, ou seja, a “janela” ficou aberta por três meses. Até o último dia de vigência, 1.296 certificados foram emitidos e, desse modo, um número expressivo de judeus ainda na Europa obtiveram a autorização salvadora. Em muitos casos, a notificação ao consulado era concernente a mais de um parente (casal de pais, avós, irmãos, esposa ou filhos). A vigência desses documentos emitidos em 1938 para fins de obtenção de um visto em alguma representação consular brasileira na Europa foi estendida, na prática, até o ano de 1940.

Entre 29 de janeiro e 27 de março de 1939, o chefe do Itamaraty viajou aos Estados Unidos liderando a chamada Missão Aranha (Hilton: 1994, 302-11). Nesse período, respondeu interinamente

pela pasta o diplomata de carreira Cyro de Freitas Valle, que na época ocupava o posto de secretário-geral do MRE. Freitas Valle, nos anos seguintes, tornaria ainda mais explícita toda a sua oposição no tocante à concessão de vistos aos refugiados judeus. Já como embaixador do Brasil em Berlim, entre 1939 e 1942, recusou-se a tornar efetivo o acordo estabelecido entre o governo brasileiro e Vaticano que permitia a emissão de vistos permanentes a católicos considerados racialmente judeus pelos nazistas. Cyro teve em mãos a autorização de Vargas para conceder dois mil vistos a perseguidos do nazismo e recusou-se a fazê-lo, tendo se notabilizado por orientar os serviços consulares subordinados a sua autoridade a não conceder um único visto no âmbito desse acordo (Milgram: 1994, 109-19). Durante a ausência de dois meses de Aranha na chefia do Itamaraty ocorrida nos primeiros meses de 1939 na qual Freitas Valle respondeu pelo ministério, nenhum novo certificado ou autorização de emissão de vistos para judeus ainda na Europa foi emitido. Bastante significativo observar que a partir do momento em que o ministro titular reassumiu o posto, novos certificados e autorizações voltaram a ser expedidos para parentes de judeus aqui residentes e seguiram sendo emitidos eventual e excepcionalmente ao longo de 1939, a despeito do prazo estabelecido pela circular ter sido encerrado em 31 de dezembro de 1938. No que tange especificamente a emissão de vistos para judeus, é notável a diferença de condução do assunto de um e de outro ocupante da pasta.

Cyro não só atuou de maneira diferente de Aranha como tratou de denunciar a conduta da direção do ministério em relação aos refugiados judeus. Em 5 de novembro de 1939, pouco mais de dois meses depois de ser promovido a embaixador e tomar posse em Berlim (ele assumiu o posto em 25 de agosto e apresentou credenciais em 1º de setembro), Freitas Valle enviou para o presidente da República uma carta classificada como “confidencial”.

Dirigindo-se de maneira privada a Vargas, denunciou a “emigração para o Brasil de semitas” que “por generosidade de nossos homens, vão entrando famílias e mais famílias, que, dentro de 50 anos, poderão dar grandes trabalhos aos dirigentes do país, que acusarão os de hoje de falta de previdência” (Valle: 1939).

Aranha tomou conhecimento da denúncia e no dia 5 de janeiro de 1940 a contestou formal e diretamente a Cyro, argumentando que “usando da elasticidade recomendada pelo Conselho [CIC], a Divisão de Passaportes autorizou em 1939, em diversos casos, a vinda de pais idosos que o rompimento da guerra encontrou na Europa separados de seus filhos, residentes no Brasil”, entre outros esclarecimentos (Aranha: 1940a).

Conforme se observa da reação na mesma época de outros ministros, diplomatas e intelectuais, a postura e a prática da direção do MRE era vista como excessivamente tolerante (Koifman: 2002 e 2012). A resposta de Freitas Valle à contestação de Aranha foi enviada em 26 de janeiro de 1940. De maneira incisiva, argumentou que

Desde minha chegada a Berlim, só falei de uma cousa: da péssima qualidade dos emigrantes. Os cônsules brasileiros queixam-se de ser obrigados, em obediência a ordens do Itamaraty, a visar passaportes de judeus que eles consideram nocivos. Ou têm os funcionários responsabilidade nos vistos ou não têm. No entanto, a informação ao Rio de Janeiro, de que o emigrante não convém, ou a demora em dar o visto provoca novos despachos telegráficos e não consegue evitar a viagem. Assim, o cônsul cede com a mesma fatalidade com que a grama cresce, já cansada de saber que a vão pisar.(...) basta-me relatar que a Circular nº 1.249, que em tua carta se diz vigorado até 31 de dezembro de 1938, ainda hoje continua a ser invocada (Valle: 1940).

Entre os cônsules, diversos possuíam o mesmo ponto de vista. Entre outros, o cônsul-geral do Brasil em Hamburgo, Alemanha,

Joaquim Antônio de Souza Ribeiro. Ao longo de 1939 e 1940 Souza Ribeiro foi chamado atenção mais de uma vez em razão do fato de protelar por meses a concessão de vistos devidamente autorizados pelo Itamaraty a solicitantes judeus. No dia 9 de março de 1940, enviou ofício a Aranha que suscitou resposta enviada pelo secretário-geral interino do MRE, José Roberto de Macedo Soares nos termos abaixo e em nome do ministro de estado:

alude V.S. a expedição, por esse Ministério, de “Certificados” e “autorizações telegráficas” os quais, no seu julgamento, tem dado lugar a penetração “em território nacional, às centenas e mais centenas de velhos casais de marido e mulher semitas já improdutivos e infecundos”. Com efeito, tem havido certa tolerância, muito limitada, aliás, na admissão de pais idosos de semitas domiciliados no Brasil e já naturalizados cidadãos brasileiros. Mas as autorizações, nesses casos, tem sido dadas por motivos que V.S. bem poderá compreender, pois se trata de pessoas na última fase da existência, condenadas, pelo regime de restrições que lhes é imposto em diversos países da Europa, a uma insustentável situação de dificuldades e sofrimentos (Soares: 1940).

Outro exemplo de contrariedade com o volume de autorizações para concessões de vistos para judeus foi manifestada pelo cônsul brasileiro Jorge Kirchhofer Cabral, então lotado na cidade alemã de Frankfurt. Em 25 de março de 1941, Cabral dirigiu longo ofício ao ministro Oswaldo Aranha no qual explicava as razões pelas quais se negava sistematicamente a conceder vistos a judeus, inclusive os que haviam sido autorizados pelo Itamaraty. Contrariado em razão da insistência das ordens em contrário, argumentou que exceção para concessão de vistos para parentes em até segundo grau estabelecida na

circular nº 1.249 só era válida até o dia 31 de dezembro de 1938, e, portanto, após aquela data não mais se expediriam

os certificados de autorização de visto. (...) Não obstante, continuaram a ser expedidos esses certificados, e até a primos, sobrinhos e tios, durante parte do ano de 1939. Concomitantemente passou essa Secretaria de Estado a expandir autorizações de visto por meio de despachos telegráficos em claro, usando expressões diversas, tais como: “rogo conceder o visto”, “Pode visar”, “Autorizo visar”, e, ultimamente, a forma mais imperativa “Queira visar”. Não existindo, (pelo menos, não há nos arquivos desta Chancelaria), nenhuma outra circular, da qual se pudesse depreender que o visto em passaportes de israelitas deveria ser concedido, mesmo fora dos casos previstos nas instruções em vigor, as expressões daqueles telegramas só poderiam ser tomadas como simples recomendações ou autorizações (Cabral: 1941).

Quando da publicação da primeira circular restritiva a entrada de judeus estrangeiros em junho de 1937, ocorreu um expressivo decréscimo do número de israelitas que lograram obter um visto de entrada para o Brasil. A partir da nomeação de Aranha para chefia do Itamaraty em 1938 e a “Janela” que se estabeleceu no fim do mesmo ano, o número de judeus que entraram no país aumentou significativamente no ano seguinte. A historiografia percebeu esse aumento e alguns estudiosos a explicaram como decorrente do que classificaram como “negociações” ou da pouca efetividade da aplicação e cumprimento das regras no país (Lesser: 1995).

Acreditamos, entretanto, que o aumento relacionou-se: ao agravamento da situação dos israelitas ainda na Europa, determinante para o aumento significativo do empenho nos esforços de fuga; a possibilidade de concessão de vistos para imigrantes que pudessem transferir para o Banco do Brasil valores acima de um certo limite – os chamados vistos capitalistas; a exceção concedida aos técnicos “úteis ao país” que a duras penas logravam ter essa condição reconhecida; e, por fim e mais significativo em termos

numéricos, impactando de maneira expressiva no número de judeus que chegaram ao Brasil no ano de 1939, os efeitos da “Janela Aranha” ou seja, as autorizações de concessão de visto enviadas por meio dos certificados (Koifman: 2012, 36-8).

Não raro, o crédito e o eterno agradecimento pela ajuda na fuga do nazismo acabou sendo imputado a um determinado cônsul que assinou o visto, em alguns casos, com relutância, conforme os trechos de documentos aqui reproduzidos indicam ou até, em outros casos, cobrando propina por uma concessão regular, explorando o desespero dos solicitantes. Servidores consulares acabaram eventualmente percebidos e apontados posteriormente como salvadores, quando na realidade, no mais das vezes, limitaram-se a cumprir as regras e as instruções de concessão de visto encaminhadas pelo Itamaraty, embora alguns deles de fato tenham descumprido as ordens e as regras e procedido de maneira irregular motivados por sentimentos humanitários e altruístas, sendo o caso mais notório, o do embaixador brasileiro na França Luiz Martins de Souza Dantas. As ações de Souza Dantas, por sinal, produziram reações muito negativas de figuras de destaque da cúpula de governo – incluindo o americanófilo Vasco Leitão da Cunha, que então respondia pelo MJNI – reivindicando junto a Vargas punição exemplar ao diplomata. Importante registrar que Aranha esteve entre os que fizeram o possível para que o embaixador não fosse penalizado em razão das centenas de vistos irregulares que emitiu (Koifman: 2002, 249-383).

A política imigratória estabelecida pelo governo brasileiro durante o Estado Novo não seguiu somente a orientação de um único ministro de Estado. Mas a aplicação dos critérios seletivos orientados por essa política tornava o cargo de ministro do MRE chave em sua aplicação e efetividade. Seja pelas circunstâncias internacionais, seja pela situação que se agravou, o fato é que o tema do controle da entrada de judeus no Brasil e o expressivo

aumento e a continuidade da chegada de judeus no país entre 1939 e 1940 tornou-se o viés pelo qual os adversários de Oswaldo Aranha dentro da cúpula de governo – sendo o mais notório deles, Francisco Campos – empenharam-se em desgastá-lo junto ao ditador Vargas. Aranha e o MRE foram acusados de incompetência e permissividade no trato da questão e em abril de 1941 o poder decisório relacionado às concessões de visto passou para a esfera do Ministério da Justiça, onde permaneceu até 1945 (Koifman: 2002, 136-40 e Koifman: 2012). O decreto-lei nº 3.175 de 7 de abril de 1941 que determinou essa transferência de responsabilidades e atribuições teve como enunciado “Restringe a imigração e dá outras providências”. Bastante significativo que no dia 24 de março, exatamente duas semanas antes da publicação da nova legislação, Vargas fizesse a seguinte anotação em seu diário: “O Oswaldo está recalcitrando em assinar o decreto restringindo a imigração para o Brasil. Nova crise?” (Vargas: 1995, 386).

Já nos primeiros dias de 1941 o governo estabelecera restrições de emissão de vistos que seriam reiteradas com a publicação do decreto de abril, conforme Aranha escreveu a Raul Fernandes no dia 17 de fevereiro de 1941, em resposta a uma solicitação de concessão de visto:

Desde 6 de janeiro próximo passado que está suspensa a concessão de vistos em passaportes estrangeiros, excetuados os portugueses e os nacionais dos estados americanos. Os demais estrangeiros só poderão obter o visto mediante a transferência para o Brasil da quantia equivalente a 400:000\$. Trata-se de uma medida de caráter temporário, adotada pelo governo após reunião ministerial. Só o presidente da República poderá abrir exceção a essa proibição. De outra forma, teria o maior prazer em atender o pedido do meu eminente amigo (Aranha: 1941).

A se considerar apenas a “Janela”, mesmo que limitada e restrita a socorrer somente os parentes próximos dos judeus que aqui já residiam, técnicos e “capitalistas”, a ação produzida por Aranha entre 1938 e 1940 representou a salvação de muitos israelitas europeus em perigo.

Se a “Janela” foi estabelecida por influência de outro fator, seja da pressão da diplomacia norte-americana, de maneira proposital ou acidental, por omissão consciente ou à revelia do Estado, por esforços humanitários, ou quaisquer outros, ela existiu e produziu efeitos. Nos anos nos quais o Brasil manteve aproximação econômica e neutralidade em relação ao Eixo, mesmo estabelecendo medidas seletivas e restritivas de inspiração eugenista, o país recebeu um número relativamente considerável de israelitas europeus em um momento em que a imensa maioria dos países fechavam-lhes as suas portas.

Então é possível afirmar que Aranha, chefe do MRE, não teve qualquer participação nas negativas de concessão de vistos a milhares de judeus que buscaram desesperadamente refúgio no Brasil? O ministro era membro da cúpula do Estado Novo, um dos mais expressivos líderes da chamada Revolução de 1930, pessoa das mais próximas e da confiança de Vargas. Ainda assim, a possibilidade de manobra nesse terreno era limitada e uma posição diferente daquela que tomou implicaria em seu desligamento do posto e do governo. Ele poderia ter tomado outra posição? Alguns historiadores, como é o caso de Stanley Hilton (1994), afirmam que Aranha voltou dos EUA em 1938 um americanófilo entusiasmado. Que o seu principal e prioritário objetivo era, dentro da lógica da chamada “política pendular” de Vargas, o de aproximar o governo brasileiro do lado americano e do das democracias liberais, assunto que o expressivo implemento do comércio entre o Brasil e a Alemanha nos anos 1930, em especial, o fornecimento de material bélico e a promessa de tecnologia para a construção

de uma metalúrgica pela empresa alemã Krupp, fazia pender em contrário aos EUA, que até aqui recusavam-se a fornecer ambas as coisas. Esses argumentos conduzem a interpretação de que Aranha tinha como prioridade permanecer como membro de um governo de tendências autoritárias no qual era, em tese, um dos poucos partidários da ideia de rompimento com o Eixo e de alinhamento com o lado Aliado, e que essa teria sido a sua principal e essencial prioridade.

É sabido que, em diferentes ocasiões, Aranha esteve para demitir-se do ministério, o que de fato acabaria ocorrendo em 1944, pouco menos de um ano antes do fim do Estado Novo. Muitas eram as suas divergências, especialmente com colegas de outros ministérios. Não há indícios de que o assunto dos refugiados judeus, ou de que a política restricionista, estivessem entre as questões que mais se chocavam com as convicções de Aranha, e que pudessem levá-lo à demissão, mesmo considerando que, entre 1938 e 1941, este tema tenha sido constantemente utilizado por seus adversários políticos dentro do Estado Novo como elemento de feroz crítica. Os ataques atribuíam incompetência administrativa do MRE na gestão do assunto das concessões de visto, e Aranha era acusado constantemente pelo fato do Itamaraty ser considerado ineficiente em barrar imigrantes indesejados. A “Janela Aranha” teve como consequência a contínua chegada de refugiados judeus nos portos brasileiros portando vistos devidamente autorizados pelo MRE entre 1939 e 1940. Tudo leva a crer que, ainda assim, o assunto dos refugiados não era prioritário a Aranha naquele momento, embora tenhamos ficado sabendo, anos mais tarde, que se tratava de uma questão de vida e morte para os judeus que ainda permaneciam na Europa ocupada pelo nazismo.

Um fator importante a ser considerado é o do tempo e o das informações de que Aranha e o governo brasileiro dispunham efetivamente. Embora as leis de Nuremberg datem de 1935 e a

Noite dos Cristais de 1938, e a perseguição aos judeus por parte do nazismo já fosse pública entre 1938 e 1941, somente no segundo semestre de 1941 os judeus passaram a ser assassinados em massa pelo nazismo. Em outras palavras, o genocídio que passou a ser conhecido depois dos anos 1960 como Holocausto teve início com os massacres que começaram a ser perpetrados junto com a chamada “Operação Barbarossa” na Europa Oriental. Em fins desse mesmo ano de 1941, Hitler começaria a elaborar o que chamou de “Solução Final”, plano decidido e aprovado durante a Conferência de Wannsee, ocorrida na segunda quinzena de janeiro de 1942.

Existe uma tendência natural das pessoas em interpretar certos atos de personagens a partir de uma perspectiva que leva em consideração fatos subsequentes, que ocorreram depois e que, no momento em que as decisões foram tomadas, os protagonistas não tinham como conhecer e, portanto, tais fatos não fizeram parte do contexto histórico que influenciou ou poderia ter influenciado essas decisões. Os primeiros registros relacionados à sorte dos judeus perseguidos pelo nazismo chegaram ao governo brasileiro por meio de correspondência encaminhada pelo embaixador Souza Dantas em novembro de 1940. As primeiras notícias a respeito dos assassinatos em massa e das deportações para os campos da morte, na Polônia, também foram encaminhadas pelo mesmo diplomata, em agosto de 1942 (Koifman: 2002, 338-40).

Oswaldo Aranha foi um homem do seu tempo. As opções que fez, os erros e acertos, contradições e coerências fazem parte de sua biografia. No contexto nacional e mundial, um olhar crítico e analítico da atuação do personagem durante o Estado Novo em relação aos refugiados judeus possui também aspectos positivos, a despeito do tanto que o Estado brasileiro atuou em dificultar a entrada no país daqueles que fugiam desesperadamente da Europa.



FRONTEIRAS E LIMITES: A POLÍTICA DO BRASIL (1939)

Conferência pronunciada em 27 de novembro de 1939, no Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro, inaugurando as conferências comemorativas do Jubileu da República¹

Meus Senhores. É para mim uma honra dar início a esta série de conferências, promovida pelo general Eurico Gaspar Dutra com o objetivo, que é o traço da sua fecunda administração na pasta da Guerra, de aproximar homens e ajustar ideias em torno dos grandes problemas, passados, presentes e futuros do Brasil².

Meus Senhores. Não posso falar de fronteiras do nosso país sem lembrar um fato paradoxal: o Brasil, antes de nascer, já tinha fronteiras. E as teve muitas e duvidosas, quer as das bulas papais, quer mesmo as do Tratado de Tordesilhas, do qual disse Francisco I, ao ler dele notícias: “Quero conhecer a cláusula do testamento de Adão que legou metade do mundo ao meu primo Rei de Castela,

1 Aranha: 1939.

2 Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) foi militar. Participou da Revolta da Vacina (1904), da repressão ao tenentismo, na década de 1920, e do combate ao movimento constitucionalista de São Paulo (1932). Presidiu o Clube Militar e, em dezembro de 1936, foi nomeado ministro da Guerra. A série de conferências promovida em novembro de 1938 também celebrou o segundo aniversário do Estado Novo. Os eventos foram organizados pelo Departamento de Propaganda e foram transmitidos via rádio a todo o país. Entre os palestrantes estavam Marcondes Filho, João Neves da Fontoura, Oliveira Vianna, Gustavo Capanema e Francisco Campos.

a outra metade ao seu primo Rei de Portugal e me excluiu da sucessão”.

A verdade é que a Europa se debatia numa extrema miséria, sem saúde, sem crença, sem fé e até sem esperanças, quando surgiu a América da aventura de Colombo.

O gênero humano ter-se-ia sufocado no próprio desespero, depois de esgotadas, com a Idade Média, todas as suas possibilidades materiais, se a descoberta da terra nova, misteriosa e inesperada, não viesse com o Renascimento reanimar as velhas raças e aspirações europeias.

A terra ignota, a selva virgem, a lenda da Atlântida, a riqueza do Eldorado encheram a Europa da fé perdida e o velho continente e os velhos povos vieram, “por mares nunca dantes navegados”, dar expansão no novo mundo à cobiça de seus descobridores, de suas conquistas, de seus imperialismos e das suas ânsias colonizadoras.

Foi assim que a América, até então deserto lendário de céu e de terra, povoado, apenas, de infinito e de sol, foi transformada na colônia de quase todos os reis e povos europeus.

A era colonial foi uma época de intrigas, de bulas, de tratados, de descobertas, de expansões, de conquistas, com o intuito de aumentar duas soberanias: a portuguesa e a espanhola. Esta luta durou três séculos e só terminou com a libertação das colônias de suas metrópoles.

É matéria de conhecimento comum que, imediatamente após terem sido conhecidas na Europa as primeiras descobertas de Colombo, o papa Alexandre VI, em 1493, declarou em uma bula que todas as terras descobertas e a serem descobertas a oeste e ao sul de uma linha traçada, de polo a polo, a 100° oeste e sul das ilhas dos Açores, e que não estivessem sob posse de nenhuma potência cristã, deveriam pertencer exclusivamente à Espanha.

Essa linha de demarcação, inaceitável para a coroa portuguesa, foi modificada pelo Tratado de Tordesilhas de 1494.

Porém, mais tarde, verificou-se ser impossível aplicar a linha de demarcação do século XV, mais teórica do que real, mais espiritual do que temporal, mais religiosa do que geográfica.

Como única solução para as dificuldades, as duas coroas, Portugal e Espanha, decidiram suspender suas contendas e “concordaram em relegar ao esquecimento as exigências de rivalidade”, surgidas na linha de demarcação, e recomeçar tudo novamente, “declarando nulos e insubsistentes a Bula de Alexandre e o Tratado de Tordesilhas e outros nele baseados”.

Surgiu, então, o Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha em 1750. Esse documento, como disse Macedo Soares no mais completo, perfeito e notável trabalho sobre nossas fronteiras no regime colonial, consignou, pela primeira vez e quase definitivamente, a fixação jurídica da configuração territorial do Brasil³.

De conformidade com esses desígnios, uma linha, que se imaginou poder fornecer uma base pura a demarcação de fronteiras, foi traçada entre a colônia espanhola e o Brasil, colônia de Portugal. A esse tempo, porém, cada país, nas suas explorações e estabelecimentos, ultrapassara o que o outro julgava ser de sua esfera, de maneira que qualquer tentativa para traçar a linha foi impossível.

Em consequência disso, pelo tratado de El Pardo, em 1761, Espanha e Portugal anularam o Tratado de Madri, e posteriormente, em 1777, concluíram o Tratado de Santo Ildefonso, cognominado um “tratado preliminar”, com o fim de “servir como base e alicerce ao tratado definitivo de limites” a ser traçado posteriormente pelas duas partes. Este foi o esforço mais definitivo “para atingir

3 Soares: 1939.

o propósito de traçar uma linha praticável e conveniente entre as duas Coroas”.

Entretanto, nunca foi cumprido. Em 28 de fevereiro de 1801, o rei da Espanha declarou guerra à rainha de Portugal, ao seu reino e aos seus domínios e, mais tarde, foram dadas instruções aos vices-reis e governadores espanhóis na América do Sul para iniciarem as hostilidades contra o Brasil.

O Tratado de Santo Ildefonso foi, assim, rompido pela guerra e, no tratado de paz, concluído em Badajoz, em 6 de junho de 1801, nenhuma medida foi tomada para o necessário restabelecimento ou para a restauração do *statu quo ante bellum*.

Iniciou-se uma nova era, depois da paz de Badajoz, que nenhum país europeu, nem mesmo a poderosa e célebre Santa Aliança, pode evitar: a era da independência das colônias sul-americanas.

O Brasil e seus vizinhos, nas suas controvérsias relativas a fronteiras, conservaram-se como sucessores de Portugal e de Espanha, e, por ocasião de sua independência, tiveram que fazer frente ao fato de que as antigas metrópoles não lhes legaram nenhum tratado pelo qual pudessem determinar seus limites.

Por ocasião do advento da independência, a América do Sul era indivisa e indivisível. O estado precário da ciência geográfica e a enorme área de território desconhecido ou inexplorado, agravados pelas rivalidades e ambições políticas de duas raças e duas coroas, criaram uma árdua tarefa para os novos países.

A história desse tempo foi a de uma luta sem lei ou regra, que anulava todos os tratados, todas as fronteiras reconhecíveis pelos novos países sul-americanos ou aceitáveis para eles.

Durante essa época, especialmente quando Portugal e Espanha estavam em guerra, os brasileiros com as suas “bandeiras” fizeram grandes aquisições de território, ampliando assim as fronteiras dos estabelecimentos portugueses na América. Quando veio a

independência, todos os tratados entre Espanha e Portugal tendo sido abrogados, o Brasil e seus vizinhos, nas suas tentativas de fixar seus limites e assentar suas fronteiras, não tinham nenhum direito convencional, regra jurídica ou princípio legal para seguir ou obedecer.

Os novos países da América do Sul iniciaram a sua vida independente sem terem conhecimento da área precisa de suas fronteiras e, como escrevia Bassett Moore, “assim era o entendimento entre Espanha e Portugal, e sempre foi, desde então, o entendimento entre seus sucessores”⁴.

Nessa situação continental, a colonização por Portugal e a expansão do Brasil, segundo um escritor argentino, “espalhou-se, como uma mancha de óleo em pergaminho, vagarosa mas seguramente através da permeabilidade do mapa continental”, de tal maneira que, quando as colônias se separaram das metrópoles, o Brasil ocupava cerca da metade da América do Sul.

Os brasileiros, durante a era colonial, exploraram o continente meridional inteiro, e, em pequenos grupos – as suas chamadas “bandeiras” – penetraram até quase o Pacífico. As barreiras das florestas e dos pântanos tropicais, a tediosa travessia de nossas imensas campinas não detiveram esses valorosos pioneiros, que alcançaram os próprios Andes no seu avanço. É fora de dúvida, entretanto, que eles tinham a noção de proporção do quanto podiam conservar. Abandonavam, voluntariamente, as terras que julgavam inconvenientes ou sem proveito manter, mas conservavam e defendiam as outras que formaram o Brasil.

A era colonial foi a era de limites.

4 John Bassett Moore (1860-1947) foi um jurista americano. Atuou no Departamento de Estado entre 1885 e 1886, tornando-se professor da Universidade de Columbia em 1891. O Barão do Rio Branco utilizou seus serviços na questão do Acre e na questão de Palmas. Citação de Moore: 1904.

A noção de limites é universal. Temos limites em tudo e para tudo. Não há ideia ou ato que não implique a consideração de limite. Mas é verdade, também, que nós sempre encontramos o limite onde nos é mais conveniente colocá-lo. A natureza, por si mesma, não tem limites e somos nós que estabelecemos o limite onde o queremos ou onde o necessitamos, mas tal limite cria uma nova zona que novamente requer limitação e assim por diante, ilimitadamente.

A noção de limite é em si mesma artificial, é uma convenção, uma criação da humanidade. Eis por que, quanto mais civilizados e cultos nos tornamos, mais vamos adquirindo a noção certa do limite. Eis por que a lei é uma regra de limite: é a vida limitada pelos direitos do próximo, e o que é verdadeiro para o indivíduo é verdadeiro para os povos.

Porém, deveis lembrar-vos de que a noção de limite é também dinâmica em si mesma, porque a vida não se detém em um eterno ciclo de movimento e de curiosidade.

Essas ideias gerais da noção de limite dão a psicologia de indivíduos e de povos.

Toda a atividade humana é uma corrente de esforços tendentes à criação de novos limites.

Geógrafos, historiadores e juristas têm reconhecido que o limite na história, na geografia e no direito, tal como é conhecido hoje, é apenas a base para expansões de amanhã, porque a tendência natural de todos os grupos tem sido e é a de crescer e de ampliar seus territórios e horizontes.

Essa tendência resulta da natureza humana e é expressão do instinto dos povos.

Por essa razão, a concepção romana de *limes* e *fnes* dominou todos os nossos estabelecimentos na América, porque era baseada na natureza humana.

Para os romanos o *limes* era uma linha, um limite, do qual se originava o *finis* do Império, ou sua base de expansão política e territorial. Os limites eram, praticamente, linhas simbólicas, atrás das quais as organizações administrativas e militares se preparavam para o *finis*, ou a expansão, que era um movimento organizado, um empreendimento racional, uma finalidade do povo romano e de seus governos.

A política de delimitação era para eles uma redução do poder de expansão e de domínio.

Ela foi impraticável na era romana e também na era colonial da América.

O conselho de Pasquier a um dos reis de França: “Para bem delimitar vosso reino, é necessário primeiramente que fixeis limites razoáveis a vossas esperanças e desejos”⁵, era um absurdo naqueles tempos. Portugal e Espanha não tinham limites na América, senão linhas, pelas quais tentavam criar novas fronteiras na sua ambição natural de expansão no novo continente, pois o limite era uma linha restritiva e suas fronteiras uma zona aberta. O limite era somente um termo geográfico, e a fronteira uma necessidade política.

A fronteira era um processo de competição entre duas jurisdições, entre duas influências, o contato de duas expansões, uma zona caracterizada por um problema de domínio, uma região de debate, um fruto de conquista. Era a organização para novas conquistas. A fronteira era uma limitação e o limite uma delimitação. Uma era unilateral e a outra bilateral; o limite era um princípio de divisão e a fronteira um princípio de expansão territorial e unidade política.

O interesse, tanto de Portugal como da Espanha, era o de manter suas fronteiras e não o de determinar os limites de suas colônias.

5 Étienne Pasquier (1529-1615) foi um homem de letras e jurista francês. Ver Keohane: 1980, 44-9

Nos períodos primitivos da história da sociedade humana, tais como os da antiguidade ou da Idade Média, o limite, tanto para o indivíduo como para os povos, correspondia à mera necessidade subjetiva ou a um padrão de vida íntima ou interior.

Era uma criação do espírito para a satisfação do espírito, uma convenção política ou religiosa, cuja utilidade era a criação de um símbolo de fé ou de domínio.

Nos tempos modernos, com a multiplicação dos povos, com o progresso político, jurídico e social, o limite corresponde a uma necessidade objetiva e universal. O limite é, hoje, o primeiro dever do estado, e a delimitação é a própria base da paz.

Ao período colonial seguiu-se o Império do Brasil, que iniciou a demarcação prática de suas fronteiras com as novas repúblicas independentes do continente.

Desde o início de sua vida independente, o Brasil se esforçou no sentido de entrar em acordo com todos os seus vizinhos, em relação aos limites territoriais. Herdamos as rivalidades entre Espanha e Portugal, todas as suas questões sobre fronteiras e recebemos um imenso território, que estava praticamente sem limites estabelecidos. Éramos um império, no meio de repúblicas, e éramos portugueses entre os espanhóis; nossa língua era diferente, diferentes os nossos hábitos, e estávamos sós no meio deles.

A Espanha dividiu as suas terras em vice-reinos, dando a cada um os seus próprios limites, que eram fixados por decreto e válidos entre os espanhóis, não eram e não podiam ser aceitos ou reconhecidos pelos portugueses. O problema de posse e domínio, de fato e direito, transplantado do direito civil para o direito internacional, debatido mas não resolvido durante a era colonial, deu origem a muitas dissensões nas relações e na vida das nações americanas recém-criadas.

Os vice-reinos espanhóis tornaram-se independentes e as suas confusas divisões administrativas, que tinham sido ditadas pela Espanha para caracterizar zonas mal conhecidas, geraram, mesmo entre países que haviam tido análoga formação e origem, muitas dúvidas, discórdias e questões que, infelizmente, tiveram um trágico desfecho nas guerras cisplatinas, nas lutas entre o Chile e o Peru, entre a Bolívia e o Paraguai, e, ultimamente, no caso de Letícia, assim como em muitos outros casos.

As questões com o Brasil foram, por conseguinte, muito mais graves, primeiramente porque a Espanha e Portugal jamais chegaram a um completo entendimento em relação aos limites entre suas colônias, especialmente entre os seus territórios americanos; em segundo lugar, porque o Brasil, não estando sujeito à jurisdição espanhola, não podia considerar-se ou ser considerado obrigado pelos atos da soberania espanhola, e, em terceiro lugar, porque, por ocasião da proclamação de sua independência, em 1822, o Brasil não podia aceitar os limites espanhóis de 1810.

Tendo sido proclamada a independência, qual seria, então, a regra para delimitação das novas nações americanas?

Não havia limites *in actu*, mas *in potencia*. Essas eram as divisões administrativas estabelecidas pela metrópole espanhola.

Essas divisões eram as únicas adotadas com o propósito de serem evitadas questões territoriais entre os novos países espanhóis.

O ponto de partida para a divisão de novos países foi a posse teórica pela Espanha, no ano de 1810, quando se iniciou a era de emancipação. Isso era chamado o *uti possidetis* de 1810, o qual, nos congressos e mesmo nos tratados, foi daí por diante considerado o “princípio do direito americano”, relativamente às questões de território e de limite.

Um notável escritor colombiano afirmou:

O princípio que é universalmente aceito na América para demarcação de fronteiras é o uti possidetis juris de 1811, isto é, cada país reivindica a posse pelo direito de todo o território que, de acordo com as divisões políticas ditadas pela soberania ou fixadas pelo tratado vigente, constituiu uma colônia espanhola ou estrangeira até 1810, a data da Revolução. Esta base de demarcação é invulnerável, porque é a única justa e possível e não é suscetível de modificação, exceto em certos pontos, sobre os quais os países interessados poderão fazer concessões recíprocas com o fim de obter fronteiras definidas que melhor se coadunem com seus legítimos interesses.

Esse “princípio americano”, baseado na posse teórica pela Espanha no ano de 1810, foi invocado pela primeira vez na Colômbia em 1811, antes da independência do Brasil, e foi estabelecido com base de demarcação pelo Congresso do Panamá em 1826 e reafirmado pelo de Lima em 1847.

O princípio, em si mesmo, era absurdo; primeiramente, porque a posse teórica pela Espanha, em 1810, não tinha controle geográfico; em segundo lugar, porque à posse teórica espanhola se opunha a posse real por Portugal.

Foi por esse motivo, como bem expõe Leon Suarez, com uma imparcialidade digna de ser imitada, que “a questão se complicou, quando estavam prestes a ser resolvidos, não somente os limites entre as nações hispano-americanas mas também entre estas e o Brasil, que é limitado por todos os países sul-americanos, com exceção do Chile”⁶.

6 José León Suárez (1872-1927) foi o internacionalista argentino responsável pela criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires, tendo atuado na Comissão de Direito Internacional da Liga das Nações.

O Brasil não se tinha sujeitado à Espanha, e não poderia, naturalmente, considerar-se dominado pelos atos de soberania ou pela jurisdição da coroa espanhola, nem mesmo por meio de convenções, princípios ou recomendações, que consultavam somente os interesses das novas repúblicas hispano-americanas e que procuravam restabelecer as divisões administrativas entre vice-reinos e províncias da Espanha colonial.

Enquanto os espanhóis apoiavam as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso como base para a solução das questões de limites, os brasileiros, favorecidos pelas estipulações do Tratado de Badajoz, sustentavam que, em questões territoriais, não se poderiam considerar limitados por nenhuma linha histórica, porquanto o tratado de paz de 1801 não somente deixara de restabelecer o Tratado de Santo Ildefonso, o *statu quo ante bellum*, mas, pelo contrário, estabelecera expressa e indubitavelmente o *statu quo post bellum*, o qual não se podia determinar naquele momento, e sim quando as questões de limites entre o Brasil e cada um dos seus vizinhos tomassem forma concreta.

À tese do *uti possidetis juris* de 1811, artificial e destituída de base geográfica ou jurídica, o jovem Império do Brasil opôs a tese do simples *uti possidetis* do direito civil.

A proposta do Brasil, em clareza e propósito pacíficos, desafia qualquer outra:

O Brasil desejava aquilo que possuiu, real e efetivamente, ao tempo da sua independência, com ou sem títulos, quaisquer que fossem esses, e não aquilo que tinha direito de possuir. Era o princípio do uti possidetis: o reconhecimento da soberania do estado sobre o território por ele ocupado, até o limite real e efetivo dessa ocupação, no momento das conversações para a delimitação territorial.

A fórmula espanhola só poderia ser aplicada entre povos que se originassem de uma única soberania e que, mais tarde, se

dividissem, para formar nações independentes. Mesmo assim, unir tal aplicação desse conceito não tem sido fácil como o provam as disputas que, mesmo hoje em dia, têm lugar entre os países de origem espanhola, muitas das quais são praticamente sem solução.

O problema da demarcação de limites com o Brasil deveria ser, portanto, de solução extremamente difícil.

A realidade, porém, é diferente.

A capacidade revelada pelo povo brasileiro na descoberta, ocupação e conservação de tão imenso território, durante um período de conquistas, lutando contra espanhóis, franceses, holandeses e finalmente contra os próprios portugueses, não poderia deixar de criar, igualmente, um espírito nacional, uma consciência jurídica e um poder político. Criou também uma vocação internacional. Os espanhóis e portugueses tinham idênticas condições geográficas e a mesma religião, e, apesar de falarem idiomas diferentes, tinham também a mesma ambição política de expansão e domínio.

Como pode, portanto, ser explicado que, enquanto o Brasil mantinha sua unidade política e territorial no período de sua independência, o domínio colonial espanhol, então dividido em quatro únicos vice-reinados, viesse a ser desmembrado em dezenove repúblicas?

Isto foi devido a terem os brasileiros, apesar de assolados por conquistas e invasões, adquirido um espírito nacional, bem como ao fato de ter a sua independência resultado de um processo de amadurecimento, de fatores políticos e geográficos, na hora da libertação continental.

Esta virtude política, que criou a unidade territorial e política do mais vasto país da América, estava destinada a contribuir, como nós o demonstraremos, para os anais americanos, na hora da demarcação dos limites das novas nações do continente, como

uma política de conciliação geral, de ordem continental e de paz geral no continente.

A história do gênio político que criou esta atmosfera, propícia à solução pacífica de rivalidades e contendas de mais de 100 anos, é a história da política internacional do Brasil.

Caracteriza-se pela forma na qual o Brasil delimitou suas fronteiras com todos os seus vizinhos, os quais eram não só os novos países espanhóis, mas também poderosas nações como a Holanda, a França e a Inglaterra.

A razão disto baseia-se no fato de que a fronteira é mais o fundamento da unidade nacional do que uma linha histórica.

Um limite, como já esclareci, era um termo geográfico, uma linha voluntariamente traçada; mas a fronteira foi sempre um ato de supremo domínio e não um fato geográfico.

Lord Curzon, no seu notável trabalho sobre fronteiras, escreveu:

É digno de nota o fato de que, conquanto as fronteiras sejam o principal motivo da ansiedade de quase todos os Ministérios de Estrangeiros do mundo civilizado, bem como a causa de 4/5 de todos os tratados ou convenções políticas do momento, não haja ainda, que eu saiba, um único trabalho ou estudo, em qualquer língua, que se dedique exclusivamente a este assunto. Isto é tanto mais digno de nota, se considerarmos que a política de fronteiras é de importância prática primordial e tem efeito mais profundo em relação à paz ou guerra entre nações, do que qualquer outro fator⁷.

A fronteira era simples objeto do estudo dos geógrafos, os quais, justamente porque sempre existira uma geografia que se

⁷ Referência a George Nathaniel Curzon (1859-1925), o político britânico conservador que foi vice-rei da Índia, secretário de Relações Exteriores e líder conservador na *House of Lords*. A obra citada foi publicada em 1907. Ver Curzon: 1907.

antecipara à história, foram os primeiros a fixar a ideia real de fronteira.

Ratzel, na sua “Antropogeografia”, chamou a fronteira de linha divisória de 3° grau, porque não era somente uma linha física, mas também uma manifestação de desígnios humanos, uma criação coletiva, um órgão do estado⁸.

Não há dúvida que a fronteira não é a linha que divide os territórios de dois países, mas sim uma realização política, criando resultados políticos.

É uma instituição de ordem pública incorporada aos princípios básicos de cada nação. É uma linha de contato entre duas raças, duas autoridades, duas políticas. Não é propriamente uma linha, e sim uma zona que não está sujeita a regras topográficas, mas a um regime jurídico, a uma organização política, social e econômica, de direito público e internacional.

É necessário frisar que a fronteira é uma zona territorial completa, que precede a delimitação e ultrapassa o limite, com o qual não deve ser confundida, porquanto resulta de regras internas e internacionais.

Do ponto de vista do direito público interno, a fronteira, representando a unidade e a coesão dos estados, assume o papel de uma instituição criada com a finalidade de defesa, disciplina e organização nacional.

É uma zona de serviço público distinta de outras zonas internas. A fronteira fiscal, marítima ou militar pode estar sujeita, por exemplo, a regras e leis especiais não aplicáveis ao resto do país.

Do ponto de vista internacional, é uma zona de contato, de relações, uma região de ligação entre dois países, um território

8 Fridrich Ratzel (1844-1904) foi um famoso geógrafo e etnógrafo alemão. Foi um dos primeiros a utilizar o termo espaço vital (*Lebensraum*). Ver Semple e Ratzel: 1911.

misto, produto da união de duas zonas de influências diferentes ou de interesses de povos e governos.

Assim como o homem, que não pode viver sem corpo, o estado não pode existir sem território e este sem fronteiras.

Marcel Sibert, em seus estudos a respeito de fronteiras internacionais, disse: “São produtos da história e seus resultados, felizes ou infelizes, são consequências de fatos e do tempo”.

Eu vos direi agora como o Brasil independente tentou realizar esta tarefa, transformando a ideia de limite da era colonial na ideia de fronteira, base de vizinhança, de cooperação e de paz.

O Império fez saber a todos que o Brasil estava pronto a negociar tratados de limites baseados no princípio geral do *uti possidetis* e que não tinha intenções de aumentar suas possessões territoriais em detrimento de outras fronteiras nacionais.

Em 1825, o Brasil declarou nulo e sem valor o ato do governador de Mato Grosso que incorporara ao Brasil a província boliviana de Chiquitos, acedendo à proposta que, nesse sentido, lhe fora feita pelo governador da província, revoltado contra o governo boliviano, rejeitando assim a proposta de Bolívar.

O decreto do Império declara: “que o referido ato é, por este decreto, desaprovado e declarado nulo”,

que era de estranhar que ele (o governador da província) houvesse avaliado tão mal os sentimentos do seu soberano a ponto de ousar admitir que o Imperador pudesse louvar, pela sua simples utilidade prática, aquilo que é contrário aos princípios do direito público, reconhecido por todas as nações civilizadas, quando é sabido de todos que o Imperador é invariavelmente guiado pelos princípios mais sãos de justiça e política, procurando o bem-estar da nação que governa, sem violar jamais os direitos de outrem.

Estes fatos, e o decreto mencionado, são extremamente importantes porque exprimem e acentuam a conduta internacional seguida pelo Brasil, sem interrupção, desde a sua Independência até o dia de hoje, na solução das suas questões de limites com outras nações.

A mensagem do Visconde do Rio Branco ao governo paraguaio, em 1857, definindo a atitude do Brasil em relação a problemas territoriais, é um documento não menos importante:

Os limites do Brasil com as outras repúblicas americanas que com ele confinam não podem ser estabelecidos por tratados existentes entre Espanha e Portugal, exceto se ambas as partes contratantes desejam adotar tais tratados como base de demarcação de suas fronteiras. Os convênios pelos quais as coroas de Portugal e da Espanha tentaram dividir terras ainda não descobertas, conquistadas na América, e delimitar as possessões já estabelecidas no continente, nunca produziram os efeitos desejados. As dúvidas e incertezas decorrentes de tais estipulações, as inconveniências resultantes de uma ou outra parte, e, finalmente, a guerra, tornaram inúteis, sucessivamente, tais acordos, e estabeleceram o direito do uti possidetis como sendo o único título e a única barreira contra a usurpação por parte de um ou de outro, assim como por parte de suas colônias na América do Sul⁹. (...)

O governo de sua majestade o imperador do Brasil, reconhecendo a falta de lei escrita para a demarcação de limites com os estados vizinhos, adotou e propôs as únicas bases razoáveis e equitativas que podem ser invocadas:

O uti possidetis, sempre que este exista, e as estipulações de 1777, quando estas estiverem de acordo e não se oponham as possessões atuais de uma e outra parte contratante.

9 Ver Discurso de apresentação do enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil ao presidente da República do Paraguai e documentos subsequentes em Ministério dos Estrangeiros: 1858.

Estes princípios, em si próprios aceitáveis à razão e à justiça, têm sido estabelecidos no direito público universal. Se tivessem que ser refutados, o único princípio regulador da matéria seria a conveniência ou a força de cada nação.

A coerência foi sempre a grande força da nossa política internacional.

O nosso crescimento geográfico mostra que, através de lutas e vicissitudes, sempre fomos dominados por uma vontade superior de realização, que se sobrepôs às instituições, às formas de governo, enfim a todos os acidentes políticos e econômicos interiores, para criar e manter, pela ação permanente de si mesma, essa vocação de grandeza e de unidade do Brasil.

À contingência e à precariedade geográfica de toda a fronteira opôs o Brasil a continuidade e a firmeza de sua concepção política, isto é, o conteúdo jurídico e nacional de sua ação continental, emprestando aos nossos limites a segurança, a estabilidade e a perpetuidade das “fronteiras não só naturais, como justas”.

Não existe, meus senhores, uma fronteira forte, sejam quais forem os acidentes naturais e as defesas militares para uma nação fraca, sem convicções e sem princípios.

Siegfried, prefaciando o livro de Ancel sobre a “Geografia das Fronteiras”, afirmou que “a força de uma nação reside na intensidade de vida que nela se contém e na personalidade com que ela se afirma”, e adiantou que “esta personalidade determinará o tipo no qual pertencerá a nação, os órgãos que lhe serão essenciais, as funções sem as quais não poderá prosperar, o equilíbrio que necessariamente terá de criar e as fronteiras dessa unidade política que ela encerra e, por isso mesmo, delimita¹⁰.”

10 Jacques Ancel (1879-1943) e André Siegfried (1875-1959) foram dois geógrafos franceses. A citação é de Ancel: 1938, 133.

O Brasil, no tempo do Império, exerceu no concerto dos povos continentais uma grande ascendência, incorporando-se, para não mais sair, ao tipo das nações líderes, não só pela sua política interior como, sobretudo, pela fidelidade de sua política exterior ao grande princípio harmonizador e construtor, no qual deve a América o pan-americanismo, e que Alexandre de Gusmão, justamente cognominado o “avô dos diplomatas brasileiros”, lançara, em 1750, no Tratado de Madri¹¹:

Cada parte há de ficar com o que atualmente possui; a execução das mútuas cessões que em seu lugar se darão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias.

A essa orientação, intrínseca à nossa vida e ao nosso destino, obedeceram todas as gerações brasileiras, e a ela, à sua capacidade de expansão geográfica e de união política, devemos, talvez mais do que à língua, à religião e a outros fatores, a nossa grandeza e a nossa unidade, porque, sem ela, ainda que com a mesma língua, a mesma religião, a mesma herança e até mais unidade racial, os espanhóis se subdividiram em várias nações. A obediência a essa regra inicial e vital de nossa expansão no período colonial devemos a nossa configuração geográfica, a nossa autoridade política, a unidade nacional no período imperial.

Meus senhores. Assim como a colônia foi a era do limite da expansão, o Império foi a da fronteira e da configuração e a República a da arbitragem, da conciliação, da demarcação, da boa vizinhança e da paz. À conquista colonial seguiu-se a consolidação imperial e, por fim, a delimitação, pela República, de nossas fronteiras.

11 Alexandre de Gusmão (1695-1753) nasceu em Santos. Foi secretário particular de D. João V, iniciando em 1715 suas atividades diplomáticas. Ver Cortesão: 1953-1963; Goes Filho: 2013; Mendonça: 1960.

Em 1889, quando da proclamação da República, avizinhávamos com todos os países do continente, com exceção do Chile, mas, por linhas e zonas, não tínhamos fronteiras delimitadas senão com partes insignificantes do Peru, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, cuja caracterização e ultimação estão sendo feitas pelas nossas comissões. A obra da demarcação é da República e a vitória da sua diplomacia advém, como disse Rio Branco, de haver consultado sempre “os princípios da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização da América”¹².

A obra republicana tem merecido encômios universais, a admiração e a adesão crescente às suas normas pacíficas, do que são testemunho, digno de ser invocado, as expressões da recente carta do presidente Roosevelt ao presidente Vargas, por ocasião das comemorações últimas da Proclamação da República¹³. Essa obra, ainda sem história, por contemporânea, há de ter sua consagração imortal.

Meus Senhores. Não temos mais, hoje, o problema de limites, nem mesmo o de fronteiras.

A nossa terra alberga a fecundidade de todos os climas, a salubridade de todas as regiões, a opulência da natureza em todas as suas maravilhas. Nela cabem o mundo com todas as suas raças, os povos com todos os seus engenhos e a humanidade – essa pobre e atormentada humanidade de hoje – com todas as suas necessidades.

12 José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco (1945-1912), foi ministro das relações exteriores entre 1902 e 1912. A citação originalmente vem da exposição apresentada por Rio Branco ao presidente Cleaveland na questão de limites entre Brasil e Argentina em 1894. Ver Araújo Jorge: 1916, 46-7.

13 Por intermédio do general Delos Emmons, comandante de esquadrilha que visitou o Rio de Janeiro no cinquentenário da República, o presidente americano Franklin Delano Roosevelt enviou carta ao presidente brasileiro Getúlio Vargas, datada de 7 de novembro. O documento foi publicado nos jornais cariocas no dia seguinte.

As naturezas grandes, porém, produzem homens pequenos, porque, fartos, vivem nela sem esforços, aniquilados pela sua abundância e pelas suas prodigalidades.

Mas a natureza do Brasil é obra de deslocação de suas fronteiras pelos brasileiros, da fronteira geográfica na colônia e na monarquia e da econômica e política na república.

A força formadora da terra, que imprime, plasma e afeiçoa o homem à sua natureza, no Brasil comunicou às gerações sucessivas, através de sucessivas formas de governo, a unidade de pensar, de sentir e de agir que expulsou e sobrepujou povos, dominou o espaço, venceu o tempo e criou uma grande nação, laboriosa, pacífica e pacifista.

Essa é a razão pela qual, como afirmei, não temos mais problemas de fronteiras. Temos, apenas, o da boa vizinhança.

Aquiles Loria, economista e sociólogo, afirmou, em sua obra de análise da economia humana, que “a América tem em suas mãos a chave do enigma histórico que a Europa procurou por séculos em vão, porque essa terra sem história vai revelar o curso da história universal”¹⁴.

E o Brasil, meus senhores, deu e dará uma grande parte dessa contribuição na América, senão a maior, a mais humana, a mais cristã, a mais justa, a melhor de todas: a da magnanimidade na vitória e a da solidariedade na paz.

14 Achille Loria (1857-1943) desenvolveu uma teoria determinista sobre o desenvolvimento econômico. Citação em Loria: 1889, 15.

A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA (1939)

Exposição de motivos dirigida a Getúlio Vargas em 29 de junho de 1939, publicada na introdução do “Livro Verde”¹

Senhor presidente,

A situação mundial parece desgraçadamente[e] evoluir no sentido de uma guerra próxima e, nessas condições, julgo dever do Itamaraty pedir a atenção de vossa excelência para algumas considerações que me ocorrem.

O choque dos estados totalitários e de seus eventuais satélites contra as democracias pode ter desfecho em terra tanto pela vitória de um partido como de outro – e esse será o resultado final em caso de uma guerra de pequena duração. No caso, porém, mais provável, de hostilidades prolongadas, como aconteceu na Grande Guerra, a vitória estará com quem possuir o domínio dos mares. E, apesar das grandes dificuldades que se poderão armar no Mediterrâneo às democracias, estas, ao que parece, é que lograrão manter a supremacia naval definitiva.

Diante da conflagração que se desenha, o papel do Brasil é de manter estrita neutralidade e, com esse objetivo, já aqui se prepararam as respectivas regras, de que tenho a honra de remeter uma cópia em anexo a vossa excelência.

1 Ministério das Relações Exteriores: 1944, 10-1.

Mas a experiência mesma da Grande Guerra ensinou que é difícil permanecer neutro em face de uma conflagração que só tende a generalizar-se. Nessas condições, será preciso, em previsão do que está por suceder, ter desde já em mente a atitude do Brasil no dia em que for obrigado pelas circunstâncias a abandonar a neutralidade. Isto é tanto mais importante quanto se pode estar certo de que os beligerantes procurarão, como em 1914, arregimentar em favor de um e outro bando a opinião pública, vindo, assim, a dificultar a ação do governo e talvez até suas resoluções, no momento em que lhe couber tomar uma atitude.

Preparar o Brasil para tal eventualidade parece-me ser, hoje, o precípua dever do governo. Além da elaboração das citadas regras de neutralidade, caberá ao Itamaraty organizar a repatriação de brasileiros e facilitar a remessa de recursos aos que deles necessitarem.

Mas é instante também fazer os trabalhos preparatórios para: 1) arregimentação da opinião pública; 2) economia de combustíveis e de trigo; 3) regularização dos vencimentos de obrigações internacionais; 4) constituição de “estoques” dos produtos indispensáveis e racionalização de seu consumo; 5) proibição da exportação de ferro.

Está claro que a um homem da clarividência de vossa excelência não me animaria eu a aconselhar senão algumas medidas, que reclamarão para serem aplicadas utilmente uma série grande de providências complementares. Mas, por isso que interessam ao comércio exterior e entram assim na competência do Itamaraty, desejo solicitar a atenção de vossa excelência para as possibilidades, que só teremos por pouco tempo, de realizar exportações massivas de café para vários estados da Europa, que se comprometeriam a guardá-las como “estoque” de guerra e dariam em troca ao Brasil produtos de que, de nossa parte, temos necessidade de fazer

depósitos, afim de evitar as deficiências de abastecimento de que padeceu o país no período 1914-1919. Então, como voltará a suceder quando se iniciarem as hostilidades, a exportação de café decairá bruscamente e a tonelagem marítima disponível será usada para transportar preferencialmente outros produtos. (...)



CONFERÊNCIA SOBRE A HISTÓRIA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA (1940)

*Discurso proferido no Palácio Tiradentes.
Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1940¹*

Meus senhores.

Foi, como sempre tenho afirmado, uma grande honra para mim entrar, após ter exercido as mais altas e responsáveis posições na vida política do meu país, para o serviço do Itamaraty.

Considerarei sempre, como devem considerar todos os brasileiros, uma nobre missão a de trabalhar à sombra desta casa, viver as suas tradições e compartilhar as suas responsabilidades.

Não tem o nosso país atalaia mais alta na sua história de benemerências, nem deu outro povo mais nobre lição de pacifismo e de devoção à justiça do que o que consta nos anais diplomáticos do Brasil.

A diplomacia brasileira é a escola da paz, a organização da arbitragem, a política da harmonia, a prática da boa vizinhança, a igualdade dos povos, a proteção dos fracos, a defesa da justiça internacional, enfim, uma das glórias mais altas e puras da civilização jurídica universal. A ela deve o nosso povo a parcela maior de sua grandeza, a configuração de suas fronteiras imensas, a

1 Aranha: 1940d.

confiança dos demais povos, e, mais que tudo, o uso e gozo da paz em que temos vivido os brasileiros, mesmo nos períodos de confusão por que tem passado o mundo.

O grande incomparável Joaquim Nabuco, falando na Universidade de Chicago, afirmou que *assim como existe uma política exterior passageira e perigosa, existe outra, permanente e garantida. A espécie que não dura é a da política exterior feita para garantir-se um auxílio, buscando, apenas, o interesse imediato da própria nação, isto é, usando outra nação como seu instrumento; a política exterior que se pode qualificar de permanente é aquela em que uma nação procura construir, ao lado da outra, um destino comum*².

Passado mais de um quarto de século dessa apreciação sábia e profética, na qual a coerência da política internacional do Brasil se revê e retrata com orgulho para todos nós, o presidente Getúlio Vargas, inaugurando o seu governo reafirmou essa orientação da diplomacia brasileira, em palavras que devem ser sempre lembradas e repetidas:

O Brasil trabalha e produz, economiza e progride, mantém-se fiel aos seus compromissos e procura cooperar para tudo quanto possa facilitar o entendimento econômico e político dos povos e afastar as causas do mal-estar social que caracteriza esta fase dramática do mundo contemporâneo.

O nosso espírito de cooperação é instintivo e fundamental da nossa raça, como o provam numerosos fatos da vida internacional: o nosso idealismo, a nossa confiança nos princípios imutáveis da justiça, a nossa fé na arbitragem para a solução pacífica dos conflitos entre estados são qualidades inatas da nossa coletividade.

2 Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) na época que proferiu tais palavras (28 de Agosto de 1908) era embaixador do Brasil em Washington. A citação vem da conferência "A aproximação das duas Américas". Ver Nabuco: 1949, 461-70.

Com esses atributos essenciais do espírito brasileiro, encaramos com confiança o futuro e estaremos sempre dispostos a colaborar com todos os povos para a organização de uma sociedade internacional mais humana e, por isso mesmo, mais feliz. Fecundo e renovador sentido continental³.

O decênio da revolução de outubro, que aqui comemoramos, não só pôs em prática, através do Itamaraty, essas generosas ideias de ordem universal anunciadas pelo seu chefe ao traçar em 1930 a política internacional de seu governo, como deu à essa política, sem quebra de fidelidade das tradições diplomáticas brasileiras, um grande, fecundo e renovador sentido continental.

Comparecendo à solene instalação da Assembleia Constituinte, nessa mesma sala e desta mesma tribuna, o presidente Vargas anunciou:

O Brasil tem vivido e quer continuar a viver na mais estreita união de vistas com os estados civilizados. Nem pôde, mesmo, furtar-se a esse dever de solidariedade humana. Dadas as condições políticas e econômicas do nosso tempo, é impossível qualquer país subtrair-se ao convívio internacional: a cooperação e assistência mútua impõem-se, cada vez mais, como fatores essenciais para a estabilidade de paz entre os povos⁴.

Sem esquecer esses imperativos de solidariedade internacional, entretanto, para o continente americano que se voltam de preferência as nossas atenções. Somos parte não pequena da grande família americana, e esta forma, em todos os sentidos, pela origem, evolução, necessidades e objetivos, um mundo inteiramente distinto, em que nos cabe uma parcela de responsabilidade histórica,

3 Trecho do discurso pronunciado no banquete oferecido aos representantes diplomáticos estrangeiros em 5 de julho de 1931, reproduzido em Vargas: 2009, 31-4.

4 Trecho da mensagem lida em 15 de novembro de 1933 na instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

que não podemos desprezar e impõe o prosseguimento da nossa política tradicional, sintetizada há mais de cem anos na expressão – sistema americano – de José Bonifácio, objetivado na gestão gloriosa do segundo Rio Branco.

A essas palavras – a verdadeira profissão de fé pan-americana – haviam precedido e seguiram-se atos governamentais criando entre os povos continentais uma vizinhança exemplar, uma cooperação sem reservas, uma amizade sem nuvens, uma vida solidária e feliz.

Quando da visita do ministro Cantillo⁵, recebi do presidente Vargas, de São Lourenço, um telegrama em que reafirmava por forma perfeita essa orientação:

O Brasil sempre desejou viver em paz com seus vizinhos e tudo tem feito para tornar realidade essa nobre aspiração. Hoje, com maior experiência e confiança, reconhece a necessidade de ampliar e solidificar a boa e fecunda política de cooperação e solidariedade continental graças à qual será possível a todas as nações americanas viver sem quitações sob um regime de ordem e trabalho, desenvolvendo ao mesmo tempo suas riquezas e realizando pacificamente os ideais comuns.

TRANSFORMAÇÃO DO PAN-AMERICANISMO

Essa atitude do Brasil, graças ao espírito político de seu chefe e à diretriz que imprimiu à nossa vida exterior, tornou possível a transformação do pan-americanismo, que, das fórmulas vagas e unilaterais há dez anos, caminhou, através de uma série de atos em que prepondera a ação ou a participação do Brasil, para essa maravilhosa “unidade espiritual e política que hoje existe no

5 José Maria Cantillo (1877-1953) foi o ministro das Relações Exteriores da Argentina entre 1938 e 1940. Ele visitou o Rio de Janeiro em abril de 1938. O telegrama foi recebido por Aranha em 7 de abril e publicado nos jornais da cidade no dia seguinte.

continente”, para essa marcha da América, sem que nada possa deter, no sentido de uma organização continental própria e defensiva, que jamais foi dado ao resto do mundo realizar.

A outra guerra encontrou os povos americanos desentendidos, direi mesmo, separados.

Esta, qualquer que seja o seu desenlace, veio e virá encontrar a América unida e emancipada, disposta a buscar em si mesma, nos meios de que dispõe, e no próprio continente, a sua salvação.

Essa situação privilegiada da América nesse instante é, em grande parte, obra da visão, da compreensão e da ação pan-americanas do presidente Getúlio Vargas desde os primeiros dias de seu governo e da sua inalterável fidelidade com que nesses dez anos tem favorecido, propiciado e prestigiado a organização econômica, política e militar dos povos continentais.

SENTIDO AMERICANO

O Brasil, meus senhores, é parte integrante da América; o seu destino está fatalmente ligado ao continente americano.

Esse sentido americano que nos acompanha desde os primórdios da nossa vida, é preciso que o tenhamos presentes em nossa consciência nessa hora trágica do mundo em que a América, após quatro séculos de preparação e organização em que recebeu o influxo civilizador do velho continente, será fatalmente chamada a desobrigar-se dos seus deveres para com a humanidade, trabalhada por um incoercível desejo de renovação.

A angústia que se debate a consciência da Europa que, balda de grande pensamento capaz de ultrapassar ou conciliar as antinomias impostas pela sua vida, esgota-se na destruição dos mais altos valores criados pelo seu gênio, está a mostrar à América que chegou o momento de realizar a promessa com que assomou a existência de ser o continente em que a humanidade se refará para

prosseguir a sua marca eterna, em busca de um ideal que sempre recua na sua frente.

No passado, a Europa sempre resolveu as suas grandes crises por meio de vastas sínteses que conciliaram numa ideia mais larga as condições existentes. O Império Romano, o cristianismo em que se fundiram o dogma revelado e a filosofia grega, o renascimento e a ciência representaram as imensas conquistas do espírito humano no sentido de criar a harmonia europeia e uma ordem universal.

Diferente é o espetáculo que oferece hoje o velho mundo, incapaz de retirar do seu pensamento fatigado a formulação vigorosa que harmonize as ideias e os interesses em conflito, refazendo a unidade de civilização profundamente dividida cujos elementos componentes se veem impedidos de realizar, por meio de uma colaboração fecunda, os fins que foram destinados.

APELO À AMÉRICA

Essa defecção do velho mundo é ao mesmo tempo um apelo à América. A América está preparada para responder a esse apelo. A unidade continental, razão da sua força, não é um mero fato material ou intrínseco da sua integridade, mas a unidade que resulta de um mesmo ponto de vista, de uma mesma interpretação e concepção da vida, que constituem a essência do ser americano.

Há nos povos americanos certas características que formam a substância espiritual da América e que encontraram a sua razão de ser nas circunstâncias que contribuíram para a sua formação. Uma dessas características essenciais consiste no respeito pelo indivíduo considerando como fonte de que emana todo o bem e cujo aperfeiçoamento justifica a existência das instituições do estado.

Nessa concepção reside a verdadeira democracia, traço inconfundível de todos os países do continente, sejam quais forem

as suas formas de governo, que as necessidades do momento determinam, em busca de um equilíbrio entre a liberdade e a autoridade.

Quando a vida coletiva apenas se esboçava nessa parte do mundo, muito antes das tendências sociais se constituírem em uma preocupação dos espíritos, já esse respeito ao ser humano existe em germe nas nossas instituições principiantes, emprestando uma feição própria à civilização americana, que acredita na perfectibilidade do homem e se empenha em proporcionar-lhes os meios para o desenvolvimento de suas faculdades.

Essa feição humanista e essencialmente cristã da civilização americana ainda mais acentuou com os tempos, em consequência das grandes migrações colonizadoras realizadas no século XIX, que saíram os povos americanos, resultantes da fusão de numerosos elementos étnicos e constituindo o que um etnógrafo chamou a raça cósmica⁶. Esse é o motivo pelo qual a América repudia todo e qualquer sistema visando produzir a ideia racial no conceito de civilização. O contrário importaria em negar a sua própria essência, além de violentar seus interesses vitais, pois em grande parte a América ainda é um continente aberto à colonização.

Se passarmos ao plano das relações internacionais, encontraremos o mesmo apego aos valores morais, a mesma vontade de subordinar as atividades humanas, a uma ideia moral, exteriorizando-se no culto do direito tão característico dos povos americanos. É menos, porém, o culto do direito pelo direito ou aceitação da norma jurídica como a finalidade do que a preocupação em criar uma ordem em que o indivíduo no campo da ação privada e a soberania do estado no campo das relações internacionais se

6 O conceito foi criado pelo intelectual mexicano José de Vasconcelos (1882-1959) em uma publicação da década de 1920 (Vasconcelos: 1925).

cerquem de todas as condições para cooperar harmoniosamente pelo bem comum.

O mundo não é feito de seres isolados, mas de seres que se coordenam como partes de um todo, e isso tanto nas sociedades nacionais como na internacional, dá o respeito que merece a contribuição de cada um, seja ele indivíduo ou nação, pois é da dádiva de cada um que é feita a harmonia de conjunto.

REPULSA À HEGEMONIA

A consciência americana, que nunca aceitou a categoria do senhor e escravo, repudia igualmente a hegemonia de uma nação sobre as outras, pois todas têm o mesmo direito à existência, todas têm uma missão a desempenhar na ordem universal. A igualdade entre as soberanias, o não reconhecimento das conquistas feitas pela violência e a não intervenção de um estado nos negócios da esfera interna de outros são princípios que derivam naturalmente da mesma maneira de considerar a personalidade humana própria dos povos desse continente.

A força moral da América reside nessa conformidade dos povos americanos a um ideal de vida que estão prontos a defender com todos os meios e recursos de que dispõe o continente.

O fator humano está representado na América por 280 milhões falando apenas três línguas, duas das quais muito semelhantes, o que facilita a formação de uma consciência comum, à qual não sobressalta a existência de minorias.

Entre as contribuições da América para a humanidade destaca Joaquim Nabuco em uma de suas conferências nos Estados Unidos, traduzida por Carolina Nabuco, está o fato “do aparecimento, no mundo, de um imenso continente fadado a ser a nova pátria das velhas raças europeias, permitindo-lhes encontrar-se, confraternizar

e falar o mesmo idioma, enquanto, na velha terra, seus ascendentes permaneciam separados e até hoje beligerantes”⁷.

Antes dessa imigração de cunho americano, fez ele notar, a maior migração havia sido o tráfico de escravos, a introdução ilícita pela Europa em todo o território da América de africanos cativos.

Contrastar esse tráfico com a livre imigração basta para avaliar o papel da inspiração americana na marcha da civilização.

Alguns índices tomados ao acaso nos dão uma ideia do que é a potencialidade continental. Circulam nesse hemisfério 50% das linhas ferroviárias do mundo, transportando 49% do tráfico global de mercadorias. A aviação comercial percorre em média 250 milhões de quilômetros, sendo que mais de 160 milhões na América, à qual cabe mais de 40% do volume do tráfego aéreo mundial. Produzimos 66% dos automóveis e possuímos 32 milhões de carros ou 73% do total. Há um veículo para cada oito pessoas na América ao passo que na Europa há um para cada 80 pessoas.

Apresenta o continente todos os climas, do polar ao tropical, podendo assim aclimar e cultivar todos os vegetais que o homem consome. Nenhum continente supera o nosso na produção de gêneros alimentícios e matérias-primas de origem vegetal. Produz a América em média mais de 30% do trigo consumido no mundo e exporta 54%. Produz 41% do açúcar, 70% do milho, 80% do algodão, 30% da lã, 80% dos óleos vegetais, 88% do café e oferece condições excepcionais para a produção de borracha e fibras.

A mesma posição predominante ocupa a América no domínio da produção animal, tendo quase o monopólio da exportação de carne.

7 Trecho do discurso “A parte da América na civilização”, pronunciado na Universidade de Wisconsin em 20 de junho de 1909. Ver Nabuco: 1949, 445-70. Carolina Nabuco (1890-1981) foi filha de Joaquim Nabuco. Ver Nabuco: 2000.

No tocante aos minerais, dos quais depende a tecnologia moderna, a América está admiravelmente dotada. Os Estados Unidos e o Brasil podem ser tidos neste setor como os dois países mais ricos do mundo. As reservas conhecidas do minério de ferro estão calculadas em 65 bilhões. Somente o Brasil conta com reservas conhecidas num volume de 15 bilhões de toneladas de minério. O volume de ferro-gusa produzido na América equivale a 36% da produção mundial. Na produção mundial do aço, a preponderância deste continente ainda é mais expressiva: mais de 50% do total.

Possuímos todos os metais “alloys” exigidos pela alta siderurgia, principalmente o manganês e o titânio. O Canadá e o Brasil são os únicos países do mundo que contam com vastas jazidas de níquel. O Brasil por si só poderia abastecer o mundo desse metal durante mais de duzentos anos.

A América produz 55% do cobre, 40% do chumbo, 40% do zinco e 30% do arsênico. O maior produtor mundial de estanho é a Bolívia. Esse metal também ocorre no Brasil e na Argentina. Temos no Brasil montanhas de berilo, que, segundo experiências recentes, fornece o melhor “alloy” para determinadas aplicações da indústria bélica. Os Estados Unidos e o Peru dominam a produção mundial de vanádio, fornecendo em média 80% do consumo desse “alloy”. No hemisfério, concentram-se 85% da produção de prata e 18% do ouro.

Tem ainda o continente supremacia na produção dos minérios radioativos, sendo o Brasil um dos países mais ricos em urânio. A columbita, cuja aplicação na indústria bélica assume grande importância, ocorre em profusão no Brasil.

Em matéria de combustível, nosso continente, igualmente rico, controla 75% da produção mundial de petróleo, 35% do carvão betuminoso e utiliza 50% da força hidráulica aproveitada no mundo.

As indústrias químicas aparentemente de domínio europeu estão, hoje, predominantemente na América, que as desenvolveu e aperfeiçoou, produzindo todos os elementos básicos e seus derivados em proporções superiores às dos demais continentes.

Enfim, à América basta-se e pode suprir o mundo, mesmo porque ela trabalha, produz, inventa e ganha mais do que todo o resto do mundo.

O VELHO E O NOVO MUNDO

Meus senhores,

É fora de dúvida que tinha razão o grande Canning quando se justificava da campanha pela independência dos povos americanos afirmando que “chamava à existência um novo mundo para restabelecer o equilíbrio do antigo”⁸.

A Europa tinha perdido até a fé, dominada pela ideia de que chegava o fim do mundo, quando surgiu a América da aventura de Colombo.

Foi sem dúvida a nova terra, misteriosa e inesperada, que reavivou então as velhas raças europeias. A terra virgem, a lenda da Atlântida, as riquezas do El-Dorado encheram a Europa de nova fé e os velhos povos vieram “por mares nunca dantes navegados” satisfazer em nossas riquezas sua cobiça de descobrimentos, de conquistas, de imperialismos e de ânsias colonizadoras.

E assim a América, deserto de céu e terra, povoada, apenas, de infinito e de sol, foi transformada em colônia de quase todos os povos europeus.

Mas, meus senhores, a terra sempre foi mais forte do que as raças.

8 George Canning (1770-1827) foi, entre várias posições, *Foreign Secretary* britânico (1807-1809) e embaixador em Portugal (1814-1816). Ele proferiu tais palavras no parlamento britânico em 12 de dezembro de 1826, quando examinava as relações entre a Grã-Bretanha e Portugal. Ver Freitas: 1958.

O determinismo geográfico de uma terra nova é invencível. A geografia física da América acabou por dominar a geografia política da Europa: as raças velhas ao contato da terra nova transformaram-se em novas raças e em nações novas. E surgimos nós, todos os povos americanos, com características nacionais próprias, com o coração e os músculos e os sentimentos feitos de outro barro, de outro calor, de outra vida e, sobretudo, de outras aspirações.

E somos, hoje, um continente que pode viver só porque tem tudo, e ao qual terá que recorrer a velha civilização, atormentada por suas contendas e arrasada por suas guerras, na desesperação de seus destinos, procurando em nossas terras, em nossas riquezas, em nossas leis, em nossas instituições, na prodigalidade de nossa civilização hospitaleira, o desafio para a miséria de seus povos e a solução para o conflito de seus problemas.

Incumbe-nos por solidariedade humana e até por gratidão para com os nossos antepassados preparar material e moralmente a América para voltar a desempenhar na história sua função providencial na hora crítica da vida dos povos.

A guerra europeia, meus senhores, é, apenas, o episódio inicial de uma revolução econômica e social de extensão imprevisível.

Luta de governos, atroz implacável, sacrifica neste momento os próprios povos na Europa e faz *tábula rasa* de todos os direitos e conquistas dos demais.

A chamada *guerra total* é apenas a túnica de Nessus em que amortilhará a Europa.

Assim como a descoberta da América refez uma Europa empobrecida e desesperançada; assim como a independência dos povos americanos trouxe a liberdade e a igualdade de raças escravas ou inimigas, a tolerância religiosa, a difusão do bem-estar econômico e social e a incorporação da mulher às atividades comuns da vida; assim como a nossa participação no conselho dos povos trouxe

a igualdade das nações, a adoção da arbitragem, da conciliação e da consulta para solucionar os conflitos internacionais, a nossa atitude na atual situação pode e deve ser orientada no sentido de proteger e defender essas conquistas circunscrevendo a guerra e seus efeitos, para que, esgotados os ódios e aplacadas as ambições, possa a Europa refazer-se com o concurso e as reservas materiais e políticas da América. As responsabilidades dos povos americanos nunca foram tão grandes, porque seus destinos jamais foram ameaçados como nestes tempos.

A geração atual viveu e sofreu a grande guerra e, agora, a maior de todas.

Neste transe, submetidos a esta provação, só salvaremos a cultura e a civilização americanas, a tranquilidade e a paz de nossos povos, e a integridade mesma de nosso território se as bases da nossa estrutura comum americana tiverem consistência e organização capazes de resguardar cada um e todos os povos americanos dos efeitos catastróficos das lutas travadas nos outros continentes.

Agir em comum, meus senhores, não diminui, antes eleva e fortalece nossas soberanias. Essa é a nossa experiência e, por isso mesmo, a decisão do Brasil, conforme repetidamente tem afirmado nosso presidente, interpretando, aliás, como sempre procura fazê-lo, os sentimentos profundos da vontade nacional.

O DESTINO DOS POVOS AMERICANOS

Se as circunstâncias atuais o determinarem, os povos americanos, como é de esperar, marcharão para uma organização continental capaz de resguardar e proteger os nossos destinos e até mesmo os universais.

Mas esta colaboração de povos não exclui, antes implica o reconhecimento da originalidade de cada um, pois é da soma dessas

características que é feita a grandeza da América. Assim também, a paz que a América deseja e se esforça por manter com todas as suas energias não é a paz da estagnação e do sacrifício dos seus direitos e aspirações, nem a que procura neutralizar as tendências vivas, mas sim a paz que deixa a cada povo a liberdade de desenvolver o seu gênio e prefere a guerra a ter de abdicar a sua dignidade.

A paz, nestas horas, é tão grande para os povos quanto a guerra, porque a interdependência universal faz que os direitos e destinos dos neutros estejam quase ameaçados como os dos beligerantes. A neutralidade não assegura a paz e menos ainda protege contra os malefícios da guerra.

A guerra, como disse com grande acerto o general Dutra em seu magnífico discurso de Saycan, ganha-se na paz⁹.

Pois bem, meus senhores, estamos vivendo esta paz na qual preparamos a vitória ou a derrota da nossa civilização.

Está, assim, em nossas mãos, pela união dos povos americanos, mas mais do que tudo, pela união do povo brasileiro e pelo fortalecimento econômico, político e militar do Brasil, ganharmos a paz, derrotando a guerra.

9 Referência ao discurso proferido pelo general Eurico Gaspar Dutra em São Simão, Rio Grande do Sul, no contexto das manobras do exército realizadas no sul em 18 de março de 1940. O texto completo é "A guerra ganha-se na paz. E do mesmo modo que o êxito de uma manobra depende de sua fase de preparação, assim, também, a vitória dos exércitos em campanha é sempre o resultado da forma como se organizaram e se edestraram na paz".

REUNIÃO DE CONSULTA DOS CHANCELERES AMERICANOS (1942)

Discurso de agradecimento pela sua designação à presidência dos trabalhos, proferido no Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1942¹

Senhores ministros, meus senhores,

Agradeço a honra da minha escolha graças à generosa proposta de meus eminentes colegas da Bolívia e da Argentina para presidir a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos². Sou profundamente reconhecido por esta distinção pessoal e pela oportunidade que assim meus colegas oferecem ao Brasil, em hora tão grave e de tarefa tão difícil, para reafirmar sua histórica devoção pan-americana e prestar novos serviços à causa continental.

Nunca o encontro entre homens responsáveis pela direção da política exterior dos nossos países foi mais útil do que neste momento, cuja importância para os destinos americanos transcende a de todos os demais períodos da vida da América.

Os acontecimentos últimos vieram impor, por forma irrecusável, aos povos americanos, em meio das transformações violentas que se processam na sociedade mundial, a missão de mais uma vez emancipar a América.

1 Aranha: 1942a.

2 Referência a Enrique Ruiz Guinazú, da Argentina e Eduardo Anzo Matienzo, da Bolívia.

As responsabilidades nossas nunca foram tão grandes, porque os destinos de nossos povos jamais foram ameaçados como nestes trágicos tempos em que estamos procurando sobreviver.

A América, como tenho proclamado, nunca foi nem poderá ser fonte de lutas ou de guerras, mas inspiração perene de bem-estar para os povos. O pan-americanismo nunca foi um fim continental, mas um todo político, um meio de atingirmos finalidades das mais amplas, porque universais.

A humanidade próspera, pacífica e feliz foi, é e será a suprema aspiração dos americanos.

A América veio no século XVI, providencialmente, favorecer a solução dos problemas mundiais porque entre o Oriente e o Ocidente representa sempre o meio termo entre os extremos. Terra de hospitalidade, aberta a todas as raças e acessível a todos os homens, revérbero de todos os ideais, o nosso continente se tornou o refúgio dos perseguidos, a esperança dos necessitados e a reserva dos demais povos. São decorridos mais de cem anos da independência americana, feita sob inspiração dessas práticas e ideais.

Nesse período, aperfeiçoaram-na a nossa solidariedade, as nossas leis e as nossas instituições. A América criou uma ordem material e moral que tem de preservar no interesse próprio e no universal.

Não queremos um direito exclusivamente nosso e menos exigimos um estatuto especial. Queremos, apenas, a segurança e a paz que os demais povos sempre encontraram na hospitalidade farta das nossas terras e na proteção de nossas instituições.

O Brasil, meus senhores, é parte integrante da América e seu destino está ligado ao de cada um de todos os povos continentais. Este sentido americano que acompanha a nós brasileiros, desde os primórdios de nossa vida, está mais do que nunca presente em

nossa consciência, nessa hora trágica do mundo em que a América, após quatro séculos de preparação e organização, será fatalmente chamada a desobrigar-se de seus deveres junto consigo mesma e para com a humanidade.

Meus colegas,

Assim como a descoberta da América refez uma Europa empobrecida e desesperançada; assim como a independência dos povos americanos trouxe a liberdade e a igualdade de raças escravas ou inimigas, a tolerância religiosa, a difusão do bem-estar econômico e social, a incorporação da mulher na atividade da vida; assim como a nossa participação no Conselho dos Povos trouxe a igualdade das nações, a adoção da arbitragem, da conciliação e da consulta para solucionar os conflitos internacionais; a nossa atitude, aquela que terá de emanar da III Reunião de Chanceleres, deverá ser no sentido não só de proteger, mas de defender essas conquistas, porque a força moral da América reside nessa conformidade dos povos americanos, não só aos interesses comuns, mas a um ideal de vida a que não estão dispostos a renunciar. Neste transe, submetidos à maior das provas, só salvaremos a cultura e a civilização americanas, a integridade mesma de nossas fronteiras territoriais e políticas, a tranquilidade e a paz futuras, se os alicerces do edifício continental forem reforçados em cada uma de suas colunas por nossas deliberações, de maneira a poderem resistir aos efeitos catastróficos da maior das tempestades de fogo, de ódio e de infelicidade já desencadeadas sobre os destinos dos povos.

A paz, nestas horas, é tão grave para os povos como a guerra, porque a interdependência universal, criada pelo engenho, mas subvertida pela violência, tornou precária e frágil mesmo a vontade e a força dos poderosos.

A guerra europeia ameaçou, sem enfraquecer, o sentimento pacífico dos povos americanos, mesmo porque chegou a despertar

em nossa gratidão os propósitos de prestrar-lhe o nosso discurso para o apaziguamento e a solução de seus conflitos e problemas, do que foi testemunha a histórica missão Sumner Welles, com o apoio, os aplausos e as esperanças de todas as nações continentais³.

Mas, agora, meus senhores, a América foi agredida por força inesperada e brutal, justamente quando um dos maiores e melhores homens de todos os tempos, Franklin D. Roosevelt fazia um supremo apelo à razão e à paz.

Não deixaram os agressores, com o seu ato, alternativa o para os povos continentais, nem mesmo os seus admiradores e adeptos.

Esta é a razão pela qual nos reunimos aqui, não somente porque as nossas terras, as nossas fronteiras, as nossas costas estejam ameaçadas, ou possam ser igualmente atacadas, mas porque a nossa vida, a nossa religião, a nossa moral, as nossas famílias, as nossas raças, as nossas instituições, as nossas liberdades, enfim, as nossas ideias estão em risco iminente de perecer.

O instrumento de que precisamos para realizar a defesa dessa civilização americana foi forjado desde os primeiros tempos de nossa existência independente e reside na prática de constante colaboração dos povos americanos que, por essa maneira, vêm dando, através de numerosas vicissitudes, coesão e unidade à vida continental.

Buenos Aires, Lima, Panamá e Havana marcam momentos essenciais na evolução do pan-americanismo, nos quais essa ideia passou para o plano de sua aplicação à realidade⁴.

3 Benjamin Sumner Welles (1892-1961) foi assessor de Franklin Roosevelt entre 1936 e 1943. Ele foi um dos arquitetos da Política de Boa Vizinhança. Ver Welles: 1997; Welles: 1935a; Welles: 1935b; Welles: 1935c. A missão Sumner Welles ocorreu de fevereiro a março de 1940 e resultou do interesse do presidente americano de tomar conhecimento sobre a situação europeia no período. Ver Hilton: 1971; Rofe: 2007.

4 Ocorreram, respectivamente, em 1936, 1938, 1939 e 1940.

A consulta, formulada na primeira e aperfeiçoada nas três últimas dessas reuniões, mostrou ser o meio eficaz para formar o consenso americano sobre os problemas que temos que enfrentar e preparar a ação conjunta de nossos governos para a sua solução.

A gravidade da hora, a urgência dos problemas submetidos à nossa consideração, a repercussão em nossa vida de qualquer decisão aqui tomada, tudo isso, estou certo, encontra-nos serenos e conscientes de nossas responsabilidades.

Agir em comum, meus colegas, não diminui, antes eleva e fortalece nossas soberanias.

Essa é a nossa esperança, e, por isso mesmo, a decisão do Brasil, conforme acaba de afirmar o presidente Getúlio Vargas, interpretando, aliás, como sempre procura fazê-lo, os sentimentos profundos do povo brasileiro.

Essa é, estou certo, a vontade de cada um e de todos vós, meus eminentes colegas, porque a decisão dos povos americanos, neste transe, é marchar para uma organização continental capaz de resguardar nossos destinos e até mesmo os universais.

Meus colegas,

Nas horas das grandes decisões, quando se reuniam os conselhos dos maiores, costumavam os antigos fazer preceder essas assembleias da invocação pública, por arautos e oradores famosos, dos dias tristes, amargos e infelizes, a fim de que os responsáveis pelas novas deliberações não esquecessem os erros de seus predecessores.

Nesta hora, ao assumir a presidência da III Reunião de Chanceleres da América, no momento em que têm início as nossas deliberações, é meu dever reportar-lhes a sorte das nações e dos povos que, devido à desunião, ao erro de seus governos, de seus *leaders*, de seus conselhos e de seus ministros, fazem escravos e

famintos, frangalhos e restos de um apogeu, de uma prosperidade e de um prestígio que não souberam conservar nem defender.

E não é na abundância, na glória nem na invocação de dias pacíficos e vitoriosos que devemos ir buscar a inspiração ou a lição para nossas decisões.

É na realidade, na triste realidade de outras terras, de outras nações e de outros continentes que a América deve buscar, na plena consciência do sacrifício da geração atual, a redenção das gerações vindouras.

O PAPEL DO ITAMARATY NA POLÍTICA DO BRASIL (1942)

Discurso na cerimônia de posse do ministro Mario Savard de Saint-Brisson Marques no cargo de chefe do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores, em substituição ao embaixador Luiz de Faro Junior. Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1942¹

Não preciso dizer do meu reconhecimento pela colaboração do embaixador Luiz de Faro Júnior², que acaba de deixar a chefia do Departamento de Administração do ministério, pois a sua escolha para embaixador do Brasil é mais expressiva do que quaisquer palavras que pretendessem por em relevo a ação desse alto, digno e esclarecido servidor não só do Itamaraty, mas do país.

Estou, por igual, muito satisfeito com a escolha do ministro Saint-Brisson³, certo de que irá prestar relevantes serviços que hão de merecer os testemunhos que se devem a todos os serviços bem prestados.

1 Aranha: 1942b.

2 Luiz Pereira Ferreira de Faro Júnior nasceu no Rio de Janeiro em 28 de abril de 1890. Bacharel em direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, entrou no Itamaraty como terceiro oficial em maio de 1913.

3 Mário Savard de Saint-Brisson Marques nasceu no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1886. Foi bacharel em direito pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Entrou no Itamaraty como adido à secretaria em maio de 1915.

Quero, porém, aproveitar a ocasião, em que me encontro diante dos funcionários desta Secretaria de Estado, para afirmar duas coisas. A primeira é agradecer a presença do embaixador Maurício Nabuco⁴, a quem não preciso dizer que, no Itamaraty, dos mais elevados aos mais modestos funcionários, todos lhe prestam homenagem de sincera admiração e de apreço. Ele não é apenas uma figura do ministério, mas uma personalidade do Brasil, pelos muitos serviços que prestou e continuará prestando a esta casa como todos nós esperamos, queremos e confiamos.

Desejo, em segundo lugar, afirmar, alto e bem claro, que, no Itamaraty, não se trabalhou nunca nem se trabalha pela guerra. Aqui só se trabalha pela paz. É preciso desconhecer o diplomata brasileiro para poder supor um momento sequer que ele seja capaz de arrastar o Brasil a qualquer luta que não lhe seja imposta, para a defesa da sua honra, do seu território ou do seu ideal. Aqui se trabalha pela paz, mas não se aceita a paz sem a dignidade. Sem guerra, o Itamaraty deu ao Brasil as suas fronteiras dilatadas e justas, como não conseguiu nenhum outro país. Se há diplomacia com ideias pacíficas é a brasileira. Isso afirmei ao assumir a direção do Itamaraty e o reafirmo agora, solenemente: o Itamaraty é a escola e a prática da paz. Continuarei a trabalhar dentro desses princípios, que manterão o Brasil na posição que lhe impõem a sua tradição, a sua história e, poderei mesmo dizer, o seu futuro. Admitir que sejamos aqui contra este ou aquele país seria desconhecer e ofender o Itamaraty, porque o Itamaraty só é contrário ao que é contra o Brasil e só é a favor do que é a favor do Brasil.

O Itamaraty é contra todas as ideias, todos os regimes, todos os governos, todas as práticas contrárias à consciência brasileira, às suas tradições, aos seus compromissos e aos seus ideais. Contra

4 Filho de Joaquim Nabuco, Maurício Nabuco nasceu em Londres em 10 de maio de 1891. Tornou-se adido à Secretaria de Estado de Relações Exteriores em 16 de maio de 1913. Foi secretário-geral do órgão de setembro de 1939 a junho de 1942.

doutrinas radicais; contra tudo que nos queira afastar de nossos princípios católicos-apostólicos-romanos; contra todas as regras e normas que procuram perturbar o destino nacional e o desejo do Brasil de crescer e se engrandecer pelo esforço de seus filhos.

O Brasil é contra tudo isso e contra tudo isso têm de ser todos os homens esclarecidos do Brasil, especialmente os do serviço exterior. Estes viram e conheceram povos e gentes de várias latitudes com os quais conviveram e, por isso mesmo, estão habilitados a medir as suas responsabilidades, na compreensão do que seja adequado à realidade brasileira.

O mundo está dividido em dois grupos de povos, em duas grandes correntes de ideias e de sensibilidade política. O primeiro desses grupos pretende a hegemonia baseado em ideias de superioridade de raça e do predomínio da força. O outro grupo deseja que se respeite a ordem moral, jurídica e econômica tradicional, em que os progressos humanos se realizam por processos democráticos e pela voluntária cooperação dos povos. Quanto a nós, nascemos no último desses grupos, com ele nos fizemos, com ele norteamos nossos ideais e com ele traçamos nossas diretivas, que só podemos modificar por nossa própria vontade, fiéis à nossa geografia física e política americanas.

O Itamaraty tem o direito de falar ao Brasil e a quantos são os responsáveis pelo seu destino.

Aos que deixaram a chefia de vários serviços, em nome do presidente e no seu próprio, agradeço a colaboração que prestaram ao governo e estou certo de que os seus substitutos, agora empossados, continuarão a servir com o mesmo espírito e a mesma dedicação. Os chefes passam, mas o Itamaraty continuará a ser o nobre, o alto e o injustiçado patrono de tudo quanto é grande no Brasil.



O TORPEDEAMENTO DE NAVIOS BRASILEIROS (1942)

*Discurso proferido na sacada do Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, em
18 de agosto de 1942, após o torpedeamento de
navios brasileiros pelo Eixo¹*

Brasileiros. Venho, neste instante, de recolher a mesma voz, que, para felicidade nossa, comanda, nesta hora, os destinos de todos nós – a voz do presidente Getúlio Vargas. Ela, com a serenidade e o civismo que lhe deram a acústica sem par, não só nos nossos corações, como na história do Brasil, firme como sempre, já vos falou quando, há momentos, fostes até o Palácio Guanabara para vos dizer aquilo que vos quero repetir: aqueles que puseram à prova o ânimo e a decisão dos brasileiros hão de conhecer o sacrifício de que eles são capazes de fazer pelo Brasil.

Fomos sempre, em nossa história, os campeões dos ideais pacifistas e, no transe atual, como em outros transes da história do mundo, o nosso exemplo, a nossa pregação foi sempre para o bem e para a paz de todos os povos.

O drama da Europa, ainda que surpreendendo ao espírito humano com atos e propósitos contrários às tradições da civilização cristã, reafirmou em todos nós aqueles mesmos sentimentos dos

1 Aranha: 1942d.

nossos antepassados de continuarmos a pregar aos homens a necessidade de se unirem no trabalho e de se amarem na paz.

Para isso, fizemo-nos, entre os povos americanos, os líderes do esforço no sentido de resguardarmos o nosso continente dos males da guerra e de levarmos aos demais continentes aqueles sentimentos que nos pareciam capazes de resguardar a humanidade de dias mais trágicos e piores.

Agredidas as terras americanas pela forma mais inesperada, a mais surpreendente e a mais traiçoeira da história da civilização², nós nos deveríamos ter juntado à República irmã agredida participando imediatamente do conflito que se trazia à América, contra os nossos desejos, contra nossos desígnios, contra os nossos apelos. Não o fizemos ainda, quando, através de toda a nossa história, desde os tempos de Pedro I e de Pedro II, tínhamos sempre considerado a agressão a um país do continente como uma agressão feita ao Brasil porque queríamos ainda fazer um esforço de persuasão e de boa vontade no sentido de levar às criaturas transviadas e aos povos dominados por bárbaros aqueles sentimentos que nos pareciam os únicos capazes de acalmar os homens na fúria contra outros homens. O nosso esforço foi em vão e os agressores da América, cientes e conscientes dos compromissos dos povos americanos, não satisfeitos com agredir o nosso irmão maior, continuaram agredindo os demais membros da família americana, afim de intimidar a América, acreditando, talvez, que esses fatos pudessem fazer com que os demais irmãos se arrecessem e intimidassem ante a agressão e suas consequências.

Agora, meus patrícios, não nos devemos mais iludir. A situação criada pela Alemanha e pelos seus aliados, praticando atos de beligerância, bárbaros e desumanos contra a nossa navegação pacífica e costeira, impõe uma reação à altura dos processos e dos métodos

2 Referência ao ataque de Pearl Harbor, de 7 de dezembro de 1941.

por eles empregados contra oficiais, soldados, mulheres, crianças e navios do Brasil.

Posso assegurar aos brasileiros que me ouvem, como a todos os brasileiros que, compelidos pela brutalidade da agressão, oporemos uma reação que há de servir de exemplo para os povos agressores e bárbaros, que violentam a civilização e a vida dos povos pacíficos.

Podeis voltar aos vossos lares certos de que o presidente do Brasil, reunindo ao seu derredor, nesta hora, os seus ministros e todas as demais autoridades brasileiras, militares e civis, e o povo do Brasil no mais largo e profundo sentido de sua união nacional, há de dar ao nosso país essa paz que tanto ambicionamos, fundada no respeito e na solidariedade dos povos, e que longe não estão os dias em que os agressores de hoje hão de morder não o pó da derrota, mas o de arrependimento pela brutalidade de seus atos.

Podeis, meus patrícios, confiar na ação do governo. E mais, na segurança dessa ação. E, mais ainda, na prudência e na determinação com que, nesta hora, o Brasil será guiado pelos próprios brasileiros, para surgir desta agressão e desta tragédia, maior ainda e para dias mais gloriosos.



O BRASIL E A COMUNIDADE BRITÂNICA (1942)

Discurso para a comunidade britânica, Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1942¹

Senhor representante do embaixador de Sua Majestade Britânica,

Senhor ministro do Canadá,

Meus senhores,

Fui convidado para hóspede da Comunidade Britânica, nesta homenagem que os ingleses e britânicos desta capital queriam prestar aos jornalistas brasileiros que visitaram a Inglaterra, a instâncias de seu governo.

Confesso que, desde o primeiro momento, por falta de pontualidade na hora e, depois, pela confraternização de todos, verifiquei que não havia sido convidado pela comunidade britânica, mas por uma nova comunidade que se criou entre nós, pela causa, pelo espírito e pelas esperanças; a comunidade de todos os homens de boa vontade, que se reúnem nesta hora para trabalhar pela única vitória a que podem aspirar os corações bem formados.

Sinto-me, pois, perfeitamente bem entre todos vós para falar como se falasse aos meus, para falar no instante em que voltam os jornalistas brasileiros dessa sua maravilhosa jornada, que os

1 Aranha: 1994o.

encheu de fé e lhes renovou a coragem e o entusiasmo, ao contato com um povo que cresceu na dor e no sofrimento. Sinto-me bem ao falar convosco nesta hora, como falei com eles ao conhecer, na intimidade e talvez no segredo, a opinião de cada um e ao receber eu mesmo deles, como se tivesse viajado, como se tivesse entrado em contato com aquelas populações maravilhosas e com aquele milagroso esforço humano para vencer, como se eu tivesse tido a honra de ver, não um homem, mas o homem que é Churchill, esse novo influxo que mais nos há de reunir e ajustar na deliberação em que estamos cada e todos, – britânicos divididos por todo o mundo e brasileiros divididos por todo o Brasil – mas unidos numa só decisão: vencer a esses que querem subverter a vida, suas concepções, o modo digno de viver, ou então desaparecer, para não nos tornarmos escravos!

Esse é o meu sentimento de todos os tempos, refeito ao contato desses moços que nos trouxeram, de volta, uma mensagem renovada talvez, com mais fé e mais entusiasmo, do que aquela que, por seu intermédio, todos os brasileiros havíamos mandado ao povo inglês. É nesse espírito que vos falo, no espírito que sempre guiou minha vida, que sempre me amparou em todos os tranSES da vida de meu país, em todos os tranSES em que tive de medir as causas universais, o destino e a sorte dos outros povos. É esse o espírito que me anima hoje, e por isso quero, falando numa comunidade que não é apenas britânica, mas a comunidade atual de todos os homens de boa vontade, isto é, a reunião de todos aqueles que ainda têm fé e estão decididos a não se entregar à violência e à barbárie. Falando a estes, quero dizer que tal não é meu espírito unicamente pessoal, como num transbordamento de afeto e de amizade, declarou meu querido e bom amigo Ralph Olsburg. Não! Este é o espírito de todos os homens com responsabilidade nesta hora; e nesta hora, no Brasil, não há um só homem que saiba ler que não sinta essa responsabilidade e não compreenda esse dever.

Esse é o espírito do homem a cujo lado trabalho de longa data, espírito talvez que, a mais íntima das convivências, eu me possa jactar de conhecer mais do que qualquer dos brasileiros. Esse é o espírito de hoje, ontem e sempre.

Não vos deveis iludir e não podem os ingleses iludir-se, por isso mesmo que propiciaram e prepararam nas horas difíceis a vitória dos homens que sabem compreender e sabem acreditar – não vos deveis iludir sobre essas superficiais interpretações da política exterior do Brasil. A política exterior do Brasil não é minha. A política exterior de todos os povos depende de circunstâncias que lhe ditam a orientação e a ação em dados momentos. Os povos não são todos governados da mesma maneira, como não são todos governados pelos mesmos homens, como não são todos orientados pelas mesmas ideias. Há governos que se antecipam aos seus povos; há governos que acompanham seus povos; e há governos atrasados sobre a vontade de seus povos e até governos contra os seus povos.

O governo do Brasil caracteriza-se justamente por ser aquele que, atentas as circunstâncias geográficas, políticas e econômicas, não se pode antecipar aos acontecimentos; é aquele governo sábio que tem a compreensão de que também se pode antecipar aos acontecimentos; é aquele governo sábio que tem a compreensão de que também não se pode apartar nem atrasar, nem contrariar os impulsos e as necessidades de seu povo. É o governo orientado, dirigido e presidido pelo senhor Getúlio Vargas.

E vós outros, britânicos, sabeis que este é o bom governo, porque este é, foi para felicidade do mundo, há de ser, como exemplo a todos os povos e como proteção para os destinos universais, o governo de hoje e o governo de amanhã da Inglaterra e do Império Britânico.

O governo não se deve antecipar-se sobre os povos nem sobre os acontecimentos: deve segui-los e obedecê-los. E foi isso que fez a Inglaterra, isso o que fez o Brasil.

Os outros governos são os da perturbação e da desordem, os governos messiânicos, os governos aprioristas, que querem organizar a consciência dos homens, forjar os lares, dar novas leis, preparar um futuro e assentar um novo destino a seus povos. Esses são o governo da Itália, o governo da Alemanha e o governo dos povos que deixam roubar da Itália, o governo da Alemanha e dos povos que deixam roubar de suas mãos e de seus corações a forma de governar.

O verdadeiro governo não é aquele que se improvisa nem aquele que acredita na missão especial de alguns homens; é aquele que repousa na tradição, no sentimento, na vontade consultada, meditada e medida do próprio povo. Esse é o governo capaz de proteger os homens contra a guerra, os povos contra essa calamidade e de assegurar a todos nós um futuro tranquilo, aspiração suprema de toda humanidade.

No Brasil, o governo não se antecipou sobre o seu povo nem sobre os acontecimentos. Nós, homens de governo e homens representativos das instituições que participam do governo ou ajudam a governar; como os homens de imprensa e outras expressões de opinião nacional, todos nós, segundo os nossos temperamentos, antecipamo-nos nas nossas opiniões, manifestamos os nossos desejos, chegamos, mesmo, a gritar as nossas ânsias.

Mas, o que é a solução de um povo? É por acaso a voz do homem que se eleva mais alto sobre a dos outros? É por acaso um homem ditando, só ele, leis, a todas as outras criaturas da comunidade nacional? Ou é justamente esta ponderação, esta consulta, esta auscultação contínua e sábia de todas as opiniões e, até, de todas as paixões, de todos os interesses, como um matemático que tirasse

do paralelogramo de forças a resultante que haveria de mover a massa enorme no sentido da verdadeira diretriz de todas as energias conjugadas?

Este é o governo que queremos; este o governo de todos os homens que acreditam na opinião, na liberdade e no direito de cada criatura concorrer para as liberações de seu próprio destino.

Alguns dos que me antecederam falaram que estamos numa luta ente concepções de vida; que esta guerra é, antes de mais nada, como acentuou muito bem o padre Dutra, uma guerra do espírito. Aos quem, como o intérprete dos jornalistas, senhor Mário Martins², afirmarem que esta guerra será decidida pelo pensamento vitorioso, a estes quero recordar uma observação que notável sociólogo fez, há pouco, sobre os ingleses, justamente porque todos os oradores lembram com reconhecimento e com efusão e destacam a modelar figura britânica no concerto universal.

Esse sociólogo, procurando criticar os ingleses, a morosidade do seu pensamento, a calma das suas decisões, a frieza com que enfrentam os acontecimentos mais ameaçadores, as tradições de sua vida plácida e dos seus repousados *weekends*, afirmou que alguns povos raciocinavam unicamente com o corpo e sem a cabeça!... Ao contrário do que ele esperava dizer, não deixa de haver nessa crítica talvez o mais notável e o mais desejado dos elogios aos ingleses, tanto que, ao ser repetido o juízo perante o próprio Churchill, o primeiro-ministro respondeu, de imediato: “Este homem descobriu a grande verdade a respeito dos ingleses. Eu não penso nesta guerra; eu sinto esta guerra; eu raciocino com o corpo!”.

2 Mário de Sousa Martins (1913-1994) foi jornalista e político. Foi ativo defensor da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados. Foi grande amigo de Oswaldo Gudole Aranha (Vavau) Ver Martins: 1996, 118.

É este o raciocínio que todos nós devemos fazer. Esta hora não é para debates intelectuais, não é para jogo das ideias.

Nesta guerra entraram os povos e entraram as criaturas com a vida no que ela tem de mais material e no que ela tem de mais sublimemente espiritual. Nesta guerra não se poderá salvar a cabeça se as nações unidas forem derrotadas. Devemos, portanto, enfrentá-la com o corpo, todos, ombro a ombro, sem pensar, olhando para frente, mas olhando com aquele olhar que não sabe recuar porque, sem isso, nosso destino estará perdido. Não nos devemos dividir entre otimistas e pessimistas. Não nos devemos dividir entre direitistas e esquerdistas.

Não! Na hora da batalha, o caminho dos homens que querem salvar a humanidade, uma concepção da vida e uma forma de existência livre e digna de cada um e de todos, não é o caminho do debate vão e incerto. Não! Nós estamos vivendo a hora do esforço, a hora do trabalho, a hora da vitória. E para isso posso assegurar-vos que os brasileiros se organizam, e todos, de todos os cantos, ouvidos, inquiridos, auscultados, respondem com uma só decisão: não pensar; não raciocinar, não cogitar, reunir para vencer.

Esse testemunho, eu vos trago, e com uma significação tanto maior quanto ele não é fruto de um homem gritando aos brasileiros que marchem. Não é fruto de um homem dizendo aos brasileiros que devem morrer, propagando aos brasileiros o que lhes não está no sentimento e no coração. São todos os brasileiros dizendo uns aos outros, ao seu governo e a todos os povos, que o Brasil está ao lado da Inglaterra e dos Estados Unidos para realizar o seu destino de país que nasceu da liberdade e não quer morrer escravo. É o grito de todos os brasileiros a todo o mundo: que hão de estar, na hora decisiva, onde se derrame o sangue e onde se reafirme a ideia, ao lado dos heroicos batalhadores que salvaram os destinos humanos de ameaça tremenda da escravidão hitlerista e fascista.

Nossas decisões, meus senhores, não são precipitadas.

O Brasil, dentre todos os povos da América, ao contrário do que se possa supor, e sem a menor restrição ao sentimento e à forma de ser dos outros povos, é talvez o aglomerado mais refletido nas suas decisões e nas suas ações.

Não deixamos de reconhecer e admirar o penacho e a organização dos demais; mas nos orgulhamos de saber que não damos passos maiores do que as nossas pernas, nem avançamos além das nossas possibilidades.

No Brasil, há um profundo horror ao cabotismo. O Brasil tem o pavor histórico de tornar ridículo e de tomar posição que não corresponda no concerto das nações. O Brasil sabe que não é uma nação de força, mas sabe que tem em seu povo energia bastante para se colocar com dignidade ao lado dos fortes, desde que a causa seja de ideais comuns.

Seria ridículo que nós, brasileiros, nos arvorássemos em garantidores integrais da segurança da América, como seria vão que fôssemos dizer ao mundo que somos os defensores exclusivos das ideias de liberdade, de justiça e de democracia, necessárias à convivência universal dos povos. Não é menos verdade, porém, que dentro de nossas condições econômicas, geográficas, políticas e militares, não há um só esforço que se nos tenha pedido em favor de boa ideia, de boa causa, que não tenha contado com o empenho dos brasileiros e com o apoio irrestrito do atual governo do Brasil.

Não queremos posições e, muito menos, glórias que não sejam nossas. Tendo, porém a certeza de que, dia por dia, se há de fortificar, no sentimento comum de todos os brasileiros, pelos processos de persuasão entre eles, da convivência esclarecida de uns com outros, da palavra autorizada de seus homens públicos, que a causa do Brasil, de sua existência e de sua independência

se conjuga integralmente com os nobres ideais da grande, da extraordinária, da heroica, da cada vez maior nação inglesa.

Devo ainda, no mesmo ambiente de franqueza e de conversa com todos vós, declarar, dadas as minhas responsabilidades pessoais dentro do governo do Brasil, que a política do meu país é a política da América. E a razão é muito simples: dentro da afirmação prévia que fiz, de que não queremos posições, de que não queremos pedir a ninguém que no-las venha trazer servidas em bandeja de prata, repito que a política do Brasil só pode ser americana, porque o Brasil pertence ao continente americano. A orientação dos seus homens públicos bem como as diretrizes das suas atividades estão condicionadas, em sua primeira fase de formação e de estrutura, ao ambiente americano. Mas isso não quer dizer que o destino universal nos seja estranho e que nós não acompanhamos a sorte da Inglaterra com as mesmas palpitações de sentimento de ânsias e de esperanças com que acompanhamos a sorte da comunhão norte-americana e de toda a América.

Não! Os nossos deveres primeiros são para o continente no qual nascemos e no qual teremos de viver e morrer ou sobreviver. Mas nós reconhecemos que esse próprio destino americano veio, como diria o grande Rui, “como água que corre de água que já correu”, das mais profundas essências e dos sonhos mais ardentes do espírito inglês³.

A civilização americana se volta hoje para a Inglaterra, porque acredita que ela é uma formação similar à comunidade das nações inglesas, onde os povos podem coexistir, usando da sua independência, mas vivendo todos conscientes de sua liberdade de ação, completamente identificada por sentido superior de interdependência, sem o qual não poderemos assegurar a paz, como

3 Rui Barbosa (1849-1923) redigiu tal frase no discurso “A Justiça”. Foi publicado, em 1909, no tomo 1 volume 36 das Obras Completas.

não soubemos mantê-la nos dias passados. Assim, a comunhão inglesa criou obrigações para todos os domínios, que são grandes e poderosas nações, entre as quais uma participa, no instante, desta reunião – a grande nação canadense – americana e inglesa, símbolo a um tempo de como as nossas duas civilizações se podem irmanar e conjugar, para criar um país modelar por todos os aspectos materiais e espirituais das conquistas humanas, como é o Canadá.

Por isso e para isso estamos todos unidos no Brasil, no sentido de tornar cada vez mais coesa, mais forte e mais ativa a deliberação nossa de participar, dentro das nossas possibilidades, desta luta travada no mundo entre todas as criaturas – separadas, apenas, porque umas se deixam dominar pelo mal e outras as seguiram nas bandeiras do bem, desfraldando-as cada vez mais alto. Por isso estamos nessa luta, não porque saibamos que nossas ações venham a ser decisivas para a vitória, mas porque temos plena consciência de que elas tornarão mais fácil, mais possível, mais realizável e talvez mais próxima de nós a vitória que todos desejamos, e sobretudo porque pertencemos a esta grande família formada hoje pela comunidade das nações britânicas e das nações americanas, duas comunidades que, reunidas, acabarão por vencer os maus e por dar a eles mesmos a liberdade que não souberam manter, a paz que não souberam construir e a felicidade que não queremos guardar para nós, e sim desejamos que reine no mundo sobre todos os homens de boa vontade!



A CARTA A VARGAS: PLANEJANDO O PÓS-GUERRA (1943)

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas por ocasião da visita de Roosevelt a Natal. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1943¹

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1943.

Getúlio,

A política tradicional do Brasil pode resumir-se na seguinte fórmula: “apoiar os Estados Unidos no mundo em troca do seu apoio na América do Sul”.

Esta política tem sido fielmente seguida pelo teu governo, conforme, aliás, tem reconhecido e proclamado o governo norte-americano, quer no período anterior como posterior à guerra.

Devemos afirmar, em todas as oportunidades que nos forem oferecidas, que esta é a política que estás decidido *a fazer na guerra até a vitória das armas americanas e na paz até a vitória e consolidação dos ideais americanos*.

Uma vez que esta foi, é e deve ser a política do Brasil, cumprenos examinar a participação que devemos ter nela e no curso dos seus acontecimentos.

1 Aranha: 1943a.

A colaboração política, que orienta e define qualquer ação comum atual ou futura dos dois países, está a exigir de nossa parte decisão:

- a. sobre a “Carta do Atlântico”;
- b. sobre “Nações Unidas”;
- c. sobre “Conselhos Militares”;
- d. sobre “Comitês de Estudo dos Problemas da Paz”;
- e. sobre “ação de nossas Missões, especialmente em Vichy, Portugal, Espanha, Vaticano e Argentina”.

A política do Brasil, como a própria política norte-americana, foi sempre de não intervenção na Europa. A verdade, porém é que esta guerra, como a anterior, veio demonstrar que sem intervenção nossa na Europa estará a América sempre à mercê das guerras mundiais, porque não há mais guerras exclusivamente europeias, como no século passado. A interdependência dos povos e dos continentes evidenciou a impossibilidade de ficar a América à margem dos acontecimentos europeus, e até mesmo dos asiáticos e africanos. Os Estados Unidos serão chamados à *liderança da paz* no mundo, como foram à *da guerra*, e o Brasil, conseqüente com seu passado e consciente de seus interesses atuais e futuros, deve formar ao lado dos Estados Unidos. Querer afastar o Brasil da “guerra e da paz” ou mesmo deixar de estudar e trabalhar desde já pela posição que ao Brasil deve caber nesses acontecimentos seria erro de graves resultados.

A política do *laissez faire e laissez aller* tem sido funesta na ordem interior e, mais ainda, na exterior dos povos. Além do mais, pelas costas imensas, pelas fronteiras com dez nações, pelo tamanho e riqueza do território, pela heterogeneidade da população, o Brasil, como os Estados Unidos, é um país *cósmico e universal*, cujo futuro não poderá ser local, nem mesmo nacional, mas continental e mundial.

É real que somos, ainda, um país fraco econômica e militarmente, sem autoridade bastante para decidir no seio das grandes nações. Não é menos real, porém, que com população e capital, que virão pelo crescimento natural do Brasil ou afluirão para o Brasil ao fim da guerra, mais dia ou menos dia o nosso país será inevitavelmente uma das grandes potências econômicas e políticas do mundo, como já é a segunda da América.

Nada, pois, explicaria, agora, o nosso retraimento, uma vez que, unidos aos Estados Unidos e com eles solidários, já teríamos, no resguardo de nossos interesses e na preparação de uma função futura, uma missão bem definida nos fatos atuais, criados pelos problemas da guerra e da paz.

Sou, pois, partidário de que, se os Estados Unidos voltarem a insistir e dentro da nossa política tradicional, devemos:

- a. aderir à “Carta do Atlântico”;
- b. aderir à “Declaração das Nações Unidas”;
- c. pleitear um lugar nos “Conselhos Militares”;
- d. participar de todos os “Comitês de Estudo das Nações Unidas”.

A nossa colaboração diplomática deve continuar, como até agora, dando à política americana o melhor que pode dar. E tem dado muito, quer na América, quer na Europa, conforme o Departamento de Estado reconhece e proclama. A obra do Brasil, a tua pessoal, na América, é tudo. Sem ela o pan-americanismo não seria possível e os Estados Unidos não contariam, nesta guerra, com o apoio unânime dos povos continentais, exceção única de um governo que perde tempo e autoridade no seu próprio país. Deves, assim, combinar tudo o que for necessário aqui ou na Europa a tornar mais eficiente essa colaboração nossa e que, ainda, mais realce a parte decisiva e capital de nossa ação diplomática e ajuda política aos Estados Unidos.

A parte econômica deve ser estudada, sobretudo a parte que temos a dar e a que precisamos receber. À economia da guerra devemos sujeitar-nos sem reservas. Não são sacrifícios grandes e serão passageiros se soubermos ordená-los e distribuí-los no país. A economia da paz, porém, deve ser obra de recíproca compreensão dos interesses nossos e americanos na América e no mundo.

Devemos ceder na guerra para ganhar na paz. A fuga de capitais ingleses, americanos e britânicos para o Brasil é fatal. É preciso estabelecer reserva quanto a essas inversões em países que não quiseram colaborar, ficando neutros. Já se nota a evasão desses capitais e desde já seria útil estabelecer restrições, pois nada explica que, neste momento, os neutros estejam *nadando em capitais novos*, como sucede à Argentina, originários dos Estados Unidos e da Inglaterra.

O problema econômico da paz, para nós, cifra-se à adoção dos ideais liberais de comércio para as transações mundiais, da intensificação da cooperação norte-americana para o “programa Vargas” de industrialização do país, e do livre trânsito e fácil acesso de imigrantes e capitais para e no Brasil.

As combinações, os entendimentos e os acordos são obra de debate e de trato comum a ser feita pelos órgãos governamentais.

A cooperação militar está regulada pelo “acordo secreto” e está sendo posta em execução pelas Comissões Mistas. Salvo qualquer entendimento dos presidentes, ditado por fatos imprevistos ou necessidades imperiosas, acho que nos devemos ater ao fim e ao texto desse acordo, que é bastante amplo para permitir qualquer desdobramento de ordem militar na ação solidária e aliada dos dois países.

Seria, entretanto, útil que os governos, independentemente das comissões, mantivessem sempre íntimo contato e contínua

troca de ideias, a fim de adotarem qualquer medida ou decisão ditada pelos acontecimentos ou pelos interesses recíprocos.

Este assunto é propriamente militar e dele só me cabe cogitar, como tenho feito, para o fim de definir melhor a posição do Brasil.

Não creio que nossas tropas venham a ser necessárias nos campos africanos ou europeus, mas acredito que, tal seja o curso da guerra, venha a ser do interesse do Brasil ter nela uma participação mais efetiva de ordem militar.

A política na guerra se faz com a guerra e não com a paz.

Deves, assim, estar atento para saber qual a ação militar a ser desenvolvida na sustentação e defesa de nossa posição na guerra e de nossa política continental e mundial.

Seja como for, devemos preparar-nos como se tivéssemos que nos engajar amanhã em terra, no mar e no ar.

Esta preparação por si mesma, sem que sejamos chamados à batalha, será contada como uma ou muitas vitórias na mesa da paz.

Tudo quanto te disse aqui de pouco ou quase nada poderá ser útil, se não formos bem informados sobre:

- a. Rússia;
- b. Argentina;
- c. Portugal e suas colônias;
- d. América, colônias e mandatos.

Confio em que, orientador de nossos pontos de vista e responsável por eles, tratarás de conhecer tudo quanto se pensa sobre esses problemas.

O Oriente está defendendo o ocidente, isto é, a Rússia e o Japão são os sustentáculos maiores, neste momento, de causa inglesa, americana e alemã. Não quer isso dizer que esta posição na guerra traga a obrigação na paz para a Alemanha de *niponzar-se*, nem para a Inglaterra e Estados Unidos de *bolchevizar-se*.

A vitória das Nações Unidas deve ter propósitos claros e definidos que precisamos conhecer e examinar.

A “Carta do Atlântico” merece a nossa adesão se for o propósito das Nações Unidas mantê-la e cumpri-la sem reservas e exceções. É preciso tornar essa *Carta* em pacto entre nós e os Estados Unidos.

O caso argentino conheces melhor do que ninguém no Brasil e sabes aquilo que devemos dizer, indagar, temer e fazer.

O caso português parece-me sério, porque Salazar cairá fatalmente, se não mudar de política, com a vitória das Nações Unidas. Portugal terá dias de anarquia e seu império correrá graves riscos, as colônias e as ilhas.

Devemos reclamar que para qualquer decisão contaremos com o apoio americano em favor dos pontos de vista que viermos a adotar na defesa de um patrimônio que é hereditariamente dos brasileiros.

A América deve eliminar as colônias europeias por acordo com as Nações Unidas (Inglaterra e Holanda) e pela libertação das demais colônias. O Brasil quer participar das negociações e dos mandatos, especialmente da Guiana Francesa, que diz com a segurança do Amazonas.

Precisas conhecer os objetivos os americanos na Europa e até onde irá agora a ação militar e depois a participação na ocupação e na reconstrução econômica e política europeias.

A Inglaterra e o seu império são interrogações na guerra e na paz. A Inglaterra ficará pobre ao fim da luta. Sua sabedoria, experiência e a unidade do império demonstrada nas horas críticas desta guerra, dar-lhe-ão capacidade para se refazer com solidez e rapidez incríveis.

A união anglo-americana na guerra não me parece que possa continuar na paz. A fortaleza britânica é uma bacia indispensável na balança do equilíbrio mundial. Devemos, pois, afastar-nos

desses diferendos inevitáveis, mais econômicos que políticos, pois deles sempre adveio benefício para o intercâmbio e a vida dos demais povos.

A África é outra interrogação. A sua sorte é, hoje, considerada de grande influência na nossa segurança e essencial à defesa da América. Deves acompanhar seus problemas com cuidado particular, mesmo porque devemos reclamar um lugar nas deliberações sobre o futuro desse continente colonial.

O Brasil desta guerra deve procurar tirar as seguintes consequências:

- a. uma melhor posição na política mundial;
- b. uma melhor posição na política com os países vizinhos pela consolidação de sua preeminência na América do Sul;
- c. uma mais confiante e íntima solidariedade com os Estados Unidos;
- d. uma ascendência cada vez maior sobre Portugal e suas possessões;
- e. criação de um poder marítimo;
- f. criação de um poder aéreo;
- g. criação de um parque industrial para as indústrias pesadas;
- h. criação da indústria bélica;
- i. criação das indústrias agrícolas, extrativas e de minérios leves complementares dos norte-americanos e necessários à reconstrução mundial;
- j. extensão de suas vias férreas e rodovias para fins econômicos e estratégicos;
- k. exploração dos combustíveis essenciais.
- l. Essas, em linhas gerais e apressadas, as ideias e sugestões que me ocorreram ao correr da máquina e para que possas

adormecer mais profundamente nas alturas e despertar mais avisado quando tocares a terra, as suas realidades e as suas surpresas.

Do amigo certo,
Oswaldo

A AMÉRICA NO CENÁRIO INTERNACIONAL (1943)

Discurso por ocasião do recebimento do título de doutor “honoris causa” da Universidade de Rochester, transmitido por rádio para os Estados Unidos da América, em 27 de janeiro de 1943¹

Mr. President, my dear colleagues,

I wish to express my deep appreciation of the great honor the University of Rochester has bestowed upon me. I shall never forget this signal distinction nor the generous words we have just heard from Mr. Alan Valentine, President of the University. You will allow me, however, to accept this honor as a tribute to Brazil on the eve of the date when we commemorate the first anniversary of the Meeting of Foreign Ministers in Rio de Janeiro, an event that the future generations will come to consider one of the outstanding episodes in the history of the American nations².

To me, who had the honor of presiding over it and to all who were there, as well as to the world at large, the Meeting of Rio de Janeiro was a shining example of a lofty ideal bringing the nations together and uniting them in the common cause of solidarity, over and above their frontiers, the natural conflicts of regional, political

1 Aranha: 1994s.

2 O encontro de chanceleres foi convocado após os ataques a Pearl Harbor e ocorreu no Palácio Tiradentes entre 15 a 28 de janeiro de 1942.

and economic interests and the differences of language, race and religion.

Events clearly imposed upon the people of America the duty of fighting once again for individual freedom and continental independence. Never before had the responsibilities of an American meeting been so great for never had the destinies of our people been so violently threatened.

This continent has never been and will never be a source of wars and conflicts. Rather, it will continue to be a fount of inspiration and well-being to all nations.

A peaceful, prosperous and happy humanity has always been the highest aspiration of the American people.

Standing midway between the extremes of the East and West, it has been the mission of America, under Providence, to contribute greatly to the solution of world problems.

The Americas are lands of hospitality, with their doors open to every man of every race. They are the mirror of our ideals. Our continent has always been a refuge for the persecuted and a hope for the needy.

It is more than 100 years since the independence of the Americas was established, based on such ideals and hopes. In that time, we have achieved our laws, our liberal institutions and our solidarity.

The Americas believe in a material and moral order that must endure for its own advantage and for that of the entire world. We do not ask for exclusive rights nor do we demand special treatment for the American continent. We strive only for security and peace, the same security and peace that the other people of the world have always found in the hospitality of our soil and the protection of our institutions.

Brazil is an integral part of the Americas, and her destiny is linked to each and every one of the American nations. This concept has been with the Brazilians since the dawn of our national life. Today, it is more than ever before us, in this tragic hour of world conflict, in which the Americas, after four centuries of peaceful organization, are called by fate to fulfill their mission, for their own salvation and that of all humanity.

Even as the discovery of the Americas enriched a Europe impoverished and void of hope; even as the independence of the American nations gave to the world liberty, equality, religious tolerance, democracy, social and economic well-being and equal opportunities for women; even as our place in the concert of nations brought to the rest of the world the example of using arbitration, conciliation and consultation as a means of settling international differences, so it is our duty today to safeguard these principles. Our moral force lies in the cooperation of the American nations, not alone for the commonwealth, but also for an ideal of life we shall never relinquish.

Today, peace is as grave a challenge as the winning of the war, for the world is mutually interdependent, thanks to the contributions of science. These however, have been subverted to violence. Civilization now hangs precariously in the balance between the rights of men and the power of tyrants.

Under these circumstances, the attitude of America could only be, as indeed it has been, that of offering to civilization, which is in danger of perishing, the united strength of the solidarity of its people and all the resources and reserves of its energies and its labors. This would then furnish the magnificent spectacle of its capacity to improvise and to resist and, in less than a year, as your great President Roosevelt declared just yesterday in Africa, to attack and to win.

Until recently, we did not attempt to become the leaders in death-dealing armaments because we were content to be the leaders in progress, in happiness and straight dealing and, above all, in the pacific and brotherly familiarity of the American people.

The enemies of our peace and prosperity have dared to strike at the greatest one of us; this was as if they had attacked not only our territories but also our men and our children.

The bond that united us to live in peace has now grown stronger to defend that peace. Thanks to the strength of this bond, America is, today, not only the arsenal of democracy but also the continent where all soldiers are citizens because all citizens have become soldiers.

Today, only one year after that historic meeting in Rio de Janeiro that decided the fate of America, the light of victory shines upon the horizon and brightens our destinies.

This is the beacon of those ideals that are putting the barbarian hosts to flight all over the world. It is the light of reason that dazzles the agents of evil wherever they may be. It is the bright beam of truth that protects their victims from those criminals who abandon their prey and fly in horror from their crime. It is the avenging light of America, conquering the dark powers of tyranny and slavery, to shine on the victorious banners of justice and righteousness.

This is the light that the University of Rochester, for nearly a century, has been instilling into the hearts and consciences of American youth, and it is burning a sacred flame—with faith and hope in all men of goodwill.

UM ANO DA ENTRADA DO BRASIL NA GUERRA (1943)

Discurso por ocasião do primeiro aniversário da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, transmitido por rádio para os Estados Unidos da América, em 22 de agosto de 1943¹

Comemoramos no dia de hoje o primeiro aniversário da proclamação oficial do nosso estado de guerra com a Alemanha e a Itália². Mas já participávamos desta guerra, antes mesmo de ela atingir as nossas plagas.

Estávamos na guerra, exatamente como já o estavam os Estados Unidos antes do ataque a Pearl Harbour, desde que foram violados pela primeira vez esses princípios fundamentais que norteiam a vida da América e com os quais ela há de sobreviver.

O povo brasileiro sentiu-se agredido não somente na noite sinistra em que os submarinos torpedearam nossos navios, mas no dia em que primeiro se conspirou contra o direito dos povos livres.

Onde quer que se verificasse essa violação de direitos, em qualquer parte do mundo que fosse, não podia atingir a força, mas

1 Aranha: 1994r.

2 A declaração do estado de beligerância foi feita em reunião no Palácio Guanabara em 22 de agosto de 1942. Isso foi feito após uma série de ataques de submarinos alemães a navios brasileiros. Sobre os ataques, ver Monteiro: 2012.

sabíamos que, se ela prevalecesse, nenhum povo, país ou continente escaparia à sua tirania.

Por isso a nossa declaração de guerra significava que adotávamos uma política de beligerância, participando diretamente dos combates e ocupando o nosso lugar nas frentes de batalha.

Mas, na realidade, já estávamos na guerra, desde a primeira hora, pois nela o nosso espírito nacional se decidiu em favor da causa da liberdade, coerente com a fórmula de Rui Barbosa, esse grande estadista, para quem “entre o direito e o crime não pode haver neutralidade”.

Para um país como o Brasil, não havia lugar para dúvidas ou para hesitações.

Hoje, defendemos com as armas, onde quer que sejamos chamados, esses princípios que sempre defendemos, nos campos de batalha, como nas empresas pacíficas, nas cortes de arbitragem, como nas conferências internacionais, ou seja, em suma, em todas as ocasiões em que o Brasil teve de erguer a sua voz e afirmar ao mundo os direitos fundamentais dos homens e dos povos, sem os quais se torna impossível o convívio das nações.

Nossa política internacional tem a mesma unidade de propósitos que preconiza; por isso, diante do grande conflito que divide o mundo, a mais tremenda de todas as guerras, só tivemos uma atitude. Fomos sempre contra os agressores e os opressores.

Nesta guerra, não se trata de nações que se defendem a si mesmas, e sim de princípios, que estão sendo e precisam ser salvaguardados. Só deste modo pode ser preservada a vida das nações e tornada possível a sua convivência pacífica.

Atualmente, um só pensamento anima o Brasil inteiro: o de como intensificar mais e mais a sua cooperação para a vitória.

Durante este ano, sem alardes, mas com a consciência dos deveres que assumimos perante o mundo, desenvolvemos forças

consideráveis, que irão em aumento, até a hora da vitória das Nações Unidas.

Então, cessando os ingentes sacrifícios da luta armada, teremos que continuar o nosso grande trabalho, de modo a criar um mundo melhor e evitar que a paz se transforme em mera trégua a preceder novas guerras e novos conflitos.



A SOCIEDADE DOS AMIGOS DA AMÉRICA (1945)

Discurso de posse no cargo de primeiro vice-presidente da Sociedade dos Amigos da América, Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1945¹

A Sociedade dos Amigos da América não era uma criação artificial que se pudesse fazer desaparecer com o fechamento das portas de sua sede, com o vasculhar das gavetas de sua secretaria, com a proscricção do seu nome das colunas da imprensa, com a proibição da posse de alguns de seus diretores.

Ela era uma ideia, uma atitude, uma reivindicação dessas contra as quais são inúteis a violência e a brutalidade governamentais.

Ela surgiu em dias obscuros e incertos, quando era fácil errar e difícil acertar.

Recordo-me bem desses dias confusos e amargos, que os brasileiros não poderão esquecer sem comprometer, em futuro próximo, os seus próprios destinos e os do Brasil.

Nessa época, em terra, no mar ou no ar dominavam as máquinas totalitárias, destruindo fronteiras, soberanias e nações, ameaçando subverter a civilização e implantar a nova ordem ariana do espaço vital.

1 Aranha: 1994i.

A fé e a esperança, últimos e íntimos redutos da consciência dos povos e das criaturas, pareciam aterrorizadas pela desgraça totalitária, avassaladora, vitoriosa.

A indecisão, a fraqueza, a covardia, a falta de visão, enfim, a quinta coluna, com a sua organização e malefícios, imperavam sobranceiras sobre as consciências e os corações atemorizados.

O mundo parecia resignado a aceitar a escravidão, ante as hordas vitoriosas da brutalidade.

Entre nós, desgraçadamente, surgiram, então, não só partidários, como profetas, como apóstolos, como ordenanças desses exércitos do mal, inimigos da humanidade e do Brasil.

Foi nessa atmosfera, quando os maiores responsáveis pelo resguardo de nossas terras, de nossas tradições e de nossos ideais comungavam com os conquistadores totalitários, comemorando-lhes os feitos, propiciando-lhes as ideias e, até mesmo, endeusando-lhes os heróis, que, graças à coragem de poucos, sob a inspiração de Manoel Rabello², associaram-se e reuniram, pela primeira vez, os Amigos da América.

Não porque fôssemos mais amigos da América do que do Brasil tomamos esse nome, mas porque tínhamos a consciência ou seríamos condenados a perecer separadamente, como estavam perecendo os povos da Europa.

A inspiração que nos animou teve a consagração dos acontecimentos.

Não necessitamos, hoje, de apoio ou de aplausos, como não receamos, ontem, o abuso e a violência, porque tínhamos a certeza de receber a homenagem incontrastável dos fatos.

2 Manuel Rabello Mendes (1873-1945) era militar. No início da carreira, participou da Missão Rondon no Mato Grosso. Participou do movimento tenentista na década de 1920, foi interventor em São Paulo entre 1931 e 1932 e ministro do então Supremo Tribunal Militar.

Esta Sociedade tem motivo para orgulhar-se do bem que fez e do mal que conseguiu evitar em nosso país.

Mas, como toda obra humana dessa natureza, a nossa Sociedade, vitoriosa a sua nobre finalidade, provocou, como era de esperar, uma campanha infame e ativa daqueles que dela temiam não só o testemunho, como a intransigência e a vigilância.

Não sendo mais possível acusar os Estados Unidos nem declarar guerra à Inglaterra, era necessário declará-las aos Amigos da América, apontando-os como comunistas, como desordeiros, como judeus, como inimigos do Brasil.

Foi o que se fez: as nossas portas foram fechadas e, antes, já estavam para nós fechadas todas as portas da publicidade e da tribuna e até da reunião a portas fechadas.

Contudo, esqueceram-se de que, assim procedendo, abriam para nós as portas da justiça, da justiça reparadora para nós, da justiça condenatória para eles mesmos.

É certo, meus senhores, que, nesse tempo, a América se reunia no Rio de Janeiro para a defesa comum de seus mares, de suas costas, de nossas vidas e de nossas ideias.

Não havia, pois, mais lugar para as leis totalitárias, para as hesitações afrontosas ou para as opções antipatrióticas.

Surgiram, então, os noviços com o estandarte da nossa fé, os renovados, esses nazifascistas com pelos democráticos, os vira-casaca, conhecidos “frégolis” das ideias como das roupas, enfim a “legião dos novos amigos da América” e vós e nós fomos relegados e por fim perseguidos, fechados, maltratados e a nossa Sociedade considerada como perigosa inimiga da ordem, das instituições e até das Nações Unidas.

Não estamos, aqui, reunidos para reconvenções. Não nos anima, nem a mim nem a vós, nenhuma recriminação pessoal. Não

seria digno de nós, que temos fé, ideias e princípios, fazer nesta assembleia um libelo e menos ainda um rol de culpados.

Não é esta ainda a hora para reavivar a memória dos brasileiros, porque a consciência do povo tem uma sensibilidade própria e providencial.

Nossa tarefa é a mesma dos primeiros dias, dos dias incertos. A nossa missão recomeça, esta noite, com novos deveres e, talvez, maiores sacrifícios, mas com o mesmo “leader”, com a mesma fé e os mesmíssimos ideais.

Nenhum de nós desertou da bandeira. Estamos todos nesta sala. Não nos exaltou, sequer, a consagração das nossas ideias e a conquista das armas aliadas, porque a nossa obra política não se reduzia nem se pode reduzir à vitória das democracias na guerra, mas à implantação definitiva da democracia na paz.

POR QUE LUTAMOS

Em uma comemoração da mocidade democrática a esse tempo, resumi a nossa finalidade política nessas palavras: “Entraremos na luta por nós mesmos, pela nossa independência, pela integridade de nossas terras, pela tolerância de nossas leis, na defesa de nossa bandeira e da forma de sentir, de pensar e de viver dos brasileiros”.

Não lutaremos contra a Alemanha nem contra a Itália e nem lutaremos a favor da Inglaterra ou dos Estados Unidos da América.

Lutaremos irmanados com a América, pela segurança e pela defesa dos nobres ideais que associaram os nobres ideais colombianos.

Lutaremos pela nossa civilização tradicional, pelas liberdades públicas e privadas, pela sobrevivência dos estados, numa atmosfera de igualdade, de respeito e de cooperação entre os povos.

Lutaremos pelos direitos da pessoa humana, pelas liberdades públicas e privadas, pela sobrevivência dos estados, numa atmosfera de igualdade, de respeito e de cooperação entre os povos.

Lutaremos pela salvação da humanidade contra as forças perversas que a assaltaram e, em golpes sucessivos e atrozes, ameaçaram lançar por terra as melhores conquistas da obra material e espiritual dos homens.

Lutaremos por uma concepção da vida, tal como a conceberam os gloriosos estadistas que, em pleno Atlântico, compendiarão em alguns mandamentos, as permanentes aspirações de um mundo que crê na justiça, na prática da tolerância, no respeito à lei e reconhece o primado do espírito e deixa que as nações vivam livremente a sua vocação e a sua vida.

Lutaremos pela melhoria da convivência humana, por um futuro de cordialidade e de paz, mas, mais do que tudo, lutaremos pelo Brasil, eterno e inviolável, cuja unidade, cuja honra e cuja independência pairam acima de todas as outras razões de lutar, de viver e de morrer.

A história da América e do Brasil, da independência aos nossos dias, meus senhores, é a história da luta pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade, por tal forma que seria impossível separar os destinos das nações e dos povos, das terras e das fronteiras americanas da ideia, da teoria, da proteção, enfim, da existência e da defesa da democracia.

OS IDEAIS DEMOCRÁTICOS

Tenho consciência de haver, numa vigília sem tréguas, defendido os ideais democráticos dentro do governo, a ponto de levar o Brasil ao lado das Nações Unidas e nada mais aspiro, hoje, do que, fora do governo, dar o melhor de mim mesmo para que o Brasil

não seja mais governado por um ou por alguns, mas por todos os brasileiros.

Afirmam os inimigos da democracia que não tem o povo bastante cultura, senso prático e inteligência para escolher os melhores homens, nem competência para dirigir as complexas questões políticas, econômicas e sociais, da guerra e da paz que o governo democrático acarreta para os povos. A verdade é que a capacidade do povo para decidir as questões e as crises, as mais graves que o regime democrático apresenta, ficaram superiormente demonstradas pela luta, pela organização e pela vitória das nações democráticas.

Esta guerra, preparada e desencadeada pela loucura de *Führers* e de *Duces*, chefes de regimes totalitários e autocráticos, foi ganha unicamente pelo povo do mais impressionante e livre pronunciamento democrático dos anais humanos.

É que, por maior que seja um homem, um *Fuehrer*, um *Duce*, um ditador, é sempre menor que o menor de todos os povos. A guerra agressiva é obra de governos que não consultam a opinião pública, porque a história do mundo mostra que só no respeito pela soberania popular encontram as nações segurança para a paz.

A democracia que nos deu a vitória na guerra é, acima de tudo, a estabilidade da paz na vida internacional e da ordem na vida nacional.

Mas a democracia não é uma palavra vã nem um regime utópico nem um sistema de abstrações que confira a cada um a liberdade absoluta e o poder de fazer tudo o que entender. O que ela dá é a liberdade social, isto é, o direito de cada um fazer tudo o que não prejudique a liberdade dos outros.

É a liberdade formada pelos direitos individuais, que além da liberdade política compreende a liberdade civil, o direito à vida, à propriedade, à associação, à religião, à locomoção, à crítica, à

iniciativa e ao exercício de todas as ideias, tendências e aspirações a que a criatura humana possa, sem ferir os demais, procurar, para sua felicidade e o seu bem-estar.

O outro fundamento da democracia é a igualdade, ideia que pode ter e tem suas origens em princípios filosóficos, mas que na prática significa a realização de uma aspiração milenária e incoercível do homem: a igualdade perante a lei. A igualdade perante a lei, como a definiu a Revolução Francesa na Declaração dos Direitos do Homem, é o fundamento de todas as relações jurídicas e a base mesma da justiça, uma das mais nobres razões da democracia.

Todas as outras formas de governo, como disse em recente e notável trabalho, o professor Darcy Azambuja,

supõem a dominação dos governos sobre os governados, porque aqueles se julgam ou enviados por Deus ou melhores que os governados, ou com direito próprio de governar. Todas elas, portanto, supõem desigualdade e, se admitem a liberdade, é como um favor, porque negam a fraternidade.

Só a democracia se baseia na fraternidade, pois afirma que todos os homens são irmãos, por terem a mesma essência e a mesma origem, por serem igualmente filhos da natureza ou de Deus, conforme a filosofia que se adote e porque possui, conseqüentemente, os mesmos direitos e os mesmos deveres³.

Meus senhores,

Foi pela vitória da democracia que entramos, os Amigos da América, em dias de crise e incerteza, nas arenas das reivindicações políticas. Foram os inimigos da democracia, os piores, porque eram adoradores de Hitler, de Mussolini e de Hirohito, quem fecharam as nossas portas.

3 Darcy Pereira de Azambuja (1901-1970) foi escritor e jurista. A citação é de Azambuja: 1945, 106.

Somos os mesmos, os lutadores, e o mesmo é o nosso final: não malqueremos a ninguém, mas bem-queremos o Brasil.

O BRASIL NA DIREÇÃO DE SEUS DESTINOS

Retomamos, neste instante, a nossa comunhão, com os corações aliviados, para reafirmar que, dentro da ordem e contra a desordem, queremos, num ambiente de liberdade, de igualdade e de fraternidade, que o Brasil seja de novo entregue a todos os brasileiros.

Nossa missão não é impor nem depor: é repor o Brasil na direção de seus destinos e na consideração das nações democráticas.

A tarefa é fácil para todos nós, se o governo, como anuncia, cumprir as suas promessas e os seus deveres.

Bastará, para tanto, que ele se atenha à sua função de assegurar a ordem, respeitar e fazer respeitar as leis e a promover o bem público, que é a razão mesma do poder governamental.

Se, porém, ao contrário, quiser ele, através de seus agentes oficiais, deturpar, corromper, ou violentar a livre manifestação da opinião, dias de provação terão que vir para todos nós.

Nesse transe, deveremos crescer por nós mesmos, na fortaleza do nosso ânimo e na prudência de nossos atos, porque é do prestígio e da sorte do Brasil que estamos sendo chamados a deliberar.

Vencemos a primeira etapa, derrotando os nazifascistas governamentais nas suas próprias posições, quando concorremos decisivamente para que o Brasil os repudiasse, formando com a América e com as Nações Unidas ao lado da democracia contra a barbárie.

Estão eles novamente alçando suas ambições, com o propósito de confundir os bons patriotas e subverter a ordem democrática que se está impondo, como os fatos naturais, à vida do país.

Há graves indícios da persistência desses propósitos antipatrióticos.

O apego dos candidatos às posições, à manutenção de leis revogadas pelos acontecimentos, à intromissão governamental na imprensa, no rádio, nos meios de comunicações, às leis de favor, aos financiamentos e às obras com fins políticos, enfim, a uma candidatura oficial e governamental, tudo isso são sintomas alarmantes para o livre exercício e para a emulação digna dos prélios democráticos. Mas, meus senhores, nada nos deve perturbar e menos ainda confundir. O mundo terá que atravessar, no pós-guerra, um período crucial de reajuste, de crises e de graves perturbações econômicas e sociais.

A capacidade para organizar a paz foi amplamente demonstrada pelos povos que, surpreendidos pela agressão, souberam vencer a surpresa e a guerra.

Podemos e devemos confiar no futuro. A nossa aspiração democrática de reconstituir o país em colaboração com os nossos aliados, dentro da nossa ordem soberana, acabará por se impor, porque não há mais lugar para manobras e violências capazes, no momento em que nossos filhos derramam seu heroico sangue pela democracia e esta, arvorada nas flâmulas dos exércitos da libertação, entra pelas ruas de Berlim, de deter os brasileiros na reconquista do Brasil.



COMÍCIO DAS QUATRO LIBERDADES (1945)

Discurso proferido por ocasião do comício promovido pela Sociedade dos Amigos da América no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1945¹

É preciso não esquecer os que, depois de tudo terem feito para arrastar o Brasil à órbita da Alemanha e da Itália, são hoje, os corifeus da democracia, cristãos novos das Nações Unidas e autores e precursores da gloriosa Força Expedicionária e da vitória do Brasil.

Meus senhores, este comício não é de propaganda: é de reivindicação.

A “Sociedade dos Amigos da América” foi fundada para combater o fascismo e o nazismo, sob todas as suas formas e para favorecer a causa da união e da defesa dos povos americanos.

Ela surgiu na hora de incertezas e dúvidas, quando a quinta coluna imperava soberana e sem contrastes em nosso país; quando

1 Aranha: 1945b. O título era uma referência ao discurso realizado pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt em janeiro de 1941, no qual ele propôs quatro liberdades fundamentais que deveriam ser gozadas em qualquer local do mundo – a de livre expressão, a religiosa, a de viver com um nível de vida adequado e a de se ver livre do medo, associada esta última à ausência de conflitos internacionais. O evento foi promovido pela Sociedade dos Amigos da América, organização criada em 1943 e que se associara ao partido União Democrática Nacional (UDN). O contexto era de júbilo com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial – primeiro com o fim da campanha europeia, em maio de 1945 e com a expectativa do fim da campanha na Ásia. Os organizadores utilizaram a aliança com os Estados Unidos e a batalha contra as ditaduras totalitárias europeias como mecanismo de combate ao Estado Novo.

a vitória germânica parecia inevitável e era apregoada, desejada e favorecida, mesmo no seio do governo, como uma necessidade salvadora para os povos; quando a democracia era espezinhada, por palavras, atitudes e leis, como ridícula velharia política, corrupta, dissolvente e indigna de presidir a vida dos brasileiros.

A esse tempo a Rádio Alemã, todos os dias e noites, dirigia-se aos brasileiros para exaltar muitas das nossas figuras governamentais; reproduzir artigos, crônicas e noticiários da imprensa oficial; celebrar o regime e a orientação política de nosso país, ao mesmo passo que procurava destruir o pan-americanismo, intrigando-nos com as nações aliadas e procurando separar-nos dos Estados Unidos. (...)

A verdade, meus senhores, é que por essa época, antes e depois, em todos os cantos desse imenso Brasil e até mesmo em dependências oficiais do governo, funcionavam, às dezenas, poderosas organizações nazifascistas, nacionais e estrangeiras, com suas instalações de espionagem, de sabotagem, de propaganda, com tremendas máquinas bancárias, industriais e comerciais, que controlavam grande parte da atividade, da vida e até do destino dos brasileiros.

Não creio que, em qualquer outro país, fosse mais extensa e mais profunda e, também mais tolerada e, por vezes, mais favorecida, a predominância nazifascista do que, a esse tempo em nosso país.

As instalações de rádio clandestinas, as oficinas tipográficas, as companhias de navegação, as de aviação, as telegráficas, as de jornais, as cinematográficas, em poder do nazifascismo, eram ainda alargadas em sua ação perniciosa pelas sociedades culturais, recreativas, os clubes, as escolas e um sem-número de outras organizações, cujo trabalho, ora ostensivo, hora subterrâneo, era o de dividir os brasileiros e propagar, sustentar e defender a causa nazifascista em nosso país.

A mentalidade dominante, criada por essas organizações, no seio do governo e das classes dirigentes, era a da vitória germânica, a do primado dos ideais totalitários, a de horror à democracia e a do temor ao imperialismo ianque e inglês.

Nação litorânea, onde o homem vinha para o mar, desapercibendo-se a terra, foi o Brasil, em dado momento, contra os interesses fundamentais e históricos de seu destino americano, um feudo do totalitarismo europeu, que chegou a dominar a boa e a má-fé de muitos brasileiros.

A imprensa, a rádio, a tribuna, a tela, a cátedra, a escola, a praça pública, haviam sido transformados, mais ou menos, em armas de que punha e dispunha em nosso país, o nazifascismo nacional e internacional.

Não era, então, permitido falar, escrever e opinar contra os regimes totalitários, sobre penas humilhantes, e, era acoimado de vendido ou de traidor, todo aquele que arriscasse uma observação favorável à heroica e salvadora resistência inglesa ou à possibilidade da participação decisiva e vitoriosa dos Estados Unidos no conflito mundial.

Roosevelt, Churchill, De Gaulle era homens ridicularizados enquanto Hitler e Mussolini eram apontados como modelos incomparáveis de perfeição, semideuses da nova ordem e da salvação universal.

O nome de Stalin não podia nem ser pronunciado e menos escrito, porque a Rússia havia sido riscada do mapa político governamental.

Foi a esse tempo, meu senhores, que o general Manoel Rabello – cidadão que enobrece o soldado e soldado que engrandece o cidadão – auscultando o sentimento íntimo do povo brasileiro, levantou a sua voz, em meio a mudez compulsória do país, para advertir, em linguagem serena, o governo e as classes dirigentes,

dos riscos de uma situação que ameaçava a sorte da pátria e a segurança da América².

Fundou ele, dada a repercussão de suas advertências, a Sociedade dos Amigos da América.

A sua atitude, que era, apenas, uma representação das mais íntimas ânsias e aspirações populares, contou, de imediato, com o encorajamento da imprensa, sempre vigilante em seu sacrifício, da mocidade, sempre ciosa de sua independência, e do povo, sempre o mesmo povo brasileiro, soberano e viril nas horas decisivas dos destinos pátrios.

Não foi essa, porém, a atitude do governo, salvo muito poucas e honrosas exceções.

As rodas nazifascistas oficiais começaram por acoimar a Sociedade de comunista, depois de subversiva e, por fim, de traidora dos altos interesses nacionais.

Não se intimidaram os amigos da América, porque eles tinham consciência de que estavam combatendo os inimigos do Brasil.

O general Rabelo iniciou a sua campanha pelos estados e, em termos os mais dignos, falou, escreveu e criticou a orientação das nossas autoridades civis e militares, responsáveis pela conduta e atitude do país no conflito mundial, ao qual fora arrastado o Brasil pelas repetidas agressões alemãs e pelos nossos compromissos com a comunidade das nações americanas.

Foi ele, em virtude de representação do então ministro da Guerra, censurado de público pelo chefe do governo, censura que a justiça há de um dia transformar em louvor na sua folha de serviço à República³.

2 Manuel Rabelo Mendes (1873-1945) era militar. No início da carreira, participou da Missão Rondon no Mato Grosso. Participou do movimento tenentista na década de 1920, foi interventor em São Paulo entre 1931 e 1932 e ministro do então Supremo Tribunal Militar.

3 Eurico Gaspar Dutra foi o ministro da Guerra entre dezembro de 1936 e agosto de 1945.

A decisão presidencial não satisfez, porém, o atual candidato social-democrático à presidência da República, que propusera a reforma pura e simples de um ministro do mais alto tribunal militar do país.

Ordens secretas, em virtude de composições e compensações governamentais entre o presidente que era e aquele que já se preparava para vir a ser, foram dadas para que o nome do general Manoel Rabelo não aparecesse nos jornais, vedando-se igualmente qualquer referência à Sociedade Amigos da América.

Mas, não se satisfez com essa morte aparente a inimizade pessoal e a vingança sem entranhas daqueles, que se combinaram para esquarterar e salgar os restos desses inconfidentes que haviam tido a audácia de examinar, ponderar e criticar atos e atitudes do, então, ministro da Guerra e de outros auxiliares do governo.

Planejou-se, para o que foi preciso mudar o chefe de polícia, que viria a ser um dos mais nobres padrões das nossas glórias expedicionárias – o golpe policial que, não podendo atingir mais o presidente da Sociedade, devia ferir o seu vice-presidente que eu tinha e tenho a honra de ser, dos Amigos da América.

Eu era desde que aceitei entrar para o governo única e expressamente para servir à política exterior de minha pátria o inimigo número um dos nazifascistas brasileiros, com os quais nunca transigi, civis ou militares.

A ordem secreta de fechamento foi, então, tornada ostensiva e, em consequência, varejada a sala e a casa onde funcionava, sem publicidade, graças a uma plêiade de nobres e destemerosos patriotas, a Sociedade dos Amigos da América.

Hoje, meus senhores, estamos reunidos em plena praça pública, no seio mesmo do povo, ao qual nunca deixamos de servir.

Os dias que nos esperam não são melhores.

A luta no exterior encheu-nos de glória e esperança, mas a luta no interior torna-se cada dia mais árdua e desigual. Todos quantos formaram a quinta coluna daqueles tempos, negando a democracia, a América e o Brasil, formam, hoje, a vanguarda do oficialismo social-democrático, que ainda pretende instalar ou conservar no governo de nosso país os remanescentes e os restos dos despojos humanos e ideológicos do nipo-nazifascismo. Convivi com eles, ainda que sem transigir, com seus propósitos, antes para controlá-los no interesse da política exterior do país e posso, talvez, mais do que qualquer outro brasileiro, avaliar até onde se deixarão levar, levando o Brasil, na decisão em que estão de consumir a fraude político-eleitoral que visa legalizar, ante os outros povos, no governo, os mais ostensivos totalitaristas que já abusaram da boa-fé, da complacência, da tolerância e da boa vontade dos brasileiros.

Não nos devemos fazer ilusões e menos ainda desviar-nos da nossa cruzada deixando-nos arrastar pelos fogos fátuos do estadonovismo, que se farda com o uniforme dos expedicionários e se veste das ideias democráticas e sociais para despí-los passada a comédia eleitoral.

Todos quantos favoreceram, direta ou indiretamente, a causa germânica na paz e na guerra; todos quantos adotaram e seguiram as ideias fascistas; os métodos nazistas, os processos totalitários; todos quantos, aqui, toleraram ou ajudaram a espionagem, a sabotagem, a campanha anti-inglesa e derrotismo antiamericano; todos quanto foram contra o rompimento de relações com as nações do eixo e, depois, contra a declaração de guerra à Alemanha e à Itália, são hoje candidatos, líderes, chefes da prometida social democratização do país.

É preciso não esquecer que os que consideravam a França imortal perdida para sempre, a Inglaterra invicta destruída e subjugada, a Rússia, inigualável esmagada e escravizada e Pearl Harbor

uma façanha vitoriosa e espetacular, que havia reduzido o maior e o melhor de nossos irmãos, os Estados Unidos, à impotência e à derrota irreparáveis; é preciso não esquecer os que, depois de tudo terem feito para arrastar o Brasil à órbita da Alemanha e da Itália, são, hoje, os corifeus da democracia, cristãos-novos das Nações Unidas e autores e precursores da gloriosa força expedicionária e da atitude e da vitória do Brasil.

São eles, meus senhores, os mesmos, os mesmíssimos comparsas da farândula nazifascista que soçobrou, nos campos da Europa e da Ásia, e da África, mas que quer continuar a viver e governar o Brasil.

Não nos deixamos enganar, mais uma vez, porque, como disse Lloyd George, “eles nos fizeram viver os piores dias de nossos destinos, porque a derrota e a escravidão, causa deles, chegou a rondar as nossas praias depois de haver confundido as nossas consciências e atemorizado os nossos corações”⁴.

Todo aquele que, por ideais, pensamentos ou atos, fez causa com os inimigos do Brasil, da América e da humanidade podem voltar ao seio generoso e acolhedor do povo, (...) mas não poderá, salvo se houvermos renunciado à consciência da nossa cidadania e às responsabilidades da soberania nacional, assumir qualquer função de direção ou de governo em nosso país.

Eles foram e serão guardas e fiéis do povo e da pátria, que afrontaria novos perigos de perdição se neles ainda quisesse confiar.

A era que iremos viver não comporta no governo os homens que não souberam ver e prever o curso dos acontecimentos humanos.

4 David Lloyd George (1863-1945) foi um político britânico que atuou como primeiro ministro entre 1916 e 1922.

O povo tem inspirações que escapam à perspicácia dos homens e, por vezes, excedem todas as nossas previsões.

Elas são instintivas, mas revestem-se de sabedoria e força surpreendentes.

Parece, mesmo, haver um espírito tutelar para os povos bons e pacíficos, que os socorre, aconselha, guia e defende nas horas críticas de seus destinos.

Só assim se explica que, em meio da indecisão e da confusão reinantes em nosso país haja a opinião pública descoberto na mais avançada posição da defesa do Brasil e da América, em Natal, o mais retraído e desambicioso dos heróis brasileiros – Eduardo Gomes⁵ – para confiar-lhe a tarefa civil da reorganização e democratização do Brasil.

O país apercebeu-se que, havendo falhado os seus líderes, por incompreensão ou imprevisão, devia, sem perda de tempo, recorrer a aquele que havia sido a sentinela mais vigilante e mais fiel, desde a primeira hora da guerra, não só da soberania brasileira e da defesa da América, como da sua fé democrática e da sua confiança na vitória dos povos livres.

A sua candidatura, como escreveu, hoje, em notável artigo Macedo Soares: “é a mais nacional, a mais espontânea, a mais comovente de todas as candidaturas jamais apresentadas ao povo brasileiro, de cujo profundo sentido de honra e liberdade surgiu para ser vitoriosa nas urnas”⁶.

Não se podia recusar ele, que tantas provações conhecera e até procurara, ao serviço do Brasil, ao chamamento da nação.

5 Eduardo Gomes (1896-1981) foi um dos sobreviventes da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922. Participou da Revolução de 1930 e, ao fim do Estado Novo, candidatou-se a presidente.

6 A frase foi extraída do artigo “Opiniões abalizadas”, de J. E. de Macedo Soares, publicado no jornal *Diário Carioca* em 18 de Agosto de 1945.

A vontade do povo é e deve ser a suprema lei para o soldado, como para o cidadão.

A missão que ele recebera fora de sacrifício para a sua desambição, mas honrosa para quem sempre acreditara na vitória das democracias e tantas vezes oferecera a vida pelo Brasil.

A sua aceitação operou uma revolução sem violências, forçando o governo à chamada democratização do país.

É essa uma conquista que o Brasil já deve a esse seu filho exemplar.

O ato adicional ditado sob a pressão das reivindicações populares, surgiu, porém, eivado, ainda, de ideias ditatoriais, não correspondendo, como se esperava, à ânsia de libertação democrática que animava não só os brasileiros, como todos os povos que lutaram pela civilização cristã e por um mundo melhor⁷.

Meus senhores.

Estamos, assim, vivendo de mercês governamentais.

Não conquistamos, por que as leis não nos asseguram, nenhuma das quatro liberdades rooseveltianas, patronas desse comício, consideradas essenciais ao mínimo de regalias à vida comum dos povos. (...)

Estamos vivendo da caridade oficial num jogo incerto e perigoso de concessões e tolerâncias recíprocas.

E o pouco que estamos recebendo, o novo, é quase nada pelo muito que está dando ao governo, talvez para nunca recuperar.

A liberdade de imprensa, por exemplo, de pouco pode valer quando os jornais ou foram confiscados, incorporados, comprados ou ameaçados.

7 O Ato Adicional n° 9 foi promulgado em 28 de fevereiro de 1945 como uma emenda à Carta de 1937, indicando 90 dias para a definição de uma data para as eleições.

O governo, que outrora só tinha o “Diário Oficial” é, hoje, o maior proprietário de jornais do Brasil. Talvez, do mundo, porque não sei, nem mesmo na Alemanha e na Itália se o governo se havia em tal extensões, apossado da imprensa do país.

E não foi só o governo federal, comprador e, agora, editor, de matutinos, vespertinos e revistas, mas os dos estados e até dos municípios!

A liberdade de escrever, de irradiar e de publicar é, no Brasil de hoje, um *trust* governamental.

A que nos foi dada é uma simples mercê, migalha que sobra à mesa lauta dos senhores do país.

Não sei, mesmo, se hoje temos mais liberdade do que ontem, porque a liberdade outorgada, sem as garantias legais para o seu exercício, é uma tortura, forma disfarçada de tirania.

E a essa apropriação dos órgãos de publicidade pelos tesouros governamentais, – contrariando a própria finalidade de estado na aplicação dos dinheiros públicos – vieram juntar-se as caixas econômicas, os institutos, sindicatos e autarquias, a fim de criar um verdadeiro monopólio, porque assim, o governo tornou-se não só o maior, quase exclusivo, proprietário, direto ou indireto, dos jornais brasileiros, como proibiu a publicação de jornais estrangeiros, mesmo os das nações aliadas.

E se isso é verdade para a imprensa, com raras e edificantes exceções, pior, ainda, se possível, para as estações de rádio, que, ou são do governo, ou, coitadas, dependem do governo para suas concessões.

A liberdade de locomoção, a de comunicação e a de propriedade são privilégios exclusivos do arbítrio governamental, que delas dispõe para gáudio de sua demagogia econômica e social.

A liberdade de iniciativa, que é a essência da vida moderna, e a de trabalhar, que é a condição primária da existência, estão

subordinadas a normas verdadeiramente restritivas e até constrangedoras.

A liberdade da indústria, da produção, do comércio, são armas ditatoriais usadas pela legislação trabalhista que explora sem melhorar o trabalhador.

A liberdade de não ter medo, considerada em Yalta como garantia indispensável à vida do homem como dos povos, nunca foi tão ameaçada e comprometida como em nossos dias.

A liberdade de ensinar e aprender, essa sofreu o maior colapso da nossa história educacional.

Chegou o governo a proibir, por sugestão do atual candidato oficial à Presidência a realização de um congresso de educadores americanos, convocado para o Rio de Janeiro, nas vésperas de sua realização, dando como resultado três dos piores livros que nos Estados Unidos já se escreveram sobre as coisas de nosso país. Procurava, ainda, o ministro da Educação instituir, entre nós, a juventude brasileira, em moldes hitleristas e mussolinianos bem como uma lei de família, que submetia a criação e a educação nos lares brasileiros ao controle do estado⁸.

A liberdade de não ter necessidade, incluída entre as conquistas econômicas do homem foi, mais do que no período da escravatura, agravada pelas privações da carestia e dos preços, da coordenação e da inflação, por tal maneira que hoje somos dos povos menos e pior alimentados da terra.

A mortalidade no Rio, por moléstias de carência alimentar, era maior, sobretudo a infantil, do que as de Londres e Berlim, quando diariamente bombardeadas e as nossas massas pobres são mais subalimentadas e deficientes do que as populações das terras devastadas pela guerra e ocupadas por conquistadores.

8 Referência a Gustavo Capanema (1900-1985), ministro da Educação de janeiro de 1937 a outubro de 1945.

A liberdade política, enfim, aquela que permite o exame, o debate e a prática de todas as liberdades, foi reduzida, com as demais, nos dias que estamos vivendo, a uma mera alforria, temporária e precária, de um ato adicional, que outorga regalias ilusórias ao povo para melhor permitir ao governo manobrar e abusar das liberdades públicas e privadas.

A verdade, meus senhores, que não podemos esconder aos demais povos, é que, em nosso país, só tem liberdade o governo, porque, usando de seus poderes discricionários, só ele, sem qualquer controle, decreta, gasta, taxa, policia, transporta, comercia, produz, regula, ensina e até candidata e, o que é pior, pode usar e abusar da boa vontade, da boa-fé e da tolerância do povo para empenhar, como tem empenhado o Brasil, em projetos, empresas e compromissos pelos quais terão que responder os filhos de nossos filhos.

A liberdade eleitoral é uma tortura a que se vai submeter, em sua ânsia de recuperação democrática, o povo brasileiro.

É a tortura da esperança, último e mais atroz dos tormentos que os inquisidores aplicavam às suas vítimas indefesas e resignadas.

A lei eleitoral é uma burla, uma manipulação, a negação mesma da representação popular⁹.

Começou por caçar a cidadania de mais de 3 milhões de brasileiros, qualificados segundo os rigores da melhor lei eleitoral que já teve o país, para criar um eleitorado *ex officio*, oficial e governamental, estabelecer, por fim, normas de qualificação e apuração que só poderão redundar numa farsa democrática.

A liberdade de votar não pode existir onde não houve nem tempo, nem meios e nem liberdade para ser eleitor.

9 O decreto-lei n° 7.586 de 28 de maio de 1945 regulou o alistamento eleitoral e as eleições do Ato Adicional n° 9, de 28 de fevereiro de 1945.

Não pode haver eleições livres com candidatos oficiais, partidos oficiais, imprensa oficial, propaganda oficial, tudo oficial e governamental.

Uma eleição é uma consulta, não é uma manipulação, uma manobra, uma fraude premeditada e planejada, em seus menores detalhes, para fins governamentais.

Aquilo com que se está acenando ao povo é uma farsa política para transformar, após a comédia preparada das urnas, uma ditadura real numa falsa democracia, que é o pior de todos os regimes.

Tem os meus inimigos feito reimprimir, por vezes muitas, os meus elogios ao doutor Getúlio Vargas, esquecendo-se, porém, de, igualmente, reimprimir os elogios que ele se dignou fazer-me em outros tempos.

Não tenho, porém, porque mudar esses elogios e, antes, desejaria acrescê-los se ele rendendo-se ao tempo e à realidade, orientasse o país, com altruísmo e desprendimento, para a já inadiável democratização de sua vida, de suas instituições e de suas leis, dando, como prometeu, eleições honestas e livres aos brasileiros.

Não estou, nem poderia estar, entre os seus inimigos, mas estou, como estive dentro do governo, entre os adversários mais decididos e intransigentes de suas ideias políticas, concretizadas nessa monstruosa Constituição de 1937, a mais totalitária das constituições em vigor no mundo renovado pela derrota do niponazifascismo e pela vitória definitiva das democracias.

Posso, pois, como cidadão e até como seu amigo, de toda uma vida, lançar-lhe da tribuna dos Amigos da América, tendo ao meu lado a figura invulgar de um homem sem manchas, sem temores, sem fraquezas e sem ambições, que é Eduardo Gomes, um apelo para que, como fez na hora incerta da guerra, deixe de lado os interesses criados em torno do seu governo, restabeleça em sua

plenitude as liberdades públicas e privadas e junte-se ao povo, não para arrancar-lhe mais poder, mas para restituir-lhe o direito, de que foi privado por longos anos, de voltar a escolher, honesta e livremente, aqueles que deverão dirigir democraticamente os destinos do Brasil.

O governo, por mais que se o exerça, é transitório e por mais que se faça é efêmero, como todas as coisas humanas.

Mas o exemplo, o nobre exemplo, esse fica e cresce no culto das gerações e na eterna lembrança dos tempos.

Nossos filhos, os vossos filhos, estão chegando, uns após outros, da grande batalha pela liberdade do indivíduo e dos povos.

Muitos ficaram na terra que libertaram e outros vieram e vem para gozar na própria terra, as liberdades que deram a outras terras.

Não teve o Brasil, em sua longa e gloriosa história, filhos mais dignos, mais merecedores do nosso respeito e gratidão, porque o seu heroísmo não se exaltou na defesa instintiva das fronteiras, mas sublimou-se no sacrifício, em terras distantes, pela nossa forma cristã e democrática de viver.

Eles não foram só os soldados, os marinheiros, os aviadores do Brasil, eles foram os voluntários defensores de cada um de nós e de todos nós, porque se bateram não pela vitória material e militar, mas pela redenção da criatura humana e da civilização cristã e democrática, de que o Brasil é um dos mais nobres e maiores filhos e terá que ser um dos mais fiéis guardiães.

A vitória das armas brasileiras, pela terminação gloriosa da guerra, não poderá ser transformada, no país, na derrota das ideias democráticas.

É para essa tarefa, complementar da vitória das armas, que nós convocamos os brasileiros dentro do Brasil, uns aos outros, do mais humilde cidadão ao chefe de estado, a fim de que possamos,

honestamente e livremente, democratizar uma grande nação, que não temos o direito de deixar menor, mas o dever de tornar maior e melhor”.



LIGA DA DEFESA NACIONAL (1945)

Discurso proferido no Salão Nobre da Academia Nacional de Medicina, na sessão solene da Liga da Defesa Nacional, por ocasião da posse da nova Comissão Executiva, presidida por Oswaldo Aranha, em 13 de outubro de 1945¹

Meus senhores,

Agradeço, em nome de meus ilustres companheiros e em meu próprio, a honra de vossa escolha, para dirigirmos no próximo biênio, esta já histórica instituição.

Ao receber o convite para este honroso encargo, em quem me emposso neste ato, confesso-vos, que, além do natural reconhecimento à tão generosa iniciativa de um nobre amigo, senti a alegria de vir a pertencer de novo a vossa companhia e reincorporar-me à Liga da Defesa Nacional.

Sou daqueles que, em 7 de setembro de 1916, tiveram de ouvir, no primeiro ato solene da reunião do Diretório, a mensagem lida por Bilac, da fundação da Liga Nacional².

1 Aranha: 1945a.

2 Olavo Bilac (1895-1918) foi poeta e jornalista. Era nacionalista e republicano, criador da letra do hino à bandeira (Bilac: 1917).

Era eu, então, estudante de direito e dei-lhe, como toda a mocidade do meu tempo, o melhor do nosso concurso, do nosso entusiasmo e até de nossas esperanças e ilusões³.

Convivi com os grandes criadores da Liga, vivi-lhes a inspiração, conheci-lhes o nobre desinteresse, admirei neles o carinho, o cuidado e amor da pátria e emocionei-me com o destemor e por vezes, com a candura daquelas almas de eleitos.

Nobre época essa em que a mocidade privara da intimidade dos afetos, das ideias e até dos propósitos de figuras como Rio Branco, Pedro Lessa, Calmon e Bilac, participando de suas campanhas como se fossem próprias.

Lembro-me de como esses organizadores maravilhosos da mais árdua e difícil tarefa cívica daqueles tempos eram crentes, modestos, amáveis e simples: eles eram apóstolos sem deixarem de ser cidadãos.

Não havia então, na família dos nossos grandes homens, um só que se considerasse maior do que os outros, porque, tenho bem presente, todos se julgavam pequenos diante da vontade do povo e do interesse do país.

A cidadania era neles uma fé cívica com unção religiosa: as missões os separavam no trabalho, mas todos se respeitavam, continuavam e complementavam no dever para com o Brasil.

A devoção patriótica desses homens é um penhor de que as forças morais no Brasil são maiores do que as suas opulências físicas.

Pertenci a essa geração afortunada que assistiu e a ajudou, em plena guerra mundial, a campanha mais generosa, mais digna e mais fecunda que, em tempos de descrença e de temor, os mais sábios espíritos, os mais nobres corações e mais puros cidadãos,

3 Oswaldo Aranha iniciou o curso de direito em 1912, concluindo-o em 1916.

resolveram iniciar para dar ao Brasil “um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistência e de conselho de perseverança e de continuidade para a ação dos dirigentes e para o labor tranquilo e assegurados dos dirigidos”⁴.

Não estamos aqui reunidos para recordar.

A tarefa iniciada por aqueles grandes brasileiros conforme eles mesmos anunciaram, era de vigília e de assistência eternas.

Nobres etapas foram ganhas graças à sabedoria criadora das inspirações e depois, os continuadores desta instituição.

Não menores serão os esforços que nos esperam, se quisermos obedecer a esse dignificante e imperativo legado de exemplos de nossos maiores e melhores concidadãos.

A nossa missão, definida em nossos estatutos, – o melhor programa impessoal de governo já escrito em nosso país – cabe, nessa síntese perfeita e sempre atual, da primeira mensagem de Bilac: “estimular o patriotismo consciente e coesivo: propagar a instrução primária, profissional, militar, cívica; defender, com a disciplina, o trabalho; com a força, a paz; com a consciência, a liberdade; e, com culto dos homens, à dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir”.

A nossa tarefa cresce, pois, com o curso do tempo e aumentam, todos os dias, nossos encargos e deveres.

Creio, mesmo, que se fossem vivos os fundadores da nossa instituição, mais do que naqueles tempos, estariam eles repassados de aflições e temores pela sorte de uma nação, como a nossa, que teima em contrariar a força criadora de sua predestinação americana, democrática e liberal.

Foi um dos nossos maiores que disse:

4 Citação do discurso de Olavo Bilac na sessão de instalação do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, em 7 de setembro de 1916.

O patriotismo individual, a crença pessoal, a consciência a própria nunca estiveram ausentes do maior número das almas brasileiras. Mas esses sentimentos oscilam e vacilam numa vaga dispersão deplorável, perdem-se e dissipam-se os esforços isolados. A extensão do território, a pobreza das comunicações, o acordo pouco definido de uma federação mal compreendida, a inófia da instrução popular sustentam e agravavam esta desorganização. A descrença e o desânimo prostram os fortes; o descontentamento e a indisciplina irritam os fracos; a comunhão enfraquece-se. É tempo de protestar e de reagir contra esse fermento de anarquia e essa tendência para o desmembramento.

E acrescentou:

O protesto e a reação estão nesta Liga cujo título é claro e sintético. A defesa nacional é tudo para a nação. É o lar e a pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio; a moral doméstica e a moral política; todo mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instauração; a escola, a oficina, o quartel, a paz e a guerra; a história e a política; a poesia e a filosofia; a ciência e a arte, o passado, o presente e o futuro da nacionalidade.

Retomarei, aqui, com fidelidade aos nossos fundadores, às suas ideias e propósitos, o curso da missão que recebi em minha juventude acadêmica e na qual me emposso hoje, a generosidade e a confiança do Diretório da Liga da Defesa Nacional.

Tenho exercido inúmeras funções públicas no país e no exterior.

Nelas, como já disse, só procurei servir e nunca me servir do Brasil.

Este é o meu propósito em aceitar essa nova função, em que a responsabilidade cresce com o dever de presidir uma instituição

fundada, não na autoridade temporal dos governos, mas na força da virtude e do poder moral dos ideais.

A nossa política, na Liga, será a boa política, de que falava Bilac aos militares, aquela “que pode e deve ser aberta a atividade de todos”; é aquela que paira acima dos interesses “privados e partidários, acima da cobiça do mando e da validade, exercitando-se num plano superior, onde imperam a necessidade nacional e o interesse coletivo; nesta já fostes admiráveis políticos, quando fostes políticos nas lutas da independência, na unificação da pátria, na guarda do território e da nacionalidade, na abolição do cativeiro, na proclamação e na defesa da República”.

Esta política, meus senhores, continuaremos a fazer nacional, imparcial e impessoal: como fizeram os inspiradores da nossa formação, os mandamentos dos nossos estatutos e os imperativos de uma conduta de homens conscientes de seus deveres para com o Brasil.

A “política filha da moral e da razão”, sem partidarismo, sem regionalismos, sem parcialidades nem extremamos, mas também, sem renúncias e sem temores, inspirada em nosso histórico programa nacionalista, será feita, com a vossa permanente assistência e conselho, senhor diretor, para que a Liga, continue a exercer, na confusão deste após-guerra, a sua missão inspiradora e tutelar⁵.

A obra realizada pelas ideias dos nossos fundadores superou, talvez, a modesta candidez daqueles grandes líderes do pensamento e do sentimento brasileiros.

Não exagero ao afirmar que, em meio à crise criada pelas duas grandes guerras, ameaçando e mesmo solapando as melhores conquistas da civilização e da cultura humana, deve o Brasil aos seus nobres pensadores, que mantiveram vivo o culto do sentimento

5 O diretor era o político Leopoldo Tavares da Cunha Mello (1891-1962).

das nossas melhores tradições cívicas, religiosas e militares, a possibilidade de sua sobrevivência na época que vamos viver todos os povos.

Não nos salvamos pelas armas, que sempre brandimos com bravura, nem pelos governos, que sempre ajudamos com paciência e, por vezes, com nobres sacrifícios, mas pelas ideias, que animaram as armas e pela fé que não nos deixou desanimar, antes, refez a esperança e a confiança em nós mesmos para que o Brasil pudesse sobreviver a um mundo que se queria destruir e arruinar.

A Liga, graças ao seu ilustre presidente, que, hoje transmite a sua função com a dignidade do dever bem cumprido, exerceu numa nobre vigilância, nas horas confusas, incertas e, mesmo, perigosas.

Felicito-me por esta oportunidade para testemunhar e agradecer o concurso que, como ministro do Exterior, sempre recebi, espontâneo e corajoso, da Liga, à minha orientação pan-americana, favorável à vitória das democracias.

O presidente Cunha Mello, desde sua memorável campanha, antinipônica, no Senado, recomendou-se ao exercício da nossa presidência, que ele cumpriu, com desvelo e com destacada devoção e elevação cívicas.

A Liga, na sua presidência, pode ter cometido erros, que são humanos e de todos nós, mas fora de dúvida, recomendou-se pelo sua intransigência democrática, pan-americana, pela participação no rompimento de relações, na declaração da guerra, na assistência às forças brasileira.

A Liga, meus senhores não pode ser diminuída a, menos, confundida pelos homens ou pelas correntes efêmeras das opiniões estremados ou pelas inclinações partidárias ou políticas de seus dirigentes passageiros, como anunciou, outrem, um dos nossos matutinos.

Ela é uma força de ideal que supera todas as divergências humanas, porque os submete ao crisol do amor pelo Brasil.

Nesta casa, à sombra da ideia da Defesa Nacional, exerceremos todos um sacerdócio cívico, inteiramente pessoal.

A nossa tarefa é unicamente moral. É uma missão que vive de sua própria mensagem.

E essa mensagem é a mesma que nos foi anunciada pelos mais nobres varões da nossa cidadania, os fundadores desta instituição.

É defender: defender o Brasil.

É entrar na luta, como sempre preconizei, por nós mesmos, como cidadãos e, se necessário, como soldados, onde ela se travar, pela nossa sobrevivência, pela integridade das nossas terras, pela tolerância das nossas leis, na defesa da nossa bandeira e da forma de sentir, de pensar e de viver tradicional dos brasileiros.

Nunca favoreceremos a luta contra uma nação a favor de outras e nem a favor de um homem contra outros homens.

Lutaremos sob a fâmula da Liga, irmanados com a América pela segurança e pela defesa dos nobres ideais que associaram os nossos povos.

Lutaremos pela nossa civilização tradicional, que nos deu a família, a religião, a independência, a igualdade e a democracia.

Lutaremos pelos direitos da pessoa humana, pelas liberdades públicas e privadas, pela segurança das leis, pela sobrevivência dos estados, numa atmosfera de igualdade, de respeito e de cooperação entre os povos e as criaturas.

Lutaremos pela salvação da humanidade contra as forças perversas que a assaltaram e em golpe sucessivos e atrozes, ameaçaram arruinar as melhores conquistas da obra material e espiritual dos homens.

Lutaremos por uma concepção de vida, tal como a conceberam e viveram os nossos antepassados, definida pelo grande Roosevelt nestas palavras:

Uma maneira de viver que tem dado mais liberdade à alma e ao corpo do homem do que qualquer outra já concebida anteriormente no mundo, uma maneira viver que tem permitido aos homens escalar todas às alturas possíveis sem ferir seus semelhantes, uma maneira de viver que tem permitido que os homens alcem as cabeças e não reconheçam outro senhor que não Deus.

Lutaremos pelas permanentes aspirações de um mundo que procure viver na justiça, na prática de tolerância, na ascendência da sabedoria; na virtude da verdadeira igualdade, no respeito à lei, e nas quatro liberdades e reconheça o primado do espírito e deixe que as nações vivam livremente a sua vocação e a sua vida.

Lutaremos, enfim, herdeiros que somos do mandato histórico dos nossos organizadores, pela melhoria da convivência humana sem discriminações econômicas, por um futuro de cordialidade entre as criaturas e de paz entre os povos, mas mais do que tudo, lutaremos pelo Brasil, eterno e inviolável em suas tradições democráticas, cuja honra, cuja independência e cuja grandeza parem acima de todas as outras razões de lutar, de viver e de morrer.

PARTE III
MULTILATERALISMO E PÓS-GUERRA
(1947-1958)



INTRODUÇÃO

Rogério de Souza Farias

Essa parte compreende discursos, conferências e entrevistas de Oswaldo Aranha do período que vai de sua atuação em Cleveland, em 1947, até o final da década de 1950, excluindo os de natureza econômica, de sua gestão no Ministério da Fazenda, reunidos na próxima seção.

Esse período inicia com a vitória de Eurico Gaspar Dutra na campanha para a Presidência da República que ceifou o desejo de Oswaldo Aranha de ver o brigadeiro Eduardo Gomes na liderança política do país. Afastado de posições oficiais, ele aceitou, no final de 1946, participar da 21a reunião anual do Council on World Affairs, em Cleveland, Ohio, Estados Unidos. Não seria a primeira vez que pronunciaria um discurso na cidade. Em 1937, foi um dos representantes da América Latina em evento promovido pela National Foreign Trade Convention. Naquela ocasião, Oswaldo Aranha afirmou que “cada nação deve encontrar dentro das próprias fronteiras a solução para as suas dificuldades” (Aranha: 1937e). Era uma opinião associada ao contexto autárquico e tenso do período que foi da crise econômica mundial ao início da Segunda Guerra Mundial. Em janeiro de 1947, o contexto era outro. Uma das lições do conflito foi a necessidade de maior concertação política internacional como forma de prevenir agressões e promover a prosperidade. O político gaúcho, com sua fina sensibilidade,

percebeu esses novos ventos e cunhou uma frase que elevou ainda mais sua visibilidade: “O povo que desintegrou o átomo tem, agora, a missão de integrar a humanidade” (Aranha: 1994n).

O discurso de 1947 partiu da constatação de que os Estados Unidos eram a nação hegemônica do pós-guerra, tendo suas ações (e inações) impacto sobre os demais países. Seria impossível alcançar a paz e a prosperidade no plano internacional sem a ativação de Washington. Ele amparou essa constatação na experiência do entre-guerras. Seu sentimento era que a estrutura do sistema internacional foi incapaz, na ocasião, de evitar conflitos armados e promover as justas aspirações por progresso material das populações mais vulneráveis. Sua opinião, em 1947, era que a paz não poderia ser alcançada somente por intermédio “do concerto de forças materiais” da hegemonia americana. Era necessária transformação revolucionária. Resignificando suas crenças da década 1930, Aranha julgou essencial a “subordinação [do mundo] a uma ordem moral” que governasse as relações internacionais e, assim, prevenisse a emergência do estado de “incerteza, insegurança e perigo” que levava cada nação a “encontrar dentro de suas próprias fronteiras a solução das dificuldades que assolam cada uma e todas”.

Essa ordem moral, na opinião dele, deveria estruturar-se nos princípios democráticos e liberais herdados da antiguidade clássica e no republicanismo americano, adaptados para enfrentar os desafios do pós-guerra. Essa era uma “missão histórica” do país e qualquer afastamento dessa ação levaria o mundo inevitavelmente para o totalitarismo.

Seu retorno à linha de frente da diplomacia veio uma semana após ter proferido o discurso de Cleveland. O representante brasileiro nas Organização das Nações Unidas, Pedro Leão Velloso, falecera subitamente em Nova York, deixando a chefia junta à

organização acéfala. Aranha sensibilizou-se com o ocorrido, pois o diplomata de carreira fora seu secretário-geral, na época em que ocupara a chefia do Itamaraty. Estando em Nova York, Oswaldo Aranha anunciou, em 21 de janeiro de 1947, que aceitara o convite para chefiar a delegação brasileira junto à ONU – coincidindo, assim, com o período da presidência brasileira no Conselho de Segurança. Sua nomeação oficial, contudo, só foi assinada em 3 de fevereiro. Logo foi oferecido um banquete em sua honra, com 200 pessoas dos altos círculos econômicos, sociais e políticos em Nova York, prova de seu prestígio no país.

Na ocasião, Aranha pronunciou discurso exaltando a civilização brasileira e a união das Américas, tema que retornaria em seu artigo publicado na revista *Foreign Affairs* no ano seguinte. Foi, talvez, uma estratégia de apontar soluções para o caos que se esboçava na política internacional (Aranha: 1947d). No final de 1946, na Grécia, iniciou-se uma revolta comunista; em Londres e em Paris, as autoridades governamentais lutavam para manter seus respectivos impérios coloniais, com a França lançando uma ofensiva militar no Vietnã. No início de janeiro, os Estados Unidos e o Reino Unido uniram suas zonas administrativas em Berlim, representando mais uma elevação das tensões com o regime soviético.

A atividade oficial de Aranha iniciou nos sensíveis debates conduzidos no Conselho de Segurança. Sua estreia deu-se em 12 de fevereiro, quando se discutiu o âmbito de competência da Comissão de Desarmamento diante das armas nucleares. Na ocasião, Aranha apresentou convincente argumento sobre a distinção jurisdicional da Comissão da Energia Atômica com relação à de Desarmamento, sendo aplaudido após debater com o temido representante russo, Andrei Gromyko.

Observa-se, nessa fase inicial da missão na ONU, grande esforço para educar a sociedade estadunidense sobre as características do Brasil, dando continuidade a uma ação iniciada na década de 1930, quando representou o país em Washington. O discurso de 1º de abril de 1947 é exemplo de tal iniciativa. Esse pronunciamento, aliás, é importante por apresentar como o político gaúcho concebia a reestruturação do sistema internacional do pós-guerra. Para ele, os brasileiros concebiam somente “uma solução para o mundo”: sua “Americanização”. Essa é uma tese que remonta à sua percepção, da década de 1930, de que o hemisfério americano conformou uma sofisticada estrutura de governança política entre nações, uma experiência única na história da humanidade. Essa riqueza cultural e institucional, na sua opinião, poderia ser aproveitada no reordenamento da política mundial.

O maior desafio, no primeiro semestre de 1947, foi a Sessão Especial da Assembleia Geral, convocada para discutir o tema da Palestina no final de abril. A questão fora colocada na agenda pelo governo britânico, que desde o período da Liga das Nações administrava o mandato do território. A insistência para iniciar a discussão decorria da reestruturação de sua política colonial no pós-guerra e, principalmente, das difíceis condições administrativas da Palestina, onde enfrentava uma série de ataques de nacionalistas judeus.

No plenário das Nações Unidas, em Flushing Meadows, no estado de Nova York, Oswaldo Aranha foi escolhido por esmagadora maioria (45 dos 50 votos) para presidir os trabalhos. Em seu discurso de agradecimento, afirmou que compatibilizaria suas decisões pessoais às tradições brasileiras de “imparcialidade histórica e cultura jurídica”, salientando que, nas Nações Unidas, havia sempre apelos para “decidir questões que não nos afetam diretamente”. Para ele, esse apelo deveria ser respondido pela organização, caso contrário haveria graves crises internacionais.

Aranha deu grandes contribuições processuais às Nações Unidas e seu espírito pragmático rendeu-lhe grande prestígio. Isso pode ser observado em uma de suas primeiras decisões. Como as Nações Unidas ainda não tinha um corpo de regras de procedimentos definitivo, e essas inexistiam para sessões especiais, Aranha afirmou no plenário “ser o momento inadequado para discutir se é necessário ou não adotar regras especiais para uma ocasião especial”. Em sua opinião, não havia tempo para tal discussão: “uma discussão puramente procedimental (...) nos levaria a lugar nenhum”. Duelou intensamente com os representantes do Iraque (Jamali), Líbano (Malik), Síria (El-Khouri e Antaki) e Egito (Hassan Pasha). Ao concluir a sessão, Aranha reportou aos seus superiores que exerceu uma “função ingrata”, mas que rendeu elevado prestígio ao Brasil (United Nations: 1947a, 16).

No segundo semestre, Aranha chefiou o Brasil na II Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. A delegação contava com vinte e dois representantes, assessores e secretários. Seus substitutos imediatos eram o senador Álvaro Adolfo da Silveira, o deputado Arthur de Souza Costa e os embaixadores João Carlos Muniz e Gilberto Amado. Entre os representantes alternos e assessores estavam nomes como Henrique de Souza Gomes, Afrânio de Mello Franco, Octávio Gouvêa de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Ramiro Saraiva Guerreiro e Henrique Rodrigues Valle.

Oswaldo Aranha, ainda como presidente temporário, proferiu o discurso na abertura dos trabalhos. Ele salientou a gravidade do momento, encarnando o idealismo pacifista da organização, definida por ele como “um acordo entre os sentimentos e os pensamentos humanos”. Seria, desse modo, o principal instrumento da nova “ordem moral” que julgava crucial para a reforma do sistema internacional. O mais importante a se notar, no entanto, é a adaptação de seus discursos dos anos anteriores, no âmbito da política doméstica, em especial no apoio à democratização e à campanha do brigadeiro

Eduardo Gomes para o domínio multilateral. Em Nova York, Aranha proclamaria a democracia como “um imperativo da civilização e da cultura”, assim como o fez no Largo da Carioca em agosto de 1945. No discurso de encerramento, ele retornaria ao tema, indicando como o conceito de “democracia”, no plano doméstico, deveria ser adaptado para sua introdução no multilateralismo. Ele apresentou o princípio fundamental de que o peso das maiorias não deveria servir como forma de opressão de minorias. Por outro lado, indicou que o Conselho de Segurança (minorias) não podia simplesmente descartar a Assembleia Geral (maioria). A relação entre as duas instâncias seria o arcabouço fundamental de sucesso da organização em sua visão. Não resta dúvida, no entanto, que considerava a última a mais importante. Em seu discurso de despedida da II Assembleia Geral, por exemplo, demonstrou preocupação com o que julgava ser um excessivo recurso à Corte Internacional de Justiça, indicando que a Assembleia Geral teria relevante tarefa a desempenhar em querelas internacionais.

Na tarde do dia que proferiu o discurso, foi realizada eleição para escolha do presidente definitivo da Segunda Sessão. O Itamaraty não desejava que ele se candidatasse à presidência dos trabalhos, pois isso poderia atrapalhar a ação do país no Conselho Econômico e Social. A despeito dessa resistência, propalada inclusive por Oswaldo Aranha, representantes latino-americanos entusiasticamente lançaram sua candidatura. No páreo, então, estavam Aranha, Evatt (Austrália) e Masaryk (Tchecoslováquia). Aranha venceu a primeira rodada com 26 votos, contra 23 de Evatt e 6 de Masaryk; na segunda, saiu vitorioso com 29 votos, contra 22 concedidos à Evatt. O representante brasileiro foi tomado de surpresa por todo o procedimento, por isso não preparou discurso – razão pela qual foi reproduzido na edição de 1994 e neste volume o pronunciamento feito pela manhã, quando deixava a presidência temporária. Mesmo assim, deixou registradas algumas palavras:

It was not my intention to be a candidate for this honorable office. But the generous and unanimous insistence of the Latin-American countries and of all those delegations which spontaneously, and even despite my refusal, continued to request my acceptance, made it imperative for me not to decline this honour conferred on Brazil.

I can only attribute this generosity to the great achievement of the recent special session when most effective and harmonious work was performed in the shortest time on a difficult subject. I urge you, therefore, to make this session, which is far more difficult, as successful as the special session (United Nations: 1947a, 10).

Importante salientar que, a despeito de nunca ter alcançado o cargo de chefia do executivo federal brasileiro, a análise de sua gestão na presidência da Sessão Extraordinária e da II Sessão da Assembleia Geral da ONU oferece oportunidade para examinar seu estilo de liderança. Como indica o depoimento de Henrique Valle, um de seus assessores em Nova York. Aranha, apesar das derrapagens iniciais no idioma inglês, rapidamente aprendeu as regras formais do multilateralismo onusiano. Mais importante foi sua argúcia política em identificar o arcabouço informal de procedimentos da nascente organização. Ele conseguiu o equilíbrio entre a firmeza e a flexibilidade necessárias para a condução de debates essencialmente parlamentares em termos de técnica organizacional. Soube ser duro quando necessário, não fazendo concessões nem para os delegados das grandes potências, que logo o trataram como um igual, gerando confiança junto aos representantes dos países mais fracos (Valle: 1960). Outro aspecto a ser notado era sua sinceridade, algo presente no seu discurso de abertura, quando apresentou o fato de a organização ter alcançado poucos resultados práticos desde a sua última sessão.

O reconhecimento internacional de Oswaldo Aranha ficaria para sempre associado ao principal tema discutido na II Sessão: a questão da Palestina. Havia grave choque de posições entre árabes, desejosos de criar um Estado único palestino, e outros países, que observaram a necessidade de repartição do território em duas unidades políticas distintas. A condução do debate foi desafiadora, com escaramuças regimentais lançadas por todos os lados da discussão.

A iniciativa entrou na agenda da Assembleia Geral na 124ª sessão de debates, em 26 de novembro, uma quarta-feira. O primeiro passo foi apresentar o relatório do Comitê *ad hoc* sobre a Questão Palestina. As críticas dos países árabes foram duras. O príncipe Seif el Islam Abdullah, do Iêmen, chamou a proposta em discussão de “ilegal”, “injusta” e “inexequível”, críticas repetidas por outros oradores (United Nations: 1947b, 1315-6). As discussões seguiram, com Aranha passando a palavra para os oradores. No final da tarde, introduziu-se moção para continuar a discussão pela noite – derrotada por 24 a 21. Como o dia seguinte era feriado (Ação de Graças), ganhou-se mais tempo para as atividades de bastidores.

No dia 28, na sexta, quando os trabalhos retornaram, ele abriu a sessão lembrando ao público presente que não era possível aplausos ou qualquer intervenção nos debates. Seguiram, então, dez oradores e a França introduziu uma moção para adiamento da discussão, proposta aprovada por 25 votos a 15. No sábado, dia 29, às 16 horas da tarde, Aranha reabriu os trabalhos justificando o adiamento. Para ele, foi necessário “possibilitar que algumas medidas de conciliação fossem realizadas pelas partes interessadas”. Era o temor sobre o resultado. Nos debates, ele teve de lidar com difíceis pontos procedimentais apresentados pelo representante do Líbano. Transitando entre essas armadilhas, colocou o projeto de partilha em votação, sendo a iniciativa sufragada por 33 votos a favor, 13 contrários e 10 abstenções. Após a declaração do resultado, Amir Arlan, da Síria, proferiu palavras que reverberariam

por décadas: “My country will never recognize such a decision”. Outras delegações árabes seguiram no mesmo tom, iniciando um conflito de palavras que logo transmutaria para embates diplomáticos e militares (United Nations: 1947b, 1400-28).

Uma vez concluída a votação, a sessão seguiu para o processo de encerramento. Oswaldo Aranha proferiu, na ocasião, um de seus discursos mais famosos, sendo calorosamente aplaudido pelos delegados presentes. Aranha afirmou não ter tido influência sobre as deliberações da Palestina. É um *understatement*. Mesmo assim, é oportuno considerar sua admoestação pública aos países árabes, de forma que eles aproveitassem a oportunidade para contribuir ativamente na resolução do problema. Somente décadas depois os palestinos reconheceriam tal fato – como Mahmoud Abbas o fez em 2011 (Williams: 2011).

Nesse período, quando sua retórica é mais afetada pelos embates da Guerra Fria, Oswaldo Aranha, ao contrário de muitos políticos e intelectuais, apresentou grande otimismo não só na capacidade de a ONU conseguir prevenir conflitos mundiais como no poder que o progresso científico teria na harmonização das desigualdades materiais entre os povos, como asseverou no discurso na 3ª Junior Chamber International Conference, realizada em Petrópolis em 1948. Este discurso apresenta uma característica que coloca o já experiente político e diplomata no espírito intelectual de sua era: o entendimento do processo de modernização das sociedades como um padrão evolutivo. Segundo ele: “Toda a realização humana, a lavoura, a cidade, a indústria, a alimentação, a forma de vestir e de viver tornam-se cada dia mais assemelhadores comuns e iguais. Aproximamo-nos todos de um tipo de civilização, que é a marca de nosso século.” Nesse sentido, apresentou uma retórica muito semelhante ao que, nos Estados Unidos, ficaria definido como “teoria da modernização” (Cullather: 2000; Gilman: 2003a; Gilman: 2003b; Rostow: 1971; Milne: 2015).

Mesmo existindo essa aproximação de ideias, havia sofisticação particular no quadro conceitual de Aranha. Isso porque, a despeito de acreditar na convergência material entre o que denominava como “civilizações”, havia “divergências intelectuais e morais” que levavam a “uma verdadeira crise da consciência universal”, com conflitos aparentemente inconciliáveis. Ele via a complexidade da sociedade contemporânea como geradora de um perigoso niilismo, de uma aceitação tácita do conflito e de um fatalismo estéril da guerra como estado natural da vida internacional. Sua solução passava pela pactuação de novos valores e isso só seria possível, em sua opinião, pela democracia multilateral representada pela ONU.

Apesar de não ser diplomata de carreira, como vários de seus sucessores e antecessores na chefia do Itamaraty, Oswaldo Aranha foi figura profundamente admirada por subordinados e sucessores. Uma das provas dessa admiração foi o convite para ser paraninfo dos formandos do Instituto Rio Branco em janeiro de 1950. Para o “chanceler da Vitória”, era um retorno ao órgão após mais de cinco anos de sua exoneração.

O convite veio em um momento em que Oswaldo Aranha se sentia relativamente afastado do centro de poder, expressando tal sentimento no agradecimento a Frederico Carlos Carnáuba, o orador da turma que o convidara para ser o paraninfo. O discurso é importante por apresentar sua percepção de que a diplomacia, como atividade profissional, mudara significativamente, saindo do campo da “arte das frivolidades e das mesuras” para uma ciência técnica que “participa de tudo e de todos”. Apesar dessa situação nova que se descortinava, Aranha confere grande respeito às lições dos “antepassados diplomáticos” da chancelaria brasileira, pois, em sua opinião, a nação brasileira era “filha da diplomacia”. Ele, todavia, era realista ao indicar aos jovens formandos que o ar rarefeito da notoriedade raramente poderia ser respirado pelo

grupo, pois a profissão “será sempre a mais ignorada, a menos aplaudida e a mais difícil de exercer”.

No discurso, sobressai a admiração pelo Itamaraty. Afirmou, por exemplo,

que, na diplomacia brasileira, o maior de seus agentes é sempre menor do que o Itamaraty, porque neste, na sua organização, fidelidade e devoção aos interesses do país, e na obediência às suas normas e instruções assenta, por inteiro, em seus erros e acertos, a vida internacional do Brasil, na glória do que foi e na fé do que terá de ser (Aranha: 1950).

Em seus últimos anos de vida, Oswaldo Aranha não ocupou cargos públicos. Tal situação permitiu-lhe a franqueza e a liberdade que facilitam o exame de temas caros à sua filosofia política. O primeiro é a relação com os Estados Unidos. Na década de 1930, quando vivera intensamente a sociedade americana, soube ser, ao mesmo tempo, arguto admirador dos EUA e cioso da independência brasileira, colocando o interesse nacional como limite intransponível da sua admiração pelo estrangeiro. Era desse princípio que resultou seu profundo realismo sobre o estado das relações bilaterais, argumento propalado já em sua conferência de 1953 na Escola Superior de Guerra. Segundo Aranha, elas “nem sempre foram fáceis”; aliás, “foram quase sempre difíceis”. O sistema internacional não era ambiente para sentimentalismos, pois nele, em sua opinião, operava-se com a política do interesse, da contingência e da sobrevivência. Era exatamente por essa razão que julgava ser única a natureza da relação bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, pois “num mundo de cobiças, rivalidades e hegemonias”, os dois países conseguiram alcançar um modelo de cooperação sem precedentes. Essas afirmações foram proferidas no segundo governo Vargas, quando havia sérias resistências à manutenção da aliança entre os dois países. Nesse debate, Aranha era taxativo: não convinha outra política que não fosse o apoio aos Estados Unidos, em troca

do reconhecimento da preeminência brasileira na América do Sul. Mesmo assim, reconhecia o abandono americano com relação ao hemisfério. O Brasil ficara “à margem das cogitações e dos planos mundiais da guerra e da paz”. Sua solução era redobrar os esforços de solidariedade, de forma digna e com franqueza, em que fosse reconhecida a consideração e a confiança devida (Aranha: 1994a).

O segundo tópico era a questão da democracia no mundo contemporâneo. Ela era, segundo o discurso aos pracinhas de 1950, “a maneira melhor de permitir ao homem a expansão de suas virtudes, aspirações e ideias”. O terceiro foi sua atitude diante dos problemas nacionais. Ele sempre fora um homem de ação e um otimista, crente na capacidade de agência humana para transformar a realidade. Causavam-lhe repulsa “os homens sem vontade, sem fé e sem coragem”. Repetidamente indicou que o Brasil apresentava um perfil internacional muito abaixo daquele que poderia exercer. Referindo-se à Segunda Guerra Mundial, assinalou que “o nosso país não era mais uma nação à margem das decisões mundiais, espectador pacífico e pacifista dos acontecimentos internacionais”. Ele alertava que o destino do país era ser chamado, “na paz ou na guerra, a intervir e a desempenhar uma ação efetiva na ordem mundial”, sob o risco de ficar “à margem das realidades de um mundo que ameaça soterrar-nos em seus escombros” (Aranha: 1994l).

Por fim estava a questão da guerra. Nos últimos anos de sua vida, é possível vislumbrar certo ceticismo na forma como encarava o progresso da ciência e seus efeitos sobre as relações internacionais. Isso é patente em seu discurso na XII Assembleia Geral das Nações Unidas, proferido em setembro de 1957, quase uma década após sua consagração internacional. Ele apontou que sua expectativa de que o mundo se desarmasse não só foi frustrada como foram criados armamentos poderosos monopolizados por poucos países. Vivia-se sob o risco de a humanidade tornar-se “menos livre, com menos igualdade e ainda menos pacífica”. Seu ceticismo também ficou

patente na forma como apresentou o fato de o Brasil e a América Latina terem ficado marginalizados na reconstrução promovida após a Segunda Guerra Mundial. Isso explica sua maior atenção aos temas econômicos, em especial ao da desigualdade da prosperidade dentro e entre as nações, adiantando, assim, uma discussão que tomaria grande força na condução da política externa brasileira na década de 1960 (Aranha: 1994g).

Após a conclusão da sessão da Assembleia Geral, quando se preparava para sair de Nova York e seguir, em férias, para a Europa, Oswaldo Aranha concedeu uma entrevista que teria profundos efeitos nos debates domésticos sobre a política externa brasileira. Na parte final do pronunciamento, o experiente político e diplomata examinou um dos tópicos debatidos no encontro: a coexistência e as relações pacíficas entre estados. As discussões levaram à aprovação da resolução nº 1.236, que apresentou a anódina tese de que o fortalecimento da paz internacional passava pelo estabelecimento de relações pacíficas entre os estados, desconsiderando suas divergências ou natureza distintas em termos de estrutura política, econômica e social. Nesse contexto, Aranha afirmou não conseguir conceber a ausência, na política externa, de “relações com todos os povos”, pois isso constituía “uma das mais antigas e invariáveis tradições brasileiras”. A resolução da ONU, desse modo, seria uma “oportunidade” para o governo brasileiro “restabelecer relações diplomáticas e comerciais com aqueles povos com os quais não mantemos essas relações”. Aliás, salientou, era “situação singular” a do país, pois “as grandes potências, incluindo os Estados Unidos, mantêm relações com todos os povos” (Aranha: 1957a; Aranha: 1957b).

Essa não foi a primeira vez que, estando em Nova York, o tema da Guerra Fria, em especial a relação do Brasil com o mundo socialista, afetara a posição de Oswaldo Aranha na política doméstica. Na II Sessão da Assembleia das Nações Unidas, em 1947,

ele confrontou a questão na eleição da Ucrânia para o Conselho de Segurança. Na ocasião, respeitando o entendimento informal de que a renovação dos membros não permanentes deveria se dar dentro do respectivo bloco político ao qual o país com o mandato findo estava ligado, orientou a delegação para eleger a Ucrânia, em contraposição à Índia. No Brasil, foi taxado de simpatizante comunista pela imprensa conservadora. As desinteligências com o Itamaraty seguiram-se com o episódio do rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética. Em 1957, celeuma semelhante repetiu-se.

Após o rompimento das relações bilaterais, dois grupos batalhavam na arena da opinião pública e até na diplomacia. O primeiro, mais conservador, indicava que o Brasil deveria se manter afastado dos soviéticos, pois uma maior interação entre as duas sociedades poderia gerar instabilidades que colocariam em risco até a independência do país. Essa corrente de opinião tinha bastante trânsito na igreja católica, na maioria da cúpula militar e na liderança do Itamaraty – especialmente no Gabinete do ministro e no Departamento Político. O segundo grupo apregoava argumentos semelhantes ao apresentado por Aranha em sua entrevista, salientando as oportunidades comerciais que adviriam de uma reabertura das relações comerciais com Moscou. Dele fizeram parte empresários do setor privado, setores modernizadores da burocracia e, o que causava preocupação para os conservadores, comunistas, inclusive Luís Carlos Prestes.

A entrevista de Aranha caíra como uma bomba no Rio de Janeiro. Os setores conservadores apontavam que teria extrapolado suas instruções ao ter apoiado a reabertura de laços com a União Soviética; outros, mais radicais, apontavam uma suposta capitulação sua aos interesses da Cortina de Ferro. A animosidade acabou afetando o ministro das Relações Exteriores, José Carlos Macedo Soares, que proferiu discurso com conteúdo claramente contrário ao

de seu subordinado nas Nações Unidas. Nas penumbras, cogitava-se até o interesse de Aranha em derrubá-lo para ocupar-lhe o lugar – algo infundado.

Ao chegar em Paris, já desligado da missão, em entrevista ao jornalista David Nasser, Oswaldo Aranha reafirmou sua tese: era uma “oportunidade de nosso país rever a sua política externa”. Suas palavras ecoavam o jovem líder, sempre pronto a debater o futuro do país, que chegara como revolucionário ao poder em 1930. Para Nasser, indicou seu desejo de “entrar de cabeça, corpo e alma” na discussão e poder “esclarecer a opinião pública de forma clara e positiva, pois a diplomacia não pode ser mais a expressão da vontade de alguns sobre todos mas a de todos sobre o destino e a sobrevivência de um país” (Aranha e Nasser: 1958).

O debate recolocou o tema do reatamento no topo da agenda governamental. O mais significativo, contudo, foi a maneira como Oswaldo Aranha novamente lembrou a sociedade brasileira sobre sua crença de que o Brasil seria “cada vez maior e cada vez mais forte”, sendo o medo da reabertura um inaceitável complexo de inferioridade. Mais importante, no entanto, foi sua arguta percepção de que a expansão brasileira para mercados não tradicionais era necessária para a própria sobrevivência econômica do país. Adiantava, desse modo, uma conclusão que só alcançaria algo próximo do consenso na década de 1980 (Aranha e Nasser: 1958).

Ele deixou seu ponto de vista sistematizado em artigo publicado no segundo número da Revista Brasileira de Política Internacional, o veículo recém-criado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (1954) para debater temas relacionados à inserção internacional do país (Aranha: 1958c). Foi o documento mais contundente de defesa do restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS no período e uma das últimas manifestações

sistemáticas de Aranha em debates sobre a política externa brasileira.

Ele iniciou essa intervenção observando como a opinião pública brasileira se sofisticara nos últimos anos. O Brasil, para ele, chegara à maturidade. Mais relevante, a própria dinâmica da política doméstica desempenhava papel ativo em demonstrar sua insatisfação com a “condução da nossa diplomacia”. Ele segue, então, refutando um a um os argumentos contrários ao reatamento, criticando, inclusive, a posição insatisfatória dos que julgavam possível reabrir somente relações econômicas, evitando tocar no ponto controverso das relações políticas.

Oswaldo Aranha reforçou, no artigo, sua confiança no Brasil e na crescente relevância do país no cenário internacional. Isso decorreu, principalmente, do rápido processo de industrialização. Em sua opinião, “se (...) temos consciência do papel que está destinado ao Brasil industrializado, não podemos desdenhar a potencialidade comercial da terça parte do mundo. O Brasil não pode antecipadamente dar-se por vencido na competição internacional”. O argumento pela reabertura também se assentava em seu aspecto multilateral. Na ONU, o Brasil estava ligado à União Soviética, atuando cotidianamente com o país. O rompimento definitivo por questões ideológicas seria uma violação dos compromissos brasileiros que obrigavam o país a coexistir pacificamente com outros Estados no sistema internacional.

Oswaldo Aranha conclamou que “um país industrial” deveria, “sob pena de perecer”, “exportar para todos os mercados do mundo”. Adiantou, assim, o que viria ser aspectos central da Política Externa Independente (1961-64) e do Pragmatismo Responsável (1974-79). Segundo, indicou a “necessidade que tem o Brasil de participar das decisões mundiais, com a influência que lhe cabe exercer”. Por fim, apresentou mais ceticismo sobre a natureza do sistema

internacional – “Desgraçadamente, não vivemos num mundo que se amolde às nossas preferências e aos nossos ideais, e sim num mundo cuja trágica realidade temos que enfrentar sem medo.”

O episódio das relações diplomáticas e comerciais com a URSS demonstra, ao mesmo tempo, o destemor de Aranha e a forma como sua opinião ainda ressonava na sociedade. Em uma matéria de maio de 1958, o *Jornal do Brasil* noticiou que sua conferência sobre o assunto na Escola Superior de Guerra já havia sido marcada e desmarcada diversas vezes, “em virtude dos protestos de militares graduados que com ela não concordaram por discórdia da orientação do tema”.

O que se observa nessa fase final era um homem mais maduro e até mais cético. Em sua visão, não subsistia o otimismo com uma lição pan-americana ao mundo. A ação norte-americana em Teerã na derrubada do presidente legitimamente eleito Mohammad Mossadegh em 1953 e, logo depois, na intervenção para derrubar o governo de Jacobo Arbenz, na Guatemala, demonstrou os limites da aceitação democrática do próprio Ocidente e feriu gravemente as credenciais americanas na Guerra Fria.



A CONCEPTION OF WORLD ORDER (1947)

*Discurso no fórum "Report from the World", Cleveland,
em 10 de janeiro de 1947¹*

Ladies and Gentlemen,

I have not come here to only speak, but also to listen, to exchange ideas and, especially, to have the honor and pleasure of spending a few friendly days in your company.

My mission is to inform, but, in order to do this, I need to enter into the spirit of your meetings and take full advantage of your generosity.

This opportunity offered by the Council and World Affairs of Cleveland is a welcome one to me. I hope that, from it, from what I shall hear and from what I shall say, there may arise a better understanding between us as well as new possibilities for increasingly improved relations between our respective people.

The current fear complex of the world, the universal insecurity and unrest and the disturbance of national and international order arise from many causes. However, four of these causes are worthy of special mention because I think that they are the principal ones for discussion by the Forum.

1 .Aranha: 1994n.

First, the need of reaching a conception of a world order designed to establish a certain pattern for worldwide unity.

Second, the uncertainty as to how the “new majorities” will use their increasing political power if and when they take charge of the government.

Third, the belief that the income and the trade of the world and of each nation are limited.

Fourth, the assumption that we lack space for the world’s ever-increasing population and for the spread of our common civilizations through inaction, we must submit to experimentation in hope that somehow a new era will arise once these troublesome times come to an end. If such an outcome is possible, if despite this unrest we succeed in laying the basis for a better era, ours will have been a great achievement.

There is one aspect that overshadows all considerations of a material order. It deals with the moral order that must be created. This will depend not only on how the “new majorities” will adjust themselves to the task of governing the peoples, but also on how the United States of America, a leading nation today as others have been in the past, will formulate a conception capable of guiding the destinies of mankind.

Apart from the slaughter of creatures and the destruction of material achievements, the war brought evidence of the inanity and insecurity of the political conceptions then presiding over the life of the people².

Beyond any doubt whatsoever, the norms in prevalence in the period between the two great wars were incapable of reconciling the contradictions and conflicts that were the offspring of progress

2 Estima-se que cinquenta milhões de soldados e civis tenham morrido na Segunda Guerra Mundial (Tucker: 2016, 367).

itself, of the growing aspirations of mankind and of the demands arising out of the expansion of people.

Human intelligence appears to have been deflected from the task of solving and overcoming its difficulties and, due to the multiplicity of its problems, to have capriciously embarked on the tragic experiment of our days.

The lesson once learned must never be forgotten. Experience is a hard but most fruitful master.

Peace, which we labor so hard to ensure, cannot be attained through a concert of material forces alone, but rather through their subordination to a moral order, to a conception of life that will correct and overcome these errors and contradictions inherent to the evaluative process of humanity.

Until this day, in spite of all the noble attempts that have been made, culminating in the structure of the United Nations, there still prevails the same antagonism between the two opposed currents of political thought – the authoritarian and the liberal.

There are, however, indications of an effort toward understanding and conciliation of the thoughts and the spirit of mankind, necessary for intercourse and cordiality between people.

The Four Freedoms, the Atlantic Charter and the Proclamation of Yalta are all American inspirations³.

The historic function has befallen the United States of drawing, from its own political formation and from that of the Americas, the conciliating conception that shall be the base for the reconstruction of a less warlike and less unhappy world.

3 As Quatro Liberdades são uma referência ao discurso proferido por Roosevelt em janeiro de 1941. A Carta do Atlântico foi a declaração conjunta assinada por Franklin Roosevelt e Winston Churchill em agosto de 1941, definindo a aliança dos dois países no conflito. A Proclamação de Yalta foi o resultado do encontro entre Roosevelt, Stalin e Churchill em fevereiro de 1945.

This capacity for a civilized and cultural formulation and action is the message that, above all others, we expect from this great country in its role of leader among nations.

Without this conception, all effort will be in vain.

In days past, the founding fathers of this nation, meeting the challenge of times as uncertain and difficult as those that we are now traversing, gave proof to the world of this powerful creative fecundity of America, then newborn.

They laid the democratic and liberal bases of a political organization that wrought the transformation of thirteen weak and poorly connected colonies into this mighty nation capable of turning the scales of war and of nourishing peace, and, furthermore, of gathering races and people, to weld them together by force of conscience, federation, brotherhood and equality.

Today's mission is, therefore, the same as that of independence: to formulate a conception of life that will open to the people of the world the benefits of the American way in progress, in communion, in democracy and in federation.

It was an arduous and difficult task to achieve victory for those ideas, considered, in their time, to be utopian and subversive. An arduous and difficult task awaits you now in a world rife with misunderstanding, with selfish ambition and irreconcilable conflicts.

Nevertheless, I do not believe that you can renounce your ascendancy, and still less do I think that the intolerance and the impositions of our era will cause you to vacillate, for, if you fail in this historic mission, if you do not give the world a conciliatory formulation, there will inevitably befall the alternative of authoritarian materialism, which is the denial of our form of believing, of existing and of living.

Western civilization, which from Greece passed on to Rome, was renovated by Christianity, became diffused by the expansion of

the historic people, reached new heights through the achievements of science, attained consolidation in the Americas through our capacity for conciliating races, creeds and ideologies and now has, in the United States and in our continent, not only the depository of its highest conquests but also the bearer of the heaviest responsibility for its preservation.

Your heritage is like a symbolic torch that may not be extinguished and must not pause in its onward course.

Such is the task of the United States and this is what America can do: the people that disintegrated the atom now have the mission of integrating humanity.

We must realize that international life will remain in a state of uncertainty, insecurity and danger if we fail to reach this new formula and until each nation finds, within its borders, the solution of the difficulties that beset us all.

Humanity is witnessing the end of an era in political history and the beginning of a fair and worthy compensation for the worker to pervade and dominate all human activities. Throughout the world, the struggle between the so-called left and right is being waged. If it is true that the leftist idea is advancing, it is no less true that both its promotion and the resistance against it are being carried out in an unwise manner.

The political phenomenon is the same as the social one: it reveals a struggle between the old order, which refuses to part with its idols, ideas and practices, and the new order, which indulges in dangerous excesses at the very first sign of resistance to its overreaching innovations.

Political history shows us that, in such periods, when the hitherto dominated classes or nations force their way up into the dominating classes or nations, the process of evolution is disturbed, its rhythm is broken violently and even tragically. This

is exactly what is happening throughout the world today, in every nation and within each people.

The intelligence and even the justice of these conquests are overshadowed by the full play given to instinct and passion whenever any opposition to their efforts is encountered.

Nationalism, racial expansion, political ambitions, economic penetration, military predominance, international revelries, revenge, envy, hate, fear and all the other evil forces have perturbed all human activity and, in the prevailing confusion, they have dominated national and international events, creating an atmosphere of insecurity and or unrest that has now spread throughout the entire world.

This period of transition for humanity will last for many years to come, and, during its prevalence, surely there can be no complete happiness for mankind.

Until this is done – until each nation and each people find the solution for this problem – national and international order alike will continue to suffer the hardships inherent in this struggle.

In a world of highly prosperous nations, each nation gains advantage from the prosperity of the others, just as, in a world of impoverished nations, the welfare of each is affected by the poverty of the others.

In my opinion, if we want to solve the problem of production and distribution of wealth as outlined in Point Three – and sooner or later we shall be compelled to do so – we must take immediate steps to increase not only the national income but world income as well.

Up to the present, it cannot be said that this has been done. But it is true, nevertheless, that if we secure an increase in the income of the world, and consequently in the income of nations

and of the individual, the general prosperity will favor peace – internally and worldwide.

In the period immediately preceding the first world war, the total income of the world amounted to \$125 billion, and today it amounts to more than \$200 billion. These figures are but a fraction of the latent possibilities of the world. A sound political and economic policy will produce an increase in the income and in the wealth of each nation. The subsequent expansion of the world's total income will inevitably further the solution of the economic problems we face today.

If, however, each nation and each person does the utmost to curtail the possibilities of other nations and other individuals, then, surely, all will be poor; all will be troubled. On the other hand, if every nation and every individual seeks to promote the well-being of their neighbors, then all would be prosperous, because of the inevitable increase in production, consumption and confidence.

We must realize that the United States has more than one-half of the world's income to take care of only one-fifteenth of the world's population and one-nineteenth of the world area. This means that, while your national income per capita is approximately \$1,117, the average income of almost two billion other people is only \$30 per capita.

A steady yearly increase in the current world income, more equitably distributed and diffused, would contribute greatly toward the solution of our welfare problems and, in large measure, assist in the consolidation of democracy and the prosperity of all countries.



HOMENAGEM NAS NAÇÕES UNIDAS (1947)

Discurso de agradecimento em banquete de homenagem à posse como delegado do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, em Nova York, 6 de fevereiro de 1947¹

Corresponde-nos, em nome da solidariedade humana e como homenagem a nossos antepassados, preparar a América material e moralmente, para que cumpra seu providencial destino. (...)

O Brasil está numa zona principalmente tropical; os trópicos são um inimigo do homem, da cultura e da civilização, mas apesar disso, no Brasil, está sendo construída uma civilização, entre o trópico de Capricórnio e o Equador, quase igual à que criaram na região temperada do Brasil meridional, e que não é superada por outra civilização em qualquer parte do mundo.

Esta obra civilizadora no trópico, com a qual se demonstrará ao mundo ser possível realizá-la, deve ser completada com a cooperação das demais nações. A política pan-americana oferece essa possibilidade: pode e deve ser transformada em federação econômica, capaz de bastar-se e de satisfazer as necessidades de outros continentes. Chegou o momento em que a corrente entre o oriente e o ocidente, direção principal da civilização e cultura, deve ser equilibrada pelo movimento e fluxo de polo a polo.

1 Aranha: 1947d.

O conflito de ideias que ocasionou a última guerra é hoje mais forte que nunca: a América tem grande missão a cumprir: apesar de divergências econômicas e sociais, os povos americanos têm temas comuns, um dos quais é o respeito ao indivíduo, qualquer que seja sua raça ou religião. Neste hemisfério se radica a verdadeira democracia; e em todos os países americanos, qualquer que seja a forma de governo ou as circunstâncias do momento, busca-se continuamente o equilíbrio entre liberdade e autoridade.

As Américas nunca foram nem serão origem de guerra. Continuarão sendo fonte de inspiração e bem-estar de todas as nações. Para poder cumprir essa história, a missão do pan-americanismo deve ser conseguir maior grau de organização. Suas bases, estabelecidas em Chapultepec, devem ser completadas nas conferências do Rio de Janeiro e Bogotá.

A PROFILE OF BRAZIL (1947)

Discurso para os membros do “Dutch Treat Club”, Estados Unidos da América, em 1° de abril de 1947¹

(...) I felt it might be interesting to lay before you the new and different viewpoint of a Brazilian on the world situation. You do not exactly know what a Brazilian is, and it is natural that you shouldn't. We are few in number and we live far away from you. I'm sure you know that we are not Europeans, Chinese or Russians. The rest of the picture is largely a blank. At the bottom of your school-day recollections, there may have remained a vague idea of a vast country in South America, larger than the United States, with rivers of areas greater than yours, with jungle areas wider than your deserts and hotter than Washington in summer time, with negroes, wild cats, snakes and alligators, the first blacker, the other larger and all more numerous than yours.

The traditional liberties of today's date stop short, however, of entitling me to belittle your knowledge of geography or of your so-called “good neighbors”²; besides, it would be deprecatory of my own country to reduce it to an unknown point on the face of the earth when even the coffee cups preclusive to your daily work contain a bit of Brazil.

1 Aranha: 1994p.

2 Referência à Política da Boa Vizinhança, iniciativa do governo Roosevelt que reestruturou o relacionamento com a América Latina. Ver Pike: 1995; Wood: 1967; Wood: 2010.

My objective is to place before you a rough sketch that will enable you to appreciate the parallels and the differences that lie between Americans and Brazilians.

We inhabit a broad tropical zone, with a small temperate belt to the south and enclosing a central plateau, the largest on earth, where eternal spring prevails. Except in the southern zone, we have neither winter nor summer but merely an alternation of dry and rainy weather.

In the era of discoveries, we underwent occupation and exploration, like you, by all people on Earth. Here, the English overran and forced out the others, while, in my country, the Portuguese, who were then practically masters of the world, expelled everybody else, including the English.

We are Portuguese. In fact, we are today the representatives of this great family – one of the outstanding cases in history, of which your nation is another, of the colony becoming greater and wealthier than the mother country³.

But there is a heritage, common to Brazilians and Americans, which is rooted in a European alliance more than eight centuries old, between the greatest empire on earth and one of the world's smallest nations.

The ancient alliance was transplanted to American soil and here, on a continent discovered by an Italian in the service of Spanish kings, the two nations founded by England and by Portugal have grown and become still more closely united in the amity between the United States and Brazil.

A Brazilian is, therefore, the historical ally of an American: a friend whose friendship is in the nature of a family inheritance.

3 Sobre a diplomacia portuguesa, ver Bourbon: 1975; Brazão: 1979. Sobre John Methuen e o tratado bilateral entre Portugal e Inglaterra, um dos maiores marcos do relacionamento bilateral, ver Francis: 1960; Francis: 1966; Shaw: 1998.

By this, however, I do not mean that we are alike and still less that we are equal. There are emphatic distinctions, but, despite our differences, we have kept faith with our historic ties; throughout racial transformation and the mutations of life, we have maintained the moral constant and cultivated the familiar tradition.

The Brazilian is conservative. He does not envisage extremes except to avoid them, and he looks to the future as an opportunity to improve the achievements of the past.

We are not revolutionaries but rather characterized rather by a marked spirit of conciliation and a predominance of circumspection and deliberation in our life. Because of this, we are a peaceable and pacific people. We are not excessively religious nor subject to wild political passion, even though, with our forty-five million inhabitants, we are the greatest Catholic nation, also the greatest Latin unit in the world, for our Latin population is larger than that of France or Italy.

We are reasonable folks, well aware of the middle way and preferring to walk with assurance on the main road rather than to run through shortcuts with their attending risks.

I am not trying to exalt the Brazilian type, but rather to characterize it in order to compare it with yours and with other American and world types. It is not in vain that a race should have conserved a territorial expanse like Brazil in a divisionist, imperialistic and colonially minded world. There must be a moral cause. In our case, it lies in our capacity to conciliate and in the juridical gift that has ever marked our policies. All extremist people have either become divided or disappeared, or are now minute sources of civil struggles or world wars. I do not intend to give examples, but we are surrounded by them.

The climate robs us of much of our vigor. It reduces our capacity for work and widens the margin of dreamy fantasy that encompasses our Latin heritage.

We have to fight our climate whereas yours fights for you and encourages you. The achievements of science will facilitate the conquest of the tropics and the advent, as foreseen by Theodore Roosevelt, of a Brazilian era of expansion and civilizing advancement⁴.

This is a broad picture of my people and my country. It may seem to you more like a cartoon, or maybe like one of those tinted photographs that used to be in fashion some time ago... but what I really want to tell you is that this Brazilian, whose health is not as good as yours, whose material progress, education and capacity for work are less than yours, sees the world, not necessarily from the same viewpoint, but with similar feelings and preoccupations and, furthermore, with the determination to share with you in the future, as he has always done in the past, the same destiny in peace and in war.

Our European forefathers, like yours, came here to escape persecution or were attracted by the wealth of the land.

They were courageous people, driven by the desire to live and let live, but they could not avoid bringing with them the taint of political, religious and racial hatred, disunity and rivalry bred on European soil.

The new land, the shaping force of the physical geography of America, transformed the European folk and their political heritage into a new race with new ideas and aspirations. The *Homus Americanus* is a reality. Born of all the old races transformed by the

4 Theodore Roosevelt (1858-1919) presidiu os Estados Unidos de 1901 a 1909. O trecho faz referência à expedição Roosevelt-Rondon, realizada de 1913 a 1914, que explorou o Rio da Dúvida. O presidente americano publicou sua experiência no livro *Through the Brazilian wilderness* (Roosevelt: 1914). Nele, elogia Oswaldo Cruz e Vital Brasil pelo avanço tecnológico em civilizar os trópicos.

new land, he represents a definite type, without prejudice, without hatred, a friend to his fellow creatures on Earth.

A new conception of life, based on equality of initiative and of opportunity, of freedom in its many forms, on universal human dignity and on the belief in the infinite possibilities for the improvement of mankind, was the creative force that worked the transformation, in various degrees, of the old world and of the old races into our nations of today.

We Brazilians envisage just one solution for the world: its Americanization. The message of the Americas is of a moral nature. The American people do not want the Europeans to do other than to live without hatred, without rivalries, as we do live. As European man underwent transformation in America, so can the American concur to transform Europe. The assistance in war and in peace, which we have extended to Europe, is valid not only in its material aspect, but still more so throughout a new conception of life, through the idea of solidarity and the moral expression of this aid.

I am convinced that the lesson of American experience will be learnt in the end by all people.

I do not believe in an imminent war, but I do think that peace will be an everyday ordeal and struggle.

The aftermath of war is worldwide confusion and indecision. The swing of the masses toward the left is the result of the post-war battle of economic and social vindication of human society, impoverished and weakened by its own struggles. I do not think that a single creature in the world has escaped the effects of the last war, and, for this reason, if we desire peace, it will have to be the work of all and not of just a few. Peace is a spiritual saturation rather than a balance of forces. It is a stage of the collective as well as the individual conscience. We cannot achieve it through mere

combinations of governments and far less through the elimination of material.

All the creative energies of man, from religion to science, and all the forces of human conscience, from good will to faith, must be conjugated in order that the pacific work of the United Nations may associate the people.

Western civilization, restored by the Americas, cannot perish nor can it give way. We believe in America, in her youth and vitality and in her capacity to withstand and to rebuild.

It is thus, gentlemen, that we Brazilians see the world today, not as the Indians who allowed themselves to be absorbed and slaughtered, surrendering their virgin land to the invader, but as men of America who are conscious of not only that “America is for the Americans”⁵ but also that, having twice saved the world in war, it has a still more heroic mission to perform: that of saving the world for peace.

5 O termo tem origem na Doutrina Monroe, o conjunto de princípios proposto em dezembro de 1823 pelo presidente americano James Monroe, mas de autoria de John Quincy Adams, seu secretário de Estado.

SESSÃO ESPECIAL DA ONU: PARTILHA DA PALESTINA (1947)

Discurso de agradecimento pela eleição para presidente da Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, convocada para discutir a Questão da Palestina. Flushing Meadows, 28 de abril de 1947¹

Companheiros delegados. Fico-vos muito agradecido pela honra que foi conferida ao meu país e a mim pessoalmente com a minha eleição para presidente da Assembleia. Não necessito dizer que me esforçarei o máximo possível para estar à altura das responsabilidades derivadas de vossas generosidade e confiança.

Nesta elevada função, minhas decisões, mesmo quando forem pessoais, estarão sempre inspiradas no dever para convosco, na decisão do Brasil às suas tradições de imparcialidade histórica e cultura jurídica e no fiel apoio de meu país às Nações Unidas.

Estou moralmente certo de que, ao desempenhar-me de acordo com as tradições políticas, não só de meu país, mas também da América, corresponderei às elevadas esperanças desta Assembleia e dos povos que confiam em nossas decisões. Todo o membro desta assembleia tem iguais deveres. O problema que nos reuniu desta vez, embora somente seja para decidir medidas preparatórias da

1 Aranha: 1947e.

sua solução, foi através de séculos, um repto decisivo à mente e aos sentimentos de indivíduos e de povos.

Temos sido chamados e continuaremos a receber apelos para decidir questões que não nos afetam individualmente, porém que são problemas de todos nós. A existência de uma organização como as Nações Unidas, com capacidade para considerar e procurar resolver os mais graves problemas da humanidade, é a prova de visão e sabedoria de quem nos precedeu na tarefa de assegurar o bem-estar, a segurança e a paz para o mundo. Temos, pois, companheiros delegados, dentro de nós, em nossas capacidades para superar a complexidade de nossos próprios problemas, como os problemas dos povos, as maiores possibilidades jamais oferecidas ao homem para a solução, pelo exercício da razão, das dificuldades que no passado foram complicadas e agravadas pelo recurso da força. Sobretudo, está em nós fazer das Nações Unidas a balança da justiça, da segurança e da paz, ou permitir, por nossa falta de sensatez, que se transforme em uma espada mais para ser brandida cegamente pela força e pelo instinto.

A humanidade dirigiu-nos seus olhares em busca de maior tranquilidade e menos infelicidade. Não há nenhum motivo para que adiemos a tarefa confiada a nós outros pelos nossos povos e os demais povos, nem para permitir que a confusão obscureça as questões em jogo. A verdade que sempre devemos [ter] presente em nossas mentes e em nosso sentimento é que, se a nossa organização fracassar em seus propósitos, não haverá mais nações nem lares, nem consciências em paz no mundo em que teremos que viver.

Creio firmemente nas Nações Unidas e na determinação de fazê-las guardiãs da paz e da segurança da humanidade. Confio em que seus fundadores não trabalharão em vão e que nosso esforço será igualmente frutífero e digno de aprovação de todos os

homens que acreditam na solidariedade. As Nações Unidas fizeram grandes progressos em todos os terrenos de sua vasta jurisdição. Seus organismos estão em plena operação. Estudam-se e se tomam decisões a respeito de questões da maior importância, relacionadas com a paz internacional e segurança coletiva.

Além dessas realizações práticas, vislumbra-se notável progresso moral. Em medida até agora desconhecida, tem prestado ajuda ao bem-estar dos povos. O período de pós-guerra caracterizou-se pelo auxílio generoso e construtivo que levou consolo aos vencidos e enobreceu a missão de vencê-los.

Não obstante, as Nações Unidas alcançarão a medida plena de suas responsabilidades e atribuições somente no dia em que se ajustar a paz em todos os tratados, quando todos os povos sejam apartados mediante a eliminação, por convênio entre os vencedores, da perturbada situação que é consequência inevitável e prolongada da guerra.

Temos razões para esperar que os esforços do conselho de ministros de Relações Exteriores corresponderam eventualmente a todas as esperanças do mundo, incorporando os povos vencidos à ordem internacional. O mundo futuro será então da responsabilidade das Nações Unidas.

O problema que temos diante de nós é um dos que devem ser resolvidos ainda antes que nossa organização possa entrar de cheio nas funções para as quais foi criada em São Francisco.

Todo o mundo está presente neste salão. Não é em vão que nossos povos conseguiram esta nobre possibilidade de associação total num momento tão decisivo para o entendimento e a solidariedade.

Aqui estão reunidas todas as grandes forças da terra, toda a sua responsabilidade. Porém, a maior significação está em seu respeito moral. Somos neste momento fé, esperança e razão.

Após uma era de destruição e morte somos a expressão das aspirações mais elevadas e mais amplas de solidariedade e paz humanas. Estou certo de que companheiros delegados, neste caso, como em outros precedentes, corresponderemos à confiança de nossas nações e às esperanças de todos.

ABERTURA DA II ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (1947)

*Discurso de abertura da II Assembleia Geral das Nações Unidas,
Nova York, 16 de setembro de 1947¹*

Está inaugurada a Segunda Assembleia Geral das Nações Unidas. O mundo a espera com ansiedade, e também nós, os mais diretamente interessados na solução dos problemas internacionais, sentimos do mesmo modo a sua necessidade, para pôr fim às suspeitas mundiais, e às nossas próprias².

Na realidade, desde a sua última sessão, pouca coisa pôde fazer a Organização das Nações Unidas. Assim sendo, cabe-nos agir. E, apesar de no programa da Assembleia Geral constarem numerosos assuntos, todos eles, na verdade, podem ser resumidos num só: a escolha do caminho que será trilhado pelas Nações Unidas³. O nosso verdadeiro programa é espiritual, o nosso tratado não é apenas um pacto entre países. É também um pacto com os seus destinos como países. Aqui será organizado um mundo em paz, ou surgirá a guerra.

1 Aranha: 1994f. O original está disponível em United Nations: 1947a, 1-6.

2 O discurso foi proferido às 11 da manhã, quando Oswaldo Aranha era ainda presidente temporário da sessão. A eleição para a presidência definitiva foi realizada pela tarde no mesmo dia. Oswaldo Aranha recebeu 26 dos 55 votos, com Evatt, da Austrália, recebendo 23 e Masaryk, da Tchecoslováquia, 6.

3 A Sessão realizaria 447 encontros de comitê e adotaria 93 resoluções.

O momento atual é grave; como o são todos os dominados pelas dúvidas, e pelas decepções. Mais de dois anos já se passaram desde o fim da guerra, porém, não conseguimos ainda uma verdadeira paz. Todos os grandes conflitos são ineludivelmente seguidos por um período de reconciliação. Assim como a doença nos mostra os benefícios da saúde, a guerra também nos traz a vantagem de odiá-la, e fazer-nos amar ainda mais a paz.

Assim, pois, a luta que se segue às guerras é de caráter espiritual. Nela, sucumbirão todos aqueles que não aprenderam as lições do período de tormentas. Portanto, a vontade deve ser humana, pois, do contrário, contradiria os fundamentos essenciais da vida. O mundo totalitário percebeu que quis afogar a liberdade da consciência humana. As conquistas espirituais não podem ser anuladas pela força bruta.

A guerra que passou e que afetou a todos os povos e todos os seres humanos, pois nenhum deles conseguiu escapar aos seus efeitos, necessariamente produzirá uma paz que será baseada no consentimento universal. Compreendemos que esse consentimento não é obra de um dia nem uma consequência automática da cessação das hostilidades.

Todavia, seria inútil deixar passar o tempo em vão, para consolidar as aspirações e necessidades pacíficas dos povos. As conquistas pacíficas são lentas, não se justificam as demoras desnecessárias. Esta organização precisa remover as dificuldades momentâneas, da mesma forma como os países que são seus membros venceram a guerra, quando parecia perdida, a fim de manter a paz. Temos que aceitar a superioridade dos povos e dos seus governos, depois da experiência passada, no período que não desejamos sucumbir.

Esta organização vê a paz como consolidação das obrigações conjuntas dos países vencedores e a subordinação justa e consciente

dos vencidos à ordem internacional, criada pela Carta das Nações Unidas.

A nossa finalidade é aproveitar as lições do erro e a consciência do mal, para facilitar a obra de aperfeiçoamento pacífico material e moral de todos os povos.

Todavia, essa tarefa será impossível se não soubermos tirar, da última guerra, com maior força que os conflitos precedentes, a decisão de proibí-las para sempre, na vida dos povos.

Não é suficiente colocar armamentos de destruição em massa, como os gases asfixiantes e a bomba atômica, à margem da lei. Devemos condenar não só as armas, como também os ideais guerreiros e todos os que se aproveitam dos progressos pacíficos da ciência para fomentar a guerra e a destruição, em lugar de procurar, com tais progressos, aumentar o bem-estar dos povos.

Com o triunfo da razão, surgirá uma paz duradora e nunca devemos tornar as armas, e sim os princípios, os responsáveis pela utilização daquelas. Queremos conservar o mundo dentro da razão; unindo as diversas raças; facilitando a convivência das religiões diferentes; universalizando as ciências e as artes; coordenando os interesses; abrindo na vida comum dos povos, através da civilização e da cultura, possibilidades imensas para o futuro da humanidade.

Aproxima-se uma humanidade com a qual sonharam os utopistas. Não devemos deixar passar esta oportunidade. Porém, como toda a obra humana, isso exige paciência, sabedoria e constância, na sua realização.

E este é o trabalho de que está incumbida esta Assembleia: a luta que caracteriza esta fase do pós-guerra deve ser resolvida pelas ideias, e não pelas armas. Não podemos estabelecer um mundo de nações suicidas. Assim, a questão deste momento é fazer com que todos os países, todos os homens, tenham confiança

nesta Organização. Só assim os desarmaremos para a guerra e os prestaremos para a paz e para a amizade.

Esta é a razão de ser e a finalidade das Nações Unidas. E para isso nos reunimos aqui. Jamais, no curso da história, concertaram-se para esta obra de conjunto, tantas forças materiais e espirituais como agora o fazem; não só para manter a paz como um equilíbrio político, mas também para encontrar meios e adotar iniciativas que possam suprimir as guerras, como solução para os problemas da vida. Isto aqui não é uma simples organização política. Não é mero pacto entre nações. É um acordo entre os sentimentos e os pensamentos humanos. Aqui verificaremos se os povos aprenderam a se conhecer e a confiar uns nos outros; se poderão solucionar fraternalmente os seus diversos problemas.

Para aqui afluirão todas as discussões, todas as dúvidas e todos os conflitos que afligem os povos. Virão à procura de solução. Muitos deles são seculares e parecem insolúveis; outros surgiram das situações oriundas da complexidade sempre crescente dos problemas econômicos e sociais. Não conheço nenhum outro empreendimento mais digno da inteligência humana; para o conhecimento humano e para a boa vontade dos povos e governos. E é necessário fazer-lhe frente se não desejarmos que o mundo sucumba. Estou certo de que o império da razão, que domina grande parte do mundo, acabará por se impor em todo ele, facilitando o trabalho da paz.

As forças da resistência terminarão por ceder ante as novas concepções que surgirão desta Organização, para incluir todos os povos. Não existem conflitos eternos. Tal é a experiência da vida humana. A guerra não pode ser permanente, como ainda não o é a paz.

A vida é uma obra de contínua superação, e para isso, a liberdade é uma condição ineludível. A democracia é um imperativo da

civilização e da cultura. O mundo melhora sem cessar e continuará a melhorar cada vez mais. A paz permanente surgirá como uma consequência dessa evolução material e moral do mundo. Todavia, reconheço que tal evolução poderá encontrar obstáculos e atrasos, crises em sua evolução.

É uma função das Nações Unidas evitar essas interferências e atrasos e promover a cooperação necessária para a comunidade mundial.

Neste momento, vemos uns países vencidos, outros vencedores, uns confiantes, outros atemorizados, porém, quase todos eles desesperados. A paz que reina nas nações ocupadas é uma paz imposta pelas armas e para os países ocupantes, isso implica manter grandes contingentes mobilizados.

A Europa é atualmente uma tragédia econômica e uma interrogação militar. Na Ásia, ainda não cessou a maré de sangue agitada pela guerra. Apenas a América continua sendo o continente da paz.

Não serão devido a isso as únicas forças políticas que resolverão o problema do porvir, do mundo. Não acredito, também que o mundo poderá desenvolver-se sob o poderio militar dos povos. Agora estamos perfeitamente convencidos de que outros fatores econômicos, sociais e culturais terminarão por se impor.

Não serão as alianças nem as “ententes” as que cuidarão do equilíbrio mundial. Também não haverá nações autônomas. O mundo atual é mais consciente e realista, mais livre e senhor dos seus destinos, apesar de isso não ser igual em todos os países.

A obra das Nações Unidas deve pender cada vez mais intensamente para a orientação dos povos e da consciência dos homens, para que tenham confiança nesta instituição e nos princípios e fins desta Carta.

Poderá alguém dizer que existem zonas impenetráveis a tais ideias. A natureza dos povos análoga. Todavia, não existem terrenos

suficientemente fortes para impedir a penetração das modernas invenções, que permitem perfurar os terrenos graníticos com que em outros menos resistentes se proceda anteriormente.

As ideias são mais poderosas do que as máquinas. O poder espiritual, maior que o da matéria, aumenta sem cessar o poder da inteligência humana e a necessidade de convivência social. Elas são as forças mais poderosas que existem e terminarão por vencer todos os obstáculos, barreiras e resistências, impondo-se sobre as necessidades e os espíritos reconciliados de todos os povos.

Teremos ante nós, nesta próxima década, uma etapa de dúvidas e de insegurança, o que é inevitável, pois trata-se de um período de convalescença, durante o qual a doença se apresenta como permanente e nos parece ser impossível recobrar a saúde.

Decaem as forças morais e as forças espirituais parecem estar anquilosadas e confusas. Está à nossa espera uma atmosfera de pessimismo e desalento, que debilita os homens e as nações. Todos os males, tanto morais como espirituais se agravam e um profundo desânimo parece esgotar todas as energias da humanidade.

Porém, senhores delegados, esta organização surgiu da necessidade de superar os males desta catástrofe.

A paz não foi vencida nos campos de batalha e não pode ser enfraquecida em nossas reuniões. As resistências que se opõem à sua compreensão unânime fundamentam apenas os meios e modos de conseguí-la.

Nós temos o dever de encontrar os meios de conciliar essas diversas atitudes, ante um bem comum. Assim, o caminho para a paz é o mesmo, porque não existem várias pazes e sim uma só paz, que foi iniciada em São Francisco e deverá terminar em Nova York, aqui nas Nações Unidas.

Não existem alternativas nem lugar para opções. É uma tarefa ineludível e é a missão desta Assembleia. O mundo aqui representado

só poderá dividir-se pela incompreensão dos homens, pelo nosso fracasso no que de nós espera o mundo. O processo histórico e natural tende para uma crescente solidariedade nos destinos humanos. E essa tarefa nos pesa sobre os ombros. Devemos realizá-lo com a consciência do dever assumido e firme determinação.

Ao desocupar esta presidência, à qual fui elevado pelo voto quase unânime das Nações Unidas, quero mais uma vez expressar a minha gratidão pela honra que me foi conferida e pela vossa confiança; bem com a minha fé nesta organização. Desejo afirmar mais uma vez, ainda, que todos os países que agirem fora desta organização agirão mais em favor da guerra do que em favor da paz.



A NEW ORDER THROUGH THE UNITED NATIONS (1947)

*Discurso de encerramento da II Assembleia Geral das Nações Unidas,
Nova York, 29 de novembro de 1947¹*

I confess to all of you that I am really in one of the most difficult moments of my presidency. I cannot rule now and I cannot use my gavel. I have to use my heart, and to express what is in my heart would be possible only in my own language. Even in Portuguese, however, it will be difficult for me to express the deep gratitude I owe to all of you – to the representatives, to the audience and to Mr. Lange, Mr. Austin, Mr. Corominas and Mr. Trygve Lie for the tributes which I did not deserve but which I receive this afternoon as a real personal consecration which will make my life, for myself and for my own people, so much more worthy than it really is².

I will not attempt to make a speech, but, in fulfillment of my duties, I will proceed to render an account of our work.

The record of this Assembly has far surpassed that of the previous ones. The work has been strenuous and difficult. Forty-nine plenary sessions were held, 447 committee meetings took

1 Aranha: 1994h. O discurso foi transcrito no volume Copeland, Lamm *et al.*: 1973, 621-3.

2 Oskar R. Lange (1904-1965) era um economista e diplomata polonês. Warren R. Austin (1877-1962) foi o chefe da delegação americana na sessão. Era senador pelo estado de Vermont. Enrique V. Corominas (1910-?) foi o representante argentino no encontro. Trygve Lie (1896-1968) foi o político norueguês que serviu como secretário-geral da ONU entre 1946 e 1952.

place, and 93 resolutions were adopted. No efforts were spared, whether by the delegations or by the delegates individually. All was done that could be done. We worked practically seven days a week and often far into the night. Our only pastime was work.

A large share of the credit for the success of our task is due to the Secretariat. We are greatly indebted to Mr. Trygve Lie. He has demonstrated, during his tenure of office, amidst difficulties of all kinds that beset every new enterprise, not only foresight, a high sense of duty and steadfast devotion to the cause of our organization, but also a gift of statesmanship that has gained our growing esteem and confidence. A special tribute of appreciation is due Mr. Cordier³ for his able and unfailing assistance to me and to the assembly. We have felt, at this session, that the machinery at our disposal could not work better than it did. The simultaneous translation, staffed by efficient and devoted personnel, was a great improvement.

The heavy burden that your generosity laid upon my shoulders was considerably lightened by the splendid cooperation constantly rendered by all and especially the vice presidents⁴. The work of the Assembly was facilitated by the masterly way in which the Chairmen and the rapport of the various committees conducted their work.

I am sorry that time will not allow me to personally thank each and every one of those whose cooperation will remain in my memory as one of the most gratifying passages of my life.

The material work, however absorbing and exhaustive, was far less so than the responsibilities undertaken, which put to the test all our reserves of discernment, patience, goodwill, conciliation

3 Assessor especial da Secretaria-Geral das Nações Unidas.

4 Os vice-presidentes da II Sessão foram os chefes de delegação dos seguintes países: China, Cuba, França, México, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos. Ver United Nations: 1947a, xlix.

and vision. This Assembly, even more so than the preceding ones, had the merit of exposing world problems and of compelling their definition. It was featured by frankness, by explicitness and by a necessary and courageous approach to realities formerly kept under diplomatic wraps and shrouded by political conveniences.

Such is the principal mission of the United Nations: to unveil truth and to face reality, that its action be properly guided in the maintenance of peace and of the security of people.

Those who do not as yet believe in the work of our organization, or who doubt the immediate and future results of the action of our Assembly, are victims of self-deceit, for the United Nations and the principles embodied in its Charter admit to no denial. This organization can only be a meeting-point for men of good will and nations of good faith. We have no room for those who refuse to believe, to hope and to understand. Civilization and culture owe nothing to indifference and skepticism. Peace can be maintained only by those who cling to good and never surrender to evil.

This Assembly had laid bare the struggles, the divergences, the misgivings and the rivalries that beset the world today. But, fellow delegates, these were not created by the United Nations. On the contrary, this organization was created to seek a better solution for such conflicts and maladjustments in international life. They did not arise in our generation nor will they be rectified in our lifetime. The nature of these facts is too complex to admit of facile or improvised solutions. It calls for a slow evolutionary process rather than abrupt decision. Foresight and patient labor alone can win back the ground lost in the past. The realization of these facts was one of the major achievements of our Assembly.

This Assembly was, therefore, a searching of world conscience through the conscience of each and all of members of the United Nations.

We were not daunted by reality despite its often-menacing aspects. There was freedom of speech here and recrimination marred, at times, by the debates. But he who resorts to words hardly ever resorts to force. Strong language has been used here, but this very fact lent us the authority to condemn a proposal aimed at penalizing freedom of thought, speech and writing, which is inherent to human civilization. It did not preclude, however, the adoption of a resolution of "spiritual disarmament" capable of aiding and expediting that of material disarmament, which was adopted at the last Session and was so long desired and necessary to the peaceful communion of people.

It is beyond doubt, also, that the comprehension of democracy itself, through our debates and these resolutions, acquired clearer and better-defined aspects, capable of favoring a conciliatory conception halfway between the extremes in which contemporary political thought is struggling.

The ban on the use of majorities as a weapon for the oppression of minorities is the very foundation of democracy. I do not exclude our submission to the necessity of the concurrent vote of the five permanent Members in special cases regulated by the Charter. But I believe that, just as we accept this rule, so is it necessary that the permanent Members equally accept the majority decisions. It would be an indefensible contradiction to reject the decision of the majority and, at the same time, demand respect for the veto of the five permanent members. My feeling is that both systems are necessary, and they should function together for the improvement of our Organization.

Another aspect of our resolutions that, in my opinion, was highly significant, was that of the growing tendency of the Assembly to resort to the International Court of Justice for clarification of the legal aspects of many doubts that still exist in our interpretation

of the Charter and even in its application. It would be absurd to deny the Court the right to interpret the Charter within the limits of its competence, but the Assembly must play a part in meeting the requirements of political situations.

The validity of the resolutions adopted in the Greek and Korean cases may be challenged, and such challenges are worthy of our consideration⁵. Although we believe in the sincerity of the objections, the significance of these resolutions must not be viewed in the light of their specific cases alone, but as a norm that is applied today to Greece and Korea, and which, tomorrow, may likewise be applied to protect different regimes in other countries.

The approval of the agreements in our specialized agencies was a significant part of our work that I feel I should mention here. The exception of the “Marshall Plan” – a service offered to humanity by the American people and quite in keeping with Articles 55 and 56 of our Charter – may call for the collaboration of these agencies and of the United Nations itself, if such an arrangement be advisable, as everything appears to indicate⁶.

The establishment of the Headquarters Committee, at whose opening session I had the honor to preside, is worthy of special mention. As President, it is my duty and pleasure to extend congratulations to Ambassador Warren Austin and to Mr. Trygve Lie on the success of their efforts towards securing, under very satisfactory conditions, the loan that has made it possible

5 A resolução sobre a Coreia (II/112) foi adotada em 14 de novembro. A resolução da Grécia foi adotada em 21 de outubro (II/109).

6 O Plano de Recuperação Europeu, mais conhecido como Plano Marshall, foi a iniciativa do governo americano para ajudar a reconstruir a Europa após a Segunda Guerra Mundial. Ela foi concebida no *Policy Planning Staff* do Departamento de Estado, na época liderado pelo diplomata George Kennan, e anunciado por George Marshall em junho de 1947. Ver Gaddis: 1982; Leffler: 1992. Os artigos 55 e 56 fazem parte do Capítulo IX da Carta das Nações Unidas, que trata da cooperação econômica e social.

for the Committee to begin its task of constructing our future headquarters⁷.

The Interim Committee is a new experiment – a transitory agency with moderating functions. Radical objections have been raised against its creation. It is my hope that these doubts and reserves will be dispelled once it enters into operation within its restricted grant of authority. I always believe in efforts that aim at facilitating a mature and extended analysis of our problems before they are brought to the final consideration of the Assembly.

I feel sure that I speak for the Assembly, in extending to the governments of India and of the Union of South Africa, headed by two great leaders of modern political thought⁸, an appeal that they continue their efforts with a goal of reaching an amicable agreement, settling their dispute through a roundtable conference and trusting that their good will and sound judgment will guide them toward a fair solution of the problem.

The resolution on Spain, adopted by the First Committee, was subsequently altered by the Assembly, and the reaffirmation of our previous decision failed to obtain the necessary two-thirds vote⁹. This organization does not intend to stifle the spirit of nations in recommending that its principles be respected and observed, but rather to help them to conquer an evil from which no benefit can come to any people.

7 Duas resoluções da sessão tratam da questão da sede definitiva da ONU – a II/169 e II/182. Eles tratam de um empréstimo sem juros do governo americano, de no máximo 65 milhões de dólares, para a construção da sede, o planejamento do projeto arquitetônico, a definição de um comitê de assessoramento e um acordo com a cidade e o estado de Nova York.

8 Referência a Jawaharlal Nehru (1889-1964), primeiro-ministro da Índia entre agosto de 1947 e maio de 1964, e Jan Christiaan Smuts (1870-1950), o primeiro-ministro da África do Sul entre setembro de 1939 e junho de 1948.

9 Foram aprovadas três resoluções sobre a questão II/139, 140 e 141. A primeira era o relatório do tema cobrindo a primeira sessão das Nações Unidas; o segundo, uma proposta para Nauru; o terceiro, propostas novas e a questão da área que hoje é denominada de Namíbia.

Although I have had no influence over the deliberations on Palestine, either in this Assembly or in the Special Session, since my duty as president imposed, in both cases, a neutral attitude, I cannot but concur and congregate my assembly in this bold and historic experiment as president of this memorable assembly, and I wish to express my deep confidence that the Arab people, which, as a link between the ancient and modern civilizations, gave the world one of the richest contributions in the realm of culture, will contribute, once again, with an understanding spirit, toward solving the vital problem of eliminating one of the greatest sources of unrest in international life.

Time will not allow me to enter into further details of our work. You who participated in it are aware of its value, but it is necessary that the world, from which we have received our mandate to maintain peace, be made aware of our efforts and achievements. Among the outstanding gain of this Assembly was that of the growing influence of the opinion of the small states. The freedom and equal standing of nations was, in this session, one of the milestones of our progress. Another noted feature were the concessions made by the great powers to the small nations in favor of ever greater extension of the trusteeship system.

The Council of Foreign Ministers is now meeting in London¹⁰. May they be guided on the right path to peace in order that we may adopt the decisions necessary for its maintenance and the people of the world. Our future cannot lie at the mercy of the misunderstanding of governments, however powerful.

The evolution of mankind is subject to neither time nor boundaries. War, however, can be banned as an instrument for its achievement, particularly since the ultimate aim of mankind

10 O Conselho de Ministros das Relações Exteriores foi criado na Conferência de Potsdam, em 1945, e até 1959 realizaria onze encontros. O encontro de Londres foi realizado entre 14 de janeiro e 25 de fevereiro de 1947.

is peace. This is what we expect from the meeting of Foreign Ministers, and this is also the mission of the United Nations. It is not our function to impose an existing order upon an order that is striving to gain ground. Our task is to ensure a fair and peaceful atmosphere for the free play of human evolution. One cannot attempt in our organization to accomplish too much in too short a time. In my opinion, we have advanced too fast and endeavored to embrace too many problems. Many of our resolutions suffer from these mistakes with all their negative consequences. At least a few years will have to pass before our work can become fully effective. It is possible, in the meantime, that setbacks will occur in the rhythm of our work because the effects of the last war will overcome the errors of any nation or group of nations.

I do not fear for its future, but rather for the future of those who will not understand it and accept its dictates and the supremacy of the Charter of San Francisco. They, indeed, run the risk of turning world opinion against themselves, and they will go the way of fascism. All idea of force is today obsolete and negative. The old order, based on political power, is trying to survive, but there is no longer room for predominance through force. The United Nations stands for the new order, based on peaceful accord, on understanding, on free discussion, on free conclusion and on the common and equal responsibility of peoples. It is the organ of world public opinion. The world to which we all aspire can only be constructed by the United Nations.

Before I close this session, I would like to call your attention to the fact that this post-war period has not been marked by armed conflicts such as those that occurred in the period following the Peace of Versailles¹¹. Ours is a different era. We cannot, therefore,

11 O Tratado de Versalhes refere-se ao conjunto de documentos assinados em 28 de junho de 1919, cinco anos após a morte do arqueduoque Francisco Ferdinando, finalizou as negociações que terminaram

apply methods and procedures of bygone times to the problems of today. We have to live according to our times, with our minds turned to the future and not to the past. Our close contact with international political life leads to no forecast of a world war in the near future. The world seeks, however, new forms of political, economic and social integration in which the contest of ideas will supersede the clash of arms. The *status quo* is no longer possible. A new reality is arising in our days, to which we must impart the spirit of the United Nations, the only conception capable of ensuring peace, solidarity, dignity and equality for all peoples. Our action should not be *post factum*. Our task is one of foresight factors capable of disturbing world order and to evolve the policies that will bring that order within the grasp of all people.

It is our duty not only to do away with all causes of war, with all the means at our disposal, but also to lay the economic, political and social bases for peace.

This Assembly has shown an enlightened understanding of this task, and, for this reason, your decisions, fellow delegates, will go on record as a memorable contribution toward the peaceful and constructive solution of world problems.

Gentlemen, I thank each all of you. The Second Session of the General Assembly is closed. I trust that the third session, in the coming year, will be a step as great as ours has been toward the maintenance of peace and international security.

o estado de guerra entre a Alemanha e as potências aliadas. Sobre uma visão crítica das negociações ver Keynes: 2005.



A CRISE DA CONSCIÊNCIA UNIVERSAL (1948)

Discurso proferido na instalação do Terceiro Congresso da Junior Chamber International, no Rio de Janeiro, 22 de março de 1948¹

Meus senhores:

Estou convencido de que uma das maiores necessidades de nosso tempo é a de uma fé comum para todos nós. Esta é a razão de minha presença entre vós. Porque vosso propósito é, entre outros, “concorrer para melhorar a compreensão e intensificar as relações entre os povos”.

Já fiz sentir, em outra oportunidade que um dos males da nossa época era o desajuste entre o progresso material e o moral. Essa dissociação entre a civilização e a cultura é sem dúvida uma das causas da profunda anarquia contemporânea. A sua conciliação, isto é, a harmonia das conquistas morais com as materiais, é a solução para muitas das aflições nossas.

Se contemplardes a terra vereis que as suas diferenças físicas e materiais tendem a desaparecer, porque um padrão civilizador, conquista da técnica, da indústria e da ciência, aproxima as distâncias, corrige os climas, molda e ajusta as diversificações geográficas e raciais.

1 Aranha: 1994t.

Toda a realização humana, a lavoura, a cidade, a indústria, a alimentação, a forma de vestir e de viver torna-se cada dia mais assemelhada, comum e igual. Aproximamo-nos todos de um tipo de civilização, que é a marca de nosso século.

Já, assim, não podemos falar da cultura, que é uma eterna indefinição da inteligência e da ânsia humana.

O progresso material e a sua generalização parecem provocar crescentes e inexplicáveis divergências intelectuais e morais entre os povos. As cidades, por exemplo, cada vez mais se assemelham e aproximam, ao passo que as ideias cada vez mais se repelem, entram em choque e conflito.

Assistimos, neste momento, a uma verdadeira crise da consciência universal. A humanidade parece-se à uma árvore cujo crescimento é tão rápido que não lhe permite florescer e frutificar. A nossa é, pois, uma crise moral, que está menos no mundo e mais em nós mesmos.

O problema não reside em restaurar códigos e instituições e nem em estender o progresso material, que se alarga por si mesmo, mas em recuperarmos neste após-guerra, a confiança, a coragem e a consciência de que o primeiro dever do homem é o de criar uma ordem moral da qual decorram necessariamente todas as outras.

Mas esta ordem não poderá ser a de um líder, a de um credo, ou de um país, mas o consenso dos povos e de sua subordinação a uma soma de ideias, sem a qual a vida será, cada vez mais, aqui ou em qualquer parte da terra, uma servidão insegura, incerta, vazia e infeliz. O homem viverá porque o deixarão viver e não porque haja aprendido a viver e a fazer viver.

Não pretendo entrar em cogitações mais aprofundadas sobre as causas e efeitos desta crise, a mais perigosa de quantas poderíamos esperar.

Um mundo neutro, indiferente e impessoal parece explicar o fatalismo de nossa era. Não o ignoramos mas nos resignamos e ele como ignorantes. No curso de poucas gerações, as conquistas industriais e científicas, com as suas consequências econômicas, políticas e sociais, criaram para nós um mundo tão vasto, complexo e inesperado e, de tal maneira estranho e imprevisível, que não o compreende a nossa percepção e nem o pode orientar e dirigir a nossa vontade, nem mesmo no círculo reduzido de nossas atividades nacionais e privadas.

A figura de Hércules parece atual, sopesando um mundo superior às suas forças. A nossa é uma era confusa e inumana. A nossa tarefa é a da sobrevivência pela moral.

A guerra e a paz, a prosperidade e a miséria, a ordem material e a moral, enfim, todos os aspectos da vida mundial e individual, surgem e desaparecem, de um cenário móvel, que foge ao nosso olhar, surpreende o nosso ânimo, e engana, quase sempre, a nossa visão. Somos vítimas de nossa era, escravizados à nossa própria civilização. A previsão, a ação e a defesa do homem parecem imoladas ao imprevisível e imprevisível dos acontecimentos.

Estaríamos vivendo, como disse certo escritor, no tempo do delírio arrastados pelo delírio do tempo.

Parece, mesmo, não haver mais lugar para deter essa avalanche da inconsciência contemporânea.

A sensação é a de que o imponderável, o implacável e insensível apossaram-se do destino humano, jogando-o como um corpo inerte no vazio, que é o abismo sem esperança.

A vossa missão é ajudar o homem e a mulher a recuperarem a sua posição no próprio destino e nos mundiais. Estamos vivendo como proscritos. Temos horror à guerra e amamos a paz, mas vivemos da renúncia ao direito de escolher entre uma e outra, numa resignação inexplicável. Aceitamos a guerra como se fosse

estado permanente, uma condição da natureza, uma exigência da civilização e até como defesa da democracia e da paz como mera aventura de otimistas.

Parece, mesmo, que o mundo exigiu essa fraqueza do nosso tempo, essa renúncia à dignidade do próprio destino, em virtude da política do materialismo fatalista deste após-guerra.

A verdade, porém, é que esta passividade, que marca a nossa era, como estigma de Pilatos, é a causa das ameaças crescentes à paz e à ordem democrática ocidental.

O problema máximo, pois, meus senhores, em minha opinião, para a restauração da ordem mundial, assenta na recuperação, pelo homem e pelo povo, de sua histórica influência nos destinos próprios e nos mundiais.

Sem essa retomada pelo homem da consciência própria de sua responsabilidade para com seus destinos e dos outros homens, o mundo caminhará não só para a guerra, mas para o caos.

A minha presença entre vós explica-se porque sinto na juventude associada neste congresso, reunida pela Junior Chamber Internacional um reduto de crença, de fé e de boa vontade, disposto a trabalhar por um mundo mais consciente solidário e melhor.

Falar-vos nesta hora é uma grave responsabilidade. É quase falar ao futuro. A vossa sociedade é, por si mesma, uma pregação e este congresso uma mensagem. A palavra, aqui, é a vossa. Neste momento, entre a guerra e a paz, sem guerra e sem paz, a vossa reunião, de jovens de todos os quadrantes da Terra, é um ato de fé. A vossa é a linguagem generosa da consciência e, também, da esperança.

A minha é a da experiência. A vossa é a afirmação da confiança da cooperação e da Paz em um mundo desencorajados de si mesmo, ferido de fatalismo, amortalhado na resignação e na renúncia dos seus destinos.

Tendes uma missão e tendes consciência desta missão. Tendes, pois a força moral, a única capaz de apaziguar as demais forças. Não pertencestes ao mundo dos resignados, mas ao dos que não perderam a fé e o seu valor.

MacLeish, escrevendo sobre a crise contemporânea, afirmou: “Perder a confiança na paz é renunciar à vontade de paz e aceitar a inevitabilidade da guerra é cessar de resistir à guerra”².

O problema capital de nossos dias, mais importante e essencial do que a ONU ou quaisquer outras organizações destinadas a observar a segurança e o bem-estar mundiais, é, justamente, esse de remover da consciência humana, da individual como da dos povos, o fatalismo que a escraviza, o materialismo que a corrompe, o pessimismo que a leva a aceitar a guerra como uma solução necessária e inevitável para as aflições contemporâneas.

Os povos não desencadeiam guerras, mas os governos. Não creio que haja existido ou exista, hoje, um povo capaz de preferir a guerra à paz. Toda guerra é, pois, feita contra a democracia, que é o regime do povo, pelo povo e para o povo.

E tanto isto é verdade que o maior problema, passada a guerra, é restabelecer os processos democráticos e restituir os povos à sua soberania. Esta é uma das crises do nosso tempo. A reconversão política é mais difícil do que a econômica. Os valores materiais e econômicos destruídos pela guerra reajustam-se com mais facilidade do que os políticos. O mal moral da guerra foi sempre maior do que o material. A última guerra, por exemplo, criou esta profunda crise moral e espiritual de nossos dias. O homem do pós-guerra, dentre tantas desgraças e psicoses, adquiriu essa de não acreditar mais na paz.

2 Archibald MacLeish (1892-1982) foi um escritor e poeta americano. Dirigiu a Biblioteca do Congresso americano nos anos Roosevelt e foi professor em Harvard.

E o que é pior, de admitir a guerra como inevitável. E ainda pior, como fatal. No fundo, todo problema humano é individual. Mesmo os mundiais. Se o homem mantiver, por mais tempo, essa atitude de renúncia à paz, porque se julga sem forças para evitar a guerra, ele concorrerá para torná-la próxima e possível.

Não se serve ao bem quando não se combate o mal.

Esta atitude de resignação fatalista é uma fraqueza do homem contemporâneo, que acabará por perdê-lo e ao mundo. E essa fraqueza é, mais ainda, mais comprometedora quando se estende aos povos. Custa-me, porém, acreditar que os dominados pela ideia da guerra, por temor ou renúncia, venham a sacrificar o futuro mundial. O homem não é um autômato. É capaz de influir. A aceitação, pois das teses belicosas é uma solução suicida. Não se vive da morte, mas ao contrário, do esforço para removê-lo da vida. Chegou, mesmo, o homem à concepção, assim, de afastar e dominar tudo quanto nos possa reduzir a existência, a sua plenitude e a sua dignidade.

Não vejo explicação, meus senhores, para quantos, todos os dias, falam-me da guerra como de pão, do ar e da luz.

Sustentam eles que não é possível, nem mesmo ao espírito mais pacifista, negar que a expansão russa e a dominação comunista, a situação europeia, o conflito chinês, as reivindicações hindus, a insurreição colonial, a luta na Coreia, na Palestina e na Indonésia, sejam sintomas de uma guerra não só inevitável, como em marcha trágica para uma conflagração mundial.

Além de tudo, acrescentam, não há um só indício de contenção soviética ou conciliação capaz de apaziguar esses conflitos.

Não nego os fatos. Reconheço a gravidade do momento que vemos. Sei, mais, que além desses sintomas, outros mais profundos e sérios, são indicadores de uma perturbação não só da harmonia dos povos. Sei que a paz está ameaçada, como sempre e, talvez, mais

do que antes. A minha divergência, porém, com os que acreditam na guerra próxima, é radical, porque eu acredito muito mais na paz.

A minha opinião não é superficial, nem emocional e, menos ainda, uma consequência de minha posição na ONU ou de convicções filosóficas e tendências pacifistas.

Os fatos que, na Europa e na Ásia, impressionam os povos, levando-os à expectativa de guerra, sobretudo a expansão russa e a violência comunista, provocaram em mim a mesma repulsa a até os mesmos receios.

Mas o exame e a consideração da situação mundial não me conduz a admitir que só a força poderá resolver estes problemas e apaziguar esses conflitos. Sou um convencido de que, no meio político, como no físico, toda força se detém e até anula diante de uma força maior.

A organização democrática na paz, como se fez na guerra, para a defesa comum de nossos ideais democráticos comuns criaria uma força contra a qual a expansão e a agressão soviética se tornariam inúteis e fúteis.

A democracia reúne as maiores forças materiais e morais já criadas no mundo. A subversão totalitária soviética e de seus satélites não conta com a força da liberdade, que já se demonstrou invencível e, menos, ainda, com o potencial econômico e industrial do ocidente. Toda agressão será vã e destruir-se-á contra essa força e contra a coesão política e a resolução de não abdicarmos das realizações da civilização e da cultura ocidentais.

Sou um convencido de que esses fatos, como da Romênia e da Checoslováquia, de que essas ameaças, como da Grécia e da Itália, (...) podem ser corrigidas pelo transcurso do tempo, conjugado com a força invencível da recuperação democrática dos povos³.

3 Em fevereiro de 1948, um golpe em Praga levou ao início do governo comunista no país. Em abril, uma nova constituição da Romênia sacramentou a institucionalização do regime comunista no país.

A Doutrina Truman, o Plano Marshall, a Coligação Europeia e a federação dos povos americanos, e, mais que tudo, a proclamação da decisão dos povos ocidentais liderados pelos Estados Unidos da América de salvar, a qualquer custo, o mundo para a democracia e para a paz, são razões para recuperarmos nossa confiança no futuro mundial⁴. (...)

A humanidade já conheceu períodos mais críticos e foi ameaçada por perigos maiores. A democracia às vésperas de perecer, ressurgiu de si mesma, das mortalhas do seu funeral, para ascender mais alto do que nunca, na fé e na confiança dos povos.

Não compreendo, pois, como, quando ela reúne forças materiais e maiores, sequer imaginadas como possíveis, entre as quais a energia nuclear, as comunicações modernas, o transporte supersônico, sem falar da capacidade de ação e destruição de que esses elementos a tornam capaz, possa ela deter-se na sua obra civilizadora e cultural, pacífica e pacificadora, somente porque um povo, retardado na liberdade, na civilização e na cultura, com um potencial econômico e industrial ainda do século XIX, não se quer ajustar, antes quer subverter, a ordem democrática mundial.

A missão da nossa geração, do que advém das demonstrações deste congresso, não é a de sustar o curso da humanidade, porque uma ação se interpõe em seu caminho, e nem a de renunciar a nossa confiança na democracia, porque o comunismo ameaça suas instituições. A nossa tarefa, pois, é deter a marcha, a revolução e

A Grécia, desde 1946, passava por uma guerra civil e, no início de 1948, muitos analistas esperavam que as eleições italianas levassem a uma grande preponderância de comunistas no governo.

4 A Doutrina Truman foi o plano adotado, entre 1947 e 1948, pelo governo americano para lidar com os desafios do pós-guerra. O Plano de Recuperação Europeu, mais conhecido como Plano Marshall, foi a iniciativa do governo americano para ajudar a reconstruir a Europa após a Segunda Guerra Mundial. Ela foi concebida no *Policy Planning Staff* do Departamento de Estado, na época liderado pelo diplomata George Kennan, e anunciado por George Marshall em junho de 1947. Ver Gaddis: 1982; Leffler: 1992.

já a guerra, pelos processos democráticos que assentam na nossa coesão na liberdade, no povo, na cristandade e na paz.

Dir-se-á que é tarde demais para confiar nas soluções pacíficas, quando as posições, as atitudes e até as palavras dos governos são prenúncio de um conflito, que se agrava todos os dias tomando aspectos de uma guerra já inevitável.

Não participo desta opinião, que contraria a razão de ser da humanidade.

A paz não é uma ilusão, uma aspiração, mas uma necessidade essencial ao resguardo da civilização mundial.

A democracia só poderá recorrer à força e aceitar a guerra quando, esgotados todos os recursos da razão, vir-se na contingência de defender-se e à paz.

Não tem o homem o direito de renunciar a um só dia de paz, se esse dia puder ser conquistado para convencer os outros homens dos benefícios da democracia e da nossa forma de pensar, de crer, de trabalhar, de viver e de conviver.

Este é, em minha opinião, o dever de todos nós, o meu dever, o vosso dever⁵. (...)

5 Ao final do encontro, foi aprovada uma moção de apoio à candidatura de Oswaldo Aranha ao prêmio nobel.



REGIONAL SYSTEMS AND THE FUTURE OF UN (1948)

Ensaio publicado na Revista Foreign Affairs em abril de 1948¹

The world's preoccupation with organizing the structure of the United Nations has, among other but minor reasons, caused Pan-Americanism to pass through a very critical period. In our effort to secure the success of the world system we practically laid aside the American organization, the result of a century of growth. However, peace will never be a matter of construction, but always of reconstruction. A new order cannot be created by cancelling the past achievements of human culture and civilization. Peace is a result; it cannot be a beginning any more than it can be an end in itself.

This work of reconstruction must be attempted on a continental basis and on a world-wide scale. The continental system of peace and security will facilitate the functioning of the world system of peace and security. There is no contradiction in this concept, despite the fact that because of the confusion still prevailing in the present "postwar" period the ideas of regionalism and universality are often presented as contradictory.

Under prevailing circumstances, the United Nations has not yet been able, for obvious reasons, to attain its goal. In view of

1 Aranha: 1948.

this, the American countries have realized that their first tasks are to adjust and reinforce Pan-Americanism, to extend the Good Neighbor policy and to defend the American concept of life. They have felt that the best way to help the United Nations construct a peaceful world organization was to strengthen their own community. Beyond this, they have realized that they must expand the American concept of international federations, in order that their successful experiment in establishing a firm basis of peace on this continent may assist the world of today in establishing a real community of peoples.

The contribution of the Americas in the field of international organization cannot be disregarded by those who aim to build a durable peace structure for the world. Indeed, the statesmen who are endeavoring to develop our present world organization have a great deal to learn from the American experience. For the Americas have anticipated the international organization of the future.

The American family of nations has never been a source of war and conflict. Standing between the extremes of east and west, it has recognized its duty to contribute to the solution of the world's problems. To enable it to fulfill this historic task in the future, Pan-Americanism must be given an even fuller degree of organization. The basis has already been laid – at Chapultepec in 1945, and then at the Petropolis Conference, which consolidated the gains made at Chapultepec and embodied them in the Inter- American Treaty of Reciprocal Assistance, signed at Rio de Janeiro on September 2, 1947².

2 O resultado da Conferência Interamericana de 1945 foi a chamada Ata de Chapultepec. Ela aprofundou o compromisso da região na prevenção contra agressões externas. A Conferência Interamericana de Petrópolis, realizada entre agosto e setembro de 1947, definiu as ameaças de agressão contra o continente, do ponto de vista jurídico. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca condenou o uso e a ameaça de uso da força e obrigou seus signatários a submeterem aos seus instrumentos controversias existentes entre eles antes do encaminhamento para os órgãos das Nações Unidas. O mais relevante, contudo, foi a tese de que ataques de qualquer Estado contra um país americano significaria um ataque a todos (Artigo 3).

In my opinion, this development points the most desirable way of strengthening the United Nations, in which today a crisis of conscience and hope is evident. Hamilton Fish Armstrong, in a clear and concise treatise, has registered the fact that a lack of confidence in the new organization in its present incomplete form is growing up, and that many members, large and small, are looking for means to put it in a stronger position to carry out the Charter's purposes and principles³. To remedy this feeling of insecurity, he has suggested a protocol, which would perform a function for the United Nations similar to that which the Geneva Protocol was planned to play for the League of Nations – and unhappily was not allowed to play. Under this protocol, the United Nations would be kept intact but supplemented in its work and reinforced in its strength. Without violating the Charter, the signatories of the protocol would bind themselves, when two-thirds so vote, to resist armed attack even if a veto prevented the Security Council from ordering them to do so.

The American nations bound themselves in such an agreement at Rio de Janeiro. In accord with Articles 33, 51 and 52 of the Charter, they resolved “to conclude the following treaty, in order to assure peace, through adequate means, to provide for effective reciprocal assistance to meet armed attacks against any American state, and in order to deal with threats of aggression against any of them”. They further agreed “that an armed attack by any state against an American state shall be considered as an attack against all the American States and, consequently, each one of the said contracting parties undertakes to assist in meeting the attack in the exercise of the inherent right of individual or collective self-defense recognized by Article 51 of the Charter of the United Nations”.

3 Armstrong: 1947.

In other words, they would pursue peace by all the peaceful means set out in the Charter, and in case those means failed they would act together in the face of aggression. This action was not merely legal under the terms of the Charter; it had the specific purpose of strengthening the provisions of the Charter relating to peace and security.

Moreover, faithful to the tradition of the Pan American Union system, the Conference of Rio further broadened the obligation assumed by the member states by adding, in Article 6, clauses to the effect that “the inviolability or the integrity of the territory of an American state would be affected by: 1) aggression which is not an armed attack, or 2) extra-continental conflict or intracontinental conflict, or 3) by any other fact or situation that might endanger the peace of America”⁴.

This treaty, inspired by the will of the American nations “to cooperate permanently in the fulfilment of the principles and purposes of a policy of peace,” could be the forerunner of what might be called a “continental protocol.” Such a “continental protocol,” I think, can and should be executed. Then, with different wording adjusted to individual needs, it should be adopted by all members of the United Nations and thus be extended to the whole world.

It is desirable – indeed, at this crisis in the affairs of the United Nations it seems essential – that attempts to strengthen the world system of peace and security should proceed so far as possible within the framework of the United Nations and in every case acknowledge the prior claim of the United Nations to act to the fullest extent of its capacity. The Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance signed at Rio de Janeiro recognized and

4 A União Pan-americana foi criada em 1910, na Quarta Conferência dos Estados Americanos. Em 1948, na Nona Conferência dos Estados Americanos, realizada em Bogotá, foi substituída pela Organização dos Estados Americanos.

safeguarded the rights and duties of the United Nations. Mr. Bernard M. Baruch and Mr. John Foster Dulles have recently made suggestions that this treaty might now become a model for similar regional pacts in other parts of the world, specifically, of course, western Europe. I am glad to see this weighty confirmation of the wisdom of my own view⁵.

The speech made by Foreign Secretary Bevin in the House of Commons on January 11 did not give any indication of his concern with the United Nations aspects of the regional problem. The West European Union which he proposed should, I think, be integrated with the United Nations and its functions should be tied from the beginning with the enforcement procedure of the Charter, just as is done so successfully in the Inter-American treaty. Doubtless in the course of further discussions Mr. Bevin will reveal more fully his views as to the importance for the world system as a whole of whatever proposals the British Government may make regarding a regional organization for western Europe.

The Inter-American Treaty of Mutual Assistance signed at Rio de Janeiro created the basis of a continental peace federation. It made wars in the Americas and wars against the Americas alike impossible. The countries of this continent, thus united, represent at present perhaps the major economic and military force in the world – in material and human resources, in technical and industrial capacity, in political cohesion for a common purpose.

However, as I noted above, this continental organization needs to be further augmented and developed within the basic scope of the Rio Treaty. Only when the forces just mentioned have become adjusted politically, economically and militarily in a “continental protocol” will the continent be in a position to bring

5 Bernard Baruch (1870-1965) foi um banqueiro que, em 1946, representou os Estados Unidos na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas. John Foster Dulles (1888-1959) foi secretário de Estado do governo americano entre 1953 e 1959.

to bear its full power for the promotion, conservation and defense of the peace of the world.

For this purpose, a preliminary project of a “Constitutional Pact of the Inter-American System” is to be submitted to the Bogota Conference, in March of this year, by the Directing Council of the Pan American Union. It provides for the organization of four bodies, as follows: 1) Inter-American Economic and Social Council; 2) Inter-American Defense Council; 3) Inter-American Cultural Council; 4) Inter-American Juristic Council⁶.

The Rio Treaty will have its own executive organ in the Inter-American Defense Council, the final plan for which will be submitted to the Pan American Union. The Defense Council as first created at the third Consultative Meeting at Rio de Janeiro was composed of military and naval technicians appointed by each of the governments concerned. It was charged with the task of studying and outlining plans for the common defense of this continent. In Chapultepec, it was transformed into a “permanent military organization”. The forthcoming Bogota Conference will give this body definite constitutional status.

Among the duties of the Defense Council will be that of devising plans for the fulfillment of the obligations undertaken at the Rio Conference. It must submit to the governments of the various American republics means for bringing about the best possible military collaboration among them, not only for the defense of the continent, but also for the maintenance of world peace through collaboration with the United Nations.

The Defense Council will submit to the Pan American Union not only plans and projects for continental military cooperation, but will also have to suggest steps for the organization, instruction, equipping, expansion, conservation and coordination of American

6 A Conferência de Bogotá negociou a Carta que criaria a Organização dos Estados Americanos.

armed forces and concomitant military installations. It will thus strengthen continental political unity in such a manner as to put the full weight of the member nations behind its peace proposals both in the Americas and before the world.

This Pan-American military organization will have economic, cultural and political counterparts. The four Councils together will supplement the work of the United Nations, in accord with the purposes and principles of the Charter, the text of which expressly facilitates and counsels the formation of regional organizations. Thus the continental American organization has worldwide as well as local aims.

In light of the foregoing, it is plain that America now has a greater mission than ever to perform. Continental unity, the very fountainhead of its force, is not simply a material fact, stemming from geographical contiguity and from progress itself, but is moral also, resulting from the same interpretation of the fundamental concepts of life. Despite their economic and social differences, the American peoples possess certain common traits, which form a spiritual substance. One such trait is the ability to "get along" with people, which is the outcome of respect for the individual, no matter what his origin and regardless of his race or religion. That is real democracy. It is the basis of the American way of life, the definite mark of all American countries, regardless of the form of government which the circumstances of the moment may determine in the continuous effort to reach a balance between liberty and authority.

These common traits, by their very existence and the attending circumstances, have contributed powerfully to the formation of an international political unity. It conforms to an ideal of life which all the member states are ready to defend with all their means and

resources. Thanks to the United States, those means and resources represent more than half of the world's wealth and potentialities.

Part of our task is to increase and to perfect these existing resources in such a manner that this continent, the savior of western civilization in two world wars, will again, by the Marshall Plan and the strengthening of Pan-American unity, preserve and insure the greatest achievement of those wars – the United Nations organization, on which depends the peace of the world.

As I pointed out above, a regional organization of nations, formed to operate within the framework of the United Nations, can only strengthen that organization. At another time I hope to examine in all their aspects the effects of regional systems upon the future of the United Nations. For the time being I aim only to outline the problem, fix the guidelines of continental policy, give the basic quotations from the Treaty of Rio de Janeiro and indicate the projects to be discussed at the forthcoming International Pan-American conference at Bogota. I trust that this will help my readers appraise the preliminary effects of this development upon the United Nations, its repercussions upon other continents and its meaning for the reconstruction of peace and security throughout the world.

In my opinion, America is making ready to maintain the United Nations organization and, if need be, to save the peace, as it has done in the past. The new orientation of Pan-Americanism, as seen in the Treaty of Rio and the plans for the forthcoming Bogota Conference, will be a new pillar on which the growing power of the United Nations can be based.

A ONU E A NOVA ORDEM MUNDIAL (1948)

Discurso na I Conferência Nacional das Organizações Não Governamentais, Rio de Janeiro, em 1948¹

Esta é a 1ª Conferência Nacional das Organizações Não Governamentais, promovida, em nosso país, pela Organização das Nações Unidas. É esta, apenas, uma etapa na longa estrada a ser percorrida pelos povos em procura da organização mundial. É uma etapa preliminar.

Toda verdadeira organização destinada a sobreviver e a ser útil deve assentar suas bases naquilo que se quer organizar. Toda construção, que deve durar e preencher sua finalidade, tem de emergir de decisões com superfície e profundidade capazes de suportar o edifício que se quer sobre elas perpetuar. A ONU é uma superorganização de estados. É, como diz a sua carta, um centro de coesão e de harmonia das nações. Mas, antes e depois, ela foi, é e terá de ser uma associação de povos, se possível de todos os povos.

A Organização das Nações Unidas está na sua infância. Tem apenas quatro anos. As instituições, como as criaturas, como as nações, como todas as coisas, nascem, vivem e desaparecem ou tomam no curso dos tempos formas tão diferenciadas de suas causas e fins que é difícil, por vezes, explicar as suas origens ou compreender a sua existência. As Nações Unidas aliaram-se na

1 Aranha: 1994m.

guerra para conquistar a vitória e em São Francisco organizaram-se para consolidá-la pela paz. Tudo isso ocorreu em plena luta e antes da era atômica. Daí considerá-la mal nascida e já ferida de morte. O mundo, então, estava doente e em guerra. Continua doente e sem paz. Daí suporem estar ela contaminada de um mal incurável.

É fora de dúvida que, como toda obra humana, ela padece das condições de sua época. Tudo que nasce no mundo de hoje é estranho e inesperado e parece nascer doente e velho e inviável. Mas foi sempre assim: a criação aquém da imaginação, o caos antes da obra do Criador.

A Organização das Nações Unidas foi considerada, pelos povos líderes da guerra, como uma instituição necessária a organizar e manter a paz pela força das ideias que os levou a lutar, mais do que pela ideia da força. Não quero tomar o vosso tempo com altas indagações sobre a guerra e a paz, sobre suas causas, efeitos e possibilidades. Desejo, apenas, com a naturalidade e simplicidade que caracteriza a contribuição rotária à solução dos problemas humanos, examinar convosco as razões que me fazem acreditar cada vez mais não só na sabedoria daqueles povos, na visão daqueles líderes, como na necessidade das Nações Unidas.

A paz não é um estado natural, como não o é a guerra. Uma e outra, sem aprofundar o exame da natureza delas, são, em última instância, obras do homem, de sua decisão, de suas realizações.

Ora, se uma ou outra não existem em si mesmas, mas precisam ser feitas pelo homem, é consequente que do homem depende manter a paz ou fazer a guerra. Não me quero deter no exame, que ocupou filósofos, sociólogos e políticos de todos os tempos, sobre a capacidade de a criatura decidir ou optar entre essas duas ordens extremas da vida dos povos.

Quero, apenas, acrescentar que, nesta etapa de nossa existência e da mundial, toda criatura já aderiu à consciência do dever de respeitar a ordem constitucional interna de seu país, as obrigações internacionais de seu governo e, como disse Kant, a uma ordem moral da humanidade². A Organização das Nações Unidas, meus senhores, visa justamente reunir as nações sob a égide de uma constituição mundial, de uma carta comum a todos os povos, de uma ordem humana universal para todas as criaturas.

Dir-se-á, como se tem, infelizmente, dito, que é essa uma mera utopia. Mas, pergunto eu, não foram a civilização, a cultura, a interdependência dos povos, realidades da nossa era, utopias para os nossos maiores?

Não continuariam sendo utopias essas conquistas se homens de fé e ideal, de vontade e saber, de coragem e visão não houvessem acreditado nelas, transformando a descrença, a indiferença e a negação de seu tempo, nesta nossa livre forma de viver, de trabalhar, de crer e de pensar, em que as conquistas materiais, morais e espirituais nos conduzem, cada dia mais, ao bem-estar na terra, aproximando-nos da obra do criador?

Não pretendo divagar. Mas preciso deixar bem claro o meu pensamento, porque o sei de todos nós brasileiros. Nosso país nasceu, cresceu e tomou-se dos maiores da terra sobremodo pela fidelidade aos princípios. Nós somos uma nação de formação moral. Somos uma grande terra, mas, sobremodo, uma ideia, uma fé, uma alma, porque nada seríamos, nem grandes e, talvez, nem pequenos, se, na era das conquistas, invadidos e ocupados pela cobiça europeia, não tivessem os nossos antepassados sido mais fiéis ao ideal do que ao poder, à cruz do que à espada, às leis de Deus de que à glória dos homens. Foi a fé nas ideias que nos fez

2 Immanuel Kant (1724-1804) foi o filósofo alemão autor de volumes como *Crítica da razão pura* (1781) e *Paz perpétua* (1795).

vencer todas as batalhas de armas, das fronteiras, da unidade brasileira. Foi por isso que adquirimos, à sombra delas, fiéis aos seus princípios, hábitos e interesses comuns que se tornaram em patrimônio familiar, moral e nacional e em respeito intencional.

A nossa é uma grande experiência humana e política e nos faz acreditar em todas quantas, como a nossa, destinam-se como a ONU a reunir povos diferentes à sombra de uma ordem cristã, fraternal e mundial. Não são poucos os que desconhecem o drama heroico da nossa formação, a vitória sobre a geografia, sobre o tempo, sobre o clima, sobre a nação, sobre a doença, sobre a cobiça europeia, enfim, sobre nós mesmos. Tenho para mim que o Brasil é um dos primores do engenho humano e uma demonstração, feita ao mundo, de como uma conquista material somente subsiste, íntegra em sua grandeza e finalidade, quando foi antes moral e espiritual. É por isso, meus senhores, pela nossa origem, na fé e no ideal, pela nossa formação pacífica e cristã e pela nossa destinação democrática e pelo nosso culto às soluções jurídicas que podemos, ante um mundo perturbado e ante nós mesmos, ameaçados pela inquietação mundial, renovar a nossa confiante esperança no futuro nosso e nos destinos humanos e mundiais.

Ao encerrar a última Assembleia da ONU que tive a honra de presidir, afirmei, inspirado na minha formação histórica:

A evolução da humanidade não está sujeita nem a tempo nem sequer tem fronteiras. A guerra, entretanto, pode e deve ser afastada de suas realizações, mesmo porque a paz é a aspiração suprema dos povos. Não está, em nossas funções, impor uma velha ordem existente a uma nova ordem que quer existir. Nossa missão é assegurar uma atmosfera pacífica e propícia ao livre jogo das aspirações humanas. Não devemos tentar fazer muito em pouco tempo. Tenho, mesmo, a impressão de que estamos caminhando rapidamente demais e cogitando de problemas além de nossas possibilidades atuais.

Muitas das nossas resoluções foram precipitadas e suas consequências não serão favoráveis. Devemos nos convencer de que muitos anos de trabalho serão necessários antes de tornar-se efetiva a nossa missão. É, mesmo, possível, que sejamos forçados a recuar do ritmo de nosso labor, porque os efeitos da última guerra continuam a perturbar não só a manutenção da paz, como a sua organização em bases humanas e justas. A Organização das Nações Unidas, porém, superará com o curso do tempo todos esses erros, bem como os de qualquer nação ou, mesmo, de qualquer grupo de nações.

Não tenho hoje uma palavra a modificar. Não temo pelo futuro da ONU, antes pelo dos que não compreendem ou não confiam na Carta de São Francisco. Estes, sim, correm o risco de contrariar a opinião mundial e a aspiração unânime dos povos. São remanescentes das ideias totalitárias e das ambições imperialistas. Toda ideia de força e de hegemonia é, hoje, negativa. A velha ordem, baseada na balança de poderes, no equilíbrio das forças, tenta uma sobrevivência impossível. As Nações Unidas terão que favorecer uma nova ordem baseada no acordo pacífico, na compreensão, na livre discussão, na conclusão livre, e na igual e comum responsabilidade dos povos sobre seus destinos.

As Nações Unidas são, hoje, o órgão da opinião pública mundial, "The City Hall of all nations", como bem chamou o senador Vandenberg. Nela vai ter o mundo com todos seus problemas e até com todos os seus conflitos. Nela os povos encontram a instância do seu destino. Enfim, nela o mundo, a que aspiram o homem, a mulher e os povos de nossos dias, só poderá surgir da Organização das Nações Unidas³.

A tarefa mais importante das Nações Unidas, que não pode ser preenchida nem pelos governos nem por grupos de nações, é a de prever, surpreender e descobrir os acontecimentos a fim de

3 Aranha: 1994h.

expô-los ao conhecimento mundial. E, por esse meio, preparar o mundo mais árduo, mas, também mais necessário e utilmente. Um mundo avisado será sempre um mundo melhor, pelo menos mais preparado para pensar e agir, para refletir e resolver.

A nossa é uma era crucial. São estes os momentos mais difíceis da nossa vida individual, como da dos povos. A escolha, nessas horas, é sempre uma definição do futuro. Mas, por outra parte, a possibilidade de escolher, que só a ONU pode oferecer, facultamos, a cada um e a todos os povos, tomar o caminho que, em nosso critério, julgamos ser o melhor ou, talvez, o menos pior. Essa faculdade é um privilégio da nossa geração e da nossa época. Nem sempre foi dado aos povos essa regalia e essa oportunidade. É, a meu ver, uma das conquistas da ONU.

A aceitação do *fait accompli* foi o passado. O futuro e o presente, dentro da relatividade dos fatos humanos, estão em nossas mãos, em nossas consciências, em nossas decisões. Se formos prudentes e sábios, se tivermos compreensão e visão, não sei como poderemos errar. A responsabilidade é grande demais para falharmos a nós mesmos.

A ONU é a oportunidade. É o órgão para essa decisão. É a providência da nossa segurança e da mundial.

A ordem antiga, a que veio até nós, era a da guerra. A nova ordem deverá ser a da paz. A ONU visa a propiciar o advento da nova ordem mundial. A velha repousava no equilíbrio de poderes, isto é, no predomínio sem controles internacionais de umas nações sobre outras. Era o imperialismo sob todas as suas formas, coloniais, econômicas e militares. Era, enfim, a da supremacia do mais poderoso, do mais rico, do mais forte. Era o domínio racial, o do espaço vital, o da expansão sem fronteiras. Esse sistema, como é da nossa experiência, conduzia a guerras locais e periódicas que se tornaram mundiais, como as últimas.

A civilização e a cultura cresceram a despeito dessas condições adversas, porque a violência e a guerra não podem deter a marcha vitoriosa das boas ideias. À proporção que a violência crescia em consequências materiais, a consciência humana despertava contra ela, e a necessidade de uma nova ordem assenhorava-se da concepção dos povos. A última guerra foi decisiva para formar esta convicção. Ela mostrou, mais do que as anteriores, a necessidade de uma mudança radical nos processos e métodos da vida internacional. A ONU é a corporificação dessa decisão, dessa necessidade de uma nova ordem mundial.

Essa aspiração era, acima de tudo, a de ver substituído o regime do chamado equilíbrio de poderes, seus processos e métodos, pelo da igualdade, da cooperação, do livre exame e da aceitação livre, unicamente possível em uma organização internacional como a da carta de São Francisco. É verdade, não podemos deixar de confessar e lamentar, que as grandes potências reservaram-se alguns de seus antigos poderes na carta das Nações Unidas. Mas, não podemos deixar de admitir que uma ordem não sucede a outra sem um largo período de resistências e lutas. A ONU, porém, é a única organização capaz de permitir e, mesmo, de favorecer esta transformação. A ordem antiga relutará e reluta em ceder, mas a nova organiza-se e cresce com paciência e vigor, como tudo que cresce de si mesmo, vencendo as relutâncias das velhas ideias e dos interesses criados.

As grandes nações já fizeram grandes concessões e parecem inclinadas a fazer maiores, porque começam a reconhecer os seus benefícios e os da comunhão mundial. A Carta das Nações Unidas começa a ser aceita como uma constituição mundial pelas nações, assim como os indivíduos e os povos aceitam e acatam as suas leis constitucionais. Não devemos esquecer que as concessões do indivíduo à comunidade foram lentas conquistas na vida dos povos. A subordinação das nações a essa nova ordem será talvez

mais lenta e longa, mas a ONU oferece facilidades para apressar os processos e métodos dessa evolução mundial.

Foi este o quadro que me foi dado observar na assembleia das nações. Não creio que se haja modificado para pior. Não foi o da “guerra fria”, como se chama, mas da “paz fria”. Elas são diferentes, bem diferentes, ainda quando, por vezes, deixem a impressão de se parecerem uma com a outra.

A “guerra fria” é uma revivescência da *political power*, ao passo que a “paz fria” é a obra vagarosa, paciente, mas tenaz e eficaz, da persuasão sobre a força, da razão sobre a necessidade, da livre discussão sobre a diplomacia secreta, da deliberação em comum sobre as imposições arbitrárias e unilaterais.

Alguns anos, talvez decênios, serão necessários para essa modificação. A adaptação a uma nova ordem que derroga uma prática secular exige sabedoria, fé, tenacidade e tempo. Esta é a função da ONU. Ela foi apenas começada. Nela, ainda, as velhas ideias, os processos antigos, as suspeições nacionalistas, as rivalidades históricas, as reivindicações soviéticas, as influências e hegemonias de uns povos sobre outros, exercem-se por forma a não permitir uma ordem baseada na igualdade, na solidariedade, na confiança entre os povos. Mas, a meu ver, nesses quatro anos de vida, que hoje comemoramos, a ONU já demonstrou que uma nova forma de convivência entre as nações se elabora e, inevitavelmente virá a aperfeiçoar-se e, mesmo, a substituir a anterior.

ENTRE A PAZ E A GUERRA (1949)

*Conferência realizada na Faculdade de
Direito de Porto Alegre¹*

(...)

As últimas guerras vieram confirmar não só a unidade política mundial como o erro de procurarmos dividir a Europa da Ásia e estas da África e da América, suas verdadeiras penínsulas.

Sem descer à demonstração dessa afirmação, evidente por si mesma, basta-nos considerar que o “mapa esférico” veio revelar que o chamado oceano Ártico, para nós mais lendário que real, é um verdadeiro “Mediterrâneo polar” em torno do qual, talvez, a civilização travará a batalha do futuro. Ainda mais, o mapa, que era uma representação fixa de conhecimentos incompletos, puramente descritiva, é hoje, dentro da vida conjuntural dos povos, um elemento dinâmico, sugestivo, uma arma sem o uso da qual todas as armas e ideias podem falhar.

Não aventuro ao afirmar que a nação mais apta será aquela que possuir e conhecer os melhores mapas, mesmo porque da escolha, no mapa, do lugar da futura batalha mundial, dependerá, estou certo, a sobrevivência da democracia, a nossa sobrevivência.

Uma nação, outrora, era considerada tanto mais civilizada quanto mais conhecia e trabalhava o próprio território e, hoje, será

1 Aranha: 1949b.

aquela que melhor ajustar a sua geografia física peculiar à geografia política mundial.

O DESTINO DO BRASIL

Estas considerações as fiz com o objetivo de realçar que só uma visão global, dentro da interdependência do “espaço-tempo” mundial, cada vez mais conjugado e reduzido, poderá nos permitir, ainda que de relance, a constatação da existência, no mundo e em nossa época, de uma subversão material, política e militar mundial capaz de inverter o processo histórico dos últimos tempos e influir, decisivamente, sobre o destino do Brasil. O eixo mundial, afastando-se da chamada Europa, terá necessariamente que se apoiar na Ásia ou na América, ou em ambas.

A nossa indagação deve, pois, cingir-se ao exame do curso atual e futuro dos acontecimentos internacionais, a fim de podermos surpreender, se possível, o seu desenlace lógico e inevitável.

Ao fim da Primeira Grande Guerra, a convicção era, baseada na concepção wilsoniana, de que se havia posto um fim às guerras². Não é esta agora a convicção mundial. A crença generalizada é que não se soube terminar a guerra nem se sabe quando vai recomeçar. A diferença dessas opiniões, se a isto se pode chamar opiniões diferentes, reside em que muitos acreditam na guerra imediata e poucos entendem que ela virá com o curso de alguns anos mais.

Na última guerra, a previsão não era difícil. Nesta, é quase impossível. Em junho de 1939, justamente porque minhas advertências não eram ouvidas e, após três meses de insistência, em reuniões ministeriais, no sentido de que deveríamos preparar o Brasil para uma guerra mundial a que seríamos arrastados, com,

2 Woodrow Wilson (1856-1924), presidente americano que, durante a Primeira Guerra Mundial, proferiu um discurso no Congresso propondo quatorze pontos para o pós-guerra, entre eles a redução dos armamentos nacionais para o mínimo indispensável.

sem e até contra a nossa vontade, escrevi ao chefe do governo uma carta que consta do “livro verde do Brasil”³. Hoje, depois que vi confirmadas não só as minhas previsões em seus menores detalhes, quer quanto à guerra, seu curso e seu desfecho, quer quanto às suas repercussões internas em nossa vida, não posso, entretanto, falar-vos com a mesma segurança. Nada desejaria eu mais do que haver chegado a uma convicção para transmitir-vos, nesta oportunidade, como fiz naquela aos então responsáveis pelos destinos brasileiros. Não creio, porém, que haja quem possa assegurar quanto tempo teremos deste após-guerra ou se já estamos no período pré-bélico de um novo conflito mundial. Não sabemos mesmo se estamos em paz ou se, dados os choques existentes, a guerra atenuou-se para recobrar as forças de destruição em massa. É o estágio de preparação, imposto pelos novos processos e métodos, táticos e estratégicos, trazidos pelas novas armas, às velhas lutas entre os povos.

A DECISÃO DO HOMEM

Omar Bradley, chefe do estado-maior americano, declarou que a paz e a guerra dependem do politburo russo, pois terá que escolher entre uma e outra⁴. Estamos vivendo dias angustiosos à espera dessa decisão. Não devemos, porém, perder a esperança. A verdade é que cada guerra reduz a possibilidade de novas guerras. Isto não significa a paz. Mas o fenômeno não pode deixar de pesar em nossas considerações. Os fatores de uma guerra são complexos, quase infinitos. Mas o remate final é a decisão do homem. E esta terá que ajustar-se, mesmo a do politburo, a uma realidade mundial que restringe, cada dia mais, a faculdade e a possibilidade de fazer e até de aceitar a guerra.

3 Ministério das Relações Exteriores: 1944.

4 Omar Bradley (1893-1981) liderou o Primeiro Exército Americano durante a invasão da Normandia, em 1944.

A guerra, em minha opinião, ainda que aparentemente paradoxal, acabará eliminada pela própria guerra. Se indesejável ela tornar-se-á impossível. Não desconheço nem obscureço as razões das guerras passadas e da continuação, na vida contemporânea, dos fatores determinantes de todas as guerras.

A história, quase de nossa época, mostra como as nações que se prepararam para fazer a guerra, para ampliar o seu poderio, para implantar suas ideias, acabaram derrotadas, vencidas e arruinadas. Esta é a história de todos os tempos, a da Alemanha, em suas duas últimas guerras, a do Japão, e da Itália. Esta será a de quem se propuser substituí-las nesse plano de dominação mundial. Não é mais possível na sociedade das nações, como na dos indivíduos, o predomínio exclusivo de um sobre todos os demais. A civilização e a cultura são vontades em si mesmas mais poderosas que as outras vontades. Os próprios governos, hoje, terão de vencer a necessidade de paz dos seus povos antes de promoverem a guerra, porque esta não destruirá somente a vida, mas o futuro de vencidos e vencedores. Outrora, a guerra podia surgir e generalizar-se pelo assassinato de um príncipe, pela ambição de um *duce*, ou pela loucura de um *führer* como as duas últimas grandes guerras. Não é isso possível em nossos dias. Eisenhower disse que a guerra é uma coisa tão estúpida que pode surgir de uma estupidez, mas a verdade é que em nossos dias fatos mais graves, como substituições da estrutura de nações, conflitos como os da Grécia, da China, da Palestina, desagregações imperiais como as da Índia e da Birmânia, maiores que a da Sérvia em 1914 e da Polônia em 1939, ao invés de provocarem a explosão de uma guerra mundial, associam e unem o mundo num esforço de conciliação e de paz.

ESTADOS UNIDOS E RÚSSIA

As nações capazes de fazer guerras de caráter mundial reduziram-se apenas a duas: a Rússia e os Estados Unidos. Antes,

muitas outras, como a Alemanha, a França, a Polônia, a Itália, a Inglaterra, o Japão podiam provocar um conflito mundial. Hoje, a guerra só será possível se os Estados Unidos e a Rússia entrarem em conflito, dada a desproporção de elementos militares das demais e a sua impossibilidade de financiar nova guerra. O caso da Palestina, que revive a luta de raça e religião entre 250 milhões de muçulmanos e os incontáveis judeus, trouxe, justamente, não o choque, mas a reunião das duas grandes potências, cujo conflito se anuncia todos os dias em nossos jornais. Se quisermos, pois, examinar a possibilidade de uma guerra mundial, deveremos estudar a Rússia e os Estados Unidos, nações líderes do mundo atual, e analisar as probabilidades de um conflito entre esses dois países. Só esse conflito poderá trazer a conflagração geral. Não vejo como outras causas, entre outros povos, possam provocar uma guerra mundial. Mas antes deste exame, com o objetivo de trazer-vos ao assunto, parece-me necessário enumerar algumas conclusões a que estudiosos dos problemas internacionais chegamos neste após-guerra.

O POTENCIAL CIVIL

A primeira, como acentuou Eisenhower, é de que “a defesa nacional não cabe exclusivamente aos homens de uniforme”, mas é uma responsabilidade comum do povo. A luta moderna não será decidida pelo país que, de início, tiver o maior exército, mas pelo que possuir mais fábricas, produção maior, mais laboratórios e cientistas. A posição política, a capacidade econômica, a produção industrial, a aparelhagem técnica, as reservas financeiras, enfim, o potencial civil, determinarão, em última instância, a posição militar.

Chegar primeiro com maior número, como queria Clausewitz, mas aquele que tiver mais capacidade para produzir e empregar os novos elementos de destruição criados pela tecnologia moderna.

A futura guerra será mais industrial que militar, mais de máquinas que de soldados. Os generais, os almirantes e os brigadeiros, quando nos altos comandos, terão de ser “general managers rather than tacticians and strategists”, superintendentes mais do que táticos e estrategistas. A demonstração desse novo aspecto da guerra, no-la deu um famoso crítico militar, ao afirmar que “nunca erraram tanto os generais que ganharam a guerra e nunca acertaram tanto os que a perderam”.

ARSENAL DA DEMOCRACIA

Os Estados Unidos foram e terão de ser não só o “arsenal da democracia”, a “fábrica da vitória”, como a base de suprimento e mesmo de operações em uma guerra futura. Creio que, em caso de conflito mundial, o grande estado-maior das forças ocidentais ficará em Washington e o das outras forças provavelmente em Moscou, mesmo porque o supremo comando não poderá mais ficar no campo da luta, montado em cavalos, como no tempo de Napoleão, ou em aeroplanos e jeeps, como na invasão da África.

A MELHOR DEFESA

A ofensiva sempre foi e continua a ser a melhor defesa. Os últimos armamentos transformaram, com sua revolução técnica, a natureza da guerra, sem atingir seus princípios fundamentais. Essa transformação está em sua primeira etapa, mas mostra até onde poderá alcançar. As novas armas excedem, em alcance, velocidade e poder, todos os nossos cálculos, e os laboratórios preparam instrumentos ainda mais surpreendentes, como bombas atômicas, projéteis transoceânicos, nuvens radioativas, gases mais tóxicos do que o “Tabun”, chuvas, submarinos e projéteis com poder de destruição sem precedentes.

A GUERRA TOTAL

O futuro conflito terá, pois, de ser total e global. Será a luta de todos os povos e de todas as criaturas, em todas as terras, mares e céus. O trabalhador terá de ser mobilizado como soldado, bem como todos os homens, e até todas as mulheres, na medida de suas possibilidades. Nenhum esforço será inútil, e aqueles que não puderem concorrer para a luta, ou a puderem prejudicar, terão de ser eliminados. A futura guerra incluirá na sua trágica entrosagem o corpo, o espírito, a máquina, tudo que existe em cada país, para que algo possa, ao fim, sobreviver. Não será como as passadas, porque terá de ser decisiva e definitiva para o destino da humanidade.

A ESTRATÉGIA GLOBAL

A futura guerra exigirá não só a preparação militar, mas a nacional e a mundial, porque ela não irá decidir do predomínio de um povo sobre outro – mas da vida futura de todos os povos. O mundo já é ou será em breve tempo, do ponto de vista da estratégia, um só, porque a concepção fracionária, nacional ou continental foi superada pela estratégia global. A vitória de uma nação sobre outra, e até sobre muitas, como na última guerra, não será a vitória final. Esta será alcançada no terreno, sem dúvida, mas a vitória caberá aos que, no tempo, tiverem maior capacidade de multiplicação da aparelhagem da paz para destruir a da guerra.

FÚRIA DESTRUIDORA

Um outro aspecto que devemos ter presente é o da realidade de nossa época, tão bem definida pelo general Fuller, no seu famoso livro *Armaments and history*: “Do nosso primeiro eixo à nossa primeira âncora surgiu o monstro Frankstein – o período de trabalho do homem para a sua própria destruição, de sua cultura,

da sua civilização, do seu passado, do seu presente e do seu futuro”⁵. A revolução industrial, a desigualdade econômica crescente entre as populações humanas, o surto de superestados, a batalha ideológica, a insegurança moral, a irreligiosidade e muitos outros conflitos e fatores do nosso tempo concorrem para essa fúria de destruição caracterizada pelo esforço científico de descobrir novos meios para aniquilar todas as demais conquistas pacíficas dos séculos.

O mundo, na descrença de si mesmo, parece acreditar unicamente na sobrevivência daqueles que, com mais técnica e perícia, souberem e puderem destruir os outros.

Nada, pois, nos deve preocupar mais, a fim de podermos bem concluir, do que conhecer a capacidade e o limite das novas armas, a possibilidade das novas invenções e de sua aplicação na ruína ou na proteção de nossos destinos.

A ESPADA, O ESPÍRITO E A TÉCNICA

A luta futura, se vier, será total, e a guerra, de três dimensões e mundial, será vencida por aquele que melhor souber reunir, integrar e empregar, ao mesmo tempo, com o mesmo objetivo, mas em maior número de alvos, o maior número de armas, o maior potencial de fogo e o maior poder de destruição. A maneira de encarar uma guerra futura deverá fundar-se não só nos novos aspectos de um conflito, criados por essas surpreendentes aquisições da ciência, da técnica e da arte militar, mas igualmente naquelas forças da inteligência, da vontade, da economia e da política que até os nossos dias dominaram e presidiram à civilização e à cultura humanas.

O futuro será uma resultante da maior ou menor consciência nossa das realidades por nós mesmos criadas. A guerra é obra do homem, e a paz também precisa ser obra do homem. O homem

5 Fuller: 1945

da vida humana provém sobremodo do homem a quem se nega liberdade para melhorar.

Ao meu ver, a guerra não é mais possível como a fizeram os nossos antepassados e nem mesmo os nossos contemporâneos.

Napoleão afirmava que só havia dois poderes no mundo: a espada e o espírito, e, acrescentava, nas lutas duradouras, o espírito acaba derrotando a espada. Mas hoje temos a técnica, que é espada e espírito. Ela decidirá das guerras e afinal acabará por tornar a guerra mundial impossível. Mas até chegarmos à eliminação da guerra pela guerra, a paz não será a dos nossos sonhos e nem aquela pela qual morreram e morrerão ainda muitos milhões de criaturas. Novas formas de luta surgirão na *via crucis* da humanidade.

As nações sem indústrias, sem capacidade para fazer descobertas por falta de aparelhagem técnica ou de reservas para adquiri-las, como o Brasil, não poderão arriscar-se a provocar soluções bélicas para os seus problemas.

A CONSTÂNCIA DAS GUERRAS

A decisão de fazer a guerra, na quase totalidade dos povos, está, hoje, reduzida pela impossibilidade de enfrentar seu custo, sua destruição e suas sanções inevitáveis.

A Humanidade, porém, não cessará de lutar e, ainda que custosa e aniquiladora. A guerra continuará, porque a violência não desertou de todo do coração humano.

Devemos, pois, encarar a situação mundial como uma resultante dos mesmos fatores históricos e dos mais que crescemos e cresceremos, muitos deles capazes de modificar o curso dos acontecimentos humanos.

A VITÓRIA DA PAZ

À luz dessas ideias devemos, agora, encarar a hipótese de uma nova conflagração. A impressão geral, a que recolho todos os dias e a que leio em todos os jornais, é a de que estamos na iminência de uma guerra entre a Rússia e os Estados Unidos. A “Batalha dos Subúrbios”, que se trava em Berlim, é apenas, segundo esse noticiário, o da hecatombe mundial. Esta é a sensação de cada um e de todos nós, em dias que estamos vivendo homens e povos. Confesso-vos, porém, que abalado mais do que nunca na minha fé pacifista, atemorizado, mesmo, pela possibilidade de ver a prudência ocidental perturbar-se e esgotar-se ante a expressão oriental, não descrei de todo da vitória da Paz.

As razões dessa minha forma de pensar, sem desesperar, decorrem da minha experiência no trato dos problemas da guerra e da paz. Dar-vos-ei, o mais resumidamente possível, um apanhado das considerações, que eu mesmo faço, para não descreer de todo de uma solução pacífica para o conflito de novos dias.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS E LEGAIS DA UNIDADE AMERICANA

Os Estados Unidos são nossos conhecidos, e a Rússia sempre misteriosa começa a revelar-se ao mundo não como ela é, mas como ela quer que venhamos a ser. O Departamento de Estado, intérprete da política norte-americana, acaba de fazer ao mundo a seguinte declaração: “Os Estados Unidos não estão em luta com a Rússia, mesmo porque as dúvidas existentes entre as duas nações não decorrem de conflitos exclusivos de ambas, mas de problemas mundiais”. Esta afirmação é de importância capital e vem, mais do que quaisquer outras anteriores, contribuir para as nossos conclusões. Os Estados Unidos excluem, assim, a possibilidade de conflitos diretos, para só admitirem soluções mundiais, e estas através dos órgãos internacionais existentes, ou seja, o Conselho

de Ministros, as Comissões Mistas, a ONU, e, agora, o Pacto do Atlântico. A atitude americana é lógica e obedece a razões profundas da forma de ver e encarar os problemas internacionais do povo norte-americano. Os Estados Unidos são um conjunto de povos, quase de todos os povos, de todas as raças e religiões, cuja unidade assenta quase exclusivamente na sua Constituição. O *Bill of Rights* explica o milagre americano, a coesão do seu povo, a força da sua iniciativa, o poder de suas oportunidades.

Não é uma nação orgânica como a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Itália e outras, cuja existência continuará através de quaisquer mutações políticas e vicissitudes. A nação americana é uma criação própria, avançada sobre os quadros de nossos tempos. Sua unidade decorre de fatores geográficos, como todos sabem, do seu progresso material e do seu bem-estar, mas os elos profundos da sociedade americana não são propriamente raciais, nem os religiosos, nem os históricos, mas os políticos e legais. Existe, hoje, o povo americano, um grande povo, quase direi sem igual. Mas o fator de coesão, a força da igualdade, a coerência de atitudes, a diretriz de orientação, a unidade americana, advém não de uma raça ou de uma religião, ou de uma origem comum, mas da lei, da fidelidade aos princípios, da devoção ao regime, dos laços que a vida democrática criaram na comunidade americana.

CONCEITO DE DEFESA NACIONAL

Não tenhamos, pois dúvida de que, sem agressão direta, os Estados Unidos não irão à guerra contra qualquer outro país, seja mesmo a Rússia. Mas, direis, a agressão, no mundo de hoje, não é unicamente aquela feita ao território de uma nação, mas qualquer ação em outra parte da terra que possa não só ameaçar a sua segurança e existência territoriais, como a integridade da sua forma de ser e de viver.

Terá de ser revisto, na vida dos povos, o conceito de defesa nacional. Esta já não repousa na inviolabilidade de uma fronteira, mas na consciência política e moral das nações.

Mas enquanto não se fizer essa revisão, ninguém definiu melhor a atitude americana do que Eisenhower em seu relatório final, apresentado a 7 de fevereiro deste ano ao seu governo: “Nunca procuraremos a nossa segurança pelo domínio mundial ou pela conquista, em caráter preventivo, de uma nação que supomos estar-se preparando para nos atacar”.

O MISTÉRIO RUSSO E O COMUNISMO

A Rússia é uma nação bem diferente de todas, das velhas como das novas, mas sempre igual. A sua formação, a sua estrutura, a sua existência, não as podemos bem compreender. Hitler, em um dos seus mais dramáticos discursos, foi forçado a declarar, em plena guerra, com seus exércitos às portas de Moscou, de Leningrado e de Stalingrado, que “cada passo na Rússia era um novo mistério”. O comunismo, porém, veio, a meu ver, desvendar a Rússia: ela está resolvida não só a criar uma ordem comunista como a tomá-la mundial. É verdade que na Rússia, ao que se afirma, não há comunismo, mas comunistas. Estes, porém, a dominam e decidem de sua sorte, ameaçando a nossa. E estes, nós os conhecemos. Lênin, pai da União Soviética, afirmou sempre que, sem vencer sucessivas e cada vez maiores guerras capitalistas, o comunismo não se poderá expandir e implantar no mundo. Trotsky sustentava não ser possível a existência de um estado socialista em um mundo capitalista, mas Stalin, revidando o leninismo, defendeu e tornou vencedora a ideia da criação de um estado comunista bastante forte, capaz de resistir às agressões capitalistas e, por fim, vencê-las e dominar o mundo. É a Rússia do após-guerra, numa posição sem precedentes.

O conflito encontrou-a aliada da Alemanha e, agredida por Hitler, recebeu ela a ajuda das Nações Unidas. Não foi a guerra capitalista, como anunciaram seus profetas, mas a ajuda e a cooperação capitalista que a levaram à vitória. Mas ela não acreditou na sinceridade do nosso auxílio e, apenas vitoriosa sobre a Alemanha, dobrou o número de povos sob o seu controle, estendeu em profundidade as fronteiras de sua segurança, alargou no mundo a penetração de suas doutrinas e, com a chamada Europa quase completamente ocupada, Stalin exortou seus povos, no discurso de 9 de fevereiro de 1946, como fazia Lênin, “a se prepararem, mais do que nunca, para as guerras inevitáveis enquanto o regime capitalista não desaparecesse da face da terra”.

A Rússia, pois, não é mais um enigma, e devemos mesmo agradecer a franqueza dos seus líderes pelas suas advertências e pelas manifestações categóricas do seu pensamento e das suas intenções.

O DILEMA MUNDIAL

Estamos, assim, meus senhores, diante de duas grandes potências, uma que considera a guerra como fatal e inevitável e outra que, no seu horror à guerra, não encontra ainda forças bastantes para organizar a paz. Este é o dilema mundial: uma nação que acredita na guerra, e ainda não a pode fazer, e outra, que quer a paz, e não a consegue manter.

Em outros termos, a nossa é uma era de indecisão entre a guerra e a paz. Mas a humanidade não pode viver na indecisão. Uma resultante terá de surgir dessa aparente inércia de suas forças. Será a guerra? Será a paz? Procuraremos dar resposta à trágica expectativa em que vivemos, homens e povos.

A TAREFA DAS NAÇÕES UNIDAS

Entre os que acreditam ser a guerra necessária e inevitável e os que pretendem pôr um fim às guerras, isto é, entre a Rússia, com seus satélites, e os Estados Unidos, com seus aliados, medeia, impedindo uma ou outra solução, a realidade de nossos dias com suas contradições, mas também com seus imperativos.

A missão de nossa época é convencermos estados agressores, sejam capitalistas ou socialistas, de que quem escolher a guerra o fará com o risco de sua própria destruição e de que a escolha da paz não traz riscos futuros. Esta é cada vez mais a tarefa das Nações Unidas.

ETERNA RENOVAÇÃO

Na última guerra, ao invés do que sucede em todas as guerras, a derrota das armas inimigas não trouxe a das suas ideias, a “Estranha Aliança”, como a chamou o general John Dane, em obra notável, fez com que, não obstante a derrota das armas alemãs, italianas e japonesas, acabassem encorajadas e prestigiadas as ideias totalitárias, contra as quais se haviam batido as democracias ocidentais. Este inesperado desfecho veio, pois, transferir para um plano mais vasto e mais complexo, a solução do profundo conflito ideológico dos povos.

A realidade atual mostra uma grande superioridade, sob muitos aspectos, da Rússia sobre nossa posição atual. Sua superioridade não é só militar, não é só material, mas política. Foi ela granjeada com os nossos erros, mas poderá crescer se insistirmos em errar. Representamos uma velha ordem que se quer manter *à outrance* contra uma nova ordem que se quer impor. O mundo porém é uma eterna renovação. A humanidade é uma ininterrupta ânsia de aperfeiçoamento. A inquietação humana, em procura de novas aquisições, é a característica do homem. A Rússia é um aceno a essa

condição. Os povos, derrotados ou vencedores, não terminaram a luta satisfeitos. Uma expectativa domina a consciência mundial. Os povos europeus, cansados, esgotados empobrecidos, não creem mais no passado e nós não lhes acenamos com futuro melhor. Insistimos, como ainda recentemente anotou Laski em relação a um discurso de Churchill, em fórmulas revogadas pela experiência e pelas provações⁶.

Não podemos, pois, negar que a consciência do homem ocidental está vacilante entre a nossa ordem e uma outra qualquer, desde que não seja a nossa. Uma nova concepção, capaz de conciliar os extremos atuais, terá de surgir, como em outras épocas. Nosso problema não é reorganizar o passado. A consciência do homem ocidental está vacilante entre a nossa ordem e uma outra qualquer, desde que não seja a nossa. Uma nova concepção, capaz de conciliar os extremos atuais, terá que surgir, como em outras épocas. Nosso problema não é reorganizar o passado. A consciência do homem que sofreu duas guerras, sobremodo na Europa e na Ásia, é hoje uma terra de ninguém à espera da primeira sugestão, da primeira esperança, do primeiro dominador. Esta é, indiscutidamente, a nossa maior fraqueza e a razão da insegurança em que vivemos em relação a nós mesmos.

CONFRONTO DE FORÇAS

A força da Rússia assenta no divisionismo democrático, fraqueza inerente ao nosso sistema econômico e político. É fora de dúvida que ela tem o maior exército mundial em pé de guerra, o maior número de aeroplanos, uma unidade absoluta de comando, que é uma é força poderosa na ação, que suas reservas humanas e de matérias-primas são quase inesgotáveis. É, igualmente, fora de

6 Harold Laski era professor de ciência política na London School of Economics e membro do partido trabalhista. Sobre a alteração entre Laski e Churchill no pós-guerra ver Burrirdge: 1977; Hoover: 2003, 163-5.

dúvida que ela conta, sob seu controle, com todas as organizações comunistas espalhadas na terra, vanguardas disciplinadas e perigosas, capazes de entrar e sabotar a ação das nações democráticas. É fora de dúvida, ainda, que, no mapa da Europa, a sua vontade podia traçar e retraçar as zonas não só de sua influência, como de sua dominação. Pode-se, mesmo, afirmar que, como Berlim, a Europa está à sua mercê.

A recomposição das nações ocidentais, econômica, política e militarmente, é uma das maneiras de deter a Rússia sem recorrer à guerra. A Alemanha, a parte maior e melhor, está com o ocidente, em proporções grandemente favoráveis.

A economia europeia e a russa, com seus satélites, mostra não haver um desequilíbrio, salvo em produção agrícola, capaz de comprometer desfavoravelmente uma ação próxima, um desenlace ou um conflito. As desvantagens existentes serão corrigidas e mesmo superadas pelo Plano Marshall e pelo Pacto do Atlântico. As populações são iguais, mas maiores a produção industrial, de aço, de carvão, de eletricidade, de química e muitas outras das nações ocidentais.

A recuperação ocidental, com o auxílio americano, será acelerada e efetiva, ao passo que a russa, mesmo com a execução do novo plano quinquenal, demandará mais de um decênio de trabalho e de esforços. Na carreira da recuperação, as nações ocidentais voltarão ao nível anterior à guerra, senão igual, aproximado, antes da Rússia e seus satélites. A produção soviética decresceu em todos os setores e ainda não voltou a aproximar-se dos índices básicos nem em aço, nem em carvão, nem em petróleo e nem mesmo em trigo e outros cereais. O trabalho russo é de pouco rendimento e deficiente a organização econômica do país. O seu sistema de transporte não pode ser mais precário. Sua produção industrial atual corresponde à dos Estados Unidos em 1905 e, acreditando-se

em seus planos e projetos, chegará, em 1960, à do povo americano em 1913. Sua produção agrícola é grande, a maior da Europa e Ásia, mas muito inferior, em qualquer produto, à dos Estados-Unidos e, em quase todos os itens, inferior às necessidades de sua população. É, economicamente, uma nação do século XIX. Os seus satélites, salvo em poucos produtos industriais, e alguns extrativos, não a poderão ajudar. Eles representam um pesado encargo econômico, político e, mesmo, militar.

A força da Rússia é o “Exército Vermelho”, a sua posição, estratégica no coração da terra, as suas reservas humanas e de matérias-primas, a unidade política e militar e a expansão de suas ideias revolucionárias. É uma massa humana em pé de guerra, dispondo ao todo de 76 divisões nas zonas de ocupação e mais 75 divisões dos países satélites, que alcançam, juntamente com as forças metropolitanas, mais de 5 milhões de soldados em armas. Sua força, quase a metade em serviço ativo. Sua armada, que Molotov, em famoso discurso, prometia desenvolver até igualar às maiores do mundo, não tem, ainda, uma força capaz de influir nos oceanos e, mesmo, nos mares⁷.

A Rússia tem, pois, na balança dos poderes, em seu favor: 1) a unidade estratégica de Moscou; 2) a posição privilegiada de ocupação e de predomínio continental, no ocidente e no oriente; 3) a confusão das relações ocidentais; 4) a manutenção em pé de guerra de forças militares muitíssimo superiores às demais; 5) a organização comunista em todos os países; 6) as reservas humanas próprias e as dos países satélites; 7) a expectativa de uma crise econômica e financeira dos países capitalistas.

Estas são, em resumo, as forças da guerra, contra as quais devemos alinhar as da paz, sem mesmo cogitar das fraquezas

⁷ Viacheslav Molotov (1890-1986) foi o político russo responsável pelas relações exteriores do país entre 1939 e 1949. Referência provável ao discurso proferido em junho de 1941, em resposta ao ataque alemão à União Soviética.

russas, que são muitas e as de seus satélites, que ela não poderá jamais suprir. Entre elas, a meu ver a maior, que compensa e excede a da indecisão e da angústia ocidentais, é que decorre da oposição comunista à natureza humana, à forma de ser e de viver do homem, mesmo do russo que, mais dia menos dia, acabará, como o hindu, o birmanês, o japonês e toda a criatura, por compreender que a liberdade e a dignidade são bens inestimáveis.

Mas não devemos assentar nosso futuro na incerteza ou insegurança alheias, mas em nossa própria capacidade e energias.

AS FORÇAS DA LIBERDADE

Verificamos, ainda que em linhas apressadas, as forças e fraquezas russas e, agora, devemos estudar as das nações democráticas.

Foi Theodore Roosevelt quem afirmou, com espírito profético, que, se a democracia não tivesse condições próprias para vencer as forças do despotismo e da autocracia não teria nem surgido nem se mantido contra elas, não se alargando a todas as terras e a todas as consciências. A última guerra, colhendo de surpresa e desarmadas as nações democráticas, foi a demonstração final da impossibilidade de serem vencidos os povos livres. A liberdade é a maior força já criada e a única capaz de multiplicar as demais forças materiais e espirituais existentes. Eisenhower, o comandante da vitória, definiu com experiência e sabedoria o poder da liberdade. “O nosso futuro”, disse ele, “não será alcançado pela força”. A segurança de um país não pode ser medida pelas reservas e estoques de munições, pelo número de homens em armas ou pelo monopólio de armas invencíveis. Esta era a ideia de poder da Alemanha e do Japão, que a experiência da guerra mostrou ser falsa. Mesmo na paz os índices da força militar não merecem confiança porque as armas se tornam obsoletas. Grandes exércitos decaem após sacrificar o país para os manter, e o monopólio dos engenhos é sempre transitório.

Mas as reservas espirituais da nossa cultura e da nossa civilização, aplicadas, com prudência e sabedoria, à solução dos problemas diários, estas, sim são invencíveis e acabarão por superar todas as aflições contemporâneas.

Podemos, pois, confiar em que, sejam quais forem os perigos e ameaças à paz e sejam quais forem os êxitos iniciais de uma agressão, as forças da liberdade acabarão vitoriosas.

O CAMINHO DA PAZ

A última guerra não encerrou um ciclo e nem está encerrado o ciclo das guerras. O caminho da paz, porém, pode ser simples e, talvez, mais fácil do que o da guerra, dependendo, apenas, de como nos conduzimos. As alterações na velha balança de poderes, que governava o mundo, trouxe a ânsia de libertação de regiões coloniais entreabrindo uma nova era de independência para os povos secularmente escravos ou dominados. A humanidade, como uma grande família após uma desgraça enorme, procura desesperadamente partilhar a herança do próprio destino. Este não poderá ser o da destruição total. Não podemos acreditar que estejamos vivendo num mundo suicida. Seria admitir não só que perdemos a noção mesma da vida, como o instinto de preservação. Todos os debates e conflitos humanos, no fundo, decorrem de uma diferente concepção da vida entre as criaturas e os povos, grandes e pequenos.

Nós, os ocidentais, representamos uma forma de pensar, de trabalhar, de crer e de viver. Tudo, entre nós, é aquisição da convivência e da cordialidade. É compreensão da solidariedade e obra da tolerância. Sem esse fundo moral, não seriam possíveis a civilização e a cultura ocidentais. Acreditamos naquilo que nos fez grandes, fortes e bons e esperamos que a razão humana reconduza os povos a esse caminho. A democracia, para nós, é uma

consequência da nossa forma de ser. Não é uma concepção política em si mesma, mas a maneira mais digna de viver e até de sobreviver. A agressão é, para nós, um crime, que o indivíduo não deve praticar e ainda menos os povos. É um ato condenado pela repulsa da nossa consciência.

Não são assim, porém, todos os povos. Em outras regiões da terra reina ainda o preconceito racial, o religioso, político e a violência é considerada uma base da vida. A lei é a do mais forte e até do mais cruel. A necessidade não conhece limites e a expansão não tem fronteiras. A vida é uma luta exclusiva de interesses materiais e os aspectos morais não contam nas suas liberações. Chegam mesmo a afirmar que a família, a virtude, a honra, a fé e a liberdade são meros preconceitos.

As nações democráticas, em caso de um conflito mundial, liderados pela América, tem a vitória das armas assegurada por forma iniludível. Mas uma guerra, com as novas armas, trará a ruína total dos vencidos e a econômica, política e moral dos vitoriosos. A civilização e a cultura, as obras-primas do homem, serão soterradas nessas ruínas.

A ONU foi criada para manter a paz pela força das nossas ideias. Ela surgiu na guerra e da guerra, mas inspirada na paz. É uma expressão do nosso idealismo. Como toda obra humana, ela padece das condições de sua época. Mas é destinada a sobreviver. A sua infância será difícil num mundo doente, física e moralmente. Mas o nosso dever, como acentuou Eisenhower, o líder militar da vitória, é ampará-la por todas as formas a fim de que, como instância suprema, possa resolver pacificamente o conflito mundial.

Não podemos excluir de todo tão trágica possibilidade, uma vez que a Rússia poderá, ante a crescente organização das nações democráticas, com o fim de deter pacificamente a expansão soviética, precipitar o mundo na guerra.

ANTAGONISMO ENTRE DOIS MUNDOS

A situação política mundial, hoje, é determinada aparentemente pelo antagonismo entre dois mundos, colocados em dois polos opostos pelos seus sistemas econômicos, políticos e sociais. O grande drama da nossa época vem, porém, do fato de 1 bilhão e 500 milhões de criaturas, quase $\frac{2}{3}$ da população mundial, na Ásia e também na Europa, estarem, após a última guerra, procurando uma nova forma de viver, ou melhor, de sobreviver. Estamos assistindo ao mais extenso e mais radical período de transformação do maior número de povos, em toda a história da humanidade. A China, a Índia, a Birmânia e a Indonésia, com quase um bilhão de cristãos, são indicações dramáticas.

Direi, mesmo, que a terra toda está sacudida por um movimento sísmico da necessidade e da consciência dos povos. Sentimos todos que das ruínas da guerra uma nova ordem quer erguer-se com novos materiais e ideias novas. No fundo de todos os incidentes internacionais, na ONU, em Berlim, na Coreia, na Grécia, em Moscou, em Washington, podemos surpreender que a luta se trava entre os que querem manter o *status quo* e os que o querem mudar. As forças que apoiam essas duas atitudes são imensas, as materiais e as morais. Mas, a meu ver, não são irreconciliáveis. A Rússia e os Estados Unidos lideram essas duas tendências e, já hoje, acredito, começam a compreender que existe uma solução capaz de conciliá-las.

ENTRE A PAZ E A GUERRA

Entre a paz e a guerra processa-se a maior transformação das massas humanas. A Rússia apoia a nova ordem revolucionária e os Estados Unidos defendem a ordem democrática existente. Não há, como se supõe, uma luta entre essas duas grandes nações, capaz de arrastar as demais. O drama é de todo o mundo e de todos os povos.

Mas o mundo terá que melhorar. Ele veio melhorando até nós, arrancando das eras de barbárie, e não poderá parar e ainda menos retroceder. As dificuldades são grandes, mas muito maiores foram as vencidas pelos nossos antepassados. Assim como crescemos da era colonial, todos poderão crescer. E todos estão crescendo em cultura e civilização. As resistências de alguns são grandes e até violentas, tornando-os quase inacessíveis aos benefícios de nossos acenos e propósitos. Já foram, porém, maiores. A inteligência humana não conheceu ainda dificuldades insuperáveis. A história é uma renovada vitória da inteligência. Não devemos, pois, ser pessimistas e menos, ante essas incompreensões, renunciar à tarefa histórica da civilização e da cultura ocidentais. A resistência e a agressividade de outros povos não serão jamais capazes de superar a inspiração, arrefecer a determinação e trazer a desunião das nações democráticas.

A coalizão está feita na ONU para propiciar e favorecer, pela evolução, as grandes transformações econômicas, políticas e sociais da nossa época, e para evitar e mesmo tornar o recurso à violência e à guerra cada vez mais difícil senão impossível.

Nenhum povo, ou reunião de povos, poderá, em minha opinião, se prestigiarmos a obra da ONU, evitar a vitória pacífica da paz.

FORMATURA NO INSTITUTO RIO BRANCO (1950)

*Discurso proferido na formatura do Instituto Rio Branco,
no Museu Imperial, em 13 de janeiro de 1950,
no II Centenário do Tratado de Madri¹*

Entre os títulos que recebeis nesta solenidade, os que vos trago é o menor, porque não vos honra, mas a mim mesmo. É do meu reconhecimento à vossa generosidade. A homenagem que me fizestes, escolhendo-me vosso paraninfo, não é das que se encerram com algumas palavras de gratidão. É uma honra duradoura para minha vida, como será para as vossas, porque nos reúne e investe em tarefas e responsabilidades recíprocas e comuns a todos nós. É uma comunhão que tomamos juntos no genuflexório do sentimento e da mesma fé. É neste espírito, repassado da humildade que me dá a consciência de minha vida pública, que recebo a vossa homenagem.

Neste mesmo espírito de contrição, exaltado, porém, pela juventude, deveis receber a que vos faz hoje o Instituto Rio Branco, com o seu diploma. S. Excia, o presidente da República com sua assistência no ato final de vossos estudos e inicial de vossas atividades diplomáticas.

A honra que me fazeis é ao passado; as que recebeis, neste ato, são feitas ao futuro, vosso e da diplomacia brasileira.

1 Aranha: 1950.

As maiores honras, meus caros colegas, na carreira que ides iniciar, não são as tarefas encerradas e cumpridas, como as minhas, mas os encargos de novas missões e responsabilidades.

Devo, pois, confessar que fiquei profundamente desvanecido à afirmação feita em seu magnífico discurso pelo vosso brilhante orador, Frederico Carlos Carnaúba², de haver sido eu escolhido pela vossa generosidade, não só pelo que fiz, mas, sobretudo, pela vossa confiança nos ensinamentos da minha experiência e na inspiração das minhas ideias. Esta atitude vossa é como a dos peregrinos que vão procurar nos altares antigos das igrejas abandonadas, na obscuridade das coisas esquecidas, e nos restos de vidas já vividas, as relíquias espirituais da fé, as lições da experiência e as inspirações e rumos para novas peregrinações.

A vossa bondade para comigo, caminhando tanto para chegar à sombra a que vivo recolhido³, quando poderíeis achar nas alturas, mais próximas de vós, uma luz irradiante de brilho, força e calor, para os vossos projeto e esperanças, ungiu a vossa iniciação do verdadeiro sentido cristão da caridade: dar para não receber e nem mesmo esperar.

O paraninfo é o professor a quem incumbe a última lição e o amigo a quem cabe o primeiro conselho.

Começarei por dizer-vos que a experiência, quando adquirimos consciência dela, em geral, dela já não nos podemos valer para nós mesmos. Entre os dons que recebemos, o de nos orientarmos pela própria experiência é, talvez, o mais precioso e, por isso mesmo, o

-
- 2 Frederico Carlos Carnaúba nasceu no Rio de Janeiro em 14 de março de 1924, filho de Arthur Carnaúba e Rachel de Vasconcellos Carnaúba. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Universidade do Brasil em 1947. Seria diretor interino do Instituto Rio Branco entre 1972 e 1973. Serviu em Santiago, Buenos Aires, Luanda, Bonn, Bogotá, Kingston, Ancara, Seul e no consulado em Paris. Aposentou-se em 1986.
 - 3 Oswaldo Aranha exonerou-se oficialmente do cargo de ministro das Relações Exteriores em 23 de agosto de 1944. Dessa data até a cerimônia de formatura, sua única posição oficial no governo foi no âmbito da ONU em 1947.

mais raro na vida das criaturas. É, pois, de grande sabedoria valer-nos da experiência alheia, uma vez que dificilmente adquirimos a capacidade de usar da nossa em nosso próprio proveito ou do de nossas atividades. A tradição, que é a experiência dos povos consagrada pelo tempo deve ser sempre uma das constantes da nossa vida, conselheira de todos os vossos atos, amiga inseparável de todas as vossas deliberações. Nesta atitude de intimidade e convivência com o passado encontrareis as melhores e as mais acertadas inspirações da nossa vida diplomática e pessoal.

Não serve a ninguém o homem que só de si se serve e só a si quer servir. Este é o escravo da pior das servidões. Serve-se aquele que sabe servir-se de experiência alheia para criar novas formas de experiência para que dela outros se possam servir. Nada, na vida que vos espera, terá uma finalidade pessoal. Tudo será um esforço, uma contribuição, um serviço. Trabalhai sempre para outrem e nunca para vós mesmos. A vida diplomática ou é uma devoção ou, então, uma vulgaridade.

Não será somente servir a vossa missão, mas saber servir e, sobretudo, saber que esses serviços serão contados mais pelo tempo do que pelos vossos contemporâneos.

Não vos deveis, pois, iludir. De todas as atividades públicas, a vossa será sempre a mais ignorada, a menos aplaudida e a mais difícil de exercer. Mas é nessa condição que reside a sua grandeza e se exalça a dos que a ela devotam sua existência.

A diplomacia, de início mera arte de fazer, usar e entregar diplomas, transformou-se hoje, na mais engenhosa e delicada máquina humana, criada pelo homem, para elaboração de seu próprio destino, como do dos povos. A complexidade, a amplitude e, mesmo, a interdependência da vida mundial procuram, na ação diplomática, isto é, na capacidade do homem de superar pela inteligência suas próprias dificuldades, uma solução para o presente como para o

futuro. Não engrandeço a sua missão. A realidade não é possível de ser aumentada nem diminuída e é na diplomacia, nessa faculdade de ajustar a convivência pacífica dos povos, de achar uma solução para os conflitos contemporâneos de prever, acautelar e orientar o desenvolvimento dos acontecimentos mundiais, que a humanidade deposita seus anseios de sobrevivência e aperfeiçoamento. Não resta aos povos outra possibilidade. O futuro do mundo dependerá da capacidade diplomática, ou melhor, do uso e da prática da boa diplomacia, para recuperação dos erros cometidos e dos conflitos criados.

Não têm os povos, esgotado os recursos às armas, à técnica e à própria ciência, outra conselheira, mais sábia e melhor, do que a “grande muda”, como alguém chamou a diplomacia. Ela participa de tudo e de todo. Nada do que é humano, como dizia Terêncio, lhe é ou pode lhe ser alheio.

Ela não é arte, não é técnica, e nem é ciência. É a vida do homem e dos povos, com suas esperanças e amarguras, com suas grandezas e misérias, com a guerra e a paz. Ela é aparentemente nada: nela porém vem o todo em procura dos imponderáveis e impalpáveis, por sua experiência acumulados para orientar a vida mundial. Sei que o materialismo de todos os tempos a tem condenado como mero expediente vazio, inócuo e frívolo, a quem recorrem os governos para consecução de seus propósitos menos confessáveis. Ela, entretanto, é o espírito humano na sua mais alta tensão, ao serviço da ordem mundial. Sei, também, que se considerou como a arte das frivolidades e das mensuras, de saber apenas falar e calar, vestir, comer, receber, dançar, mentir e disfarçar, enfim, de representar mal, informar pior e mal e pior ainda negociar.

Não excludo que muitos de nós hajamos, pessoalmente, concorrido para essas impressões. Mas, perguntaria eu nos maus dizeres que assim generalizam suas críticas: que seria do mundo,

de nosso país e de nós mesmos se o homem não houvesse criado essa capacidade de prever, de persuadir, de negociar, de conciliar, de arbitrar e de pacificar, apanágios da diplomacia.

Frederico, o Grande, considerava que a melhor e mais eficaz das armas de seus exércitos não era a infantaria, nem a cavalaria, nem a artilharia, mas a política diplomática⁴.

Napoleão perdeu-se, não por falta de gênio e nem de marechais, mas quando lhe faltaram os diplomatas do Império.

Não foi outra a razão da derrota da Alemanha nas duas últimas guerras e, agora, outra não é a causa da tranquilidade e segurança de nossos dias. A própria “guerra fria”, a que assistimos não é obra da diplomacia, mas da sua ausência na conduta dos governos e nos conselhos dos povos.

Todas essas considerações gerais, que fazemos, visam justamente chamar vossa atenção para as tarefas dos diplomatas nos dias vindouros. A condição de perpétua renovação e adaptação é uma das forças espirituais da ação diplomática. Tereis de enfrentar uma nova era e uma nova ordem. A lição dos vossos antepassados diplomáticos, porém, foi fecunda e bela demais para deixar de ensinar e orientar.

Salisbury, tido, havido e apontado como o maior dos diplomatas da era vitoriana, rival e sucessor de Disraeli, como este fora de Gladstone, fixou, com a precisão de sua experiência, o sentimento da vida diplomática do seu tempo, que reproduzo de uma tradução daquela época⁵:

4 Referência ao rei da Prússia Frederico II, que reinou de 1740 a 1786. Ele atuou de forma a ativamente controlar a diplomacia de seu Estado, supervisionando detalhadamente negociações e, em alguns casos, participando delas. Tal característica foi atípica em sua época, pois a maioria dos monarcas europeus já havia transferido o cotidiano da execução da política externa para estruturas burocráticas. Ver Scott: 1997.

5 Referência a três primeiros ministros britânicos, respectivamente Robert Cecil (1830-1903), Benjamin Disraeli (1804-1881) e William Ewart Gladstone (1809-1898).

A glória de um diplomata é a mais efêmera de todas as formas de transitórias recompensas. Nada existe nos seus efeitos que exerça um apelo sobre a imaginação, mas que a arte possa ilustrar, a tradição reter ou a história retratar. Um comandante militar é mais feliz na sua vocação. Nada, porém, existe de dramático nos sucessos de um diplomata. Suas vitórias são constituídas por uma série de ganhos microscópicos; aqui por uma sugestão judiciosa, além por uma civilidade oportuna; em um momento por uma concessão, no outro por uma resistência de alcance; por tato sempre desperto, calma imperturbável e paciência que nenhuma loucura, provação ou disparate possa alterar. Nada há, porém, de sugestivo no exercício de tais primores⁶.

A vida que você espera não será essa, descrita pelo grande lord, como não reproduzirá também a dos nobres padrões da diplomacia brasileira, que deram ao Brasil os seus maiores estadistas, porque Caxias, o único que os pode igualar e até sobrelevar, foi grande soldado, mas não foi menor diplomata, a sua maior glória será sempre a de ter tornado, vitoriosa, na América, a política diplomática, pacífica e pacificadora, do Brasil. Não quero recorrer a essas figuras, como José Bonifácio, o chanceler da Independência, aos Rio Branco, “marcos limiares da nacionalidade”, a Nabuco, *primus inter pares*, a Epitácio Pessoa, sumo jurista, e a Rui, esse imenso e insondável oceano humano, para achar os modelos de vosso futuro.

Estes são homens providenciais, usados por Deus, de tempos em tempos, para mostrar à vossa pobre condição humana o seu poder divino e criador. Suas vidas escapam não só à nossa vã filosofia, mas ao nosso poder de imitação. Eles não são exemplos: são milagres. Quero, pois, procurar nos que viveram a vida que ireis viver, os padrões dos nossos melhores modelos diplomáticos. Penedo e Cabo Frio são figuras singulares e suas vidas, como a

6 Trecho de carta redigida por Salisbary para Lord Castlereagh em 1862.

de tantos outros funcionários diplomáticos, servirão sempre de inspiração à política exterior de nosso país⁷.

“Basta esboçar a existência do barão de Penedo”, escreveu Oliveira Lima, “para se sugerir as ocasiões que a vida diplomática oferece de estudo e aplicação ao funcionário que possua inteligência e atividade. O mundo todo se lhe torna acessível”⁸.

Não preciso aqui reviver a figura de Cabo Frio, exemplo dos exemplos, nem a de tantos outros, incluída a de Alexandre de Gusmão, o “avô dos diplomatas brasileiros”, vosso verdadeiro patrono, uma vez que escolhestes a comemoração do Segundo Centenário do Tratado de Madri para realçar a significação dessa solenidade e de vossa iniciação na carreira diplomática.

Nosso país foi sempre fecundo em grandes homens. Não nos regateou a providência os seus dons. Não fossem eles, o Brasil ou seria diferente, ou talvez, não existisse. Mas, sem eles, não poderemos sobreviver. À sua visão devemos e deveremos nossa existência. Não nascemos da força, nem da língua e nem da religião. Devemos a essa trindade, à palavra, à espada e à cruz, muito do que somos. Mas, se há uma nação, filha da diplomacia, é a brasileira, porque só o gênio político de nossos maiores poderia transformar a fraqueza, então, de Portugal, na grandeza do Brasil e, depois, defender e manter, quando o mundo era dividido e subdividido pela cobiça europeia, o mais vasto domínio territorial do ocidente.

A tarefa da nossa diplomacia não será, pois, a de criar, mas a de conservar um patrimônio material e moral que precisa fortalecer se todos os dias, sob a pena de perecer. As nações crescem, vivem e morrem como as criaturas. Não há nações eternas.

7 Francisco Inácio de Carvalho Moreira (1815-1906), o barão de Penedo, e Joaquim Tomás do Amaral, o visconde de Cabo Frio (1818-1907) foram diplomatas. Detalhes em Accioly: 1957; Cervo: 2013; D'espinoza: 1903; Mendonça: 2006.

8 Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) foi historiador e diplomata. A citação é de Lima: 1908, 43.

A revolução industrial, o surto dos superestados, a batalha ideológica, a insegurança social, a irreligiosidade e muitos outros fatores de nosso tempo concorrem para essa fúria de destruição caracterizada pela expansão soviética e pelo esforço científico em descobrir novos meios para aniquilar todas as conquistas pacíficas dos séculos.

O mundo parece acreditar, na descrença de si mesmo, unicamente na sobrevivência da política que, com mais técnica, perícia e rapidez destruir as formas de viver dos outros povos. O futuro será, pois, uma resultante da maior ou menor consciência nossa das realidades por nós mesmos criadas.

É para essa missão, que foi sempre a do Brasil, que recebeis, nessa solenidade, as vossas insígnias diplomáticas. A vida brasileira internacional é uma fonte de ensinamentos. É mais do que uma lição de conduta diplomática: é uma escola. Grandes estrategistas do direito das gentes proclamam esses seus títulos à admiração mundial. Estadistas de todos os tempos reconheceram na ação diplomática brasileira não só coerência, como submissão aos princípios da prudência, da sabedoria e da devoção às soluções conciliatórias e pacíficas.

Temos usufruído, no concerto das nações, de uma posição política e exercido uma influência, graças à nossa organização diplomática e ao prestígio de seus agentes, bem superior ao nosso poderio econômico e militar. Devemos esta situação, na América e no mundo, ao trabalho de nossos serviços diplomáticos, à obra de nossos representantes no exterior e à fidelidade de nossos governos às tradições, aos princípios e interesses internacionais do Brasil.

Os dias que iremos viver serão, porém, de provação para todos os povos. A visão e a previsão política nossas serão chamadas a deliberar, como no passado. À diplomacia brasileira devemos a

vitória e a sobrevivência nas duas últimas guerras. Mas, não creio que baste, agora, para enfrentarmos vitoriosamente a crise que ameaça a sorte da humanidade. O futuro humano será decidido, o da criatura como o das nações, nos próximos anos. No recurso ao passado, já não encontraremos todos os elementos necessários para lutar. Teremos que mudar, se quisermos sobreviver. A última guerra veio reacender a luta ideológica, a religiosa e até a racial.

As alterações na velha balança de poderes, que governavam mundo, trouxeram a ânsia de libertação das regiões coloniais, entreabrindo uma nova era não só de independência como de reivindicações para os povos secularmente escravos.

A humanidade, como uma grande família, após uma grande desgraça, procura desesperadamente partilhar a herança do próprio destino. Não poderá ser o da destruição total. Todos os debates e conflitos humanos, no fundo, decorrem de uma diferente concepção da vida entre as criaturas e os povos, grandes ou pequenos.

Nós, os ocidentais, representamos uma forma de pensar, de trabalhar, de crer e de viver. Tudo, entre nós, é a obra das sobrevivência e da cordialidade. É compreensão da solidariedade e prática da tolerância. Sem essa finalidade moral não seriam possíveis a civilização nem a cultura ocidentais. A própria democracia, para nós, é uma consequência da nossa forma de pensar e de sentir. Não é uma concepção política em si mesma, mas a maneira mais dignamente humana para nós de viver e de conviver.

Não são assim, porém, todos os povos. Em outras regiões da terra reina, ainda, o preconceito racial, ou religioso, o político, o de classes e a violência é considerada como base da vida. A lei é a do mais forte e até do mais cruel. A necessidade não tem limite e a expansão não tem fronteiras. A vida é uma luta exclusiva de interesses materiais e os aspectos morais e espirituais não contam

em suas deliberações. Chegam, mesmo, a afirmar que a família, a honra, a fé e a liberdade são meros preconceitos.

A política mundial, pois, não será mais, como antigamente, a arte de favorecer as relações entre os povos. A diplomacia não terá somente a função de proteger e aperfeiçoar, através de sua organização e de seus agentes, o sistema de respeito, de equilíbrio e de interesses criado pelas nações em séculos de convivência mundial.

“Acabou”, como escreveu Álvaro Lins, com sua notável agudeza de observação,

o mundo do século 19, com a sua confiança no direito, com a sua base jurídica e legal, com o seu respeito à dignidade da pessoa humana, com a sua fé nos tratados e ajustes internacionais, com seu amor à paz. Começou um novo mundo, com os mitos de violência e força com a exaltação dos fatos contra os códigos, com o desprezo às leis e tratados com o doentio e desesperado apetite de guerra.

Todos os conceitos de comunhão internacional foram subvertidos pelo comunismo, que veio, a meu ver, revelar as intenções russas e mostrar a sua decisão de criar não só uma ordem soviética, como de torná-la mundial. A missão, pois, da diplomacia de nossa época é convencer as nações agressoras, as que querem a substituição total da civilização e da cultura ocidentais, de que aquela que escolher o caminho da violência o fará com o risco de sua própria destruição, ao passo que a escolha da paz não traz riscos futuros. Esta é também a tarefa das Nações Unidas. Esta é a missão da democracia.

É para essa nova cruzada que sois, meus caros colegas, armados, hoje, diplomatas brasileiros. A vossa missão não será, como a de vossos antepassados, a da defesa exclusiva do Brasil. Não é somente o nosso patrimônio territorial, a nossa estação situação econômica e o nosso prestígio internacional que vos incumbirá defender e assegurar. É muito maior a responsabilidade da nossa

diplomacia para com o povo e o país. Caber-lhe-eis, em qualquer lugar, a missão de defender a cultura e a civilização ocidentais, porque onde elas forem ameaçadas, todos correremos o risco de perecer, nações, povos e criaturas.

Às qualidades tradicionais do diplomata brasileiro, tereis de acrescentar muitas outras da época que irei viver e dos novos deveres internacionais do Brasil que ireis personificar. Já não são os mesmos os soldados, os marinheiros, os operários e os cidadãos dos tempos passados e os de nossos tempos. Nada, hoje, é igual ao passado, nem a máquina, nem o homem e nem a vida. E isso é verdade para os povos, para as nações, para as leis e para a convivência mundial.

O diplomata não poderá ir buscar somente no que foi aquilo que deverá ser. A vossa função não será mais, propriamente, nacional, mas mundial. O mundo está em perigo e o Brasil não se poderá isolar do mundo. É, pois, na visão global, no conhecimento da vida mundial que irei achar as razões de vossa orientação, de vossa vigilância, de vossos serviços ao Brasil. Não existem mais problemas peculiares a nós que não se confundam no todo internacional.

A tarefa dos diplomatas ocidentais será uma só: defender a democracia, porque esta, se mantida, encarregar-se-á de defender a todos os povos amantes da liberdade e da paz.

Foi para preparar-vos para essa missão, mais ampla, complexa e difícil do que a de vossos maiores, que se fundou o Instituto Rio Branco. A sugestão partiu de Jorge Latour, modelo de devoção ao Itamaraty⁹. Lembrava ele, em notável memorial, de que as comemorações de Rio Branco deveriam ser assinaladas, e entre outras homenagens já projetadas, pela criação de uma instituição cultural, para estudo e investigação de nossa política internacional

9 Jorge Latour (1898-1972) foi o diplomata brasileiro que, em 1944, sugeriu a criação do Instituto Rio Branco. Ver Farias: 2015.

e para educar, preparar, iniciar e aperfeiçoar nossos diplomatas. Aprovei, então, a sua proposta e autorizei a inclusão de seu projeto entre as realizações que deveriam marcar a passagem dessas comemorações.

O Decreto-lei nº 7.473 fundaria o Instituto, reajustado pelo Decreto-lei nº 8.461. Foi porém o Decreto-lei nº 9.032 que lhe deu a organização atual, atribuindo-lhe a função não só de preparar, como a exclusividade para selecionar os futuros funcionários da nossa carreira diplomática e consular. Foi essa uma das reformas mais radicais na organização de nossos serviços exteriores. Deveis, pois, a vossa iniciação diplomática ao ato do presidente Dutra que, como bom soldado, sempre considerou o Itamaraty o estado-maior civil do Brasil. E ao seu ministro João Neves¹⁰, uma das mais fulgurantes e sugestivas figuras da nossa vida política, nacional e internacional.

Contraístes, assim, a obrigação de corresponder aos altos e patrióticos objetivos desses criadores do Instituto, à orientação do eminente ministro Raul Fernandes¹¹, “mestre dos mestres”, e à direção do embaixador Lafayette de Carvalho e Silva¹², um dos mais dedicados, hábeis e perspicazes agentes diplomáticos do meu tempo, porque a ele deveis a nobre servidão de representar e personificar o Brasil ao exterior. Mas, sobremaneira, contraístes o dever de honrar o nome de Rio Branco, o maior de nossos grandes,

10 João Neves da Fontoura (1887-1963) foi o ministro das Relações Exteriores entre 31 de janeiro de 1946 a 24 de julho do mesmo ano. Ele retornaria a assumir o mesmo cargo entre 8 de maio de 1951 e 6 de novembro de 1952.

11 Raul Fernandes (1877-1968) foi jurista, político e diplomata. Atuou na delegação brasileira à Conferência de Paz de Paris (1919), em assembleias da Sociedade das Nações, tendo destaque no conselho que preparou o estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional. Sucederia Neves da Fontoura como ministro das relações exteriores do presidente Eurico Gaspar Dutra. Ver Amado: 1952; Guerreiro: 1993; Ministério das Relações Exteriores: 1968; Oliveira: 1968.

12 Lafayette de Carvalho e Silva (1881-) foi diplomata de carreira. Tomou posse em 1909 e serviu em Buenos Aires, Varsóvia, Lisboa, Oslo Assunção, La Paz e Bruxelas. Aposentou-se em junho de 1946, mas foi nomeado diretor do Instituto Rio Branco em abril de 1947, posição que manteve até janeiro de 1956.

aquele que dilatou nossas fronteiras de maneira que, dentro delas, coubessem séculos de progresso e engrandecimento pacífico de todos os brasileiros e dentro delas pudesse repousar a sua imortalidade na crescente veneração do Brasil.



O BRASIL E O PÓS-GUERRA (1950)

*Discurso na Associação dos ex-combatentes do Brasil,
Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1950¹*

A “Associação dos ex-combatentes do Brasil”, seção do Distrito Federal, encerra, nesta sessão cívica, a semana de suas comemorações pela participação do Brasil na vitória das Nações Unidas, no último conflito mundial.

Faz hoje, justamente, um lustro da rendição alemã na Europa. Era este o período, a medida de tempo, considerada necessária, pelos romanos, para apreciação pública de seus acontecimentos. Após cinco anos, de lustro em lustro, uma retomada pública da consciência nacional, rematando-se a cerimônia na exaltação do acontecido ou na expiação do sacrifício inútil.

Esta é a razão da minha presença entre vós, ex-combatentes. Acedi ao vosso honroso convite para, como presidente da Liga da Defesa Nacional², vir convosco, nesta noite, pensar e falar alto sobre vós, sobre nós, sobre todos os brasileiros. E mais, com os vossos olhos que fitaram a morte sem temor, procuramos juntos perscrutar o futuro, o dia de amanhã de todos os brasileiros, e o destino, o dia comum a todas as criaturas e a todos os povos.

1 Aranha: 1994l.

2 Associação criada em 1916 por um grupo de intelectuais vinculados à campanha pelo serviço militar obrigatório. Ver Carvalho: 2005, 68.

Começarei por dizer-vos que não sois ex-combatentes nem podereis ser. É da essência das coisas humanas – transformar as vitórias em novas lutas e as glórias em responsabilidades maiores. O sacrifício, o heroísmo e o combate nunca foram fins em si mesmos, mas meios, nobres meios, para procurarmos finalidades que se ampliam e desdobram sem cessar, no espaço e no tempo, para o homem como para os povos.

Na vossa guerra, por exemplo, ao invés do que sucede com toda guerra, a derrota das armas inimigas não trouxe a de suas ideias. As próprias circunstâncias mundiais no conflito fizeram com que, não obstante a completa derrota das armas alemãs e japonesas, acabassem encorajadas e prestigiadas as ideias totalitárias, contra as quais vos batestes e se bateram as nações democráticas³.

Este inesperado desfecho veio, pois, transferir para um plano mais vasto e mais complexo a solução do profundo e crescente conflito ideológico dos povos. E o Brasil não poderá alhear-se desta contingência mundial.

A glória das vossas armas, a vida dos vossos heróis, a epopeia na terra no mar e no ar, das forças brasileiras vieram a crescer, na nossa e na consciência dos demais povos, as responsabilidades do Brasil, não só no seio das nações como nos destinos mundiais. A vossa participação na última guerra demonstrou que o nosso país não era mais uma nação à margem das decisões mundiais, espectador pacífico e pacifista dos acontecimentos internacionais, sempre presente às conferências para estar sempre ausente das lutas, mas um poderoso elemento humano político, econômico, geográfico e militar, capaz de não só cooperar, como de influir no desfecho de um conflito mundial.

3 A Força Expedicionária Brasileira foi constituída em agosto de 1943 para lutar na Europa. Foram mais de 25 mil homens que serviram em suas fileiras até maio de 1945.

A vitória, que hoje comemoramos, produziu, pois, consequências e criou responsabilidades graves e sérias que nos cumpre considerar na vida atual e futura do Brasil. A primeira, foi a de havermos saído do plano puramente diplomático, jurídico, político e ideal em que vivíamos na comunhão das nações, para o da participação direta real e eficaz nos acontecimentos mundiais. A posição a que havíamos sido alçados pelos nossos estadistas, no plano do direito, da justiça e da comunhão internacionais, foi consolidada pela vossa participação na última guerra e alargada por maneira a exigir de nós uma revisão de nossa política exterior.

O Brasil, de mero colaborador na ordem diplomática, política e jurídica do mundo será, agora, chamado, na paz ou na guerra, a intervir e a desempenhar uma ação efetiva na ordem mundial.

Toda vez que esta ordem vier a ser ameaçada, terá o Brasil de exercer, em todos os campos das atividades mundiais, uma intervenção direta e responsável. Fomos investidos, nos campos da guerra, pela vossa conduta, numa responsabilidade irrenunciável. Não se circunscreverá nossa ação futura, à defesa da nossa integridade territorial e da nossa posição internacional. Nossas fronteiras não serão mais as linhas demarcadoras que nos separavam ou aproximavam de outras nações, mas se alargaram as da comunhão política e espiritual dos povos democráticos. À defesa da terra, que herdamos, teremos de reunir à da ideia, que adotamos, mesmo porque não poderemos viver exclusivamente de uma, se não estivermos decididos e preparados para defender a ambas. A nossa política não deixou de ser continental, mas passou, também, a ser mundial.

Precisamos, porém, conhecer exatamente a extensão e significação não só de nossas ideias, tal como conhecemos a de nossas fronteiras territoriais.

Nesta consciência de sua missão assentam os povos a sua sobrevivência. Ela fortaleceu-se em nós, na última guerra. Sabe o Brasil o que quer e como quer. Não temos mais porque vacilar nem como errar, ante o mundo de nossos dias.

A nossa missão, aquela que se renovou no nosso sangue, é a de ajudar a todos os povos, homens e mulheres, a recuperarem a sua livre posição no próprio destino e nos mundiais. É esta a melhor maneira de nos ajudarmos a nós mesmos.

Estamos, hoje, vivendo em muitos lugares da terra, como proscritos para não dizer como escravos. Temos horror à guerra e amamos a paz, mas vivemos da renúncia ao direito de escolhermos entre uma e outra, numa resignação inexplicável. Aceitamos a guerra como um estado permanente, uma condição da natureza, uma exigência da civilização e até como um meio de defesa da democracia. A paz tornou-se, em nossos dias, uma nova fantasia de pacifistas. Parece mesmo, que o mundo erigiu esta debilidade do nosso tempo, essa renúncia à dignidade do destino, em virtude do nosso materialismo político e pessoal.

A verdade, porém, é que esta passividade, que marca este pós-guerra com o estigma de Pilatos, é a causa das ameaças crescentes à paz, à democracia e às vidas ocidentais.

O problema máximo, pois, a meu ver, para a restauração da ordem mundial, como da nacional, é o da recuperação pelo povo e pelo homem, no Brasil e no mundo, de sua histórica e natural influência nos destinos próprios e nos mundiais.

A última guerra, por exemplo, criou esta profunda crise moral e espiritual de nossos dias. O homem do pós-guerra, entre tantas desgraças e psicoses, adquiriu a de não acreditar em si mesmo, nos outros homens, em seu país e na paz. Faço-vos esta advertência por estar convencido que se o homem mantiver, por mais tempo, essa atitude de renúncia à vida espiritual pelo material, porque se

julga sem forças para evitar a guerra, concorrerá ele para torná-la próxima e possível.

Não se serve ao bem quando não se combate o mal. Esta é a nossa mensagem e a vossa missão. Não nos deixemos dominar pela resignação fatalista, esta fraqueza da minha geração, que acabará por perder-nos e ao Brasil.

Custa-me acreditar que os dominados pelas ideias materialistas, por temor, renúncia ou cobiça individual venham a sacrificar o futuro do Brasil e o mundial. O homem não é um autômato, nem próprio, nem do tempo, nem do estado. É um ser influenciado, mas capaz de influir. A aceitação, pois, da tese fatalista, seria uma solução suicida. Não se vive da morte, mas, ao contrário, do esforço para removê-la da vida. Chegou, mesmo, a criatura humana à concepção da imortalidade. É da nossa condição e essencialmente da vossa, afastar e dominar tudo quanto possa reduzir a vida, a sua plenitude e, também, sua dignidade.

Assim como a defesa da paz pelas gerações atuais virá criar a atmosfera necessária à associação cultural dos homens e dos povos, permitindo-lhes desenvolver, em conjunto e sem conflitos, com confiança e com fé, as reservas da afetividade e da espiritualidade, a democracia, a sua compreensão e a sua prática virá facilitar a tarefa do bem, da liberdade e da inteligência, que é a maior de todas.

A democracia reúne as maiores forças materiais e morais já criadas no mundo.

Mas não deveis esquecer que a paz e a democracia são realidades humanas, criações incessantes do homem que, desdouradas, voltam-se contra o Criador.

A missão da vossa geração não é a de sustar o censo da humanidade, porque a civilização sobrepujou a cultura, porque uma nação ameaça interpor-se na sua marcha, e nem de renunciar a democracia porque ela sofre os contrastes deste após guerra.

O incessante aperfeiçoamento é da condição humana e ele não seria possível se o homem não procurasse melhorar todos os dias. Creio, mesmo, que um dos males de nossa época advém do homem, que não pode melhorar todos os dias. Essa ânsia de melhoria é a fonte de todas as nossas conquistas, morais e materiais. Ela é a joia mais preciosa do escrito do Senhor, e por isso mesmo Ele a depositou no próprio coração de suas criaturas. A democracia é justamente a maneira melhor de permitir ao homem a expansão de suas virtudes, aspirações e ideias. Não é uma forma de governo, mas o governo que permite todas as formas. É uma atitude e não uma autoridade. Não é o que é, mas o que deve ser. No começo desta guerra, o *Writers' War Board* escreveu a um dos redatores de um dos maiores jornais norte-americano, o senhor E. B. White, pedindo uma definição para a democracia, porque o soldado americano precisava saber pelo que ia lutar. A resposta é das mais originais, curiosas e interessantes:

Não temos dúvida, disse ele, de que o War Board sabe o que é democracia. É a linha reta na política. É também, o café pela manhã. É a camisa aberta ou abotoada. É a dúvida se mais da metade do povo está acertada em mais da metade do tempo. É o segredo do voto, a liberdade na opinião, a comunhão nas bibliotecas, a igualdade em toda a parte. É a prova dos 9 de todos os cálculos. É uma ideia que ainda não foi surpreendida em erro. Uma canção cuja melodia todos podem cantarolar e assoviar. É a manteiga no pão e o leite no café. Democracia, enfim, é o direito, para não dizer impertinência, do War Board, em meio de uma manhã de trabalho e de uma guerra atroz, de indagar e procurar saber o que é democracia.

Foi, realmente, por uma forma de pensar de trabalhar, de crer e de viver brasileiroamente que vos bateste e que estou certo, continuareis a vos bater. A democracia para nós é essencial à nossa forma de ser. Não é uma concepção política, em si mesmo, mas

a maneira mais humana e digna de viver e de conviver em nosso país. Direi, mesmo, de sobreviver.

A defesa da democracia, na ordem interna como na externa, deve ser uma das constantes da vida brasileira, e da nossa fidelidade

a uma maneira de viver que tem dado mais liberdade à alma e ao corpo do homem do que qualquer outra já anteriormente concebida no mundo: uma maneira de viver que tem facilitado aos homens escalar todas as alturas possíveis sem ferir os seus semelhantes, uma maneira de viver que tem permitido aos homens alçarem a frente e não reconhecer um outro Senhor, senão Deus.

Nada existe na vida sem antes ter passado pelo coração humano. Toda realidade foi antes uma ideia. Toda ação foi antes um pensamento. E todo pensamento é emoção, é alma, é espírito, é liberdade, é ânsia do bem ou do mal dentro de nossa pobre condição individual. A atitude do Brasil, na paz como na guerra, foi antes uma ordem fraternal de independência e de igualdade democrática para todos os povos. Nosso país viveu e cresceu à luz dos mais generosos sentimentos de fraternidade humana e universal.

Foi por essa vocação – um retalho de nossa bandeira, que todos guardamos no coração –, que o Brasil entrou na guerra, na hora mais incerta da luta, para partilhar e comungar na sorte e no destino dos povos livres. Não erramos nem poderíamos errar, porque só erram os povos que trocam, na hora decisiva da sua vida, os bens espirituais pelos materiais, as decisões heroicas, pela comodidade das transações fáceis. Se outra fosse a nossa decisão, teríamos sacrificado, com ela, a independência, a soberania, a vida do Brasil. A guerra, porém, será sempre, para nós, uma provação e dela nunca retiramos e nem retiraremos vantagens materiais, mas com sangue e com dor, a custos, a gloriosa lição de nossa sobrevivência.

Precisamos não esquecer e não deixar esquecer as razões de nossa atitude, o vosso sacrifício, o vosso exemplo, o vosso sangue, não por vós, mas para que os demais brasileiros possam consolentemente enfrentar, em dias próximos, tarefas iguais ou maiores que as vossas. A memória é a melhor bússola para a orientação de um povo. É necessário relembrar os dias maus para que possamos suportar dias piores ou preparar dias melhores. A inconsciência é uma antecipação da morte. E nós estamos vivendo, no Brasil, como se habitássemos um mundo paradisíaco e celestial.

A realidade, entretanto, está à nossa espreita, como de todos os povos despreocupados e desprendidos.

Não sou e nunca fui pessimista. Repugnam-me os homens sem vontade, sem fé e sem coragem. Reconheço, porém, que a nossa é uma era crucial. São estes talvez os momentos mais difíceis já vividos pelo homem e pelos povos. A escolha, nestas horas, será uma definição do futuro. Mas, por outro lado, a possibilidade de escolher que ainda não perdemos nos faculta a cada e a todos os povos, tomar o caminho que, em nosso critério, julgamos o melhor. Esta faculdade é um privilégio da nossa época. Nem sempre foi dada aos povos essa regalia e esta oportunidade.

A aceitação do “fato consumado” é o passado. O futuro e o presente dentro da relatividade dos fatos humanos estão em nossas mãos, em nossas consciências e em nossas decisões. Se formos prudentes e sábios, se tivermos compreensão e visão, não sei como poderemos errar. A responsabilidade é grande demais para faltarmos a nós mesmos e ao Brasil.

A paz, meus senhores, não pode ser mantida pelos povos quando, contra eles, conspiraram os seus próprios governos. Não há, hoje, razões para otimismo. Mas, também, não vejo motivos para pânico e, menos, para afirmar que a guerra tonou-se próxima e inevitável. Possuem os povos, mais do que em qualquer outra era,

recursos e reservas materiais e morais para evitar a guerra. Nunca, na história, foi a guerra mais abominada pela consciência mundial, do que em nossos dias. Nenhuma voz é, hoje, capaz de glorificar a guerra em público e, nem mesmo, de admitir “a chamada guerra justa”, uma vez que ela atingirá tudo e todos, em massa e indiscriminadamente.

Desejar a guerra é o mesmo que admitir o terremoto, a catástrofe, o cataclisma como meios úteis à solução dos problemas humanos. Precisamos, pois, prestigiar a ONU – a única organização mundial com autoridade para mobilizar a opinião dos povos contra a agressão e ditar a sentença deles de condenações da guerra, como o crime de poucos contra a vida de todos.

Nada temos a temer da ordem material. Nunca produziu o mundo mais e melhor. Nunca os benefícios materiais do trabalho foram maiores. A técnica e a ciência estendem hoje, mais do que em qualquer outra era, sua assistência e seus benefícios, em qualidade e quantidade na proteção da saúde e do bem-estar humanos, como nunca receberam os povos.

Falta-nos, porém confiança e fé. Não acreditamos uns nos outros e estamos cada vez mais nos separando de Deus. A nossa é uma crise moral e intelectual. Estamos criando a anarquia, por temos perdido o senso da ordem e da liberdade. Os próprios sentimentos patrióticos, religiosos e familiares parecem querer desertar do coração das criaturas. Um mundo assim destruído em sua alma, no que tinha de mais puro de mais digno e de melhor, terá que ruir sobre os escombros de seus próprios alicerces. Não se salvará com políticos, nem com diplomatas, nem com cientistas e menos com bombas.

A liberdade, a democracia, a paz, como disse Lincoln, só poderão reinar quando, pela consciência delas, puderem assentar o peso de sua sustentação, igualmente, sobre os ombros de todas

as criaturas. No mundo de hoje, porém, aumenta todos os dias a diferenciação das responsabilidades humanas. *Nunca serei escravo e, portanto poderei ser senhor*, declarou um grande libertador. Entre um e outro, nunca está o lugar para o homem livre e para os povos livres. Na separação que vai de um ao outro, mora, vive e prospera a democracia. Sem senhores e sem escravos, na consciência do uso e sem abuso da liberdade, os povos retomarão o curso da prosperidade e da paz.

Representamos em nosso país uma forma de pensar, de trabalhar, de crer e de viver. Tudo, entre nós, é conquista da convivência, da cordialidade e da liberdade.

É obra da religião, da solidariedade e da tolerância. Sem esse fundo moral o Brasil não existiria nem seriam possíveis a civilização e a cultura ocidentais.

Em outras regiões da terra reina, ainda, o preconceito racial, o religioso, o político e a violência é considerada como base da vida. A lei é a do mais forte e do mais cruel. A necessidade não tem limites e a expansão não tem fronteiras. A vida do homem, como do estado, é uma forma exclusiva de interesses materiais, e os aspectos morais e espirituais não contam em suas deliberações. Mas este mundo dividido, contraditório e em permanente conflito, terá de melhorar. E já veio melhorando até nós, arrancando das eras de barbárie.

As dificuldades são grandes, mas maiores foram as vencidas pelos nossos antepassados. A inteligência humana não conheceu, ainda, dificuldades insuperáveis. A história é uma renovada vitória da inteligência e da liberdade. Confiemos em nós mesmos, para sermos dignos de nossos dias.

Os ex-combatentes deram a mais generosa das contribuições. Sois nobres exemplos de devoção ao ideal e ao Brasil. Ninguém, mais do que eu, viveu a vossa vida e, à distância maior, foi da vossa

luta, porque entre vós estavam, não só os meus melhores amigos como, em minha forma de pensar e sentir, estava também o futuro do Brasil⁴.

Trouxestes-nos, finda luta, de terras, mares e ares, um Brasil renovado pelo vosso sangue, engrandecido pelas vossas glórias, prestigiado pelos vossos feitos. Nunca, na comunhão dos povos, como fui testemunha, e na nossa própria consciência, foi o Brasil maior e melhor, mais orgulho e feliz do que no dia de hoje, há cinco anos, quando a vitória das Nações Unidas parecia restituir ao mundo a liberdade e a paz.

A vossa foi uma grande tarefa, na terra, no mar e no ar. Não foi menor na consciência dos verdadeiros brasileiros.

Tendes, pois, o direito de esperar, não o prêmio, que não existe para os heróis, mas a recompensa de viver, os que não conseguiram morrer, num Brasil em que governantes e governados sejam capazes de compreendê-lo, amá-lo e servi-lo, como fizestes, sem temer a morte, sem pensar na própria vida.

4 Oswaldo Aranha foi, desde a década de 1930, grande crítico dos países totalitários. Durante a Segunda Guerra Mundial, defendeu e foi um dos condutores do rompimento das relações diplomáticas e, posteriormente, da declaração de guerra ao Eixo. Oswaldo Gudelle Aranha, seu filho, serviria na Força Expedicionária e teria papel central na criação da associação de ex-combatentes.



ESTADOS UNIDOS E BRASIL NA GUERRA FRIA (1953)

*Conferência na Escola Superior de Guerra,
Rio de Janeiro, em 1953¹*

Meus Senhores,

Não era esta uma conferência, mas uma mera exposição. Será, quando possível, uma relação de documentos e de fatos. Parece-me este o melhor método para juntos debatermos o assunto de nossa palestra. Tomaremos as alturas de alguns dos pontos cardiais e com elas poderemos fixar a área, medi-la e nivelá-la, para o fim exato de nossos objetivos.

Finda a leitura desses dados, completado o rol desses elementos, indicarei, sem reservas, as minhas conclusões. Pedirei, então, que o ilustre diretor desta escola, como é de uso, suspenda nossos trabalhos e solicite, por escrito, as vossas perguntas, sem assinatura do interlocutor, a fim de que, reaberto o curso, possa eu explicar a todos sem saber ou conhecer de quem provenha a dúvida, a impugnação, ou o pedido de explicação.

Este processo, que já vi usado e que me parece oferecer grandes vantagens, permitirá mais amplitude e liberdade na indagação e impessoalidade na resposta e na explicação.

1 Aranha: 1994a.

Não prejudicará a expressão individual de vossas opiniões, porque, no curso das respostas, podereis fazer as vossas objeções orais e debater as perguntas e respostas feitas por outros. Agradeceria se concordásseis com este processo de trabalho. Será uma experiência útil, mesmo porque o assunto é tão fundamental e geral, que exclui debates e interpretações particulares e pessoais. Além do mais, ficareis, desde logo, conhecendo o meu pensamento e eu ignorando o vosso, o que é de boa tática mesmo na batalha simulada das ideias.

As nossas relações com os Estados Unidos da América foram objeto das lições que recebemos desde nossas escolas primárias. O seu estudo faz parte do ABC de nossos cursos de história do Brasil. Não creio, pois, tenha sido propósito do nosso ilustre comandante investir-me, nesta Escola, nas funções de *repetidor*, figura, que todos conhecemos, necessária, unicamente, para melhorar o aproveitamento de turmas e estudantes atrasados. O seu objetivo, estou certo, não foi o de rever conhecimentos nem o de exaltar sentimentos de toda nossa vida, mas o de, nos dias críticos e incertos que estamos vivendo, os povos, reabrir o livre exame e a livre crítica sobre um processo histórico que diz com o destino do Brasil.

Não cogitarei, pois, do passado, ainda quando nele assente suas bases a vida e a formulação de nossa política exterior, porque presente a todos nós, mas de fatos, incidentes e realidades de nossos dias, capazes de orientar nossos pensamentos e nossas decisões nos dias próximos, que serão decisivos para o destino do nosso país.

Em vez, assim, de recordar a história, procurarei dar-vos exemplos nossos de como ela se elabora e constrói nas relações dos povos, sobretudo entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Acredito que o processo melhor será o de ler e expor, sem qualquer

omissão, todo o curso de um entendimento político havido de uma negociação diplomática concluída, bem como a leitura das recomendações feitas ao presidente da República e ao ministro da Guerra pelo Itamaraty ao tempo em que fui o responsável pela condução de nossa política exterior e de nossas relações com os Estados Unidos da América².

Tomareis, assim, contato direto com o objetivo de nossas cogitações: a formulação e justificação de uma política. Verificareis os meios, os processos, os métodos, as intimidades e até os artifícios usados na construção diplomática, em que entram todos os materiais humanos, porque, os nobres fins, sobretudo os da pátria, justificam os meios. No caso nosso, porém, tereis oportunidade de constatar que, em todas as situações, negociações e entendimentos, os mais prementes e difíceis, a nossa diplomacia sempre foi generosa em seus objetivos, pacífica em seus propósitos, vigilante e digna em suas atitudes.

Não me quero antecipar em juízos e comentários. Deixarei a todos vós, chegada a hora do debate, a plena liberdade de opinião, sem a qual toda indagação seria vã e inútil. Além do mais faço questão de afirmar que nada, nos episódios que vou retratar, existe de pessoal, capaz de constranger a vossa liberdade de exame e de crítica dos fatos e acontecimentos. A minha experiência mostrou-me que, na diplomacia brasileira, o maior de seus agentes é sempre menor do que o Itamaraty, porque neste, na sua organização, fidelidade e devoção aos interesses do país, e na obediência às suas normas e instruções assenta, por inteiro, em seus erros e acertos, a vida internacional do Brasil, na glória do que foi e na fé do que terá de ser.

A conclusão, após esta exaustiva leitura, só pode ser uma: as nossas relações com os Estados Unidos da América nem sempre

2 Oswaldo Aranha foi ministro das Relações Exteriores de 15 de março de 1938 a 23 de agosto de 1944.

foram fáceis. Melhor, foram quase sempre difíceis. Não creio, aliás, que haja relações fáceis entre os povos. Não as há nem mesmo entre os indivíduos, no seio ou entre famílias. É da natureza humana e das coisas a diferenciação, a contradição e até o conflito. Daí, talvez, a afirmação da sabedoria antiga, ao proclamar que a amizade era a reunião de dois contrários, a soma de duas oposições. Não é outro o drama dos povos. É o mesmo das criaturas. Não poderia ser outra a situação entre o Brasil e os Estados Unidos da América. A solidariedade, a cooperação, a aliança, a convivência dos povos é sempre obra de um sacrifício recíproco de interesses próprios para colimar objetivos comuns. É cálculo, é realismo, é plano, é interesse, é contingência. É, sobretudo, instinto, quer de conservação quer de todas as outras formas instintivas, como as de defesa, de expansão ou de sobrevivência. A vida internacional é como a individual, diferenciada apenas na tolerância maior fora dos padrões morais, quando se cogita da conduta dos povos. Uma nação, em suas relações, tem maior liberdade do que uma criatura, porque as leis internacionais e as sanções morais entre os povos não tem a aplicação das civis e penais no seio das sociedades organizadas. Mas, por isso mesmo que os povos não se deixam dominar por sentimentos em suas relações, mas pelo imperativo de seus interesses, é que devemos encarar as nossas relações com os Estados Unidos como um modelo e um exemplo para a comunhão compreensiva e fraternal de duas nações. Não há, que eu saiba, entre duas nações, nascidas juntas e juntas porfiando por existir e crescer, num mundo de cobiças, e rivalidades e hegemonias, um exemplo de cooperação, de confiança e de comunhão inalteráveis, como entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Herdamos, da Europa, a tradição de alianças multisseculares que lá unia portugueses e ingleses e demos a essa união de interesses coloniais, uma coesão e um sentido sem precedentes, na comunhão de dois povos, como o brasileiro e o norte-americano. Não faço literatura

diplomática. Reduzo a termos exatos e a fatos as relações de nossos povos. Não procuro para o presente e menos para o futuro, somente as lições do passado. Não devemos desprezar o concurso da história, mas temos, hoje, a obrigação de procurar inspiração para a nossa orientação na realidade de nossos dias, na vida de nossos países, nos interesses do Brasil.

Os Estados Unidos não nos faltaram nunca, nem na colônia, quando da chegada de Dom João VI, nem na independência, quando foram os primeiros a reconhecê-la, nem na consolidação da República, quando a souberam respeitar, nem na demarcação de nossas fronteiras, quando decidiram em nosso favor nas missões, nem no caso do telegrama nº 9, nem no do Panther, nem na Primeira nem na Segunda Grande Guerra em que combatemos juntos³.

Nós, também, nunca falhamos aos Estados Unidos em todos os transe acidentados de sua vida internacional. Entre nós não há motivo para queixas, contas ou recriminações. Mas as nossas relações têm sido boas, amigas, ideais porque para isso tem concorrido a visão de nossos líderes comuns e porque as diferenças de interesses e objetivos, surgidos em nosso caminho, têm sido ajustados e conciliados com sabedoria e descortino recíprocos. Temos vencido muitas dificuldades e espero que continuemos a vencê-las. Elas surgiram e surgirão de muitos fatores, geográficos, econômicos e políticos, mas o gênio político que nos uniu na América não nos abandonará quando somos chamados à uma missão mundial.

Tudo depende de nossa orientação e de nossa ação internacional. A minha opinião sobre as conveniências e vantagens e

3 O caso Panther ocorreu quando tripulantes do navio de guerra alemão desembarcaram em Itajaí para aprisionar um desertor. O episódio do telegrama nº 9 refere-se à violação do sigilo telegráfico brasileiro por Estanislao Zeballos. Os dois casos ocorreram na gestão do barão do Rio Branco. Ver Lins: 1965, 343 e 408-9; Smith: 1991, 54.

sobre os fiscos e dificuldades de nossas relações com os Estados Unidos não precisa ser repetida, porque a ouvistes insistente e francamente exposta nos documentos que acabei de ler. Não há improviso nessa palestra. Ela é o fruto de toda uma vida em que de fato servi unicamente ao Brasil. Agora, quando noto que surgem dúvidas na conveniência e o futuro destas relações, quando testemunho certa hesitação na posição internacional que devemos assumir em relação aos Estados Unidos e à ONU, quero reafirmar a minha convicção de que, fiel aos vossos antepassados e leal para os que nos deverão suceder, não convém para nós, outra política senão a de apoiar os Estados Unidos no mundo em troca do seu apoio à nossa preeminência política, econômica e militar na América do Sul. Devo, mesmo, declarar, na tensão mais alta de minha consciência, que, mais do que no passado, só esta pode, deve e tem que ser a política do Brasil.

Sei que se alega, por vezes com razão, que os Estados Unidos têm relegado para um segundo plano a velha e tradicional união com o Brasil. Previ e denunciei esta possibilidade em Cleveland, em discurso publicado em toda imprensa americana e depois, em todas as oportunidades, fiz sentir o fisco que a liderança mundial dos Estados Unidos traria para as relações pan-americanas e, particularmente para as com o Brasil.

Não me quiseram ouvir, e, talvez, ainda agora sejam igualmente inúteis as minhas advertências. Então, fazia eu sentir o perigo do abandono, pelos Estados Unidos e por nós, da Organização dos Estados Americanos, e de nossas relações diretas, pela exclusividade de um plano mundial. Mostrei, apontei, antecipei as consequências dessa política a que os Estados Unidos estavam sendo arrastados e previ a sua repercussão na vida de cada um de todos os estados americanos. A crise de confiança entre nós é o resultado dessa política, que precisa ser revista e refeita, para a qual concorremos por abstenção e da qual temos que sair, pela consciência, pela

compreensão e pela correção, por nós mesmos, de um erro ainda reparável.

Se, porém, esperamos pela iniciativa ou ação dos Estados Unidos ou pelo desenlace da situação mundial, talvez venhamos a perder a oportunidade, que ainda está ao alcance de nossos esforços. Esta situação caracterizou-se pelo fato de ser o Brasil colocado num plano secundário, como os demais povos americanos, dentro do quadro dos problemas mundiais. Os Estados Unidos voltaram-se para a Europa e, agora, para a Ásia. A América e, com ela, o Brasil ficaram não só à mercê de seus próprios recursos, como à margem das cogitações e dos planos mundiais da guerra e da paz. Devemos, porém, recuperar nossa posição ao lado dos Estados Unidos por nós mesmos, na América, como na Europa e na Ásia. Esta recuperação custará trabalho, esforços e, mesmo, sacrifícios, mas sem ela corremos o risco de males maiores e, até, o de perecermos. Não vejo como possamos continuar à margem das realidades de um mundo que ameaça soterra-nos em seus escombros. O Brasil deve tomar, no interesse próprio, uma posição ostensiva na sua solidariedade para com os Estados Unidos, fazendo-se ouvir e atender, como fez tantas vezes no passado, em crises similares. Se continuarmos neutros, alheados e distantes e, no choque atual dos povos, vier a vencer a Rússia ou a sua política, seremos comunizados, bolchevizados, escravizados. Perderemos a independência e a dignidade para viver.

Se vencerem os Estados Unidos nesse conflito ou sua política, sem nosso concurso e sem nossa participação, motivos terão, fundados e reais, para não mais confiarem em nossa solidariedade e, mesmo, como é da natureza dos povos vitoriosos, para abusar não só dos inimigos, mas, sobretudo, dos amigos considerados infiéis. É esta a verdade. É esta a realidade. Não nos devemos atemorizar de enunciá-la e encará-la em suas evidências e consequências. Acredito, ainda, possível retomar o curso de nosso destino histórico,

que é, hoje, mais do que nunca, o que resta à nossa sobrevivência nacional e internacional. Reocupemos, pois, a nossa posição, no mundo, ao lado dos Estados Unidos e dos povos ocidentais e exijamos como fizemos no passado, com dignidade e franqueza, que nos sejam reconhecidos os nossos títulos na consideração e na confiança americana e na ordem mundial, que terá de emergir dos acontecimentos, das lutas e dos conflitos contemporâneos. Não entrevejo outra atitude para o Brasil: ou toma a posição que lhe cabe, ou perderá todas as posições. A nossa conduta não comporta alternativas. Direis que os Estados Unidos, como na última guerra, esquecerão o nosso concurso e, mais uma vez, nos abandonarão pelas suas preocupações próprias, com a Europa e com a Ásia. É assim mesmo na vida dos povos. Não nos façamos ilusões nem persigamos esperanças. Sejam dignos de nossas responsabilidades e encararemos os fatos como eles são e não como queremos que eles sejam, salvo se tivermos poder para amoldá-los à feição de nossa vontade. Não é preciso, nem retribuição, nem bem-estar, nem agradecimento àquilo que procuram os povos, nos dias que estamos vivendo, com suas atitudes, decisões e sacrifícios. É a sobrevivência. É o resguardo, no que for possível, do que somos. Não é a vitória sobre outros povos, mas sobre nós mesmos, para não perecermos pela inanição da vontade, que é a traição ao próprio destino, nacional e internacional.

Dir-se-á que todo esforço será inútil, mas inútil é não fazer o esforço. Não podemos ser uma nação existencialista. Não podemos esperar que o futuro nos seja servido em bandejas americanas ou em samovares russos. Temos de caminhar para ele, governo e povo, civis e militares, acompanhados ou sós, por todos os caminhos e através de todos os riscos, como quem está decidido a atingir o seu destino e não a esperar, preguiçosos e resignados, que ele venha a nós ou nos seja trazido ou nós a ele levados por mãos alheias. Não podemos aceitar a posição, reservada aos abúlicos, aos preguiçosos,

aos contemplativos e aos resignados e aos gozadores, num mundo que luta, mais do que nunca, para sobreviver.

Temos séculos de consciência, de soberania, de visão, de vitória e de labor a resguardar e aperfeiçoar.

Não nos devemos deixar contaminar pelo materialismo individualista, esta ferrugem de todo pós-guerra, que cansa o metal do tempo e amolece as melhores têmperas do aço do pensamento, do sentimento e da virtude dos homens e dos povos. Nesta escola, fora da verdade nua e crua, toda outra palavra é de traição. E a verdade é amarga para todos nós. Não estamos dando tudo quanto, cada um e todos, temos o dever de dar ao país. Não faça críticas e nem recriminações. Sei que após uma grande guerra, ameaçados por outra ainda maior, a obra humana de reabilitação moral é mais difícil do que a de reconstrução material.

Sou humano, frágil e falível, mas confesso-vos que, como nunca no passado, vivo, hoje, alarmado com os destinos do Brasil. Não temo os riscos e perigos que pensam, neste entreguerras sobre o futuro dos povos. Eles são inerentes à vida das nações. Temo, isto sim, pela sorte das nações despercebidas, dos povos fatalistas, dos estados dominados pelo materialismo contemporâneo, de todos aqueles que na batalha do destino ficam na confusão das retaguardas, à espera da luta dos ideais e da decisão das armas. Assim como na sociedade de nossos dias necessita o homem de preparação, outrora desnecessária, para viver e vencer, assim, também, necessitam as nações.

Não podemos, pois, fugir ao imperativo do tempo e às exigências atuais da sobrevivência. Ou nos preparamos, sejam quais forem os sacrifícios, para sobreviver, ousaremos imolados na próxima catástrofe mundial.

A posição política de uma nação nem é estável nem é um presente de Deus. Ela resulta necessariamente da ativa intervenção

do homem e do equilíbrio das forças políticas. As nações não podem esperar passivamente por tempos felizes em que a balança mundial dos poderes traga segurança e paz para todos os povos. Se querem sobreviver, precisam estar preparados material e moralmente, não só para a paz, como para o conflito dos poderes mundiais. As nações, nos nossos dias, necessitam estar sempre prontas para lutar, não só pela sua defesa e de seu território, como pela proteção e incorporação de seus nacionais vivendo no exterior, pela preservação e progresso de sua economia, pela conservação de suas alianças, melhoria de sua posição internacional. A segurança de uma nação hoje assenta no ajustamento de sua política interna às suas necessidades exteriores. Não há lugar, no mundo de nossos dias, para soberanias circunscritas e independências isoladas. A segurança não pode ser só nacional; mas terá de ser coletiva e internacional. O mundo de nosso tempo é menor, mais avizinhado e interdependente do que os estados brasileiros há vinte anos. O mundo está reduzido a um espaço tempo de 24 horas, bastantes para percorrê-lo, voltando ao ponto de partida. Nada, pois, que ocorre no mundo nos pode ser indiferente, mesmo porque um conflito na Coreia é mais próximo de nós do que outrora era uma revolução no Rio Grande ou uma seca no Ceará ou um incidente de fronteiras na Bolívia.

Além desse fator físico que nos integra no conjunto mundial, como consequência dele, estamos, igualmente, presos todos por compromissos políticos, que não são exigências dos demais, mas imposições, imperativos e contingências de nossa era e de nossa própria sobrevivência na comunhão universal.

Não vos preciso dizer, na luta que está travada no mundo, qual a posição que teremos de ocupar. Ela está na consciência de todos nós, está na terra, está na raça, está nas tradições, está no coração do Brasil. É no seio da civilização e da cultura cristãs e ao lado de todos os seus defensores.

Nunca concordei com os que dizem que todos temos duas pátrias, a nossa e a de nossas preferências, o Brasil e a França, o Brasil e os Estados Unidos da América.

Eu sempre tive uma só e nunca fui a favor, como, também nunca fui contra outra nação. O Brasil, para mim, foi sempre tudo e o todo. Agi sempre em função dele no trato com os demais povos, com um só dos interesses do meu país. Convivi com os maiores homens do meu tempo, participei dos acontecimentos maiores de todos os tempos e com eles e deles, representando o Brasil, nunca cedi, nunca transigi e nunca concordei senão para o que achei ser o bem, o prestígio, o engrandecimento do meu povo, na guerra, como na paz. Estou certo de que apenas fiz o que, em meu lugar, faria e fará outro brasileiro, mas, por isso mesmo, acredito haver interpretado sempre o sentimento de meus compatriotas, sinto-me, ao fim da palestra, com autoridade para dizer-vos que as nossas relações com os Estados Unidos da América, sejam quais forem as vicissitudes mundiais, os acidentes de nossa vida continental e até a conduta norte-americana para conosco, devem ser conduzidas por nós, ditadas pelos nossos interesses, orientadas pela nossa visão e mantidas com dignidade e com lealdade, não como uma dependência, mas como uma correspondência às afinidades geográficas, políticas e históricas que nos uniram no passado e não poderão separar-nos no futuro, nosso e mundial: ou nos salvamos juntos ou, separados, talvez venhamos ambos a perecer.



A ÚLTIMA MISSÃO NA ONU (1957)

Discurso de abertura da XII Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, em 19 de setembro de 1957¹

(...) It is exactly ten years since I had the honor of being with you and, indeed, of presiding over the discussions of this Assembly². On returning, after a decade, it is with great emotion that I find here again the same endeavor to serve our great ideal, inspiring my newly met fellow workers, as well as those among the old companions who have returned, like myself, to the scene of our joint labors.

Ten years ago, a hard war had ended, and, in the United Nations, there was talk of peace. Today, when peace is needed as never before in order that mankind may survive, the talk is almost only of war. It is common knowledge that, in that space of time, instead of disarming, the nations not only have continued to arm themselves at an increasing rate, but they have even created dreadful weapons that a few great powers, possessing the requisite technical and scientific resources, practically monopolize. It would seem that the grim privilege of casting the lot for war or peace lies in the hands of those who command the newly developed source of energy – or who may command it in future. It might be feared,

1 Aranha: 1994g.

2 Oswaldo Aranha presidiu a II Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

consequently, that conditions would be established permitting the existence of world dictatorships under the very shadow of the United Nations, in a complete negation of the spirit that brought about the rise of this organization.

A new way of life is thus being imposed upon the people of the world. Instead of the promotion of security and mutual confidence among nations, and of a growth in individual well-being and equality, we are still confronted by hindrances, controls and obstacles to a full juridical, economic and social communion. As individuals and as people, we run the risk of becoming less free, less equal and even less peaceful.

I hope my fellow delegates will forgive me if I seem rather pessimistic in comparing 1947 with 1957. But I can assure you that the people and the government of Brazil continue to believe, as I do, that it is here, in the United Nations, that the peaceful solution of regional and world problems and conflicts can and must be achieved.

Brazil represents a large part of the territory, the population and the natural wealth of the Americas. We are undergoing a phase of intense development. As a people, we have no aspirations that might surpass the bounds of our possibilities, of our frontiers and of our peaceful and pacifying traditions.

For more than a century, we have clung to the principles and commitments of Pan- Americanism, which have welded our continent not only into a single territory but also into a single way of thinking, a single sentiment and even into a united international attitude. Pan-Americanism has been integrated into the United Nations in order that it may be a servant of world peace³.

The organization of the continental family has always endeavored to serve the interests and progress of the entire world.

3 Sobre a questão, ver artigo de Oswaldo Aranha publicado na *Foreign Affairs* em 1948 (Aranha: 1948).

Of the many billions of dollars expended by America throughout the world in the years following the establishment of the United Nations, a very minor share was allotted to the countries of our continent. Our various governments supported and even applauded the decision of an American nation to expend in aid to western and eastern Europe, and to Asia itself, larger sums in one year than it did in an entire decade of cooperation with her sister nations on the continent. This attitude of the United States toward areas overseas did not impair the spirit of Pan-Americanism. It was construed rather as a reaffirmation of its worldwide significance. It never was the purpose of the founders of our system to create a prosperous and happy continent disregarding poverty and unhappiness elsewhere throughout the world. Only governments that are not truly and intimately democratic can seek to promote a kind of welfare that is not for all.

It was for this very reason that, in the middle of the war, the American countries gave support to the establishment of international agencies whose main objective would be to expedite recovery of the devastated areas. To this end, they contributed the best of the resources at their disposal. The international financial organization created at Bretton Woods, and in which all the American nations have a share, was pertinently named the Bank for Reconstruction and Development. It was given two equally important missions: one, of reconstructing the war-torn areas, and the other, at long range, of providing assistance to economically underdeveloped countries.

Today, ten years later, we see not only that the nations that suffered the most under the impact of war are entirely reconstructed, but also that they have indeed surpassed their own pre-war levels, while the other nations actually show a decrease, both in public and in individual revenue, when their demographic growth is taken into consideration. I do not mean to say that

one economic level should apply to all nations alike, but rather that there is a limit beyond which inequality can jeopardize world communion. Returning, however, to the subject of recovery from war-wrought havoc, we see that some of the reconstructed nations have even initiated investment programs aimed at the economic development of other areas. It is an undeniable fact that the task of reconstruction was fully accomplished.

The moment has come, therefore, for the United Nations to give the necessary emphasis, through its specialized agencies, to the problems of development and economic and social balance. In the specific case of the International Bank, for instance, it is imperative that development may benefit from the priority heretofore given to recovery.

I feel sure that the point of view I have expressed in regard to this problem is not only that of my country but also of all the American people.

However, we are not a "bloc" nor do we want to be one. The American republics are not led by aspirations of an exclusively continental nature. Ours are well-defined ways of political thought, of living, of being and of conducting international relationships.

I return today to your midst with the same mandate from my government and with the same faith in our organization. The problems that confront us – such as the wider acceptance of compulsory jurisdiction of the International Court of Justice; those of the emancipation of areas under trusteeship, of the regulation, limitation and balanced reduction of armaments and armed forces, as well as of economic and social development, of technical assistance and so many others – should not be looked upon as being too great or too small, too difficult or too easy and even less so as being insoluble. They are the same problems of mankind, ever cropping up, and which man will have to solve if he

wishes to survive. Most of these problems have arisen because of our own lack of foresight. It is up to us to correct them. To men of good will, a mistake is temporary and may well serve as a stimulus to better thought and action.

The exacerbation of nationalism in the world, for instance, is an effect, not a cause. Lack of understanding, inequitable distribution of economic and financial resources and of production and surpluses—all have created that and other justifiable forms of national and popular vindication. The less-developed nations, as well as those undergoing development, as is the case for Brazil, cannot really be blamed for the present trend toward mistrust and disbelief in a fair and rational world cooperation. Therefore, it is natural that each people should wish to be the master of itself and of its own destiny, to live with and for all the others instead of depending upon them. It is not our wish to impoverish the rich or to weaken the strong. We want an equilibrium of powers and fairer access by the people to the instruments of prosperity and to the sources of the well-being of mankind. If we depart from such an orientation, our work here will be in vain, and the problems of the world will multiply in pace with a trend toward an even more armed travesty of peace and an aggravation of misery, hardship and fear of those very conflicts that we have set ourselves to eliminate forever from the life of the people.

Mr. President: I am here to continue the series of efforts that you and my predecessors have made during other sessions of the General Assembly. Those efforts are pledged, as they have been in the past, to the achievement of the purposes and objectives of the United Nations, so as to help toward the solution of international controversies, following the lines laid down by the San Francisco

Charter, as so ably summarized by the Secretary-General in his last Annual Report on the work of the Organization⁴.

Such is our task and our mission. The best incentive for each and every one of us is the assurance that men and women in all regions of the world look upon the United Nations for guidance and aid, as the last hope for peace and security. It may not always be possible for us to take action, but the fact carries weight that our organization can be present wherever might tries to masquerade as right. We may fall short of our task, but the United Nations must keep forging ahead.

I cannot believe that, even in this troubled world of ours, anyone could possibly wish to see the doors of this Assembly closed without feeling that the shadows of war would be descending upon the nations to forever darken the relationships among nations and the most cherished hopes of mankind.

⁴ Hammar skjold: 1957.

UM BALANÇO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (1957)

*Declaração concedida com exclusividade à France Press,
em Nova York, em 17 de dezembro de 1957¹*

Esta sessão foi uma grande prova, talvez decisiva, da necessidade de manter essa organização não somente para fins da carta, mas ainda para que os problemas mundiais mais graves e ameaçadores antes do seu desfecho passem pelo cadinho de longos e pacientes debates, só possíveis na ONU. A organização tem funcionado, ultimamente, como se fosse um grande reservatório onde vem ter as águas de todas as origens, fontes e regiões, águas turvas, outras contaminadas, algumas revoltas, para passarem por um processo de decantação, de filtragem e de depuração, para só então, depois de analisadas, serem entregues ao consumo dos povos ansiosos e sedentos. Sem esse reservatório e essa decantação, o mundo seria arrastado pelo turbilhão das torrentes impuras, recolhidas das enchentes, das marés, das tempestades, enfim do dilúvio de agravos, contradições e conflitos que ameaçam, também não só a paz como a civilização e a cultura mundiais.

Esta assembleia trabalhou durante os três meses finais do ano de 1957 que, por vezes, parecia assinalar o dia do juízo final. Os acontecimentos que nesse curto e trágico período vieram ter à

1 Aranha: 1957a.

ONU não conhecem antecedentes na história do pós-guerra. A crise do Oriente Médio, a batalha da autodeterminação, o surto dos foguetes continentais e teleguiados, a fragmentação da segurança coletiva, a falência do desarmamento e, em consequência, o recrudescimento da carreira armamentista, além de outros fatos, como a especulação das moedas com a insegurança dos negócios, a baixa da cotação dos títulos e como a instabilidade das economias: a insatisfação dos povos menos desenvolvidos com o surto nacionalista deu aos povos 90 dias de histeria e incertezas. A hipertrofia da guerra parecia criar em todos mais medo e mais terror, à iminência de um conflito mundial. A ONU, entretanto, recebeu esses impactos com calma e sobre eles exerceu, através dos seus debates e resoluções, uma ação moderadora, quase sedativa, favorecendo a recuperação do bom senso dos governos, ao ponto de encerrar em seus trabalhos ao mesmo tempo em que, nas capitais da guerra os grandes líderes procuram entender-se e a Europa Ocidental reúne-se para procurar os novos caminhos da segurança com a paz. Os povos ficam, assim, muito a dever à ONU no ano de 1957, que seria fatal para o mundo sem a presença e a ação de 82 nações na casa da paz.

Não se pode comparar esta seção com as demais. Elas são como sequências e consequências dos acontecimentos mundiais e cada uma responde às vezes de exigências do tempo e dos acontecimentos. Esta, porém, foi única porque esperamos não voltar ao mundo a viver dias tão incertos e difíceis. A ONU é a casa do mundo e, como tal, reflete em cada seção, a saúde ou a doença de cada um e de todos dos povos. Nela vêm ter todos os doentes, mas é nela que se pode e deve procurar os remédios. Fora dela, o arbítrio, a violência, a insegurança e a guerra. A última crise, desses três meses, veio para investir a ONU e não unicamente, as grandes potências, na missão pacífica e pacificadora a ela conferida em San Francisco. É, fora de dúvida, que a razão humana começa a

dominar os fatos desumanos e os povos começam a humanizar os seus governos. Esta será a grande tarefa da ONU.

A América Latina foi o fiel na balança de decisões da ONU. Cedeu, porém, este lugar, que exerceu com grande fidelidade à carta, aos povos afro-asiáticos organizados, em grupo, com 29 membros. Estes, somados a grupos menores, que são muitos, tornam facilmente vencedores os seus pontos de vista e as suas aspirações e ideias. Não se alarma essa mudança radical na balança de poderes da ONU. Ela não só é natural como foi procurada pelos fundadores da ONU ao trazerem para o seu seio esses povos, muitos criados pelas suas decisões. O consenso dos povos, finalidade precípua da ONU e base, mesmo, da paz, não se poderia alcançar excluindo uns ou dividindo outros em grandes e pequenos ou, ainda, como preconizou o inigualável Churchill, instituído o sistema do voto “pesado” para os maiores e “leve” para os menores. Seria uma nova forma de veto, mais ampla e arbitrária do que a da exigência da “concorrência dos cinco membros permanentes” do Conselho de Segurança. O mundo da ONU deve ser um todo e se dele excluirmos uma parte, por menor que seja, passará a ser uma parcela maior ou menor. É para a reunião do mundo na ONU, sem exclusões e diferenças, que se voltam hoje as esperanças da coexistência pacífica votada unanimemente nesta assembleia.

A posição do Brasil hoje é a de ontem e espero que será a de amanhã. Não temos motivos para mudar. As condições do mundo, porém, estão a exigir uma vigilância maior, uma maior concentração nossa para os nossos aspectos dos problemas mundiais. Sem essa atitude, poderemos ser surpreendidos pelos acontecimentos. Sem o conhecimento e o tempo necessários às decisões acertadas. E essas decisões, tomadas sem o pleno conhecimento, sem a informação exata, sem a necessária previsão, poderão ser erradas. E o Brasil não deve, nem pode, errar. Devemos estar, pois, preparados para essa decisão que pode vir amanhã, talvez mesmo hoje. Somos parte

do ocidente, mas pertencemos ao mundo. E o mundo, ninguém, hoje, poderá dizer o que será ou poderá vir a ser. O Brasil, porém, sabe o que quer e precisa saber querer num mundo afundado na incerteza, na insegurança e no pavor. A nossa política exterior, fiel aos nossos compromissos continentais e à nossa devoção à ONU, precisa procurar na vida mesma do Brasil e nos supremos interesses dos brasileiros novas inspirações para a sua conduta mundial.

Não temos porque rever as nossas obrigações internacionais e nem vacilar no cumprimento delas, mas temos que consultar o próprio Brasil, o seu desenvolvimento econômico, a sua necessidade de sobrevivência e a sua missão cristã, antes de nos empenharmos em novos compromissos. Num mundo onde não se tem inimigos declarados, conta-se muito pouco com os próprios amigos.

A decisão unânime sobre a “coexistência” cria para todos os povos a obrigação de viver, trabalhar e conviver no mundo, como na ONU vivem as suas delegações, em amizade e cooperação. Não vejo como não devamos manter relações com todos os povos. Esta decisão corresponde a uma das mais antigas e invariáveis tradições brasileiras. A oportunidade criada pela ONU oferece ao nosso governo a possibilidade de restabelecer relações diplomáticas e comerciais com aqueles povos com os quais não mantemos essas relações. Aliás, a nossa é uma situação singular, uma vez que as grandes potências, incluindo os Estados Unidos, mantêm relações com todos os povos, sem exceção, que pertencem à ONU. Esta deve, pois, ser a posição do Brasil.

DEZ ANOS NAS NAÇÕES UNIDAS (1957)

*Entrevista concedida à repórter Kathleen Teltsch,
do New York Times, no final de 1957¹*

Teltsch: Would you elaborate on the ideas you expressed in plenary as to how the UN looks ten years later?²

Aranha: A sick and suffering world made a great effort to heal its wounds and regain its health at San Francisco and the United Nations was born, out of war, but aiming at peace.

In the years since, the world has undergone radical changes, nations were born or died, while others were so transformed that the balance between continents, as well as within continents, was changed. In these past twelve years, the United Nations rendered considerable service to the world and many an achievement can be put to its credit. Crises were kept under control, conflicts were limited, war was deterred several times. The United Nations listened to the peoples of the world and was heard by them in turn. Governments let themselves be guided in their decisions by the purposes and principles of the Charter. Thanks to the Marshall Plan, the reconstruction of Europe was accomplished and similar cooperative efforts were undertaken in nearly all

1 Aranha: 1957b.

2 O discurso ao qual a repórter faz referência é provavelmente o de abertura dos trabalhos. Ver Aranha: 1994g.

the areas devastated by the war. The problems of economic and social development were brought to the forefront of international attention and, to meet them, extensive technical and financial resources were mobilised in behalf of areas and peoples hitherto remote and isolated. With or without the veto, it cannot be denied that the United Nations was instrumental in maintaining peace and in assisting the less developed countries. During this troubled period, when peace was not yet secure and war constantly threatening, its care and guidance helped a convalescent world by infusing it with (...) new life, new techniques of cooperation, in sum, new understanding and new confidence, contributing appreciably thereby to its well-being. Even the vanquished nations of World War II benefited from the UN and enjoyed greater freedom and greater opportunities than ever before. Distances were practically eliminated and the shrinking of space made for closer ties between peoples; human relationships became more intimate, more trustful, more cordial. In many ways, these twelve years have been greater than any similar period in the last few centuries. The United Nations, its very presence, has had considerable influence on the technical, scientific, economic and social achievements and advances of this period, which has marked the greatest peaceful revolution of recent times. These were the years to which I wished to refer in my address to the plenary of the General Assembly.

The new order being born has to fight for survival, particularly since the old order, which was responsible for World War II, insists on asserting its influence over the destinies of mankind. In the last analysis, we find the everlasting struggle between war and peace, which I mentioned in my statement to the General Assembly.

This battle is still being fought, under many disguises, in every corner of the world, even within the United Nations. War is again fully armed, flaunting the new weapons of its arsenal. But the United Nations cannot give up: It is not in the spirit of

our Organization to abandon hope, but to infuse it. Never has war been so abhorrent to nations, although this is not true of all governments. The truth is that the new world, which has arisen in the last decade under the wing of the United Nations, is incompatible with obsolete ideas and methods, proven inadequate and lacking by the experience of past centuries.

This was the reality I sought to bring out in my statement.

The United Nations has been given the mission of building a new upon the wreckage wrought by the moot devastating of wars. This is the most difficult task entrusted to men and nations. I believe the man of the United Nations to be freer men, more deeply imbued with the ideas of equality and responsibility and that the task entrusted to their creative power and peaceful labour is not beyond their capacity. We all know that political, social and economic progress is much slower than material advancement, but we must admit that the condition of man has improved of late and will go on improving. Only those denied liberty and the means to improve have not had this opportunity. This applies to nations as well: only those peoples whose governments have failed to observe the principles of the Charter of the United Nations have failed to benefit from the general improvement.

The crisis that have followed in succession, such as the crisis we have now in Syria, have been and will continue to be surmounted, as a result of the efforts of the United Nations, and the lessons derived therefrom should point out new ways and means towards increased understanding and security among nations. I am, therefore, hopeful that the next ten years ahead of us, which may prove to be the most critical years in history, will prove as fruitful as the years which have elapsed since the United Nations was created. It will be a crucial period, as is any period

calling for the taking of important decisions. But the future before us is foundless.

In the last decade, man has increasingly asserted his domination over the earth, the seas and outer space. We do not know how far we shall go, nor much less where we should stop.

Mankind and nations as a whole are improving but we must learn how to improve. Man is growing so much, is increasing his power so stupendously that he is suffering in his unpreparedness the effects of his own victories and achievements. Many of these seen aimed at war, at self-destruction, but such has been the calvary of man's endeavor for culture and civilization. Only when he becomes aware of the impending danger that arises from his own deeds, does man turn to the labours of peace, such as the United Nations intends him to do.

This is the thought and the feeling of my country, the message I tried to convey to the XII General Assembly of the United Nations.

Teltsch: As the President of sessions dealing with Palestine, what is your outlook on the situation today?

Aranha: The creation of Israel was an outstanding achievement of the UN. You cannot have a people without a country, or you have a fragmentary, not a complete world. The current struggle in the Middle East was necessary, because it was unavoidable. There you have a part of the world, which once contributed powerfully to world civilization and culture. Now, thanks to the United Nations, it is awakening from colonial sleep and nomadic retrogression to full independence. Energetic peoples are rising from the nothingness to which they had been reduced and are making ready to improve their own lot and contribute to the world's. They are great peoples being restored to a great new assignment. Again, it would be an incomplete, fragmentary world if there were no room in it for the Arab nations to be reborn and to strive for a life of their own. We

cannot conceive a family of nations without an important role being ascribed to the Arab world. The present state of difficulties and unrest was inevitable, but I am convinced that it shall come to pass and the Middle East as a whole will then have its sense of a new mission: it shall be, as it was in the past, a bountiful source of inspiration for the whole world. The Middle East has everything to be a prosperous and happy region.

Its present uneasiness, even if sometimes it becomes so serious as to endanger the peace of the world, should not be considered as an entirely negative value; the great changes in the life of peoples are always preceded by some disquieting signs. Every great achievement is the result of effort and implies some risk. This tragedy of human endeavor is now being staged in the Middle East, where the United Nations brought open a new chapter of history, a chapter to be written by the peoples of the area themselves, with their blood, sweat and tears – unfortunately the only known materials for writing the history of any people.

In my country we have what I consider to be the next stage, for there all the peoples now involved in the Middle East struggle live side by side, not as foes but as friends, peacefully working together for the common good.

Teltsch: Have you any thoughts on a new approach to the arms question? In view of the Soviet old rejection of the Baruch plan³ and the recent rejection of the Western plan, what are the prospects?

Aranha: I firmly believe that the common aspiration for a less armed peace shall be fulfilled at one time or other in the

3 Bernard Baruch (1870-1965) foi um banqueiro que, em 1946, representou os Estados Unidos na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas. John Foster Dulles (1888-1959) foi secretário de Estado do governo americano entre 1953 e 1959. O Plano Baruch foi a iniciativa do governo americano apresentada em junho de 1946 que previa o controle pela ONU de todas as formas de energia atômica. Ver Gerber: 1982.

future. Only autocratic nations can still resist the pressure of their peoples, but sooner or later all governments must heed the growing demands of public opinion. Armies are now probably less important numerically than they were when the last World War started but the new weapons impress upon us the picture of a world armed as never before, and not for war any longer but for suicide, for self-destruction. These new weapons will not help aggression and conquest: from them no victory can be expected, but only complete devastation, absolute destruction.

Those who may look to profit by them, are deluding themselves: they will be as dead as those they shall seek to overcome. The tribunal of world opinion has already passed a judgment on this question, yet for eleven years the United Nations have been striving to disarm war for arming peace. Sometimes through paths that are not exactly those prescribed in the Charter, the United Nations have worked patiently and wisely, from the Security Council to the General Assembly, down to the practical stage of negotiations among the powers more directly concerned, in accordance with a role that the organization is more and more clearly assuming, as it was recently pointed out by its Secretary-General. Progress in those negotiations is behind the world's expectations, but we seem to be on the right track. We are moving rather slowly, but we are not standing still, and by no means are we going backwards.

I see no reason to change our course or to seek a new approach. I am convinced that the same spirit shall prevail here as in Moscow, in Paris and in London. A further effort is certainly necessary, but if optimism is out of place, there is no foundation whatsoever for a pessimistic view on this matter. The road that lays ahead may be uncertain, even a dangerous one, but the powers represented in the Disarmament Subcommittee have a duty assigned to them by the peoples of the world, including their own peoples.

Teltsch: What place do you see for the smaller powers in the new UN? For the Latin American countries?

Aranha: The contribution of the American nations to the UN has been an important, one, since the early days from Dumbarton Oaks to San Francisco and it can be said that no United Nations would have existed without their support. The Western Hemisphere as a whole, that is Canada, the United States and the Latin American republics, gave the Organization its first impulse and has been one of its mainstays, both from the political and material standpoint. In the inter-american system the principle of equality of all nations has long prevailed and we have been working together in the United Nations as we did in the Pan American Union and the OAS. I believe that we have something to give and that our contribution can be effective and useful, because, as I said in the plenary of the General Assembly,

Contrary to what has been asserted I do not believe that any other group of nations has or can have a more effectual and beneficial influence in the work of the world organization, because there is no other group of countries more united in their devotion to the principles and purposes of the Charter.

Teltsch: How has the growth of Arab-Asian membership altered the situation?

Aranha: The increase in membership, specially as far as Afro-Arab-Asian countries are concerned, has been highly advantageous for the United Nations. Quantity has improved rather than harmed the quality of our deliberations. Our future depends to a large extent on a wider and better understanding of the world as it is and on our capability to adjust that world into our guiding principles. It is therefore essential to have in the United Nations as broad a membership as possible, peoples which have been independent for many generations as well as those who are now being emancipated and taking on their share of responsibility in world affairs. Since

you cannot have, as Lincoln said, two worlds, one for the free, another for the slaves, or a single body with two souls, the United Nations must even help in promoting the emancipation of new peoples, all to work together for our common goals. Freedom is one of those periods that you must give to have and the more you give, the more you have.

Teltsch: What reforms would you favor to make Assembly debates more meaningful?

Aranha: Being an association of human beings, the United Nations does necessarily reflect human deficiencies as well as human virtues. Criticism of the UN is a act of self-criticism. The failures or mistakes that may be pointed out are not the Organization's fault: they are the remainders of an old order, still resisting the new ideals and the realities of a world eager for security and welfare, I would not favor reforming the United Nations, but I would rather appeal that we, governments more than peoples, devote ourselves more earnestly and vigorously to the principles and purposes of the organization.

REATAMENTO DAS RELAÇÕES COM A UNIÃO SOVIÉTICA (1958)

Artigo publicado na Revista Brasileira de Política Internacional¹

Esse debate é perfeitamente explicável num país de livre opinião e no qual a ação do governo se torna cada vez mais condicionada às inspirações das fontes democráticas de que promana. Mas ele traz certa desorientação à opinião pública, principalmente pela impressão, talvez errônea, das divergências que a respeito existem no seio do governo, e da indecisão que este vem manifestando para tomar uma atitude firme e definitiva. O debate não se limita ao antagonismo dos que se opõem intransigentemente ao restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética e os que pleiteiam o restabelecimento dessas relações, como um imperativo da posição internacional conquistada por nosso país. Como soluções conciliatórias, propugna-se ora pelo restabelecimento apenas de relações comerciais, ora, ainda mais timidamente, pelo desenvolvimento do nosso comércio com os russos através de nações intermediárias. O Brasil foi aliado da União Soviética na última guerra e, nessa qualidade, a ela se associou para a fundação das Nações Unidas, na histórica Conferência de São Francisco. Como decorrência lógica dessa posição, entramos em relações diplomáticas normais com a União

1 Aranha: 1958c.

Soviética, em 1945, relações que decorreram com regularidade durante cerca de três anos, até o rompimento verificado em outubro de 1947². É importante não esquecer que, no momento em que estabelecemos relações com os russos, esse fato foi considerado como normal e inevitável, explicado pela situação do mundo após a catástrofe da guerra e pela posição particular do Brasil no jogo dos acontecimentos. Praticamente a nossa atitude não foi impugnada nem por motivos doutrinários de caráter geral, nem por motivos resultantes da conveniência de evitarmos um contato político contrário aos nossos interesses ou à nossa segurança. Há doze anos passados, mesmo depois de termos experimentado uma intentona comunista, as nossas relações diplomáticas com a Rússia não geraram inquietação digna de nota em nossos círculos de opinião mais responsáveis.

É igualmente importante lembrar que o rompimento das nossas relações com a União Soviética, em 1947, não resultou de qualquer pressão popular ou ação dos partidos políticos. Por outras palavras, o rompimento não foi imposto ao governo por nenhuma contingência da política interna. Ele resultou, como é sabido, de incidente diplomático, no qual o Brasil não obteve do governo soviético explicações ou providências satisfatórias, de sorte que o nosso governo julgou que não havia alternativa para a retirada da nossa representação em Moscou. A atitude do governo brasileiro teve sem dúvida o apoio *a posteriori* dos nossos partidos, àquela época em regime de conagraçamento, porém não se pode dizer que ela tenha sido exigida pela opinião pública ou imposta por diferença de ideologias.

As transformações ocorridas nestes dez anos de Guerra Fria colocam o Brasil na necessidade de rever sua posição, sobretudo pelo papel cada vez mais influente que ele exerce no quadro das

2 Hilton: 1991, 200-22

forças políticas do Ocidente. Por sua extensão territorial, por sua população, por seu desenvolvimento econômico, por seu progresso cultural, o Brasil está hoje situado entre as dez nações mais importantes e poderosas do mundo, tudo indicando que essa colocação tende a melhorar em futuro não remoto. Ora, não deixa de ser extravagante que o Brasil, dentre as grandes nações, seja, a única que não mantém relações diplomáticas com a União Soviética. Seria estulto pretender que, a esse respeito, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Itália, o México, a Argentina, estivessem errados e somente o Brasil, inexplicavelmente, estivesse certo.

No mundo de hoje, um estado liliputiano – Andorra, San Marino ou Liechtenstein – pode dar-se ao luxo de seguir uma política isolacionista. Mas isso já não é sequer permitido ao Luxemburgo, ao Nepal ou ao Laos. O mundo soviético ocupa uma área contínua que vai de Berlim a Xangai, abrangendo uma população que representa mais de um terço da humanidade. A política externa do Brasil não pode ignorar esse fato, nem ficar indefinidamente à espera de que o exército de Chiang-Kai-shek reconquiste a China continental, ou que os russos restaurem a monarquia para a princesa Anastácia. Desgraçadamente, não vivemos num mundo que se amolde às nossas preferências e aos nossos ideais, e sim, em um mundo cuja trágica realidade temos que enfrentar sem medo.

O Brasil não é somente uma das dez nações mais importantes dentre as oitenta e duas que compõem as Nações Unidas. Ele é também um país que se industrializa a passo acelerado. Industrialismo e isolacionismo são concepções inconciliáveis. Um país industrial é um país que compra matérias-primas no mundo inteiro, como o Brasil já o faz na Indonésia e na Tailândia. Um país industrial é um país que, sob pena de perecer, tem que exportar para todos os mercados do mundo. Se nos contentamos em permanecer como celeiro colonial de matérias-primas, poderemos ignorar o que se passa na Ásia contemporânea e considerar a Conferência

de Bandung³ como uma curiosidade diplomática, continuando a vender hoje o que vendíamos ao tempo do Império, aos mesmos fregueses tradicionais. Se, ao contrário, temos consciência do papel que está destinado ao Brasil industrializado, não podemos desdenhar a potencialidade comercial da terça parte do mundo. O Brasil não pode antecipadamente dar-se por vencido na competição internacional. Por isso, ele precisa por em prática uma política comercial mais agressiva, que não pode ter êxito se, por motivos doutrinários ou receio de contaminação, preferimos evitar contatos ou negócios com os novecentos milhões de habitantes que giram na órbita soviética.

Decerto, o principal motivo de oposição ao restabelecimento das nossas relações diplomáticas com o governo de Moscou é a nossa divergência fundamental na concepção do regime político, ou seja, a intransigente repulsa à ideologia e, mais acentuadamente, aos métodos e práticas do comunismo internacional. Isso é compreensível num país de formação cristã e de vocação democrática, porém não pode ser um obstáculo à convivência entre as nações. O reconhecimento da existência de um governo estrangeiro é e não pode deixar de ser mera questão de fato. Ele de nenhum modo importa em aprovação, quer aos processos que levaram esse governo ao poder, quer à sua filosofia política ou às suas inovações no direito interno. As nações mais democráticas, a começar pela Suíça, mantiveram relações diplomáticas normais com a Alemanha de Hitler, não se conhecendo um só caso em que essas relações tenham sido interrompidas em razão do horror que as práticas nazistas produziram no mundo inteiro. Na América, o reconhecimento dos governos gerados pelas frequentes revoluções

3 A Conferência de Bandung, conhecida também como Conferência Afro-Asiática de 1955, reuniu 29 países na Indonésia para discutir o papel do Terceiro Mundo na Guerra Fria, além de temas como desenvolvimento econômico e descolonização. Sobre o encontro e seu legado, ver Phillips: 2016; Shimazu: 2014.

e a decorrente manutenção de relações diplomáticas não depende outra indagação além de sua efetiva implantação e aceitação tácita pelo país a ele submetido. Nossas relações com as nações do continente subordinadas a governos ditatoriais, às vezes da pior espécie, não significam qualquer forma de solidariedade com essas ditaduras, do mesmo modo que as nossas relações com a Argentina, em época recente, de nenhum modo implicavam em aceitação da doutrina ou da ação peronista. Para muitos, o peronismo era uma ameaça à paz continental, representando de certo modo um perigo para o Brasil. Ninguém, entretanto, sustentou jamais que, por esse motivo, deveríamos interromper nossas relações diplomáticas com a grande nação vizinha. De resto, ninguém contesta que as relações diplomáticas são mais necessárias precisamente naqueles países de onde podem provir, para a nação representada, benefícios de natureza econômica ou perigos de natureza política.

Em certos setores, combate-se o restabelecimento das relações com a União Soviética sob a alegação de que é preciso evitar a infiltração comunista. Realmente, se a inexistência de relações diplomáticas com os russos suprimisse, para nós, todos os perigos do comunismo, seria o caso de não as restabelecermos. Mas o argumento é enganador, porque a expansão do comunismo em nenhuma parte se deve à ação dos diplomatas russos. O comunismo é um movimento ideológico, cujo êxito depende de uma infinidade de fatores políticos, sociais e econômicos. Na França e na Itália, por exemplo, os partidos comunistas contam milhões de adeptos, mas ninguém tem ingenuidade de pensar que isso resulta da ação diplomática russa, nem que a interrupção de relações com Moscou teria o condão de diminuir a força popular de que esses partidos dispõem. Aqui mesmo, no Brasil, o comunismo germinou perigosamente, chegando à revolta militar de 1935. Entretanto, até àquela data jamais tínhamos tido entre nós um diplomata soviético.

Acresce que o argumento perde por completo qualquer consistência, em razão do fato de mantermos relações regulares com dois estados europeus da órbita soviética: a Polônia e a Checoslováquia. Se, como se alega, estes dois países desempenham função de satélites em relação à política internacional soviética, então a infiltração comunista se poderia dar através das missões que esses países aqui mantêm. Ora, sabemos que isso não acontece, porque essas missões se vêm conduzindo corretamente e porque o nosso governo não toleraria que à sua sombra se armasse qualquer ação contrária à nossa segurança ou às nossas prerrogativas de nação soberana. Tem-se dito muitas vezes que o papel do Brasil não é combater o comunismo no exterior, participando de uma cruzada que incendiaria o mundo. Devemos limitar-nos a combatê-lo dentro do nosso território, pelos meios e modos sabidamente eficazes para anularem as seduções da sua propaganda. Se soubermos praticar uma democracia saudável, que pense menos nos privilégios de alguns e mais no bem-estar de todos, o comunismo não florescerá entre nós e não serão alguns diplomatas russos que mudarão os sentimentos da nossa formação cristã ou a nossa preferência por um regime de efetiva liberdade política. Inversamente, se não edificarmos uma autêntica democracia, o comunismo poderá voltar a ser um perigo, mas então deveremos queixar-nos menos da presença aqui de um embaixador de Moscou do que de nossa própria incapacidade para resolver os problemas fundamentais do nosso tempo.

Uma corrente de opinião mais cautelosa advoga apenas o estabelecimento de relações comerciais com a União Soviética, sem que sejam acompanhadas de relações de caráter diplomático. Sendo à primeira vista uma solução intermediária, isso será um expediente ilusório impraticável. Em primeiro lugar, ele é ilógico: se o que se quer evitar é o perigo da contaminação, a infiltração perigosa, a entrada dos russos no Brasil, isso estará burlado com

o desenvolvimento de relações comerciais. Se estas relações tomarem vulto, teremos aqui missões, agências e representantes comerciais de toda sorte, isto é, teremos tudo o que receamos das missões diplomáticas normais. Depois, é preciso não esquecer que não é possível manter relações comerciais permanentes, vultosas e regulares, sem manter ao mesmo tempo relações de natureza propriamente diplomática.

Evidentemente não se pensa em comércio com o mundo soviético na base de uma ou duas transações esporádicas, feitas de governo a governo, nem apenas em algumas vendas ocasionais através de um terceiro país. Isso não justifica uma política comercial, nem esta pode ser apenas um expediente momentâneo para aliviar uma crise de divisas. Temos que pensar em termos de comércio regular e contínuo com todos os países do mundo, inclusive os soviéticos, a fim de comprarmos em melhores condições, não importa onde, e de vendermos o mais que pudermos, a quem pagar melhor preço. Não devemos limitar-nos a pensar apenas em sair de dificuldades atuais, vendendo uma parcela do café que temos armazenado. Devemos programar para o futuro, pensando numa política de diversificação de nossas exportações que nos leve à venda dos produtos manufaturados a longo termo.

É sabido que nenhum comércio de vulto pode desenvolver-se sem a assistência dos serviços diplomáticos e consulares. Pode-se admitir que as nossas transações com a Alemanha ou com a Itália tenham o volume que têm presentemente sem que paralelamente haja relações diplomáticas? Estamos vivendo numa época de comércio controlado, numa época em que se torna cada vez menor a flexibilidade livre-cambista e cada vez maior a ingerência do Estado, tanto nas relações do comércio interno quanto nas do comércio internacional. A diplomacia torna-se cada vez mais comercial, e a nenhum país é possível fazer comércio sem diplomacia. Muito menos poderia isso ocorrer em relação à Rússia,

porque se trata de um país cujo comércio, tanto interno quanto externo, é inteiramente promovido por órgãos estatais. Falar em comércio com a União Soviética é falar em comércio direto com o seu governo. É uma ilusão pensar-se que esse gênero de comércio possa ter sentido e realidade, no nosso caso, se o governo brasileiro não negociar com o governo russo para assegurar em nosso favor as vantagens que legitimamente possam ser auferidas desse intercâmbio. Admitir-se que, entre os dois governos possa haver relações oficiais para fins de comércio, sem que haja relações diplomáticas, é um mero artifício de palavras, que não servirá senão para criar uma ficção inútil e disfarçar uma fraqueza da nossa política exterior.

Nas objeções que se formulam ao restabelecimento das relações em apreço, chega-se ao ponto de aventar que esse fato poderá influir em nossas relações com os estados Unidos, causando desagrado ao governo desse grande país amigo. Esta é uma cautela verdadeiramente pueril, que não pode ser tomada a sério como argumento. Em primeiro lugar, convém lembrar que as nossas tradicionais e excelentes relações com aquele país, se nos levam em muitos pontos a seguir a mesma política, nunca o foram ao ponto de anular o nosso direito de iniciativa e a nossa capacidade de discernimento, na orientação da nossa conduta entre as nações. Em segundo lugar, seria um despropósito que os Estados Unidos, que não pensam em interromper suas relações com a Rússia, nem pretendem que outras nações o façam, tivessem qualquer objeção à nossa posição nesse particular. Será mais lógico que os americanos pensem que, nessa questão de relações com a Rússia, devamos seguir a orientação do Canadá, do México, da Argentina, do Chile, do Uruguai e de outras nações do hemisfério, em vez de nos obstinarmos em constituir exceção inexplicável em face da conjuntura internacional,

Como quer que seja, porém, não devemos considerar o reatamento de nossas relações com a União Soviética em função da política exterior dos Estados Unidos, o que seria um disparate, nem em termos de um programa comercial imediatista, e menos ainda pelo receio da infiltração comunista em nosso país. Estas últimas razões importariam ou em sobrepormos interesses materiais aos princípios superiores e tradicionais da nossa diplomacia, ou em confessarmos uma fraqueza que se afigura ridícula em face da nossa estabilidade social.

A verdadeira razão porquê devemos tratar com os russos é de política internacional no mais alto sentido e resulta pura e simplesmente da necessidade que tem o Brasil de participar das decisões mundiais, com a influência que lhe cabe exercer. De nenhum modo nos devemos excluir dessa participação, porque somos um país de enormes possibilidades, a que não pode deixar de caber um grande papel na comunhão mundial. No momento, somos o único grande país que ainda não tem relações com todos os povos e esta é uma situação que não convém nem à nossa posição presente nem ao papel que o futuro nos destina.

O Brasil deve manter relações com os países soviéticos sem temores anódinos, porque não é mais um país subdesenvolvido, nem uma colônia onde os imperialismos possam disputar vantagens ou privilégios. Se podemos, sem demora, restabelecer relações diplomáticas com as nações que foram nossas inimigas na guerra, não se justifica nossa abstenção em relação a um país que foi nosso aliado e com o qual rompemos relações por motivos menos graves e cujos efeitos não podem durar indefinidamente. Não compreendo que se queira colocar o Brasil entre as nações que devem ter receio das grandes potências, quer se trate da Rússia, quer se trate dos Estados Unidos. Superamos, através de séculos, invasores de várias procedências. Não vejo como e porque, no momento em que o mundo está mais consciente da sua solidariedade, devamos

ter receio desta ou daquela nação, desta ou daquela influência. Somos uma nação em pleno desenvolvimento, e que tem revelado alto senso político, através de vários conflitos mundiais dos quais sempre saiu mais unida e mais forte. Por tudo isso, acho que o Brasil deve aproveitar a oportunidade que lhe é oferecida pela resolução adotada unanimemente na Assembleia Geral das Nações Unidas, convocando todos os povos, independentemente dos seus regimes políticos, a manter relações diplomáticas e comerciais⁴.

É preciso não esquecer a posição do Brasil em face da ONU, na qual está integrado e com a qual mantém compromissos que não podem ser desdenhados. O Brasil foi um dos fundadores da Organização, nisso estando associado à União Soviética e às outras nações que em torno dela gravitam. A ONU é a casa do mundo, o único lugar onde podem ser pacificamente resolvidos os seus grandes problemas. Fora dela reinarão o arbítrio, a violência, a insegurança e a guerra. É o que pode ser demonstrado com a sua atuação no primeiro decênio da sua existência e, mais particularmente, com os resultados obtidos em sua XII Assembleia Geral. Nos quatro meses em que esta funcionou, ocorreram acontecimentos da maior gravidade para a comunidade universal. A enumeração deles seria longa, mas basta invocar que foi neste período que se verificaram as transformações do governo russo, a doença do presidente dos Estados Unidos, a grande especulação financeira da bolsa de Nova York, a crise sírio-turca, a revelação do surto técnico e balístico da Rússia, sem falar na situação da Argélia e nas ocorrências da Indonésia, fatos que, sem a ONU, teriam talvez arrastado o mundo para dias menos tranquilos e, possivelmente, catastróficos. Deve-se certamente ao funcionamento da ONU, aos

4 Referência à Resolução nº 1.236, aprovada em 14 de dezembro de 1957, na 731ª sessão plenária, sobre relações pacíficas entre os Estados. O parágrafo fundamental da resolução dizia: "Calls upon all States and to develop friendly and cooperative relations and settle disputes by peaceful means as enjoined in the Charter of the United Nations and as set forth in the present resolution".

contatos e às negociações entre as 82 delegações que a integram, que estes fatos não tenham tido desfechos violentos.

Dentro da ONU, o Brasil está associado à União Soviética no compromisso de procurar solução pacífica para todos os conflitos mundiais. Dela o Brasil participa para negociar com os russos, para deles divergir ou com eles concordar, no interesse da paz e da segurança de todos. Se o Brasil já mantém com os agentes diplomáticos soviéticos, na ONU, esse tipo de relação, seria verdadeiramente irrisório evitar que essas relações se estabeleçam diretamente entre o Rio de Janeiro e Moscou. De resto, o regime associativo da ONU torna, em princípio, automática a existência de relações entre todos os seus membros. Por diferentes motivos, dois ou mais governos podem interromper, temporariamente, suas relações diplomáticas ordinárias. Sustentar, porém, como norma permanente, a inconveniência dessas relações, é uma atitude que está em implícita contradição com os ideais da ONU e com os compromissos que deles decorrem e obrigam todos os seus membros à coexistência pacífica.



DISCURSO NA ESG: O BLOCO SOVIÉTICO (1958)

*Conferência proferida na Escola Superior de Guerra,
no Rio de Janeiro, em 1958¹*

Fui convocado para falar sobre “O Bloco soviético no panorama mundial”, com um sumário que abrange toda a conjuntura internacional. O temário que recebi, há uma semana, é tão vasto que vacilei em aceitar tão honrosa tarefa, ante a falta de tempo para pensar, a extensão dos temas a versar, a complexidade dos assuntos a discutir e as responsabilidades a assumir ante um auditório de estudiosos, mais aptos a ensinar do que a aprender. Cedi à generosa insistência do nosso eminente comandante, e do admirado general Castelo Branco, temeroso, porém, de vos oferecer, nesta improvisação escrita, poucas ideias, muitas dúvidas e muito mais palavras ao em vez da contribuição de um pensamento refletido e criador e de uma experiência esclarecida e útil.

Temí, ao contrário do que fez, com brilho e síntese invulgares, o professor Santiago Dantas, dar-vos uma grama de ideias numa tonelada de palavras, porque as ideias não se improvisam². Elas exigem paciência, reflexão e maturidade. O sumário do nosso debate

1 Aranha: 1958b. Foi proferido provavelmente no final de novembro ou no início de dezembro.

2 Francisco Clementino San Tiago Dantas (1911-1964) foi advogado, jornalista, intelectual e político. Em outubro de 1958 seria eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro e, em 1961, foi nomeado para a pasta de Relações Exteriores. Mais informações em Dutra: 2014; Fonseca Jr.: 2007; Fonseca Jr.: 2013; Moreira: 2005.

é por demais amplo e profundo para apreciações apressadas e superficiais. (...)

O assunto da nossa palestra não é, propriamente, uma tese. É vida ou morte para o homem, como para os povos. É a interrogação, ainda sem resposta, do destino humano e mundial. É tudo e não é nada, porque o que ignoramos não é para nós real.

Não podemos, porém, fugir à perversidade do desconhecido. O imperativo categórico de nossa época é o de nos prepararmos para as realidades que não deveriam existir e para os fatos que não poderiam acontecer. É para o imprevisto e até o imprevisível, que nos devemos preparar, a vida nossa e de nosso país. É esta a grande e fecunda tarefa desta escola.

O mundo soviético está entre as realidades mundiais que melhor fora nunca tivéssemos que conhecer e enfrentar. Em grande parte, é obra nossa, ocidental. Está conosco, vivendo e convivendo em um mundo menor, hoje, do que foi o jardim do Éden, onde o homem se tornou homem. Tentar, pois, ignorar ou mascarar esta realidade é o maior dos erros. O mundo soviético existe, reúne quase a metade da população mundial e é um novo poder agressivo, técnico, científico, econômico, político e militar que intervirá, queiram ou não, na vida de todos os povos, seja a da guerra ou a da paz. A ignorância deste fenômeno, de nossa parte, será não só um erro, como fonte de insegurança para o nosso país. Todos quantos o quiseram ignorar, como os próprios Estados Unidos, estão pagando caro por essa atitude e mais caro pagarão os que entendem que esse novo mundo se renderá ao velho sem lutas capazes de ameaçar e até subverter a ordem ocidental. Andou, pois, com visão e acerto o vosso ilustre comandante³, ao trazer para os

3 O comandante da Escola Superior de Guerra em 1958 era o major brigadeiro Vasco Alves Secco (1898-1965).

vossos debates o estudo e a investigação de problemas que afligem e ameaçam não só os nossos destinos, como os mundiais. (...)

A tendência para a unificação mundial é a característica de nossos dias, considerados os dias como decênios. Ela vem de um passado de esforços comuns e representa quase um ideal de todos os povos. Os soviéticos, porém, fazem dela o objetivo principal de sua política mundial: querem a unidade dos sistemas mundiais pela subordinação integral ao sistema soviético. Não pretendem a socialização dos povos, mas a russificação do mundo. Lênin admitia que as contradições capitalistas de caráter nacional terminariam pela harmonização dos sistemas opostos em uma grande síntese universal, segundo anunciara Marx e Engels. Stalin, porém, favorecido pela Segunda Guerra, da qual a Rússia foi a grande beneficiária, quer pela eliminação das grandes potências europeias, quer pela incorporação ao seu sistema de muitos povos europeus e asiáticos, não só procurou forçar a sovietação mundial, como submetê-la aos seus processos e métodos, mistura de ditadura comunista pessoal sob bases de imperialismo militar. Em verdade, ela, com sua precipitação oportunista, veio acentuar as divergências mundiais, caracterizou melhor os sistemas opostos, que aspiravam a um mundo à imagem própria. A reação do socialismo ocidental e a formação do comunismo nacional, duas forças adversas, complementaram-se, porém, na resistência ao *russianismo* stalinista que, ao em vez de unificar, mais veio dividir a política dos povos. Este estado de tensão mundial e de imperativa necessidade de modificação própria e nacional foi o legado stalinista aos seus sucessores. Ele pretendeu, obedecendo menos ao marxismo e mais às tendências ancestrais imperialistas do *tsarismo*, converter o mundo, não ao socialismo, mas ao *russianismo*, isto é, apropriar-se do mundo para a Rússia. Entrou, assim, em conflito não só com as ideias próprias, mas, também, com as realidades mundiais. Malenkov, que se insinuava como seu

alter ego, não se pode sustentar e nem manter as reformas do 19º Congresso, lançadas por Stalin com o fito de apoiar suas aspirações de predomínio mundial, total e integral. (...)

Não se modificou a política soviética, anterior ou posterior a Stalin, mas apenas os métodos e os processos dos novos líderes são diferentes. É de esperar, porém, que esses líderes, sem a autoridade e o poder de Lênin e de Stalin, sejam forçados a ceder mais do que já o fizeram os grandes ídolos, quer no campo interior como no exterior, da doutrina e da prática comunistas. A minha opinião é, para reproduzir o texto do vosso sumário, que a evolução política interna e externa da Rússia se processará no sentido ocidental, cada vez menos russo e oriental. O futuro russo será mundial e jamais o mundial será russo, porque a vitória caberá aos que conservarem a liberdade de pensar, que é o patrimônio inalienável do mundo ocidental, a força invencível dos povos democráticos, a energia não alcançada pelas desintegrações atômicas e nem pelas termo-nucleares. Os *sputiniks*, (...) os Krutschevs, inquietantes e ameaçadores, são expressões efêmeras que poderão influir, porém, sem modificar o curso da civilização e da cultura humanas, que assentam nas reservas espirituais, eternas e inexauríveis do homem, da mulher e dos povos. Não nos devemos, pois, impressionar e menos intimidar ante as perspectivas soviéticas e o futuro mundial. (...)

Tenho para mim e expressei esta opinião há 11 anos, no seio da ONU, que a política ocidental tem graves responsabilidades não somente em atirar a China nos braços da Rússia, como, sobretudo, em impedir que ela procure, no mundo democrático, apoio e encorajamento às suas próprias aspirações e realizações⁴. Não se pode negar aos povos a oportunidade para livremente escolherem o seu destino, as suas relações, os seus amigos, como se fez e se

4 O discurso está reproduzido no volume de 1994 (Aranha: 1994d).

insiste em fazer com o governo e o povo chineses. Nada se poderá construir no mundo sem a China, com seus 600 milhões de habitantes, sem contar os povos asiáticos, incluídos alguns russos, de origem, formação, religião, costumes e aspirações chinesas. A sua incorporação à ONU, a meu ver, marcará uma nova era para a política mundial, incompatível até com as aspirações russas atuais.

A reunião de Genebra⁵ foi o primeiro passo para essa modificação e a tentativa para atenuar a tensão mundial. Mas foi vã, como vãs serão todas as tentativas similares. A paz não virá dos governos para os povos, mas dos povos para os governos. O sistema russo não se apoia no povo, mas o povo no sistema, sem liberdade para discutir e menos força para o modificar. Estou, porém, convencido do que os mundos atuais caminham para uma unidade futura, cujas bases já existem nos sistemas em conflito, mas cuja estrutura ainda está por surgir. O mundo comunista não poderá vingar, mas uma resultante dos conflitos contemporâneos, cristã, democrática ou popular terá que vir. Creio, mesmo, que o comunismo começa a ceder no campo das ideias, que é o das retiradas e das derrotas e, por outro lado, avança o mundo ocidental no terreno social e popular, que é o caminho mais curto e mais fácil para a paz mundial. Acredito haver, nestas linhas gerais, lançado as premissas para a discussão dos demais itens do nosso temário, que é como esses rios misteriosos, que a geografia não chegou ainda a fixar as origens e nem, mesmo, a foz principal do seus labirínticos deltas. (...)

Não nos devemos deter na fixação de fenômenos transitórios e devemos deles querer retirar conclusões definitivas. A história, antiga e recente, mostra quão efêmera foi, é e será a liderança mundial. Devemos, sim, cogitar não das forças que predominam,

5 A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Usos Pacíficos da Energia Atômica ocorreu em Genebra entre 1º e 13 de setembro de 1958 e é comumente denominada de Conferência "Átomos para a Paz". Com a participação de mais de cinco mil diplomatas, políticos e cientistas, o propósito do encontro foi, entre outros, apresentar informações anteriormente secretas sobre pesquisa nuclear.

mas das ideias que acabarão por transformar essas forças, como fizeram no passado e farão para o futuro. Há 30 anos nem a Rússia, e nem os Estados Unidos poderiam aspirar à liderança mundial e a ninguém seria dado admitir que estava próximo o dia em que entre ambas estaria o mundo povos, grandes e pequenos, que a era nuclear irá multiplicar em poder e possibilidades, que o mundo do hoje não pode, ainda, calcular e medir. O conflito, pois, a que se refere o vosso questionário não é do leste com o oeste, mas de todos os povos, por todos os povos. É o drama mundial, que estamos a surpreender nos seus entreatos. As lideranças atuais são aparentes, não são reais. Os atores tem uma parte, mas o drama é um todo inseparável. O mundo melhora todos os dias e só não melhoram os povos sem liberdade para melhorar. E isso é verdade para os homens. A ação dos partidos na vida dos povos é quase como a do voo dos pássaros nos horizontes, podem anunciar, mas jamais desencadear tempestades. O partido, o da Rússia, considerado a mais poderosa organização política mundial, foi obrigado a mudar de nome, para melhor caracterizar as suas finalidades atuais, de “Partido da União Geral dos Comunistas e Camponeses Bolcheviques”, em “Partido Comunista da União Soviética”. É um nome local, regional, nacional o não mais o de um partido mundial, organizado, dirigido, comandado e monopolizado exclusivamente pela Rússia. O “Comintern” desapareceu com a guerra e o “Cominform” foi extinto pelas exigências dos demais povos socialistas, incluídos os satélites. A minha impressão é de que a Rússia convenceu-se da vantagem de manter relações diplomáticas com os demais povos em vez de conservar e alimentar esses partidos, quase todos convertidos aos interesses nacionais de seus países e, em consequência, transformados em foco de resistência às ordens soviéticas, como o francês, o alemão, o americano, o hindu e tantos outros, que proferem a orientação de Pequim a de Moscou, a filosofia de Mao Tsé-Tung à brutalidade

de Krutschev, o progressismo de Togliatti ao imperialismo de Mikoyan, a equidistância de Tito à represália sanguinária de Kadar.

A “coexistência pacífica” foi uma simples manobra leninista que se tornou, porém, de palavra com sentido dúbio, em aspiração, sob outras formas, de todos os povos e em realidade para o mundo atual. Nela, como em todas as ideias, havia aspectos contraditórios. A ONU, porém, em decisão unânime, retirou dela o conteúdo aproveitável e útil à comunhão mundial e à obra da paz, recomendando que mantenham relações todos os povos independentemente de seus regimes políticos, econômicos e sociais. Em 1947, em meu discurso de encerramento da Segunda Assembleia Geral, declarei que “a convivência dos povos, independentemente dos seus regimes políticos, era o caminho mais curto o mais fácil para a paz mundial”⁶. Não exorbitei, então, como não me excedi agora, ao recomendar que o Brasil obedecesse unicamente ao próprio Brasil, pois a nossa tradição internacional, império entre repúblicas, democracia entre ditaduras, foi a de tratar com todos para melhor cuidar de nós mesmos⁷.

É chegado o momento do passarmos para o quinto capítulo, “o bloco soviético e as nações e subdesenvolvidas”. Devo iniciar o estudo desta tese pela afirmação de que nunca considerei e nem admiti que se considerasse o Brasil entre os povos subdesenvolvidos. No discurso inaugural da última sessão da ONU, em que tive a honra de ser o primeiro a falar, disse:

O Brasil é grande parte do território, da população, das riquezas das Américas. Está meu país vivendo uma fase de intenso desenvolvimento. Como povo não temos, pois, aspirações que possam ultrapassar os limites de nossas

6 Pronunciamento publicado no volume de 1994 (Aranha: 1994h).

7 Referência à celeuma causada pelo trecho final de seu discurso e sua entrevista à agência *France Presse*, nos quais argumentou que, em decorrência de compromissos firmados na ONU, o Brasil deveria restabelecer relações diplomáticas com a União Soviética. Ver Araújo: 1996, 365.

*possibilidades, de nossas fronteiras ou as das nossas tradições pacíficas e pacificadoras*⁸.

Não me filiei jamais aos que querem apresentar o Brasil como um pedinte, um necessitado, quase *esmolér*. Não acreditei nunca nas vantagens da subserviência diplomática nem nas invocações sentimentais, para a obtenção de outras vantagens, além das que considere justas e devidas ao Brasil. Nunca me apresentei como enviado de um país “subdesenvolvido”, mas do um povo consciente de seus direitos e deveres. Esta é, acredito, a atitude diplomática do Brasil nas circunstâncias atuais, tanto que em sua representação disse mais:

A exacerbação do nacionalismo no mundo, por exemplo, é um efeito e não uma causa. A falta de compreensão, a distribuição desigual dos recursos econômicos e financeiros, da produção e seus excedentes criaram no mundo essas e outras formas de reivindicações nacionais e populares. Os países menos desenvolvidos e os em pleno desenvolvimento, como é o caso do Brasil, não podem ser acusados por essas tendências e pela falta de confiança em uma racional e equitativa cooperação mundial. Além disso, é natural que cada povo aspire a ser o senhor do si mesmo e do seu destino e queira viver com e para os demais povos, sem deles depender. Não desejamos empobrecer os ricos e nem enfraquecer fortes. Queremos um equilíbrio de poderes e o livre acesso de todos os povos aos instrumentos da prosperidade e do bem-estar humano. Se abandonarmos essa orientação, nosso trabalho será em vão e os problemas se multiplicarão, agravando a miséria, mascarando a paz, criando o mal estar e o medo, que nós propusemos aqui eliminar da vida mundial.

Precisamos, ainda, para bem entender este problema, definir, se possível, como procuramos fazer com o nacionalismo,

8 Publicado em Aranha: 1994f.

a significação do “colonialismo”, “imperialismo” e “liberação”, termos usuais da linguagem mundial. Imperialismo é a escola política em que um grupo racial, cultural ou nacional submete o governo, os negócios e a vida de outro grupo às suas leis e aos seus interesses. Os povos assim dominados são coloniais e os dominantes, imperialistas. O imperialismo é um processo, um método de predomínio e colonialismo de submissão, de aceitação desse predomínio. O nacionalismo é a reação contra ambas, a subserviência interna e a prepotência externa, enfim a liberação. É uma resultante de novas forças dos povos contra as históricas fraquezas de regiões e populações. É um estado de consciência, mais ou menos intenso, que vai da razão à paixão, da luta à revolução, provocado por velhas e novas realidades mundiais. O “subdesenvolvimento”, porém, é um fator, mas nem sempre decisivo para o nacionalismo. É, quase sempre, um campo aberto ao imperialismo, um convite à tutela exterior, o caminho mais propício e fácil à rendição de um povo a outro ou a outros povos. É este o espetáculo, o dos povos que ainda não alcançaram sua independência, os que lutam por sua liberação e os que, ainda, jazem no regime colonial, que ditou o vosso inquérito sobre a penetração soviética nessas regiões. É a velha política do *ôte-toi de là pour que je me mette* que ressurgue em nossos dias. É a renovação da batalha das influências, do protecionismo, dos poderes, do equilíbrio de forças, sob novas formas mais agressivas e perigosas.

A criação de blocos, dos pactos, a realização do conferências, no ocidente como no oriente, retrata a situação mundial. Nações poderosas recolhem-se às suas metrópoles deixando grandes vazios para serem ocupados por novas formas imperialistas. A ONU vela, através do seu Conselho de Tutela, sobre o futuro dessas regiões e povos e procura, com a instituição dos mandatos, encaminhá-las para a independência.

É uma obra gigantesca que abrange o campo mais vasto da cooperação internacional. Não conseguiu ela, ainda, excluir a disputa das influências, as interferências indevidas na sua tarefa de liberação dessas regiões e povos. Além deste entrelaço de poderes, assistimos à disputa dos povos, particularmente nas regiões estratégicas que se digladiam pela liderança mundial. É este um dos capítulos mais dramáticos da história que estamos a escrever em nossos dias. Pode terminar tragicamente, tais os interesses em jogo. Esperemos, porém, que assim não venha a suceder. A ajuda americana à Europa, à Ásia e à África conta-se por uma centena de bilhões de dólares a partir do fim da guerra, incluindo a Coreia, a Grécia e Formosa, que tiveram assistência econômica e militar. A Rússia, que se reduzia aos estados satélites, ultimamente resolveu ampliar sua ajuda econômica e militar aos demais povos, particularmente ao Oriente Médio, fixando bases nas águas quentes do Índico, do Pacífico, do Mediterrâneo e até procurando descer ao Atlântico Sul.

Não se trata de infiltração política ou partidária, mas de assistência técnica, econômica, financeira e militar. Os países árabes receberam, ao que publicou o *U.S. News and World Report*, no último ano, sob várias formas, 1 bilhão de dólares da Rússia, ao mesmo tempo que os Estados Unidos, que de lá retiram o petróleo, contribuíam com ajudas inferiores a 150 milhões.

Não é menor a ofensiva soviética na Ásia, dominada pelo auxílio técnico, econômico, cultural e militar. Nações da comunidade britânica, criadas e liberadas pelos ingleses, votam, na ONU, com o bloco oriental, bom como a Índia e o próprio Japão. A expansão mundial soviética estende-se cada vez mais e já penetrou nos santuários do imperialismo europeu, no âmago de suas históricas colônias. Não creio, porém, que essa penetração possa durar. Parece-me que ela visa mais fins políticos do que propriamente - ocupações diretas. Não creio nem mesmo em formas econômicas

ou comerciais do imperialismo tradicional. São atos de consolidação própria, para propaganda interna e prestígio exterior, verdadeiras provocações para alimentar a Guerra Fria, arma predileta da diplomacia russa. Não temo as suas consequências, porque, ao fim, ela não desencoraja o mundo ocidental e favorece, talvez, sem querer, a liberação dos povos, que só propõe a auxiliar o até os arma, como no caso árabe, contra as ideias comunistas. Enfim, para pormos um termo a esse capítulo, que entreabre uma nova história para a vida dos povos, direi que “o imperialismo” e o “colonialismo”, ainda quando procurem adaptar-se às novas técnicas, estão com os seus dias contados. Novos aspectos surgiram na vida e nas relações dos povos. Os velhos processos de predomínio, econômico, comercial, político e militar terão de desaparecer dos anais da história graças à ONU, à crescente consciência nacional dos povos e à luta entre os países dominadores. Novas formas, mais agressivas e perigosas, ameaçam o curso normal da existência dos povos nesta era nova, que se inicia para a comunhão mundial.

Examinemos essas novas técnicas de penetração, infiltração, influência de uns povos sobre os outros, no estudo do capítulo seis, “a ação estratégica na América Latina, especialmente no Brasil”. Este estudo exige muita reflexão porque não só diz com o futuro de todos os povos, como, particularmente, com a dos nossos vizinhos e com a do Brasil. As técnicas adotadas nessa luta escapam, por vezes, à nossa percepção e até à nossa imaginação. Uma larga investigação se faz sobre os métodos e processos dessa nova política dos povos. Não é mais a espionagem, com suas traições e riscos, a base dos serviços de informação. Ela não desaparecerá, por certo, mas até sendo substituída pela “inteligência”, nova técnica, que mobiliza todo o conhecimento humano, ao serviço do interesse de cada povo, especialmente dos grandes. Ela parte do pressuposto de que ganhará a luta, seja pacífica ou bélica, o povo mais bem

informado, porque poderá escolher a oportunidade e o lugar para o golpe final.

As organizações internacionais, nesse sentido, em todos os países, deixaram de ser propriamente militares, dos Estados Maiores ou diplomáticos de seus agentes, para mobilizarem não só todos os elementos e recursos de informação, todos os meios possíveis, como toda a ciência, técnica e organização, as fraquezas como as fortalezas humanas, para penetrar, acompanhar, conhecer e quase direi viver a vida dos outros povos. A aparelhagem técnica, do cérebro eletrônico, ao radar, ao *geiger* desce aos instrumentos individuais os mais perfeitos e minúsculos de fixação, transmissão e interpretação. Não existem mais códigos para esses serviços. Creio, mesmo, que desapareceram os segredos ou acabarão por desaparecer ante a máquina, aperfeiçoada todos os dias, que devassa os horizontes, penetra a profundidade dos mares, alcança o pensamento humano nas suas origens irrelatadas. É este o mundo dentro do qual teremos de sobreviver. É um mundo vivendo à luz de um sol sinistro, criado pelo engenho humano, que faz ver sem se deixar ver.

A complementação dessa máquina infernal, montada pelos grandes povos, particularmente, suponho, pela Rússia e pelos Estados Unidos, [estão] massas de técnicos, sábios, especialistas, disfarçados em todas as atividades, do discreto caçador de borboletas ao sábio professor de universidades, para interpretar, decifrar, entender e explicar os dados colhidos. São imensos laboratórios e observatórios, que registram para exame e interpretação todos os fatos mundiais e até todos os projetos e planos de cada governo ou povo, por forma a excluir ou reduzir a margem de erros possíveis na apreciação dos mesmos. Este assunto é complexo demais para estas considerações apressadas e ligeiras e envolve estudo e indagações que precisávamos fazer em nosso país, se não quisermos ter a sorte das nações despreparadas e desapercibidas.

Desejaria, com tempo, renovar este encontro convosco para aprofundarmos melhor o conhecimento das coisas que, se quisermos sobreviver, não poderemos ignorar.

Os demais povos, os que não possuem ou não podem criar a máquina fantástica da nova inteligência, vivemos à mercê de aparências e esperanças. E as aparências não só nos orientam, disfarçando as realidades que nos deveriam governar, como nos desviam das estradas retas de uma vida mais segura. Essas aparências, quase todas forjadas para fins que nem sempre podemos surpreender, são as que impressionam e até ditam as nossas decisões políticas, nacionais e internacionais. Este é o grande risco para nós, para um país tão grande e, ainda, tão desaparelhado, que não pode errar, sob pena de ser dividido e até de perecer. Tenho a certeza de que estais apercebidos desses riscos e outra missão não deve ter esta escola do que estudá-los, pois, no fundo, ela é e deve ser um dos instrumentos de informação e de formulação da nossa política, como nas grandes nações.

As aparências desorientadoras, em assuntos desta relevância, são forjadas pela mobilização, dirigidas de Moscou, de Washington, do Londres, ou de Pequim, através dos jornais, revistas, livros, de empresas privadas, industriais e comerciais, de espetáculos, de exposições esportivas, de conferências científicas, enfim, de todas as maneiras e formas capazes de influir sobre a opinião das criaturas, como das dos povos. A esses expedientes econômicos, científicos, desportivos, culturais e políticos somam-se muitos outros que envenenam e confundem todos os dias e a quase todas as horas, as nossas ideias e juízos, através da televisão, do rádio, das agências telegráficas, das notícias sensacionais, criando um homem apavorado, em um mundo sempre às vésperas de uma guerra total.

O processo de intimidação mundial, sobretudo dos povos subdesenvolvidos, das nações indefesas e do homem comum e da

mãe de família é uma resultante da maneira pela qual os grandes povos conduzem a luta atual pela hegemonia mundial.

Quando não bastam esses processos, recorre-se à luta de classes, a greves, sabotagens, às pressões econômicas e financeiras, às promessas mentirosas e à demagogia, essa insaciável devoradora das melhores energias e possibilidades dos povos, sobretudo dos que começam a crescer de si mesmos, fora dos quadros e modelos ditados pelos maiores do mundo atual. É contra essas pressões, que vem de todos os lados, de inimigos e até de amigos, que nos devemos acautelar, sobretudo os países latino-americanos. Declarei na ONU:

Por mais do um século aderimos aos princípios e propósitos do pan-americanismo, que mantem nosso continente não só como um mesmo território, mas como um mesmo sentimento e uma só atitude internacional.

O pan-americanismo integrou-se, na ONU, para servir à paz e aos interesses, ao progresso e ao bem-estar de todos os povos. Dos bilhões gastos pela América com o mundo, após a instalação da ONU, quase nada coube aos países continentais. Os governos americanos não só apoiaram, como aplaudiram a atitude de seu grande líder nessa ajuda à Europa, à Ásia, à África, em um ano somente maior do que a estendida a nossos países, desde que fundamos a União Pan-americana. A missão do pan-americanismo não era só continental, teria que se tornar mundial. Não foi propósito dos seus fundadores criar um sistema para tornar próspero e feliz o nosso continente em um mundo pobre, miserável e infeliz. Somente povos que não são íntima e convencidamente democráticos poderiam pensar em criar uma civilização e uma cultura que não fosse para todos os povos.

Não é esta a atitude dos outros povos. Arma-se o mundo, de armas secretas e insidiosas, retiradas do arsenal da tecnologia

moderna, dos mistérios da psicanálise e dos imperialismos políticos, para transformar a nossa América em campo de suas lutas de penetração, de predomínio e de ideologias. Éramos uma terra pacífica, tranquila e satisfeita, ocupada por nós mesmos, por nossa forma de viver e de trabalhar, de crer e de conviver, do errar e do corrigir.

A luta mundial bate às portas, sempre abertas de nosso destino, com propósitos que não são e não poderão ser os nossos. Arautos ou intrusos devemos ir ao encontro deles. As muralhas chinesas, as linhas Maginot e tantas outras ruíram porque, atrás delas, viviam povos descuidosos, em atitude defensiva, sem o impulso criador da coragem e da sobrevivência. O mundo é, hoje, qual uma grande cidade e o Brasil um dos seus arrabaldes. Não é o mundo maior do que um dia, porque em menos de 24 horas podemos percorrê-lo, voltando ao ponto de partida. Não pode ser o Brasil, nesse mundo, uma ilha e menos uma casa fechada e mal assombrada, habitada por doentes que tem medo dos ventos, da luz e do ar. A América está sendo rondada pela nova batalha dos poderosos, que querem dividir o mundo entre suas políticas, forças, influências, ideias e interesses. Reconheço que a luta é cheia de perigos. Não foram menores os vencidos pelos nossos antepassados contra holandeses, franceses, ingleses, alemães e espanhóis, então donos dos destinos mundiais.

A penetração e a infiltração a que se refere o nosso sumário, enfim todas as formas de influência política, econômica, comercial, ideológica ou, mesmo, militar, não são exclusivamente unilaterais. Necessitam ser consentidas e aceitas por nós, como o tem sido por inúmeros povos, sobretudo os subdesenvolvidos, vítimas preferidas da exploração internacional e dos imperialismos, na luta de se subsistirem uns pelos outros. Não será este, nunca, o caso do Brasil, em plena integração, crescendo de si mesmos capaz do viver em sua fé cristã, em sua tradição democrática, sem temores e

terrores dos demais povos. Neste momento, por mais ameaçadoras que sejam as condições mundiais, só devemos ter medo dos que tem medo, porque esses poderão ser tudo, menos homens atuais e muito menos bons brasileiros.

O item final deste capítulo indaga do “Brasil face ao bloco soviético”. Não quero tomar mais do vosso tempo com essa leitura enfadonha de ideias mal alinhavadas, reservando este assunto, que diz com o presente e o futuro de nosso país em relação ao movimento ameaçador o avassalador do mundo soviético para a hora dos debates.

Preciso, agora, terminar. Desejais saber quais as tendências e perspectivas atuais. Elas foram enunciadas, por forma esparsa e imprecisa, nas considerações anteriores. Procuraremos ordená-las para melhor concluir. Confesso-vos que é com humildade, consciente e contrita, que tentarei expor minhas opiniões, sobre a era que terão de viver meus filhos e netos e, mais do que eles, o meu país. A humanidade tem ao seu dispor meios, sequer imaginados antes, para destruir-se, justamente quando nunca foram maiores e mais profundas as dissensões humanas, a urgência de suas soluções e o acúmulo de revoluções, em todos os campos da vida mundial.

Há 20 anos um grande cientista inglês, Casson, pressentindo os nossos dias, escreveu um livro *Progress and Catastrophe*, no qual, à luz de uma revisão histórica do ativo humano, tentou inquirir se o quinhão do homem, no curso da história, era maior em progresso do que em catástrofes⁹. A sua conclusão foi de que o mundo tem experimentado umas e outras o terminou com esta advertência: “quando a inventiva prática passar à frente da consciência moral e avantajá-la à organização social, o homem estará ameaçado pela catástrofe final”.

9 Casson: 1937.

É esta a etapa, prevista por aquele sábio, que estão a viver os povos e com eles o nosso país, porque a *inventiva prática*, com todas suas consequências incalculáveis, suplantou, no mundo de hoje, “a consciência moral e a organização social” do próprio homem. Não poderemos voltar à era do carvão de pedra e nem à do petróleo quando, se instala no mundo, soberana e decisiva, a era nuclear.

Não podemos confiar no presente e nem invocar os legados do passado. Não vê o futuro somente quem não quer ver. Os séculos morreram para as novas realidades, que devemos procurar incorporar a nós mesmos, se quisermos sobreviver.

Bushnell fez esta maravilhosa observação, quando do início da era industrial, em seu grande país:

A passagem da força de nossas mães e de nossas filhas para a força da água e do vapor é uma grande mudança, maior, muito maior do que muitos já começaram a perceber – uma mudança que trará consigo uma completa revolução na vida doméstica e nos costumes sociais do nosso povo, de nossas famílias, de nossos semelhantes e do trato internacional¹⁰.

Imaginai, pois, as observações e advertências que nós devemos fazer, a nós mesmos, ao defrontarmos um mundo, que já não é o da água e do vapor, mas das novas energias, capazes, em uma só explosão, do reduzir a terra a um deserto, proscREVendo de sua face não só a civilização e a cultura, mas o próprio homem. Um importante ciclo da vida humana está encerrando-se em nossos dias – um ciclo que abrangeu séculos e até milênios. Novos abrem-se, porém, ao futuro dos povos, capazes de substituir tudo quanto havíamos criado para sobreviver aos séculos. O futuro das raças é imprevisível, como o das instituições políticas e até o dos fundamentos das nossas razões de viver. Não vos quero deter com considerações, mas referir, apenas, alguns episódios

10 Bushnell: 1851, 112.

surpreendentes. A raça branca, que dominava o mundo ao fim do século XIX, não representa, hoje, 1/5 da vida mundial. O centro de gravidade do poderio industrial deslocou-se da Europa para o leste e para o oeste. Seis das oito grandes nações, que eram as colunas da vida mundial, estão reduzidas a uma segunda ordem, restando apenas duas, que dividem o mundo cada dia mais, ao em vez de o unir e pacificar. Chegamos, como ainda há dois dias lembrava o Senador Juracy Magalhães¹¹, ao ponto crítico, previsto pelo gênio de Tocqueville, há maio de um século, estudando a vida russa e americana:

Os seus pontos de partida são diferentes e os seus caminhos não poderão ser os mesmos, contudo, parecem esses dois povos marcados pela vontade divina para ficar cada um com a metade do globo¹².

É evidente que esta previsão terá que ser recusada e que o futuro reservará, na conjuntura mundial, se o mundo tiver futuro, um lugar para *cada povo* que souber e quiser sobreviver sobre o império de si mesmo o não do de outros povos, seja a Rússia, sejam, mesmo, os Estados Unidos, o primeiro a reconhecer a nossa independência e, acredito, o último a pretender violá-la.

O mundo é, hoje, de ameaças e opressões maiores do que as conhecidas nos períodos bárbaros e coloniais, porque naqueles violavam-se as fronteiras e as terras e, em nosso tempo, forçam-se as consciências e as ideias.

O mundo, dividido entre duas grandes forças procura desconhecer a existência de outros povos e negar a possibilidade de

11 Juracy Magalhães (1905-2001) foi militar de carreira, tendo apoiado o movimento tenentista e participado da Revolução de 1930. Foi interventor na Bahia e, tendo discordado da continuidade de Vargas no poder, demitiu-se do cargo em 1937. Assim como Oswaldo Aranha, apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência em 1945. Em 1958, era senador pela União Democrática Nacional.

12 Tocqueville: 1847, 470.

sobrevivência aos que querem manter, desenvolver ou criar formas diferentes de cultura e de civilização, independentes e próprias. Esta é a questão suprema, a meu ver, com que se defronta a humanidade, cada um e todos os povos, nesta metade final do século das luzes.

As tendências atuais são, pois, as criadas pela liberação dos povos, pela luta entre duas formas diferentes de viver, de trabalhar, de governar, pela nova era nuclear, enfim, por uma nova ordem mundial que se quer impor a uma velha ordem que não quer ceder.

É necessário ter presente que nessa luta entre duas ideias, entre duas ordens, ambas igualmente armadas, o resto do mundo, partilhado entre elas, aguarda, sem liberdade para decidir e até mesmo para optar, pelo desenlace da maior contenda dos anais humanos. A maior e a mais decisiva, porque nela será selada não somente a sorte do mundo, como a da de todas as criaturas, homens e mulheres, raças e religiões, povos e continentes, da civilização e da cultura mundiais.

Estamos às vésperas do encontro com o destino mundial, que atravessa uma hora incerta no tempo, no espaço, no coração das criaturas e na expectativa dos povos.

Se considerarmos que a era atual pôs a disposição do homem, entre engenhos infernais, forças fabulosas para fins pacíficos, forças sobre as coisas materiais, sobre o processo biológico, sobre a evolução social, sobre as possibilidades do espírito humano e sobre a capacidade de bem ou mal fazer, não devemos lamentar os riscos e perigos consequentes a tão ilimitados horizontes abertos à vida das criaturas e às realizações dos povos. Devemos nos considerar uma geração privilegiada. A era da energia atômica, da eletrônica, da automatização começa a ser parte da nossa existência, incorporando-se cada dia mais a todos os aspectos da nossa vida e das nossas relações. Não são somente as modificações

da economia humana, das suas instituições políticas, do equilíbrio internacional, da forma de trabalhar e produzir, dos costumes e tradições que serão influenciados pela nova era, mas, igualmente, novos aspectos terão, irrecusavelmente, a duração e a aplicação da vida, a convivência e o destino, a confiança e a crença, o corpo e o espírito, enfim, as relações humanas, as domésticas, as políticas, as sociais, as militares e as diplomáticas. Os poderes criados pelo homem são imensos e serão cada vez maiores. Neste último decênio, fez a humanidade progressos maiores do que em séculos anteriores e maiores são os esperados, ainda para nossos dias. Se é verdade que crescemos em insegurança, em perigos e em inesperados, não é menos verdade que nunca foram maiores as glórias da civilização e mais dilatadas as perspectivas da convivência, da cultura e do saber. Essas conquistas, essas tendências, essas perspectivas nos conduzirão à paz ou à guerra, como diz o vosso sumário.

A guerra, sobre a qual sabeis bem mais do que eu vos poderia dizer, não será de conquista, mas de extermínio total e, talvez, final. Todos os estilos e valores da vida civilizada estão e estarão à mercê do progresso técnico, científico, político e militar dos maiores e mais poderosos e desse materialismo histórico, dessa crueldade fria e dessa superioridade arrogante que, durante a nossa vida, na guerra e na paz, tem debilitado e até anulado as aspirações pacíficas e as possibilidades criadoras de quase todas as criaturas e povos. A menos que essa terrível ameaça desapareça ante a vitória pacífica da razão, resta-nos, apenas, partilhar do futuro com um dos grandes contendores. A opção não será difícil, se houver tempo para optar. Estamos geográfica e politicamente com a América. Será a melhor maneira, nas circunstâncias, de estarmos com o Brasil. Não quer, isso, porém, dizer que devemos aceitar essa posição como uma fatalidade irrecusável, resignados a um destino que não pudemos ou não queremos escolher.

Devemos fazê-lo com coragem, com consciência, com o senso das responsabilidades que, em circunstâncias quase similares, decidiram os nossos maiores, participando dos conselhos [mundiais] e não como marginais do destino mundial. O mundo caminha para a guerra ou para a paz. Não há outras alternativas. A guerra, porém, como declarei na Escola do Estado-Maior, em 1947, acabaria por eliminar a guerra, tornando-a impossível. Ela será – é, ainda, minha opinião – sepultada e amortalhada pelos engenhos e armas que procurou criar e que vieram, tal o seu poder destruidor, reduzir no homem a invisibilidade de as usar, senão para se destruir e desaparecer e jamais para viver, dominar ou sobreviver.

A realidade, a despeito das dúvidas da luminosa lição do professor Santiago Dantas¹³, é a de que o homem aperfeiçoou e multiplicou tanto as armas da morte que está sendo, agora, levado a à consciência de que para matar terá que se suicidar, criando, assim, sem o querer, (...) aliança imperativa e já irrevogável contra a guerra, que é o caminho mais curto para a paz.

Mas a paz não é coisa feita, mas obra tão ou mais urgente do que a guerra. É o ideal indefinido e irrealizado dos tempos, das criaturas e dos povos. Nenhum ideal, mais do que o da paz, preocupou a sociedade humana e, entretanto, é aquele que mais sacrificamos e menos sabemos querer e atingir. Não adquirimos, ainda, a consciência da paz, do que ela é ou deve ser. Chegamos a querer conquistá-la pela guerra e, ainda, não nos convencemos de que por esses caminhos chegamos à catástrofe e à destruição.

Não me quero delongar em considerações sobre a paz, mas dizer-vos, apenas, que ela não é uma abstração, mas a realidade mesma, a suprema realidade, que não temos cabido criar e nem conservar.

13 Provável referência às conferências proferidas por San Tiago Dantas na própria Escola Superior de Guerra nos anos anteriores. Ver Dantas: 2014.

O dia, porém, não poderá estar distante – espero da providência divina o que os homens não souberam providenciar – em que a profecia de Isaías, mais de um milênio antes da nossa era, gravada no mármore da entrada monumental das Nações Unidas, transforme-se em realidade, em benção e em paz para os povos:

o dia chegará, em que a espada será fundida em arados, a lança transformada em foices e em que uma nação não terá armas contra outra nação e nem a guerra será mais cogitação dos povos¹⁴.

Direis, agora, no intervalo que antecederá os debates, que ouvistes um velho e impenitente sonhador. Eu vos direi que o sono, sem sonho, é a morte, a vida uma noite sem o dia e o mundo uma luta sem fé e sem paz.

14 Isaías 2:4. Parte do versículo foi utilizado no discurso de despedida de Dwight Eisenhower, em janeiro de 1961, no qual critica o complexo industrial-militar.



Formato	15,5cm x 22,5cm
Mancha gráfica	12 x 18,3 cm
Papel (capa)	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g
Fontes	Gentium Book Basic 20 (títulos) Gentium Book 14/15 (títulos) Chaparral Pro 11,5/15 (textos)